TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2698 • Manaus, terça-feira, 17 de setembro de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0212929-76.2012.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Congregacao de Santa Doroteia do Brasil - Apelante: Nathalia Santos dos Anjos - DECISÃO: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se." - Advs: Afranio Azevedo Pereira (OAB: 4434/AM) - Henrique França Ribeiro (OAB: 7080/AM) - Cainã Taveira Melo (OAB: 11378/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0212929-76.2012.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Congregacao de Santa Doroteia do Brasil - Apelante: Nathalia Santos dos Anjos - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 249/251 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Afranio Azevedo Pereira (OAB: 4434/AM) - Henrique França Ribeiro (OAB: 7080/AM) - Cainã Taveira Melo (OAB: 11378/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0618498-80.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: O Estado do Amazonas - Apelada: Ivanilde Daltro dos Santos - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 162/166 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL E O RECURSO EXTRAORDINÁRIO). - Advs: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM) - Jonathas Alves Maia (OAB: 12187/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0623452-48.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Condominio Evidence Ponta Negra - Apelado: Marcio Leandro Figueiredo Lucena - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 207/209 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Renato André da Costa Monte (OAB: 4435/AM) - Florence Fleck (OAB: 13586/AM) - Claudevan de Souza Pereira (OAB: 7800/AM) - Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB: 7665/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0624564-13.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda - Apelado: Alessandro Marinho de Castro - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 439/442 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Luciana Buzatto Peres (OAB: 239449/SP) - Sally Scarparo Sendas (OAB: 236968/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4001797-91.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Jacira Reis Empreendimentos Ltda (tecnisa) - Agravado: Antonio Lucio de Oliveira Maia - Agravado: Suzana Farias de Araujo Maia - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 529/531 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Douglas William Campos dos Santos (OAB: 31138/DF) - Antonio Lucio de Oliveira Maia (OAB: 10052/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4004539-26.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Amazonav Amazonas Navegacao Ltda - Agravado: Banco Basa- Banco da Amazonia S.a. - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 133/135 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Francisco Maciel do Nascimento (OAB: 2091/AM) - Boniek Pereira da Silva (OAB: 8303/AM) - Annabelle de Oliveira Machado (OAB: 4419/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0000303-65.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fernando Martins de Souza - Embargado: Stefan Pereira do Nascimento - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração nº. 0000303-65.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figura como Embargante, Fernando Martins de Souza, advogado, Dr. Lucivaldo Breves da Silva (10226/AM) e como Embargado, Stefan Pereira do Nascimento, advogada, Dra. Bruna Mariana Nascimento dos Santos (10935/AM). Despacho: "(...) Intime-se o Embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, com supedâneo no §2º, do artigo 1.023, do Código de Processo Civil. À Secretaria, para as providências legais subsequentes. Manaus, 1 de fevereiro de 2019. Desembargador Airton Luís Corêa Gentil - Relator." Fica intimada a parte embargada, por meio de sua advogada, Dra. Bruna Mariana Nascimento dos Santos (10935/AM), para apresentar manifestação ao recurso de Embargos de Declaração, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de fevereiro de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Lucivaldo Breves da Silva (OAB: 10226/AM) - Jorge Vicente Borges Lira Júnior (OAB: 11820/AM) - Hermerson dos Santos Rodrigues (OAB: 8245/AM) - Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8475/AM) - Ronildo Apoliano Oliveira (OAB: 8490/AM) - Bruna Mariana Nascimento dos Santos (OAB: 10935/AM) - Mayka Salomão Cordeiro Viana (OAB: 6321/AM) - Gilmar de Oliveira Nascimento (OAB: 3465/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0000303-65.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fernando Martins de Souza - Embargado: Stefan Pereira do Nascimento - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Bruna Mariana Nascimento dos Santos (10935/AM), Gilmar de Oliveira Nascimento (3465/AM) e Mayka Salomão Cordeiro

Viana (6321/AM), advogado (a,s) de Stefan Pereira do Nascimento, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 16 de setembro de 2019 - Advs: Lucivaldo Breves da Silva (OAB: 10226/AM) - Jorge Vicente Borges Lira Júnior (OAB: 11820/AM) - Hermerson dos Santos Rodrigues (OAB: 8245/AM) - Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8475/AM) - Ronildo Apoliano Oliveira (OAB: 8490/AM) - Bruna Mariana Nascimento dos Santos (OAB: 10935/AM) - Mayka Salomão Cordeiro Viana (OAB: 6321/AM) - Gilmar de Oliveira Nascimento (OAB: 3465/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002548-49.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargado: William Feijó Rodrigues - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador João de Jesus Abdala Simões Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração nº. 0002548-49.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figura como Embargante, O Estado do Amazonas, advogado, Dr. Júlio Cézar Lima Brandão (2258/AM) e como Embargado, William Feijó Rodrigues, advogados, Drs. Daniel Hiclei Oliveira Santos (6577/AM) e Daniella Karina Kanda (6576/AM). Despacho: "(...) Considerando que os aclaratórios podem implicar a modificação do julgado, intime-se a parte embargada para apresentar manifestação no prazo disposto no art. 1.023, §2º, respeitando-se o que preceitua o art. 219, ambos do CPC. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus, 23 de abril de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALÁ SIMÕES-Relator." Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, Dr. Daniel Hiclei Oliveira Santos (6577/AM) e Daniella Karina Kanda (6576/AM), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 23 de abril de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Júlio Cézar Lima Brandão (OAB: 2258/AM) - Daniella Karina Kanda (OAB: 6576/AM) - Daniel Hiclei Oliveira Santos (OAB: 6577/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002548-49.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargado: William Feijó Rodrigues - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Daniel Hiclei Oliveira Santos (6577/AM) e Daniella Karina Kanda (6576/AM), advogado (a,s) de William Feijó Rodrigues, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 16 de setembro de 2019 - Advs: Júlio Cézar Lima Brandão (OAB: 2258/AM) - Daniella Karina Kanda (OAB: 6576/AM) - Daniel Hiclei Oliveira Santos (OAB: 6577/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003096-74.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: J. Cruz Industria e Comercio Ltda - Embargada: Francisca Rubim Correa - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM) e José C. Pereira de Oliveira (2772/AM), advogado (a,s) de Francisca Rubim Correa, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 16 de setembro de 2019 - Advs: Igor de Mendonça Campos (OAB: 303002/SP) - Priscila Lima Monteiro (OAB: 5901/AM) - Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003383-37.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas - Embargada: Maria Deusamira Venâncio Maia - Embargado: Samantha Devellyn Maia da Silveira - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Sérgio Samarone de Souza Gomes (1152/RR), advogado (a,s) de Maria Deusamira Venâncio Maia e Samantha Devellyn Maia da Silveira, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 16 de setembro de 2019 - Advs: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) - Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM) - Camila Ferreira Lucia Henrique (OAB: 8417/AM) - José Rodrigues Terceiro Filho (OAB: 6341/AM) - Mendelsson Costa Duarte (OAB: 8319/AM) - Rebeca Aguiar Larrat (OAB: 9964/AM) - Thomas Silva Cordeiro (OAB: 10455/AM) - Sérgio Samarone de Souza Gomes (OAB: 1152/RR) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003402-43.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: PAM Indústria de Plásticos Injetados Ltda. - Embargada: Dinistek Assessoria - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador João de Jesus Abdala Simões Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração Cível nº. 0003402-43.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Embargante, PAM Indústria de Plásticos Injetados Ltda., advogados, Alessandra Barroso Almeida (4923/AM), Camila Ferreira Lucio Henrique (8417/AM), Frederico Santos Paiva (6569/AM), José Alberto Maciel Dantas (3311/AM), José Rodrigues Terceiro Filho (6341/AM) e Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM) e como Embargado, Dinistek Assessoria, advogados, Ney Bastos Soares Junior (4336/AM) e Yngrid Ventilari Figueiredo Bezerra (4658/AM). Despacho: "(...) Considerando que os aclaratórios podem implicar a modificação do julgado, intime-se a parte embargada para apresentar manifestação no prazo disposto no art. 1.023, §2º, respeitando-se o que preceitua o art. 219, ambos do CPC. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus, 17 de maio de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES - Relator Fica intimada a parte embargada, por meio de seus advogados, Ney Bastos Soares Junior (4336/AM) e Yngrid Ventilari Figueiredo Bezerra (4658/AM), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 20 de maio de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) - Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM) - José Rodrigues Terceiro Filho (OAB: 6341/AM) - Alessandra Barroso Almeida (OAB: 4923/AM) - Camila Ferreira Lucio Henrique (OAB: 8417/AM) - Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM) - Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM) - Yngrid Ventilari Figueiredo Bezerra (OAB: 4658/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003402-43.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: PAM Indústria de Plásticos Injetados Ltda. - Embargada: Dinistek Assessoria - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Ney Bastos Soares Junior (4336/AM) e Yngrid Ventilari Figueiredo Bezerra (4658/AM), advogado (a,s) de Dinistek Assessoria, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 16 de setembro de 2019 - Advs: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) - Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM) - José Rodrigues Terceiro Filho (OAB: 6341/AM) - Alessandra Barroso Almeida (OAB: 4923/AM) - Camila Ferreira Lucio Henrique (OAB: 8417/AM) - Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM) - Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM) - Yngrid Ventilari Figueiredo Bezerra (OAB: 4658/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004800-59.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargada: Maria Ivanilde dos Santos Pereira - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Rúbia Helena Nascimento Ferreira (9013/AM) e Samuel Cavalcante da Silva (3260/AM), advogado (a,s) de Maria Ivanilde dos Santos Pereira, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 16 de setembro de 2019 - Advs: Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Souza (OAB: 3629/AM) - Samuel Cavalcante da Silva (OAB: 3260/AM) - Rúbia Helena Nascimento Ferreira (OAB: 9013/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0005802-64.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: D. K. T. - Embargante: L. K. T. - Embargante: E. M. T. T. - Embargado: O. T. - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Solon Argelim de Alencar Ferreira (3338/AM), advogado (a,s) de O. T. , intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 16 de setembro de 2019 - Advs: Elaine Bezerra de Queiroz Costa (OAB: 3456/AM) - Solon Argelim de Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0618286-93.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda - Apelado: Mário Antônio Tayah Lima - Apelante: Mário Antônio Tayah Lima - Apelado: Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda. - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Ellen Caroline Oliveira de Alcantara (10616/AM), Lorena

Santana Pimentel (11224/AM) e Luciana Buzatto Peres (239449/SP), advogado (a,s) de Mário Antônio Tayah Lima e Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda., intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 16 de setembro de 2019 - Advs: Luciana Buzatto Peres (OAB: 239449/SP) - Thais Piechottka (OAB: 307992/SP) - Ellen Caroline Oliveira de Alcantara (OAB: 10616/AM) - Lorena Santana Pimentel (OAB: 11224/AM) - - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0642673-41.2018.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Manaus - Apelante: Marcos Antonio Ferreira de Freitas - Apelado: O Estado do Amazonas - Remetente: Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual do Amazonas - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Fernanda Lima Tavares (11834/AM), Vanderlene Soares Barroso (10599/AM) advogado (a,s) de - Advs: Fernanda Lima Tavares (OAB: 11834/AM) - Vanderlene Soares Barroso (OAB: 10599/AM) - Maria Hosana de Souza Monteiro - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4003714-82.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social - Agravado: Roberto Viegas da Costa - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Jane Silva da Silveira (6783/AM), advogado (a,s) de Roberto Viegas da Costa, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 16 de setembro de 2019 - Advs: Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB: 9290/AM) - Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) - Jane Silva da Silveira (OAB: 6783/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0002089-47.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível,
Agravante: Estado do Amazonas - Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas - Ssp
Procurador: Thiago Oliveira Costa (OAB: 13187/AM)
Agravado: Raimundo Pereira do Nascimento
Advogado: Mauricio Pereira da Silva (OAB: 1122/AM)
Advogado: Eneias de Paula Bezerra (OAB: 2354/AM)

Presidente e Relator: Des. Yedo Simões de Oliveira.
AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO IDENTIFICADA. EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEFESA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO ANTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.I. Em que pese a alegação de que a os Embargos Declaratórios n° 0000103-58.2019.8.04.0000 foram interpostos para sanar suposta omissão, o STJ firmou entendimento no sentido de que não cabem aclaratórios contra a decisão de presidente de tribunal que admite/inadimite recurso especial;II. Ao recorrer da decisão dos Embargos de Declaração, a parte agravante apenas exerceu uma garantia constitucionalmente prevista, o direito de defesa (art. 5°, inciso LX, CF) e não há que se falar em litigância de má-fé;III. Apesar da previsão do §° do art. 85 do CPC, a decisão recorrida não fixou honorários e, portanto, este Relator, no julgamento do presente agravo de instrumento, não poderá fazê-lo.IV. Decisão mantida.V. Recurso conhecido e não provido. DECISÃO: “Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator”. Sessão: 10 de setembro de 2019.

Processo: 0002348-42.2019.8.04.0000 - Conflito de Competência Cível,
Suscitante: Exmo. Desdor. Paulo César Caminha e Lima
Suscitado: Exmo. Desdor. Jomar Ricardo Saunders Fernandes
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente e Relator: Des. Yedo Simões de Oliveira.
EMENTACONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ALEGAÇÃO DE PREVENÇÃO DO ART. 930, PARÁGRAFO ÚNICO CPC. IMPOSSIBILIDADE. NATUREZA JURÍDICA DE AÇÃO AUTÔNOMA. DESEMBARGADORA SUSCITADA COMPETENTE. CONFLITO PROCEDENTE.Alega a suscitado que o suscitante encontra-se prevento para atuar no Mandado de Segurança nº 0000041-50.2017.8.04.3601 em virtude ter funcionado como relator da Apelação que reconheceu a incompetência absoluta do juízo do Primeiro Grau para julgar Mandado de Segurança contra ato de Prefeito Municipal e declarou a nulidade da sentença de piso;No entanto, não cabe a hipótese de prevenção prevista no artigo 930, parágrafo único do CPC/2015, uma vez que tal regra diz respeito a recurso, sendo a mandado de segurança uma ação autônoma e não um sucedâneo recursal;Segundo o artigo 50, inciso II da Lei Complementar nº 17/1997, compete às Câmaras Reunidas julgar os Mandados de Segurança, habeas corpus e habeas data contra atos dos Prefeitos Municipais, das Câmaras Municipais, de seus Presidentes, e de Secretários de Estado, conforme jurisprudência desse Egrégio Tribunal de Justiça ;Em razão de sua natureza de ação autônoma, e não recursal, o mandado de segurança deve seguir a regra da livre distribuição e não da prevenção prevista no art. 930, parágrafo único do CPC/2015, devendo ser distribuído por sorteio entre os membros das Câmaras Reunidas, consoante regra do art 50, inciso II da Lei Complementar nº 17/1997.Acolhe-se o presente Conflito Negativo de Competência, para julgar competente o desembargador suscitado para processamento e julgamento do Mandado de Segurança nº 0005727-64.2014.8.04.0000. DECISÃO: “Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conhecer e julgar procedente o presente Conflito de Competência para declarar como competente o Desembargador suscitado”. Sessão: 10 de setembro de 2019.

Processo: 0003085-45.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível
Agravante: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.
Advogado: Amandio Ferreira Tereso Junior (OAB: 107414/SP)
Agravada: Patrícia Silveira Carvalho
Defensor: Christiano Pinheiro da Costa (OAB: 3542/AM)
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Presidente e Relator: Des. Yedo Simões de Oliveira.
AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTIMAÇÃO DA PARTE VIA PORTAL ELETRÔNICO. VALIDADE. INTIMAÇÃO PESSOAL DO ADVOGADO. PROVIMENTO Nº 274-CGJ/AM. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.I. O Provimento nº 274-CGJ/AM, da E. Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas, dispõe que as entidades privadas serão intimadas, exclusivamente, através do Portal de Intimações Eletrônicas do Tribunal de Justiça do Amazonas;II. As intimações foram devidamente realizadas uma vez que estão presentes nos autos todas as certidões de intimação, leitura e de encerramento do prazo tanto para o Agravante quanto para o Agravado; III. Os ditames da Lei nº 11.419/2006, a qual trata da informatização do processo judicial àqueles que estiverem cadastrados, cujas intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio, sendo dispensada a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico, conforme artigo 5º, caput, §§1.º e 3.º;IV. A jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que a realização da intimação eletrônica se dá no dia que o intimado efetuar a consulta eletrônica ou, não sendo essa realizada no prazo de dez (10) dias corridos, contados da data do envio, deverá ser considerada como realizada tacitamente no último dia do do prazo de dez (10) dias previstos para a consulta;V. Desta forma, não há que se falar em nulidade dos atos processuais diante da ausência do nome de patrono

especificado na petição inicial como àquele que deva receber as intimações, uma vez que é válida e legal a intimação da parte, realizada em sistema eletrônico de processo judicial;VI. Decisão mantida; VII. Recurso conhecido e não provido. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator.". Sessão: 10 de setembro de 2019.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno , em Manaus, 16 de setembro de 2019.

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0657647-83.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Luis Fernando de Aguiar Porto
Advogado: Matheus Lobato Beltrão (OAB: 13287/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. RETIFICAÇÃO DA PROMOÇÃO A CONTAR DE 2016. POLICIAL MILITAR. INCLUSÃO NO QUADRO NORMAL DE ACESSO NO ANO DE 2018. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBLIDADE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.1. Um dos requisitos necessários à impetração do mandamus é a presença de direito líquido e certo, o qual é demonstrado de plano mediante prova pré-constituída, sem a necessidade de dilação probatória.2. Na hipótese dos autos, em que pese o impetrante afirme que passou a preencher os requisitos para a promoção à graduação de Cabo QPPM desde dezembro de 2016 quando concluiu o Curso de Formação, não há nos autos provas que comprovem a sua inclusão nos Quadros Normal ou Especial de Acesso no referido ano.3. Segurança denegada em consonância com o parecer ministerial.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos e em consonância com parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança vindicada, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 10 de setembro de 2019.

Processo: 4000293-50.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Andreia Carla Rossy de Sales Santiago
Advogado: Janiete da Silva Monteiro (OAB: 10084/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA – PROMOÇÃO POLICIAL MILITAR - LEI ORDINÁRIA ESTADUAL Nº 4.044/2014 - NÃO COMPROVAÇÃO DE PRETERIÇÃO NA CARREIRA - REQUISITOS LEGAIS NÃO EVIDENCIADOS - NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - SEGURANÇA DENEGADA.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos e, em harmonia como o Parecer ministerial o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança pleiteada, nos termos do voto Desembargador Relator.". Sessão: 10 de setembro de 2019.

Processo: 4000330-14.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Carlos Eduardo de Matos Costa
Advogado: Amauri Vieira dos Santos (OAB: 11881/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Impetrado: Ilmo Sr. Comandante Geral da Policia Militar do Estado do Amazonas/am
Intssado: Procurador Geral do Estado do Amazonas - PGE
Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA – PROMOÇÃO POLICIAL MILITAR - LEI ORDINÁRIA ESTADUAL Nº 4.044/2014 - PROMOÇÃO POSTERIORMENTE REALIZADA POR ATO GOVERNAMENTAL, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS - AUSÊNCIA DE INTERESSE AGIR NA PERSPECTIVA INTERESSE-NECESSIDADE - PERDA PARCIAL SUPERVENIENTE DO OBJETO - DISCUSSÃO CABÍVEL APENAS QUANTO AOS EFEITOS RETROATIVOS AO ANO DE 2015 – NECESSÁRIA COMPROVAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ARTIGO 7.º E 15, AMBOS DA LEI 4.044/2014 – AUSÊNCIA DE PROVAS – INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO A SER TUTELADO – SEGURANÇA DENEGADA. . DECISÃO: "Por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança pleiteada, nos termos do voto Desembargador Relator.". Sessão: 10 de setembro de 2019.

Processo: 4000748-15.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Leandro Souza dos Santos
Advogado: Eduardo Leles Dias (OAB: 13842/AM)
Advogado: José Lourenço Gadelha (OAB: 2220/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL – CRIAÇÃO DE NOVOS CARGOS DURANTE A VALIDADE DO CERTAME - CONVOCAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA - INEQUÍVOCA NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DESISTÊNCIA DE CANDIDATO CLASSIFICADO E CONVOCADO DURANTE O PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO – PRETERIÇÃO CONFIGURADA - MERA EXPECTATIVA DE DIREITO QUE SE CONVOLA EM DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO - PRECEDENTES DO STF - SEGURANÇA CONCEDIDA.. DECISÃO: "Por un animidade de votos, e em consonância com o parecer ministerial, o Egrégio Trobunal Pleno decidiu conceder a segurança pleiteada, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 10 de setembro de 2019.

Processo: 4003646-98.2019.8.04.0000 - Direta de Inconstitucionalidade, Vara de Origem do Processo Não informado
Requerente: Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado do Amazonas
Advogado: Demetrio Weill Pessoa Ramos (OAB: 36526/DF)
Advogado: Frederico Henrique de Oliveira Lima Junior (OAB: 47851/DF)
Advogado: André Junio Mendes de Oliveira (OAB: 7836/AM)
Advogado: Igor Almeida Rebelo (OAB: 7529/AM)
Requerido: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
Requerido: Estado do Amazonas

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA : DIREITO CONSTITUCIONAL, CIVIL, COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL – MEDIDA CAUTELAR – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – CONSTITUCIONALIDADE

FORMAL E MATERIAL – COMPETÊNCIA LEGISLATIVA – USURPAÇÃO – FUMAÇA DO BOM DIREITO E PERIGO DA DEMORA – CONCESSÃO DA MEDIDA:- A princípio, constata-se eventual inconstitucionalidade formal, por usurpação de competência legislativa da União, a quem compete legislar privativamente sobre direito civil e comercial, de lei estadual que impõe obrigação de armazenamento de arquivos digitais das câmeras de segurança de estabelecimentos comerciais em geral.- Mostra-se necessária a concessão da medida, tendo em vista que a referida lei impõe a adoção das medidas necessárias, pena de multa, no prazo de 90 (noventa dias) a contar de sua publicação. MEDIDA CAUTELAR CONCEDIDA.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conceder a medida cautelar pretendida, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.". Sessão: 10 de setembro de 2019.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno , em Manaus, 16 de setembro de 2019.

Conclusão de Acórdãos

Processo: 4001466-12.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Roberto Ribeiro de Castro
Advogado: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Impetrado: O Estado do Amazonas
Intssado: Procurador Geral do Estado do Amazonas - PGE
Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA - MANDADO DE SEGURANÇA – POLICIAL MILITAR – PROMOÇÃO – CONCLUSÃO EM CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS ADMINISTRATIVOS (CHOA) – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI N° 4.044/2014 – AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA QUANTO À GRADUAÇÃO NECESSÁRIA À PROMOÇÃO PARA 2º TENENTE – IMPETRANTE NÃO RESTOU INCLUÍDO NO QUADRO DE ACESSO POR NÃO ATENDER OS REQUISITOS DA LEI – SEGURANÇA DENEGADA. . DECISÃO: "Por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança, nos termos do voto Desembargador Relator.". Sessão: 10 de setembro de 2019.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno , em Manaus, 16 de setembro de 2019.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Intimações

Processo nº 0205459-81.2019.8.04.0022 – Pedido de Providências. Requerente, Antonio Alves Marcião, **advogado, Dr. Rodrigo César da Silva e Silva (OAB/AM sob o nº 7.260).** Requerido, Juízo de Direito da Comarca de Boa Vista do Ramos/AM. **DECISÃO-CGJ/AM** – Exmo. Sr. Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador **LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA JÚNIOR:** "Acolho o parecer às fls.31/32, razão pela qual determino o cumprimento das recomendações nele contidas. Ao Setor de expediente para providências. Cumpra-se". Manaus, 03 de setembro de 2019. **Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Corregedor-Geral de Justiça**. Fica a parte requerente intimada, por meio de seu representante, do inteiro teor da presente decisão, a contar da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Intimações

Câmaras Reunidas

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing**, Relator nos autos de **Embargos de Declaração Cível N.º 0005876-21.2018.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que é Embargante **Abrahim Jezini Júnior,** Advogado: Dr. Abrahim Jezini (4584/AM) e Embargado **Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas - SSP**, Procurador: Dr. Laércio de Castro Dourado Júnior (13.184/AM) fica a parte Embargante intimada, na pessoa de seu Advogado, **Dr**. **Abrahim Jezini (4584/AM),** para tomar ciência do inteiro teor do despacho de fl. 43, dos presentes autos, (art. 114-A, §2º do RITJAM), prazo de 05 (cinco) dias.. Em 30.08.2019. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing – Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing**, Relator nos autos de **Agravo Interno Cível N.º 0001792-40.2019.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que é Agravante **Tecnisa Consultoria Imobiliária Ltda,** Advogados: Drª. Andreza Priscila Lima de Lima (9192/AM), Dr. Claudio Elias Santos (4036/AM), Hileano Pereira Praia (3834/AM) e Drª. Terezinha Teles Fernandes (6622/AM) e Agravado **Juízo de Direito da 3ª Turma Recursal do Juizado Especial Civel do Amazonas,** fica a parte Agravante intimada, na pessoa de seus Advogados, **Drª. Andreza Priscila Lima de Lima (9192/AM), Dr. Claudio Elias Santos (4036/AM), Hileano Pereira Praia (3834/AM) e Drª. Terezinha Teles Fernandes (6622/AM),** para tomar ciência do inteiro teor do despacho de fl. 185, dos presentes autos, (art. 114-A, §2º, do RITJAM), para de 05 (cinco) dias. Em 30.08.2019. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing – Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing**, nos autos de **Agravo Interno Cível N.º 0001510-02.2019.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que é Agravante **Platinum Construções Ltda,** Advogadas: Drª. Angélica Ortiz Ribeiro (2847/AM) e Drª. Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM) e Agravado **Juízo de Direito da 3ª. Turma Recursal do Estado do Amazonas,** fica a parte Agravante intimada, na pessoa de suas Advogadas, **Drª. Angélica Ortiz Ribeiro (2847/AM) e Drª. Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM),** para tomar ciência do inteiro teor do despacho de fl. 19, (art. 114-A, §2º do RITJAM), prazo de 05 (cinco) dias. Em .2014. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing – Relator.**
-
Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 16 de setembro de 2019. Maria Goreth de Souza Ruiz

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4004079-05.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: Condomínio Amazonas** (Advogado(a): Dr(a). Bairon Antônio do Nascimento Júnior3795/AM e **Agravado: Rio Negro Locações de Imóveis Ltda** (Advogado(a): Dr(a). Solon Angelim de Alencar Ferreira3338/**AM fica INTIMADO o APELANTE**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Bairon Antônio do Nascimento Júnior 3795/AM/Solon Angelim de Alencar Ferreira 3338/AM. "Desse modo, determino a intimação do Apelante para manifestar-se expressamente a respeito de seu interesse recursal, em conformidade com os artigos 9.º e 10, do Código de Processo Civil. Cumpra-se." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº 0005088-70.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Embargante: Liberty Representac_o_es e Servic_os Ltda.** (Advogado(a): Dr(a). Jean Cleuter Simões Mendonça, Sérgio Alberto Corrêa de Araújo, Jonny Cleuter Simões Mendonça(3808/AM, 3749/AM, 8340/AM). **Embargado: Câmara de Mediação e Arbitragem do Amazonas**. (Advogado(a): Dr(a). Patrick de Souza Cruz(13259/AM). **DECISÃO:** "Diante do exposto, conheço dos embargos de declaração, mas os rejeito, à míngua de qualquer dos vícios a que alude o artigo 1.022, do CPC/2015. Publique-se e intimem-se." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005865-55.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Banco Bonsucesso S/A** (Advogado(a): Dr(a). Marcelo da Silva Carlos, Carlos Roberto Siqueira Castro, Gustavo Gonçalves Gomes, Cassio Chaves Cunha7366/AM, 671A/AM, 1058A/AM, 12268/PA e **Embargado: Dayse Hery Souza da Silva** (Advogado(a): Dr(a). Camila Cordeiro Batista10930/AM **fica INTIMADO o EMBARGADO**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Camila Cordeiro Batista 10930/AM. "Despacho. Intime-se o Embargado para apresentar contrarrazões, no prazo de lei. À Secretaria, para providências." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005848-19.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Banco Daycoval S/A.** (Advogado:Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa1183/AM e **Embargado: Antonio Cleuter Ramos da Costa**. (Advogado: [Calixto Hagge Neto, Diego Andrade de Oliveira, Wagner Jackson Santana 8788/AM, 8792/AM, 8789/AM]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. Calixto Hagge Neto, Diego Andrade de Oliveira, Wagner Jackson Santana (8788/AM, 8792/AM, 8789/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo Interno Cível nº 0005604-27.2018.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: O Estado do Amazonas**. (Advogado(a): Dr(a). Fabio Pereira Garcia dos Santos(4850/AM). **Agravado: Davi Neves dos Santos.** (Advogado(a): Dr(a).André Luiz da Silva Lopes(8548/AM). **DECISÃO:** "Ante o exposto, julgo prejudicado o presente Agravo Regimental, determinando seu encerramento. Cumpra-se.". **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0044041-91.2005.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Maria Aurea Brasil de Araújo**. (Advogado(a): Dr(a). Tude Moutinho da Costa, Tude Moutinho da Costa(564/AM, 564/AM). **Apelado: Importadora Oliveira Ltda**. (Advogado(a): Dr(a).Wagner de Oliveira Vieira, Vitor Berenguer B. Junior, Miriam Regina Cunha Dutra(2786/AM, 8336/AM, 4869/AM). **DECISÃO:** "Diante do exposto, deixo de conhecer o presente recurso, nos termos do artigo 1.007, do Código de Processo Civil**."** **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4003855-04.2018.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Geane Montenegro Vieira**. (Advogado(a): Dr(a). Wilson Peçanha Neto(4630/AM). **Agravado: Colônia de Pescadores Am/08 do Município de Iranduba**. (Advogado(a): Dr(a).Georgete de Castro Duarte, Domingos Nunes de Oliveira(9249/AM, 13940/AM). **DECISÃO:** "Pelo exposto, em consonância com o parecer ministerial, conheço do presente agravo de instrumento no sentido de, com fulcro no efeito translativo recursal, declarar a incompetência desta Corte de Justiça para o julgamento do presente agravo de instrumento, bem como da ação originária n. 0600463-36.2018.8.04.0110, determinando a remessa de ambos os autos à Justiça do Trabalho. Cumpra-se" **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, relator(a) dos autos virtuais **de Agravo de Instrumento nº 4003780-28.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda**. (Advogado(a): Dr(a). Luciana Buzatto Peres(239449/SP). **Agravado: Jefferson Maia Moreira. (**Advogado(a): Dr(a).Sérgio Renam de Mello Freitas, Heudmann Osmidio Lima(11095/AM, 11124/AM**). DECISÃO:** "Pelo exposto, indefiro o pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo ao agravo. Intime-se o Agravado para que apresente suas contrarrazões recursais, nos termos do art. 1.019, II do Código de Processo Civil**."** **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4002259-82.2018.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: Antônio de Lima Mesquita, José Luís Sansone e Raimundo Nonato Barros Dantas** (Advogado(a): Dr(a). Alcemir Pessoa Figliuolo Neto, Ayrton de Sena Gentil Neto, Lucas Alberto de Alencar Brandão, Luciano Araújo Tavares13248/AM, 12521/AM, 12555/AM, 12512/AM e **Agravado: Estado do Amazonas ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES**, na pessoa de seus Advogados Dr(a). Alcemir Pessoa Figliuolo Neto, Ayrton de Sena Gentil Neto, Lucas Alberto de Alencar Brandão, Luciano Araújo Tavares 13248/AM, 12521/AM, 12555/AM, 12512/AM. "Desse modo, retiro o julgamento de pauta e determino a intimação dos Agravantes e do Agravado para que se manifestem a respeito do teor da Lei n. 4.573/2011, devendo o Agravado responder de forma objetiva os seguintes pontos: a) os Agravantes foram transferidos para o quadro permanente da UEA? b) Se sim, de que forma está sendo calculada sua remuneração? Cumpra-se." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Apelação Cível nº 0615378-63.2017.8.04.0001** - Manaus em que é **Apelante: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda** (Advogado(a): Dr(a). Gustavo Henrique dos Santos Viseu, Erik Lorenzzo Marinho da Silva117417/SP, 4944/AM e **Apelado: César Augusto Ueda** (Advogado(a): Dr(a). Rayssa Lopes da Silva Tavares, Rayssa Lopes da Silva Tavares, Gina Moraes de Almeida, Gina Moraes de Almeida13955/AM, 13955/AM, 7036/AM, 7036/AM **fica INTIMADO o APELADO**, na pessoa de sua Advogada Dra. Gina Moraes de Almeida 7036/AM. "Intime-se a advogada constituída, Dra. Gina Moraes de Almeida (OAB/AM n. 7.036) para manifestar-se acerca do acordo acostado às fls. 354-356, eis que o mesmo foi celebrado aparentemente sem a sua anuência/participação. À Secretaria para cumprimento**."** **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4001625-52.2019.8.04.0000** - Humaitá em que é **Agravante: Nelson Golçalves de Azevedo** (Advogado(a): Dr(a). Wilisvan Moura Strege11453/AM e **Agravado: Municipio de Humaitá** (Advogado(a): Dr(a). Camila Malta Soares7787/RO **fica INTIMADO o AGRAVANTE**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Wilisvan Moura Strege 11453/AM. "Intime-se os Agravantes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca da convenção firmada com o Agravado acerca do pedido de suspensão da lide, conforme apontado pelo Ministério Público (fls. 193-195) na forma do art. 9º e 10, do CPC, máxime efetivação do contraditório substancial e a incidência do princípio da não surpresa. À Secretaria para cumprimento." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0628282-81.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Sonia Margareth Coutinho Batista de Paula.** (Advogado(a): Dr(a). Lucio de Rezende Neto, Antônio José Oliva Veloso, Antônio José Oliva Veloso, Bruno Alecrim de Lima, Ivo Paes Barreto, Rodrigo Araujo Rebelo D. Albuquerque, (A512/AM, 6339/AM, 6440/AM, 735/AM, 12324/AM). **Apelado: Pedro Marcelo Bezerra Pinheiro**. (Advogado(a): Dr(a).Rodrigo Araujo Rebelo D. Albuquerque, Davis D'Albuquerque Braga, Lucio de Rezende Neto, Dr. Pedro Marcelo Bezerra Pinheiro, Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira, (12324/AM, 5081/AM, A512/AM, 4162/AM, 189340/SP). **DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4001624-67.2019.8.04.0000** - Humaitá em que é **Agravante: Nelson Golçalves de Azevedo** (Advogado(a): Dr(a). Wilisvan Moura Strege11453/AM e **Agravado: Municipio de Humaitá** (Advogado(a): Dr(a). Camila Malta Soares7787/RO **fica INTIMADO o AGRAVANTE**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Wilisvan Moura Strege 11453/AM. "Intime-se os Agravantes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca da convenção firmada com o Agravado, conforme promoção acostada às fls. 237-239, na forma do art. 9º e 10, do CPC, máxime efetivação do contraditório substancial e a incidência do princípio da não surpresa. À Secretaria para cumprimento." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4002267-59.2018.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: API SPE 10- PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS e Pdg Realty S/A Empreendimentos e Participações** (Advogado(a): Dr(a). Solano de Camargo, Eduardo Luiz Brock, Paulo Vinícius de Carvalho Soares, Fábio Rivelli149754/SP, 91311/SP, 257092/SP, 1119A/AM e **Agravado: Condominio Residencial River Side** (Advogado(a): Dr(a). Bruno Veiga Pascarelli Lopes, Giselle Falcone Medina Pascarelli Lopes7092/AM, 3747/AM fica **INTIMADO o AGRAVANTE**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Solano de Camargo, Eduardo Luiz Brock, Paulo Vinícius de Carvalho Soares, Fábio Rivelli 149754/SP, 91311/SP, 257092/SP, 1119A/AM. "Intime-se a Agravante para apresentar decisão proferida na Recuperação Judicial que tenha prorrogado o prazo de suspensão das ações contra si manejadas (automatic stay), na forma do art. 9º e 10, do CPC. O transcurso do prazo in albis será interpretado como inexistência de prorrogação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, que se iniciou em 06 de dezembro de 2017 (fls. 398-427). À Secretaria para cumprimento." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4002841-82.2018.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: GDA Imobiliária Ltda**. (Advogado(a): Dr(a). Apoena Moreira da Costa4055/AM e **Agravado: Amilcar Augusto Cesar de Carvalho** (Advogado(a): Dr(a). Amilcar Augusto César de Carvalho, Adair Jose Pereira Moura1450/AM, 1251/AM **fica INTIMADO o AGRAVANTE**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Apoena Moreira da Costa 4055/AM. "Dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. Intime-se os Agravantes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se na forma do art. 9º e 10, do CPC, máxime efetivação do contraditório substancial e a incidência do princípio da não surpresa. À Secretaria para cumprimento." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004143-15.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Realty Xxviii Empreendimentos Imobiliários Ltda**. (Advogado(a): Dr(a). Gustavo Clemente Vilela (220907/SP) e Gustavo Pinheiro Guimarães Padilha (178268/ASP)). **Agravado: Condomínio Forúm Business Center.** (Advogado(a): Dr(a). Ari Badarane Nicolau Júnior (11935/AM)). **DECISÃO: (....)** "Neste panorama, inexiste motivo para a concessão de qualquer medida de urgência em favor da Agravante, assim, por todo o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo."**Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Ari Badarane Nicolau Júnior (11935/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0001664-20.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda** (Advogado(a): Dr(a). Keyth Yara Pontes Pina, Carolina Ribeiro Botelho, Raphaela Batista de Oliveira3467/AM, 5963/AM, 9169/AM e **Embargado: Wladimir Karcellys de Oliveira Bastos** (Advogado(a): Dr(a). Nelson Abdon Souto Kizem, Lucas Harles do Nascimento Ribeiro5454/AM, 13350/AM **ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Keyth Yara Pontes Pina, Carolina Ribeiro Botelho, Raphaela Batista de Oliveira 3467/AM, 5963/AM, 9169/AM/Nelson Abdon Souto Kizem, Lucas Harles do Nascimento Ribeiro 5454/AM, 13350/AM. "Diante disso, intimem-se Embargante e Embargado para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias acerca das teses fixadas pelo c. STJ. Após, com ou sem manifestação, dê-se nova vista dos autos ao Ministério Público**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004372-72.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Waldeniza B Lima Lopes**. (Advogado(a): Dr(a). Henrique França Ribeiro (7080/AM)). **Agravado: Patri Doze Empreendimentos Imobiliários Ltda**. (Advogado(a): Dr(a). Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)). **DECISÃO: (....)** "Isto posto, em juízo de cognição sumária, por entender não estar presente o requisito do risco de dano e por se confundir a probabilidade de provimento do recurso com o próprio mérito a ser apreciado, fulcrada nos motivos acima dispostos, indefiro o pedido de efeito ativo. " **Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4004322-46.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: Industria de Móveis Evviber Ltda**. (Advogado(a): Dr(a). Camile de Bacco69482/RS e **Agravado: Andrea Andrade Gouvêa** (Advogado(a): Dr(a). Rosemeire Simões de Almeida, Wilson José Silva Cunha3558/AM, 3479/**AM fica INTIMADO o AGRAVANTE**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Camile de Bacco 69482/RS. "Pelo exposto, intime-se o Agravante para que se manifeste acerca do cabimento de seu recurso. Cumpra-se." **PT**

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000748-83.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante: Sidney Moura da Silva
Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM)
Embargado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador: Karina Broze Naimeg Grossi (OAB: 119869/MG)
Procurador: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. OMISSÃO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA ACLARAR E COMPLEMENTAR O JULGAMENTO. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0000748-83.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0002010-68.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante: Sandra de Souza Pereira
Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM)
Embargado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador: Luiz Gustavo Isoldi (OAB: 203340/SP)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA ACLARAR O JULGAMENTO. TERMO INICIAL PARA CONVERSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0002010-68.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0003609-21.2010.8.04.0012 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Antonio Batalha da Silva
Advogado: Mário Augusto Marques da Costa (OAB: 1946/AM)
Apelado: Banco Bmg S/A
Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO A TERCEIRO COM ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INDEVIDA COBRANÇA DO DEVEDOR ORIGINÁRIO QUANTO ÀS PARCELAS DE VENCIMENTOS POSTERIORES À TRANSMISSÃO DOS DIREITOS. INSCRIÇÃO IRREGULAR NO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL IN RE IPSA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0003609-21.2010.8.04.0012, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 3 de setembro de 2019.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0601344-20.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Apelado: José Loreto Teixeira Malheiros
Advogado: Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB: 8932/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Anselmo Chíxaro
APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO MEDIANTE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. JUROS MUITO SUPERIORES AOS PRATICADOS EM CONSIGNADOS. FALTA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA AO CONSUMIDOR. PRÁTICA COMERCIAL QUE GERAL VANTAGEM EXAGERADA À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONDUTA ABUSIVA. DIREITO À REPETIÇÃO DE INDÉBITO DOS VALORES PAGOS PELO CONSUMIDOR EM EXCESSO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0601344-20.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0603765-80.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Apelado: Francisco Luiz dos Santos
Advogada: Natassya dos Santos Amorim (OAB: 10151/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado
APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO MEDIANTE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. JUROS MUITO SUPERIORES AOS PRATICADOS EM CONSIGNADOS. FALTA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA AO CONSUMIDOR. PRÁTICA COMERCIAL QUE GERAL VANTAGEM EXAGERADA À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONDUTA ABUSIVA. DIREITO À REPETIÇÃO DE INDÉBITO DOS VALORES PAGOS PELO CONSUMIDOR EM EXCESSO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0603765-80.2016.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para negar-lhe provimento. Sala das Sessões, em Manaus, 3 de setembro de 2019.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0611606-24.2019.8.04.0001 - Apelação Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Apelada: Francisca de Paula de Lima
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO ATRAVÉS DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. JUROS MUITO SUPERIORES AOS PRATICADOS EM CONSIGNADOS. FALTA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA AO CONSUMIDOR. PRÁTICA COMERCIAL QUE GERAL VANTAGEM EXAGERADA À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONDUTA ABUSIVA. DIREITO À REPETIÇÃO DE INDÉBITO DOS VALORES PAGOS PELO CONSUMIDOR EM EXCESSO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS. FIXAÇÃO EM R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO ATRAVÉS DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. JUROS MUITO SUPERIORES AOS PRATICADOS EM CONSIGNADOS. FALTA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA AO CONSUMIDOR. PRÁTICA COMERCIAL QUE GERAL VANTAGEM EXAGERADA À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONDUTA ABUSIVA. DIREITO À REPETIÇÃO DE INDÉBITO DOS VALORES PAGOS PELO CONSUMIDOR EM EXCESSO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS. FIXAÇÃO EM R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0611606-24.2019.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e não lhe dar provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0615988-02.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Márcia Lasmar Martins
Advogado: Anelson Brito de Souza (OAB: 5342/AM)
Advogado: Kassio Almeida Faye das Chagas (OAB: 10208/AM)
Apelado: Direcional Engenharia S/A
Apelado: Jonasa Empreedimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)
Apelante: Direcional Engenharia S/A
Apelante: Jonasa Emprendimentos Imobiliários LTDA.
Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)
Apelada: Márcia Lasmar Martins
Advogado: Anelson Brito de Souza (OAB: 5342/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

DUAS APELAÇÕES CÍVEIS. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. LUCROS CESSANTES PRESUMIDOS. CLÁUSULA DE PRORROGAÇÃO INDEPENDENTE DE CONDIÇÃO. ABUSIVA. INCABÍVEL INVERSÃO DA CLÁUSULA PENAL CUMULADA COM DANOS MATERIAIS. TEMA N.º 970 DO STJ. BIS IN IDEM. REPARAÇÃO POR DANO MORAL FIXADO POR FRUSTRAÇÃO DO DIREITO À MORADIA. RECURSOS CONHECIDOS. . DECISÃO: "DUAS APELAÇÕES CÍVEIS. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. LUCROS CESSANTES PRESUMIDOS. CLÁUSULA DE PRORROGAÇÃO INDEPENDENTE DE CONDIÇÃO. ABUSIVA. INCABÍVEL INVERSÃO DA CLÁUSULA PENAL CUMULADA COM DANOS MATERIAIS. TEMA N.º 970 DO STJ. BIS IN IDEM. REPARAÇÃO POR DANO MORAL FIXADO POR FRUSTRAÇÃO DO DIREITO À MORADIA. RECURSOS CONHECIDOS. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0615988-02.2015.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso interposto por Márcia Lasmar Martins para dar-lhe provimento e conhecer do recurso interposto por Direcional Engenharia S/A e Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto relator.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0616362-47.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Alencar Cheres da Cunha
Advogado: Vitor Rodrigo Sans (OAB: 160869/SP)
Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ERRO NO PREENCHIMENTO ELETRÔNICO DO CAMPO DE ENDEREÇO NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO. NOTIFICAÇÃO ENVIADA PARA ENDEREÇO INEXISTENTE E DIVERSO DO ENDEREÇO DO DEVEDOR FIDUCIANTE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NÃO IMPUTÁVEL AO CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DE REGULAR CONSTITUIÇÃO DO DEVEDOR EM MORA. REFORMA DA SENTENÇA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0616362-47.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 30 de agosto de 2019.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0619190-16.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Bmg S/A
Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE)
Apelado: Daniel Sena Chaves
Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)
Advogada: Gabriela Gomes Soares (OAB: 12504/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO ATRAVÉS DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. JUROS MUITO SUPERIORES AOS PRATICADOS EM CONSIGNADOS. FALTA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA AO CONSUMIDOR. PRÁTICA COMERCIAL QUE GERA VANTAGEM EXAGERADA À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONDUTA ABUSIVA. DIREITO À REPETIÇÃO DE INDÉBITO DOS VALORES PAGOS PELO CONSUMIDOR EM EXCESSO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS. FIXAÇÃO EM R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS). MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PISO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO ATRAVÉS DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. JUROS MUITO SUPERIORES AOS PRATICADOS EM CONSIGNADOS. FALTA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA AO CONSUMIDOR. PRÁTICA COMERCIAL QUE GERA VANTAGEM EXAGERADA À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONDUTA ABUSIVA. DIREITO À REPETIÇÃO DE INDÉBITO DOS VALORES PAGOS PELO CONSUMIDOR EM EXCESSO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS. FIXAÇÃO EM R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS). MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PISO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0619190-16.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e não lhe dar provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0620621-22.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM)

Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)
Apelada: Ingrid Carneiro de Lima
Advogada: Silvana Lima de Oliveira (OAB: 8778/AM)
Advogado: Vilson Gomes Benayon Filho (OAB: 4820/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. VERIFICAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 14, § 3. º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. VERIFICAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 14, § 3. º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0620621-22.2016.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0630145-48.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda.
Advogado: Manuela Motta Moura da Fonte (OAB: 20397/PE)
Apelado: Ezio Matheus Felix Carvalho
Apelada: Maria Beatriz Felix de Carvalho
Advogado: Sérgio Ricardo Mota Cruz (OAB: 3495/AM)
Apelante: Ezio Matheus Felix Carvalho
Apelante: Maria Beatriz Felix de Carvalho
Advogado: Sérgio Ricardo Mota Cruz (OAB: 3495/AM)
Apelado: Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda.
Advogado: Manuela Motta Moura da Fonte (OAB: 20397/PE)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL E APELAÇÃO ADESIVA. AÇÃO DECLARATÓRIA E DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PAGAMENTO DE CONTEMPLAÇÃO DE CONSÓRCIO A DESCENDENTES DE CONSORCIADO FALECIDO. LIBERAÇÃO DE QUANTIA À COMPANHEIRA VIÚVA EM PROCEDIMENTO DE ALVARÁ JUDICIAL CERCA DE DOIS ANOS APÓS A CITAÇÃO. PAGAMENTO DE OBRIGAÇÃO LITIGIOSA SEM CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. NEGLIGÊNCIA E RISCO DA ADMINISTRADORA DO CONSÓRCIO. EXEGESE DO ARTIGO 344 DO CÓDIGO CIVIL. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO. AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0630145-48.2013.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer dos recursos para negar-lhes provimento, nos termos do voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 30 de agosto de 2019.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0633976-02.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Karina de Almeida Batisttuci (OAB: 685/AM)
Apelado: Raimundo Cosme Coelho
Advogado: Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB: 5763/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS MORAIS. APROPRIAÇÃO DE QUANTIA DEPOSITADA EM CONTA CORRENTE PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.1. A conduta da instituição financeira em descontar valores referentes a seguro que nunca foi contratado pelo consumidor caracteriza-se como defeito na prestação do serviço, nos termos do artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor;2. A indenização de R$ 8.000,00 (quarenta mil reais) a título de danos morais é compatível com as circunstâncias do caso, bem como com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade;3. Recurso conhecido e não provido.. DECISÃO: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS MORAIS. APROPRIAÇÃO DE QUANTIA DEPOSITADA EM CONTA CORRENTE PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. 1. A conduta da instituição financeira em descontar valores referentes a seguro que nunca foi contratado pelo consumidor caracteriza-se como defeito na prestação do serviço, nos termos do artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor; 2. A indenização de R$ 8.000,00 (quarenta mil reais) a título de danos morais é compatível com as circunstâncias do caso, bem como com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade; 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0633976-02.2016.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0634453-54.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Apelada: Rosineide Rodrigues Viana
Advogado: Alessandro da Silva Calado (OAB: 11768/AM)
Advogada: Tatiana de Freitas Lopes (OAB: 11732/AM)
Advogado: Karla Patricia Bulaslan de Mendonça (OAB: 11742/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. REVELIA DA PARTE APELANTE. ANÁLISE DESTA CORTE APENAS DAS QUESTÕES DE DIREITO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAR EXCLUDENTES. ART. 14, §3º DO CDC. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. CONFIGURAÇÃO DE DANO MORAL IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA EM SUA INTEGRALIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. REVELIA DA PARTE APELANTE. ANÁLISE DESTA CORTE APENAS DAS QUESTÕES DE DIREITO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAR EXCLUDENTES. ART. 14, §3º DO CDC. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. CONFIGURAÇÃO DE DANO MORAL IN RE IPSA. SENTENÇA MANTIDA EM SUA INTEGRALIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0634453-54.2018.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, conhecer o recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0635511-97.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara de Família
Apelante: A. C. de L.
Advogado: Daniele de Freitas Correa (OAB: 9287/AM)
Advogada: Michele Freitas Correa (OAB: 3348/AM)
Apelante: B. P. de L.
Apelante: V. P. de L.
Representa: Kelsemira Sampaio Paiva
Advogado: Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB: 953/RR)
Apelada: B. P. de L.

Apelado: V. P. de L.
Representa: Kelsemira Sampaio Paiva
Advogado: Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB: 953/RR)
Apelado: A. C. de L.
Advogado: Daniele de Freitas Correa (OAB: 9287/AM)
Advogada: Michele Freitas Correa (OAB: 3348/AM)
MPAM: M. P. do E. do A. - S. G. C.
Procurador: Dra. Maria José da Silva Nazaré

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÕES CÍVEIS. FAMÍLIA. ALIMENTOS. PRIMEIRA APELAÇÃO REQUERENDO A CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE DE REQUERIMENTO A QUALQUER TEMPO. INEXISTÊNCIA DE PRECLUSÃO. APELANTE QUE PREENCHE OS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA GRATUIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SEGUNDA APELAÇÃO QUE ALEGA CERCEAMENTO DE DEFESA. DECISÃO PROFERIDA SEM SANEAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. APELAÇÃO QUE NÃO MERECE SER PROVIDA EM VIRTUDE DO ACERTO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "APELAÇÕES CÍVEIS. FAMÍLIA. ALIMENTOS. PRIMEIRA APELAÇÃO REQUERENDO A CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE DE REQUERIMENTO A QUALQUER TEMPO. INEXISTÊNCIA DE PRECLUSÃO. APELANTE QUE PREENCHE OS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA GRATUIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SEGUNDA APELAÇÃO QUE ALEGA CERCEAMENTO DE DEFESA. DECISÃO PROFERIDA SEM SANEAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. APELAÇÃO QUE NÃO MERECE SER PROVIDA EM VIRTUDE DO ACERTO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0635511-97.2015.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, em conhecer dos recursos e, no mérito, dar provimento à primeira apelação e negar provimento à segunda apelação.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0642005-07.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Apelada: Maria do Socorro Vieira Martins
Advogado: Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB: 8932/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Sabino da Silva Marques

APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO MEDIANTE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. JUROS MUITO SUPERIORES AOS PRATICADOS EM CONSIGNADOS. FALTA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA AO CONSUMIDOR. PRÁTICA COMERCIAL QUE GERA VANTAGEM EXAGERADA À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONDUTA ABUSIVA. DIREITO À REPETIÇÃO DE INDÉBITO DOS VALORES PAGOS PELO CONSUMIDOR EM EXCESSO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0642005-07.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0646919-80.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Banco Bmg S/A
Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE)
Apelado: Julimar Moraes Silva
Advogado: Manoel Marques de Oliveira (OAB: 5587/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO ATRAVÉS DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. JUROS MUITO SUPERIORES AOS PRATICADOS EM CONSIGNADOS. FALTA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA AO CONSUMIDOR. PRÁTICA COMERCIAL QUE GERA VANTAGEM EXAGERADA À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONDUTA ABUSIVA. DIREITO À REPETIÇÃO DE INDÉBITO DOS VALORES PAGOS PELO CONSUMIDOR EM EXCESSO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS. FIXAÇÃO EM R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO ATRAVÉS DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. JUROS MUITO SUPERIORES AOS PRATICADOS EM CONSIGNADOS. FALTA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA AO CONSUMIDOR. PRÁTICA COMERCIAL QUE GERA VANTAGEM EXAGERADA À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONDUTA ABUSIVA. DIREITO À REPETIÇÃO DE INDÉBITO DOS VALORES PAGOS PELO CONSUMIDOR EM EXCESSO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS. FIXAÇÃO EM R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de n.º 0646919-80.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e não lhe dar provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 0653071-47.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT)
Apelado: R de O Lira Me

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Sabino da Silva Marques

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ACORDO EXTRAJUDICIAL APRESENTADO EM JUÍZO. SUSPENSÃO DO PROCESSO AVENÇADA PELAS PARTES. POSSIBILIDADE. ANULAÇÃO DA SENTENÇA QUE DEU BAIXA NO FEITO. HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO QUE ENSEJA APENAS A SUSPENSÃO DO PROCESSO ATÉ O FINAL CUMPRIMENTO DO ACORDADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0653071-47.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para dar-lhe provimento, anulando a sentença proferida.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 4000137-62.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 1ª Vara da Fazenda Pública
Agravante: O Estado do Amazonas
Procurador: Kerinne Maria Freitas Pinheiro
Agravado: Fernando Hitalo Serrao Levy
Advogado: Victor da Silva Trindade (OAB: 2991/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO ACLARATÓRIA, NA ORIGEM, DA ANTERIOR DECISÃO DE CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR CONTRA FAZENDA PÚBLICA. OBSERVÂNCIA PARCIAL DO JULGAMENTO DESTA SEGUNDA INSTÂNCIA QUANTO À DECISÃO ORIGINÁRIA. REFORMA PARCIAL DA DECISÃO PARA DETERMINAR A OBSERVÂNCIA DO DECIDIDO EM GRAU RECURSAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE

PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 4000137-62.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 4000656-37.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 1ª Vara de Família
Agravante: Lucas Parente Rodrigues
Representa: Mariana Parente da Silva Rodrigues
Advogado: Felipe Braga de Oliveira (OAB: 9663/AM)
Advogada: Lívia Oliveira e Silva (OAB: 12851/AM)
Agravado: Idenelson Rodrigues da Costa Júnior
Advogado: Célia Alice Cordeiro Pinheiro (OAB: 8898/AM)
Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

AGRAVO POR INSTRUMENTO. ALIMENTOS FIXADOS PROVISORIAMENTE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE GASTOS. DECISÃO MANTIDA. 1. De acordo com o § 1.º, do artigo 1.694, do Código Civil, os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada. 2. Não havendo comprovação documental dos gastos, não há razão para que se altere o valor fixado a título de alimentos provisórios pelo juízo de piso. 3. Recurso conhecido e não provido.. DECISÃO: "AGRAVO POR INSTRUMENTO. ALIMENTOS FIXADOS PROVISORIAMENTE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE GASTOS. DECISÃO MANTIDA. 1. De acordo com o § 1.º, do artigo 1.694, do Código Civil, os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada. 2. Não havendo comprovação documental dos gastos, não há razão para que se altere o valor fixado a título de alimentos provisórios pelo juízo de piso. 3. Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4000656-37.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, conhecer do recurso para lhe não lhe dar provimento, mantendo a decisão do Juízo a quo.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 4000670-55.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante: Banco do Brasil S/A
Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 211648/SP)
Agravado: Amazon Couros Comércio Ltda–me
Advogado: Miguel Barrela Filho (OAB: 1622/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

AGRAVO POR INSTRUMENTO. DECISÃO QUE DETERMINOU A JUNTADA DE DOCUMENTOS APÓS INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, MAS COM FUNDAMENTO LEGAL INAPLICÁVEL AO ATUAL MOMENTO PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PERDA DE OBJETO EM RELAÇÃO ÀS ASTREINTES FIXADAS, DIANTE DO CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DA OBRIGAÇÃO DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NO MÉRITO CONHECIDO, NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4000670-55.2018.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer parcialmente do recurso para, no mérito conhecido, lhe negar provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 4001049-59.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante: Luiz Wilson Barroso
Advogado: Daniel Silva Barroso (OAB: 2965/AM)
Agravado: Alpha Extração de Areia Ltda
Advogado: José Luiz Cantuaria dos Reis (OAB: 2896/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NULIDADE E CANCELAMENTO DO ATO DE PENHORA POR TER SIDO CUMPRIDO POR OFICIAL DE JUSTIÇA DIVERSO DO ORIGINALMENTE SORTEADO. ESCLARECIMENTO DO JUIZ COORDENADOR DA CENTRAL DE MANDADOS SOBRE A MODIFICAÇÃO DO ENDEREÇO DA DILIGÊNCIA E DA ZONA DE ATUAÇÃO DOS MEIRINHOS. AUSÊNCIA DE VÍCIO INSANÁVEL OU PREJUÍZO. PENHORA DEVIDAMENTE AUTORIZADA POR ORDEM JUDICIAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4001049-59.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para dar-lhe provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 4001443-66.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM)
Agravada: Aracy Rodrigues da Silva
Advogada: Rosane Romero Ravazi (OAB: 8063/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

AGRAVO POR INSTRUMENTO. CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA. REQUISITOS PREENCHIDOS NA ORIGEM. ORDEM DE NÃO SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. LIMITAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER AO CASO CONCRETO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: "AGRAVO POR INSTRUMENTO. CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA. REQUISITOS PREENCHIDOS NA ORIGEM. ORDEM DE NÃO SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. LIMITAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER AO CASO CONCRETO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4001443-66.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe dar parcial provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 4003821-29.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogada: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 1164A/AM)
Advogado: José Lídio Alves dos Santos (OAB: 1163A/AM)
Agravado: Celeste Santos de Souza Me

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE PROCEDEU AO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE APELAÇÃO, NA VIGÊNCIA DO NOVO CPC. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ANULAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA..

DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4003821-29.2018.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe dar provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 4004137-13.2016.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante: Amazonas Energia S/A
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogado: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 1069/AM)
Advogado: Ligia de Souza Frias (OAB: 84507/MG)
Agravado: Construtora Amazon Lider Ltda
Agravado: Pré-moldados Planalto Ltda
Advogado: Clemente Augusto Gomes (OAB: 438/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

AGRAVO POR INSTRUMENTO. CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA. REQUISITOS PREENCHIDOS NA ORIGEM. ORDEM DE NÃO SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. LIMITAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER AO CASO CONCRETO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4004137-13.2016.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe dar parcial provimento. Sala das Sessões, em Manaus, 3 de setembro de 2019.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 4004940-25.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante: Fabíola da Silva Guimarães
Agravante: Maria Terezinha da Silva Rodrigues
Advogada: Fabíola da Silva Guimarães (OAB: 8422/AM)
Advogado: Otavio Dias Pedrosa Filho (OAB: 9559/AM)
Agravada: Alcilene Pereira de Castro
Defensor: Caroline Braz Germano Ribeiro Penha
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO LIMINAR QUE DETERMINOU DERRUBADA DE MURO. OBSTRUÇÃO DE PASSAGEM ENTRE TERRENOS VIZINHOS. OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA. AFERIÇÃO DA PROBABILIDADE DO DIREITO MEDIANTE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA. CONTROVÉRSIA EMINENTENTEMENTE FÁTICA CUJA PREMISSA ADOTADA SOMENTE PODE SER MODIFICADA MEDIANTE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 4004940-25.2018.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 4005246-91.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 2ª Vara da Fazenda Pública
Agravante: Claudia Soares Duarte
Agravante: Elizângela Pinto Gomes Monteiro
Agravante: Rosiane Araújo das Chagas
Advogado: Douglas Herculano Barbosa (OAB: 6407/AM)
Agravado: Estado do Amazonas
Procurador: Franklin Arthur Martinez Filho (OAB: 1251A/AM)
Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO ORIGINÁRIA QUE INDEFERIU A TUTELA ANTECIPADA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. CUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS DE ASSISTENTES SOCIAIS. PERIGO DA DEMORA QUE SE CONFUNDE COM A PRÓPRIA SUBSISTÊNCIA DAS SERVIDORAS. REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA. CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4005246-91.2018.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe dar provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Processo: 4006176-12.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 5ª Vara da Fazenda Pública
Agravante: O Estado do Amazonas
Advogado: Benedito Evaldo de Lima (OAB: 4821/AM)
Agravado: José Ribamar Valente de Araújo
Advogada: Andrea Fonseca Oliveira (OAB: 5959/AM)

Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO DO JUÍZO PLANTONISTA DE PRIMEIRO GRAU QUE FIXOU MULTA COMINATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESPROPORCIONALIDADE AFERIDA NO CASO CONCRETO. VEDAÇÃO DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. NECESSIDADE DE RESPEITO À FINALIDADE DAS ASTREINTES. ESTÍMULO À ADOÇÃO DE OUTRAS FORMAS DE EFETIVAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO AO PERCEBIMENTO DE QUANTIAS VULTOSAS DOS COFRES PÚBLICOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO DO JUÍZO PLANTONISTA DE PRIMEIRO GRAU QUE FIXOU MULTA COMINATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESPROPORCIONALIDADE AFERIDA NO CASO CONCRETO. VEDAÇÃO DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. NECESSIDADE DE RESPEITO À FINALIDADE DAS ASTREINTES. ESTÍMULO À ADOÇÃO DE OUTRAS FORMAS DE EFETIVAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO AO PERCEBIMENTO DE QUANTIAS VULTOSAS DOS COFRES PÚBLICOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 4006176-12.2018.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento.". Sessão: 24 de março de 2003.

Secretaria do(a) Primeira Câmara Cível , em Manaus, 16 de setembro de 2019.

Processo: 0000108-11.2017.8.04.5801 - Apelação Cível, 1ª Vara de Maués; Apelante: Municipio Maues-am; Procurador: Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos (OAB: 9908/AM); Procurador: Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB: 9124/AM); Apelada: Joziane dos Santos Andrade; Advogado: Rodrigo Cesar da Silva e Silva (OAB: 7260/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA C/C DANOS MORAIS. - A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de

trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM)– O Supremo Tribunal Federal (RE 830.962) assentou que os contratos temporários nulos também dão direito ao FGTS. Sendo a nova interpretação mais favorável à pessoa humana, dispensando-lhe maior proteção, imperiosa sua imediata aplicação.- A Apelação Cível interposto contra decisão interlocutória proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Tefé que, em sede de demanda com pretensão condenatória, julgou parcialmente procedente os pedidos propostos na exordial, declarando a nulidade da contratação, condenando o Requerido ao recolhimento das verbas relativas ao FGTS e, condenando o Requerido a pagar, a título de indenização, os vencimentos a que tinha direito a Autora pelo período da estabilidade provisória, descontados os meses laborados no período eleitoral, por fim, indeferiu o pedido de danos morais. Por conseguinte, declaro extinto o processo, com resolução de mérito, nos moldes do art. 487, I, do Código de Processo Civil. - Sem custas e honorários, pois foi deferida a gratuidade de justiça.- Recurso conhecido e desprovido, em harmonia com o Parecer do Ministério Público. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, conhecer e negar Provimento ao recurso.". Sessão: 05 de agosto de 2019. EL

Processo: 0214103-62.2008.8.04.0001 - Apelação Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Pedro da Silva Maia; Advogado: Armando de Souza Negrao (OAB: 1082/AM); Apelada: Sul América Atena Seguros e Previdência S/A.; Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. COBRANÇA DE SEGURO FACULTATIVO. VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM. PRESCRIÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.- Diante da narração temporal, verifico que todos os atos acima ocorreram durante a vigência do Código Civil de 1916, sendo que, de acordo com a necessidade de observar-se o Princípio do Tempus Regit Actum, tais atos jurídicos devem ser regidos pela lei da época em que ocorreram.- Ainda que o Apelante tente eximir-se da ocorrência de prescrição de prazo prescricional para o ajuizamento da demanda, não há como negar que houve lapso temporal superior a um ano entre a data de denegação da indenização pela seguradora (16/07/1998) e o do ajuizamento da ação, em 14/04/2008. Jurisprudência do STJ.- Ante o exposto, acertadamente julgou improcedente a demanda o Juízo de Piso, eis que há de se considerar o ensejo da prescrição extintiva, na forma do art. 487, II do CPC.- Recurso conhecido e, no mérito, não provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0214103-62.2008.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4002839-15.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Fernando Almeida Marques; Agravante: Marcia da Silva Lobato; Advogado: Orlando Anzoategui Junior (OAB: 20705/PR); Agravado: Banco Santander (Brasil) S.a.; Advogado: José Quagliotti Salamone (OAB: 103587/SP). Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. APELAÇÃO CÍVEL. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM IMÓVEL. POSSIBILIDADE DE REMISSÃO DA DÍVIDA ATÉ LAVRATURA DO AUTO DE ARREMATAÇÃO. PRECEDENTES. PROBABILIDADE DO DIREITO EXISTENTE. AUTORIZAÇÃO PARA DEPÓSITO DAS PARCELAS EM ATRASO, DEVIDAMENTE ATUALIZADAS, E DAS VINCENDAS. RECURSO PROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em consonância com o parecer do G. Órgão Ministerial, em dar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4000188-73.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, Vara Única de Manaquiri; Agravante: Antonio Saraiva Araújo; Advogado: Denison de Souza Santos (OAB: 12123/AM); Advogado: Antonio Henrick Holanda da Silva Rocha (OAB: 12622/AM); Agravado: Deiverson Rodrigues dos Santos; Agravada: Angela Maria Rodrigues dos Santos; Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PAGAMENTO DO DÉBITO. REVOGAÇÃO DA ORDEM DE PRISÃO. PERDA DO OBJETO. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judicias adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM). - In casu, os motivos que ensejaram o decreto prisional não mais persistem, diante do pagamento do valor do débito que deu origem ao decreto prisional. Assim o presente recurso perdeu superveniente seu objeto, diante da comprovação do pagamento do débito.- Agravo de Instrumento não conhecido em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4000188-73.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em não conhecer do recurso em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 26 de agosto de 2019. EL

Processo: 0000059-64.2014.8.04.7000 - Apelação Cível, Vara Única de São Paulo de Olivença; Apelante: Município de São Paulo de Olivença/AM; Procurador: Antonio das Chagas Ferreira Batista (OAB: 4177/AM); Procurador: Adrimar Freitas de Siqueira (OAB: 8243/AM); Apelado: Trans Lucas Comércio e Serviços; Advogada: Maria Adélia Araújo Silva Alves (OAB: 5514/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. CHEQUE PRESCRITO. PROVA HÁBIL A ENSEJAR O PROCEDIMENTO MONITÓRIO. EMBARGOS REJEITADOS. RÉU NÃO SUPEROU ÔNUS MODIFICATIVO, EXTINTIVO E IMPEDITIVO DO DIREITO DO AUTOR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. De acordo com a regra estampada no inciso I, do art. 700, do CPC, a ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro; 2. Ademais, caberia ao emitente dos cheques, nos embargos monitórios, a comprovação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da empresa autora, na forma do art. 373, inciso II, do CPC/2015, o que não foi realizado no presente caso. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0000059-64.2014.8.04.7000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0000444-06.2014.8.04.3801 - Apelação Cível, 1ª Vara de Coari; Apelante: Banco do Brasil S/A; Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 4275A/PE); Apelado: F. da C. Batista – Me; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. EMENDA DA INICIAL. DETERMINAÇÃO NÃO ATENDIDA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS. DESNECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL AO CPC/15. TEORIA DO ISOLAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A comunicação dos atos

processuais deve-se pautar pelos princípios da instrumentalidade das formas e da efetividade processual. Assim, não efetivada a intimação do advogado para emendar a inicial, a ausência de manifestação da parte não pode ser hipótese de extinção do processo; 2. Ademais, torna-se desnecessária a adequação da petição inicial, interposta sob a égide do CPC/1973, aos ditames do Novo Código de Processo Civil, dado que a lei processual civil tem aplicação imediata, nos termos do art. 14 do CPC/2015, bem como há que se prestigiar a aplicação da Teoria do Isolamento dos Atos Processuais. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0000444-06.2014.8.04.3801, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e DAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0000459-62.2016.8.04.7500 - Apelação Cível, 1ª Vara de Tefé; Apelante: Município de Tefé - Prefeitura Municipal de Tefé -Am; Representa: Emer de Senna Gomes; Advogado: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM) Advogado: Alvimar Costa Monteiro Junior (OAB: 8580/AM); Apelada: Cristina Cesar Correa; Advogado: Duarte Sávio Rodrigues Alves de Menezes (OAB: 9598/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO. TEMPORÁRIA. SUCESSIVAS PRORROGAÇÕES. NULIDADE DA CONTRATAÇÃO. DIREITO AO FGTS. APLICAÇÃO DO ART. 19-A DA LEI N.º 8.036/90. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA SUPREMA CORTE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judicias adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM);- A regra constitucional é de que o exercício de funções públicas se dê por aqueles que sejam previamente aprovados em concurso público. A exceção a esta regra só pode ocorrer nas hipóteses definidas na própria Constituição Federal (cargos em comissão e contratação temporária para atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público), sob pena de o legislador infraconstiucional ser autorizado a alterar o texto constitucional, ao ampliar as hipóteses de exceção ao concurso público;- No caso dos autos, a Autora foi admitida nos quadros da Administração Pública Municipal, para exercer a função de Auxiliar Operacional, no período de maio/2003 a fevereiro/2016;- A renovação do contrato temporário, por sucessivas vezes, ocasiona a nulidade do contrato celebrado;- O Supremo Tribunal Federal (RE 830.962) assentou que os contratos temporários nulos também dão direito ao FGTS;- Ademais, o Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer o prazo quinquenal da prescrição da pretensão de cobrança de FGTS, decidiu, em modulação dos efeitos, atribuir eficácia ex nunc à decisão. É dizer, para os casos em que a ciência da lesão ocorreu a partir de 13/11/2014, aplica-se a prescrição quinquenal. Nos demais casos, em que os prazos prescricionais já estavam em curso na data acima referida, aplica-se o prazo de prescrição que se consumar primeiro: trinta anos contados do termo inicial ou cinco anos a partir de 13/11/2014;- In casu, a ação foi ajuizada dentro do prazo prescricional de 05 anos, visto que protocolada em 10.03.2016, restando preveservado o fundo de direito, dando ensejo ao recolhimento de todo período laborado; - Sentença mantida;- Recurso conhecido e desprovido em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0000459-62.2016.8.04.7500, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito negar-lhe provimento em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0000789-84.2018.8.04.0000 - Agravo Regimental Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Agravante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau; Procurador: Maria José da Silva Nazaré; Agravada: Milena Soares Garcia; Agravado: O Estado do Amazonas; Advogado: Eneias de Paula Bezerra (OAB: 2354/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA. APLICAÇÃO DO ART. 932, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. INAPLICABILIDADE NO CASO EM TELA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Observa-se que o despacho proferido, não se trata de decisão monocrática e sim de mero despacho encaminhando os autos ao Ministério Público para que este ofereça seu parecer. 2. Sabe-se que o NCPC prevê em seu art. 932 os "poderes-deveres" do relator, sendo um deles conceder nova chance de manifestação antes de julgar quando novos argumentos forem apresentados nos autos. Porém no mesmo artigo, em seu inciso III entende que é cediço ao relator "não conhecer o recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida". 3. Verifica-se que o despacho proferido não se tratava de decisão de admissibilidade ou de julgamento do mérito, sendo somente um despacho de vistas ao MP. 4. Recurso conhecido e não provido. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Regimental Cível n.º 0000789-84.2018.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do(a)(s) Egrégio(a)(s) Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade_ de votos, conhecer e negar provimento ao recurso.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0001192-87.2017.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta); Embargante: O Estado do Amazonas; Procurador: Lorena Silva de Albuquerque (OAB: 6023/AM); Embargado: Ranyer Marques Costa; Advogado: Janiete da Silva Monteiro (OAB: 10084/AM); Advogado: Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB: 5199/AM); Advogado: Almir Albuquerque dos Santos Anselmo (OAB: 8441/AM); Advogado: Adolpho Mauro Maues Nazareth (OAB: 5540/AM); Advogado: André Luiz Duarte da Cruz (OAB: 7694/AM); Procuradora: Dra. Maria Jose da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONSTATADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDOS SEM EFEITOS MODIFICATIVOS. 1. Os embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório. 2. Assim, constatada omissão quanto a manifestação expressa acerca da violação ou não dos princípios da vinculação ao Edital, legalidade e impessoalidade, cumpre dar provimento aos Embargos para integrar o Acórdão. 3. No caso dos autos, o próprio Edital legitimava a Banca Examinadora bem como a Comissão da Polícia Militar do Amazonas, para atuar nos casos omissos ou situações não previstas. 4. Tendo a própria Banca afirmado que o candidato poderia passar por nova avaliação psicológica por outra Banca Examinadora (fls. 59 do Processo Principal), tem-se que o exame realizado na forma prescrita por ela deve ser convalidado, sem ferir, por conseguinte, os princípios da vinculação ao Edital, legalidade e impessoalidade e, ainda, pelo fato de terem sido seguidas as mesmas regras editalícias na realização do exame. 5. Embargos de declaração providos sem efeitos modificativos. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração em Apelação n.º 0001192-87.2017.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, dar provimento aos embargos de declaração, sem efeitos modificativos.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0001270-90.2014.8.04.7500 - Apelação Cível, 1ª Vara de Tefé; Apelante: O Município de Tefé/am; Procurador: Emer de Senna Gomes; Procurador: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM); Apelado: Maria de Fatima Ferreira de ILma Advogado: Saul Max Pinheiro Vasconcelos (OAB: 3524/AM); Procuradora: Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO CARACTERIZADA. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO. TEMPORÁRIA. SUCESSIVAS PRORROGAÇÕES. NULIDADE DA CONTRATAÇÃO. DIREITO AO FGTS. APLICAÇÃO DO ART. 19-A DA LEI N.º 8.036/90. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA SUPREMA CORTE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judicias adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM);- A regra constitucional é de que o exercício de funções públicas se dê por aqueles que sejam previamente aprovados em concurso público. A exceção a esta regra só pode ocorrer nas hipóteses definidas na própria Constituição Federal (cargos em comissão e contratação temporária para atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público), sob pena de o legislador infraconstiucional ser autorizado a alterar o texto constitucional, ao ampliar as hipóteses de exceção ao concurso público;- No caso dos autos, a Autora foi admitida nos quadros da Administração Pública Municipal, para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 01.03.2008 a 31.12.2012;- A renovação do contrato temporário, por sucessivas vezes, ocasiona a nulidade do contrato celebrado;- O Supremo Tribunal Federal (RE 830.962) assentou que os contratos temporários nulos também dão direito ao FGTS;- Ademais, o Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer o prazo quinquenal da prescrição da pretensão de cobrança de FGTS, decidiu, em modulação dos efeitos, atribuir eficácia ex nunc à decisão. É dizer, para os casos em que a ciência da lesão ocorreu a partir de 13/11/2014, aplica-se a prescrição quinquenal. Nos demais casos, em que os prazos prescricionais já estavam em curso na data acima referida, aplica-se o prazo de prescrição que se consumar primeiro: trinta anos contados do termo inicial ou cinco anos a partir de 13/11/2014;- In casu, são devidos ao Apelado o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do período não prescrito, como entendeu o douto Magistrado.- Sentença mantida. - Recurso conhecido e desprovido em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0001270-90.2014.8.04.7500, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito negar-lhe provimento em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0001380-26.2013.8.04.7500 - Apelação Cível, 1ª Vara de Tefé; Apelante: Prefeitura do Município de Tefé/am; Representa: Emer de Senna Gomes; Procurador: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM); Apelado: Jonatha do Carmo Santana; Advogado: Kriem Oliveira de Queiroz (OAB: 3290/AM); MPAM: Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO TEMPORÁRIO. EXTRAPOLAMENTO DO LIMITE DE PRAZO. CONTRATO TEMPORÁRIO QUE NÃO ATENDE OS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 37, IX, DA CRFB. NULIDADE. FGTS. VERBA DEVIDA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE PARCELAS ATINGIDAS PELO PRAZO QUINQUENAL. RECURSO DESPROVIDO.1. O contrato temporário firmado com fundamento no art. 37, IX, da CRFB, ainda que nulo, não gera direito a verbas rescisórias trabalhistas, mas apenas ao pagamento de verbas salariais pendentes e dos depósitos do FGTS, nos termos do art. 19-A da Lei nº 8.036/90.2. O prazo prescricional aplicável a demandas ajuizadas em face da Fazenda Pública é quinquenal, por força do disposto no art. 1º do Decreto-Lei nº 20.910/32. Precedentes desta Corte. 3. Apelação do município desprovida. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, concordando com o G. Órgão Ministerial, em negar provimento à Apelação Cível, nos termos do relatório e do voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0001522-16.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A; Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM); Embargada: Norma Gomes de Sa; Embargado: Jose Araripe Filho; Advogada: Djane Oliveira Marinho (OAB: 5849/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO. APELAÇÃO. DPVAT. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. CONTRADIÇÃO AO ART. 2º DO CC. OMISSÃO A ANÁLISE DOS DANOS MORAIS. EMGARGOS ACOLHIDOS EM PARTE. 1. Não há que se falar em contradição quanto ao entendimento do art. 2º do CC, vez que o próprio artigo em sua segunda parte, põe salvo os direitos do nascituro. 2. Nosso ordenamento jurídico, reconhece como direito fundamental o direito a vida, sendo este estendido ao nascituro. 3. A indenização por danos morais, compreende a ofensa ou violação dos bens de ordem moral de uma pessoa, estes referindo a sua liberdade, sua honra, sua imagem e até mesmo a sua saúde, mental ou física, diante disso, um pai que perde sua filha e seu neto em um acidente automobilístico tem sua saúde mental violada, fazendo jus ao recebimento de danos morais. 4. Embargos acolhidos em parte. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em (incluir incidentes anteriores) n.º 0001522-16.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do(a)(s) Egrégio(a)(s) Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, acolher parcialmente aos embargos de declaração.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0002212-45.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A; Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 86415/RJ); Embargada: Marcia Ferreira de Souza; Advogada: Djane Oliveira Marinho (OAB: 5849/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Os embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório. 2. Inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado.3. Embargos declaratórios rejeitados. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0002212-45.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do(a)(s) Egrégio(a)(s) Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0002584-03.2016.8.04.7500 - Apelação Cível, 1ª Vara de Tefé; Apelante: Município de Tefé/am - Prefeitura do Município; Procurador: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM); Apelado: Leonilda Pereira Texeira; Advogado: Klaus Oliveira de Queiroz (OAB: 3799/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS PRORROGAÇÕES. NULIDADE. FGTS. CABÍVEL. RECURSO NÃO PROVIDO.A regra de ingresso no serviço público é por intermédio de concurso público, nos termos do art. 37, II, da CF. Excepcionalmente, caso reste demonstrada a necessidade temporária de excepcional interesse público, é possível a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade do serviço; O contrato temporário, quando renovado sucessivas vezes, descaracteriza as condições de sua celebração, consistindo em verdadeira burla ao princípio do concurso público, ocasionando a nulidade do contrato realizado;É pacifica a orientação jurisprudencial no sentido de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do artigo 37, inciso IX, da Magna Carta não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do artigo 19-A da Lei 8.036/1990, ao pagamento e levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0002584-03.2016.8.04.7500, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância com o parecer ministerial, conhecer e negar provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0002664-77.2014.8.04.3800 - Apelação Cível, 1ª Vara de Coari; Apelante: Municipio de Coari/am; Representa: Adail José Figueiredo Pinheiro; Advogada: Laura Macedo Coelho (OAB: 11723/AM); Apelado: Miguel de Oliveira Lima; Advogado: Leandro Castilho (OAB: 6082/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. Revisor: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA C/C COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DE SALÁRIO DE SERVIDOR PÚBLICO. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. ATO ILÍCITO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR ARBITRADO EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO EM HARMONIA COM PARECER MINISTERIAL.- A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM).- O caso em discussão não se trata de atraso no pagamento salarial, mas, sim, da ausência de pagamento da verba remuneratória. Tal circunstância, indubitavelmente, causa danos gravíssimos ao servidor, demonstrando evidente prejuízo a sua subsistência, ao sustento de sua família, à sua responsabilidade orçamentária, etc.- A conduta do ente público em não efetuar o pagamento dos vencimentos dos servidores configura ato ilícito, ilegal e imoral, de modo a caracterizar a sua culpa e o nexo entre a sua ação e o dano do Apelado. Tal conduta, violou inclusive princípios constitucionais, como o da legalidade, da dignidade da pessoa humana e da moralidade.- Quanto ao valor arbitrado em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), entendo ser razoável, de modo que não se mostra excessivo ou em dissonância com os parâmetros adotados no Egrégio Superior Tribunal de Justiça.- Sentença mantida.- Recurso conhecido e não provido em harmonia com parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0002664-77.2014.8.04.3800, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em harmonia com parecer Ministerial, em conhecer do presente recurso e, no mérito, negar provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0002845-78.2014.8.04.3800 - Remessa Necessária Cível, 1ª Vara de Coari; Requerente: Ivan Cardoso Valente Filho; Advogado: Leandro Castilho (OAB: 6082/AM); Advogada: Christiane Saraiva Domingues (OAB: 6568/AM); Requerido: Municipio de Coari/am; Representa: Adail José Figueiredo Pinheiro; Procurador: Bruno Gomes Pires (OAB: 7640/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA. SENTENÇA ILÍQUIDA. CONHECIMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE COARI. VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA. INCORPORAÇÃO RECONHECIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA TRANSITADO EM JULGADO. PAGAMENTO RETROATIVO. NECESSIDADE. PERÍODO. INÍCIO A CONTAR DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. TÉRMINO LIMITADO À DATA DA IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1. Trata-se, na hipótese, de Remessa Necessária de sentença ilíquida proferida em ação de cobrança visando o pagamento de valores retroativos reconhecidos em Mandado de Segurança transitado em julgado. 2. Havendo a incorporação da vantagem ao servidor público do Município de Coari, em virtude do decisum na ação mandamental, é devido o pagamento dos montantes compreendidos entre a data do requerimento administrativo e a impetração do mandamus, de modo que se faz necessária a reforma parcial da sentença para estabelecer este período para fins de cobrança dos montantes pretéritos. 3. Remessa Necessária conhecida e parcialmente provida. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Remessa Necessária Cível n.º 0002845-78.2014.8.04.3800, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidadse de votos, conhecer e dar parcial provimento à Remessa Necessária.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0003545-32.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Empresa de Jornais Calderaro Ltda; Advogada: Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB: 12189/AM); Advogado: Walter Siqueira Brito (OAB: 4186/AM); Advogado: Júlio Antonio de Jorge Lopes (OAB: 2023/AM); Embargado: Ammac Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.; Advogado: Raphael Quintiliano Pazuello (OAB: 8881/AM); Advogado: Maria Kátia Batista Martins (OAB: 9581/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ABUSO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO JORNALÍSTICA. PESSOA JURÍDICA. DANO MORAL CONFIGURADO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório. Inexistindo tais vícios o recurso há de ser rejeitado.2. Ao contrário da tese suscitada pela embargante, o julgador não está obrigado a responder todas as questões deduzidas pelas partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para decidir, conforme interpretação dada pelo c. Superior Tribunal de Justiça ao artigo 489 do Código de Processo Civil de 20153. Embargos declaratórios rejeitados. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0003545-32.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0003828-55.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Hapvida Assistencia Medica Ltda; Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE); Advogado: Fabianne Ribeiro Halinski (OAB: 7059/AM); Agravado: Bda Serviços Em Construções e Comércio de Alimentos Ltda – Epp; Advogada: Debora de Campos Frota (OAB: 10140/AM); Advogado: Kennio Souza Azevedo (OAB: 10487/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO DE APELAÇÃO. TEMPESTIVIDADE. DUPLICIDADE DE PUBLICAÇÃO. PREVALÊNCIA DE PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.- O art. 1.003, em seu parágrafo § 5.º, cumulado com o art. 219, ambos do C´C/15, prelecionam que o prazo para interpor recursos, com exceção dos Embargos de Declaração, é de 15 (quinze) dias úteis. Assim, considerando que o recurso fora interposto somente em 04.02.2019, percebe-se facilmente sua intempestividade, tendo em vista que seu termo ad quem terminara em 30.01.2019.- Não é possível o acolhimento dos argumentos do Agravante de que é entendimento do c. STJ no sentido de que, havendo duplicidade de publicações, deveria ser considerada àquela proferida em Portal Eletrônico. Isso porque é jurisprudência pacificada naquele Tribunal da Cidadania de que havendo intimação eletrônica e via Diário de Justiça Eletrônico, este último prevalecerá sobre qualquer outro meio oficial, sendo, dessa maneira, o paradigma a ser seguido para fins de contabilização dos prazos processuais.- Sendo pacífico o entendimento de que nos casos de duplicidade, a publicação pelo Diário de Justiça Eletrônico prevalecerá sobre qualquer outro meio de divulgação processual, há de se reconhecer a manifesta intempestividade do Recurso de Apelação manejado e a consequente manutenção da Decisão Agravada.- Recurso conhecido e, no mérito, não provido. Decisão mantida. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Interno Cível n.º 0003828-55.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0004267-66.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Nadia Filgueira; Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM); Embargado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Procurador: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA); Embargado: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. A mera irresignação da parte com o resultado do julgado, desprovidas de elementos que caracterizem a hipótese de manejo do recurso não possibilitam a modificação do acórdão combatido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0004366-36.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: Franciney Ribeiro dos Santos; Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Embargado: O Estado do Amazonas; Procurador: Luís Carlos de Paula e Souza (OAB: 900555/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. VERIFICADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.- Considerando que fora negado provimento à Apelação interposta pela parte ora Embargada e, em razão do efeito translativo, determinado que a prescrição da pretensão condenatória ao pagamento do FGTS seja afastada, não há dúvida de que o Embargado, Estado do Amazonas, deve ser responsável por arcar com a integralidade dos ônus sucumbenciais.- Segundo a lição do art. art. 85, § 4.º, II do CPC, estes deverão ser fixados tão somente após a liquidação do julgado, tendo em vista que a r. Sentença condenou o Réu/Embargante ao pagamento de valores ilíquidos, que só poderão ser apurados em sede de liquidação de sentença. - Recurso conhecido e, no mérito, provido. Omissão sanada. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004366-36.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0004591-56.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Maria Clice Marques; Advogado: Andreza Priscila Lima de Lima (OAB: 9192/AM); Embargada: Ivania de Oliveira Neves; Advogado: Mário André de Oliveira Cardoso (OAB: 8329/AM); Advogado: Lenine Yuri Sampaio Guedes Cavalcante (OAB: 9517/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUPOSTA OMISSÃO NA ANÁLISE DE PRECEDENTE INVOCADO PELA PARTE. ACÓRDÃO QUE APLICOU A TÉCNICA DO DISTINGUISH ANTE A NÃO COMPROVAÇÃO DE QUE OS BENS FORAM REVERTIDOS EM PROVEITO DA FAMÍLIA. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. A mera irresignação da parte com o resultado do julgado, desprovidas de elementos que caracterizem a hipótese de manejo do recurso não possibilitam a modificação do acórdão combatido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0004697-18.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda; Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM); Advogada: Raphaela Batista de Oliveira (OAB: 9169/AC); Advogada: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM); Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM); Embargada: Kamyla Sabino dos Santos; Advogado: Fabio Luis Sanches de Paula (OAB: 8879/AM); Advogado: Francisco de Paula (OAB: 5363/AM); Embargada: Dulcimar de Araujo Sabino; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES NO ACÓRDÃO EMBARGADO.- A faculdade conferida ao Relator do incidente de resolução de demandas repetitivas, prevista no artigo 982, I, §2.º do CPC/2015, não se aplica ao caso dos autos, pois trat-se de hipótese de julgamento de recurso de apelação e não de

IRDR. Omissão não verificada.- A decisão proferida pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino nos autos do REsp n.º 1.805.815/AM (Recurso Especial n.º 0005011-95.2018.8.04.0000), não houve atribuição de efeito suspensivo a todas as demandas relacionadas à validade de cláusula contratual de tolerância de 180 (cento e oitenta) dias em contratos de promessa de compra e venda de unidades habitacionais em construção. Omissão não verificada.- Na esteira dos precedentes emanados do Colendo STJ, não mais é possível a cumulação de lucros cessantes com a cláusula penal por inadimplemento do vendedor por atraso na entrega de imóvel. Embargos acolhidos, nesse ponto, com atribuição de efeito infringente.- Conforme expressa previsão do artigo 406, da CCB/2002 e dos precedentes emanados do STJ, será aplicada a taxa SELIC quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada. No caso, cláusula penal que foi invertida em favor dos consumidores, ora Embargados, dispõe expressamente sobre a aplicação de juros de mora de 1% (um por cento) em caso de inadimplemento contratual (Cláusula 7.1). Desse modo, não há como acolher a pretensão do Embargante, de que a atualização monetária referente à cláusula penal seja feita exclusivamente pela taxa SELIC. Precedentes do STJ. Omissão não verificada.- Embargos de declaração conhecidos e parcialmente acolhidos. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004697-18.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer e acolher parcialmente os embargos de declaração, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0004792-48.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Única de São Gabriel da Cachoeira; Embargante: Banco Cruzeiro do Sul S.A; Advogado: Benedicto Celso Junior (OAB: 1133A/AM); Advogado: Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB: 182694A/SP); Advogado: Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM); Embargado: Elza Miranda da Silva; Advogado: Shirlene Azevedo Pinto (OAB: 8052/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM O PROPÓSITO DE PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. A mera irresignação da parte com o resultado do julgado, desprovidas de elementos que caracterizem a hipótese de manejo do recurso não possibilitam a modificação do acórdão combatido. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. FATO DO CREDOR. DANO MORAL. QUANTUM. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. A própria autora narra o fato, que percebeu R$ 3.295,65 em sua conta, indevidamente. E, por essa razão, à vista da vedação ao enriquecimento sem causa, tal valor deve ser abatido da condenação.2. A fixação dos danos morais deve ser estabelecida pelo julgador de acordo com as peculiaridades que se apresentarem no caso concreto, mas sempre tendo em vista a extensão da lesão sofrida pela vítima.3. Recurso conhecido e parcialmente provido, e em consonância com o parecer ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0004865-20.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Murano Veículos Ltda; Advogado: Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB: 8700/PA); Advogado: Julio Cesar Franco de Souza (OAB: 6415/AM); Embargado: Luzimeire Damasceno Cavalcante- Mei; Advogada: Vanda Cardoso Graciano Veloso (OAB: A594/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE RESOLUÇÃO DO CONTRAN, NEGATIVA DE LEI FEDERAL E REFORMATIO IN PEJUS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA MANEJO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. A mera irresignação da parte com o resultado do julgado, desprovidas de elementos que caracterizem a hipótese de manejo do recurso não possibilitam a modificação do acórdão combatido. No caso dos autos, entendo não haver motivos para manejo dos aclaratórios, eis que o Embargante aduz eventual error in judicando, hipótese não agasalhada pelo art. 1.022 do CPC. Desta forma, se o Embargante entende que este juízo agiu com desacerto na aplicação de Resolução do CONTRAN, negou vigência a lei federal, promoveu reforma da sentença in pejus, destituído de fundamento jurídico legal subjacente ou qualquer outra causa que se refira efetivamente ao entendimento prolatado por esta Relatora, a parte deve manejar o recurso próprio, suscitando tais questões ao c.STJ ou ao e.STF. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0004908-54.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Manaus Ambiental S/A; Advogado: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM); Embargado: Esmeraldo Secatti; Advogada: Paloma de Souza Sicsú (OAB: 7186/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUPOSTA AUSÊNCIA DE ANÁLISE QUANTO AO JULGAMENTO EXTRA PETITA. FUNDAMENTO DEVIDAMENTE ANALISADO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. ALEGAÇÃO DE NÃO ENFRENTAMENTO DO ERROR IN JUDICANDO. OMISSÃO CONFIGURADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NA ORIGEM. PREVALÊNCIA DA PRESUNÇÃO EM FUNÇÃO DA PARTE HIPOSSUFICIENTE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO INTEGRADO SEM ATRIBUIÇÃO DE EFEITO INFRINGENTE. A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. A mera irresignação da parte com o resultado do julgado, desprovidas de elementos que caracterizem a hipótese de manejo do recurso não possibilitam a modificação do acórdão combatido. Cosnta no acórdão recorrido que a adoção de fundamento legal diverso do invocado pela parte, sem modificação da causa de pedir, não ocasiona o reconhecimento de julgamento extra petita, inclusive foram colacionados precedentes do STJ no mesmo sentido. Ademais, o Agravado requereu à exordial o pagamento tanto de danos emergentes quanto lucros cessantes, os quais, por evidência, incluem o pagamento de alugueres em decorrência do não uso ou impossibilidade de locação do imóvel. Desta forma, não há que se falar em omissão, tendo o acórdão enfrentado a questão devidamente. Nada obstante, não houve efetivo pronunciamento acerca do error in procedendo, no tocante a impossibilidade de concessão de tutela de evidência pendente discussão acerca

da responsbilidade pelo evento danoso. Contudo, observa-se que o juízo de piso inverteu o ônus da prova em prol da parte hipossuficiente, sendo ônus do Embargante a comprovação de que o dano ocorreu em virtude de vício da construção. Ausentes provas neste sentido, notadamente produzidas sob o contraditório judicial, deve ser mantida a tutela epigrafada. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0004990-85.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Toyota do Brasil Ltda.; Advogado: Pedro Andrade Trigo (OAB: 16892/BA); Advogado: Ricardo Santos de Almeida (OAB: 26312/BA); Advogado: Marlon Bruno Costa Oliveira (OAB: 37020/BA); Embargada: Luciana Maria Lima Azevedo; Advogado: Antônio Fabio Barros de Mendonça (OAB: 2275/AM); Advogada: Adriana Lo Presti Mendonça (OAB: 3139/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUPOSTA OMISSÃO NA ANÁLISE DA VALIDADE DE LAUDO UNILATERAL. INCORRÊNCIA. ACÓRDÃO QUE INDICOU TER HAVIDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO NO RECURSO DE AGRAVO. MANUTENÇÃO DA PRESUNÇÃO LEGAL EM PROL DO CONSUMIDOR. ÔNUS DO EMBARGANTE DE COMPROVAR MEDIANTE PROVA PERICIAL QUE O VÍCIO/DANO DO VEÍCULO DECORREU POR AGENTE EXTERNO. SUPOSTA OBSCURIDADE NA ANÁLISE DO PERICULUM IN MORA INVERSO. INOCORRÊNCIA. CAUÇÃO DA LIDE QUE NÃO SE CONFUNDE COM O EXERCÍCIO DA POSSE DO BEM. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado.A mera irresignação da parte com o resultado do julgado, desprovidas de elementos que caracterizem a hipótese de manejo do recurso não possibilitam a modificação do acórdão combatido. Não ocorre omissão de análise quando por fundamento anterior o juízo indefere a alegação do Recorrente, mantendo a presunção que milita em favor do consumidor decorrente da inversão do ônus da prova, fundamento não impugnado seja no Agravo de Instrumento ou nos Embargos de Declaração.Assim sendo, somente com a comprovação cabal de que os danos foram decorrentes de fator externo é que a presunção legal poderá ser afastada. E, para tal desiderato, somente prova pericial produzida sob o contraditório judicial é que poderá atestar de forma definitiva a origem dos danos ocasionados.Não se pode admitir como prova inequívoca, de forma a afastar a presunção legal, o laudo unilateral produzido pela parte, eis que o mesmo além de não ter sido produzido em juízo, por um de seus auxiliares de confiança, foi produzido por funcionários direta ou indiretamente relacionados à Empresa Recorrente. Assim a sua força probatória é mitigada, conforme precedentes do c.STJ, não podendo servir como lastro probatório único ao deferimento ou indeferimento da demanda(RESp n. 1.170.958, de Rel. Do Ministro Marco Aurélio Bellizze).Relativamente à suposta obscuridade na análise da reversibilidade da medida, verifico que a mesma não há. O Embargante confunde os conceitos de posse, propriedade e indenização por dano processual, entendendo que somente se o veículo estivesse sob sua posse poderia ser ressarcido. Entendo, porém, que a premissa é equivocada, eis que em havendo dano processual praticado pela vigência da medida liminar, o bem será judicialmente vendido ou alienado, caso a Embargada não possua recursos para promover o pagamento dos valores. Com efeito, da obtenção de recursos pela venda do bem, os valores serão pagos àqueles que suportaram a vigência da medida liminar, independende da apuração de quem deteve a posse do bem. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0004994-25.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: Elves Jose da Silva; Embargante: Andre Ricardo Teles da Silva; Embargante: Ebermai de Souza Amazonas; Embargante: Jofram Mota Sampaio; Advogada: Marianna Lira da Rocha (OAB: 11244/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Embargado: Superintendência Municipal de Transportes Urbanos – SMTU; Advogada: Rosely da Costa Tribuzy (OAB: 3440/AM); Advogada: Amanda Maria Paz de Almeida Dantas (OAB: 3613/AM); Advogada: Elisângela Nogueira Rodrigues (OAB: 3433/AM); Advogado: Fabrício Pereira de Oliveira (OAB: 4123/AM); Advogado: Denis Rosas de Araújo (OAB: 3510/AM); Advogado: Juliano Luis Cerqueira Mendes (OAB: 3940/AM); Advogada: Maria do Perpetuo Socorro da Silva Barreto (OAB: 4344/AM); Advogada: Michelle Christine Milério Pinto Alfaia (OAB: 3796/AM); Advogada: Priscyla Ramos Saunier Figueira (OAB: 4085/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. TRANSPORTE COLETIVO. CONCESSÃO DE PRAZO EXTRA PARA REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DOS VEÍCULOS. RECURSO INTERPOSTO DESACOMPANHADO DA DECISÃO AGRAVADA. IRRELEVÂNCIA. AUTOS ORIGINAIS ELETRÔNICOS. DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório. Inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado. 2. Uma vez que os autos de origem são eletrônicos, não se impõe a adoção da providência contida no Art. 1.017, I do CPC, posto ser dispensada a apresentação de documentos obrigatórios. 3. Embargos declaratórios rejeitados. EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. TRANSPORTE COLETIVO. CONCESSÃO DE PRAZO EXTRA PARA REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DOS VEÍCULOS. IMPOSSIBILIDADE. PRAZO ANTERIORMENTE CONCEDIDO ATRAVÉS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INADMISSÍVEL DILATAÇÃO. PREJUÍZO AOS DEMAIS LICITANTES. CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS. TUTELA DE URGÊNCIA REVOGADA. RECURSO PROVIDO.1. Despropositada a concessão do prazo de 60 (sessenta) dias para os licitantes se adequem às imposições feitas pela SMTU para regularização do transporte urbano, na medida em que o prazo para tal providência fora anteriormente concedido através da Ação Civil Pública nº 0620429-21.2018.8.04.00012. Sob este aspecto, a decisão agravada, que concedeu prazo extra, além do previamente estabelecido na citada ação civil pública, viola o princípio da isonomia, coloca os Recorridos em posição privilegiada frente aos demais licitantes. 3. Agravo de instrumento conhecido e provido, em consonância com o parecer do Ministério Público. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004994-25.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0005116-38.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda; Embargante: Santo Indalécio Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP); Embargada: Glaucia Didia Soares Lasmar; Advogado: Jonathas

Marcelino Andrade dos Santos (OAB: 7607/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Em suma, Gláucia Didia Soares Lasmar ingressou com ação de rescisão contratual e devolução de parcelas pagas em face de São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda e Santo Indalécio Empreendimentos Imobiliários Ltda., posto que teria firmado compromisso de compra e venda de um imóvel, entretanto, como não teria condições de arcar com os custos previamente assumidos, resolveu rescindir o contrato. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0005116-38.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0005133-74.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Ricardo Trautwein Facci; Advogado: Roberto Nonato Paiva de Souza (OAB: 5496/AM); Advogado: Ruy Miraglia da Silveira (OAB: 723A/AM); Advogada: Ariane Andrade da Silva (OAB: 10809/AM); Embargado: Unipar SPE Moradas do Parque Ltda; Advogado: Solon Angelim Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM); Advogado: Luis Felipe Avelino Medina (OAB: 6100/AM); Advogado: Pedro de Araújo Ribeiro (OAB: 6935/AM); Advogado: Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB: 11441/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. ERRO MATERIAL VERIFICADO. CORREÇÃO DE OFÍCIO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. VERIFICADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES.- Os Embargos de Declaração destinam-se a retirar do julgado eventual omissão, obscuridade, contradição ou erro material (NCPC, art. 1.022).- Uma vez verificada a ocorrência de erro material no Acórdão objeto dos Aclaratórios, deve ser sanado o vício, com expressa retificação da parte do Acórdão que importou no erro material, ainda que de ofício.- - Ante a reforma integral da Sentença os honorários sucumbenciais devem ser arbitrados. - Embargos de declaração conhecidos e, no mérito, acolhidos, com efeitos infringentes. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0005133-74.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0005144-06.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda; Advogado: Pedro Camara Junior (OAB: 2834/AM); Advogado: Elaise Moss Portela (OAB: 7689/AM); Advogado: Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM); Advogado: Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB: 14369/AM); Embargado: Walter Luiz Lima Neves; Advogada: CINTIA PINHEIRO DOS SANTOS (OAB: 5433/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. RECUSA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL CIRÚRGICO INDICADO PELO PROFISSIONAL DE SAÚDE. ABUSIVIDADE. PRECEDENTES DO STJ. DANOS MORAIS. CONFIGURADO. DANO IN RE IPSA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. INALTERADOS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório. Inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado. 2. A Jurisprudência desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça compartilham do entendimento de que o atraso ou recusa injustificados em proceder a procedimento cirúrgico caracteriza dano moral in re ipsa, advindo do próprio ato ilícito praticado pelo ofensor. 3. Embargos declaratórios rejeitados. 1. O C. Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de ser abusiva a negativa de cobertura do plano de saúde, diante da recusa em fornecer material necessário para assegurar o tratamento de doença coberta contratualmente. 2. O mesmo Tribunal Superior possui pacífico o entendimento de que o atraso ou recusa injustificados em proceder a procedimento cirúrgico caracteriza dano moral in re ipsa, advindo do próprio ato ilícito praticado pelo ofensor. 3. Apelação conhecida e não provida. Honorários advocatícios majorados, por força do Art. 85, § 11º do CPC. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0005144-06.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0005286-10.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Condomínio Residencial Quinta das Laranjeiras; Advogada: Luciana Morais Avelar (OAB: A633/AM); Embargado: Civicorp Incorporções Ltda.; Advogado: Arnoldo Bentes Coimbra (OAB: 345/AM); Advogado: Wellington de Amorim Alves (OAB: 2993/AM); Advogado: Daniel Santos de Andrade (OAB: 6733/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DESNECESSIDADE DO JUÍZO SE MANIFESTAR SOBRE TODOS OS PONTOS ARTICULADOS PELAS PARTES. CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA. QUESTÃO DEVIDAMENTE ENFRENTADA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os Embargos de Declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição porventura existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório, de modo que inexistindo tais vícios, o recurso há de ser rejeitado. 2. Descabe falar em omissão referente a argumento que não se presta a infirmar a conclusão do relator, não sendo o julgador obrigado a se manifestar sobre todas as questões trazidas pelas partes, notadamente se uma delas já se revela suficiente para acolher ou rejeitar o recurso. 3. Ademais, no que se refere ao vício de contradição, este sequer restou apontado, sendo certo que o que pretende a parte é meramente rediscutir a matéria amplamente debatida quando do julgamento do recurso, o que é vedado em sede de Embargos. 4. Embargos Declaratórios conhecidos, porém, rejeitados. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0005286-10.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer, porém, rejeitar os Embargos de Declaração.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0048164-40.2002.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco do Brasil S/A; Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM); Apelada: Sandra Rodrigues Arraes; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE LOCALIZAÇÃO DE BENS PENHORÁVEIS. INÉRCIA DO EXEQUENTE. NÃO CONFIGURADA. INTIMAÇÃO PESSOAL. FORMALIDADE NÃO CUMPRIDA. PRECEDENTES DO STJ. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AFASTADA. RECURSO PROVIDO.1. Não se deve atribuir à parte a responsabilidade pela falta de andamento

do processo, na medida em que os autos evidenciam ter envidado esforços em localizar bens e ativos financeiros para a satisfação do crédito. 2. Nestes termos, a paralisação do feito sem que haja prova da desídia do credor não caracteriza o abandono da causa, tampouco é possível reconhecer a prescrição intercorrente, sem antes promover a intimação pessoal da parte. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 3. Apelação conhecida e provida. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0048164-40.2002.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0056323-55.2010.8.04.0012 - Remessa Necessária Cível, Vara Especializada do Meio Ambiente; Requerente: O Estado do Amazonas; Procurador: Júlio Cezar Lima Brandão (OAB: 2258/AM); Procurador: Jorge Henrique de Freitas Pinho (OAB: 1644/AM); Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau; Promotor: Mauro Roberto Veras Bezerra; Requerida: Fatima da Silva Lira; Requerido: Moises de Tal; Requerida: Vania Lopes Lima; Requerido: Altair Paula Edwards; Requerida: Lidinai Ferreira da Silva; Requerido: Inocencio da Silva Santos; Requerido: Josias Gomes de Oliveira; Requerido: Silvio Carlos Laranhaga; Requerida: Raimunda Fernandes dos Santos; Requerido: Walcer; Requerida: Maria Helena Coutinho; Requerida: Regina Oliveira da Silva; Requerido: Herenildo Carvalho; Requerido: Antonio Pereira de Menezes; Requerida: Eliane Braga do Nascimento; Requerida: Cilene Marinho de Souza; Requerido: Amarildo Fonseca de Sena; Requerido: Edmilson Patrocinio da Silva; Requerido: Raimundo Araujo Gomes; Requerida: Silvina Gomes de Araujo; Requerido: Antonio Rodrigues Coelho; Requerido: Dalcir Barbosa dos Santos; Requerida: Clariza Batalha Fonseca; Requerida: Maria Dilce Barbosa da Silva; Requerida: Lucinete Alves Martins; Requerido: Manoel Pereira Lopes; Requerido: W. Alves Martins; Requerido: Aldenor Ribeiro Menezes; Requerida: Maria Marcia Barreto da Costa; Requerida: Ana Melo de Almeida; Requerida: Nubia de Castro Lago; Requerida: Matilde Seixas Ramos; Requerida: Lucia Gomes de Souza; Requerida: Lucinei Cardoso de Lima; Requerido: Oficina Santa Helena; Representa: Raimundo Ribeiro da Rocha; Requerida: Jucicleide Santos Reis; Requerido: Flutuante Clube do Remo; Representa: Manoel Cristo dos Santos; Requerido: Dilio Melo de Almeida; Requerido: Artur de Castro Salvador; Requerido: Alvino de Melo; Requerida: Siumara Cruz Parente; Requerido: Francisco Rodrigues Pinheiro; Requerido: Oficina Detroit Diesel; Requerida: Antonia Rosa da Silva; Requerido: Francisco de Souza Matos; Requerido: Joao Batista da Silva; Requerida: Raimunda Araujo Gomes; Requerido: Manoel Laranjeira da Silva; Requerido: Paulo Gomes; Requerida: Francisca de Castro; Requerido: Manoel Lima dos Santos; Requerido: Alfredo Luiz Medeiros; Requerido: Antonio; Requerido: Milion da Silva Gusmao; Requerido: Francisca Souza de Oliveira; Requerido: Alfredo; Requerida: Maria Lindalva Ferreira Martins; Requerido: Francisco Rodrigues da Silva; Requerido: Jose da Costa da Silva; Requerido: Heraldo de Assuncao Barcelar; Requerida: Maria Zenaide M. da Costa; Requerido: Milton Itagiba C. Santos; Requerido: Cosntantino Gregorio da Silva; Requerido: Eugenio Bispo do Nascimento; Requerido: Antonio Pinto de Assuncao; Requerida: Maria Gomes de Matos; Requerido: Josue Gomes Sobrinho; Requerida: Liduina de Oliveira Pereira; Requerido: Luiz Nazare de Souza; Requerido: Oseas; Requerida: Keulima de Oliveira Farias; Requerido: Jose Lino Pereira; Requerido: Oficina Padilha; Requerido: O Município de Manaus; Requerido: Raimundo Brandao Cavalcante; Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: REEXAME. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FLUTUANTES NA ORLA DE MANAUS. DANO AO MEIO AMBIENTE. OMISSÃO DO PODER PÚBLICO. COMPETÊNCIA COMUM DOS ENTES DA FEDERAÇÃO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. RETIRADA, LICENCIAMENTO, REGULAÇÃO E CONTROLE. SENTENÇA MANTIDA. 1. O conjunto probatório coligido aos autos demonstrou cabalmente a quantidade excessiva e desordenada de pessoas residindo ou trabalhando em flutuantes na orla de Manaus gerando poluição nas águas em razão do descarte de detritos sem qualquer tratamento e controle com flagrante prejuízo ao meio ambiente local. 2. A Carta Constitucional de 1988, no artigo 225, assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. 3. Remessa necessária desprovida, em consonância com o Parquet. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Remessa Necessária Cível n.º 0056323-55.2010.8.04.0012, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o Ministério Público, conhecer a remessa necessária para manter a sentença.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0057521-10.2003.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Paradise Turismo e Passagem Ltda; Advogada: Ana Rita Lima Freire (OAB: 3056/AM); Advogado: João Bosco A. Toledano (OAB: 1456/AM); Apelada: Ione Monteiro da Silva; Apelada: Luiza Maria Piassa Neves; Apelada: Rosangela de Andrade Gioia; Advogada: Denise Moura Macedo da Silva (OAB: 4464/AM); Advogado: Luís Auguso Pestana Vieira (OAB: 4003/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. IMPUGNAÇÃO A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA FÍSICA. EXISTÊNCIA DE PATRIMÔNIO. IRRELEVÂNCIA.- Para que a parte, pessoa física, atue sob os benefícios da assistência judiciária, é bastante que alegue sua insuficiência de recursos, cabendo à parte contrária a impugnação, com a demonstração da desnecessidade.- A condição financeira do beneficiado deve ser analisada a partir de um confronto entre suas receitas e despesas, e não apenas acerca do seu patrimônio.- O fato das postulantes dos benefícios da gratuidade da justiça possuirem patrimônio, tal fato não tem relevância, diante das normas insculpidas na Constituição da República de 1988 e nos ditames da Lei n.º 1.060, de 05.02.1950, cuja finalidade precípua é a de facilitar e possibilitar o acesso de todos à Justiça.- Recurso de apelação conhecido, mas desprovido, em harmonia com o Ministério Público. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação n.º 0057521-10.2003.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por MAIORIA de votos e em harmonia com o Parecer Ministerial (p. 88/94), em conhecer do presente recurso e no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0103169-76.2004.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: José Pereira de Barros Neto; Apelante: Meiry Jane Fonseca Bastos de Barros; Advogado: Silvia Picanco do Nascimento (OAB: 3838/AM); Advogado: Iran Bayma de Melo (OAB: 2463/AM); Advogado: Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho (OAB: 1975/AM); Apelado: Incam Indústria de Construção da Amazonia Ltda; Advogado: Marcus Vinicius Cavalcanti Albano de Souza (OAB: 2520/AM); Advogado: Wilson Peçanha Neto (OAB: 4630/AM); Advogada: Patricia Fonseca Benayon Cavalcante de Souza (OAB: 2500/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. DISCUSSÃO EM TORNO DO INÍCIO DA FLUÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS DE MORA. SENTENÇA QUE DETERMINOU O DEPÓSITO JUDICIAL INSUFICIENTE COMO TERMO A QUO. REFORMA DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AO INÍCIO DA INCIDÊNCIA EM RELAÇÃO À CORREÇÃO MONETÁRIA, DEVENDO SER RECONHECIDA A DATA DO LAUDO PERICIAL. SALDO REMANESCENTE APONTADO PELO PERITO QUE JÁ SE

ENCONTRAVA CORRIGIDO MONETARIAMENTE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO EM RELAÇÃO AO INÍCIO DA INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em dar parcial provimento à Apelação Cível, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0206662-88.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Enerson Rocha de Amorim; Advogado: Andrews Nascimento de Abreu (OAB: 48/99); Apelado: O Estado do Amazonas; Procurador: Micael Pinheiro Neves Silva (OAB: 6088/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. FAZENDA PÚBLICA. ABORDAGEM DE POLICIAIS MILITARES. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA QUE PROVOCOU O EVENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO ESTADO. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.- A responsabilidade objetiva do Estado, mantém-se na Constituição vigente, a solução adotada na Constituição de 1946, ou seja, a responsabilidade, dita objetiva do Estado por danos causados no exercício de função pública a particulares. Em face desse princípio, quem sofreu o dano, para haver do Estado a reparação desse dano, apenas deve provar ter sido ele causado no exercício da função pública. A reparação prescinde de prova de culpa ou dolo por parte do causador, depende exclusivamente, de estar este no exercício de função pública.- Ocorrendo culpa exclusiva da vítima que sofreu o eventual dano, deixa de existir o imprescindível nexo causal justificador da atribuição da responsabilidade objetiva do Estado. (Precedente TJPR - 4ª C. Cível - AC - 85803-5 - Curitiba - Rel.: Desembargador Octávio Valeixo - J. 31.05.2000)- No caso em questão, verifico que restou, ainda, demonstrado nos autos que os policiais militares agiram no estrito cumprimento do dever legal, não tendo imposto ao autor/Apelante qualquer situação vexatória, o que afasta a responsabilidade estatal pelos danos morais.- Sentença mantida.- Recurso conhecido e não provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0206662-88.2012.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e, no mérito, negar provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0220729-92.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: O Município de Manaus; Procurador: Ellen Larissa de Oliveira Frota; Apelante: Construtora Máxima Ltda; Advogado: João Batista Andrade de Queiroz (OAB: 2372/AM); Advogado: Deize da Silva Vasconcelos (OAB: 3058/AM); Advogada: Antônia Andrade de Queiroz (OAB: 3059/AM); Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau; Promotor: Paulo Stelio Sabba Guimarães; Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OMISSÃO ESTATAL. OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO. POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. LOTEAMENTO PRIVADO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. PRIMEIRO RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. REMESSA NECESSÁRIA E SEGUNDO RECURSO CONHECIDOS E PROVIDOS PARCIALMENTE.1. O direito ao meio ambiente equilibrado é direito de todos, conforme disposto nos Arts. 6º, 196 e 225 da Constituição Federal, sendo admitia, conforme jurisprudência consolidada do STF, a intervenção do Poder Judiciário para coibir a omissão do Poder Executivo na garantia de direitos sociais constitucionalmente garantidos, sem ocorrer ofensa a separação dos poderes.2. A construtora responsável pelo loteamento privado foi omissa, conforme documentos dos autos, quanto a promoção de obras de saneamento básico no Loteamento Raimundo Monteiro, razão pela qual deve o município responder de forma subsidiária, conforme inteligência do Art. 40 da Lei 6.766/1979. 3. A empresa de construção que procede a venda de lotes é também responsável pela implementação das melhorias necessárias à regularização do loteamento. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0626187-83.2015.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer negar provimento ao recurso interposto pela primeira Apelante e dar parcial provimento ao presente Recurso e a Remessa Necessária, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0222502-65.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara de Família; Apelante: F. A. de F.; Advogada: Adriana Oliveira de Azevedo (OAB: 3555/AM); Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM); Apelada: E. da S. R.; Advogado: Marilene Balbi Crivelari (OAB: 12492/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL CUMULADA COM PARTILHA DE BENS. BEM COM CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE PARTILHA. DIVISÃO DAS BENFEITORIAS. AVALIAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.- O cônjuge recebedor de um imóvel que estabeleça cláusula de incomunicabilidade, como é o caso concreto, deverá ser considerado, neste caso específico, que os referidos imóveis não fizeram parte do patrimônio compartilhado do casal. Por via de consequência, de fato não há necessidade de que sejam partilhados igualmente em caso de dissolução de união estável, uma vez que na dissolução em vida partilha-se somente o patrimônio comum. - Entendimento diverso se dá quando se tratam das benfeitorias no imóvel, isto é, toda e qualquer obra realizada na estrutura de uma coisa, com o objetivo de conserva-la, melhora-la ou embelezá-la. Tal instituto, inclusive, encontra-se predisposto no art. 1.669 do Digesto Civilista, o qual preserva a sua percepção nos casos de partilha.- Verifico que a Apelada contribuiu consideravelmente para o melhoramento do imóvel em litígio. Isso porque os recibos constantes às páginas 88/93 demonstram que a Recorrida adquiriu diversos eletrodomésticos entre os anos de 2005 a 2016, todos para o endereço do imóvel em discussão. Ademais, os depoimentos das testemunhas anexos ao Termo de Audiência (p. 143/147) são claros a afirmar que tinham conhecimento de que a Apelada contribuiu para as benfeitorias do imóvel.- Não há óbice ao requerimento de decretação do divórcio, tendo em vista que existem mecanismos processuais que protegem esse direito como, por exemplo, o julgamento parcial de mérito (art. 355 CPC/15) e a tutela provisória (art. 300 e seguintes do CPC/15).- A Sentença deve ser reformada tão somente para esclarecer que a partilha do patrimônio comum do casal em 50% (cinquenta por cento) refere-se às benfeitorias do imóvel nos anos de 2003 a maio de 2017, período de convivência do casal, e não à titularidade do bem, eis que manifestamente inalienável.- Recurso conhecido e, no mérito, provido. Sentença reformada. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0222502-65.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0236834-52.2008.8.04.0001 - Apelação Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Matheus de Oliveira Sena; Representa: Alessandra de Oliveira Bezerra; Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM); Apelada: Cooperativa Médica de Clínica e Pediatria do Estadod o Amazonas; Advogado: Thamires Lemos de Mattos (OAB: 12344/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. DEMORA NA ENTREGA DE DOCUMENTO. MERO ABORRECIMENTO QUE NÃO CONFIGURA DANO MORAL. REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. IMPOSSIBILIDADE. BASE DE CÁLCULO (VALOR DA CONDENAÇÃO) DIMINUTA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS VISAM REMUNERAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CAUSÍDICO DE FORMA PROPORCIONAL, SUFICIENTE E ADEQUADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS EM HARMONIA COM PARECER MINISTERIAL.- A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM).- No caso dos autos, a demora na entrega de documento necessário para recebimento de seguro de vida não tem o condão de violar a dignidade da parte.- Não é possível aceitar que o causídico preste seu serviço sem que seja devidamente remunerado- O valor arbitrado pelo Juízo a quo a título de honorários sucumbenciais obedeceu os requisitos previstos nos incisos do §2.º, do artigo 85, do CPC, quais sejam: o grau de zelo do profissional; o lugar de prestação do serviço; a natureza e a importância da causa e o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.- A redução dos honorários no caso dos autos n.º 0236834-52.2008.8.04.0001, de 10% (dez por cento) para 5% (cinco por cento) e, no caso dos autos n.º 0223116-85.2008.8.04.0001, de R$ 1.000,00 (um mil reais) para R$ 500,00 (quinhentos reais) ofenderia a própria função dos honorários sucumbenciais. Razão pela qual a condenação, nos termos da sentença, deve ser mantida.- Conheço dos recursos de apelação e, no mérito, nego-lhes provimento para manter a sentença em todos os seus termos. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0236834-52.2008.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em harmonia com parecer Ministerial, em conhecer dos presentes recursos e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0240732-73.2008.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Lindete da Silva Fernandess; Advogado: Walter Siqueira Brito (OAB: 4186/AM); Apelada: Alessandra Silva Machado; Defensor: Vitor Kikuda (OAB: 424A/AM); Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Apelado: Mm Trading Ltda.; Advogado: Marcelo Abdon Kizem (OAB: 2138/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. CONFIGURAÇÃO. INTIMAÇÃO PESSOAL REALIZADA. SENTENÇA MANTIDA.1. A parte que não cumpre as diligências impostas pelo Juízo no prazo determinado, terá sua ação extinta sem resolução do mérito, nos termos do Art. 485, III do CPC.2. In casu, a parte FOI intimada para dar prosseguimento ao processo e se manteve inerte por mais onze meses, razão pela qual a Sentença extinguiu o processo sem resolução do mérito, corretamente, nos termos do Art. 485, III, § 1 do CPC. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0240732-73.2008.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0246388-06.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Sidcley Nunes Silva Guimarães; Advogado: José Julio Cesar Correa (OAB: 7810/AM); Apelado: Estado do Amazonas; Procurador: Roberta Ferreira de Andrade Mota (OAB: 2334/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. PROCESSO CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. RE N.º 630.733, TEMA 335. RE 608.482, TEMA 476. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. CONCURSO DA PM. REPROVAÇÃO EM TESTE DE APTIDÃO FÍSICA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À REALIZAÇÃO DE NOVO TESTE. INAPLICABILIDADE DA TEORIA DO FATO CONSUMADO APELAÇÃO DESPROVIDA. 1. Consoante tese fixada pelo STF no julgamento do RE 630.733, inexiste direito à realização de novo Teste de Aptidão Física (TAF) para candidatos reprovados na primeira oportunidade, ainda que a reprovação decorra de circunstâncias pessoais, de caráter fisiológico ou de força maior. 2. Em nome da segurança jurídica e do regime constitucional, não se admite, de igual forma, a manutenção de candidato não aprovado em cargo no qual tomou posse somente em decorrência de determinação judicial, não havendo que se falar, portanto, em aplicação da teoria do fato consumado. RE 608.4823. Juízo de retratação exercido. Recurso desprovido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em exercer o juízo de retratação, para negar provimento ao recurso, por força da tese assentada nos REs 630.733 e 608.482, em regime de repercussão geral, nos termos do relatório e do voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0262189-59.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliarios LTDA.; Advogado: Germano Costa Andrade (OAB: 2835/AM); Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM); Advogada: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM); Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM); Advogada: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM); Advogado: Armando Cláudio Dias do Santos Junior (OAB: 3194/AM); Advogado: Lucianna de Souza Silva (OAB: 3624/AM); Advogado: Mauro Couto da Cunha (OAB: 4200/AM); Advogada: Carlos Murilo Laredo Souza (OAB: 7356/AM); Advogado: Fábio Loureiro Guerreiro (OAB: 7505/AM); Apelada: Marcele Assunção da Silva; Apelado: Glauco Assunção Alves; Advogado: Ulysses Faias de Magalhães Neto (OAB: 7166/AM); Presidente: Paulo César Caminha e Lima. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. DANO MATERIAL NA MODALIDADE EMERGENTE. IMPRESCINDÍVEL A COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS PARA QUE HAJA COMPENSAÇÃO DOS VALORES. DANO MORAL EM R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS). RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0262189-59.2011.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0600181-34.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Industrial do Brasil S/A; Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE); Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM); Advogado: Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB: 156721/RJ); Advogado: Hercilia T. de S. Mesquita (OAB: 22770/PB); Apelado: Wilde de Azevedo Bentes; Advogado: Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB: 12565/AM); Apelante: Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A; Advogado: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489/BA); Advogado: Alan Sampaio Campos (OAB: 37491A/BA); Apelado: Wilde de Azevedo Bentes; Advogado: Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB: 12565/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator:

Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. EMPRÉSTIMO. BICARD. ABUSIVIDADE. ARTIGO 39 CDC. DANOS MORAIS. CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARQUET. SENTENÇA MANTIDA. 1. Estamos diante da prática comercial de instituições financeiras, em fornecer empréstimos por intermédio da contratação de cartão de crédito, com desconto do valor mínimo da fatura em contracheque, o que acaba por gerar uma dívida renovável, por diversas vezes, criando uma inequívoca vantagem em favor do Banco, havendo falha no dever de informação e no serviço prestado ao consumidor, levado a fazer uma contratação com finalidade diversa da almejada. 2. Conduta ilícita da instituição financeira e violação à honra subjetiva da parte Autora que justificam sua condenação ao pagamento de indenização por danos morais postulada. 3. Recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0600181-34.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o graduado órgão ministerial, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0601262-23.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Construtora Capital S/A; Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM); Advogada: Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB: 8759/AM); Apelado: Sadi Diniz Navegante Junior; Advogada: Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB: 5154/AM); Advogado: Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB: 1964/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: APELAÇÃO. PRELIMINAR DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. ACOLHIMENTO. INDENIZAÇÃO POR DANO EMERGENTE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. INDEFERIMENTO. DANO MORAL. DEMONSTRAÇÃO DE AFRONTA À DIREITO DA PERSONALIDADE. DEFERIMENTO. TESES FIXADAS EM IRDR PELO TJAM. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. TERMOS INICIAIS E ÍNDICES. DECISÃO PARCIALMENTE REFORMADA. 1. Da exordial extrai-se que o autor/apelado requereu a indenização dos alugueis que já teria pago, assim como dos que venceriam até a entrega das chaves do novo imóvel, tratando-se, portanto, de dano material na modalidade dano emergente. 2. O único comprovante de despesa com aluguel é o contrato de locação de fls. 22/24, entretanto, veio desacompanhado dos respectivos recibos de pagamento, ou ainda de qualquer outro documento capaz de demonstrar o efetivo pagamento, não sendo crível admiti-lo como prova do dano material invocado. 3. A dilação excessiva e injustificada do prazo para a formalização da cessão de crédito e entrega do apartamento foi suficientemente capaz de violar os direitos da personalidade do apelado. 4. Apelação parcialmente provida, dissonando parcialmente do Parecer Ministerial. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0601262-23.2015.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e dissonando parcialmente do Parecer Ministerial, conhecer e dar parcial provimento ao recurso.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0602791-38.2019.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A; Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP); Apelado: Allison Waine de Sousa; Advogado: Priscila Inocêncio dos Santos (OAB: 10445/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO LEI 911/69. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. RESTITUIÇÃO DO BEM. PAGAMENTO EXTEMPORÂNEO DA DÍVIDA. CONSOLIDAÇÃO DA POSSE E DA PROPRIEDADE DO BEM COM O CREDOR FIDUCIÁRIO. VENDA DO BEM EM LEILÃO. POSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA PARA NÃO RECONHECER A PURGAÇÃO DA MORA ANTE O PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA APÓS O PRAZO DE 5 DIAS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. - Conforme o art. 3.º, §§ 1.º e 2.º, do Decreto Lei 911/69, a purga da mora é realizada quando, no prazo de 05 (cinco) dias contados do cumprimento da liminar, o credor realiza o pagamento da integralidade do débito apresentado pelo credor em inicial da busca e apreensão. - Assim, "sob a nova sistemática, após decorrido o prazo de cinco dias, contados da execução da liminar, a propriedade do bem fica consolidada com o credor fiduciário (...)" (AgRg no REsp. N. 1201683/MS). - Nos termos do caput do art. 2.º, do Decreto Lei 911/69, no caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o proprietário fiduciário ou credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver, com a devida prestação de contas; - Apesar do Apelado ter quitado a dívida, esta foi feita extemporaneamente, ensejando a procedência da demanda, com a consolidação da posse do bem com o credor fiduciário, assim, a reforma da r. Sentença é medida em que se impõe. - Destaca-se, que o valor do depósito realizado a destempo, com o objetivo de purgação da mora, pertence a quem realizou o pagamento, no caso, ao Apelado. - Recurso conhecido e provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0602791-38.2019.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0603866-49.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Colméia Ponta Negra Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM); Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM); Advogada: Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB: 8759/AM); Advogado: Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB: 9372/AM); Apelado: Alexandre de Oliveira Netto; Advogado: Daniella Silva Freitas (OAB: 11084/AM); Advogada: Alessandra de Oliveira Netto (OAB: 5176/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; MPAM: Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE SENTENÇA EXTRA PETITA. REJEITADA. DECLARAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. CULPA EXCLUSIVA DA CONSTRUTORA. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEIS. LUCROS CESSANTES. POSSIBILIDADE. TAXA SELIC. ÍNDICE DE CORREÇÃO DE JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO. PRECEDENTES STJ. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor dos precedentes emandos do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM).- No que respeita ao valor dos alugueis, reclama o Apelante pela reforma da r. Sentença no sentido de ser utilizado o percentual de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor de venda do imóvel. Ocorre que o entendimento manifestado pelo julgador de origem não discrepa dos precedentes jurisprudenciais em casos análogos, que os arbitraram tomando por base o valor correspondente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor do imóvel. Autorreferência.- Quanto ao cômputo dos juros de mora, concernentes a restituição dos valores pagos, não merece reparo a r. sentença objurgada. Porquanto, confirmada a necessidade de restituição de valores nos moldes determinados

em sentença, por culpa exclusiva da vendedora/construtora, os juros de mora devem incidir a partir da data da citação. Nesse sentido é a posição do STJ.- Ademais, verifico que o Juízo de Piso silenciou-se sobre a taxa de correção de juros, sendo que, em consonância com o Parecer Ministerial (p. 392/395), entendo que deve ser aplicada a Taxa Selic, tendo em vista ser a taxa que está em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional (REsp 1.111.117/PR). - Recurso conhecido e, no mérito, parcialmente provido, em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0603866-49.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0605126-64.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Marcos Oliveira Martins; Advogada: Queila Coelho de Souza (OAB: 7931/AM); Advogado: Cairo Lucas Machado Prates (OAB: 33787/SC); Advogado: Gustavo Michelotti Fleck (OAB: 21243/DF); Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. ART. 86 DA LEI N.º 8.213/1991. REDUÇÃO DA CAPACIDADE PARA O TRABALHO QUE HABITUALMENTE EXERCIA. COMPROVAÇÃO. LAUDO PERICIAL. DIREITO AO BENEFÍCIO. TERMO INICIAL. PRIMEIRO DIA APÓS A CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA. PRECEDENTES DO STJ. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TEMA 905 DOS RECURSOS REPETITIVOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.- Comprovada a redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, mediante laudo médico-pericial, deve ser concedido o auxílio-acidente, nos termos do art. 86 da Lei n.º 8.213/1991.- Consoante o disposto no §2.º do art. 86 da Lei n.º 8.213/1991 e a jurisprudência pacífica da Corte de Cidadania, o termo inicial do benefício é o primeiro dia após a cessação do auxílio-doença.- Correção monetária pelo INPC e juros de mora, de acordo com o art. 1.º-F da Lei 9.494/1997, em atenção à tese fixada em recurso repetitivo (Tema 905).- Sentença reformada.- Recurso provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, concordando com o parecer ministerial, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0605510-95.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Itaucard S/A; Advogada: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 751A/AM); Apelado: João Lopes de Almeida; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. Revisor: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA TERMINATIVA BASEADA NO ART. 485, IV DO CPC/15. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DA PARTE. HIPÓTESE QUE SE AMOLDA NA VERDADE AO INCISO III, DO ART. 485 DO CPC/15. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. NÃO ATENDIMENTO AO § 1º DO REFERIDO DISPOSITIVO. ABANDONO E NÃO DE AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A ausência de citação do requerido não consubstancia pressuposto processual, porquanto não tem o condão de afetar, por si só, a regularidade ou validade da relação processual. 2. Ao contrário do que entendeu o Juízo a quo, o fato do Apelante, supostamente, não ter cumprido a diligência de citação do réu, não importa na extinção automática do feito, já que, segundo, o artigo 485, III do CPC/15 “extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando não promover os atos e diligências que lhe competir”, sendo necessária a sua intimação pessoal, conforme previsto em seu § 1º; 3. Impõe-se, destarte, a reforma do julgado, na medida em que a extinção por abandono depende de prévia intimação pessoal do demandante, não se confundindo com a extinção por ausência de pressuposto processual a qual, repise-se, não restou configurada in casu. 4. Recurso Conhecido e, no mérito, provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0605510-95.2016.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0605726-56.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco do Brasil S.A.; Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM); Apelado: Wellington da Silva Moreira; Advogado: Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB: 3808/AM); Advogado: Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB: 8340/AM); Advogado: Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB: 10435/AM); Apelante: Wellington da Silva Moreira; Advogado: Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB: 10435/AM); Advogado: Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB: 8340/AM); Apelado: Banco do Brasil S/A; Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737A/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: APELAÇÕES. AÇÃO DECLARATÓRIA E INDENIZATÓRIA. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTE. RELAÇÃO JURÍDICA NÃO COMPROVADA PELA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. COBRANÇA INDEVIDA. DANOS MORAL E MATERIAL CONFIGURADOS. CONGRUÊNCIA ENTRE O PEDIDO DA EMENDA À EXORDIAL E O PROVIMENTO JURISDICIONAL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA, MANTIDAS A OBRIGAÇÃO DE FAZER E O DEVER DE INDENIZAR. 1. O dano suportado igualmente encontra-se comprovado na medida em que a indevida inscrição no SERASA impossibilitou o financiamento bancário de imóvel provocando abalo moral no autor e evolução do saldo devedor. 2. O autor emendou a inicial antes de apresentada a contestação e modificou o pedido de indenização por danos materiais pugnando que o "requerido pague a correção monetária, juros e multas do saldo devedor no final da demanda" (fls. 56), em substituição ao pedido inicial de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) (fls. 12).3. Primeira apelação parcialmente provida. Segunda Apelação Desprovida. Parcial consonância com o Ministério Público. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0605726-56.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em parcial consonância com o Ministério Público, conhecer e dar parcial provimento ao recurso.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0607560-31.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Roldanio José Rego Oliveira; Apelante: André Ferreira da Silva; Advogado: João Batista Andrade de Queiroz (OAB: 2372/AM); Advogado: Deize da Silva Vasconcelos (OAB: 3058/AM); Apelado: O Estado do Amazonas; Procurador: Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. CONDENAÇÃO EM MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. PENALIDADE IMPOSTA àS PARTES E AO ADVOGADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA RELATIVAMENTE À CONDENAÇÃO IMPOSTA ÀS PARTES. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO NESTA EXTENSÃO. MULTA APLICADA AO ADVOGADO. NÃO CABIMENTO. PENALIDADE ENDEREÇADA ÀS PARTES E NÃO AOS PROCURADORES. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO.O recurso contra a decisão judicial visa, à evidência e por excelência, corrigir ou possibilitar a correção, se for o caso, do error in procedendo e/ou error in iudicando lançados pelo órgão julgador singular. A falta de

tal impugnação, por conseguinte, impede o exame do acerto ou descompasso da decisão atacada. E, na linha da jurisprudência da Câmara, o tão só se reportar à inicial e/ou a outras manifestações pretéritas não é suficiente para infirmar os fundamentos da decisão atacada, por violação direta ao artigo 1.010, III, do CPC. Na casuística, relativamente à condenação imposta às partes, depreende-se que a Apelante nem sequer intentou lançar razões diversas, senão ignorando, completamente, a tese recursal própria, motivo pelo qual o não conhecimento do recurso, neste extensão, é medida que se impõe. As penas por litigância de má-fé, prevista no art. 81 do CPC, são endereçadas às partes, não podendo ser estendidas ao advogado que atuou na causa, o qual deve ser responsabilizado em ação própria, consoante o artigo 32 da Lei 8.906/1994. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0607560-31.2015.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer parcialmente e DAR PROVIMENTO provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0607693-44.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Marcelo Amorim Xavier; Advogado: Alexander Simonette Pereira (OAB: 6139/AM); Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A; Advogado: Alexander Simonette Pereira (OAB: 6139/AM); Advogada: Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB: 3696/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. PROCESSUAL CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. SENTENÇA CONCESSIVA. INADIMPLÊNCIA CARACTERIZADA. CONEXÃO NÃO CONFIGURADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Não há conexão entre a ação de busca e apreensão e a ação de revisão de cláusulas contratuais por serem distintas entre si, faltando igualdade de objeto ou causa de pedir que justifique a reunião dos processos, ou mesmo a nulidade da citação. 2. A ação de busca e apreensão não comporta discussão acerca das condições e cláusulas do contrato de financiamento de abertura de crédito, por exigir prova do abuso praticado nos cálculos do débito. 3. Constam dos autos a notícia do descumprimento da obrigação contratual e documento público que comprova o inadimplemento, expresso através do instrumento de notificação extrajudicial, sendo inquestionável a mora do devedor. Caracterizada a inadimplência, procede a ação de busca e apreensão.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0607693-44.2013.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0610729-55.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Juliana Rodrigues Cavalcante; Advogada: Michelle Pereira Cruz. (OAB: 7072/AM); Apelado: O Estado do Amazonas; Procurador: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. SERVIDOR TEMPORÁRIO DA SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS. VIOLAÇÃO DO ART. 37, II E IX, DA CF. NULIDADE. DIREITO AO FGTS. APLICAÇÃO DO ART. 19-A DA LEI 8.036/90. ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE. PAGAMENTO DE FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. IMPROCEDÊNCIA. VERBAS JÁ ADIMPLIDAS. PAGAMENTO DE MULTA DE 40% DO FGTS E SEGURO-DESEMPREGO. IMPOSSIBILIDADE. EXCLUSIVO DE CONTRATOS CELETISTAS. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, PARCIALMENTE PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.- O Supremo Tribunal Federal (RE 830.962) assentou que os contratos temporários nulos também dão direito ao FGTS. Sendo a nova interpretação mais favorável à pessoa humana, imperiosa sua imediata aplicação.- Quanto a pleito de pagamento de férias e Décimo Terceiro Salário, entendo que, de modo diverso, não assiste razão a Apelante. Isso porque em exame da ficha financeira juntada pelo Apelado às p. 122, verifico que houve o efetivo pagamento do saldo de salário no valor de R$ 739,93 (setecentos e trinta e nove reais e noventa e três centavos), assim como do Décimo Terceiro Salário e de 1/3 de Férias constitucionais, todas as verbas referentes ao mês de junho de 2016, isto é, no mês posterior ao desligamento da Recorrente da Administração Pública Estadual, não havendo mais o que ser ressarcido.- No que toca o pedido de pagamento de seguro-desemprego e pagamento de multa de 40% do FGTS, tenho que não merecem prosperar. Com efeito, tais verbas são de caráter estritamente trabalhista, razão pela qual não são devidas ao funcionário público, ainda que contratado em situação precária, como fora o caso da Apelante.- Recurso conhecido e, no mérito, parcialmente provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0610729-55.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0611774-31.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Bmg S/A; Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE); Apelada: Maria Jacira de Souza Campinas; Advogado: Carlos Evaldo Souza Junior (OAB: 7548/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO PARA EMPRÉSTIMO E CARTÃO DE CRÉDITO – AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA. VIOLAÇÃO AO DEVER DE INFORMAÇÃO (ART. 6º, III, CDC). DEVOLUÇÃO SIMPLES DE VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS. DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. 1. Há violação ao dever de informação quando o banco contratante não esclarece de forma correta, clara e efetiva os termos de contrato de Consignação em Folha de Pagamento para Empréstimo e Cartão de Crédito – Autorização para Desconto em Folha, em especial quanto à forma de execução e de cobrança do empréstimo. 2. O fundamento da condenação ao pagamento de indenização compensatória de danos morais é a violação a algum direito da personalidade, de modo que, ausente demonstração nesse sentido, descabe a condenação. Logo, se não há nos autos elementos aptos a demonstrar que o nome da consumidora foi negativado, que sofreu algum tipo de cobrança vexatória ou que os descontos em folha puseram em risco sua subsistência, tem-se por equivocada a condenação, o que impõe a reforma da sentença nessa parte. 3. Recurso provido em parte para excluir a condenação em indenização a danos morais. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade em dar parcial provimento à Apelação Cível, nos termos do relatório e do voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0613374-53.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda; Soc. Advogados: Denilza Maria Bezerra Pessoa (OAB: 613/AM); Advogado: Isabelle Benlolo de Azevedo; Advogado: Caio Patrick Coelho Silva Andrade (OAB: 13408/AM); Advogado: Elaise Moss Portela (OAB: 7689/AM); Advogado: Pedro Camara Junior (OAB: 2834/AM); Apelada: Bianca Silva Espírito Santo; Advogada: Darlany Gabriel Hauache (OAB: 2193/AM); Advogada: Cleonice Melo Carvalheira (OAB: 433/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo

Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO ROL DA ANS. LISTA MERAMENTE EXEMPLIFICATIVA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. EQUILÍBRIO CONTRATUAL MANTIDO. RISCO CALCULADO. ASTREINTES PROPORCIONAIS E RAZOÁVEIS. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.- Não há que se falar em violação da esfera de competência da ANS e de seu Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, tendo em vista que o fato de o medicamento postulado não se encontrar no rol de procedimentos instituído por aquela agência não constitui óbice, por si só, para impedir o seu fornecimento. Isso porque, ao contrário das alegações do Recorrente, se trata de rol meramente exemplificativo cujo objetivo é definir uma cobertura mínima, e não máxima, a ser observada pelos planos de saúde.- É inconteste que a terapia foi prescrita por profissional médico habilitado para o diagnóstico da Apelada após a ineficácia de medicamento utilizado anteriormente. Sobre a imprescindibilidade do tratamento por meio do medicamento Alentuzumabe, é o recomendado no Laudo Médico (p. 29/30).- Diverge da boa-fé objetiva a vedação de cobertura de medicamentos importados e não previstos no rol elaborado pela ANS, como é o caso em tela, desde que prescritos mediante fundamentado relatório médico, atestando a ineficácia dos tratamentos convencionais realizados.- Em análise dos autos, verifico que, não obstante imbuir-se de razoabilidade os argumentos da Apelante de ser um medicamento internacional de valor elevado, o cumprimento da obrigação prolongou-se por um extenso lapso temporal sem que houvesse qualquer comprovação de suas justificativas (e.g. comprovantes de solicitação do medicamento, notas fiscais, etc.). Nesse sentido, não há razão para minorar a multa aplicada, eis que proporcional à importância da obrigação a ser cumprida e razoável com os danos sofridos pela Apelada quando na longa espera pela realização do encargo.- Recurso conhecido e, no mérito, não provido. Sentença mantida. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0613374-53.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0613646-13.2018.8.04.0001 - Remessa Necessária Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau; Promotor: Antônio José Mancilha (OAB: 1031MPAM/AM); Requerido: Haryson Otacy Brito Rombaldi; Advogada: Elisa Oliveira da Silva Bentes (OAB: 11261/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO DE IMPROBIDADE. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ E DANO AO ERÁRIO. REJEIÇÃO DA AÇÃO. ART. 17 DA LEI 8.429/92. REMESSA DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. 1) As sanções previstas no Art. 11 e 11 da Lei 8.429 de 1992 se impõe quando configurado o mínimo de gravidade administrativa, que se caracterize a má-fé ou dano ao erário. 2) In casu, o Requerido, muito embora tenha participado de sociedade empresarial, vindo a concorrer em licitação feita pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo servidor deste Tribunal de Justiça, comprovou não ter exercício cargo de gestão, bem como não obteve qualquer tipo de informação privilegiada em razão de seu cargo. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Remessa Necessária Cível nº 0613646-13.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o graduado órgão ministerial, em conhecer e NEGAR provimento a presente Remessa Necessária, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0615095-74.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara de Família; Apelante: Daniela Teixeira Brandão; Advogada: Maria do Rosário Neves Filardi (OAB: 5504/AM); Advogado: Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB: 2138/AM); Apelado: Maurilio Cardoso Dourado; Advogado: Luzenildo Pereira Figueira (OAB: 3956/AM); Advogado: Odemilton Pinheiro Macena Junior (OAB: 7155/AM); Advogado: Ikaro Pereira Amore (OAB: 6350/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PARTILHA DE BENS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO NA INICIAL. INÉPCIA NÃO CONFIGURADA. CAUSA NÃO MADURA PARA JULGAMENTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. As partes casaram-se sob o regime de comunhão parcial de bens, na data de 05/12/2003, tendo se divorciado em 23/02/2016, conforme cópia da certidão de casamento de fls. 8. 2. Ante o julgamento antecipado da lide, com o indeferimento da inicial, embora tenham sido produzidas provas da existência dos bens, o feito não se encontra ainda maduro para julgamento quanto à questão da efetiva participação das partes na aquisição dos bens que a Autora pretende repartir, merecendo maior instrução probatória em primeira instância, e reconhecer o preenchimento dos pressupostos processuais da demanda, determinando o regular prosseguimento do feito, com vistas ao julgamento de mérito. 3. Recurso conhecido e parcialmente provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0626187-83.2015.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar parcial provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0615400-24.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Dorynaldo de Souza e Souza; Advogado: João Batista Andrade de Queiroz (OAB: 2372/AM); Apelado: Eucatur - Empresa União Cascável de Transportes e Turismo Ltda; Advogado: Talvani Franco Leite Brito (OAB: 50918/PR); Advogada: Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB: 4083/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. TRANSPORTE COLETIVO. ACIDENTE. EMPRESA PRIVADA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PRELIMINAR REJEITADA. ILEGITIMIDADE DE EMPRESA QUE NÃO PRESTAVA SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO. NECESSIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO FEITO EM RELAÇÃO À EMPRESA CORRETA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Em se tratando de ação indenizatória movida por terceiro vitimado por empresa privada prestadora de serviço público de transporte, aquele equipara-se, para fins legais, a um consumidor, aplicando-se, pois, as regras aludidas pelo Código de Defesa do Consumidor, de modo que o prazo prescricional é de cinco anos, não tendo ocorrido, logo, a prescrição ventilada pelo Parquet, devendo ser rejeitada a preliminar. 2. Deve ser mantida a sentença que reconheceu a ilegitimidade da empresa Apelada, na medida em que esta não mais prestava serviços de transporte coletivo na época, não sendo, portanto, a responsável pela linha em que ocorreu o acidente. 3. Todavia, deve ser reformada a sentença para o fim de prosseguir o feito contra a empresa correta indicada pela Apelada, nos termos do artigo 339, do CPC, em atenção à economia processual, instrumentalidade das formas e primazia das decisões de mérito. 4. Apelação Cível conhecida e parcialmente provida, em dissonância com o Ministério Público. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0615400-24.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância com o Ministério Público, conhecer e dar parcial provimento ao recurso.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0615568-26.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Liliane Rodrigues Pires; Advogado: Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM); Advogado: Fábio Fernando Silva Azevedo (OAB: 9144/AM); Advogado: Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM); Apelado: O Estado do Amazonas; Procurador: Sálvia Haddad Gurgel Amaral (OAB: 3529/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: ADMINISTRATIVO. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. IRREGULAR. FGTS. REPERCUSSÃO GERAL, RE N. 596.478/RR. STF. DIREITO CONSTITUCIONAL ASSEGURADO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.- No caso dos autos, o vínculo dito temporário mantido entre as partes perdurou por 16 (dezesseis) anos, extrapolando, e muito, o que se pode razoavelmente entender por caráter temporário.- A contratação, portanto, violou de forma cabal o art. 37, IX, da CRFB, por inobservância de um de seus requisitos, sendo consequentemente nula e, assim, conferindo ao Apelante o direito a perceber as verbas relativas ao FGTS.- Esta condenação refere-se tão somente ao recolhimento do valor de 8% (oito por cento) do salário ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, não alcançando a multa de 40%, direito exclusivo de trabalhadores celetista.- Em se tratando de contrato administrativo, para a cobrança de contribuições de FGTS, é cabível à hipótese a prescrição quinquenal, prevista no art. 1º do Decreto n. 20.910/32.- Sentença parcialmente reformada.- Recurso conhecido e provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0615568-26.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e, no mérito, dar provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0616032-50.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A; Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM); Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 86415/RJ); Apelada: Euzarina Juliana Imbiriba da Mota; Advogado: Erico Vidal Rotondano (OAB: 10709/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA C/ INDENIZAÇÃO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. MERO ABORRECIMENTO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM HARMONIA COM PARECER MINISTERIAL.- A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM).- É incabível impor à seguradora a obrigação ao pagamento de indenização por danos morais, em razão de ter pago a menor, administrativamente, o valor indenizatório, visto que se estaria, na verdade, diante de mero dissabor vivenciado por esta, na expectativa de ver atendido seu requerimento extrajudicial, restando frustrado o pedido, com o pagamento apenas parcial do valor realmente devido, passando, então, a valer-se de ação judicial para cobrar o que entendia lhe ser devido, a título de complementação.- Não demonstrado pelo consumidor o efetivo abalo à honra, à imagem ou a quaisquer outros direitos personalíssimos, não há configuração de dano moral, pois o mero aborrecimento não enseja a reparação na esfera civil. Além disso, o aborrecimento, para ser reparado a título de dano moral, deve incutir no espírito do ofendido real mácula à sua honra subjetiva, a propiciar prejuízo de tal monta que a indenização pecuniária venha como consolo pelo percalço suportado, aliada à finalidade pedagógica do instituto.- Sentença parcialmente reformada.- Recurso conhecido e provido em harmonia com parecer ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0616032-50.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em harmonia com parecer Ministerial, conhecer do presente recurso e, no mérito, dar provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0616067-44.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: O Estado do Amazonas; Advogado: Alberto Bezerra de Melo (OAB: 2015/AM); Apelante: Heverton Oliveira Alencar; Apelante: Neyla Benfica da Silva; Advogado: Carlos Walci Dias Goes (OAB: 10186/AM); Apelado: O Estado do Amazonas; Procurador: Alberto Bezerra de Melo (OAB: 2015/AM); Apelado: Heverton Oliveira Alencar; Apelada: Neyla Benfica da Silva; Advogado: Carlos Walci Dias Goes (OAB: 10186/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. PRIMEIRA APELAÇÃO. INSURGÊNCIA QUANTO AO TEMPO DE INGRESSO NOS QUADROS DA SUSAM PARA CONTAGEM DE FGTS. JUNTADA EXTEMPORÂNEA DE DOCUMENTO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. - SEGUNDA APELAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. EXISTÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. TEMPORÁRIA. SUCESSIVAS PRORROGAÇÕES. NULIDADE DA CONTRATAÇÃO. DIREITO AO FGTS. APLICAÇÃO DO ART. 19-A DA LEI N.º 8.036/90. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA SUPREMA CORTE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judicias adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM). - Os documentos juntados em sede recursal de fls. 93/100, os quais, eventualmente, embasariam a insurgência dos primeiros Apelantes, quanto ao tempo de ingresso nos quadros da SUSAM para contagem do FGTS, referentes aos anos de 2003 - Apelante Heverton e 2002 - Apelante Neyla, já existiam à época da instrução processual e, injustificadamente, não foram anexados aos autos, sendo trazidos apenas em sede recursal. A pretensão recursal neste quesito, portanto, está alcançada pela preclusão consumativa, em razão do princípio da eventualidade (art. 336 do CPC/2015), porque não deduzida em primeiro grau.- Passo ao segundo recurso. - A regra constitucional é de que o exercício de funções públicas se dê por aqueles que sejam previamente aprovados em concurso público. A exceção a esta regra só pode ocorrer nas hipóteses definidas na própria Constituição Federal (cargos em comissão e contratação temporária para atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público), sob pena de o legislador infraconstiucional ser autorizado a alterar o texto constitucional, ao ampliar as hipóteses de exceção ao concurso público.- A renovação do contrato temporário, por sucessivas vezes, ocasiona a nulidade do contrato celebrado.- O Supremo Tribunal Federal (RE 830.962) assentou que os contratos temporários nulos também dão direito ao FGTS.- Sentença mantida. - Recurso conhecido e desprovido em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0616067-44.2016.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer dos presentes recursos e no mérito negar-lhes provimento em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0618130-71.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Maria Cathia Bruce Palma Lima; Advogada: Eliane de Aguiar Oliveira (OAB: 4651/AM); Apelado: Manaus Ambiental S/A; Advogado: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO DE APELAÇÃO. COBRANÇA INDEVIDA. AUSÊNCIA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE FORNECIMENTO DE SÉRVIO DE ESGOTO. NÃO COMPROVAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CABIMENTO. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, PARCIALMENTE PROVIDO.- A cobrança por fornecimento de serviço de esgoto tem natureza tarifária ou de preço público. Com efeito, o STJ entende que aquelas cobranças não se enquadram na categoria de tributos, razão pela qual não se subsumem ao regime jurídico tributário pré-estabelecido para as taxas, entendimento este pacífico em grau de Recurso Repetititvo.- Embora não haja o fornecimento de água na localidade, mais ainda após a criação do poço artesiano pela Apelante, tema dos quais passarei a fundamentar a seguir, é inconteste, também, que havia fornecimento de serviço de esgoto, razão pela qual é devido o pagamento de sua tarifa no valor mínimo, consoante entendimento do STJ.- Considerando a inexigibilidade dos débitos da Apelante em relação à cobrança pelo fornecimento de água, é certo que deve ser determinada a retirada de seu nome dos cadastros de inadimplentes. Isso porque a consumidora está inscrita por uma dívida que não contraiu em sua totalidade. Com efeito, é o entendimento do c. STJ que nos casos de inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral é in re ipsa, é dizer, não precisa de prova.- Tendo em vista as circunstâncias em que se deram os fatos, as condições financeiras da Apelante, assim como o porte da Apelada, entendo que a r. Sentença merece reforma, neste ponto, condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), quantia esta que considero revelar-se suficiente à compensação dos transtornos experimentados pela Apelante e a ser pago pela Apelada.- Recurso conhecido e, no mérito, parcialmente provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0618130-71.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0618287-15.2016.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária, 4ª Vara de Família; Apelante: J. O. de L.; Advogado: Marcelo da Silva D Avila (OAB: 240055/SP); Apelado: S. H. de L.; Advogado: Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB: 9932/AM); Procuradora: Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: PROCESSO CIVIL. FAMÍLIA. APELAÇÃO. REVISÃO DE ALIMENTOS. ALTERAÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE OU DA NECESSIDADE DOS ALIMENTADOS. NÃO VERIFICADA. MANUTENÇÃO DA PENSÃO ALIMENTÍCIA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NA FORMA ORIGINALMENTE ESTABELECIDA. NECESSIDADE. SENTENÇA QUE DESOBRIGOU O ALIMENTANTE EM RELAÇÃO AO PAGAMENTO DO PLANO DE SAÚDE. REFORMADA NESTE PONTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.1. Para que haja alteração no ajuste previamente estabelecido, isto é, para que se opere a redução ou majoração da pensão, bem como as alterações relativas ao encargo com o plano de saúde é preciso comprovar que ao tempo do ajuste original a situação era uma, mas que com o passar dos anos se alterou.2. No caso dos autos, não restou demonstrado a modificação da3. Nestes termos, merece reforma a sentença no ponto que desobrigou o alimentado de arcar com o pagamento do plano de saúde de um de seus filhos menores, posto que frente a manutenção do binômio necessidade/possibilidade, não há motivos para a revisão dos alimentos. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação / Remessa Necessária n.º 0618287-15.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em parcial acordo com o parecer do Ministério Público, conhecer e dar parcial provimento ao recurso.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0618431-91.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda; Advogado: Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 1722E/AM); Advogado: Denizom Moreira de Oliveira (OAB: 9040/AM); Advogado: Raphaela Batista de Oliveira (OAB: 9169/AM); Advogado: Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB: 9372/AM); Advogada: Luma Vieira Marquez (OAB: 10959/AM); Advogada: Carlos Murilo Laredo Souza (OAB: 7356/AM); Advogado: Rodrigo Benayon Serudo (OAB: 1880E/AM); Advogado: Paulo Augusto Luz de Araújo (OAB: 11146/AM); Advogado: Guilherme Carvalho Melo (OAB: 11086/AM); Apelado: Felipe Carlos Don; Advogado: Daniel de Lima Albuquerque (OAB: 6548/AM); Apelada: Luciana de Castro Don; Advogado: Daniel de Lima Albuquerque (OAB: 6548/AM); Presidente: Paulo César Caminha e Lima. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. ATRASO NA ENTREGA DE OBRA. CONGELAMENTO DO SALDO DEVEDOR. TESE FIRMADA PELO PLENO DESTE TRIBUNAL QUE DETERMINOU A IMPOSSIBILIDADE DE CONGELAMENTO DA CORREÇÃO MONETÁRIA NO SALDO DEVEDOR. POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DOS JUROS DE MORA E MULTAS. INVERSÃO DA CLÁUSULA PENAL. CABÍVEL. TESE FIRMADA NO REPETITIVO – TEMA 971 – DO STJ. DANO MORAL. MANUTENÇÃO DO VALOR ARBITRADO NO PRIMEIRO GRAU. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0618431-91.2013.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por maioria de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0618515-53.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Waldeci Santos Cabral; Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM); Apelado: Banco Agibank; Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO PESSOAL. CLÁUSULAS CONTRATUAIS DE JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE CARACTERIZADA. PERCENTUAIS ACIMA DA TAXA MÉDIA DE MERCADO DIVULGADA PELO BACEN. RESTITUIÇÃO SIMPLES. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. 1. Os juros remuneratórios só podem ser considerados abusivos se ultrapassarem, de forma desproporcional, os limites permitidos pelos órgãos estatais reguladores, excedendo de forma desmedida a média de mercado (REsp 1061530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009). 2. No caso presente, nota-se que as taxas de juros estavam superiores a uma vez e meia, ao dobro e até ao triplo da taxa média divulgada pelo Bacen para os períodos respectivos, a se evidenciar a sua abusividade. 3. Uma vez que não restou demonstrada a forma como teve o direito de personalidade violado e não sendo o caso de dano moral in re ipsa, ausente a conduta ilícita do apelado que seja capaz de gerar dano moral indenizável. 4. Recurso parcialmente provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade em dar parcial provimento à Apelação Cível, nos termos do relatório e do voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0619747-37.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Bmg S/A; Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE); Advogado: Hugo Neves de Morães Andrade (OAB: 23798/PE) Apelada: Maria do Socorro Aguiar de Souza; Advogado: Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB: A1087/AM); Advogado: João Paulo Monteiro de Lima (OAB: 7618/AM); Advogado: Samara Ribeiro de Souza (OAB: 10152/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E DANOS MATERIAIS. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATO DE ADESÃO. CÓDIGO DO CONSUMIDOR. SÚMULA 297 DO STJ. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CARTÃO DE CRÉDITO NÃO SOLICITADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. DESCONTO EM FOLHA. CONDUTA ILÍCITA. REQUERIDO QUE NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR FATO EXTINTIVO, MODIFICATIVO OU IMPEDITIVO DO DIREITO AUTORAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CONFIGURADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. A relação jurídica estabelecida entre as partes é de consumo, aplicando-se as regras do CDC, de acordo com Súmula 297 do STJ;2. O ônus da prova incumbe à parte Autora quanto ao fato constitutivo do seu direito e ao réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora, conforme a regra expressa do art. 373 do Código de Processo Civil; 3.Não se incumbindo a parte ré de comprovar nos autos a modificação ou constituição de seus direitos, e tendo o autor colacionado provas que permitem ao juiz um alcance da verdade formal apta ao julgamento justo, as alegações do recorrente não merecem ser acolhidas; 4. No presente caso, não houve movimentação no cartão de crédito, com exceção do valor referente ao financiamento do saldo devedor do mútuo bancário que correspondia ao “pagamento mínimo”. Restando claro que a parte Apelada não tinha pretensão de contratar cartão de crédito no momento da assinatura do contrato; 5. É reprovável a conduta da requerida consubstanciada na prestação de seus serviços de maneira desidiosa e negligente e, a fim de evitar a reincidência do ofensor em casos semelhantes, fica configurado o dever de indenizar; 6. Afasta-se a alegação de litigância de má-fé se o comportamento do recorrente não configura ato de deslealdade processual, mas tão somente o exercício do direito assegurado constitucionalmente. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0619747-37.2016.8.04.0001,ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por maioria de votos, em consonância com o graduado órgão ministerial, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0620665-46.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Itaucard S/A; Advogado: Antonio Braz da Silva (OAB: 1026A/AM); Apelado: Jose Roberto da Silva Ferreira; Advogada: Cárita Martins Borges Pedroso (OAB: 7310/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. ALEGAÇÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÁUSULAS. APLICAÇÃO DE TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS EM CONSONÂNCIA COM A TAXA MÉDIA DIVULGADA PELO BACEN. POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. RECURSO PROVIDO. 1. Os juros remuneratórios só podem ser considerados abusivos se ultrapassarem, de forma desproporcional, os limites permitidos pelos órgãos estatais reguladores, excedendo de forma desmedida a média de mercado. 2. Nota-se que a taxa de juros do contrato de 27,09% a.a. não se mostrou abusiva, tendo em vista que não superou uma vez e meia, o dobro ou o triplo a taxa média de mercado divulgada pelo Bacen. 3. A previsão em contrato bancário de taxa de juros anual superior a 12 vezes (duodécuplo) a taxa mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa de juros efetiva contratada, sendo permitida, portanto, a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31 de março de 2000, data da publicação da Medida Provisória 1.963-17/2000, em vigor como Medida Provisória 2.17036/01, desde que expressamente pactuada. 4. A capitalização mensal de juros não é mais, a priori, prática ilegal, sendo permitida caso o contrato revisando tenha sido firmado após 31 de março de 2000, data da publicação da Medida Provisória 1.963-17/2000, em vigor como Medida Provisória 2.170-36/01, e ainda haja no contrato previsão expressa de taxa de juros anual superior a 12 vezes a taxa de juros mensal. 5. No presente caso, a capitalização mensal deve ser permitida, pois, além de celebrado após o ano 2000, o contrato firmado entre as partes prevê juros remuneratórios de 1,99% a.m. e de 27,09% a.a. 6. Tendo em vista a validade das cláusulas atinentes às taxas de juros remuneratórios e à capitalização de juros, indevida a restituição dos valores pagos sob tais rubricas. 7. Recurso provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, dar provimento à Apelação Cível, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0621206-06.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Rejane Clicia Velozo dos Santos; Advogado: Fernanda Lima Tavares (OAB: 11834/AM); Apelado: O Estado do Amazonas; Procurador: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. SERVIDOR TEMPORÁRIO. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS. VIOLAÇÃO DO ART. 37, II E IX, DA CF. NULIDADE. DIREITO AO FGTS. APLICAÇÃO DO ART. 19-A DA LEI 8.036/90. ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE. PAGAMENTO DE MULTA DE 40%. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER ESTRITAMENTE TRABALHISTA. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, PARCIALMENTE PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.- O Supremo Tribunal Federal (RE 830.962) assentou que os contratos temporários nulos também dão direito ao FGTS. Sendo a nova interpretação mais favorável à pessoa humana, imperiosa sua imediata aplicação.- Está pacificado na Jurisprudência Pátria o entendimento de que os contratos temporários nulos também dão direito ao FGTS. Sendo a nova interpretação mais favorável à pessoa humana, imperiosa sua imediata aplicação, nos exatos termos do que dispõe o Parecer Ministerial (p. 305/319). Assim, deve-se reparar para o prazo prescricional da pretensão de cobrança dos valores do saldo do FGTS o qual, segundo a jurisprudência majoritária, é quinquenal.- Recurso conhecido e, no mérito, parcialmente provido, em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0621206-06.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e no mérito DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0621765-60.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: O Estado do Amazonas; Procurador: Arthur Marcel Batista Gomes (OAB: 26983/PA); Apelada: Alzieny dos Santos Brito; Advogado: Álvaro Viana Ortiz (OAB: 13165/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: PROCESSO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. APELAÇÃO. ERRO MÉDICO. FALHA CIRÚRGICA NA REDE PÚBLICA HOSPITALAR. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. CARACTERIZADOS. VALOR ARBITRADO. MANUTENÇÃO. ATENDIMENTO AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.1. Na esteira da jurisprudência do Superior Tribunal

de Justiça, a revisão do valor da indenização somente é possível quando exorbitante ou insignificante a importância arbitrada, em flagrante violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.2. No caso dos autos, onde a vítima, após submeter-se a cirurgia na rede pública hospitalar, constatou-se a errônea colocação de pino em seu joelho, que inviabilizou a flexão do membro, ocasionando fortes dores durante cinco anos, bem como a necessidade de uso de cadeira de rodas, mostra-se razoável e condizente ao caso a indenização arbitrada no importe de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).3. Apelação conhecida e não provida, em consonância com o parecer ministerial. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0621765-60.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer do Ministério Público, conhecer e negar provimento ao recurso.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0621807-46.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Instrumental Tecnico Ltda; Advogada: Ana Cecília Ortiz e Silva (OAB: 8387/AM); Advogado: Carolina Farias de Barros (OAB: 8005/AM); Apelado: O Município de Manaus; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. COBRANÇA. NOTA FISCAL SEM COMPROVANTE DE ENTREGA. INSUFICIÊNCIA DE PROVA. POSSIBILIDADE DE EMENDA À PETIÇÃO INICIAL. PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. - Trata-se de Ação Monitória em que a parte autora visa o pagamento de suposto débito inadimplido por parte da ré, ora apelada, sendo certo que os documentos carreados aos autos não são suficientes para cobrança requerida, já que não resta demonstrado que os produtos foram recebidos pela devedora e a existência de notas fiscais não assinadas não se prestam a comprovar o débito.- No entanto, entendo que há razão ao Apelante quanto a nulidade da sentença por ausência de intimação pessoal da parte Autora para emendar a inicial, já que a ausência de comprovante de recebimento de mercadoria, por si só, não retira a força probante para instruir a monitória, permitindo-se, assim, a instrução do feito com outros documentos escritos que apontem a existência do crédito.- Sob a égide do princípio da primazia do julgamento do mérito (art. 6.º do CPC/2015), o qual garante às partes o direito à retificação de defeitos obstativos do julgamento meritório, é impositivo oportunizar à autora/apelante a sanação do vício ora verificado: ausência de juntada de documento indispensável à propositura da demanda, exigido pelos arts. 700, § 2.º, I e 320 do CPC/2015. - Apelação conhecida e provida com a finalidade de anular a sentença apelada e determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem para que seja oportunizada à autora a emenda à inicial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0621807-46.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0622489-40.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Patri Vinte e Quatro Empredimentos Imobiliários Ltda.; Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM); Apelado: Ronaldo José Michiles; Advogado: Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB: 3456/AM); Apelante: Ronaldo José Michiles; Advogado: Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB: 3456/AM); Apelado: Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliários S/A; Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. RELAÇÃO CONSUMERISTA. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. IRDR. DANO MORAL NÃO EVIDENCIADO. DANO MATERIAL NA MODALIDADE LUCROS CESSANTES. CONDENAÇÃO DE ALUGUEIS ATÉ A DATA DA ENTREGA DO IMÓVEL. REFORMATIO IN PEJUS. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSOS CONHECIDOS E, NO MÉRITO, RECURSO DE PATRI VINTE E QUATRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A PARCIALMENTE PROVIDO E RECURSO DE RONALDO JOSÉ MICHILES NÃO PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - Quanto à Apelação de Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda: (I) é inexequível acolher o argumento no sentido de que o Apelado não demonstrou a existência de contrato de locação cujo imóvel envolvido seria o objeto da avença, haja vista não ser razoável supor que alguém ofereça à locação um imóvel que não existe ou que não tem condições de uso para os fins a que se destina. A jurisprudência pátria é mansa e pacífica a respeito da necessidade de se compensar o promitente comprador pelos alugueis cuja possibilidade de percepção não lhe fora dada em razão única e exclusivamente de mora da construtora; (II) no que pertine à fixação de honorários advocatícios, a condenação ser distribuída entre os parciais sucumbentes, eis que cada um decaiu de parte do pedido, de forma que estipulo a repartição dos honorários já arbitrados na origem no percentual de 90% (noventa por cento) a ser pago por Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda e 10% (dez por cento) a ser pago por Ronaldo José Michiles.- Quanto à Apelação Adesiva de Ronaldo José Michiles: (I) o dia em que o "Habite-se" foi averbado (07/11/2013) deve ser mantido como o termo final da mora, a fim de não configurar reformatio in pejus; (II) não se observa qualquer ofensa aos direitos de personalidade do Apelante, mas mero aborrecimento, razão pela qual não há que se falar em compensação por danos morais; (III) em análise dos autos, verifico que foram interpostas duas peças principais no primeiro grau (Petição Inicial e Réplica), além de outras peças intermediárias para correta citação do ora Apelado. Ademais, disso, houve o julgamento antecipado da lide, sendo que a demanda fora interposta em 16/08/2013 e teve sua sentença em 27/10/2016, não havendo perícia, audiência de conciliação ou qualquer outro meio capaz de indicar complexidade na causa, razão pela qual mantenho a condenação em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, já deferida pelo juízo a quo.- Recursos conhecidos e, no mérito, Recurso de Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda parcialmente provido e Recurso de Ronaldo José Michiles não provido, em consonância com os Pareceres Ministeriais. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0622489-40.2013.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER dos presentes recursos e, no mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO ao Recurso de Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda e NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Ronaldo José Michiles, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0622564-40.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Reticlefe Nunes da Silva; Advogado: Miguel Barrela Filho (OAB: 1622/AM); Advogada: Bruna Lucena dos Santos (OAB: 9653/AM); Apelado: Fundação de Vigilância Em Saúde – Fvs; Advogada: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM); Advogado: Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM); Advogado: Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM); Advogado: José Alexandre Serrão Rodrigues (OAB: 10257/AM); Procuradora: Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVAS PRORROGAÇÕES. NULIDADE. PRECEDENTES DO STF. FGTS. NECESSIDADE DE PAGAMENTO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. APLICABILIDADE. AÇÃO AJUIZADA APÓS O JULGAMENTO DO AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MULTA RESCISÓRIA DE 40% SOBRE O FGTS.

IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Segundo o STF, em se tratando de contrato de servidor temporário firmado com a Administração Pública, não havendo motivos excepcionais, as sucessivas prorrogações desviam a sua finalidade e ofendem a regra do concurso público, ensejando a sua nulidade. 2. Declarada a nulidade contratual, o Excelso Sodalício entendeu ser devido o depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, entendimento aplicável também aos trabalhadores que não são regidos pela CLT. 3. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Agravo em Recurso Extraordinário nº 709.212/DF, entendeu ser aplicável o prazo prescricional de 5 (cinco) anos para cobrança do FGTS não pago para as ações ajuizadas após aquela decisão. 4. Quanto ao pedido da multa de 40% (quarenta por cento) sobre o FGTS, na esteira do entendimento dos Tribunais pátrios, não deve ser acolhido, pois tal direito é previsto tão somente no âmbito regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, vedada a sua aplicação extensiva ou analógica aos servidores com vínculo administrativo, como é o caso dos contratos temporários declarados nulos. 5. Apelação conhecida para, no mérito, prover parcialmente o recurso, em consonância com o Parquet. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0622564-40.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar parcial provimento ao recurso, em harmonia com o Ministério Público.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0623026-31.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: O Estado do Amazonas; Procurador: Luis Carlos Paula e Souza (OAB: 1667/AM); Apelada: Hosana Amoedo Paixao; Advogada: Adriana dos Santos Guimarães (OAB: 10252/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. NECESSIDADE EXCEPCIONAL. NÃO CONFIGURADA. NULIDADE. FGTS DEVIDO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O contrato do servidor temporário que não tem uma necessidade temporária ou excepcional como justificativa é nulo, pois fere o dever da Administração Pública preencher os cargos públicos através de concurso público. 2. Diante da nulidade do contrato, faz jus o trabalhador ao levantamento do depósito do FGTS. 3. Ministério Público opinou pelo conhecimento e não provimento. 4. Recurso não provido. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0623026-31.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância ao Parecer do Ministério Público, conhecer e negar provimento ao recurso.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0623470-69.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Juliana Oliveira Miranda; Advogado: Marcos Antonio Braga de Oliveira (OAB: 3464/AM); Advogado: José Carlos Lino Costa (OAB: 1163/RO); Apelado: Bujari Empreendimentos Imobiliarios Ltda.; Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG); Advogado: Leonardo Braz de Carvalho (OAB: 76653/MG); Advogado: Raphaela Batista de Oliveira (OAB: 9169/AM); Apelante: Bujari Empreendimentos Imobiliarios Ltda.; Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG); Advogado: Raphaela Batista de Oliveira (OAB: 9169/AM); Apelada: Juliana Oliveira Miranda; Advogado: José Lídio Alvez dos Santos (OAB: 1163/AM); Advogado: Marco Antônio Braga de Oliveira (OAB: 3464/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA(1): DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. TAXAS CONDOMINIAIS. ATRASO NA ENTREGA DE OBRA. DANO MORAL. IRDR 0005477-60.2016.8.04.0000. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. Conforme julgamento desta E. Corte, o prazo de tolerância de 180 (cento e oitenta) ias somente pode ser prorrogado mediante justificativa 2.As taxas condominiais não são de responsabilidade da compradora do imóvel até a efetiva posse, razão pela qual deve a construtora arcar com o pagamento destes. 3. Mediante o julgamento do IRDR desta Corte, ficou estabelecido que o mero atraso na obra não enseja o pagamento de indenização por danos morais, devendo ser comprovada situação que fuja da ordinariedade, o que não ocorreu no caso em tela. EMENTA(2): DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PRESCRIÇÃO DA TAXA DE CORRETAGEM. MULTA COMPENSATÓRIA. LUCRO CESSANTE. DANO MORAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. A prescrição da taxa de corretagem prescreve em 3 anos, por força da decisão prolatada no Recurso Especial nº 1.551.956-SP (Tema 938), sob a égide dos recursos repetitivos, junto ao Superior Tribunal de Justiça. 2. Não é devido o pagamento de multa compensatória quando não há previsão expressa em contrato. 3. É devido o lucro cessante quando comprovada demora na entrega de imóvel, bem como a comprovação do efetivo gasto, no período entre a data prevista de entrega até a expedição do habite-se. 4. Mediante o julgamento do IRDR desta Corte, ficou estabelecido que o mero atraso na obra não enseja o pagamento de indenização por danos morais, devendo ser comprovada situação que fuja da ordinariedade, o que não ocorreu no caso em tela. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0626187-83.2015.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar parcial provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.EL

Processo: 0623851-04.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Bonsucesso Consignado S.A; Advogada: Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB: 167006/RJ); Advogado: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489/BA); Apelado: João Macena da Silva; Advogado: Adson Pinho Pinto (OAB: 5850/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. REVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO.- Embora firmado sem qualquer indício aparente de vício no consentimento do contratante, é possível a revisão de cláusulas reputadas ilegais e abusivas, ainda que findo o contrato. Preliminar de carência de ação rejeitada.- A taxa média de mercado apurada pelo Banco Central para operações similares, na mesma época do empréstimo, pode ser usada como referência no exame da abusividade dos juros remuneratórios, mas não constitui valor absoluto a ser adotado em todos os casos. No caso concreto, não foi demonstrada significativa discrepância entre a taxa média de mercado e o índice pactuado entre as partes (STJ. AgInt no AREsp 1230673/MS).- Não se conhece de pedido formulado em sede de contrarrazões de apelação, porquanto estas não constituem meio processual próprio para buscar a modificação da sentença.- Recurso de apelação conhecido e provido. Sentença reformada. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0623851-04.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019.EL

Processo: 0624595-38.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Sonia Regina de Oliveira Correa; Advogada: Kenia Cristina Wanderley Dorval (OAB: 135899/RJ); Advogada: Andrea Jacob de Souza (OAB: 4870/AM); Apelado: Banco do Brasil S/A; Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM); Advogado: José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM); Presidente: Cláudio César

Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO BANCÁRIO. ENVIO DE CARTÃO DE CRÉDITO. COMPROVAÇÃO DE CONTRATO PACTUADO PELA CONSUMIDORA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.- Nas hipóteses de interposição errônea de Decisões ou qualquer outro tipo de movimentação processual, os julgadores dispõe da ferramenta "tornar sem efeito" as páginas em questão. Ocorre que de análise dos autos, após a prolação da Sentença que julgou improcedente os pedidos da autora, há, imediatamente, a apresentação de Embargos de Declaração pela própria Apelante, não havendo qualquer menção à parcial procedência da sentença.- Da análise dos autos, no que tange à documentação acostada, verifico que não há como ser declarada a inexistência do contrato de cartão de crédito, bem como o cancelamento dos supracitados dispositivos. Isso porque, o "Contrato de Adesão a Produtos e Serviços – Pessoa Física" juntado às p. 51/52 é claro ao apresentar o nome completo da Apelante, bem como suas informações pessoais. A assinatura do presente termo, por sua vez, é semelhante àquela exibida no Documento de Identificação às p. 13 e na Procuração (p. 11) acostada. - A Apelante deveria ter comprovado suas afirmações, ainda que sumariamente, juntando aos autos cópias dos números de protocolos das ligações telefônicas que teve de realizar "praticamente de forma mensal" (p. 100) para solicitar o cancelamento dos cartões de crédito. - Por derradeiro, diante da demonstração de que a Apelante teve plena ciência sobre o envio dos cartões de crédito, pela Apelada, não há razão pela qual arguir prejuízo indenizável sofrido pela vítima. Ao revés, não permanece o dever de indenizar na medida em que a Recorrente, ao assinar contrato de adesão cujas cláusulas dispunham claramente sobre o envio de cartão de crédito, não pode alegar ignorância ou desconhecimento passível de indenização.- Recurso conhecido e, no mérito, não provido. Sentença mantida. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0624595-38.2014.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0627133-84.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Procurador: Fabrício Perrotta da Silva (OAB: 165909/RJ); Apelado: Marcelo Pereira da Silva; Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO DE CONVERSÃO DE AUXILIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. POSSIBILIDADE. INCAPACIDADE PERMANENTE E PARCIAL QUE, ALIADA ÀS CONDIÇÕES PESSOAIS DO SEGURADO, IMPEDEM SUA REINSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E PREJUDICAM SUA REABILITAÇÃO. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO SEGURADO. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA QUE OSTENTA NATUREZA DE ORDEM PÚBLICA, PORTANTO ANALISADA DE OFÍCIO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. ART. 1.º-F DA LEI N.º 9.494/97. INPC. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA, DE OFÍCIO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO EM HARMONIA COM PARECER MINISTERIAL.- O Superior Tribunal de Justiça solidificou o entendimento de que a concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar, além dos requisitos do art. 42 da Lei 8.213/91, os aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado.- A parte Apelante sustenta, ainda, que o índice de correção monetária está incorreto. No entanto, verifico que a sentença proferida não fez qualquer menção sobre o referido índice. Logo, o não conhecimento da irresignação é medida que se impõe. Contudo, faz-se necessária a manifestação sobre o presente tema por ser matéria que ostenta natureza de ordem pública, visto que é matéria de interesse de toda a sociedade e, assim, se sobrepõe aos interesses dos particulares. Destarte, pode ser analisada de ofício, razão pela qual não se aplica o princípio da proibição da reformatio in pejus, o qual veda o agravamento da situação jurídica do réu em face de recurso interposto exclusivamente pela defesa.- Ao resolver as controvérsias a respeito da aplicabilidade do art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97 às condenações contra a Fazenda Pública, antes da formação do precatório ou da RPV, o STJ consignou que, em matéria previdenciária, os juros moratórios devem continuar sendo calculados segundo a sistemática estabelecida pelo artigo de lei acima mencionado, com a redação dada pela Lei n.º 11.960/09, mas o índice de correção monetária a ser considerado é o INPC.- Sentença parcialmente reformada, de ofício.- Recurso parcialmente conhecido e, na parte conhecida, desprovido em harmonia com parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0627133-84.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em harmonia com parecer Ministerial, conhecer parcialmente do presente recurso e, no mérito, na parte conhecida, negar provimento, contudo reformar parcialmente a sentença de ofício, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0627430-33.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Jovandeci Da Silva De Souza; Advogado: Almir Albuquerque dos Santos Anselmo (OAB: 8441/AM); Apelado: Banco Itauleasing S/A - Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO C/C REVISÃO CONTRATUAL.IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. VIOLAÇÃO AO ART. 1.010 DO CPC. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. O princípio da dialeticidade visa assegurar o direito a ampla defesa e ao contraditório, o apelante ao deixar de impugnar a fundamentação da sentença, fazendo mera apresentação dos fatos já apresentados na inicial, impossibilitam que seja assegurada a ampla defesa e contraditório. 2. Recurso não conhecido. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0627430-33.2013.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do(a)(s) Egrégio(a)(s) Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, não conhecer o recurso.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0627471-97.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Itauleasing S/A; Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE); Apelada: Sueli Ferreira Loureiro; Advogado: Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB: 4100/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ALEGAÇÃO DE ERROR IN PROCEDENDO, AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA E JULGAMENTO PREMATURO. NÃO VERIFICADOS. PARTE DEVIDAMENTE INTIMADA SE MANTEVE INERTE. HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0627471-97.2013.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0630923-76.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: O Estado do Amazonas; Procuradora: Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM); Apelada: Waldeci Barros Coutinho; Advogado: Wagner Jackson Santana (OAB: 8789/AM); Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. VERBAS RESCISÓRIAS. 13º SALÁRIO. ALEGAÇÃO DE QUE JÁ TERIAM SIDO PAGAS PELA RECORRENTE. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO. INEXISTÊNCIA DE FICHAS FINANCEIRAS QUE COMPROVARIAM O PAGAMENTO ALUDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em conformidade com o Graduado Órgão Ministerial, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0631325-65.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Wellington de Amorim Alves; Advogado: Wellington de Amorim Alves (OAB: 2993/AM); Apelado: Nauylians Sadao Inouye; Advogado: Bruno de Oliveira Rodrigues (OAB: 9968/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO C/C COBRANÇA DE ALUGUÉIS E ENCARGOS LOCATÍCIOS VENCIDOS. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ABANDONO DE CAUSA. ARTIGO 485, III, DO CPC. INTIMAÇÃO PESSOAL REALIZADA. CARTA ENVIADA AO ENDEREÇO INDICADO PELO PRÓPRIO APELANTE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO REJEITADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.- Conforme dispõe o art. art. 485, III, do NCPC, o magistrado pode extinguir o feito, sem resolver o mérito, quando o autor, por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. - O §1.º do art. 485 do NCPC determina que é necessária a prévia intimação pessoal do autor para suprir a falta em 05 (cinco) dias. - In casu, o Juízo a quo extinguiu a Ação de Despejo em face do abandono da causa pelo Autor, com fulcro no artigo 485, inciso III, do CPC; - Não há que se falar em nulidade da r. Sentença, tendo em vista que fora devidamente realizada sua intimação pessoal, conforme determina o §1.º, do artigo 485, do cpc, constando nos autos AR positivo (p.149) de intimação pessoal do apelante, tendo sido recebido no endereço indicado em sua exordial. Assim, não se mostra razoável o ponto de que desconhece quem assinou o recebimento sem maiores provas em contrário;- Por fim, não há que se falar em ausência de fundamentação, já que o juiz de origem elencou os motivos que o levaram a tomar a decisão. - Sentença mantida; - Recurso conhecido e desprovido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0631325-65.2014.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0632343-87.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Braga Veículos Ltda.; Advogado: Jose Ricardo Gomes de Oliveira (OAB: 5254/AM); Advogado: Sarah Maia Viana (OAB: 11440/AM); Apelado: Barauto Comercio de Peças Automotivas Ltda, Na Pessoa do Sócio-administrador Lúcio Nogueira Lim; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. INEXISTÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA NOS AUTOS. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL NÃO VERIFICADO. PRAZO QUINQUENAL DA EMISSÃO DO CHEQUE ULTRAPASSADO. DIREITO DE AÇÃO PRESCRITO. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA.1. É de cinco anos o prescricional para ajuizar a demanda de ressarcimento do cheque sem força executiva, a teor do dispositivo na Sumula nº 503 do STJ.2. Diante da ausência de citação válida, inexistiu a interrupção da prescrição prevista no art. 240, § 1º, do CPC.3. Apelação Cível conhecida e não provida. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0632343-87.2015.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidadede votos, conhecer e negar provimento ao recurso.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0632452-67.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Raimundo Lopes Nunes; Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM); Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. Revisor: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA COM PEDIDO DE CONVERSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO C/C CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL DO RESTABELECIMENTO DO AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. DATA DA CESSÃO INDEVIDA DO BENEFÍCIO. PRECEDENTES. STJ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0632452-67.2016.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito negar-lhe provimento em dissonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0632693-07.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Elielcio George Catete Chaves; Advogada: Monica Vicente Taketa (OAB: 7988/AM); Advogada: Carolina Gomes Mar (OAB: 8627/AM); Apelado: O Estado do Amazonas; Procurador: Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. MILITAR. RESERVA. LICENÇA-PRÊMIO. AUSÊNCIA DE GOZO. CONVERSÃO EM PECÚNIA. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. INÍCIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Esta E. Corte, bem como o C. STJ, tem posicionamento firme no sentido de ser possível a conversão das licenças-prêmio em pecúnia, quando o servidor for transferido para a reserva sem tê-las usufruído. 2. O início do prazo prescricional se dá tão somente a partir da data de transferência para a reserva remunerada, ou homologação pelo TCE da aposentadoria. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0632693-07.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia com o parecer ministerial, conhecer e dar provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0634107-06.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Mylena Ramos Bonfim; Advogado: Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 8020/AM); Apelado: Norte Móveis - Móveis Projetados; Advogado: Andre Liz Guedes da Silva (OAB: 5261/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO.

MÓVEIS MODULADOS/PLANEJADOS. PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DE DEFESA E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. REJEITADAS. RESCISÃO CONTRATUAL. PREVISÃO CONTRATUAL EXPRESSA. PACTA SUNT SERVANDA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO COMPROVADA. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.- Compulsando os autos – e, mais ainda, pela própria natureza da ação -, verifico que a matéria é predominantemente de direito, isto é, a mera análise dos documentos juntados por ambas as partes nos autos possibilitam ao julgador mecanismos suficientes a fim de decidir a lide de forma integralizada.- Não se deve confundir Sentença sucinta com sentença não fundamentada. In casu, o magistrado de origem estabelece perfeitamente as razões que lastreiam seu entendimento, razão pela qual rechaço as preliminares aventadas pela Apelante.- O art. 784, III, do CPC autoriza o exequente a se utilizar da via executiva para cobrar os valores não adimplidos, bem como todos os demais encargos acessórios devidos. Portanto, o instrumento contratual que estabelece a obrigação constitui título executivo extrajudicial, conforme a tipicidade legal.- Considerando a inércia contratual, não há como a consumidora ser responsabilizada pelo silêncio contratual, isso porque se não há tal previsão no contrato, não há razão pelo seu cumprimento, sob pena de ofensa ao pacta sunt servanda.- Não observo que a conduta da Apelada se enquadra em quaisquer hipóteses descritas no art. 80 do Digesto Processual Civil, tampouco do item "alteração da verdade dos fatos", em especial quando a narração dos fatos decorre de sua particular sequência lógica, cabendo a Embargante narrar sob seus fatos, como o fez, razão pela qual rejeito o pedido de condenação ao pagamento de multa por litigância de má-fé. - Recurso conhecido e, no mérito, parcialmente provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0634107-06.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e no mérito DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0635865-25.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara de Família; Apelante: P. F. A.; Apelante: M. Z. de A. A.

Advogada: Maria Nafice de Oliveira (OAB: 3929/AM); Apelada: T. G. de O. A.; Representa: Tayane Ketlem de Oliveira Nobre; Advogado: Jean Carlos Pinto da Silva (OAB: 5328/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE ALIMENTOS. ALIMENTOS AVOENGOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA E COMPLEMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DA GENITORA NÃO DEMONSTRADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.- A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM). - O encargo de prestar alimentos possui característica de subsidiaridade, justificando-se nas hipóteses em que a obrigação alimentícia não pode, comprovadamente, ser satisfeita pelos genitores. Razão pela qual nota-se que o dever de prestar alimentos não se restringe ao primeiro grau de parentesco, mas sim estende-se a todos os ascendentes.- Não há comprovação cabal, inicialmente pela genitora da Apelada, de que não possui condições de arcar com o sustento da menor. Ao revés. O simples fato do genitor da menor não ter sido localizado em processo de execução, por si só, não autoriza a imposição de obrigação excessivamente onerosa à Apelante que, ao contrário da Apelada, trouxe aos autos provas robustas de que é viúva e hipossuficiente economicamente (p. 35/36).- Recurso conhecido e provido, em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0635865-25.2015.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0636638-41.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Itaú S/A; Advogada: Pryscila Duarte Nunes (OAB: 34198/PE); Advogada: Gisele Sampaio Fernandes (OAB: 4621/AM); Advogado: Antonio Braz da Silva (OAB: 12450/PE); Apelado: HELTON MACHADO DE SOUZA; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. DILIGÊNCIA NÃO CUMPRIDA, ABANDONANDO DA CAUSA, CARACTERIZANDO PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. ART. 485, INCISO III E VI, DO CPC/2015. NULIDADE CONFIGURADA DIANTE DA AUSÊNCIA DE EXPEDIÇÃO DO MANDADO DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE INTERESSADA. PRECEDENTES DO STJ E DESTE E. TRIBUNAL. SENTENÇA NULA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.- No caso em questão, observa-se, que o Apelante não foi intimado pessoalmente, tal como determina o parágrafo 1.º do art. 485 do CPC/15, sendo apenas publicada a intimação de seu patrono através do Diário de Justiça Eletrônico, à p. 123.- A hipótese de abandono da causa, prevista no inciso III do art. 485 do CPC/15, não importa na extinção automática do feito, já que, “extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando não promover os atos e diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias”, sendo necessária a sua intimação pessoal, conforme prevê o § 1.º do mesmo artigo.- Sentença nula.- Recurso conhecido e provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0636638-41.2013.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e, no mérito, dar provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0636973-21.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: O Estado do Amazonas; Procurador: Júlio Cezar Lima Brandão (OAB: 2258/AM); Apelado: Virgilio Cesar Costeira de Mendonça Rosas; Advogada: Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB: 6328/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. Revisor: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MATERIAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAZONAS. LEI N.º 3.722/2012. PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO. CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO. TRANSPOSIÇÃO DA 5ª PARA A 4ª CLASSE. NECESSIDADE. CONDIÇÃO SUSPENSIVA. INEXISTÊNCIA. DESNECESSIDADE DE AGUARDAR A APROVAÇÃO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE TODOS OS DEMAIS DELEGADOS. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. DEVIDAS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0636973-21.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito negar-lhe provimento em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0637207-42.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Ofélia Virgínia Barreto; Apelante: Michelly do Nascimento Santos; Advogada: Roseane Rodrigues da Cunha (OAB: 7610/AM); Advogado: Davi da Silva Macêdo (OAB: 10149/AM); Apelado: Onix Empreendimentos Imobiliarios Ltda; Apelado: Direcional Engenharia S/A; Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. BENEFICIÁRIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. CONDENAÇÃO EM CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 98, § 2º DO CPC. AUSÊNCIA DE OBSERVÂNCIA DA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. A teor do Art. 98, §§ 2º e 3º, as partes beneficiárias da justiça gratuita poderão ser condenadas ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais, no entanto a exigibilidade ficará sob condição suspensiva. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0626187-83.2015.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar parcial provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0637442-33.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Gervazio da Silva Pereira; Advogado: Camila Cordeiro Batista (OAB: 10930/AM); Apelado: Banco Bmg S/A; Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO ATRELADO A CARTÃO DE CRÉDITO. DANO MATERIAL. INCIDÊNCIA DO ART 42, PARÁGRAFO ÚNICO DO CDC. DANOS MORAIS. MAJORAÇÃO DO QUANTUM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.1. Aplica-se, na espécie, o Código de Defesa do Consumidor, isto porque os bancos, como prestadores de serviços, enquadram-se no disposto no artigo 3º, § 2º do CDC, a teor do verbete 297 da Súmula do STJ. 2. Deve incidir sobre o valor da condenação a título de danos materiais, o disposto no artigo 42, parágrafo único do CDC, vez que o fornecedor de serviços agiu de má-fé, ludibriando o consumidor a contratar de forma diversa do desejado, que na realidade perfaziam valores a maior do que o disposto em contrato. 3. A contratação abusiva, realizada de modo doloso, ofende os direitos de personalidade da parte Autora, que foi engodada a assinar contrato que lhe foi desfavorável e em desacordo com a legislação vigente. 4. Valor arbitrado em sentença, à título de danos morais, está de acordo com os preceitos legais e em harmonia ao precedentes deste E. Tribunal. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0626187-83.2015.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em parcial harmonia ao parecer ministerial, por unanimidade de votos, conhecer e dar parcial provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0638368-14.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: João Macena da Silva; Advogado: Adson Pinho Pinto (OAB: 5850/AM); Apelado: Banco Pan S/A Advogado: Joao Vitor Chaves Marques (OAB: 30348/CE); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL. JUROS ABUSIVOS. DANO MATERIAL. INCIDÊNCIA DO ART 42, PARÁGRAFO ÚNICO DO CDC. DANOS MORAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.1. Aplica-se, na espécie, o Código de Defesa do Consumidor, isto porque os bancos, como prestadores de serviços, enquadram-se no disposto no artigo 3º, § 2º do CDC, a teor do verbete 297 da Súmula do STJ.2. Deve incidir sobre o valor da condenação a título de danos materiais, o disposto no artigo 42, parágrafo único do CDC, vez que o fornecedor de serviços agiu de má-fé, ludibriando o consumidor a contratar de forma diversa do desejado, que na realidade perfaziam valores a maior do que o disposto em contrato.3. Desta feita, tenho que a contratação abusiva, realizada de modo doloso, ofende os direitos de personalidade da parte Autora, que foi engodada a assinar contrato que lhe foi desfavorável e em desacordo com a legislação vigente. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0638368-14.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em consonância ao parecer ministerial, por unanimidade de votos, conhecer e dar parcial provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0639858-71.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Bmg S/A; Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM); Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM); Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM); Apelada: Maria Aparecida C de Souza; Advogado: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM); Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM); Advogado: Wagner Jackson Santana (OAB: 8789/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. VIOLAÇÃO AO DEVER DE INFORMAÇÃO (ART. 6º, III, CDC). CONVERSÃO DE EMPRÉSTIMO VIA CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO PARA EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CONVENCIONAL. COMPENSAÇÃO DE VALORES E EVENTUAIS CRÉDITOS RESTITUÍDOS NA FORMA SIMPLES À CONSUMIDORA. NÃO CONFIGURAÇÃO DE DANOS MORAIS INDENIZÁVEIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. 1. Há violação ao dever de informação quando o banco contratante não esclarece de forma correta, clara e efetiva os termos de contrato de Cartão de Crédito Consignado – em especial quanto à forma de execução e de cobrança do empréstimo. 2. O fundamento da condenação ao pagamento de indenização compensatória de danos morais é a violação a algum direito da personalidade, de modo que, ausente demonstração nesse sentido, descabe a condenação. Logo, se não há nos autos elementos aptos a demonstrar que o nome da consumidora foi negativado, que sofreu algum tipo de cobrança vexatória ou que os descontos em folha puseram em risco sua subsistência, tem-se por equivocada a condenação, o que impõe a reforma da sentença nessa parte. 4. Recurso conhecido e provido em parte para excluir a condenação em indenização a danos morais. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade em dar parcial provimento à Apelação Cível, nos termos do relatório e do voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0640354-71.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: O Estado do Amazonas; Procuradora: Kerinne Maria Freitas Pinheiro (OAB: 10105/PI); Apelado: Allan Cardek de Oliveira Soares; Advogado: Romulo José de Barros Lins, em causa própria; Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PROMOÇÃO DE POLICIAL POR TEMPO DE SERVIÇO. ART. 109, XXII, ALÍNEA "A", DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. POLICIAL MILITAR QUE CONTAVA COM TEMPO PARA IR À INATIVIDADE, EX OFFICIO, QUANDO

DA VIGÊNCIA DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 84/2014, MAS QUE FOI MANTIDO NA SITUAÇÃO DE AGREGADO. REEXAME NECESSÁRIO e RECURSO NÃO PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O GRADUADO ÓRGÃO MINISTERIAL. SENTENÇA MANTIDA.1. A norma do art. 109, XXII, alínea "a", da Constituição do Estado em comento exige a presença de dois critérios cumulativos relativamente ao tempo de serviço, a saber: a) o tempo de serviço igual ou maior que 29 (vinte e nove) anos; b) que que a promoção ocorra antes do atingimento da idade limite para transferência ex officio à reserva remunerada, o que se completa com 30 (trinta) anos de exercício.2. In casu, o Apelado cumpriu o primeiro requisito para promoção ao cargo posterior em virtude de possuir mais de 29 (vinte e nove) anos de efetivo exercício, quando da vigência da norma com a redação conferida pela EC n. 84/2014, o mesmo já possuía idade limite para ser transferido ex officio para a reserva, porém foi mantido na situação de agregado, motivo pelo qual cabe a aplicação do dispositivo em comento.3. Reexame necessário improcedente. Sentença mantida. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em dissonância com o Graduado Órgão Ministerial, em NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Apelação e à remessa necessária, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0640523-87.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: T. R. da Costa; Advogado: Rennan Lessa Ferreira (OAB: 13046/AM); Advogada: Paula Carolina Araujo da Silva (OAB: 14505/AM); Advogado: Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB: 9528/AM); Apelado: Carrefour Comércio e Indústria Ltda.; Advogado: Sergio Mirisola Soda (OAB: 257750/SP); Advogado: Mauricio Marques Domingues (OAB: 175513/SP); Apelante: Carrefour Comércio e Indústria Ltda.; Advogado: Sergio Mirisola Soda (OAB: 257750/SP); Advogado: Mauricio Marques Domingues (OAB: 175513/SP); Apelado: T. R. da Costa; Advogado: Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB: 9528/AM); Advogado: Rennan Lessa Ferreira (OAB: 13046/AM); Presidente: Paulo César Caminha e Lima. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS AJUIZADA POR PESSOA JURÍDICA. SENTENÇA JULGOU O PLEITO PROCEDENTE. 1. Para que haja a ocorrência de dano moral pela pessoa jurídica, é necessário que sua honra objetiva seja maculada perante o meio social; 2. Impossibilidade de presunção de ocorrência de dano moral indenizável pela pessoa jurídica; 3. Sentença reforma no sentido de julgar improcedente a ação indenizatória. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em não conhecer da primeira apelação e conhecer da segunda apelação para dar-lhe provimento.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0641426-25.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos; Advogado: Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS); Apelada: Maria do Socorro da Glória Pereira; Advogado: Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZATÓRIA. COBRANÇA CONTINUADA APÓS A QUITAÇÃO DO EMPRÉSTIMO. DANO MORAL CONFIGURADO. DEVOLUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. O comportamento da Apelante não observou as cautelas necessárias, e, diante dos elementos de convicção trazidos aos autos, os pressupostos necessários para gerar o dever de indenizar por danos morais restaram demonstrados, sobretudo, além de cobrar os encargos muito tempo depois, tendo em seu beneficio o aumento dos juros, deixou de informar corretamente o consumidor sobre o teor dos débitos mensais, circunstâncias que caracterizam sua má-fé, o que supera, em muito, o mero aborrecimento do cotidiano. O dano moral advém da postura abusiva e desrespeitosa da empresa, impondo o arbitramento de valor indenizatório justo e adequado ao caso, arcando a ré ainda com os ônus da sucumbência. 2. Por fim, correta, também, a devolução em dobro dos valores pagos, considerando que estão presentes os requisitos dispostos no artigo 42, parágrafo único, da Lei nº 8.078/90, na medida em que as cobranças indevidas não foram justificadas. 3. Recurso conhecido e não provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0641426-25.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0642138-83.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Bmg S/A; Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE); Advogado: Hugo Neves de Morães Andrade (OAB: 23798/PE); Advogado: Bruno Ribeiro de Souza (OAB: 30169/PE); Advogada: Indiana Cardoso Machado (OAB: 10016/AM); Apelada: Maria da Conceição Correa de Sousa; Advogado: Penelope A. Antony Lira (OAB: 7357/AM); Advogado: Yonete Melo das Chagas (OAB: 8827/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO E CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. SÚMULA N.º 297/STJ. DEVER DE INFORMAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. VIOLAÇÃO. ILEGALIDADE NA CONTRATAÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.- A teor da súmula n.º 297 do Superior Tribunal de Justiça, às instituições financeiras é aplicado o Código de Defesa do Consumidor. - Compete à instituição financeira o dever de informar todas as peculiaridades do empréstimo oferecido, como também os termos do negócio celebrado e as cláusulas que ofereçam prejuízo ao consumidor, parte hipossuficiente do pactuado.- Dano moral devido, uma vez que a contratação ilegal e abusiva feita de modo doloso ofende direitos da personalidade da requerente/apelada, que foi ludibriada a assinar contrato extremamente desfavorável a seu patrimônio e praticamente sem possibilidade de quitação.- Sentença mantida.- Recurso conhecido e, no mérito, não provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0642138-83.2016.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0652880-02.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Airton Pereira de Souza; Advogado: Douglas Herculano Barbosa (OAB: 6407/AM); Apelado: O Estado do Amazonas; Procurador: Carlos Alexandre M. de C. Martins de Matos (OAB: 2364/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. CONCURSO PÚBLICO. ÁREA DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS. EDITAL Nº 01/2009-CBM/AM. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS. POSTERIOR INCONSTITUCIONALIDADE DA NORMA QUE CRIOU A VAGA. IRRELEVÂNCIA. VÍNCULO JURÍDICO QUE SE ESTABELECE COM O ENTE FEDERATIVO. POSSIBILIDADE DE DESEMPENHAR AS MESMAS FUNÇÕES PREVISTAS EM EDITAL JUNTO A OUTRO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO ASSEGURADO.

SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. 1. A declaração de inconstitucionalidade da Lei n.° 3.437/2009, que criou o Subcomando de Pronto Atendimento e Resgate – SUBPAR, não atinge as vagas constantes no Edital 001/2009- CBM/AM, posto que os cargos disponibilizados no certame podem ser aproveitados na atual estrutura do Ente Federativo que realizou prévia dotação orçamentária, bem como estudo a respeito da necessidade de provimento destas vagas. 2. Uma vez que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas, preenchendo os demais requisitos previstos no edital, tem direito à nomeação, posto que não deve ser surpreendido com a declaração de inconstitucionalidade de uma norma ocorrida posteriormente ao certame. 3. Apelação conhecida e provida, em harmonia com o Parquet. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0652880-02.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso de Apelação, em consonância com o Ministério Público.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0654441-61.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Edo Gil da Silva; Advogado: Gustavo da Silva Grillo (OAB: 7883/AM); Advogado: Andrey Augusto B. Ramos (OAB: 7526/AM); Apelado: Banco Bmg S/A; Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE CONTRATUAL CUMULADA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. VIOLAÇÃO AO DEVER DE INFORMAÇÃO (ART. 6º, III, CDC). RESTITUIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. RECURSO INTEGRALMENTE PROVIDO. 1. Há violação ao dever de informação quando o banco contratante não esclarece de forma correta, clara e efetiva os termos de contrato de Cartão de Crédito Consignado – em especial quanto à forma de execução e de cobrança, o que leva o consumidor a erro quanto à modalidade da avença contratada. 2. Nos casos em que o contrato dispõe apenas sobre o cartão de crédito consignado mas se constata, pelas demais provas carreadas nos autos, que o consumidor não fez uso dos demais serviços, é indene de dúvidas o animus do consumidor em aderir apenas ao empréstimo consignado. 3. Estão configuradas a abusividade e a má-fé na conduta do apelado pela falta de clareza no momento da celebração do contrato, que conduziu o consumidor a celebrar uma obrigação incompatível com seu propósito, motivo pelo qual a devolução em dobro é medida que se impõe. 4. O fundamento da condenação ao pagamento de indenização compensatória de danos morais é a violação a direito da personalidade, e, tendo em vista que os descontos indevidos ocorreram diretamente na fonte de subsistência do apelante, há violação à dignidade do consumidor, razão pela qual fixo os danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).5. Recurso provido integralmente. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, dar provimento à apelação cível, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0703359-64.2012.8.04.0015 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Ricardo Macedo da Silva; Advogado: Giovane Araujo Galvão (OAB: 636A/AM); Apelado: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico; Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. DEMORA INJUSTIFICADA. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROVIMENTO. PENSÃO MENSAL. PROVA PERICIAL. PERDA DA CAPACIDADE LABORATIVA. DANO MATERIAL. CABIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. Restando demonstrado nos autos que houve demora injustificada, pela operadora ré, na autorização de cirurgia que deveria ser realizada, deve a mesma ré indenizar o autor pelos danos lhe causados. Os sentimentos de angústia, apreensão e incerteza sofridos tanto pelo autor como pela sua família em razão da demora injustificada na autorização de procedimento cirúrgico, que deveria ser realizado imediatamente, não podem ser considerados como meros dissabores, sendo capazes de ensejar dano moral passível de reparação. 2. A perícia realizada concluiu que a demora na autorização do procedimento contribuiu para o agravamento da patologia que acomete o apelante, o qual se encontra incapacitado total e permanente para qualquer atividade laboral que exija esforços moderados a acentuados da coluna, como posturas inadequadas, carregamento de peso, transporte de cargas, exposição à vibração de corpo inteiro ou outras sobrecargas da coluna. 3. Havendo nexo de causalidade entre a conduta indevida do recorrido e o efetivo prejuízo patrimonial comprovado, o apelante faz jus à indenização a título de danos materiais. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0703359-64.2012.8.04.0015, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 4000516-19.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento, 4ª Vara de Família; Agravante: Daniel Cardoso de Albuquerque; Advogado: David Azulay Benayon (OAB: 8688/AM); Advogado: Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB: 6086/AM); Agravada: Érica Liberato Guimarães de Albuquerque; Advogada: Patricia Fonseca Benayon Cavalcante de Souza (OAB: 2500/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIMENTOS PROVISÓRIOS. FILHOS MENORES. PLEITO DE REDUÇÃO. DESEQUILÍBRIO DO BINÔMIO ALIMENTAR NÃO EVIDENCIADO DE PLANO. MANUTENÇÃO DOS ALIMENTADOS PROVISORIAMENTE FIXADOS. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA QUANTO AO DIREITO DE VISITAS. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Não havendo desproporcionalidade na decisão que fixa alimentos provisórios, a sua manutenção é a medida que se impõe. 2. Para a fixação dos alimentos deve ser observado o critério necessidade/possibilidade, de modo que não pode ser irrisório e nem excessivo, para que não prejudique uma das partes em detrimento da outra. Não comprovada a desproporcionalidade do valor fixado a titulo de alimentos provisórios, a decisão que os fixou deve ser mantida. 3. Quanto ao pedido de regulamentação de visitas, nesse ponto, o recurso perdeu seu objeto, vez que o magistrado primevo reconsiderou a decisão agravada e deferiu o pedido de regulamentação de visitas da forma requerida pelo agravante. Recurso não conhecido nesse ponto. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 4000783-72.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Banco Bmg S/A; Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE); Agravado: Eliezio Vargas de Araujo; Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing.

Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. IMPOSIÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER – INTERRUPÇÃO DE DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO – GARANTIDA MEDIANTE A COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. 1) LICITUDE DOS DESCONTOS. NÃO DEMONSTRAÇÃO. APARENTE DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. NÃO FORNECIMENTO DE CÓPIA DE INSTRUMENTO DO CONTRATO. CARTÃO DE CRÉDITO FORNECIDO, MAS NUNCA DESBLOQUEADO 2) MULTA DIÁRIA. 2.1) COMINAÇÃO INIBITÓRIA. POSSIBILIDADE. 2.2) VALOR. DESPROPORCIONALIDADE DA PERIODICIDADE ANTE A NATUREZA DA OBRIGAÇÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. 3) RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.O não fornecimento de cópia do contrato ao fornecedor é prova suficiente do descumprimento do dever de informação para, em juízo de cognição sumária, autorizar o deferimento de tutela provisória proibindo a continuidade de descontos em folha de pagamento. A situação se agrava quando não se comprova, sequer indiciariamente, o envio de cartão de crédito. O ordenamento jurídico pátrio, como todos os outros, prefere inibir os danos a remediá-los. Daí porque é plenamente possível a utilização de astreintes de forma inibitória. O art. 536 do CPC em nenhum momento elenca como requisito para o arbitramento de multa diária o descumprimento anterior de decisão judicial. Além disso, o art. 497, parágrafo único, do diploma processual, permite, de forma ampla, a adoção de tutela inibitória. A periodicidade das astreintes deve ser compatível com a obrigação cujo cumprimento visa a garantir. A imposição de multa por cada desconto indevido é compatível com a tutela que visa a inibir referidos descontos, porquanto se atenta à periodicidade mensal do fato gerador da sanção. Recurso conhecido e desprovido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 4001337-07.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal; Agravante: Edmilson José Oliveira; Advogada: Carla Ceusina de Albuquerque Tavares (OAB: 11005/AM); Agravado: O Município de Manaus; Procurador: Deniel Rodrigues Benevides de Queiroz; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. 1. NULIDADE DA CITAÇÃO. INOCORRÊNCIA. CITAÇÃO DESTINADA A ENDEREÇO CONSTANTE EM CDA PORÉM RECEBIDO POR PESSOA DIVERSA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. VÍCIO NÃO CARACTERIZADO. ARGUIÇÃO DE NULIDADE AFASTADA. 2. NULIDADE DA CDA POR COBRANÇA DE QUANTIAS INEXATAS. HIPÓTESE EM QUE EXECUTOU-SE VALORES DISSONANTES COM REVISÃO EFETUADA PELO PRÓPRIO MUNICÍPIO ACERCA DO MESMO DÉBITO E IDÊNTICOS PERÍODOS APÓS O AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DA CDA NESTE MOMENTO PROCESSUAL. POSSIBILIDADE DO MUNICÍPIO ALTERAR O TÍTULO EXECUTIVO ANTES DA PROLAÇÃO DE SENTENÇA DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRERROGATIVA INERENTE À CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. PRECEDENTES. INTELIGÊNCIA DO ART. 203 DO CTN C/C SÚMULA N. 392 DO STJ. RECURSO DESPROVIDO.. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao presente Agravo de instrumento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 4002588-60.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Universal Fitness da Amazônia Ltda; Advogada: Queidi Domingues Stricker (OAB: 40634/SC); Agravado: Kellene Mara Cavalcante Ribeiro – ME; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA. PROVA INSUFICIENTE. INDEFERIMENTO MANTIDO. SÚMULA DO STJ, ENUNCIADO 481. ARTIGO 99, § 3º, CPC/2015.- Muito embora possível a concessão do benefício da gratuidade de justiça às pessoas jurídicas, em casos tais, por não ser possível presumir a hipossuficiência (CPC/2015, artigo 99, § 3.º), indispensável a comprovação da impossibilidade de arcar com os encargos processuais (Súmula do STJ, Enunciado 481), situação não demonstrada no caso concreto.- O simples deferimento da recuperação judicial, por si só, não comprova a incapacidade da pessoa jurídica de direito privado em arcar com as custas e despesas processuais, sendo imprescindível, para tanto, a juntada de elementos que atestem concretamente a sua hipossuficiência.- O balanço negativo e os prejuízos contábeis não significam incapacidade absoluta da autora de arcar com as custas processuais especialmente considerado o valor da causa. Prova insubsistente para a concessão do beneplácito.- Agravo de instrumento conhecido, mas desprovido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4002588-60.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer, mas negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 4002593-82.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 6ª Vara de Família; Agravante: Alex Coelho da Costa; Advogado: José Luiz Cantuaria dos Reis (OAB: 2896/AM); Advogado: Samuel Martins Freitas (OAB: 11969/AM) Agravada: Grace Kelly Arruda Cidade; Advogado: Silvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB: 11956/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ALIMENTOS. ALIMENTOS PROVISÓRIOS ARBITRADOS EM UM SALÁRIO MÍNIMO. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA. NÃO COMPROVAÇÃO. FUNDADA DÚVIDA ACERCA DA REAL CAPACIDADE DO ALIMENTANTE. TEORIA DA APARÊNCIA. APLICAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1. Em se tratando de Agravo de Instrumento em que se discute o arbitramento de alimentos provisórios em um salário mínimo, cumpre analisar a presença dos requisitos legais para sua concessão, a saber, a probabilidade do direito e o perigo de dano. 2. In casu, não logrou o Agravante comprovar de modo satisfatório o necessário decréscimo em seu padrão de vida capaz de ensejar a minoração do valor fixado. 3. Ademais, há fundada dúvida no que tange às alegações do Agravante, em virtude das provas trazidas pelo Agravado, devendo ser utilizada a teoria da aparência para o fim de solucionar a controvérsia, prevalecendo o melhor interesse do menor. 4. Agravo de Instrumento conhecido e desprovido, em consonância com o Ministério Público. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento n.º 4002593-82.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, em consonância com o Parquet.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 4002624-05.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Liberty Seguros S/A; Advogado: Marcos de Rezende Andrade Júnior (OAB: 188846/SP); Agravado: Vittorio Studio 5 Restaurante Ltda. – Me,; Advogado: Rosiana Aparecida das Neves Valetim (OAB: 223195/SP); Advogado: Thiago de Oliveira Verola (OAB: 287269/SP); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. TRAMITAÇÃO DO FEITO DE FORMA

INCORRETA. RITO DE PROCESSO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DECISÃO QUE DETERMINOU A ALTERAÇÃO PARA PROCEDIMENTO COMUM. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INÉRCIA DA JURISDIÇÃO. NÃO CONFIGURADO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR FORMULADAS NA PETIÇÃO INICIAL COMPATÍVEIS COM O PROCEDIMENTO COMUM. MERA CORREÇÃO DO CURSO DA DEMANDA. IMPULSO OFICIAL. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Certo é que não cabe ao juiz alterar de ofício a ação ajuizada pelo autor, posto que tal atitude afronta o principio da inércia da jurisdição, presente no art. 2º, do CPC. 2. Contudo, no caso em espécie, o magistrado apenas corrigiu o curso da demanda, de modo a adequá-lo aos pedidos e a causa de pedir formulados espontaneamente pelo Autor, desde a petição inicial. 3. Desta forma, conclui-se inexistir qualquer ilegalidade no ato recorrido, cumprindo, contudo, ao julgador, corrigir os atos processuais incompatíveis com o procedimento comum. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento n.º 4002624-05.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 4002768-76.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, Vara Única de Boca do Acre; Agravante: Pedro Pinheiro de Melo; Advogado: Larissa Campos Rubim (OAB: 11145/AM); Advogado: Goreth Campos Rubim (OAB: 8542/AM); Agravado: Pablo Oliveira de Melo; Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Reptado: Maria Sebastiana Merculino de Oliveira; Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: DIREITO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA E ALIMENTOS. REFORMA DECISÃO QUE DETERMINA A FIXAÇÃO DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS NO PATAMAR DE 01 (HUM) SALÁRIO MÍNIMO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS JUSTIFICADORES. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO.- A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM).- O arbitramento do valor dos alimentos provisórios está condicionado à existência de prova cabal da necessidade de quem a pleiteia e da possibilidade de quem a deve manter. Tratando-se de momento de cognição sumária, é imperioso que o pedido de alimentos provisórios esteja lastreado de provas inequívocas da capacidade do Alimentante, não podendo ser relegado este ônus para a fase instrutória. - Com efeito, verifica-se a probabilidade do direito do Agravado tendo em vista que se tratando de incapaz – inclusive com prova de Termo de Compromisso do Curador -, dependente químico, suas necessidades econômicas são presumidas.- O perigo de dano, por sua vez, cinge-se na medida em que o Agravado, embora maior de idade, é incapaz para o exercício de atos da vida civil em virtude de vício em tóxico (art. 4., II, CC/02), necessitando de tratamento urgente, bem como de medicações e outras despesas indispensáveis para sua sobrevivência.- Recurso conhecido e, no mérito, não provido, em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4002768-76.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 4003277-07.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 6ª Vara de Família; Agravante: Maria Prado da Silva Fernandes; Advogada: Thaís Figueira de Oliveira (OAB: 11229/AM); Agravado: Jorge Alessandro Fernandes de Queiroz Brasil; Procuradora: Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA E DEMAIS DOCUMENTOS. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. PRESUNÇÃO DE CONCESSÃO. BENEFÍCIO DEFERIDO. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO. 1. Da análise do caso concreto, vislumbrando a existência de elementos que indiquem não possuir a Agravante capacidade financeira para arcar com as custas processuais, há de ser concedida a benesse da Justiça gratuita. 2. Foram colacionados aos autos indícios suficientes de que a Agravante não suportará arcar com os valores sem prejuízo próprio e de sua família, sendo garantida pela Constituição Federal as benesses da gratuidade àqueles desprovidos de meios financeiros para acessar o Poder Judiciário. 3. Agravo de Instrumento conhecido e provido, em consonância com o parecer ministerial. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento n.º 4003277-07.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, conhecer e dar provimento ao recurso.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 4004088-35.2017.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Spe Led 6 Empreendimento Imobiliário Ltda.; Advogado: Alfredo da Costa Lauria (OAB: 134526/RJ); Advogado: Fernanda de Almeida Pelucio Behenck (OAB: 150253/RJ); Agravado: Luciano Pinheiro Cardoso; Advogado: Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB: 3795/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. HABILITAÇÃO DE LITISCONSORTE NO FEITO PRINCIPAL. PERDA PARCIAL DO OBJETO RECURSAL. TUTELA DE EVIDÊNCIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS. RESTITUIÇÃO DE 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) DOS VALORES PAGOS EM FAVOR DO AUTOR, INDEPENDENTEMENTE DE EXISTÊNCIA DE CULPA DA PROMITENTE VENDEDORA OU DE FORTUITO EXTERNO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDO.1.Tendo em vista a habilitação de cônjuge do autor, ora agravado, para figurar como litisconsorte ativo na demanda, tem-se a declaração de perda superveniente de forma parcial do objeto do recurso, já que uma das razões de insurgência referia-se à ausência de litisconsorte ativo. 2. Uma vez operada a rescisão contratual - independentemente de quem tenha culpa pelo desfazimento do negócio - o autor terá direito à devolução, ainda que parcial, dos valores desembolsados, retornando ambas as partes ao status quo ante, pois se trata de um direito garantido pelos arts. 51, II, e 53 do Código de Defesa do Consumidor. 3. A discussão acerca da existência de culpa ou de fatos alheios à vontade da promitente vendedora que ocasionaram a demora na entrega do imóvel – tais como força maior, fato principie ou fortuito externo – não invalidam o direito do autor de rescindir o contrato, de forma que a discussão judicial apenas se limitará à devolução integral, em caso de culpa, ou parcial, em caso de rescisão por iniciativa do promitente comprador. 4. As alegações de fato do autor, ora agravado, podem ser comprovadas apenas documentalmente e há tese firmada em precedentes obrigatórios, tais como a Súmula 543 do STJ e o Recurso Repetitivo REsp nº 1.300.418/SC. 5. Recurso conhecido em parte e, no mérito, não provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em conhecer parcialmente do Agravo de Instrumento para negar provimento à parte conhecida, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 4005229-55.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Melo Distribuidora de Peças Ltda.; Advogado: Carlos Roberto Deneszczuk Antonio (OAB: 146360/SP); Advogado: Clarissa Giordana R. Corado (OAB: 13836/AM); Agravado: DCP Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IRREGULARIDADES NA PUBLICAÇÃO DO EDITAL SANADAS. DESTITUIÇÃO DO ANTIGO ADMINISTRADOR JUDICIAL. CRÉDITO DA CAIXA ECONÔMICA. POSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO. PROPRIETÁRIO FIDUCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO. NÃO PROVIDO.1. Portanto, entendo que não há motivos plausíveis para que a AGC não ocorra, principalmente em razão de todos os defeitos que a antiga administradora judicial incorreu, ora agravada, foram sanados pela Dra. Karen Rosa, portanto, a não ocorrência da AGC seria de grande prejudicialidade para os credores. Ademais, o juízo a quo determinou que a publicação editalícia seguisse o que está disposto na referida lei, portanto, todos os requisitos foram cumpridos, não havendo motivos para que a liminar, antes concedida, seja mantida, posto que as divergências foram sanadas. 2. Quanto à exclusão do crédito solicitada pela Caixa Econômica Federal, entendo que assiste razão para a atitude do banco credor, ora, em que pese a importância da recuperação judicial de empresas, tal garantia não pode se sobrepor às garantias fiduciárias concedidas aos credores, sob pena de comprometer as demais figuras que atuam no mercado econômico-financeiro. 3. Agravo de Instrumento conhecido e improvido. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento n.º 4005229-55.2018.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 4005366-37.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 2ª Vara da Fazenda Pública; Agravante: Ricardo Conceição Costa Menezes; Advogado: Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB: 9836/AM); Advogado: Carlos Carioca da Costa Filho (OAB: 14349/AM); Agravado: O Estado do Amazonas; Procurador: Paulo José Gomes de Carvalho (OAB: 1124/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE DIREITO. PROMOÇÃO DE MILITAR. TUTELA DE URGÊNCIA. REQUISITOS CARACTERIZADOS. CUMPRIMENTO DA DECISÃO LIMINAR. ALEGAÇÃO DE PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. NÃO CARACTERIZADA. MULTA DIÁRIA. DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM HARMONIA COM PARECER MINISTERIAL.- A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM).- Para a concessão da tutela pleiteada deve ser examinada a plausibilidade do direito invocado, juntamente com os requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora, conforme se observa no artigo 300 do Código de Processo Civil.- No caso dos autos, o ora Agravante figurou no Quadro de Acesso como apto à promoção ao posto de Coronel, a contar de 25 de agosto de 2018, tornando-se desnecessário a composição do Limite Quantitativo bem como, do Quadro de Cômputo de Vagas para as promoção em questão, uma vez que o artigo 109, inciso XXII, alínea "c" da Constituição do Estado do Amazonas, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 84/2014, determina que a promoção especial ao Posto Imediato independe da existência de vagas.- A Administração Pública não possui qualquer juízo de discricionariedade no caso de promoção pelo critério de antiguidade, vez que se trata de um ato vinculado, gerando, de pronto, direito adquirido a partir do preenchimento dos requisitos para a promoção, conforme se verifica no caso vertente.- Decisão reformada.- Recurso conhecido e provido em harmonia com parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4005366-37.2018.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em harmonia com parecer ministerial, em conhecer do presente recurso e, no mérito, dar provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0008070-91.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Única de Rio Preto da Eva; Embargante: Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva/AM; Procurador: Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB: 5154/AM); Embargado: Banco Bradesco S/A; Advogada: Patricia Schoeps da Silva (OAB: 256753/SP); Advogado: José Manoel Arruda Alvim Neto (OAB: 12363/SP); Advogado: Eduardo Arruda Alvim (OAB: 118685/SP); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO DA PARTE EMBARGANTE. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0008070-91.2018.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0600654-20.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Josimar Neves da Silva; Advogado: Andrey Augusto B. Ramos (OAB: 7526/AM); Advogado: Gustavo da Silva Grillo (OAB: 7883/AM); Apelado: Banco Bonsucesso Consignado S.A; Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. RECURSO DE APELAÇÃO. DEVER DE INFORMAÇÃO DESCUMPRIDO. FALTA DE INFORMAÇÃO ADEQUADA. DIREITO A REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO. PROVIDO PARCIALMENTE. 1. É clara a violação do artigo 6.º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor, quando na contratação do serviço, o consumidor é privado de informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços e sobre os riscos que apresentam. 2. Cabe a instituição financeira o dever de informar todas as peculiaridades dos serviços contratados, principalmente no que tange a extensão da divida, modo de parcelamento e método de pagamento, configurando má-fé prática diversa de tal orientação, o que enseja a repetição do indébito – art. 42, parágrafo único do CDC. 3. O fato do consumidor ter utilizado o Cartão de Crédito Consignado para eventuais compras não retira a má-fé em relação a falta de informação acerca do empréstimo, cujo desconto mensal do valor mínimo coloca o consumidor numa dívida exorbitante de difícil quitação. 4. Ministério Público opinou pelo conhecimento e não provimento. 5. Recurso conhecido e provido parcialmente.. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0600654-20.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância ao Parecer do Ministério Público, conhecer e dar parcial provimento ao recurso.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0623787-96.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Amarinthis Gonçalves Pacheco; Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Defensor: Vitor Kikuda (OAB: 424A/AM); Apelado: Francisco Geraldo Gonçalves Rosa; Advogado: Lídia Maura Lopes da Costa (OAB: 6399/AM); Advogado: Tude Moutinho da

Costa (OAB: 564/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE DESPEJO. CONTRATO DE LOCAÇÃO VERBAL. AUSÊNCIA DE PROVA. IMPROCEDÊNCIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 373, INCISO I, DO CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.A ação de despejo, com base em contrato verbal de locação, exige prova incontroversa de que havia entre as partes contrato oneroso para uso e gozo do imóvel; Para mais, o ônus da prova incumbe ao autor quanto aos fatos constitutivos de seu direito. Não tendo ele se desincumbido desse encargo, nos termos do artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil, é de rigor a confirmação da sentença que julgou improcedente o pedido inicial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0623787-96.2015.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Processo: 0712674-61.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Thuane Lopes Assis; Defensora: Caroline Pereira de Souza (OAB: 9052/AM); Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Apelado: Superintendência de Habitação do Amazonas – SUHAB; Advogado: Marco Aurelio dos Reis Fernandes (OAB: 7371/AM); Procurador: Hugo Fabio Sampaio Telles de Souza (OAB: 7153/AM); Procurador: Michael Jorge Harraquian Neto (OAB: 8938/AM); Procurador: Jorge Luiz Peixoto do Nascimento (OAB: 2305/AM); Procurador: Flavia Lourdes Mendes Coelho (OAB: 3552/AM); Procurador: Olivia Maria Assis Campos Couto (OAB: 4212/AM); Procurador: Edinaldo Carvalho de Aguiar (OAB: 5982/AM); Procurador: Marcio Pinheiro Azêdo (OAB: 7539/AM); MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior. EMENTA – APELAÇÃO CÍVEL – DESAPROPRIAÇÃO – DISCORDÂNCIA QUANTO AO VALOR INDICADO NO LAUDO DO PERITO OFICIAL – PERÍCIA TÉCNICA DETALHADA E FUNDAMENTADA – CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA – IMPOSSIBILIDADE – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0712674-61.2012.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por _unanimidade de votos, e em dissonância com o parecer ministerial, conhecer e negar provimento ao Recurso, nos termos do voto Desembargador Relator.". Sessão: 09 de setembro de 2019. EL

Secretaria da Primeira Câmara Cível, em Manaus, 16 de setembro de 2019.

Intimações

Ficam as partes intimadas do Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo Interno Cível nº 0002014-08.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Campo Grande Comércio e Representações ltda.. (Advogado: Dr. Ayrton de Sena Gentil Neto 12521/AM, Lucas Alberto de Alencar Brandão 12555/AM, Luciano Araújo Tavares 12512/AM). Agravado: Chubb Seguros Brasil S.a.. (Advogado: Dr. João Alves da Silva 66331/SP, Ernesto Tzirulnik 69034/SP, Carlos Eduardo S. Leal de Carvalho 19496/SP). DESPACHO: “Indefiro o requerimento de suspensão do feito (fls. 48), tendo em vista minha incompetência para apreciá-lo, eis que, nos termos do art. 955, caput, do CPC, o sobrestamento dos autos não só não é consequência necessária da instauração do Conflito Positivo de Competência, como é de atribuição do relator do Conflito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.”. AE

Ficam as partes intimadas do Despacho proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004719-42.2018.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Chubb Seguros Brasil S.a.. (Advogado: Dr. João Alves da Silva 66331/SP, Ernesto Tzirulnik 69034/SP, Carlos Eduardo S. Leal de Carvalho 19496/SP). Agravado: Campo Grande Comércio e Representações ltda.. (Advogado: Dr .Ayrton de Sena Gentil Neto 12521/AM, Lucas Alberto de Alencar Brandão 12555/AM, Luciano Araújo Tavares 12512/AM). DESPACHO: “Indefiro o requerimento de suspensão do feito (fls. 164), tendo em vista minha incompetência para apreciá-lo, eis que, nos termos do art. 955, caput, do CPC, o sobrestamento dos autos não só não é consequência necessária da instauração do Conflito Positivo de Competência, como é de atribuição do relator do Conflito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.”. AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0607326-49.2015.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Estelita Vale de Queiroz. (Advogado: Dr. Adriane Cristine Cabral Magalhães 5373/AM, Stênio Holanda Alves 4254/AM). Apelado: Banco Itaú S/A. (Advogado: Dr. José Almir da Rocha Mendes Júnior 1235A/AM, Patricia Gurgel Portela Mendes 5424/RN). DECISÃO: “Diante do quadro fático, determino o cancelamento da distribuição e o retorno do feito à primeira instância, a fim de que a magistrada de piso decida a impugnação pendente. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.”. AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4003195-73.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Bradesco Vida e Previdência S/A (Advogado: Dr. Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados 46/AM, Eloi Pinto Andrade 819/AM) e Agravado: Sebastião Brito Ramos (Advogado: Dr. Deuza Brito Ramos 9076/AM, Lorena ferreira Caldas Ramos 10557/AM, Ediney Costa da Silva 7646/AM) ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seus Advogados Dr. Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados 46/AM, Eloi Pinto Andrade 819/AM, Deuza Brito Ramos 9076/AM, Lorena ferreira Caldas Ramos 10557/AM, Ediney Costa da Silva 7646/AM. “Determino a intimação de ambas as partes para que se manifestem, em cinco dias, sobre a aparente litigância de má-fé praticada pelo Agravado quando, em contrarrazões, contrariamente a informações do E-SAJ e da própria petição inicial, afirma que o feito foi ajuizado em 2002, e não em 2012 (fls. 80), alterando a verdade dos fatos (art. 80, II, do CPC) para tentar induzir a erro esta Corte. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.”. AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003351-61.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Banco Dacoyval S/A. (Advogado: Dr. Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa 1183/AM). Agravado: Maria das Graças Lima de Souza. (Advogado: Dr. Nelson Matheus Rossetti 4063/AM, José Airton Mendes da Silva 220A/AM, Cintia Rossette de Souza 4605/AM). DECISÃO: “Assim, nos termos do artigo 932, III, do Código de Processo Civil, julgo prejudicado o presente Agravo de Instrumento, em razão da perda do objeto. Transcorrido o prazo legal sem a interposição de recurso, executem-se os procedimentos de praxe para baixa e encerramento do feito. Intimem-se. Cumpra-se.”. AE

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Intimações

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4002850-10.2019.8.04.0000,** em que é **Agravante: Maria de Nazareth Farias do Nascimento.** (Advogada: Dra. Maria de Nazareth Farias do Nascimento (OAB: 3.182/AM). **Agravado: Banco do Brasil S.A. Fica a Agravante intimada do DESPACHO de fls. 226**, exarado nos autos acima referidos na qual: "...Intime-se a parte Agravante para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se já houve a decisão referida na petição de fls. 205/206". À Secretaria para providências. Manaus, 30 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::::::

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0628593-48.2013.8.04.0001,** em que é **Apelante: Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.** (Advogada: Dra. Mizzi Gomes Gedeon OAB: 14.371/MA e outros). **Apelados: Auristeia Bentes dos Santos Barbosa, Jânio Elder de Araujo Barbosa. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 290,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos"**. Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 30 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 13 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0606640-86.2017.8.04.0001,** em que é **Apelante: Maria Doroteia Tourinho de Souza**. (Advogada: Dra. Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa OAB: A920/AM). **Apelado: Banco Bmg S/A.** (Advogada: Dra. Marina Bastos da Porciuncula Benghi OAB: A983/PE - A911/SE e outros). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 283,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos Efeitos".** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 30 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 13 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0617318-05.2013.8.04.0001,** em que é **Apelante: Daniel Pereira Caminha**. (Advogados: Dr. Haytham Bader OAB: 11.435/AM, Dr. Jefferson Cristophe de Lima Botelho OAB: 4.315/AM). **Apelado: Marcos Maurício Gima Garcia.** (Advogado: Dr. Fábio Carvalho de Arruda OAB: 8.076/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 157,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos**". Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 30 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 13 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0602453-06.2015.8.04.0001,** em que é **Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)** (Advogados: Dr. Guilherme Vilela de Paula OAB: 1010A/AM - 69.306/MG, Dra. Isabela Montuori Bougleux de Araujo OAB: 118.303/MG, Dr. Luis Phillip de Lana Foureaux OAB: 1011A/AM e outros). **Apelada: Darlene Setubal de Araújo. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 182,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos**". Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 30 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 13 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0601192-35.2017.8.04.0001,** em que é **Apelante: Dalciomiro Pereira dos Santos.** (Advogado: Dr. Thiago Vinícius Mendonça Moreira OAB: A1087AM). **Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.** (Procuradora: Dra. Fernanda Meyge de Brito OAB: 35.105/BA). **Fica o Apelante intimado da DECISÃO de fls. 234,** exarado nos autos acima referidos na qual: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos". Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 30 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 13 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4005255-53.2018.8.04.0000,** em que é **Agravante: Facchini SA.** (Advogados: Dr. Bruno Rampim Cassimiro OAB: 218.164/SP, Dr. Marco Antônio Cais OAB: 97.584/SP e outros). **Agravado: Espólio de Newton Antônio da Silva representado pela inventariante Francineide Gama da Silva.** (Advogados: Dra. Jessica Silva de Souza OAB: 10.659/AM, Dr. Ricardo Vieira Rodrigues OAB: 8.801/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 809/810,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...**Com a oposição anterior de outro recurso pela mesma parte, operou-se a preclusão consumativa em relação ao presente Agravo em face do princípio da unicidade ou unirrecorribilidade recursal, que proíbe a interposição simultânea de recursos contra a mesma decisão judicial.** Diante do exposto, nego seguimento ao presente recurso". Publique-se e intimem-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 13 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
INTIMAÇÃO

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005546-87.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social** (Advogados: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Dr. Marcelo da Silva Carlos (7366/AM). **Embargado: Ramilson Gomes de Souza** (Advogadas: Dra. Ezelaide Viegas da Costa Almeida (1339/AM) e Dra. Rylene Álvares Bastos Rodrigues (10145/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de suas advogadas para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 11 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005613-52.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social** (Advogados: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (A671/AM) e Dr. Francisco Nonato Boary (1058/AM). **Embargada: Maria da Glória Lima de Queiroz** (Advogados: Dra. Ezelaide Viegas da Costa Almeida (1339/AM), Dra. Jane Silva da Silveira (6783/AM) e outros**. Fica a Embargada intimada, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 11 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005797-08.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Alcides Garcia de Souza Junior (**Advogados: Dr. Anderson Sales de Souza (8760/AM) e Dra. Ingrid Coelho da Silva (8761/AM). **Embargado: Águas do Amazonas S.A.** (Advogados: Dr. Daniel Fábio Jacob Nogueira (3136/AM), Dr. Jorge Antonio Veras Filho (5693/AM) e outros. **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 11 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005798-90.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Simone da Silva dos Santos** (Advogados: Dr. Fabio de Assunção Acosta (8415/AM) e Dr. Gedson de Oliveira Matute (13858/AM). **Embargado: Logos Bolsa de Veículos Ltda** (Advogados: Dr. Arnoldo Bentes Coimbra (345/AM) e Dr. Daniel Santos de Andrade (6733/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 11 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0603818-56.2019.8.04.0001, em que é Apelante: Banco Bradesco S.a.** (Advogado: Dr. Felipe Gazola Vieira Marques (A995/AM). **Apelada: Thamires Cassiano Marreira Lima** (Advogado: Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM). **Fica o Apelante intimado do DESPACHO de fl. 147,** exarado nos autos acima referidos na qual "Posto isso, intime(m)-se o(s) recorrente(s) para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento em dobro do preparo, sob pena de deserção, nos termos do art. 1.007, § 4º, do Código de Processo Civil. A Secretaria para providências necessárias. Manaus/AM, 1 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003486-73.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Banco Bradesco S.a**. (Advogado: Dr. Edson Rosas Junior (1910/AM). **Agravado: Vivecananda Porto Neto** (Advogado: Dr. Norton Cesar Marques Pinho (2927/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 26/27**, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, não conheço da peça recursal em comento. À secretaria para providências. Manaus/AM, 11 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005619-59.2019.8.04.0000, em que é Embargante: O Estado do Amazonas** (Procurador: Dr. Luis Eduardo Mendes Dantas (12897/AM). **Embargado: ERAM Estaleiros Rio Amazonas Ltda**. (Advogados: Dr. Antônio Braz de L. Neto (3669/AM) e Dr. Antônio Braz de Lima Filho (10014/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo Interno Cível nº 0005825-73.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Quattros Empreendimentos e Participaçoes Ltda** (Advogado: Dr. Ronaldo de Oliveira Lobato Junior (8935/AM). **Agravados: Leonardo de Tal, Paulinho de tal, Darlisson de tal, Junior de tal. Ficam os Agravados intimados, para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 11 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Impugnação Ao Valor da Causa Cível nº 0000916-85.2019.8.04.0000, em que é Requerente: Jairo Bezerra Lima** (Advogado: Dr. Jairo Bezerra Lima (1507/AM). **Requerido: Rummenigge Cordovil Grangeiro** (Advogado: Dr. Rummenigge Cordovil Grangeiro (5810/AM). **Ficam as partes intimadas do DESPACHO de fl. 49,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Diante da prolação de decisão monocrática nos autos nº 0616243-85.2019.8.04.0000, não conhecendo o recurso de apelação em apenso, dê-se baixa e arquivem-se os autos observando as formalidades legais. A Secretaria para providências. Manaus/AM, 11 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Procedimento Comum Cível nº 4003734-39.2019.8.04.0000, em que é Autor: Wagner Costa da Silva** (Advogado: Dr. Cleyton Rafael Martins do Amaral (11691/AM). **Réu: O Estado do Amazonas. Fica o Autor intimado da DECISÃO de fls. 492/493,** exarada nos autos acima referidos na qual "Posto isso, observo não haver competência da Câmara Cível para processamento, conhecimento e julgamento da presente Ação, pelo que declino da competência para uma das Varas da Fazenda Pública Estadual. A Secretaria para providências. Manaus/AM, 12 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0600433-08.2016.8.04.0001, em que é Apelante: Herbert da Silva e Silva** (Advogado: Dr. Djane Oliveira Marinho (5849/AM). **Apelado: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A** (Advogado: Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 148/149,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, não conheço da presente apelação, com fulcro nos arts. 932, III e 1.003 §5°, do Código de Processo Civil, em razão de sua intempestividade. À secretaria para providências. Manaus/AM, 13 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005862-03.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev (**Advogado: Dr. Fabio Martins Ribeiro (449A/AM). **Embargado: Luiz Gonzaga Neves** (Advogadas: Dra. Carolina Gomes Mar (8627/AM) e Dra. Monica Vicente Taketa (7988/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de suas advogadas para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 13 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004480-04.2019.8.04.0000, em que é Agravante: O Estado do Amazonas (**Procuradora: Dra. Ana Marcela Grana de Almeida (7513/AM). **Agravado: Raimundo Francisco Oliveira Pereira** (Advogado: Dr. Adnilso Gomes Nery (4124/AM). **Fica o Agravado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 13 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4000800-11.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Cleiton Lameira Falci** (Advogados: Dr. Fabio Fernando de Oliveira Belinassi OAB: 250945/SP e Dr. Weverthon Rocha Assis OAB: 293706/SP). Agravado: **Aline Barbara Vizioli Sousa** (Advogada Dra. Marly Gomes Capote OAB: 7067/AM). **Fica o Agravado intimado**, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o **Agravante para conhecimento da Despacho de fl. 123**, cujo teor final é o seguinte: "Acautelo-me quanto à concessão da medida liminar pretendida. Intime-se o agravado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contraminuta. Após, abra-se vista ao Ministério Público Graduado. Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4001727-74.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Jô Pneus Ltda**. (Advogados: Dr. Alexandre Virgílio Ribeiro da Silva OAB: 11980/AM, Dra. Ana Carolina Moura de Sá Cavalcante OAB: 12083/AM, Dr. Flávio Simões da Silva Sobrinho OAB: 3444/AM). Agravado: **Compel Cicle Ltda**. **Fica o Agravante intimado do Despacho de fl. 64**, exarado nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: "Acautelo-me quanto à concessão da medida liminar pretendida. Intime-se o agravado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contraminuta. Após, abra-se vista ao Ministério Público Graduado. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de Setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do Exmo**. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4005090-06.2018.8.04.0000**, em que é Agravante: **Antonio Ferreira Lima** (Advogados: Dr. Adrimar Freitas de Siqueira OAB: 8243/AM, Dr. Antonio das Chagas Ferreira Batista OAB: 4177/AM e Dra. Patricia Gomes de Abreu OAB: 4447/AM.) Agravado: **Ministério Público do Estado do Amazonas** - **Primeiro Grau** (Promotor: Dr. Daniel Silva Chaves Amazonas de Menezes OAB: 7811MP). Fica o **Agravante intimado do DESPACHO de fl. 104**, exarado nos autos acima referidos na qual "**Intime-se o agravante para que**, no prazo de 15 (quinze) dias, **manifeste-se acerca da petição de fls. 90/92**. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL.

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0007025-86.2017.8.04.0000**, em que é Embargante: **Fazenda Pública do Estado do Amazonas** (Procuradora: Dra. Adriane Simões Assayag Ribeiro OAB: 2531/AM). Embargado**: Rosilene da Silva Jucá** (Advogado: Dr. Jorge Secaf Neto OAB: 1167/AM). Fica o **Embargado i**ntimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL.

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4000622-62.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Caixa Seguradora S/A** (Advogados: Dr. Carlos Antonio Harten Filho OAB: 19357/PE, Dr. Eduardo José de Souza Lima Fornellos OAB: 28240/PE e Dra. Irlane Nichols Luna OAB: 34090/PE). Agravado**: Federal de Seguros S/A** (Advogados: Dr. Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda OAB: 16983/PE, Dra. Claudia Virginia Carvalho Pereira de Melo OAB: 20670/PE, Josemar Lauriano Pereira OAB: 132101/RJ), Juliana de Almeida e Silva OAB: 21098/PE, Maria Emilia Gonçalves de Rueda OAB: 23748/PE). Agravado: **Américo Generoso Paiva** e outros (Advogados: Luiz Valdemiro

Soares Costa OAB: 4027/PI e 9487A/MA, Mário Marcondes Nascimento 7701/SC e Reginaldo Ferreira Lima OAB: 16510/SP). Ficam os **Agravados intimados**, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento do **Despacho de fl. 266**, cujo teor final é o seguinte: Acautelo-me quanto à concessão da medida liminar pretendida. Intime-se o agravado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contraminuta. Após, abra-se vista ao Ministério Público Graduado. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005297-73.2018.8.04.0000**, em que é Embargante: **O Estado do Amazonas** (Procuradora: Dra. Debora Bandeira Koenow OAB: 12898/AM). Embargado: **Josinete Alencar de Oliveira** (Advogado: Dr. Adriano Alves de Lima OAB: 7398/AM). **Fica o Embargado intimado da Decisão Monocrática de fls. 11/16**, exarada nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: "Isto posto, conheço mas nego provimento aos presentes embargos. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 02 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0001115-44.2018.8.04.0000**, em que é Embargante: **Estado do Amazonas** (Procurador: Dr. Rafael Lins Bertazzo OAB: 7213/AM). Embargado: **Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Presidente Vargas** (Advogado: Dr. Moisés Silva dos Santos (7940/AM). **Fica o Embargado intimado**, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 02 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0615475-05.2013.8.04.0001**, em que é Apelado/Apelante: **Melquizedequi Ramos Quintino** (Advogados: Dr. Anderson Sales de Souza OAB: 8760/AM, Dra. Cintia Rossette de Souza OAB: 4605/AM e Dr. Nelson Matheus Rossetti OAB: 4063/AM). Apelado/Apelante: **Estado do Amazonas - Procuradoria Geral do Estado** (Procuradora: Dra. Debora Bandeira Koenow OAB: 12898/AM). **Fica o Apelado/Apelante Melquizedequi Ramos Quintino intimado do Despacho de fl. 185**, exarado nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: "Recebo a apelação nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Abra-se vista ao Graduado Órgão Ministerial, nos termos do art. 178 do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0616339-67.2018.8.04.0001**, em que é Apelante: **Iane de Souza Martins** (Advogados: Dr. Cairo Lucas Machado Prates OAB: 33787/SC, Dr. Gustavo Michelotti Fleck OAB: 21243/DF e Dra. Queila Coelho de Souza OAB: 7931/AM). Apelado: **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS** (Representante: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União). **Fica o Apelante intimado do Despacho de fl. 167**, exarado nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: "Recebo a apelação nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Abra-se vista ao Graduado Órgão Ministerial, nos termos do art. 178 do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0605596-03.2015.8.04.0001**, em que é Apelante: **Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra e JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações S/A** (Advogados: Dra. Rayane Cristina Carvalho Lins OAB: 4544/AM e Dr. Sérgio Vieira Miranda da Silva OAB: 175217A/SP). Apelado: **Distribuidora Dinâmica Ltda** (Advogado: Dr. Andre de Souza Oliveira OAB: 5219/AM). **Ficam as partes intimadas do Despacho de fl. 715**, exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Recebo a apelação nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Abra-se vista ao Graduado Órgão Ministerial, nos termos do art. 178 do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL.

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub** Pereira - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0612726-39.2018.8.04.0001**, em que é Apelante: **Teplan Construtora Indústria e Comércio Ltda** (Advogada: Dra. Monica Vieira Galate Mattos OAB: 5123/AM). Apelado: **O Município de Manaus** (Procuradora: Dra. Ladyane Serafim Pereira OAB: 4990/AM). **Fica o Apelante intimado do Despacho de fl. 152**, exarado nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: Recebo a apelação nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Abra-se vista ao Graduado Órgão Ministerial, nos termos do art. 178 do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do Exmo**. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004342-37.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Amazonas Energia S/A** (Advogados: Dr. Guilherme Vilela de Paula OAB: 69306/MG, Dra. Isabela Montuori Bougleux de Araujo OAB: 118303/MG e 1069A/AM, e Luís Phillip de Lana Foureaux OAB:104147/MG e 1011A/AM). Agravado: **Ramires Restaurante e Cafeteria Eireli** (Advogada: Dra. Silvana Lima de Oliveira OAB: 8778/AM). **Fica o Agravado intimado**, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL.

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0608490-10.2019.8.04.0001**, em que é Apelante: **Banco Bonsucesso Consignado S.A** (Advogados: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro OAB: 671A/AM e Dr. Gustavo Gonçalves Gomes OAB: A1058AM). Apelado: **Manoel Brasil de Lima** (Advogados: Dr. Alysson Roberto Rocha Ferreira OAB: 11860/AM e Dr. Glênio Gusmão Veras OAB: 10056/AM). **Ficam as partes intimadas da Decisão de fls. 191/200**, exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, por absolutamente improcedente, nego seguimento ao presente recurso, nos termos acima expostos. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 9 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL.

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004248-89.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **O Estado do Amazonas** (Procurador: Dr. Micael Pinheiro Neves Silva OAB: 6088/AM). Agravado: **Suzana Candida de Amorim Lima Rebolcas** (Advogada: Dra. Suzana Candida de Amorim Lima Rebolças OAB: 7243/AM). **Fica a Agravada intimada**, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 12 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL.

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000591-64.2016.8.04.3800 - Apelação Cível, 1ª Vara de Coari

Apelante: Municipio de Coari/AM

Procurador: Laura Macedo Coelho (OAB: 11723/AM)

Procurador: Alberto Lúcio de Souza Simonetti Filho (OAB: 12782/AM)

Procurador: Luciana Caxeixa Alfaia (OAB: 7226/AM)

Procurador: Larissa Santos Leão de Oliveira (OAB: 13013/AM)

Procurador: Maria Noeme Tigresa de Souza Matos (OAB: 12685/AM)

Apelado: Maria de Fátima Melo de Araújo

Advogado: Leandro Castilho (OAB: 6082/AM)

Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – DIREITO CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO. IRREGULARIDADE NO PAGAMENTO DO SALÁRIO DO ANO DE 2012. 1/3 CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. 13º SALÁRIO. DANO MORAL. CABIMENTO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. I - Em razão do vínculo entre Poder Público e servidores ocupantes de cargos efetivos, compete à Administração agir não apenas em consonância com a estrita legalidade, mas também em consonância com os princípios da boa-fé, da segurança jurídica, da dignidade da pessoa humana e da confiança legítima, princípios estes impostos a todos os órgãos da Administração Pública, sem exceção, e que, desrespeitados, geram dever de reparação.II – Os salários e demais remunerações possuem natureza alimentar, destinados à manutenção básica da pessoa e do núcleo familiar no qual está inserida, servindo para o custeio da alimentação, moradia, transporte, saúde e educação, motivo pelo qual devem ser pagos na sua integralidade e mensalmente pela Administração, independente da gestão.III – A quantia a título de dano moral no quantum de R$ 5.000,00, se mostra razoável e proporcional ao caso (art. 944 do CC), bem como suficiente a reparar o dano moral, experimentado pela autora.IV - Apelação conhecida e desprovido. . DECISÃO: "EMENTA - DIREITO CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO. IRREGULARIDADE NO PAGAMENTO DO SALÁRIO DO ANO DE 2012. 1/3 CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. 13º SALÁRIO. DANO MORAL. CABIMENTO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. I - Em razão do vínculo entre Poder Público e servidores ocupantes de cargos efetivos, compete à Administração agir não apenas em consonância com a estrita legalidade, mas também em consonância com os princípios da boa-fé, da segurança jurídica, da dignidade da pessoa humana e da confiança legítima, princípios estes impostos a todos os órgãos da Administração Pública, sem exceção, e que, desrespeitados, geram dever de reparação. II - Os salários e demais remunerações possuem natureza alimentar, destinados à manutenção básica da pessoa e do núcleo familiar no qual está inserida, servindo para o custeio da alimentação, moradia, transporte, saúde e educação, motivo pelo qual devem ser pagos na sua integralidade e mensalmente pela Administração, independente da gestão. III - A quantia a título de dano moral no quantum de R$ 5.000,00, se mostra razoável e proporcional ao caso (art. 944 do CC), bem como suficiente a reparar o dano moral, experimentado pela autora. IV - Apelação conhecida e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0000591-64.2016.8.04.3800, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 0001920-40.2014.8.04.7500 - Apelação Cível, 1ª Vara de Tefé

Apelante: O Município de Tefe

Procurador: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM)

Procurador: Aline Cintrão Ferreira (OAB: 9275/AM)

Apelado: Maria Angelita Pereira Maia

Advogado: Aureo Gonçalves Neves (OAB: 1602/AM)

Advogado: Gedeon Rocha Lima (OAB: 70A/AM)

Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO TEMPORÁRIO. NULIDADE. VERBAS TRABALHISTAS. FGTS. REPERCUSSÃO GERAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO.I - Induvidoso que a contratação temporária pela Administração Pública, conquanto tenha assento constitucional e legal, não pode ser eternizada a critério do administrador, sob pena de evidente violação do preceito fundamental de acesso aos cargos públicos por meio de concurso (art. 37, II, CF/88), motivo pelo qual a avença que o infringe é reputada nula, consoante prescreve o art. 37, § 2°, CF/88.II - O Supremo Tribunal Federal, no RE n.° 596.748 (repercussão geral), reconheceu ao trabalhador o direito ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. III – Apelação conhecida e desprovida.. DECISÃO: "EMENTA - DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO TEMPORÁRIO. NULIDADE. VERBAS TRABALHISTAS. FGTS. REPERCUSSÃO GERAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. I - Induvidoso que a contratação temporária pela Administração Pública, conquanto tenha assento constitucional e legal, não pode ser eternizada a critério do administrador, sob pena de evidente violação do preceito fundamental de acesso aos cargos públicos por meio de concurso (art. 37, II, CF/88), motivo pelo qual a avença que o infringe é reputada nula, consoante prescreve o art. 37, § 2°, CF/88. II - O Supremo Tribunal Federal, no RE n.°

596.748 (repercussão geral), reconheceu ao trabalhador o direito ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. III - Apelação conhecida e desprovida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0001920-40.2014.8.04.7500, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de voto, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 0005234-14.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante: A. Martins Construções Ltda
Advogado: Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB: 5641/AM)
Embargado: Tainá Palheta da Silva Dias
Advogado: Heraldo Mousinho Barreto (OAB: 4204/AM)
Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, EXISTÊNCIA. RECURSO ACOLHIDO PARA SANAR VÍCIO. I – Os Embargos de Declaração, que têm o desiderato de esclarecer ou integrar certa decisão, são recurso de fundamentação vinculada, razão pela qual, nos termos do art. 1022, CPC/2015, devem apontar contradição, obscuridade, omissão ou erro material no julgado.II – O embargante, em verdade, busca sanar a omissão constante no decisum, que deixou de arbitrar um percentual para os honorários de sucumbência.III - Embargos de Declaração acolhidos. . DECISÃO: "EMENTA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, EXISTÊNCIA. RECURSO ACOLHIDO PARA SANAR VÍCIO. I - Os Embargos de Declaração, que têm o desiderato de esclarecer ou integrar certa decisão, são recurso de fundamentação vinculada, razão pela qual, nos termos do art. 1022, CPC/2015, devem apontar contradição, obscuridade, omissão ou erro material no julgado. II - O embargante, em verdade, busca sanar a omissão constante no decisum, que deixou de arbitrar um percentual para os honorários de sucumbência. III - Embargos de Declaração acolhidos. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0005234-14.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em acolher os embargos de declaração, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 0005300-91.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Embargante: O Estado do Amazonas
Procuradora: Luciana Guimarães Pinheiro Vieira
Embargada: Maria Gislaine Loureiro de Moraes
Advogado: Raimundo Edson Torres Lima (OAB: 8732/AM)
Advogado: Victor da Silva Trindade (OAB: 2991/AM)
Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.I – Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, imperiosa é a rejeição de Embargos de Declaração, ainda mais quando seu verdadeiro desiderato é a rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido.II – Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão mantido na forma como lançado.. DECISÃO: "EMENTA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. I - Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, imperiosa é a rejeição de Embargos de Declaração, ainda mais quando seu verdadeiro desiderato é a rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido. II - Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão mantido na forma como lançado. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de n.º 0005300-91.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 0005323-37.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev
Procurador: Fabio Martins Ribeiro (OAB: A449/AM)
Embargada: Maria Gislaine Loureiro de Moraes
Advogado: Raimundo Edson Torres Lima (OAB: 8732/AM)
Advogado: Victor da Silva Trindade (OAB: 2991/AM)
Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.I – Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, imperiosa é a rejeição de Embargos de Declaração, ainda mais quando seu verdadeiro desiderato é a rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido.II – Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão mantido na forma como lançado.. DECISÃO: "EMENTA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. I - Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, imperiosa é a rejeição de Embargos de Declaração, ainda mais quando seu verdadeiro desiderato é a rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido. II - Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão mantido na forma como lançado. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de n.º 0005323-37.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da desembargadora relatora. Sala das Sessões, Manaus, de agosto de 2019.".

Processo: 0006087-57.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante: Banco do Brasil S/A
Advogado: Grace Kelly da Silva Barbosa (OAB: 3627/AM)
Advogado: Rui de Jesus Soares Junior (OAB: 7253/AM)
Embargado: Cassiano Cirilo Anunciação
Advogado: Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB: 7187/AM)
Relator: Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. IMPOSSIBILIDADE DE MANIFESTAÇÃO SOBRE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA SEM QUE SE ULTRAPASSE O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. AUSÊNCIA DE EXCESSO DE FORMALISMO. PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DO RECURSO PRINCIPAL SOBRE AS MESMAS MATÉRIAS DE DEFESA. EMBARGOS REJEITADOS.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0006087-57.2018.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração.".

Processo: 0210622-23.2010.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária, 2ª Vara da Fazenda Pública
Requerente: Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB
Advogado: Clóvis Smith Frota Júnior (OAB: 3626/AM)
Advogado: Carlos Alexandre M. C. M. de Matos (OAB: 2364/AM)

Advogado: Leonardo de Borborema Blasch (OAB: 2997/AM)
Advogado: Rafael Lins Bertazzo (OAB: 7213/AM)
Advogado: Victor Fabian Soares Cipriano (OAB: 6019/AM)
Advogado: Giordano Bruno Costa da Cruz (OAB: 761A/AM)
Advogado: Fabiano Buriol (OAB: 7657/AM)
Requerido: Hilário Almeida dos Santos
Advogado: José Gilberto de Souza Luzeiro (OAB: 1891/AM)
Advogado: Adolpho Mauro Maues Nazareth (OAB: 5540/AM)
Advogado: Liege de Abreu Carvalho (OAB: 2309/AM)
Remetente: Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Manaus/AM
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle
Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – DIREITO ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. TOTALIDADE DO BEM. CREDOR. PROPRIEDADE. LAUDO DO PERITO NOMEADO. PROVA IDÔNEA. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.I – Consoante jurisprudência firme do Superior Tribunal de Justiça, "ao expropriar efetivamente a área integral o Poder Público deverá pagar por ela, ainda que a área registrada seja menor, sendo também certo que a indenização sobre a diferença entre a área medida e a registrada deverá permanecer em juízo até que se identifique o real proprietário, nos termos do art. 34, parágrafo único, do DL 3.365/1941."II – Assim, desapropriada área maior que a registrada como propriedade do requerido, deve o requerente depositar em juízo o valor de indenização correspondente a todo o imóvel desapropriado, cabendo ao requerido, no entanto, o levantamento da quantia correspondente à área de seu comprovado domínio. A apuração de propriedade da diferença da área desapropriada com a registrada deve se dar em ação autônoma nos termos do art. 34, parágrafo único, Decreto n.° 3.365/41.III – Acolhe-se, como prova idônea e norteadora da fixação da indenização, o laudo do perito nomeado pelo juízo, ainda mais quando o expert aponta, de forma específica, todos os critérios adotados para aferição do valor.IV – Remessa necessária conhecida e provida em parte. Sentença reformada parcialmente. Ordem de devolução de valores.. DECISÃO: "EMENTA - DIREITO ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. TOTALIDADE DO BEM. CREDOR. PROPRIEDADE. LAUDO DO PERITO NOMEADO. PROVA IDÔNEA. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. I - Consoante jurisprudência firme do Superior Tribunal de Justiça, "ao expropriar efetivamente a área integral o Poder Público deverá pagar por ela, ainda que a área registrada seja menor, sendo também certo que a indenização sobre a diferença entre a área medida e a registrada deverá permanecer em juízo até que se identifique o real proprietário, nos termos do art. 34, parágrafo único, do DL 3.365/1941." II - Assim, desapropriada área maior que a registrada como propriedade do requerido, deve o requerente depositar em juízo o valor de indenização correspondente a todo o imóvel desapropriado, cabendo ao requerido, no entanto, o levantamento da quantia correspondente à área de seu comprovado domínio. A apuração de propriedade da diferença da área desapropriada com a registrada deve se dar em ação autônoma nos termos do art. 34, parágrafo único, Decreto n.° 3.365/41. III - Acolhe-se, como prova idônea e norteadora da fixação da indenização, o laudo do perito nomeado pelo juízo, ainda mais quando o expert aponta, de forma específica, todos os critérios adotados para aferição do valor. IV - Remessa necessária conhecida e provida em parte. Sentença reformada parcialmente. Ordem de devolução de valores. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Remessa Necessária nº 0210622-23.2010.8.04.0001, de Manaus(AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em parcial consonância com o parecer ministerial, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso oficial, nos termos do voto da desembargadora relatora. Sala das Sessões, Manaus, 09 de setembro de 2019.".

Processo: 0612391-54.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Jomar da Silva Sena
Advogada: Ana Barbara Martins Bacelar (OAB: 11404/AM)
Advogado: Ewerton Carneiro da Silva (OAB: 11062/AM)
Advogada: Tatiane Carol Nunes de Souza (OAB: 11336/AM)
Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogada: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 192649/SP)
Advogado: José Lídio Alves dos Santos (OAB: 156187/SP)
Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO MANIFESTAMENTE INTEMPESTIVO. I - Nos termos do parágrafo 5º do art. 1.003 do CPC/15, excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias. II - Havendo vários advogados habilitados a receber intimações, é válida a publicação realizada na pessoa de apenas um deles. A nulidade das intimações só se verifica quando há requerimento prévio para que sejam feitas exclusivamente em nome de determinado patrono, o que não é o casu dos presente autos (AgRg no REsp n. 1.496.663/MS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 28/08/2015).III - Recurso intempestivo. Apelação não conhecida. . DECISÃO: "EMENTA - DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO MANIFESTAMENTE INTEMPESTIVO. I - Nos termos do parágrafo 5º do art. 1.003 do CPC/15, excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias. II - Havendo vários advogados habilitados a receber intimações, é válida a publicação realizada na pessoa de apenas um deles. A nulidade das intimações só se verifica quando há requerimento prévio para que sejam feitas exclusivamente em nome de determinado patrono, o que não é o casu dos presente autos (AgRg no REsp n. 1.496.663/MS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 28/08/2015). III - Recurso intempestivo. Apelação não conhecida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0612391-54.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em não conhecer do recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 0619155-90.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara de Família
Apelante: M. da S. B. O.
Advogada: Rosemeire Simões de Almeida (OAB: 3558/AM)
Advogado: Wilson José da Silva Cunha (OAB: 3479/AM)
Apelado: H. M. O. G.
Advogada: Sandra Maria Carvalho de Farias Nogueira (OAB: 11679/AM)
Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NULIDADE. CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO EM PARTE. DIVÓRCIO. PARTILHA. IMÓVEL FINANCIADO. PATRIMÔNIO COMUM. PRESTAÇÕES PAGAS DURANTE A CONVIVÊNCIA MATRIMONIAL. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E, EM PARTE, PROVIDA.I - Há nulidade na sentença que não fundamentou a decisão quanto o direito de partilha negado à apelante. Após decretar a nulidade, estando o feito pronto para análise do mérito, far-se- á o julgamento do mérito, em respeito ao disposto no artigo 1.013, § 3°, IV, CPC.II - A aquisição de bem imóvel mediante contratação de financiamento autoriza a partilha dos valores correspondentes às prestações pagas na constância do casamento até a separação de fato. III – Apelação cível conhecida e parcialmente provida. . DECISÃO: "EMENTA - DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NULIDADE. CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO EM PARTE. DIVÓRCIO. PARTILHA. IMÓVEL FINANCIADO. PATRIMÔNIO COMUM. PRESTAÇÕES PAGAS

DURANTE A CONVIVÊNCIA MATRIMONIAL. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E, EM PARTE, PROVIDA. I - Há nulidade na sentença que não fundamentou a decisão quanto o direito de partilha negado à apelante. Após decretar a nulidade, estando o feito pronto para análise do mérito, far-se- á o julgamento do mérito, em respeito ao disposto no artigo 1.013, § 3°, IV, CPC. II - A aquisição de bem imóvel mediante contratação de financiamento autoriza a partilha dos valores correspondentes às prestações pagas na constância do casamento até a separação de fato. III - Apelação cível conhecida e parcialmente provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0619155-90.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 0619977-74.2019.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A

Advogada: Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB: 3696/AM)

Apelada: Leila Ferreira da Costa

Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – DIREITO PROCESSUAL CIVIL. FALTA DE CITAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. EXTINÇÃO DO FEITO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. APELAÇÃO DESPROVIDA.I – A citação constitui pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, sendo que sua ausência autoriza a extinção do feito.II – Ausente qualquer dos pressupostos processuais, tal qual a citação válida (pressuposto processual objetivo de validade), a medida que se impõe é que seja sanada a irregularidade e, não ocorrendo em prazo razoável, autoriza-se a extinção do processo, não obstante as inúmeras diligências realizadas pela parte no sentido de tentativa de localização do devedor.III – É desnecessária, ademais, a intimação pessoal do autor antes da prolação da sentença extintiva nos termos do artigo 485, IV, do CPC/2015, uma vez que a lei processual civil apenas exige tal providência para as hipóteses dos incisos II e III do artigo 485.IV – Apelo desprovido. . DECISÃO: "EMENTA - DIREITO PROCESSUAL CIVIL. FALTA DE CITAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. EXTINÇÃO DO FEITO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. APELAÇÃO DESPROVIDA. I - A citação constitui pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, sendo que sua ausência autoriza a extinção do feito. II - Ausente qualquer dos pressupostos processuais, tal qual a citação válida (pressuposto processual objetivo de validade), a medida que se impõe é que seja sanada a irregularidade e, não ocorrendo em prazo razoável, autoriza-se a extinção do processo, não obstante as inúmeras diligências realizadas pela parte no sentido de tentativa de localização do devedor. III - É desnecessária, ademais, a intimação pessoal do autor antes da prolação da sentença extintiva nos termos do artigo 485, IV, do CPC/2015, uma vez que a lei processual civil apenas exige tal providência para as hipóteses dos incisos II e III do artigo 485. IV - Apelo desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0619977-74.2019.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores do(as) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 0625020-26.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Apelada: CLERME CASTRO DA COSTA

Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)

Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM)

Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO/CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. NULIDADE DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO. ABUSIVIDADE. AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. DANOS MORAIS. APELAÇÃO DESPROVIDA. I – A instituição financeira realizou empréstimo consignado mas efetua cobranças por meio de descontos como se a dívida do empréstimo fosse oriunda de gastos com cartão de crédito, o que a toda evidência não ocorre. Disso resulta que os juros aplicados são mais altos do que deveriam, pois são utilizados juros altíssimos do cartão de crédito, em vez dos juros sabidamente mais baixos do empréstimo.II – A instituição financeira promove descontos mensais mínimos na conta da autora, o que impossibilita a quitação do saldo devedor, já que a pequena monta do desconto permite apenas pagar os juros. Logo, o saldo devedor apenas cresce, tendo em vista que fica congelado, com incidência cada vez maior dos juros do cartão de crédito. A dívida, portanto, pode se tornar infinita e impagável na prática.III – Há ilegalidade na utilização de juros de cartão de crédito em contrato que aparenta ser de empréstimo consignado, o qual possui juros mais baixos justamente como consequência de terem como garantia a certeza do recebimento de salário ou proventos mensais pelo consumidor. Assim sendo, está correta a conduta do juiz de origem de declarar a nulidade do contrato, disto decorrendo logicamente a necessidade de devolução dos valores pagos a maior. IV – Saliente-se que a alardeada abusividade resume-se à incidência das regras e juros de cartão de crédito sobre o valor obtido pelo empréstimo, inexistindo qualquer irregularidade contratual quanto à cobrança desses encargos em relação às compras efetuadas pela parte autora em evidente utilização do cartão de crédito.V – A pretensão declaratória de nulidade contratual é imprescritível. No entanto, seus efeitos pecuniários se sujeitam ao prazo prescricional de cinco anos, previsto no art. 27 do CDC. No caso dos autos, o réu não logrou provar a ocorrência da prescrição (fato extintivo do direito do autor), e também não se depreende a prescrição das alegações e fatos trazidos ao caderno processual.VI – Destaco que, visando a evitar o enriquecimento sem causa do consumidor, a devolução dos valores deve compreender a diferença entre o valor efetivamente pago por este com a incidência dos juros e o numerário disponibilizado em sua conta bancária pela instituição financeira, desconsiderando, nesse cálculo, os valores decorrentes das compras eventualmente realizadas pelo consumidor com o cartão de crédito. No entanto, demonstrado o dolo da instituição financeira, a devolução dos valores da aludida diferença deve se dar em dobro. VII – Andou bem o juiz de origem ao condenar a parte ora apelante ao pagamento de indenização por danos morais, uma vez que a contratação ilegal e abusiva feita de modo doloso ofende direitos da personalidade da requerente, que foi ludibriada a assinar contrato extremamente desfavorável a seu patrimônio e praticamente sem possibilidade de quitação. VIII – Apelação desprovida. . DECISÃO: "EMENTA - DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO/CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. NULIDADE DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO. ABUSIVIDADE. AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. DANOS MORAIS. APELAÇÃO DESPROVIDA. I - A instituição financeira realizou empréstimo consignado mas efetua cobranças por meio de descontos como se a dívida do empréstimo fosse oriunda de gastos com cartão de crédito, o que a toda evidência não ocorre. Disso resulta que os juros aplicados são mais altos do que deveriam, pois são utilizados juros altíssimos do cartão de crédito, em vez dos juros sabidamente mais baixos do empréstimo. II - A instituição financeira promove descontos mensais mínimos na conta da autora, o que impossibilita a quitação do saldo devedor, já que a pequena monta do desconto permite apenas pagar os juros. Logo, o saldo devedor apenas cresce, tendo em vista que fica congelado, com incidência cada vez maior dos juros do cartão de crédito. A dívida, portanto, pode se tornar infinita e impagável na prática. III - Há ilegalidade na utilização de juros de cartão de crédito em contrato que aparenta ser de empréstimo

consignado, o qual possui juros mais baixos justamente como consequência de terem como garantia a certeza do recebimento de salário ou proventos mensais pelo consumidor. Assim sendo, está correta a conduta do juiz de origem de declarar a nulidade do contrato, disto decorrendo logicamente a necessidade de devolução dos valores pagos a maior. IV - Saliente-se que a alardeada abusividade resume-se à incidência das regras e juros de cartão de crédito sobre o valor obtido pelo empréstimo, inexistindo qualquer irregularidade contratual quanto à cobrança desses encargos em relação às compras efetuadas pela parte autora em evidente utilização do cartão de crédito. V - A pretensão declaratória de nulidade contratual é imprescritível. No entanto, seus efeitos pecuniários se sujeitam ao prazo prescricional de cinco anos, previsto no art. 27 do CDC. No caso dos autos, o réu não logrou provar a ocorrência da prescrição (fato extintivo do direito do autor), e também não se depreende a prescrição das alegações e fatos trazidos ao caderno processual. VI - Destaco que, visando a evitar o enriquecimento sem causa do consumidor, a devolução dos valores deve compreender a diferença entre o valor efetivamente pago por este com a incidência dos juros e o numerário disponibilizado em sua conta bancária pela instituição financeira, desconsiderando, nesse cálculo, os valores decorrentes das compras eventualmente realizadas pelo consumidor com o cartão de crédito. No entanto, demonstrado o dolo da instituição financeira, a devolução dos valores da aludida diferença deve se dar em dobro. VII - Andou bem o juiz de origem ao condenar a parte ora apelante ao pagamento de indenização por danos morais, uma vez que a contratação ilegal e abusiva feita de modo doloso ofende direitos da personalidade da requerente, que foi ludibriada a assinar contrato extremamente desfavorável a seu patrimônio e praticamente sem possibilidade de quitação. VIII - Apelação desprovida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0625020-26.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.”.

Processo: 0627457-11.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: UNIMAP Indústria e Comércio de Equipamentos para Refrigeração Ltda.

Advogado: Ivan Josias de Moura (OAB: 247026/SP)

Apelado: Evandro Eugênio Lauria Normando

Advogada: Dayana de Menezes Azevedo (OAB: 10500/AM)

Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO C/C DANOS MATERIAIS E MORAIS. AQUISIÇÃO DE PRODUTO DURÁVEL COM DEFEITO. REFRIGERADOR ULTRACONGELADOR. FINALIDADE NÃO ATENDIDA. VÍCIO DE QUALIDADE. ALEGAÇÃO DE MAU USO NÃO COMPROVADA. RESPONSABILIDADE DO FABRICANTE. DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA MANTIDA.I - Impositiva a aplicação das disposições do Código de Defesa do Consumidor, na medida em que o fato de o autor ter adquirido um refrigerador comercial não o descaracteriza como consumidor/destinatário final do bem. Ademais, tal premissa foi aplicada na sentença a quo, com inversão do ônus da prova (art. 6.º, inciso VII do Código de Defesa do Consumidor), e não houve irresignação quanto a este ponto. II - As partes divergem sobre o que teria ocasionado o problema no tempo de ultracongelamento do refrigerador. De um lado, o autor afirma que seria um defeito de fábrica. De outro, a requerida afirma que seria mau uso por parte do autor, excedendo o limite de peso previsto para o equipamento por um período de tempo.III - Não é plausível que um equipamento de vida útil longa, como um refrigerador, apresente vícios de qualidade com tão pouco tempo de uso. In casu, não foi comprovado o mau uso pelo consumidor, prova que competia à requerida, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do CDC, e consoante o art. 373, inciso II, do CPC.IV - Uma vez constatado vício de qualidade, é facultado ao consumidor exigir substituição do produto por outro da mesma espécie, restituição imediata da quantia paga, sem prejuízo das perdas e danos, ou abatimento proporcional do preço.V - Correta, portanto, a sentença a quo que declarou inexistente os títulos protestados, além de condenar a parte requerida a pagar, à título de restituição por danos materiais, o valor já pago referente ao bem, e, à título de compensação por danos morais, a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), tendo em vista o protesto indevido das dívidas. Correta, também, a improcedência do pedido da reconvenção, porquanto o débito é inexigível e há a comprovação de vícios não sanados no produto.VI – Recurso de apelação conhecido e desprovido.. DECISÃO: “EMENTA - DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO C/C DANOS MATERIAIS E MORAIS. AQUISIÇÃO DE PRODUTO DURÁVEL COM DEFEITO. REFRIGERADOR ULTRACONGELADOR. FINALIDADE NÃO ATENDIDA. VÍCIO DE QUALIDADE. ALEGAÇÃO DE MAU USO NÃO COMPROVADA. RESPONSABILIDADE DO FABRICANTE. DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA MANTIDA. I - Impositiva a aplicação das disposições do Código de Defesa do Consumidor, na medida em que o fato de o autor ter adquirido um refrigerador comercial não o descaracteriza como consumidor/destinatário final do bem. Ademais, tal premissa foi aplicada na sentença a quo, com inversão do ônus da prova (art. 6.º, inciso VII do Código de Defesa do Consumidor), e não houve irresignação quanto a este ponto. II - As partes divergem sobre o que teria ocasionado o problema no tempo de ultracongelamento do refrigerador. De um lado, o autor afirma que seria um defeito de fábrica. De outro, a requerida afirma que seria mau uso por parte do autor, excedendo o limite de peso previsto para o equipamento por um período de tempo. III - Não é plausível que um equipamento de vida útil longa, como um refrigerador, apresente vícios de qualidade com tão pouco tempo de uso. In casu, não foi comprovado o mau uso pelo consumidor, prova que competia à requerida, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do CDC, e consoante o art. 373, inciso II, do CPC. IV - Uma vez constatado vício de qualidade, é facultado ao consumidor exigir substituição do produto por outro da mesma espécie, restituição imediata da quantia paga, sem prejuízo das perdas e danos, ou abatimento proporcional do preço. V - Correta, portanto, a sentença a quo que declarou inexistente os títulos protestados, além de condenar a parte requerida a pagar, à título de restituição por danos materiais, o valor já pago referente ao bem, e, à título de compensação por danos morais, a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), tendo em vista o protesto indevido das dívidas. Correta, também, a improcedência do pedido da reconvenção, porquanto o débito é inexigível e há a comprovação de vícios não sanados no produto. VI - Recurso de apelação conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0627457-11.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.”.

Processo: 0627559-67.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Big Trading e Empreendimentos Ltda

Advogado: Nelson José Oliveira da Silva (OAB: 5103/AM)

Advogado: Jaqueline Montenegro Cruz (OAB: 7763/AM)

Apelado: A. P. MØLLER - MAERSK A/S, neste ato representada por MAERSK BRASIL (BRASMAR) LTDA.

Advogado: Suzel Maria Reis Cunha (OAB: 139210/SP)

Advogado: Baudilio Gonzalez Regueira (OAB: 139684/SP)

Advogado: João Paulo Alves Justo Braun (OAB: 184716/SP)

Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. APELAÇÃO CÍVEL. SOBRESTADIA (DEMURRAGE). CHAMAMENTO AO PROCESSO. INADMISSIBILIDADE. NATUREZA JURÍDICA. INDENIZAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.I – Inadmissível o

chamamento ao processo da empresa TOMIASI TRANSPORTE, pois a ré/apelante assumiu pessoalmente a responsabilidade por atraso na restituição do contêiner, respondendo diretamente pela indenização em tela, bem como em razão de inocorrer qualquer das hipóteses elencadas no art. 130 do CPC.II - As demurrages têm natureza jurídica de indenização, e não de cláusula penal, o que afasta a incidência do art. 412 do Código Civil.III – Apelação conhecida e desprovida. . DECISÃO: "EMENTA - DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. APELAÇÃO CÍVEL. SOBRESTADIA (DEMURRAGE). CHAMAMENTO AO PROCESSO. INADMISSIBILIDADE. NATUREZA JURÍDICA. INDENIZAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. I - Inadmissível o chamamento ao processo da empresa TOMIASI TRANSPORTE, pois a ré/apelante assumiu pessoalmente a responsabilidade por atraso na restituição do contêiner, respondendo diretamente pela indenização em tela, bem como em razão de inocorrer qualquer das hipóteses elencadas no art. 130 do CPC. II - As demurrages têm natureza jurídica de indenização, e não de cláusula penal, o que afasta a incidência do art. 412 do Código Civil. III - Apelação conhecida e desprovida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0627559-67.2015.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível , em Manaus, 16 de setembro de 2019.

Despachos

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005857-78.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Williams Brito Cruz**, advogado, Dr. Wilson Molina Porto (805A/AM) e como **Embargado, Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, advogado, Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM). **Despacho:** "(...) Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 16 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005870-77.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda**, advogadas, Dras. Elisa Gomes Valente Bulboo (9767/AM) e Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) e como **Embargado, Almira Sobreira Conte**, advogados, Drs. Jackeline Salazar dos Santos (10166/AM) e Jamile Ribeiro da Silva (4977/AM). **Despacho:** "(...) Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 16 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil- Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005896-75.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras**, advogado, César Augusto de Pinho Pereira (12893/AM) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128431/SP) e como **Embargado, Autcom Engenharia Ltda**, advogados, Drs. Carolina Augusta Martins (9989/AM) e Hugo Fernandes Levy Neto (4366/AM). **Despacho:** "(...) Intime-se o Embargado, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À secretaria para providências. Manaus, 16 de setembro de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo Interno Cível nº. 0005854-26.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Banco Santander S/A**, advogado, Dr. Neildes Araujo Aguiar Di Gesu (217897/SP) e como **Agravado, Edilson Freire**, advogado, Dr. Daniel Cardoso de Albuquerque (6086/AM). **Despacho:** "(...) Intime-se a parte agravada para, querendo, responder no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1021, §2.º, do Código de Processo Civil. Após, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para apreciação. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 13 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005850-86.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Tania Maria da Silva Pontes**, advogado, Dr. Joel Cuesta Telles (3584/AM) e como **Embargado, Jose Raimundo Ferreira Silva**, advogado, José Eduardo Silva de Sales (7700/AM). **Despacho:** "(...) Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 13 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil- Relator."

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004474-94.2019.8.04.0000**/Manaus – AM,

em que figura como **Agravante, Caruana S.a Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**, advogado, Dr. Daniel Brajal Veiga (258046/SP) e como **Agravado, O Município de Manaus**, advogado, Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira (4831/AM). **Despacho:** "(...) No momento, não vislumbro preenchidos os requisitos para a concessão do efeito suspensivo, visto que o agravante busca opor ao ente federado agravado contrato firmado com terceiro para justificar a utilização de valores constantes na conta do SINETRAM, razão pela qual me acautelo quanto à concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento para momento posterior ao prazo de resposta. Determino a intimação do recorrido para que apresente contrarrazões no prazo de 30 (trinta) dias úteis, tudo nos termos do artigo 1019 do CPC. À Secretaria para as providências. Manaus, 13 de setembro de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge- Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004409-02.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravantes, José Roberto Luiz Ramos e Marcelo Augusto dos Santos**, advogado, Dr. Daniel Marcon Parra (233073/SP) e como **Agravado, O Estado do Amazonas**, advogado, Fabio Pereira Garcia dos Santos (4850/AM). **Despacho:** "(...) Intime-se o agravado para responder o recurso na forma do art. 1.019, II do CPC; À Secretaria, para providências. Manaus, 13 de setembro de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005843-94.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargantes, Cacildo Garcia Macedo Júnior, Jullia Anne Macedo, Larissa Campos Macêdo Haraoui, Stella Maris Campos Macedo de Sousa e Valeria Cristina Campos Macedo**, advogados, Drs. Fernando José Garcia (134719/SP), Fernando José Garcia (134719/SP), Fernando José Garcia (134719/SP), Fernando José Garcia (134719/SP), Fernando José Garcia (134719/SP), Jose Umberto Franco (211240/SP), Jose Umberto Franco (211240/SP), Jose Umberto Franco (211240/SP), Jose Umberto Franco (211240/SP), Mario Valdo Gomes Bezerra (10502/AM), Mario Valdo Gomes Bezerra (10502/AM), Mario Valdo Gomes Bezerra (10502/AM), Mario Valdo Gomes Bezerra (10502/AM), Thais Araújo de Castro (384659/SP), Thais Araújo de Castro (384659/SP), Thais Araújo de Castro (384659/SP) e Thais Araújo de Castro (384659/SP) e como **Embargada, Carla Roberta Tiradentes**, advogado, Dr. Ronaldo Lázaro Tiradentes (4113/AM). **Despacho:** "(...) Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 13 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 13 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Decisões

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004069-58.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravantes, Johmara Olvieira de Souza e Jorge Alberto Coelho da Silva Junior**, advogado, Jorge Henrique Silva de Melo (7999/AM) e como **Agravados, Banco Bradesco S.a., Gonder Incorporadora LTDA e Pdg Realty S/A Empreendimentos e Participações**, advogado, Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM). **DECISÃO: "(...)** Posto isso, com amparo no art. 932, *II* e 1.019, I, do CPC, admito o processamento provisório do recurso e indefiro o pedido de efeito suspensivo. Intimem-se os agravados para que, querendo, ofereçam contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. CUMPRA-SE. Manaus, 11 de setembro de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora, Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004407-32.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Manaus Energia S/A**, advogados, Drs.Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) e Luis Philipe de Lana Foureaux (104147/MG) e como **Agravado, Gregorio Magno de Queiroz e Silva Junior**, advogado, Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Suelen Paes dos Santos Menta (181181A/AM). **DECISÃO: "(...)** Sendo assim, visando impossibilitar prejuízo ao agravante, bem como a entrega de pronunciamento jurisdicional íntegro e em acordo com as balizas da lei, tenho por bem, neste momento, deferir o pleito inicial do agravante, conferindo EFEITO SUSPENSIVO ao presente agravo de instrumento, a fim de suspender os efeitos da medida que deferiu a tutela de urgência recorrida, até pronunciamento final acerca do mérito recursal. Intimem-se as partes acerca da presente decisão, conferindo-se prazo ao agravado para que responda o Recurso em questão, nos termos do inciso II do art. 1.019 do CPC. Cumpra-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 13 de setembro de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004084-27.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, José Ventura da Fonseca**, advogado, Dr. Roque Lane Wilkens Marinho (10486/AM) e como **Agravado, Amazonas Distribuidora de Energia S/A**, advogados, Drs. Alexandre Fleming Neves de Melo (6142/AM), Andressa Veronique Pinto Gusmão (3554/AM), Ediney Costa da Silva (7646/AM), Neiva Evangelista Barboza (3187/AM), Priscila Soares Feitoza (4656/AM), Riulna Ventura Muller (6654/AM) e Thiago Flores dos Santos (5004/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, em cognição sumária, indefiro o pedido de tutela antecipada recursal, sem prejuízo de reanálise posterior. Intime-se o agravado para, querendo, oferecer contrarrazões recursais no prazo legal. Após, com ou sem manifestação, abra-se vista ao Graduado Órgão do Ministério Público. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 13 de setembro de 2019.Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 13 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4002884-82.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Marcelo Manauel Carvalho Vieira**, advogada,Dra. Jocineide Maria de Souza Ramos (4152/AM) e como **Agravada, Maria Arminda de Fátima Soeiro Vieira**, advogada, Dra. Adrianne Sanches Soares da Silva (8595/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, em cognição sumária, defiro, por hora, o pedido de efeito suspensivo ativo, sem prejuízo de reanálise posteriormente. Intime-se a agravada, para querendo, ofereça contrarrazões recursais, no prazo legal. Após, com ou sem manifestação, abra-se vista ao Graduado Órgão do Ministério Público. Cumpridas as determinações, voltem-me conclusos para voto. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 13 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 13 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Designado

De ordem da Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge, faço público que, de acordo com o artigo 931 e 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes autos digitais:

Agravo de Instrumento nº 4003855-67.2019.8.04.0000, de 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Marcos dos Santos Carmo, advogado: Marcos dos Santos Carmo Filho (OAB: 6818/AM). Agravado: Armando Silva do Valle, advogada: Rayna Coelho Barbosa (OAB: 12222/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0604140-47.2017.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Elizabeth Portugal de Oliveira, Defensora: Caroline Pereira de Souza (OAB: 9052/AM) e Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Apelado: O Estado do Amazonas, Procurador: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0620635-35.2018.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: O Estado do Amazonas, Procurador: Luis Eduardo Mendes Dantas (OAB: 12897/AM). Apelado: B. G. & P. Taxi Aéreo e Serviços Aeronáuticos Ltda. - Epp, advogado: Eduardo Barbosa de Araújo (OAB: 15455/RN). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de setembro de 2019.

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Solon Angelim Alencar Ferreira (3338/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0622411-41.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Dunorte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda - Apelado : J B Figueira Representações ME - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Bruno Henrique Soré (1010/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (1069/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) e Lígia de Souza Frias (1074A/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0636946-38.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Prestação de Serviços - Apelante : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Apelado : Raimundo Pereira da Silva Filho - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e Calixto Hagge Neto (8788/AM), Diego Andrade de Oliveira (8792/AM) e Wagner Jackson Santana (8789/AM) - Processo 0639854-34.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Banco Bmg S/A - Apelada : Adriana Nascimento da Silva Monteiro - Relator: Nélia Caminha Jorge

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de setembro de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Despachos

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **Sabino da Silva Marques,** Relator dos autos de **Habeas Corpus Criminal nº 4004382-19.2019.8.04.0000 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Impetrante e Advogado Dr**. **Amauri Vieira dos Santos OAB 11881/AM**, **Paciente Guilherme Sena Vieira e Impetrado Impetrado Juízo de Direito da 4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes de Manaus (4ª VECUTE)** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica **INTIMADO** o **Paciente Guilherme Sena Vieira** na pessoa de seu advogado Dr. **Amauri Vieira dos Santos (11881/AM)** para tomar conhecimento do seguinte **DESPACHO**: " No caso, após leitura da inicial, não verifico na causa de pedir qualquer elemento referente à fundamentação para a concessão de medida liminar, motivo pelo qual a análise resta inviabilizada". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de setembro de 2019. **Desembargador Sabino da Silva Marques - Relator** Secretaria da colenda 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 16 de setembro de 2019. Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901.

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0216571-23.2013.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelado: Felipe Batista Ribeiro - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0216571-23.2013.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Ministério Público do

Estado do Amazonas - Primeiro Grau e Apelado Felipe Batista Ribeiro, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelado Felipe Batista Ribeiro, na pessoa de seu Advogado Dr. João Manoel Silva de Oliveira (OAB/AM 4.677), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer Contrarrazões ao recurso, nos termos do art. 600 do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Igor Starling Peixoto - João Manoel Silva de Oliveira (OAB: 4677/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0245522-51.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Valdirene de Abreu - Apelante: Ricardo Souza LIma - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0245522-51.2018.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, Processo originário nº 0245522-51.2018.8.04.0001/2ª V.E.C.U.T.E., em que é Apelante Valdirene de Abreu e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADA a Apelante Valdirene de Abreu, para que constitua um novo advogado com escopo de oferecer as Razões recursais referentes aos autos em epígrafe, no prazo de lei, conforme determinado no Despacho de fls. 382. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Raiany Priscila de Souza Feijó (OAB: 12556/AM) - Delian Pereira dos Santos (OAB: 11743/AM) - André Alecrim Marinho - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0613525-48.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Dimas Cortez Polonia Neto - Apelante: Valnelson Oliveira Moraes - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0613525-48.2019.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que são Apelantes Dimas Cortez Polonia Neto e Valnelson Oliveira Moraes e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, ficam INTIMADOs os Apelantes Dimas Cortez Polonia Neto e Valnelson Oliveira Moraes, nas pessoas de suas Advogadas Dra. Andréa Renata Virginio de Souza, (OAB/AM nº 9238), Dra. Luciana da Silva Terças (OAB/AM nº 4121), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Andréa Renata Virginio de Souza (OAB: 9238/AM) - Luciana da Silva Terças (OAB: 4121/AM) - Cláudio Facundo de Lima - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0631124-97.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Leandro Bezerra da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Apelação Criminal nº 0631124-97.2019.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Leandro Bezerra da Silva e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Leandro Bezerra da Silva, na pessoa de suas Advogadas Dras. Maria Goreth Terças de Oliveira OAB/AM n° 3.735 e Danielle Queiroz Ribeiro OAB/AM nº 9.296, para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB: 3835/AM) - Danielle Queiroz Ribeiro (OAB: 9296/AM) - Francisco Campo - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4004469-72.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Daniel Silva Barroso - Paciente: Eva Maria Silva Nascimento - Impetrada: Juízo de Direito da 7a. Vara Criminal da Comarca de Manaus/AM - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004469-72.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Daniel Silva Barroso OAB 2965/AM, Paciente Eva Maria Silva Nascimento e Impetrado Juízo de Direito da 7a. Vara Criminal da Comarca de Manaus/AM, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADA a Paciente Eva Maria Silva Nascimento, na pessoa de seu Advogado Dr. Daniel Silva Barroso, (OAB/AM nº 2965), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: " Indeferida liminar, fls. 91/92. Pedido de reconsideração, fls. 96/106, alegando em síntese: 1) erro quanto ao crime imputado a paciente; 2) ilegalidade e abuso de poder da prisão, tendo em vista o excesso de prazo para o término do inquérito policial; 3) não apreciação pela autoridade apontada como coatora quanto ao pedido de liberdade da paciente; e 4) ausência dos requisitos do decreto da prisão preventiva. Relatado. Decido. De início, importante frisar que a menção ao delito de latrocínio qualificado na parte do relatório da decisão que se pretende reconsiderar, trata-se de mero erro de digitação, oportunidade na qual, registro que deve ser lido "estelionato qualificado" e não "latrocínio qualificado". Aliás, a gravidade em abstrato do delito não deve servir de fundamento a embasar a não configuração dos requisitos para a concessão de medida liminar em sede de habeas corpus, de modo que tal irregularidade não serviu como razão de decidir pelo indeferimento da liminar, consoante se infere da leitura do referido ato judicial. Registre-se, por oportuno, que a presente se trata de ação de rito célere, cujos pedidos liminares, aceitos em sede de construção jurisprudencial, nos casos de patente, clara e inegável violação ao status libertatis, hipótese que, ratifico, entendo não ser o caso dos autos, conforme exposto na decisão questionada. Note-se, ademais, que o fundamento de excesso de prazo do inquérito policial, aduz como autoridade coatora o delegado, o que implicaria o não conhecimento da análise de tal insurgência, tendo em vista ser o juiz de primeiro grau competente para tanto, mas tal questão será melhor analisada no conjunto da presente demanda. Quanto aos demais fundamentos, vejo que se trata de reiteração do já exposto na inicial, o que será aferido em sede do exame aprofundado da presente ação. Nesses termos, indefiro o presente pedido de reconsideração." Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exma. Sra. Desdora. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Daniel Silva Barroso (OAB: 2965/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Designado

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Andre Epifanio Martins - Processo 0020139-80.2003.8.04.0001 - Apelação Criminal - Homicídio Qualificado - Apelante : Alessandro Alves Batista Belém - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Mário Ypiranga Monteiro Neto e Kal-El Bessa Nascimento Salem (6389/AM) - Processo 0603217-50.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Quesitos - Apelante : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelado : Anacleto Pereira Ferreira Junior - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas (O/AM) e Valéria Ferreira Rabelo (6287/AM) e Daniel Leite Brito (820MP) - Processo 0622320-77.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Roubo - Apelante : Rodrigo de Araújo Carvalho - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Shelby Moreira Finicelli (5684/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4004161-36.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Liberdade Provisória - Impetrante : Shelby Moreira Finicelli
Paciente : Ana Paula Marques Menezes - Impetrado : Juízo de Direito da 1ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus (1ª Vecute) - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Elzu Souza Alves (9641/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4004226-31.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Liberdade Provisória - Impetrante : Elzu Souza Alves
Paciente : Alciney Amorim dos Santos - Impetrado : Juizo de Direito da 10 Vara Criminal da Comarca de Manaus/am. - Relator: Sabino da Silva Marques

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 16 de setembro de 2019.

Julgamento Virtual

CONCLUSÕES E ACÓRDÃOS: Foram lidos e assinados em conferência da egrégia 1ª Câmara Criminal, os acórdãos dos seguintes feitos.

Conclusão de Acórdãos - Julgamento Virtual

1) Processo: 0201013-46.2016.8.04.0020 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: E. da S. M. Defensor Público Danilo Germano Ribeiro Penha. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente/ Relator: Sabino da Silva Marques. Revisora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. AMEAÇA PRATICADA NO ÂMBITO DOMÉSTICO. ART. 147, DO CÓDIGO PENAL. VIAS DE FATO. ART. 21. DECRETO-LEI N. 3.688/41. PROVAS INSUFICIENTES PARA CONDENAÇÃO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. INAPLICABILIDADE. ABSOLVIÇÃO. INVIÁVEL. PALAVRA DA VÍTIMA COM RELEVÂNCIA PROBATÓRIA E EM HARMONIA COM O CONTEXTO FÁTICO. SENTENÇA QUE MERECE SER CONFIRMADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0201013-46.2016.8.04.0020, em epígrafe, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em consonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, conhecer e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator que passa a integrar o presente. Publique-se. Manaus/AM, 2019.".

2) Processo: 0206807-37.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 9ª Vara Criminal. Apelantes: Elias Brasil Silva e Marcelo Felipe Vieira da Silva. Defensor Público Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. POSSES ILEGAIS DE ARMAS DE FOGO DE USO PERMITIDO E RESTRITO. ARTS. 12 E 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI N.º 10.826/2003. AUTORIA E MATERIALIDADE, DEVIDAMENTE, COMPROVADAS. REPRIMENDAS FIXADAS EM QUANTUM NECESSÁRIO E SUFICIENTE PARA A REPROVAÇÃO E PREVENÇÃO DOS CRIMES PERPETRADOS. SUBSTITUIÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, POR PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. RECONHECIMENTO DE QUE A MEDIDA NÃO É SOCIALMENTE RECOMENDÁVEL. MANTENÇA DO DECISUM. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E DESPROVIDA.1. Ab initio, à luz das declarações prestadas perante a Autoridade Policial, corroboradas, posteriormente, por meio dos depoimentos colhidos pelo douto Juízo a quo, somados à confissão espontânea dos Acusados, bem como, em razão do que noticiaram o Auto de Exibição e o Laudo de Eficiência em Armas de Fogo e Munições, depreende-se que estão, devidamente, provadas a autoria e a materialidade delitivas, devendo ser, regularmente, mantidas as condenações dos Acusados, ora, Apelantes, pela prática dos crimes previstos nos arts. 12 e 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 10.826/2003.2. Ato contínuo, infere-se que o insigne Magistrado de primeira instância observou os critérios legais de individualização da pena, fixando as reprimendas em quantum necessário e suficiente para a reprovação e prevenção dos crimes praticados, em harmonia com o art. 59 do Código Penal, e respeitando o critério trifásico, estabelecido pelo art. 68 da Lei Substantiva Penal, havendo sido analisadas e fundamentadas as circunstâncias judiciais; as circunstâncias agravantes e atenuantes; e, por fim, as causas de aumento e diminuição de pena.3. Quanto ao pedido recursal, esclarece-se, a princípio, que, nos exatos termos do art. 44 do Código Penal, a regra de substituição das penas privativas de liberdade, por penas restritivas de direitos, depende do atendimento de 04 (quatro) requisitos, sendo 02 (dois) requisitos objetivos (quanto à natureza do crime e quantidade da pena) e 02 (dois) requisitos subjetivos (relacionados à pessoa do condenado).4. Nessa linha de intelecção, depreende-se que os requisitos subjetivos não foram preenchidos pelos Apelantes, de sorte que as penas privativas de liberdade não podem ser substituídas por penas restritivas de direitos. Com efeito, os Réus são reincidentes em crimes dolosos e as suas culpabilidades, no tocante à prática dos crimes previstos nos arts. 12 e 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 10.826/2003, foi deveras acentuada, tendo em vista a reprovabilidade das condutas, somada ao indicativo de que as armas eram utilizadas para a prática de outros crimes.5. Dessa feita, apesar de estarem cumprindo, definitivamente, reprimendas, pela prática de crimes contra o patrimônio, diversos, portanto, dos crimes aqui analisados, os Recorrentes voltaram a praticar novos crimes, igualmente graves, motivo pelo qual, não se pode aventar que a substituição das suas penas privativas de liberdade, por penas restritivas de direitos, seja medida socialmente recomendável.6. Embora a reincidência dos Réus não possa ser, duplamente, valorada na dosimetria da pena, é sabido que pode e deve ser considerada na eventual substituição da pena privativa de liberdade, mormente, porque o

comando normativo impõe aos Julgadores, a análise da medida mais recomendada, a partir dos elementos disponíveis nos Autos.7. Apelação Criminal CONHECIDA e DESPROVIDA. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER O PRESENTE RECURSO DE APELAÇÃO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.".

3) Processo: 0209614-98.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal, 10ª Vara Criminal. Apelante/Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Apelante/Apelado: Fabian Vieira Paiva. Advogado: Dr. Euthiciano Mendes Muniz (OAB: A-733/AM). Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. Revisor: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: RECURSOS DE APELAÇÃO CRIMINAL. ARTS. 16 E 12 DA LEI Nº 10.826/03. CONCURSO FORMAL. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE ESTADO DE NECESSIDADE. NÃO CARACTERIZADO. DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME PREVISTO NO ART. 16 PARA O ART. 14, AMBOS DA LEI 10.826/03. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Atualmente no Superior Tribunal de Justiça predomina a orientação de que a conduta de possuir armas de fogo e munições de uso permitido e de uso restrito ou com numeração suprimida, embora em um mesmo contexto fático, não configura crime único, porquanto se tratar de crimes distintos, os quais violam bens jurídicos diversos.2. Da análise dos autos, não vislumbra -se o alegado estado de necessidade, pois a simples alegação de que o apelante/acusado adquiriu a referida arma de fogo no intuito de preservar a sua vida, sua família e seu patrimônio, sob o argumento de que reside em bairro violento, não se constitui em elemento suficiente para demonstrar a situação de perigo atual que justifique necessidade de salvaguardar bens jurídicos por meio da prática de fato típico. 3. A mera alegação de desconhecimento de a arma envolvida no fato tido como crime, ser de uso restritivo, não é suficiente capaz de ensejar a desclassificação do delito do art. 16, para para o tipo previsto no art. 14, todos da Lei 10.826/03, mesmo porque, cabe à parte, in casu o apelante, o ônus de provar ter agido sob o erro de tipo invocado, circunstância não verificada na espécie.4. Recurso conhecido e parcialmente provido. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0209614-98.2016.8.04.0001, em epígrafe, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em consonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, conhecer e dar provimento ao apelação interposto pelo Ministério Público, nos termos do voto do relator que passa a integrar o presente. Publique-se.".

4) Processo: 0211415-30.2008.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 2ª Vara do Tribunal do Júri. Recorrente: Dagoberto Braga Marques. Advogados: Drs. Marcos dos Santos Beltrão (OAB: 7295/AM) e Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB: 695/AM). Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. **EMENTA**: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO TENTADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. MATERIALIDADE DELITIVA E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 413, DO CPP. NEGATIVA DE AUTORIA. ALEGAÇÃO IMPRÓSPERA. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRÓ SOCIETATE. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE LESÃO CORPORAL. INVIÁVEL. TESE NÃO EVIDENCIADA NOS AUTOS. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA AUSÊNCIA DE ANIMUS NECANDI. MATÉRIA AFETA AO TRIBUNAL DO JÚRI. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso em Sentido Estrito nº 0211415-30.2008.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em consonância com o Graduado Órgão Ministerial, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar provimento, nos termos do voto do Relator que passa a ser parte integrante do julgado. PUBLIQUE-SE. Manaus/AM, 2019.".

5) Processo: 0212344-77.2019.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 4ª V.E.C.U.T.E. Recorrente: Ministério Público do Estado do Amazonas. Recorrido: Idercley Souza da Silva. Defensora Pública Larissa Vianez Sant Anna Figueira Macedo. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. **EMENTA**: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. ARTIGO 312 DO CPP. INEXISTÊNCIA DE EXCESSO DE PRAZO. FEITO QUE SEGUE SEU CURSO REGULAR. COMPLEXIDADE. MARCHA PROCESSUAL PRÓXIMA AO FIM. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. PRISÃO DECRETADA. I - No caso, estão configurados os requisitos autorizadores da prisão preventiva, quais sejam, o fumus commissi delicti e periculum libertatis, inclusive, não vislumbro no caso a possibilidade de se aplicar as medidas cautelares diversas da prisão, previstas no Código de Processo Penal pela Lei. 12.403/11. II - Não está configurado o excesso de prazo justificador da concessão da liberdade, pois como bem asseverou o magistrado na decisão concessiva (...) a marcha processual já se encontra perto do fim, ou seja, mesmo se tratando de um caso complexo, envolvendo três acusados, o feito encontra-se em pleno andamento. III – Recurso conhecido e provido. Prisão decretada. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0212344-77.2019.8.04.0001 , em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer Ministerial, conhecer e dar provimento ao recurso para decretar a prisão, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o presente. Publique-se.".

6) Processo: 0217853-28.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal, 2ª Vara do Tribunal do Júri. Apelante: Silvino Pinheiro de Souza. Defensor Público Wilsomar de Deus Ferreira. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: PÚBLIO CAIO BESA CYRINO. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO MOTIVO FÚTIL E PELO USO DE RECURSO QUE DIFICULTOU OU IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. CONFIGURAÇÃO DE EXCLUDENTE DE ILICITUDE. LEGÍTIMA DEFESA. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. NÃO OCORRÊNCIA. CONSELHO DE SENTENÇA ACOLHEU A TESE DA ACUSAÇÃO, QUE ENCONTRA APOIO NA PROVA TESTEMUNHAL. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E DESPROVIDA.1. Em se tratando de sentença derivada do Tribunal do Júri, salienta-se que, em respeito ao princípio constitucional da soberania dos vereditos, prevista no art. 5.º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição Federal, cabe ao Juízo ad quem analisar, de forma ampla, a matéria de competência do Juiz-Presidente do Júri. Todavia, quando se tratar de decisão de competência dos jurados, como ocorre no caso em análise, esta só poderá ser revista quando for manifestamente contrária aos autos, consoante dispõe o art. 593, inciso III, alínea "d", do Código de Processo Penal, hipótese em que a decisão anterior é cassada, remetendo a causa a novo julgamento. 2. É certo que a decisão manifestamente contrária às provas dos autos é aquela que não encontra amparo nas provas produzidas, destoando de todo o acervo probatório, situação que não se enquadra no caso vertente. In casu, a Testemunha presencial asseverou que a Vítima já estava indo embora do local, quando foi atacada pelas costas, com um tiro, momento em que a Testemunha se escondeu e ouviu mais um disparo. Ademais, a aludida Testemunha menciona, ainda, que, em seguida, viu quando o Réu se aproximou da Vítima, caída ao chão, desferindo-lhe um coronhada na cabeça e outro disparo de arma de fogo.3. Logo, os fatos narrados corroboram a versão que culminou no reconhecimento do crime de Homicídio Duplamente Qualificado, consoante afirmado pela Acusação durante toda a instrução processual. Portanto, inexiste contradição no julgamento do Apelante, mas, sim, a escolha de uma das teses levadas ao Conselho de Sentença.4. Apelação Criminal CONHECIDA E DESPROVIDA. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os

autos de Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

7) Processo: 0241331-31.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal, 2ª V.E.C.U.T.E. Apelante: A. G. O. da S. Advogada: Dra. Emília Carolina Mello Vieira (OAB: 3872/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ART. 33 DA LEI N.º 11.343/2006. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DOSIMETRIA DA PENA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. MAUS ANTECEDENTES. MANTENÇA. CULPABILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. BIS IN IDEM. AFASTADA. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. AUMENTO DA REDUÇÃO DA PENA. POSSIBILIDADE. FIXAÇÃO DA FRAÇÃO DE 1/6 (UM SEXTO). TRÁFICO PRIVILEGIADO. ART. 33, § 4.º, DA LEI N.º 11.343/2006. INAPLICABILIDADE. EXISTÊNCIA DE MAUS ANTECEDENTES. DETRAÇÃO PENAL. DESNECESSIDADE. REGIME PRISIONAL FECHADO. REINCIDÊNCIA. MANTENÇA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.1. In casu, a autoria e a materialidade do delito sobejaram comprovadas pela confissão do Apelante; pelas declarações das Testemunhas de Acusação; pelo Auto de Exibição e Apreensão e pelo Laudo de Exame Definitivo em Substância. Tanto é assim, que não houve irresignação do Apelante, quanto à matéria.2. No que tange à dosimetria da pena, relativamente à primeira fase, a douta Magistrada a quo considerou a existência de 02 (duas) circunstâncias judiciais desfavoráveis, a culpabilidade e os antecedentes. Embora os maus antecedentes do Réu hajam sido devidamente fundamentados, verificou-se, in casu, a necessidade de afastamento da valoração negativa da culpabilidade, ante a utilização de embasamento inidôneo, consubstanciado em elementos próprios do delito, bem como, em motivo inerente à circunstância judicial dos antecedentes do Réu, já desvalorada, exsurgindo evidente bis in idem.3. No que tange à segunda fase da dosimetria, a atenuante da confissão espontânea foi, adequadamente, reconhecida. Contudo, verificou-se a necessidade de correção do patamar de redução aplicado, posto que a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que deve ser adotada a fração paradigma de 1/6 (um sexto) para aumento ou diminuição da pena pela incidência das agravantes ou atenuantes genéricas. Precedentes.4. Por fim, no que atine à terceira fase da dosimetria, constatou-se a impossibilidade de aplicação da causa de diminuição de pena, prevista no § 4.º, art. 33, da Lei n.º 11.343/2006, tendo em vista que os maus antecedentes do Agente obstam a aplicação da referida prerrogativa, já que afasta os requisitos da primariedade e de bons antecedentes. Precedentes.5. No que diz respeito à detração penal, inferiu-se que este instituto deixou de ser, regularmente, aplicado na sentença primeva, para fins de fixação do regime inicial de cumprimento da pena, pois a sua incidência não implicaria qualquer alteração, já que, de forma acertada, o regime inicial de cumprimento de pena foi fixado no fechado, em razão da reincidência do Apelante, nos termos do art. 33, § 2.º, alínea "a", da Lei Substantiva Penal.6. Quanto à substituição da pena, embora reduzida nesta instância ad quem, permanece fixada em patamar superior a 04 (quatro) anos de reclusão. Ademais, foram mantidos os maus antecedentes do Apelante. Logo, o Réu continua a não preencher um requisito objetivo e um subjetivo, constantes nos incisos I e III, do art. 44, da Lei Substantiva Penal, não havendo como ser provido o seu pleito de substituição da pena.7. Apelação Criminal CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância ao Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, somente para afastar a valoração negativa da culpabilidade e fixar o novo patamar de redução da atenuante da confissão espontânea em 1/6 (um sexto), redimensionando a reprimenda do Apelante, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.".

8) Processo: 0250765-83.2012.8.04.0001 - Apelação Criminal, 3º Vara do Tribunal do Júri. Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Apelado: Christopher Andrew Lopes de Souza. Advogados: Drs. Josemar Berçot Rodrigues (OAB: 5935/AM) e Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB: 7557/AM). Procurador MP: Carlos Lélio Lauria Ferreira. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. Revisor: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO TENTADO. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA PROFERIDA PELO CONSELHO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. NÃO COMPROVAÇÃO. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1. Não houve decisão manifestamente contrária à prova dos autos, mas acolhimento de uma das versões contidas no processo que, aos Jurados, juízes naturais para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, pareceu a mais acertada. 2. Em consequência, não se pode aceitar que a decisão tenha sido manifestamente contrária à prova dos autos, motivo pelo qual reconhece-se que os termos da sentença proferida devem ser mantidos.3. Recurso parcialmente improvido. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Nº 0250765-83.2012.8.04.0001, em epígrafe, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em dissonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, conhecer e negar provimento, nos termos do voto do relator que passa a integrar o presente. Publique-se.".

9) Processo: 0600710-93.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelantes: R. B. da S. Defensor Público Danilo Germano Ribeiro Penha. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcellos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 129, § 9.º, DO CÓDIGO PENAL. LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DECLARAÇÕES FIRMES E SEGURAS DA VÍTIMA. LEGÍTIMA DEFESA. NÃO CONFIGURADA. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E DESPROVIDA.1. A materialidade e a autoria do delito de Lesão Corporal restaram sobejamente comprovadas, em especial, por meio das declarações da Vítima, em delegacia e em Juízo, que foram seguras e uníssonas, mormente quanto ao ponto crucial, qual seja, a ofensa à sua integridade física, no sentido de que foi empurrada pelo Réu, vindo a cair ao chão, em cima de uma televisão, e, em seguida, após se levantar, foi atingida por ele com 02 (dois) golpes de faca no braço direito. Soma-se a isso o depoimento da Testemunha, que se apresentou em harmonia com a narrativa da Vítima, além do Laudo de Exame de Corpo de Delito, no qual foi atestada a existência de lesões causadas por ação perfurocontundente, compatíveis com a versão apresentada pela Ofendida.2. Quanto à tese do Apelante de que teria agido em Legítima Defesa, em razão de supostas agressões iniciadas pelo, então, namorado da Vítima, momento em que ela se intrometeu na briga e acabou por ser atingida, observa-se a completa ausência de arcabouço probatório a sustentá-la, posto que, tanto a Vítima, quanto o, então, namorado, narraram que as agressões foram iniciadas pelo Réu.3. Lado outro, ainda que restasse provado que o, então, namorado da Vítima iniciou as agressões, tal circunstância não elidiria a responsabilidade do Apelante, pois as declarações prestadas pelos envolvidos, inclusive pelo próprio Réu, foram uníssonas no sentido de que o namorado já havia saído do quarto quando a Vítima foi atingida, ou seja, não havia agressão, atual ou iminente, característica elementar para a configuração da Legítima Defesa.4. Apelação criminal conhecida e desprovida. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao Recurso, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

10) Processo: 0617522-10.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal, 1ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Suzana Oliveira de Souza e Suzi Oliveira de Souza. Advogado: Dr. Adriano Menezes Hermida Maia (OAB: 8894/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ABSOLVIÇÃO EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA DE PROVAS CONTUNDENTES ACERCA DA AUTORIA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. UNÍSSONAS DECLARAÇÕES DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO. DEPOIMENTO DOS POLICIAIS. MEIO IDÔNEO DE PROVA. REPRIMENDA FIXADA EM QUANTUM NECESSÁRIO E SUFICIENTE. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL EM VIRTUDE DOS MAUS ANTECEDENTES E DA PERSONALIDADE VOLTADA À PRÁTICA DO TRÁFICO DE DROGAS. POSSIBILIDADE. TRÁFICO PRIVILEGIADO. ART. 33, § 4.º, DA LEI N.º 11.343/2006. INAPLICABILIDADE. PENA DE MULTA. QUANTUM PROPORCIONAL. MANTENÇA. JUSTIÇA GRATUITA. MATÉRIA DO JUÍZO DE EXECUÇÃO. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E DESPROVIDA.1. In casu, a materialidade do delito ficou comprovada pelo Auto de Exibição e Apreensão e pelo Laudo de Exame Definitivo em Substância, os quais atestam que foram encontradas, em posse das Apelantes, 10 (dez) trouxinhas de cocaína; 11 (onze) trouxinhas de oxi; 20 (vinte) trouxinhas de maconha e 01 (uma) porção grande de maconha, que totalizam 6,48 g (seis gramas e quarenta e oito centigramas) de cocaína, e 103,17 g (cento e três gramas e dezessete centigramas) de maconha, além da quantia de R$ 1.940,00 (mil, novecentos e quarenta reais).2. Por sua vez, a autoria do delito restou comprovada pelas declarações das Testemunhas de Acusação, os policiais civis e militares responsáveis pela prisão em flagrante das Apelantes, prestadas em sede inquisitorial e ratificadas em Juízo, que foram uníssonas em afirmar que, após receberem denúncia anônima informando que duas mulheres estariam traficando substâncias entorpecentes em sua residência, dirigiram-se ao local indicado e lá encontraram as Acusadas, em situação de flagrante delito.3. É cediço que os depoimentos dos Agentes Policiais são de suma importância para se elucidar as circunstâncias dos fatos, sobretudo, quando colhidos sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, e em harmonia com os demais elementos de prova. Precedentes.4. Quanto à dosimetria da pena, o MM. Juiz a quo considerou para fins de fixação da pena-base, a existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis às Rés, a saber: a personalidade voltada para a prática do crime de tráfico de drogas; e os maus antecedentes, motivos pelos quais, de maneira apropriada, aumentou a pena-base em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa.5. Na segunda fase, observa-se que o nobre Magistrado reconheceu a agravante da reincidência para ambas as Recorrentes, haja vista a existência de condenação com data do fato e data do trânsito em julgado anteriores ao crime apurado, agravando, corretamente, a reprimenda de cada Ré no patamar de 1/6 (um sexto).6. Na terceira e última fase, o douto Juízo a quo destacou, com acerto, a ausência de causas de aumento da pena, bem assim, ser inaplicável às Acusadas, a causa de diminuição de pena, prevista no art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006, tendo em consideração que as Rés não possuem bons antecedentes, são reincidentes e se dedicam à prática criminosa, fixando a pena concreta em 07 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo, cada dia-multa, o equivalente a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época do fato.7. Lado outro, no que tange à pena de multa, verifica-se que houve a devida proporcionalidade à pena privativa de liberdade, posto que esta última foi fixada em 07 (sete) anos de reclusão, enquanto a aquela foi estabelecida em 700 (setecentos) dias-multa. Na mesma senda, constata-se que foi devidamente considerada a condição financeira das Rés, haja vista que foi estabelecido o mínimo valor legal, qual seja, cada dia-multa sendo equivalente a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época do fato.8. Por fim, no que tange ao pedido de concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, este não pode ser analisado, uma vez que a apreciação da condição financeira de Réu apenado, para a concessão do aludido benefício, é de competência do Juízo da Execução, em razão da possibilidade de sua modificação, após a condenação.9. Apelação Criminal CONHECIDA E DESPROVIDA. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER DO RECURSO E NEGARLHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito".

11) Processo: 0634088-97.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 7ª Vara Criminal. Apelante: Maria Cristina Marques Vilar. Defensora Pública Laiane Tammy Abati. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Públio Caio Bessa Cyrino. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO TENTADO. ART. 155, CAPUT, C/C ART. 14, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. FIXAÇÃO DA PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. INVIABILIDADE. DECOTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DA PERSONALIDADE E CONDUTA SOCIAL. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. PRECEDENTES. MAUS ANTECEDENTES MANTIDOS COMO DESFAVORÁVEIS. COMPENSAÇÃO INTEGRAL ENTRE ATENUANTE DA CONFISSÃO E AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. MULTIRREINCIDÊNCIA. COMPENSAÇÃO PARCIAL. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA MAIS BRANDO. POSSIBILIDADE. VALOR ÍNFIMO DA RES FURTIVA. REPRIMENDA INFERIOR A 04 (QUATRO) ANOS DE RECLUSÃO. ENTENDIMENTO DO PRETÓRIO EXCELSO. JUSTIÇA GRATUITA. MATÉRIA DO JUÍZO DE EXECUÇÃO. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. 1. In casu, a Apelante formula diversas pretensões recursais, quais sejam: a) a fixação da pena-base no mínimo legal; b) a compensação da circunstância agravante de reincidência com a circunstância atenuante de confissão espontânea; c) o estabelecimento de regime inicial de cumprimento de pena menos gravoso; e d) a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita.2. No que se refere à dosimetria de pena atribuída à Recorrente, salienta-se que é válida a valoração negativa dos antecedentes quando o Agente possui diversas condenações transitadas em julgado, como ocorre no caso vertente. 3. Noutro giro, a circunstância judicial, relativa à personalidade do Agente, corresponde ao conjunto de suas características morais e psicológicas, adquiridas ao longo de sua vida, em razão das experiências vivenciadas. 4. Por seu turno, a conduta social é a circunstância judicial conhecida como antecedentes sociais, a qual diz respeito ao estilo de vida do Réu, perante a sociedade, sua família, ambiente de trabalho e círculo de amizades, e que não deve ser confundida com os seus antecedentes criminais.5. No caso sub examine, a insigne Magistrada de piso utilizou-se de fundamentação inidônea para avaliar como desfavoráveis as circunstâncias judiciais atinentes à personalidade e à conduta social da Acusada, tendo em vista que foram considerados os seus antecedentes criminais para valorar tais vetores, os quais, em observância ao princípio de individualização da pena, devem ser sopesados em relação aos maus antecedentes e à reincidência. Precedentes. 6. Relativamente à compensação entre a atenuante da confissão e a agravante da reincidência, na segunda fase do balizamento dosimétrico, é sabido que a multirreincidência obsta a compensação integral, sendo possível, apenas a compensação parcial, como sucedeu no presente episódio. 7. No que diz respeito ao regime inicial de cumprimento da reprimenda, cumpre admitir que os objetos do furto tentado imputado à Recorrente são de pequeno valor, qual seja, R$ 108,00 (cento e oito reais), além de serem itens alimentícios, como leite e salgadinhos. Nessa senda, a princípio, se cogitaria a incidência do princípio da insignificância no presente episódio, porém, em se tratando de Ré multirreincidente em delitos contra o patrimônio, tal benefício não é passível de ser aplicado. Todavia, o pequeno valor da res furtiva reflete no regime inicial de cumprimento de pena, devendo este ser fixado no aberto, nos termos da recente jurisprudência do Pretório Excelso, no julgamento do Habeas Corpus n.º 135.164/MT,

presente no Informativo n.º 938 daquele Sodalício. 8. Por fim, no que tange ao pedido de concessão do benefício da Justiça Gratuita, este não pode ser analisado, uma vez que a apreciação da condição financeira de Réu apenado, para a concessão do aludido benefício, é de competência do Juízo da Execução, em razão da possibilidade de sua modificação, após a condenação.9. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E, PARCIALMENTE, PROVIDA. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância ao Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER DO PRESENTE RECURSO DE APELAÇÃO E DAR-LHE, PARCIAL, PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito".

Secretaria da Primeira Câmara Criminal , em Manaus, 16 de setembro de 2019.

Mastewenwer Abreu Nery
Secretário da 1ª Câmara Criminal

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Despachos

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESPACHO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator dos autos de **Apelação Criminal nº 0641630-06.2017.8.04.0001 Manaus/AM**, em que é Apelante **Wallacy Veras Batalha,** Advogados **Ana Rita de Souza Nascimento Gonzalez (10121/AM), Naiane Pimentel de Melo (9126/AM), Pedro Morais de Brito Junior (10803/AM) e Rubemar Rocha de Lucena (11448/AM),** e é Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Fica **INTIMADO** o Apelante **Wallacy Veras Batalha,** nas pessoas de seus Advogados **Ana Rita de Souza Nascimento Gonzalez (10121/AM), Naiane Pimentel de Melo (9126/AM), Pedro Morais de Brito Junior (10803/AM) e Rubemar Rocha de Lucena (11448/AM)**, para tomar conhecimento da seguinte **DESPACHO** da lavra do **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: "*Defiro o pedido de sustentação oral formulado às fls. 47/478. Inclua-se o processo na pauta de julgamento da próxima sessão presencial*". **Pedido de Sustentação Oral**. **Sessão Ordinária de 30.09.2019, às 9h**.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Jorge Manoel Lopes Lins, Relator dos autos de **Embargos de Declaração Criminal nº 0004360-29.2019.8.04.0000 Manaus/AM**, em que é Embargante **Gustavo Gomes de Souza,** Advogado **Alessandra Gomes dos Santos (6938/AM)**, e é Embargado **Ministério Público do Estado do Amazonas,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Fica **INTIMADO** o Embargante **Gustavo Gomes de Souza** na pessoa de sua Advogada **Alessandra Gomes dos Santos (6938/AM)**, para tomar conhecimento da seguinte **DESPACHO** da lavra do **Des. Jorge Manoel Lopes Lins,** cujo teor final é o seguinte: "*Solicito a inclusão do presente processo na pauta de julgamento da próxima Sessão da Segunda Câmara Criminal*". **Sessão Ordinária Presencial em 30.09.2019, às 9h**.

Secretaria da Egrégia 2ª. Câmara Criminal, em Manaus, 16 de setembro de 2019.

(Assinatura digital)
Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4002991-29.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Guilherme Fernandes da Costa - Paciente: Wanderley Soares Vasconcelos - Impetrado: Juiza da 6ª Vara Criminal da Comarca de Manaus - Ficam INTIMADOS o Paciente Wanderley Soares Vasconcelos na pessoa de seu Advogado Guilherme Fernandes da Costa (13699/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Jorge Manoel Lopes Lins, cujo teor final é o seguinte: "Diante disso, defiro o referido pleito, homologando a desistência do presente habeas corpus, extinguindo o processo, sem resolução de mérito.". - Advs: Guilherme Fernandes da Costa (OAB: 13699/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004355-36.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Anselmo Lima de Matos Filho - Impetrante: Jorge Secaf Neto - Paciente: Joao Batista da Costa e Silva - Impetrado: Vara especializada em Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes - Ficam INTIMADOS o Paciente Anselmo Lima de Matos Filho, Joao Batista da Costa e Silva e Jorge Secaf Neto na pessoa de seu Advogado Anselmo Lima de Matos Filho (13644/AM) e Jorge Secaf Neto (1167/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE CONCESSÃO DE ORDEM LIMINAR DE SOLTURA. ". - Advs: Jorge Secaf Neto (OAB: 1167/AM) - Anselmo Lima de Matos Filho (OAB: 13644/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004450-66.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Cândido Honório Soares Ferreira Neto - Impetrante: Giselle Cristina Monteiro Ferreira - Paciente: Vanely Drumond Sardinha Coutinho - Impetrado: Juízo de Direito da 7ª Vara Criminal da Capital - Fica INTIMADA a Paciente Vanely Drumond Sardinha Coutinho na pessoa de seus Advogados Cândido Honório Soares Ferreira Neto (5199/AM) e Giselle Cristina Monteiro Ferreira (11159/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra da Relatora Doutora Onilza Abreu Gerth, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.". - Advs: Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB: 5199/AM) - Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB: 11159/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0294/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600273-17.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Gildinei Castro Santos e outro - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza. Nomeio Curador Especial, nos termos do art. 253, § 4º do N.C.P.C., para o encargo, devendo ser notificado da nomeação e para, no prazo legal, manifestar-se sobre os termos da petição inicial, no prazo de quinze (15) dias.

ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM) - Processo 0603524-04.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Fechado Jardim dos Eucaliptos - REQUERIDA: Lorena Helena Cantuária Mendes de Queiroz - José Cavalcante da Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: GRAZIELA CALVIELLI (OAB 379570/SP), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: CAYO MARCELLOS LOPES DE VASCONCELOS (OAB 8080AM) - Processo 0605624-97.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Associação Brasileira de Cirurgiões Dentistas - Secção Amazonas - REQUERIDO: Associação Brasileira de Cirirgiões Dentistas Secção Nacional - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: XIII - Intimação da parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (NCPC, art. 350), ou arguir preliminares (NCPC, art. 350/351);

ADV: FRANCISCO RODRIGO SILVA (OAB 59293/PR), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: MARCOS LARA TORTORELLO (OAB 249247/SP) - Processo 0605954-26.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Comércio e Transportes Hernandes Ltda - EMBARGADO: Palhano Fomento Mercantil Ltda - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 09:02h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO DE PINHO PEREIRA (OAB 17712/BA), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0606318-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Autcom Engenharia Ltda. - REQUERIDO: Petroleo Brasileiro S/A - Petrobras - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: Aguarde-se por 30 (trinta) dias pela comunicação do Tribunal acerca de eventual concessão de efeito suspensivo ao agravo. Depois, se não for comunicada a concessão de tal efeito, cumpra-se a decisão agravada, que mantenho. Apenas para facilitar o controle dos prazos no SAJ, INTIME-SE para mera ciência, com anotação de prazo de trinta (30) dias, não havendo, contudo necessidade de o(s) Advogado(s) responderem à intimação nem de renunciarem ao prazo a ele referente.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOAB HARDMAN FAGUNDES (OAB 8812/AM) - Processo 0609605-42.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Márcia Maria Pinheiro de Lima - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: INDEFIRO o pedido de expedição de ofícios às instituições mencionadas, pois as informações ali requestadas podem ser obtidas pelo próprio requerente junto a elas. Prossiga. Prazo: 10 dias

ADV: MARCELO MONTEIRO BONELLI BORGES (OAB 7894/RN), ADV: LAILA LACERDA DE SÁ (OAB 20664/CE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0609742-87.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: GLAUCIA GOMES SANTOS - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determinar a INTIMAÇÃO da autarquia previdenciária à manifestar-se nos autos. Prazo: 30 dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0609861-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Evaldo Pereira de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social e outros - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: Trata-se de Recurso de Apelação (NCPC, art. 1.009). Intime-se o apelado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões (NCPC, art. 1.010, § 1º). Caso o apelado apresente com suas contrarrazões recurso adesivo e/ou questões de mérito em sede de preliminar na hipótese do § 1º do art. 1.009, sem nova conclusão, devera o apelante ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso adesivo e/ou a preliminar, nos termos dos §§ 1º e 2º dos arts. 1.009 e 1.010, respectivamente. Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art.1.010 do NCPC, os autos deverão ser remetidos ao Tribunal ad quem independentemente do juízo de admissibilidade. Intime-se e cumpra-se.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0610606-96.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - EXEQUENTE: Maria Selma Farias da Cunha - EXECUTADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Na forma do artigo 513 § 2º, do NCPC, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Int.

ADV: DÉBORA KATARINNE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 9840/AM), ADV: GEANDRE ETIANNE DA SILVA FERREIRA (OAB 9994/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: SELMA MAGALHAES SANTANA (OAB 7683/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM) - Processo 0610790-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Williams Medeiros Siqueira - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Rg Assessoria e Consultoria Financeira Ltda Me - Primeiramente, vislumbro que o autor não foi intimado para apresentar réplica, motivo pelo que o intimo na oportunidade para se manifestar quanto a contestação, em 15 dias. No mais, vislumbro que a segunda ré, RG ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA -ME, foi devidamente citada mas deixou de apresentar contestação, vide fls 233. Assim, aplico-lhe os efeitos processuais da revelia previstos no art. 346, do NCPC. Deixo de aplicar os efeitos materiais da revelia, visto que a outra ré contestou a ação, fulcro no art. 345, I, do NCPC. Noutro giro, caso haja interesse em composição entre as partes,

determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: BRUNO EDUARDO THOMÉ DE SOUZA (OAB 7446/AM), ADV: REBECA VITÓRIA BRUNO MACHADO (OAB 12257/AM), ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM) - Processo 0611939-44.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Topclin Saude Ltda - REQUERIDA: Nilza Macedo Batista Neta - Francisco Romilson Lira de Carvalho - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: DAYANE RICARDO DE PAIVA (OAB 10592/AM), ADV: OSWALDO SARAIVA FERNANDES JUNIOR (OAB 22350/PA), ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM), ADV: LENINE YURI SAMPAIO GUEDES CAVALCANTE (OAB 9517/AM), ADV: WELSON FREITAS CORDEIRO (OAB 16178/PA), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0613576-98.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0608175-21.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: ROBSON KLEBER DOS SANTOS - REQUERIDO: Agripino Pinto Brelaz - De ordem, intimo a parte impugnada para se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARIA ROCHA FERNANDES (OAB 13713/AM) - Processo 0613920-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Diogo Brandão Desmareste - REQUERIDA: Rayara Kristhyna Teixeira Felizardo do Vale - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as despesas dos correios ou das diligências do Sr. Oficial de Justiça, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 13 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM) - Processo 0614735-76.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: GUILHERME PINTO SARAIVA - MARIA ALECI DE OLIVEIRA CONTREIRA SARAIVA - REQUERIDO: PRAXIS ENGENHARIA LTDA - Leonardo Bezerra de Menezes Filho - José Cavalcante da Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: XIII - Intimação da parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (NCPC, art. 350), ou arguir preliminares (NCPC, art. 350/351);

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0615252-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ednelza Cardoso Vieira dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: Trata-se de Recurso de Apelação (NCPC, art. 1.009). Intime-se o apelado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões (NCPC, art. 1.010, § 1º). Caso o apelado apresente com suas contrarrazões recurso adesivo e/ou questões de mérito em sede de preliminar na hipótese do § 1º do art. 1.009, sem nova conclusão, devera o apelante ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso adesivo e/ou a preliminar, nos termos dos §§ 1º e 2º dos arts. 1.009 e 1.010, respectivamente. Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art.1.010 do NCPC, os autos deverão ser remetidos ao Tribunal ad quem independentemente do juízo de admissibilidade. Intime-se e cumpra-se.

ADV: DANIEL DO PRADO E SOUZA (OAB 7087/AM) - Processo 0618686-73.2018.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Aquisição - REQUERENTE: Helio de Oliveira Rego Filho - REQUERIDO: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Prazo: 10 dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0620510-04.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: W. C. Pires - Wcp Confecções - Me - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0620944-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisca Plentes da Silva e outro - REQUERIDO: José Rodrigues da Silva - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Proceda-se a alteração do nome da parte passiva junto ao SAJ/PG5. Mova-se para fila de Cejusc Cível, com as devidas anotações.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0621286-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Abias Alves de Souza Filho - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: XIII - Intimação da parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (NCPC, art. 350), ou arguir preliminares (NCPC, art. 350/351);

ADV: FERNANDO FIGUEIREDO SEREJO MESTRINHO (OAB 7593/AM) - Processo 0621652-77.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: ENNIO ROBERTO DOS SANTOS NUNES - REQUERIDO: THIAGO MARINHO NEVES - T e Construcoes LTDA Epp - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via

DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0624290-15.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Omni Banco S/A - REQUERIDO: Rafael Menezes da Silva - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 13 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0624706-56.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Jose Moreira Nunes - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Prazo: 10 dias.

ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE) - Processo 0627584-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Toyolex Autos Ltda. - REQUERIDA: Luciana Maria Lima Azevedo - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Não obstante tenha sido citado(a), o(a) Requerido(a) não contestou a ação, conforme pode se verificar da certidão de fl. 124, fato este que a deixa em estado de revelia e passível da punição inserta no art. 344, do Novo Código de Processo Civil. Ora, se a afirmação do(a) Autor(a) passa a adquirir o status de verdade formal em virtude da contumácia do(a) Requerido(a), tratando-se de direito disponível e que não necessita ser provado em audiência, é perfeitamente aplicável a regra do art. 355, II, do Novo Código de Processo Civil, para que o juiz conheça diretamente o pedido. Não havendo irresignação a este talante, retornem os autos conclusos para sentença.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0628975-31.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Raimunda Matos Ferreira e outro - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: O Autor mostra o desinteresse em realizar audiência de conciliação, desta feita, percebe-se que não há o que se discutir nos autos, as partes são legítimas e estão devidamente representadas por seus procuradores. Ademais, entendo que não há necessidade de produção de novas provas. Destarte, anuncio o julgamento antecipado da lide, conforme prevê o art. 355, I do CPC/2015. Intimem-se as partes e voltem-me os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0629797-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Patricia Gonçalves da Costa Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Proceda-se a citação da parte Requerida, por meio eletrônico, como também, intimem-se as partes a respeito do Laudo Pericial, apresentado, mesma oportunidade em que deverão providenciar a apresentação de seus pareceres técnicos.

ADV: ELÓI CONTINI (OAB 1182A/AM), ADV: ELÓI CONTINI (OAB 51764/BA) - Processo 0633461-35.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ativos S.A Securizadora de Créditos Financeiros - REQUERIDO: TEPLAN CONSTRUTORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ARAN FERREIRA SANTOS - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0637566-16.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Canopus Administradora de Consórcios S/A - REQUERIDO: Jhonn Lennon Azevedo dos Santos - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Nos termos do art. 252, do NCPC, a citação por hora certa deve ocorrer apenas em caso da existência de suspeita de ocultação. Ademais, cabe ao Oficial de Justiça e não ao magistrado, verificar se existe ou não tal suspeita, o que viabiliza a citação por hora certa. Ao magistrado cumpre apenas um controle posterior da legalidade. Ainda, no caso em tela, conforme certidão 95, não parece que houve suspeita de ocultação que justificaria a citação por hora certa. Dessa maneira, indefiro o requerimento de citação por hora certa, em razão da inexistência de atribuição para sobre ele decidir, de forma direta. Entretanto, expeça-se novo mandado no endereço indicado às fls. 90.

ADV: ODEMILTON PINHEIRO MACENA JÚNIOR (OAB 7155/AM) - Processo 0637848-59.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Naya Paulain Pereira - REQUERIDA: Luciana Pereira Jinkings - José Cavalcante da Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: XIII - Intimação da parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (NCPC, art. 350), ou arguir preliminares (NCPC, art. 350/351);

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0639922-86.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Flay Azevedo de Araújo - REQUERIDA: Agnus-Dei Empreendimentos Imobiliários Ltda - ME - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0640082-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Raimunda Cristina Nunes da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do

protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0641599-20.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: José Pereira Marinho - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: Trata-se de Recurso de Apelação (NCPC, art. 1.009). Intime-se o apelado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões (NCPC, art. 1.010, § 1º). Caso o apelado apresente com suas contrarrazões recurso adesivo e/ou questões de mérito em sede de preliminar na hipótese do § 1º do art. 1.009, sem nova conclusão, devera o apelante ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso adesivo e/ou a preliminar, nos termos dos §§ 1º e 2º dos arts. 1.009 e 1.010, respectivamente. Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art.1.010 do NCPC, os autos deverão ser remetidos ao Tribunal ad quem independentemente do juízo de admissibilidade. Intime-se e cumpra-se.

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM) - Processo 0642856-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: João Bernardo Mourão Milério - Paula Rafaelle Mourão Milério - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Na mesma esteira, o art. 98 e 99 §3º, ambos do CPC, prelecionam que terá direito à gratuidade da justiça a pessoa natural ou jurídica com insuficiência de recursos e, ainda, que se presume verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. Contudo, tal presunção é relativa, que cede ante outros elementos que indiquem a capacidade financeira do requerente. Neste sentido, consolida-se a atual jurisprudência pátria sobre o tema: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INDEFERIMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE. PREPARO. NÃO RECOLHIMENTO. DESERÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. A concessão da gratuidade de justiça deve preceder a interposição do recurso para afastar a exigência de preparo. Precedentes. 2. Mesmo quando o mérito do recurso especial diga respeito ao indeferimento do pedido de justiça gratuita, considera-se o recurso deserto se interposto sem o comprovante de pagamento das custas processuais ou sem renovação do pedido de gratuidade. Precedente da Corte Especial. 3. De acordo com entendimento firmado nesta Corte, a declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário. Precedentes. 4. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "o pedido de assistência judiciária gratuita pode ser indeferido quando o magistrado tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado." (AgRg no Ag 881.512/RJ, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 18/12/2008). 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 708.431/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/10/2015, DJe 21/10/2015) (grifo nosso). Neste sentido, é dever legal da parte comprovar documentalmente a insuficiência financeira, e é dever legal do juízo, consubstanciado no art. 99, § 2º do CPC, conceder prazo para tal ato. Pois bem. Determinada a comprovação da hipossuficiência financeira, a parte autora colacionou os documentos de fls. 39/47. No caso em tela, vislumbro que a renda alegada pela autora, conforme contracheque de fl. 39 não corresponde aos gastos demonstrados no extrato de fls. 41/47 e, ainda, ao pagamento da mensalidade da escola de alto nível Lato Sensu. Ademais, verifico que há veementes indícios de ocultação de renda, pois, em rápida pesquisa às redes sociais da Sra. Paula Rafaelle Mourão Milério, verifiquei que a mesma ostenta um alto padrão de vida, bem como realiza viagens a lugares que, sabidamente, são de alto custo turístico, tal como Santiago (Chile) em 27/07/2019. No mais, registre-se que reside em Condomínio de Luxo no metro quadrado mais valorizado de Manaus, onde os imóveis mensuram em torno 600m2. A manutenção residencial, por si, já requer razoável padrão de renda. Assim, resta indubitável a capacidade financeira para arcar com as custas processuais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família. Forte nessas razões, INDEFIRO o pedido de concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, e determino que se intime a parte requerente para recolher as custas judiciais e despesas processuais, no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Cumpre salientar que é facultado à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, o que desde já DEFIRO em até 04 (quatro) parcelas, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento integral das custas ou da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos para despacho inicial para apreciação do pedido de tutela antecipada. Manaus, 13 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ANTONIO PLACIDO PINHEIRO MARTINS (OAB 13035/AM) - Processo 0642866-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gislaine Albina Meirino de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/11/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 16 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso

de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0644806-22.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Nilza Bragança Rodrigues - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0644958-70.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Manuel Filgueira de Souza - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0645055-70.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Rogerio Ferreira da Silva - Vistos, etc.. HOMOLOGO o pedido de desistência formulado às fls. 48/49, nos termos do artigo 200, parágrafo único, do Novo Código de Processo Civil, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência, EXTINGO o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do Novo Código de Processo Civil. Honorários advocatícios e custas já distribuídos pelas partes. INDEFIRO o pedido de expedição de ofício ao DETRAN, uma vez que a sua negativação não se deu por determinação deste Juízo. Após o trânsito em julgado desta, arquivem-se os autos e dê-se baixa. P. R. I.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0645206-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Adalgiza de Oliveira Monteiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 16 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0646790-41.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Luiz Elias da Silva - REQUERIDO: Jorge Lourenço de Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/11/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 16 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM) - Processo 0647885-09.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Frigorifico Vitello Ltda - Alayde Garcia Afonso - EMBARGADO: Banco Safra S/A - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Remessa à Contadoria quando necessário. Para cálculo das custas processuais iniciais.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0647897-23.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Otávio Augusto Marinho de Souza - Como é cediço, a alienação fiduciária é uma garantia atípica. O domínio se transfere desde logo para o credor, embora de caráter resolúvel. O devedor permanece na posse direta, transferindo para o credor, a instituição financeira, a posse indireta. Continua como depositário. Advindo o vencimento da obrigação, não sendo paga, o domínio resolúvel se torna definitivo. Assim, provado o inadimplemento e a mora do(a) devedor(a), conforme demonstra a notificação extrajudicial coligida aos autos, assiste ao credor perseguir a coisa através de ação de busca e apreensão, com fundamento no art. 3º, do Decreto-lei nº. 911/69. Em consequência, DEFIRO o pedido de liminar de busca e apreensão formulado pelo autor. Contudo, antes de proceder à expedição do mandado, em observância ao que dispõe a Portaria nº 116/2017, determino que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça, cujo valores estão previstos no Provimento nº 250/2015/CGJ/AM. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se mandado, consignando nele que, uma vez executada a liminar e efetuada a citação, o devedor terá o prazo de 5 (cinco) dias para efetuar o pagamento integral da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial. Não o fazendo neste prazo, ficará automaticamente consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do

credor, conforme a nova redação dada pela Lei nº 10.931/04, sendo certo que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias da execução da liminar, sob pena de revelia. Desde logo, faculto ao meirinho encarregado da diligência, proceder na conformidade do disposto no § 2º, do art. 212, do NCPC, se necessário. Em não havendo o recolhimento das custas, voltem-me os autos conclusos. Intime-se e cumpra-se.

ADV: JULIANA DA SILVA SEREJO (OAB 3922/AM) - Processo 0649415-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nonato Gabriel Figueira Silva - REQUERIDO: Jcs Junior Advogados Associados - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). No caso em tela, verifico que o requerente se identifica como bancário e, portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 04 (quatro) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int.

ADV: ISABEL DA SILVA MEDEIROS (OAB 7178/AM) - Processo 0649525-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Solange Ferreira de Souza - REQUERIDO: Cleidson Farias Carvalho - Nesse diapasão, reconheço a incompetência desta Vara Cível e de Acidentes de Trabalho para processar e julgar a presente ação, eis que declino a competência em prol das Varas de Família desta Comarca. Ao Setor de Distribuição, para que ocorra a redistribuição do feito. Int. Cumpra-se Manaus, 13 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0649610-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Anastacio Lira dos Anjos - REQUERIDO: Banco Panamericano S.a Filial - Assim sendo, ausentes os requisitos para concessão da tutela antecipada, INDEFIRO o pedido de antecipação da tutela. Outrossim, quanto à incidência das normas consumeristas ao caso em comento, necessário assentar que a relação que envolve a parte autora e a parte ré é submetida ao direito do consumidor, vez que as partes enquadram-se no conceito legal de consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2º e 3º, ambos do CDC. Não obstante, também se aplica ao caso, entre outras, as regras de direito comum, em homenagem ao chamado diálogo das fontes, nos termos do art. 7º do CDC. No mais, quanto à inversão do ônus da prova, segundo as regras ordinárias de experiência, tem-se que são verossímeis as alegações da parte requerente e essa é hipossuficiente no plano técnico e probatório para comprovar o alegado, motivos pelos quais DETERMINO que o ônus da prova seja invertido em prol da parte requerente, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC. Em termos de prosseguimento, pautando-me no princípio da celeridade processual e, considerando que a composição poderá ocorrer em qualquer momento durante o processo, mesmo extrajudicialmente, com fulcro no art. 139, II e V, deixo de pautar audiência de conciliação neste momento processual. Assim, cite-se e intime-se a parte ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos moldes do art. 335, III, e 231, III, do CPC, devendo a parte autora proceder ao recolhimento prévio das custas de postagem da carta, por meio de guia emitida pelo site do TJAM, nos termos do Provimento nº 273/2016 - CGJ/AM. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. À secretaria para: Citar e intimar a parte Ré para que apresente contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis; Após a contestação, à réplica. Após o prazo para réplica, retornem os autos conclusos para decisão interlocutória. Int.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0649718-62.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Alexandra Bentes Santos - Como é cediço, a alienação fiduciária é uma garantia atípica. O domínio se transfere desde logo para o credor, embora de caráter resolúvel. O devedor permanece na posse direta, transferindo para o credor, a instituição financeira, a posse indireta. Continua como depositário. Advindo o vencimento da obrigação, não sendo paga, o domínio resolúvel se torna definitivo. Assim, provado o inadimplemento e a mora do(a) devedor(a), conforme demonstra a notificação extrajudicial coligida aos autos, assiste ao credor perseguir a coisa através de ação de busca e apreensão, com fundamento no art. 3º, do Decreto-lei nº. 911/69. Em consequência, DEFIRO o pedido de liminar de busca e apreensão formulado pelo autor. Contudo, antes de proceder à expedição do mandado, em observância ao que dispõe a Portaria nº 116/2017, determino que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça, cujo valores estão previstos no Provimento nº 250/2015/CGJ/AM. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se mandado, consignando nele que, uma vez executada a liminar e efetuada a citação, o devedor terá o prazo de 5 (cinco) dias para efetuar o pagamento integral da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial. Não o fazendo neste prazo, ficará automaticamente consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor, conforme a nova redação dada pela Lei nº 10.931/04, sendo certo que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias da execução da liminar, sob pena de revelia. Desde logo, faculto ao meirinho encarregado da diligência, proceder na conformidade do disposto no § 2º, do art. 212, do NCPC, se necessário. Em não havendo o recolhimento das custas, voltem-me os autos conclusos. Intime-se e cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0651148-83.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO:

Erik Oliveira dos Santos - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: RONALDO SPERRY (OAB 77222/RS), ADV: RODRIGO DOS SANTOS PIRES (OAB 10113/AM), ADV: ERICK JONHSON MAIA CAVALCANTE (OAB 13480/AM) - Processo 0653064-55.2018.8.04.0001 - Monitória - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: Manoel Raimundo Cardoso da Gama - REQUERIDO: Fundação de Apoio Institucional Muraki - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 08:31h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0717081-13.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: MARIA ELIETE OLIVEIRA FONSECA - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: INDEFIRO o pedido de expedição de ofícios às instituições mencionadas, pois as informações ali requestadas podem ser obtidas pelo próprio requerente junto a elas. Prossiga. Prazo: 10 dias

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antonio Placido Pinheiro Martins (OAB 13035/AM)
Bruno Eduardo Thomé de Souza (OAB 7446/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
Cayo Marcellos Lopes de Vasconcelos (OAB 8080AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
César Augusto de Pinho Pereira (OAB 17712/BA)
Daniel do Prado e Souza (OAB 7087/AM)
Dayane Ricardo de Paiva (OAB 10592/AM)
Débora Katarinne de Souza Rodrigues (OAB 9840/AM)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elói Contini (OAB 1182A/AM)
Elói Contini (OAB 51764/BA)
Erick Jonhson Maia Cavalcante (OAB 13480/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB 7593/AM)
Francisco Rodrigo Silva (OAB 59293/PR)
Geandre Etianne da Silva Ferreira (OAB 9994/AM)
Graziela Calvielli (OAB 379570/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)
Isabel da Silva Medeiros (OAB 7178/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Joab Hardman Fagundes (OAB 8812/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Juliana da Silva Serejo (OAB 3922/AM)
Laila Lacerda de Sá (OAB 20664/CE)
Lenine Yuri Sampaio Guedes Cavalcante (OAB 9517/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcelo Monteiro Bonelli Borges (OAB 7894/RN)
Marcos Lara Tortorello (OAB 249247/SP)
Maria Rocha Fernandes (OAB 13713/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Odemilton Pinheiro Macena Júnior (OAB 7155/AM)
Oswaldo Saraiva Fernandes Junior (OAB 22350/PA)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Rebeca Vitória Bruno Machado (OAB 12257/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo dos Santos Pires (OAB 10113/AM)
Ronaldo Sperry (OAB 77222/RS)
Selma Magalhaes Santana (OAB 7683/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Welson Freitas Cordeiro (OAB 16178/PA)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0293/2019

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0602637-88.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Francisco Ritta Bernardino - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/11/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0612885-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Terezinha da Costa Correa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por

cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM) - Processo 0634219-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Martini Transportes Ltda-epp - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 25/11/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0634595-24.2019.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Edilson Cavalcante Senna - De ordem, remeto os autos para à contadoria para elaboração de cálculos de custas complementares e emissão dos respectivos boletos, devendo a parte autora proceder ao devido pagamento, independente de nova intimação. Manaus, 13 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0637859-49.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Manoel da Silva Mota Neto - De ordem, remeto os autos para à contadoria para elaboração de cálculos de custas e emissão dos boletos, conforme último parágrafo do Despacho de fls.66, devendo a parte autora proceder ao devido recolhimento, independente de nova intimação. Manaus, 13 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM) - Processo 0639353-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: J de L A Nery - Me - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: REBECCA ATHAN CASTANHO (OAB 8262/AM), ADV: LETÍCIA ALENCAR CAVALCANTE (OAB 6346/AM) - Processo 0640027-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: L2n Distribuidora de Bebidas Ltda - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FELIPE PEREIRA JUCÁ (OAB 7532/AM) - Processo 0640339-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente Aéreo - REQUERENTE: Ana Lucia Santiago Endres - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0648416-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Antonio Gomes de Morais - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de

mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Felipe Pereira Jucá (OAB 7532/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
Julie Stephane Lima Bruce (OAB 8096/AM)
Letícia Alencar Cavalcante (OAB 6346/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Rebecca Athan Castanho (OAB 8262/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0358/2019

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0220468-64.2010.8.04.0001 (001.10.220468-4) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Artur Fernandes Pinho - INTSSADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da petição e documentos trazidos pelo Requerido às fls. 314/340, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAGDA REBELO PONTES (OAB 14355/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 000.345/AM), ADV: THAÍS LOUREIRO GUERREIRO (OAB 12923/AM) - Processo 0340940-02.2007.8.04.0001 (001.07.340940-6) - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Engeco - Engenharia e Construções Ltda. - REQUERIDA: Judith Araújo Loureiro e outro - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FELIPE LUDVIG (OAB 34275/SC), ADV: ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG) - Processo 0601074-59.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Magamobi e Business S/A - Cissa Magazine - REQUERIDA: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: BRUNO DIAS PEREIRA (OAB 279506/SP), ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0607093-81.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: L. C. Pinheiro de Azevedo Com. e Rep. Ltda - REQUERIDO: Cerâmica Almeida Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente as alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0609094-68.2019.8.04.0001 - Petição Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Washington Luiz Saunier de Alcantara - REQUERIDO: Fiat Administradora de Consórcio Ltda - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0609131-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Eunice Sarah Filgueiras - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelada para que, querendo, ofereça contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: EDUARDO DI GIORGIO BECK (OAB 44311/RS) - Processo 0617300-76.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Topázio S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar nas cartas, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: EDMAR MACIEL DE OLIVEIRA (OAB 14032/AM), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: ANTÔNIO REYNALDO CAMPOS SAMPAIO (OAB 7372/AM), ADV: REBECA CRISTINA CAMPOS JATAHY (OAB 6754/AM), ADV: RENATA CAMPOS JATAHY (OAB 6753/AM) - Processo 0618120-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Valdino Pinheiro Campos - REQUERIDO: R. J. Engenharia e Comércio Ltda. - Amazonas Distribuidora de Energia S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0624622-45.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: MÁRCIA LÚCIA TURIEL HAGGE (OAB 7681/AM) - Processo 0626726-78.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Empreitada - EXEQUENTE: Júlio César Pinto de Souza - De ordem, intimo a parte embargada para se manifestar, querendo, sobre os Embargos à Execução, no prazo de 15 (quinze) dias. (art. 920, I do CPC)

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM),

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM) - Processo 0626989-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: IGOR CAMPOS CUSTODIO DA SILVA (OAB 312849/SP) - Processo 0628219-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Azul Companhia de Seguros Gerai - Assim, assino um prazo de 10 dias para que o autor promova as diligências necessárias visando a citação, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0636314-46.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Waku Sese Amazônia Restaurante Ltda-me - Francisco José Malheiros Abboud Daou e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do Ofício de fls. 166 e Petição de fls. 168/176, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0639615-64.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0641687-24.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644754-26.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Marinalva Silva dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0656229-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: L.G.C. e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: FERNANDO BRUNO ALMEIDA DE ARAÚJO (OAB 12435/AM), ADV: TAIS NAIARA SOUZA BEZERRA (OAB 12579/AM), ADV: RODRIGO CASTRO VAZ (OAB 6719/AM) - Processo 0657794-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Mútuo - REQUERENTE: Iury Lima de Oliveira - REQUERIDO: Auto Escola Gênesis - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se acerca das Guias de Recolhimento de fls. 55/60, e proceda ao recolhimento da primeira parcela das custas processuais referentes à Reconvenção interposta, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil. .

Ana Carolina Remígio de Oliveira (OAB 86844/MG)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Reynaldo Campos Sampaio (OAB 7372/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 000.345/AM)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Bruno Dias Pereira (OAB 279506/SP)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Edmar Maciel de Oliveira (OAB 14032/AM)
Eduardo Di Giorgio Beck (OAB 44311/RS)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Felipe Ludvig (OAB 34275/SC)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Bruno Almeida de Araújo (OAB 12435/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Igor Campos Custodio da Silva (OAB 312849/SP)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Magda Rebelo Pontes (OAB 14355/AM)
Márcia Lúcia Turiel Hagge (OAB 7681/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Felipe Saraiva da Silva (OAB 10242/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Rebeca Cristina Campos Jatahy (OAB 6754/AM)
Renata Campos Jatahy (OAB 6753/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Tais Naiara Souza Bezerra (OAB 12579/AM)
Thaís Loureiro Guerreiro (OAB 12923/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0359/2019

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593A/GO) - Processo 0606325-58.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Dispõe o Decreto-Lei 911/69 em seu art. 4º que: “Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor requerer, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, na forma prevista no Capítulo II do Livro II da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil”. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). No âmbito do Código de Processo Civil de 2015, tal procedimento corresponde à Execução por Quantia Certa do Capítulo IV do Livro II. Ocorre que também é facultado ao credor a possibilidade de

se utilizar da via executiva para satisfazer o seu crédito. É o que se extrai do art. 5º, caput, do Decreto-Lei 911/69: "Se o credor preferir recorrer à ação executiva, direta ou a convertida na forma do art. 4o, ou, se for o caso ao executivo fiscal, serão penhorados, a critério do autor da ação, bens do devedor quantos bastem para assegurar a execução. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)" Com efeito, o crédito resultante de financiamento concedido com garantia contratual de alienação fiduciária é exequível, razão pela qual defiro a conversão. Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0618912-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Washington Rosa Simões da Silva - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0623283-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francinete Pessoa Aguiar e outro - REQUERIDO: Alexandre Rodrigues da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0629021-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Amanda Cabeleireiros Ltda. e outro - REQUERIDO: Cielo S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593A/GO)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0360/2019

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0605224-88.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Adriane da Silva Costa - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Expeça-se alvará. Após, arquivem-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0613040-53.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADO: Luiz Washington dos Santos Brandão - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOZELÚCIA LIMA MACIEL (OAB 7160/AM), ADV: FELIPE ANTÔNIO DE CARVALHO FILHO (OAB 6454/AM), ADV: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI (OAB 45071A/RS) - Processo 0614516-29.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: R. O. dos Santos - REQUERIDO: Marcopolo S/A - INTSSADO: Instituto de Perírias da Amazônia - INPEAM - Intime-se a requerida para providenciar o adiantamento dos valores para realização da perícia. Prazo 15 dias. Intimem-se as partes para fins do art. 465, §1º.

ADV: JOÃO ROSA (OAB 17023/BA), ADV: TATIANE PEREIRA BRAGA (OAB 12267/AM) - Processo 0618734-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Robson Carvalho Ferreira - REQUERIDO: Consórcio Nacional Volkswagem Ltda. - Diante da alegação de fornecimento incompleto dos arquivos de áudio solicitados e em prestígio ao princípio da cooperação, abro o prazo de 15 (quinze) dias para que o requerido se manifeste sobre a petição e os documentos de fls. 120/140, tendo no mesmo prazo oportunidade de suprir eventual equívoco, omissão ou problema técnico de acesso aos arquivos pretendidos pelo requerente.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0631623-18.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Márcio da Silva Flores - Dispõe o Decreto-Lei 911/69 em seu art. 4º, que: "Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor requerer, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca

e apreensão em ação executiva, na forma prevista no Capítulo II do Livro II da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil". (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). No âmbito do Código de Processo Civil de 2015, tal procedimento corresponde à Execução por Quantia Certa do Capítulo IV do Livro II. Ocorre que também é facultado ao credor a possibilidade de se utilizar da via executiva para satisfazer o seu crédito. É o que se extrai do art. 5º, caput, do Decreto-Lei 911/69: "Se o credor preferir recorrer à ação executiva, direta ou a convertida na forma do art. 4o, ou, se for o caso ao executivo fiscal, serão penhorados, a critério do autor da ação, bens do devedor quantos bastem para assegurar a execução. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)" Com efeito, o crédito resultante de financiamento concedido com garantia contratual de alienação fiduciária é exequível, razão pela qual defiro a conversão. Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827, c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854, do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854, do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º, do art. 829, do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653, do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0633114-31.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Mara Núbia da Silva Louzada - REQUERIDO: SAMESP - Sociedade de Assistência Médica Especializada Ltda. (Hospital São Lucas) - LITSPASSIV: Hapvida Assistência Médica Ltda. - PERITO: Flaviano Biváqua de Araújo - Manifeste-se o senhor perito sobre a petição de fls. 322/324, esclarecendo sobre qualificação técnica para realização da presente perícia e sobre a impugnação aos honorários propostos, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0637902-83.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Hugo Sérgio Oliveira do Nascimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud e Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MICHELLE BARRONCAS MACIEL (OAB 6960/AM), ADV: DANIELLE SOUZA DE ARAÚJO (OAB 6103/AM) - Processo 0643021-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: A. C. de Araújo e Cia. Ltda. - Maria Eugênia Souza de Araújo - REQUERIDO: Amil - Assistência Médica e Odontológica - Hospital Santa Júlia Ltda. - A causa comporta julgamento conforme o estado do processo, uma vez que não existe a necessidade de se produzir prova em audiência. Intimem-se.

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0644980-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcos Matos de Oliveira - REQUERIDO: M. C. W. Construções, Comércio e Terraplanagem Ltda. - Amanda Ruiz de Souza Alecrim - Wilson Pinheiro de Souza - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0645847-24.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Alciro Jorge Oliveira Koide - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Proceda-se a baixa. Defiro o pedido, oficie-se o setor responsável para que efetue o recolhimento do mandado de busca e apreensão e citação sem cumprimento.

ADV: OCIMAR ROMMEL SOUZA CARDOSO (OAB 12323/AM), ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM) - Processo 0657337-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Auto Locadora Repal Ltda. - REQUERIDO: Servimax Serviços de Limpeza Eireli - Diante da ausência injustificada do requerente, aplico a multa prevista no art. 334, §8º, no patamar de 2% da vantagem econômica pretendida, a ser revertida em favor do Estado. Intime-se a requerida para que apresente contestação no prazo de 15 dias.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0658346-74.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Maurício Nunes de Araújo - Dispõe o Decreto-Lei 911/69 em seu art. 4º, que: "Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor requerer, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, na forma prevista no Capítulo II do Livro II da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil". (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). No âmbito do Código de Processo Civil de 2015, tal procedimento corresponde à Execução por Quantia Certa do Capítulo IV do Livro II. Ocorre que também é facultado ao credor a possibilidade de se utilizar da via executiva para satisfazer o seu crédito. É o que se extrai do art. 5º, caput, do Decreto-Lei 911/69: "Se o credor preferir recorrer à ação executiva, direta ou a convertida na forma do art. 4o, ou, se for o caso ao executivo fiscal, serão penhorados, a critério do autor da ação, bens do devedor quantos bastem para assegurar a execução. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)" Com efeito, o crédito resultante de financiamento concedido com garantia contratual de alienação fiduciária é exequível, razão pela qual defiro a conversão. Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827, c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854, do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854, do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem

como sua avaliação, tudo na forma do §1º, do art. 829, do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653, do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: KENNY MARCEL OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 7202/AM), ADV: KELSO WESLEY SOUZA DA SILVA (OAB 6200/AM), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES (OAB 1516/AM) - Processo 0700629-25.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Songila Maria Oliveira de Freitas - REQUERIDO: Oculistas Associados de Manaus Ltda. - CURADOR: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - PERITO: Rose Mary Diniz Santim - Francisco Manuel Marques Marinho - Nomeio a perita Patrícia Cabrejos para realização da perícia. Intime-se a mesma para que apresente proposta de honorários, no prazo de 5 dias. Intimem-se as partes para fins do §1º, do art. 465. Em caso de negativa da perita ou ausência de manifestação da mesma, nomeio subsidiariamente o perito Cláudio do Carmos. Devendor a secretaria refazer as intimações em seu nome.

Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Danielle Souza de Araújo (OAB 6103/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Felipe Antônio de Carvalho Filho (OAB 6454/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
João Joaquim Martinelli (OAB 45071A/RS)
João Rosa (OAB 17023/BA)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Jozelúcia Lima Maciel (OAB 7160/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Kelso Wesley Souza da Silva (OAB 6200/AM)
Kenny Marcel Oliveira dos Santos (OAB 7202/AM)
Michelle Barroncas Maciel (OAB 6960/AM)
Miquéias Matias Fernandes (OAB 1516/AM)
Ocimar Rommel Souza Cardoso (OAB 12323/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)
Tatiane Pereira Braga (OAB 12267/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0320/2019

ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM), ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP), ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0009340-18.1998.8.04.0012 (012.98.009340-3) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Adilson de Souza Silva - LITSPASSIV: Cia. Iatu Leasing Arrendamento Mercantil - REQUERIDO: Vicente de Paula Moraes - Julio Cesar Binda do Nascimento - TERCEIRO I: Setor de Distribuição da Comarca de São Paulo/SP - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - I - Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: SIMONE THALLINGER (OAB 91092/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: LAURA DRIELE GOMES MELO BARBOSA (OAB 7353/AM), ADV: LÚCIA TEREZINHA PEGAIA (OAB 88215/SP) - Processo 0600367-33.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Citibank S.A. - EXECUTADO: Odilon Jose Planca - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Compulsando os autos verifica-se ter decorrido lapso temporal considerável da última atualização de valores, desta forma, INTIME-SE a parte requerente para apresentar a planilha atualizada de débito do processo em epígrafe, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça , devidamente ATUALIZADO, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FERNANDA RIBEIRO BRANCO (OAB 126162/RJ), ADV: JÚLIA VIEIRA DE CASTRO LINS BOTELHO (OAB A1210/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM), ADV: ADEMAR FEITOZA RAMOS (OAB 1465/AM) - Processo 0609311-53.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Omar da silva oliveira junior - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Transporte Aéreo Portugal - TAP - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609518-86.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: MARILUCE DOS SANTOS LOPES - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas de endereço realizadas através dos sistemas RENAJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: RAFAEL WERNECK COTTA (OAB 167373/RJ), ADV: DIOGO CEZAR DOS SANTOS FEUSER (OAB 749A/AM), ADV: ARMANDO DE SOUZA NEGRÃO (OAB 1982/

AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 83522PR) - Processo 0610874-53.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: PPA COMERCIAL LTDA - EPP - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - INTSSADO: Companhia Mutual de Seguros - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0612075-41.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - REQUERIDO: Agnaldo Ferreira da Silva - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas de endereço realizadas através do sistema INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0618924-29.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Diones Souza de Morais - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se o Requerente para manifestar-se acerca do bloqueio NEGATIVO via sistema BACENJUD às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0619548-10.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - REQUERIDO: K. S. Rocha dos R. da Silva Me - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Compulsando os autos verifica-se ter decorrido lapso temporal considerável da última atualização de valores, desta forma, INTIME-SE a parte requerente para apresentar a planilha atualizada de débito do processo em epígrafe, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça , devidamente ATUALIZADO, no prazo de 15 (quinze) dias. II - Custas devidamente recolhidas às fls. 104/111.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0620098-73.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - REQUERIDO: Wanderson Rodrigo de Oliveira Lima - TERCEIRO I: Setor de Distribuição da Comarca de São Paulo/SP - Da análise dos autos, verifico o lapso temporal desde a última movimentação processual, razão pela qual INTIMO o Requerente, por intermédio de seu patrono, para que se manifeste nos autos acerca do cumprimento do acordo, dando prosseguimento ao feito, no prazo legal de 10 (dez) dias.

ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM), ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM), ADV: PATRÍCIA GURGEL PORTELA MENDES (OAB 5424/RN), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0621789-88.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcelo da Cunha Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0621920-68.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Arlete de Assunção - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas de endereço realizadas através dos sistemas INFOJUD e ERIDFT, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: RUY GAMA E SILVA (OAB 312A/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM) - Processo 0624500-71.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: MVT COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE LIVROS LTDA - REQUERIDO: SANTOS E SOUZA LIVRARIA LTDA - Eliel da Costa Souza - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se a parte Requerente para manifestar-se acerca da consulta realizada no SISTEMA DE INFORMAÇÕES ELEITORAIS (SIEL), com resultado NEGATIVO, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FREDERICO OLIVEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9146/AM), ADV: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH (OAB 964A/AM), ADV: LUÍS EDUARDO PEREIRA SANCHES (OAB 39162/PR) - Processo 0626217-50.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Hdi Seguros S/A - REQUERIDO: L Pinheiro Pereira Me - Larissa Pinheiro Pereira - ATO ORDINATÓRIO Diante da Certidão de f. 177, e uma vez que já consta planilha com a atualização do débito às fls. 175/176, intime-se o Exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias, em conformidade com a Decisão Interlocutória de fls. 171/172, efetue o pagamento das custas de consulta ao sistema BACENJUD (R$ 14,98 é o valor da consulta mais R$ 1,50 pela emissão do boleto, totalizando R$ 16,48), conforme Portaria nº 116/2017 - PTJ, tabela III, item 9.

ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0629835-37.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Valmir Castro de Azevedo - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação para o dia 12/11/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0630350-09.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: ANTONIO CARLOS SODRE PATRICIO - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: DAVI DE SOUZA LACERDA (OAB 14318/AM) - Processo 0634665-41.2019.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Leandro Figueiredo Silva - REQUERIDO: Odaly dos Santos Junior - Cartório do 2º Ofício de Notas de Manaus/AM - A parte autora requereu a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça. No entanto, muito embora seja essa pessoa física favorecida pela presunção relativa de hipossuficiência econômico-financeira, verifico a existência de alguns elementos nestes autos que demonstram a falta dos pressupostos legais para concessão integral do solicitado. Vejamos. I) ausência de documentação a partir da qual se possa objetivamente aferir a renda, as receitas, as posses, os gastos, como contracheque, declaração de imposto de renda dos três últimos anos, dentro outros; Por outro lado, não se pode impedir o direito de acesso à justiça por conta de obstáculos monetários, como é o caso do deferimento, ou não, da gratuidade judiciária, seja total, seja parcial. É que o autor alegou estar sem condições de arcar com o adiantamento das custas judiciais. Não obstante tais alegações, em nosso entender, no caso sub judice,

principalmente pelos elementos discriminados acima, o mais consentâneo com a distribuição da justiça é a oportunidade para que o próprio autor junte documentação favorável ao requerimento. Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, SEU PARCELAMENTO, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0635379-06.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde - EXECUTADO: Quatro D Comercio, Servicos e Empreemdimentos Em Manutencao Industrial Ltda - Me - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se o Exequente para manifestar-se acerca do bloqueio NEGATIVO via sistema BACENJUD às fls. 323/324, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0636512-83.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Arlindo M. Ishikawaa - Lilian Masako Ishikawa - Luiz Issam Ishikawa - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o complemento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0639460-95.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Heverton Fernando Silva de Oliveira - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento de fl. 117, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0644156-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Mac Empreeendimentos Imobiliarios - REQUERIDA: Maria das Gracas Andrade de Souza - José Pereira Pontes - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

Ademar Feitoza Ramos (OAB 1465/AM)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Armando de Souza Negrão (OAB 1982/AM)
Bruno Silva Navega (OAB 83522PR)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Davi de Souza Lacerda (OAB 14318/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Cezar dos Santos Feuser (OAB 749A/AM)
Fernanda Ribeiro Branco (OAB 126162/RJ)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Frederico Oliveira Albuquerque (OAB 9146/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Júlia Vieira de Castro Lins Botelho (OAB A1210/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karlla Alynne Queiroz de Souza (OAB 308881/SP)
Laura Driele Gomes Melo Barbosa (OAB 7353/AM)
Lúcia Terezinha Pegaia (OAB 88215/SP)
Luís Eduardo Pereira Sanches (OAB 39162/PR)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Patrícia Gurgel Portela Mendes (OAB 5424/RN)
Rafael Werneck Cotta (OAB 167373/RJ)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Ruy Gama e Silva (OAB 312A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Simone Thallinger (OAB 91092/SP)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (OAB 964A/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0298/2019

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0609859-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Raimunda Aldenira Lima Batista - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC) - Processo 0628422-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Andreza Patricia Soares Santiago - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0239/2019

ADV: JOÃO PEDRO DE DEUS NETO (OAB 135506/RJ), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA), ADV: NORTHON SÉRGIO LACERDA SILVA (OAB 2708/AC), ADV: EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 3185/AM), ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR) - Processo 0004514-85.1994.8.04.0012 (012.94.004514-5) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDO: Francisco Augusto Marques Garcia e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da Carta Precatória devolvida, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: WALDIR LINCOLN PEREIRA TAVARES (OAB 3998AM), ADV: LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO (OAB 222325/SP), ADV: PAULO AUGUSTO TESSER FILHO (OAB 772A/AM), ADV: LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO (OAB 760A/AM), ADV: MARLON ALEXANDRE DE SOUZA FLÔR (OAB 758A/AM), ADV: PEDRO NEVES MARX (OAB 183462/SP) - Processo 0047954-47.2006.8.04.0001 (001.06.047954-0) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Distribuidora Bringel Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0048512-58.2002.8.04.0001 (001.02.048512-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as novas custas da diligência do Oficial de Justiça "conforme feito em fls.123" e junte comprovante de recolhimento, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 002.250/AM) - Processo 0059284-66.2010.8.04.0012 (012.10.059284-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Albertina Miranda Breval - Vistos etc. Trata-se de ação de execução proposta por

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM) - Processo 0203173-48.2009.8.04.0001 (001.09.203173-1) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM), ADV: LUIZ EDUARDO LUSTOSA DE OLIVEIRA (OAB 833/AM), ADV: LUÍS EDUARDO LUSTOSA DE OLIVEIRA (OAB 000.833/AM) - Processo 0206426-78.2008.8.04.0001 (001.08.206426-2) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: João dos Santos Braga Júnior - REQUERIDO: Edmar de Tal e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM) - Processo 0207624-14.2012.8.04.0001 - Restauração de Autos - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Rosinete Pinto Machado - Vistos etc. ROSINETE PINTO MACHADO ajuizou ação de restauração dos autos em face de DIOGENES DOS SANTOS MELO e CLEOFANO CORDEIRO DE ALMEIDA, alegando, em resumo, que: Ingressou com ação de Anulação de ato jurídico cujo objeto é a anulação da alienação do imóvel realizada pelo primeiro requerido ao litisconsorte Cleofano Cordeiro de Almeida, para que a titularidade retorne ao primitivo proprietário, Sr. Pedro Lima de Oliveira, que firmou cessão de direito e obrigações à Sra. Maria das Graças Maciel da Silva, que por sua vez transferiu a posse do imóvel para a requerente. Assim, observada a cadeia dominial, pretende a autora a regularização da titularidade a partir dos sucessivos contratos de cessão de direitos e obrigações referentes ao imóvel em questão. Contudo, os autos físicos foram extraviados e não se sabe como, daí o pedido de procedência da presente restauração. Conforme documentos colacionados à inicial, consta sentença de procedência e acórdão ratificador. À fl. 74, petição da representante do espólio do litisconsorte falecido, Cleofano Cordeiro de Almeida, informando o seu falecimento com a apresentação da certidão de óbito. À fl. 146 proferi ordem para que o cartório do 1º registro de imóvel tornasse nulo todos os atos de registro posteriores à anulação do registro que configurava o Sr. Cleofano Cordeiro de Almeida o proprietário. Ordem cumprida pelo ofício de fls. 152/158. Vieram a mim. Decido. Decreto a revelia da sucessora do litisconsorte Cleofano Cordeiro de Almeida, a Sra. Bárbara Kelly Reinaldo de Souza, posto que, nos termos do art. 110 do CPC, a sucessão dar-se-á pelo espólio ou pelos sucessores da parte falecida. Pela informação de fl. 85, a revel atua como inventariante do espólio do de cujus, fato que comprova sua legitimidade para composição do polo passivo. Entretanto, nada requereu em sua manifestação, tornando por consequência verdadeiros os fatos alegados na inicial. Dito dessa maneira, julgo procedente a presente restauração dos autos declarando-os restaurados na forma da petição inicial e documentos. Tendo em vista a satisfação integral da obrigação, determino a extinção do processo e posterior baixa, com adoção das cautelas legais. Sem custas e honorários advocatícios Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO ROQUE DE ALBUQUERQUE JÚNIOR (OAB 22463/CE), ADV: FÁBIO OLIVEIRA DUTRA (OAB 292207/SP), ADV: WALDIR LUIZ BULGARELLI (OAB 217291/SP) - Processo 0210086-41.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0215794-09.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Juracy Almeida do Nascimento - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOSÉ CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 2772/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0254832-33.2008.8.04.0001 (001.08.254832-4) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Simão Gomes Bentes - REQUERIDO: Banco Brasileiro de Descontos S.A - Bradesco - Intime-se o autor, pessoalmente e via publicação, para se manifestar acerca da petição de fls. 58/59, ou demonstrar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. "

ADV: ALYSSON TOSIN (OAB 86925/MG) - Processo 0601552-96.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Recon Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HUMBERTO CHELOTTI GONÇALVES (OAB 8986/MS), ADV: ANSELMO MATEUS VEDOVATO JUNIOR (OAB 9429/MG), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0607467-97.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Tork Sul Comércio de Peças e Máquinas Ltda. - REQUERIDO: Parente Andrade Ltda - Dito desta forma, REJEITO os embargos monitórios e com fundamento do CPC, art. 487, I, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação monitória, constituindo de pleno direito o título executivo judicial, no valor de R$-1.897,93. Sobre esta verba deve incidir os juros moratórios, multa contratual e correção monetária, nos termos da cláusula 3ª do contrato de confissão de dívida de fls. 15/17, até a data do efetivo pagamento, posto se tratar de mora ex re. Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes na proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, §2º, CPC. Prejudicada a análise dos pedidos constantes da reconvenção, condeno, em razão do princípio da causalidade, a reconvinte em custas processuais da reconvenção, assim como ao pagamento de honorários de advogado, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, § 2º, CPC. Publique-se. Registre-se Intimem-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM) - Processo 0610567-65.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: BRASIL NORTE BEBIDAS LTDA - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0615957-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antônio Protásio Granja - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0617198-88.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FLÁVIA MARIANO FAÇANHA (OAB 9961/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM) - Processo 0617624-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Hellen Passos Santana - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0618519-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Oziel Candido P. - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBERTA SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 9466/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0624941-13.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bruni Construtora Ltda - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outros - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626274-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Laura Rebeca de Oliveira Guimarães - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0628767-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Lei de Imprensa - REQUERENTE: Francisco Gois de Souza - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: KAMILA SOARES AFONSO (OAB 9858/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0629727-37.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valdenor da Silva Carneiro - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0631850-71.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-

PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÍLVIA APARECIDA VERRESCHI COSTA MOTA SANTOS (OAB 157721/SP), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB A1007/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0632285-21.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Compulsando os autos verifico que a parte requerente não apresentou instrumento de mandato, mesmo sendo intimada em fls. 207. Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Dra. Silvia Ap. Verreshi Costa Mota Santos OAB/SP 157.721 para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: RAIMUNDO PAIVA DE SOUZA (OAB 2839/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM) - Processo 0635027-82.2015.8.04.0001 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - EXEQUENTE: ESPOLIO MANOEL GARRIDO/SIMONE MARIA DE CARVALHO GARRIDO E OUTRA - EXECUTADO: Fideste Com. e Rep. de Prod. Alim. LTDA./O Francês Indústria e Comércio Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA FILHO (OAB 108504/MG) - Processo 0638198-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/11/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP) - Processo 0639327-82.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Embracon Administradora de Consórcio Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0640198-78.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0640553-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/11/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM) - Processo 0640722-75.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Daniel Gabaldi Pozzetti - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/11/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM) - Processo 0640972-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Geraldo de Sousa Monteiro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/11/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0641476-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Davi Farias de Oliveira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/11/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código

de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RODRIGO P OLIVEIRA FREITAS (OAB 235676/SP), ADV: RODRIGO POZNIAK OLIVEIRA FREITAS (OAB 235676/SP) - Processo 0641732-57.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: A.D.G.C.C.A. - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0641783-68.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0641919-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - "Defiro o parcelamento das custas iniciais em 6 (seis) vezes, termos do art. 98, §6º, do CPC. Intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, recolher as custas da primeira parcela, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme o art. 290, do CPC. Cumpra-se. "

ADV: PAULO ROBERTO BRAGA BARBOSA JÚNIOR (OAB 2356/AM), ADV: LEONARDO MONTENEGRO COCENTINO (OAB 32786/PE), ADV: IGOR GOYA RAMOS (OAB 371952/SP), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM) - Processo 0642966-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Petroleo Sabba Sa - REQUERIDO: Powertech Engenharia Serviços e Locações de Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S/A - Vistos etc. Pedido de retratação da decisão interlocutória de fls.273/274 veiculada por Powertech Engenharia Serviços e Locações de Geradores de Energia Máquinas e Equipamentos S/A em face de Petróleo Sabba S.A. Sustenta a requerida que o foro da comarca do Rio de Janeiro RJ é o único competente para dirimir divergências oriundas do Termo de Compromisso celebrado entre as partes. Alega, ainda, ser patente o dano reverso à requerida e aos municípios contemplados pelo projeto de construção de unidades geradoras de energia isoladas, a medida que a ANEEL liberou as operações das unidades geradoras da requerida localizadas no município de Manicoré, a partir de 15 de agosto de 2019, sendo referida unidade geradora alimentada pelos combustíveis fornecidos pela empresa ATEM. Requer, alfim, a retratação deste Juízo para o fim de reformar integralmente a decisão de folhas 273/274, que deferiu medida liminar para impedir a requerida de contratar outra empresa, a não ser a autora, para fornecimento de combustível até o final da lide, sob pena de multa de R$ 100.000,00 (cem mil reais). Decido. Conheço do pedido de retratação sem contraditório prévio por veicular fundamentos de urgência. A documentação juntada pela requerida e os novos fatos por ela arguidos levam-me ao convencimento de que, de fato, o prejuízo suportado pelas comunidades já abastecidas pelos grupos geradores daquela é deveras maior que o periculum in mora sustentado pela autora. Explico. Decerto que há décadas as comunidades do interior do Estado são desconsideradas pelo poder público, contempladas apenas por ações pontuais e, sobremaneira, próximo às campanhas eleitorais. A iniciativa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em abrir processo licitatório para aquisição de energia elétrica e potência associada a agente vendedor nos sistemas isolados, processo vencido pela requerida, aparenta-se a mim como louvável, pois agracia com o fornecimento regular de energia elétrica a população interiorana tão esquecida. Por isso, e pelo que apontam os autos, à fl. 265, as operações dos grupos geradores de energia elétrica da requerida na comarca de Manicoré iniciaram no dia 15 de agosto de 2019, cujo funcionamento é à base de óleo díesel, combustível fornecido atualmente por empresa denominada ATEM DISTRIBUIDORA, conforme contrato entabulado entre a requerida e esta empresa. Assim, analisando detidamente a documentação apresentada pelas partes, e a necessidade de manutenção e regularidade do serviço essencial prestado pela requerida na comarca de Manicoré, vejo presente a figura do periculum in mora inverso em desfavor da comunidade assistida pelos serviços prestados pela requerida, com risco de solução de continuidade no regular fornecimento de serviços essenciais aos menos favorecidos daquela comunidade interiorana.. Em casos como o presente, em que há fortes indícios de comprometimento do pontual fornecimento de serviços básicos à população, é de decidir em prol da sociedade, vez que o dano possivelmente suportado pela coletividade é deveras maior que o eventual dano de ordem financeira da autora. No sentido: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MEDIDA CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. AÇÃO POPULAR. ABERTURA DE POÇOS ARTESIANOS.CAPTAÇÃO DE ÁGUAS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTERRUPÇÃO DO PRAZO RECURSAL. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 538, DO CPC.[...] 3. O periculum in mora inverso, a seu turno, decorre da iminente possibilidade de anulação do procedimento licitatório realizado em 1999 para a contratação de empresa especializada na abertura de poços artesianos, destinados à captação de águas profundas, necessários ao abastecimento do Município de Vinhedo, o qual poderá, inclusive, inviabilizar a prestação de serviço público indispensável à coletividade, afetando, diretamente 25% (vinte e cinco por cento) da população da referida municipalidade. 4. In casu, consoante se colhe das razões expendidas pelo MUNICÍPIO DE VALINHOS, em sede de Agravo Regimental, afigura-se a presença cumulativa dos requisitos autorizadores da concessão da tutela de urgência, a saber: (a) fumus boni iuris - em razão da plausibilidade da pretensão veiculada em sede de Recurso Especial, notadamente no que se refere à tempestividade dos Embargos Infringentes, em razão da interrupção do prazo recursal, além da violação perpetrada contra o art. 47 do CPC; e (b) periculum in mora - em razão da possibilidade iminente de execução provisória do acórdão recorrido, mediante a anulação do procedimento licitatório, realizado nos idos de 1999, o qual ensejará a "PARALIZAÇÃO TOTAL NA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE VINHEDO, AFETANDO 25% DA POPULAÇÃO MUNICIPAL FIXA, SEM CONTAR A POPULAÇÃO FLUTUANTE (...)" (fl.48) 5. Medida Cautelar procedente. (MC 17.066. Rel. Luiz Fux. Primeira Turma. Julg 1/3/2011. DJe 14/4/2011). Não pode o presente litigio existente entre a autora e a requerida afetar o contínuo fornecimento de energia elétrica às comarcas já beneficiadas pelos grupos geradores da ré. De observar, ainda, o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular, o

que no presente caso se aplica em atenção ao risco iminente de solução de continuidade no fornecimento de energia elétrica, bem essencial a uma vida digna, aos munícipes da cidade de Manicoré, acaso a requerida não consiga honrar a compra de combustível com a requerente, dada a imposição de compra na modalidade FOB, como apontam os próprios documentos juntados pela autora. A doutrina em geral afirma que a supremacia do interesse público sobre o particular consubstancia um princípio do ordenamento jurídico brasileiro, ainda que não esteja expressamente contemplado em nenhum texto normativo. Para Celso Antônio Bandeira de Mello, a prevalência dos interesses da coletividade sobre os interesses dos particulares é pressuposto lógico de qualquer ordem social estável e justifica a existência de diversas prerrogativas em favor da Administração Pública, tais como a presunção de legitimidade e a imperatividade dos atos administrativos, os prazos processuais e prescricionais diferenciados, o poder de autotutela, a natureza unilateral da atividade estatal, entre outras. (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 20). Hely Lopes Meirelles já defendia a observância obrigatória do princípio da supremacia do interesse público na interpretação do direito administrativo. Sustentava que o princípio se manifesta especialmente na posição de superioridade do poder público nas relações jurídicas mantidas com os particulares, superioridade essa justificada pela prevalência dos interesses coletivos sobre os interesses individuais. O interesse coletivo, quando conflitante com o interesse do indivíduo, deveria prevalecer. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 95). Deve ser observado tal princípio tanto no momento de elaboração da lei quanto de sua execução pela Administração Pública. Para Di Pietro, todas as normas de direito público têm a função específica de resguardar interesses públicos, mesmo que reflexamente protejam direitos individuais (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2005, p. 68-69). Decisões roborando tal entendimento: ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE GÁS. INTERRUPÇÃO POR INADIMPLEMENTO. HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GAFFRÉE E GUINTE. OFENSA AO PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO. SERVIÇO ESSENCIAL. PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 ALTERADA PELA LEI 11.960/2009. APELAÇÃO DA CEG DESPROVIDA. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO DA UNIRIO PARCIALMENTE PROVIDAS. 1. Cinge-se a discussão quanto à possibilidade de suspensão do serviço de fornecimento de gás, por inadimplemento, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, que afetaria o Hospital Universitário Gaffreé e Guinte que lá funciona. 2. É lícito à concessionária interromper o fornecimento de gás, após aviso prévio, quando o usuário permanecer inadimplente. Todavia, quando o usuário devedor for Ente público, há a impossibilidade de se proceder indiscriminadamente na suspensão do fornecimento de gás em razão do dever de preservação do próprio interesse coletivo, sob pena de atingir a prestação de serviços públicos essenciais, tais como hospitais. 3. O corte não é admissível pelo fato de ser o usuário um Ente público lato sensu, mas em razão da essencialidade da atividade exercida pelo mesmo - repisa-se, trata-se, de um hospital - que não pode ser interrompida em razão do Princípio da Supremacia do Interesse Público. 4. O índice aplicado ao valor cobrado pela CEG, deve observar o disposto no art. 1º, F, da Lei 9.494/97, qual seja, a incidência única, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. 5. Apelação da CEG desprovida. Remessa Necessária e Apelação da UNIRIO parcialmente providas. (TRF-2-AC 20091010059168. Rel, Des.Fed. Guilherme Diefenthaeler. Julg 8/10/2014. Oitava Turma. Pub 15/10/2014). O Tribunal de Justiça do Amazonas segue o mesmo pensar quanto à precedência do interesse público sobre o privado: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO. POSSIBILIDADE DE USUFRUIR DOS BENS INERENTES À EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO CONCEDIDO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. - As demandas possessórias, enquanto instrumentos utilizados para defesa da posse, encontram amparo na constatação de uma situação fática preexistente, na qual alguém sofre uma agressão capaz de privar ou limitar a utilização da coisa por parte do possuidor. Não há discussão quanto ao domínio do bem, sendo certo que tal matéria é inerente às demandas petitórias - A partir da concessão do serviço, enquanto o acordo de vontades entre a Administração Pública e um particular, pelo qual a primeira transfere ao segundo a execução de um serviço público, para que este o exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco, mediante tarifa paga pelo usuário, há a formação de uma unidade patrimonial entre o concedente e a concessionária - Diante de tal transferência para a concessionária, em função do acordo entabulado com a Administração, deve-se reconhecer o exercício da posse justa do bem discutido nos autos, não havendo qualquer possibilidade de ingerência particular em tal aspecto, uma vez que aplicável ao caso as normas princípio da supremacia do interesse público e de sua indisponibilidade por parte da administração. A simples contratação com o Município, em regime legal de concessão pública, é juridicamente suficiente para determinar que a posse do bem seja reconhecida em favor da pessoa jurídica que presta o serviço, o que, em verdade, decorre do dever legal instituído para a concessionária de zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como assegurá-los adequadamente (art. 31, VII da Lei nº. 8.987/95) Essa é a tese jurídica aplicável à circunstância fática trazida nos autos - Ademais, como bem fundamentado pelo Juízo a quo, “a posse da autora é facilmente atestada a partir dos argumentos da exordial e dos documentos que a lastreiam, visto que a empresa autora é concessionária de serviço público de abastecimento de água e esgoto da cidade de Manaus, conforme Contrato de Concessão, devendo, por seu turno, prestá-lo de modo a atender as necessidade de interesse público, correspondendo à qualidade, eficiência e segurança (Cláusulas 2.ª, 2.1 e 13.ª, 13.1, I, 13.2)” - Destaca-se, que o bem público não viabiliza direito ao seu invasor, uma vez que não comporta reconhecer direito não previsto em lei e em detrimento do interesse público - Sentença mantida - Recurso conhecido e não provido. (TJAM AC 06399051620168040001 AM 0639905-16.2016.8.04.0001. Rel. Des. Anselmo Chixaro. Julg 29/4/2019. Primeira Câmara Cível. Pub 30/4/2019) AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRELIMINAR. INTIMAÇÃO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. MÉRITO. DIREITO DE GREVE. ILEGALIDADE. SERVIÇO ESSENCIAL. SERVIDORES DA SAÚDE PÚBLICA. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ILEGALIDADE DECLARADA. I Inexistência de nulidade processual, na medida em que mandado de intimação foi realizado conforme o endereço juntado nos autos, vindo posterior mudança de endereço sem comunicação ao juízo; ademais, é dever das partes informar sobre a mudança de endereço, a teor do art. 77, V, do Código de Processo Civil. II O Supremo Tribunal Federal já decidiu que nos casos de servidores públicos que atuam nas áreas de serviços essenciais, imprescindíveis a preservação da ordem pública, a administração da justiça e a saúde, não possuem direito a greve, para que não haja prejuízo a sociedade e ao poder público. Precedentes jurisprudenciais. III Confirmação da tutela, descontos dos dias não trabalhados dos agentes que deixaram de exercer suas funções laborativas em decorrência da greve. IV Pedido de declaração da ilegalidade da greve julgado procedente.(TJAM ACP 40042136620188040000 AM 4004213-66.2018. Rel. Des. Nélia Caminha Jorge. Julg. 30/5/2019. Terc. Câm. Cível. Pub 30/5/2019). D’outra banda, considerando a validade do contrato entabulado entre a requerida e a empresa ATEM DISTRIBUIDORA, entendo que se revelaria verdadeira invasão na esfera patrimonial de pessoa estranha à lide e o peremptório rompimento do contrato entre esta e a requerida. Julgado: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE REGISTRO DE TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO. TUTELA DE URGÊNCIA. IREVERSSIBILIDADE DA MEDIDA. PERICULUM IN MORA INVERSO. 1 A concessão de tutela de urgência decorre do poder geral de cautela juiz, somente sendo passível de reforma ou cassação quando a parte recorrente demonstrar o abuso de poder, ou a ilegalidade do pronunciamento, ou, ainda, quando esta afigurar-se teratológica, o que não ocorre na espécie. 2. No caso em exame há, em verdade, periculum in mora inverso, diante do grave risco de irreversibilidade da medida postulada, pois implica

necessariamente na invasão da esfera jurídica e patrimonial de pessoa que sequer integra a relação processual, razão pela qual se mostra acertada a decisão agravada. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. (TJGO AI 02719270420188090000. Rel José Caros de Oliveira. Julg 22/3/2019. Terceira Câm Cível. Publ 22/3/2019). Sob essa análise, considerando os danos irreversíveis que poderão advir àquela população interiorana, com eventual interrupção de fornecimento de energia elétrica, em juízo de retratação, reformo integralmente a decisão de folhas 273/274 que deferiu medida liminar para impedir a requerida de contratar outra empresa que não a autora, para fornecimento de combustível até o final da lide. Providencie-se, urgente, mandado e intimações necessários. Remetam-se, após cumprimento, os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação. Cumpra-se.

ADV: SIDDHARTA GAUTAMA DE ALMEIDA ANTONY (OAB 3962/AM) - Processo 0644297-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Claudionice Pereira da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/11/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0645032-95.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Vistos etc. Os autos ficaram paralisados em cartório por falta de interesse do autor, razão pela qual foi determinada a sua intimação para manifestar interesse no feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção (fl. 57). Embora devidamente intimado (fl. 62), o autor não se manifestou no referido prazo. Decido. Está claro nos presentes autos o abandono da causa pelo requerente, que, mesmo após sua intimação para manifestar interesse no feito sob pena de extinção, manteve-se silente. Isto posto, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: ESTEVAN NOGUEIRA PEGORARO (OAB 246004/SP), ADV: PAULO AMARAL AMORIM (OAB 216241/SP), ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: ELOADIR AFONSO REIS BRASIL (OAB 4093/AM), ADV: ERIKA SEFFAIR RIKER (OAB 7735/AM) - Processo 0708284-48.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Juros de Mora - Legais / Contratuais - REQUERENTE: Cassiano Cirilo Anunciaçao - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0712638-19.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: RODRIGO VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 6669/AM), ADV: NAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 7782/AM) - Processo 0716547-69.2012.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: MARIA DO PERPETUO SOCORRO DUARTE PIRES - REQUERIDO: RODRIGO VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO - Assim, diante da completa ausência de provas da posse, do dano e do nexo de causalidade com a conduta do réu, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pela autora e extingo o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a autora ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, dos quais está temporariamente dispensada diante da justiça gratuita já deferida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Alysson Tosin (OAB 86925/MG)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Anselmo Mateus Vedovato Junior (OAB 9429/MG)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Antônio Roque de Albuquerque Júnior (OAB 22463/CE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Alberto Miro da Silva Filho (OAB 108504/MG)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB 10396/PA)
Edmilson Almeida de Oliveira (OAB 3185/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Eloadir Afonso Reis Brasil (OAB 4093/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Erika Seffair Riker (OAB 7735/AM)
Estevan Nogueira Pegoraro (OAB 246004/SP)
Fábio Oliveira Dutra (OAB 292207/SP)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Mariano Façanha (OAB 9961/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Humberto Chelotti Gonçalves (OAB 8986/MS)
Igor Goya Ramos (OAB 371952/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Joany Sillas Pereira (OAB 9646/AM)
João Pedro de Deus Neto (OAB 135506/RJ)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José Carlos Pereira de Oliveira (OAB 2772/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
KAMILA SOARES AFONSO (OAB 9858/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
LEONARDO MONTENEGRO COCENTINO (OAB 32786/PE)
Lourenço de Almeida Prado (OAB 222325/SP)
Lourenço de Almeida Prado (OAB 760A/AM)
Luís Eduardo Lustosa de Oliveira (OAB 000.833/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira (OAB 833/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB A1007/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 002.250/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Marlon Alexandre de Souza Flôr (OAB 758A/AM)

Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Nayanne Pires César (OAB 7782/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Northon Sérgio Lacerda Silva (OAB 2708/AC)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Paulo Amaral Amorim (OAB 216241/SP)
Paulo Augusto Tesser Filho (OAB 772A/AM)
Paulo Roberto Braga Barbosa Júnior (OAB 2356/AM)
Pedro Neves Marx (OAB 183462/SP)
Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB 1588/RR)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Raimundo Paiva de Souza (OAB 2839/AM)
Roberta Souza de Oliveira (OAB 9466/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo P Oliveira Freitas (OAB 235676/SP)
Rodrigo Pozniak Oliveira Freitas (OAB 235676/SP)
Rodrigo Vasconcelos Pires de Carvalho (OAB 6669/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Siddharta Gautama de Almeida Antony (OAB 3962/AM)
Sílvia Aparecida Verreschi Costa Mota Santos (OAB 157721/SP)
Waldir Lincoln Pereira Tavares (OAB 3998AM)
Waldir Luiz Bulgarelli (OAB 217291/SP)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0240/2019

ADV: PAULO FRANCISCO BEZERRA (OAB 2544/AM), ADV: JAIME AUGUSTO FREIRE DE CARVALHO MARQUES (OAB 9446/BA), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 9455/PA) - Processo 0201664-82.2009.8.04.0001 (001.09.201664-3) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Julie Vitória Garcia de Lima Melo - Keila Freire dos Santos e outro - REQUERIDO: Paulo Sérgio Maia - Mapfre Seguros - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM) - Processo 0203495-68.2009.8.04.0001 (001.09.203495-1) - Monitória - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Vistos etc. Devidamente citado à fl. 170, o requerido não apresentou qualquer manifestação, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, de modo que converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Intime-se o autor para juntada de cálculo atualizado do valor. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DOLORES GARCIA RODRIGUES (OAB 1027/AM), ADV: FELIPE GUSTAVO DE AVILA CARREIRO (OAB 27333/DF), ADV: CATARINA BARROS DE AGUIAR ARAÚJO (OAB 20526/DF) - Processo 0208649-67.2009.8.04.0001 (001.09.208649-8) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Senai - Servico Nacional de Aprend. Ind. - Depart. Nacional - REQUERIDA: Águas do Amazonas S.A e outro - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: ALESSANDRO SILVA RIBEIRO (OAB 6854/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0210911-82.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 642/AM), ADV: FELIPE GUSTAVO DE AVILA CARREIRO (OAB 27333/DF), ADV: FERNANDO SUCUPIRA MORENO (OAB 22425/DF), ADV: MÁRCIO BRUNO SOUSA ELIAS (OAB 12533/DF) - Processo 0232493-46.2009.8.04.0001 (001.09.232493-3) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Senai - Servico Nacional de Aprend. Ind. - Depart. Nacional - REQUERIDO: Águas do Amazonas S/A - DENUNCIADO: Servico Social do Comercio - Sesc - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: MARCUS VINÍCIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA (OAB 2520/AM) - Processo 0237329-13.2019.8.04.0001 (processo principal 0638351-80.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: VMS Amore EPP - Assim, ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, EXTINGO o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC, e determino o translado das peças juntadas nestes autos para o processo principal. Sem honorários e custas, diante da falta de causalidade e da gratuidade da justiça que defiro para este ato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se. Manaus, 13 de setembro de 2019.

ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0241541-29.2009.8.04.0001 (001.09.241541-6) - Depósito - Depósito - REQUERENTE: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ) - Processo 0250955-17.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Itau S/A - Vistos etc. Proposta em outubro de 2010, sequer foi citado o requerido, por negligência do autor que, intimado para buscar todos os meios a fim de encontrar o executado, manteve-se inerte. Decido. Pergunto: o que fazer? Pedir por favor? Rogar pelo atendimento do comando judicial,

colaborando com o andamento do processo? Ou, como em Bandeira, tocar um tango argentino? O certo é que a sociedade cobra do judiciário e os órgãos de controle estabelecem metas para acelerar o andamento processual. O processo tem mais de 8 anos e sequer o réu foi citado por desídia do autor, merecendo extinção. Está claro nos presentes autos o abandono da causa pelo requerente, que, mesmo após sua intimação para manifestar interesse no feito sob pena de extinção, manteve-se silente. Isto posto, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM), ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM) - Processo 0602666-46.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: MANOEL LÁZARO SILVA DOS SANTOS - REQUERIDO: BANCO J. SAFRA SA - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BRAGA PINHEIRO (OAB 5853/AM), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: BRUNO DE OLIVEIRA POLONI (OAB 351064/SP), ADV: RODOLFO BARBOSA DA COSTA (OAB 244022/SP) - Processo 0604885-32.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.V. FINANCEIRA S.A. C.F.I., e outro - REQUERIDO: JOAQUIM SIQUEIRA FROES - Vistos etc. Os embargos de declaração constituem recurso de integração, uma vez que sua finalidade é a adequação da decisão ou sentença, suprindo omissões, expurgando contradições e esclarecendo obscuridades, ao teor do disposto no artigo 1.022 do Código de Processo Civil. O pretenso vício apontado por ambas as partes (fls. 69/76 e 77/79) não merece guarida. Explico. Da extinção do processo por abandono. Apesar de intimada a cumprir a diligência que lhe competia, conforme certidão de fl. 63, a requerente restou inerte, apesar de devidamente intimada. Da gratuidade da justiça concedida à requerente por ocasião da extinção do processo. Malgrado não tenha formulado pedido nesse sentido, entende este juízo que a concessão da gratuidade em favor da instituição financeira, tão somente nesse ponto, justifica-se pelo entendimento que o processo não pode resultar em prejuízo àquele que tinha razão para instaurá-lo. Assim, pelo contexto processual, tem-se que a parte requerida devedora, a despeito de ciente da sua obrigação no pagamento de sua contraprestação, ou na restituição do veículo ao proprietário fiduciário, preferiu o inadimplemento. Não pode beneficiar-se de sua própria torpeza, isso porque o judiciário não é instrumento de tutela de enriquecimento ilícito, tampouco meio de burlar os contratos firmados sob o manto da voluntariedade, os quais devem ser cumpridos fielmente. Assim, verifico que os embargos de declaração opostos por ambas as partes, traduzem verdadeira irresignação a ser manifesta em recurso próprio, motivo porquanto julgo-os improcedentes. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THEREZINHA DE JESUS DA COSTA WINKLER (OAB 25730/SP) - Processo 0606094-65.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Duplicata - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - Vistos etc. Os autos ficaram paralisados desde outubro de 2018 em cartório por falta de interesse do autor. Foi intimado por ato ordinatório para recolher os emolumentos do oficial de justiça, a fim de prosseguir com a execução (fl. 69), no entanto, manteve-se inerte. Com isso, foi determinada a sua intimação pessoal para manifestar interesse no feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção (fl. 73). Embora devidamente intimado (fls. 76-77) , o autor não se manifestou no referido prazo (fl. 78). Decido. Está claro nos presentes autos o abandono da causa pelo requerente, que, mesmo após sua intimação para manifestar interesse no feito sob pena de extinção, manteve-se silente. Isto posto, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM), ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0609643-83.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: TEÓFILO LOURENÇO DA SILVA e outro - REQUERIDO: API SPE 10 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (PDG E ALIANÇA) - CONSTRUTORA ALIANÇA LTDA - Vistos etc. Intimem-se as partes para que digam, no prazo de 15 (quinze) dias, se há interesse em audiência de instrução e julgamento, justificando sua utilidade ao processo. Em caso negativo e dentro do mesmo prazo, que especifiquem as provas que pretendem produzir ou requeiram o que entenderem de direito. Cumpra-se.

ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0609760-45.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: DYEGGO FRANCOIS SAIF NASCIMENTO - REQUERIDO: Banco Itau S/A - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: TOMÉ LEÃO DE CARVALHO GAMA (OAB 25486A/PA), ADV: TOMÉ RODRIGUES LEÃO DE CARVALHO GAMA (OAB 7312/AL), ADV: CARLO ANDRÉ DE MELLO QUEIROZ (OAB 6047/AL) - Processo 0611175-24.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Cia de Credito Financiamento e Investimento Rci Brasil - Vistos etc. Os autos ficaram paralisados em cartório por falta de interesse do autor, o qual requereu uma diligência e, ao ser intimado para recolher as custas do processamento eletrônico, manteve-se inerte. Com isso, foi determinada sua intimação pessoal para manifestar interesse no prosseguimento do feito (fl. 121). Embora devidamente intimado, o autor não se manifestou no referido prazo (fls. 124-126). Decido. Está claro nos presentes autos o abandono da causa pelo requerente, que, mesmo após sua intimação para manifestar interesse no feito sob pena de extinção, manteve-se silente. Isto posto, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0613045-46.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: ANA PAULA SANTAREM DE FIGUEIREDO - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Dito isso, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pela autora e declaro extinto o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: a) declarar a legalidade da capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano prevista no contrato revisado, conforme REsp. nº 973.827/RS, bem como as Súmulas 539 e 541 do STJ; b) afastar a tese de adimplemento substancial por restar quantia considerável pendente de pagamento; c) condenar a autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa, dos quais está temporariamente dispensando diante da justiça gratuita deferida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM), ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ) - Processo 0614324-67.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Assim, extingo os autos sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, das quais está isento diante da justiça gratuita que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: JULLIANA BARROS SOUZA (OAB 11843/AM) - Processo 0618142-51.2019.8.04.0001 - Insolvência Requerida pelo Devedor ou pelo Espólio - Autofalência - REQUERENTE: Cleomar Santana - Vistos etc. Trata-se de declaração de insolvência. Em decisão (fl. 20), o autor foi intimado para emendar a inicial, melhor instruindo-a, pois esta deve seguir os moldes do CPC de 73, uma vez que não existe lei para tratar especificamente do assunto. Devidamente intimado (fls 21-23), o autor se manteve inerte. É o relatório. Decido. O caso dos autos é de indeferimento da inicial, com base nos arts. 319, 320 e 321 do CPC, nos termos que passo a expor. Os artigos 319 e 320 do CPC, informam que a inicial indicará documentos indispensáveis à propositura da ação, para demonstrar a veracidade dos fatos narrados. Na falta deles, o juiz pode intimar o autor para emendar a inicial. Foi concedido o prazo para a retificação devida, sem que o autor tomasse as medidas de seu dever, juntando os documentos necessários, sendo forçoso o indeferimento da inicial, no molde do art. 321. Dito desta forma, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I, do CPC, em razão do indeferimento da inicial. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da justiça gratuita que ora defiro. Após o transcurso do prazo recursal, não havendo manifestação da pare, determino a imediata baixa do presente feito e arquivamento dos autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: PAULO HENRIQUE DE ARAÚJO (OAB 142987/MG) - Processo 0618252-60.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: VENTURA MAR IINDUSTRIA E COMERCIO DE EMBARÇÕES LTDA. - Vistos etc. Trata-se de execução de título extrajudicial proposta em 2013, e, até a presente sentença, não houve a citação do executado. Em 2017, o exequente foi intimado para regularizar sua representação processual, visto que seus antigos patronos renunciaram o mandato. Depois de meses, juntou apenas a procuração, mas não promoveu o prosseguimento do feito para a citação do réu. Em 2018, foi intimado novamente para promover a citação do requerido e este juízo teve como resposta somente uma petição genérica do seu patrono. Em 2019, foi convidado, mais uma vez, para manifestar interesse no prosseguimento de sua própria ação, buscando ao menos citar o executado, no entanto, o AR veio negativo. Decido. Está clara nos presentes autos a inércia do exequente que, mesmo após intimação para manifestar interesse no feito, nada promoveu, deixando os autos paralisados. O impulso oficial existe e é contemplado como relevante princípio (o inquisitivo) no CPC. Porém, cabe à parte autora manter o juízo informado de seu interesse em medidas/diligências específicas, impulsionando o processo, ao revés de deixá-lo parado até ser intimado para promover andamento, juntando, após, mera petição genérica de prosseguimento. Em andamento já há 6 anos, o requerente sequer promoveu a citação do réu, condição indispensável ao desenvolvimento válido e regular do processo. O exequente foi intimado 3 vezes para realizar diligências de seu interesse, bem como promover o andamento da execução. Entendo que os incisos I e II do art. 485 do CPC, que tratam, basicamente, da inércia das partes como causa de extinção processual, devem ser interpretados de maneira individualizada e concreta. Explico. Não é porque a última movimentação processual foi promovida pelo autor que não há abandono. Da mesma forma, como considerar um pedido de prosseguimento processual genérico, sem qualquer especificação e somente após a intimação do juízo, como um ato demonstrativo de interesse real da parte? Sabe-se que o Judiciário, como um todo, enfrenta problemas estruturais sérios, com um número de processos extremamente elevado e escassos recursos. Agrava ainda mais a situação quando as partes não cuidam de seus interesses processuais, abandonando os autos, tomando o tempo de processos ativos, com interesses claros e contemporâneos em discussão. Por fim, a citação é pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo e sua falta é causa de extinção do processo sem resolução de mérito, como dispõe o CPC 485, IV. Assim, determino a extinção dos autos sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, das quais está isento diante da justiça gratuita que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM), ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM) - Processo 0618369-17.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Eduardo César Guiraldelli - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Dito isso, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pela autora e declaro extinto o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: a) declarar a legalidade da correção monetária; capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano, conforme REsp. nº 973.827/RS, bem como as Súmulas 539 e 541 do STJ; juros remuneratórios, juros moratórios e multa contratual, nos termos das Súmulas 379, 472 e 596 do STJ e Súmula Vinculante nº 7; c) condenar o autor ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa, dos quais está temporariamente dispensando diante da justiça gratuita deferida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: DÉBORA SALGUEIRO DE MENEZES (OAB 12200/AM) - Processo 0623890-64.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Condomínio Residencial Edifício Rembrandt - REQUERIDO: Grupo Rede Calderaro de Comunicação - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0624472-64.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0628182-92.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condominio Amazonas - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0628284-17.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condominio Amazonas - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM), ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM) - Processo 0629684-76.2013.8.04.0001 - Monitória - Cheque - EXEQUENTE: M2X Participações Ltda. - EXECUTADO: Adriano Fadoul de Souza - Dito desta forma, REJEITO os embargos e, com fundamento no CPC, art. 487, I, JULGO PROCEDENTE a ação monitória, constituindo de pleno direito o título executivo judicial, no valor da cártula, R$-5.857,80 (cinco mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos). Sobre esta verba, apliquem-se juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a contar da data em que se deu a citação inicial e correção monetária a partir da data da emissão do título, conforme art. 405 e 406 do Código Civil. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, §2º, CPC. Publique-se. Registre-se Intimem-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: GLENDA JANAÍNA DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 8979/AM), ADV: CRISTIANE ROSEIRO PEREZ FORTES (OAB 4151/AM) - Processo 0634466-29.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: JOSE ARIMATEIA PENHA DAS CHAGAS - REQUERIDO: Porto Seguro Cia de Seguro Gerais e outro - Dito isso, julgo procedentes os pedidos formulados pelo autor e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, CPC, para: a) condenar a ré ao pagamento de R$-33.531,56 (trinta e três mil, quinhentos e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos), correspondente ao valor remanescente da indenização devida, com juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC, a contar do evento danoso e cujo valor total deve ser apresentado pelo autor em cumprimento de sentença; b) condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), quantia que considero equivalente e suficiente para reparar o dano sofrido pelo demandante e punir o demandado por sua conduta antijurídica. Sobre o valor incidirão correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% a partir da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ. d) condenar a ré ao pagamento de custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: JOÃO GILSON PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (OAB 7675/AM), ADV: TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS (OAB 182694/SP), ADV: ANDRÉ OLIVEIRA DA SOLEDADE (OAB 8013/AM), ADV: BRUNO MARQUES DA SILVA (OAB 8010/AM) - Processo 0636748-40.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: CAMILA FREITAS ALENCAR MARQUES DA SILVA - REQUERIDO: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Dito isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados pela autora e extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: a) declarar a legalidade da capitalização de juros, conforme REsp. nº 973.827/RS, bem como as Súmulas 539 e 541 do STJ; b) declarar a nulidade das seguintes parcelas inseridas no contrato de financiamento revisado: 1) correção monetária com incidência de Taxa Referencial (TR); e 2) juros moratórios e multa contratual, nos termos das Súmulas 30, 294, 296 e 472 do STJ; c) condenar o requerido à devolução do indébito referente às parcelas declaradas nulas no item “b” deste dispositivo, com juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC, a partir da data do contrato, nos termos do art. 42, parágrafo único, CDC; d) deferir a compensação de eventual saldo devedor do contrato revisado com os valores a serem restituídos pela cobrança de encargos abusivos; e) determinar a intimação das partes para que informem, no prazo de 15 dias, a situação atual do contrato, indicando o montante de eventual saldo devedor ou se houve a sua quitação integral; Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0643390-19.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Determino o imediato recolhimento do mandado expedido à fl. 55. Caso tenha sido cumprido, determino, desde já, a expedição de mandado de restituição em favor do requerido, sem custas. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0646107-04.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: MARCIO LOSSO DE SENNA (OAB 132931/RJ), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: MARCIO LOSSO DE SENNA (OAB 132931/RJ), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0651526-39.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - REQUERIDO: Medclass Administradora de Beneficios - Dito desta forma, REJEITO os embargos e, com fundamento no CPC, art. 487, I, JULGO PROCEDENTE esta ação monitória, constituindo de pleno direito o título executivo judicial, no valor de R$-1.973.107,96 acrescido das parcelas que se venceram no curso da lide, na forma do art. 323, CPC. Sobre esta verba, apliquem-se juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a contar da data em que se deu a citação inicial e correção monetária a partir da data da emissão dos títulos, conforme art. 405 e 406 do Diploma Civil. Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes à proporção de 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa, na forma do art. 85, §2º, CPC. Publique-se. Registre-se Intimem-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0661680-19.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio em Edifício - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC, podendo as partes solicitarem o desarquivamento a qualquer tempo em caso de não cumprimento do acordo. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0713817-85.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Credifibra S.A - Crédito, Financiamento e Investimento - Dado o total abandono da causa, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC. Proceda-se o imediato desbloqueio de eventuais constrições em nome do requerido, sem custas. Custas pelo autor, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 4193/AC), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0714320-09.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito Financiamentos e Investimentos S/A - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: JOÃO ROAS DA SILVA (OAB 98981/MG) - Processo 0719147-63.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marcos Aurélio Martorelli - REQUERIDO: Banco Intermedium S.AINTERMEDIUM S/A e outro - Dito isso, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo autor e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: a) condenar os réus a devolverem R$-9.489,36 (nove mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos) ao autor, referentes ao valor do investimento, com juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC, a contar do evento danoso, cujo valor total e atualizado deve ser apresentado pelo autor em cumprimento de sentença. b) condenar os réus ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$-30.000,00 (trinta mil reais), com correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% a partir da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ; d) condenar os réus ao pagamento de custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

Alessandro Silva Ribeiro (OAB 6854/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
André Oliveira da Soledade (OAB 8013/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno de Oliveira Poloni (OAB 351064/SP)
Bruno Marques da Silva (OAB 8010/AM)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Carlo André de Mello Queiroz (OAB 6047/AL)
Carlos Abener de Oliveira Rodrigues (OAB 642/AM)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Catarina Barros de Aguiar Araújo (OAB 20526/DF)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiane Roseiro Perez Fortes (OAB 4151/AM)
Débora Salgueiro de Menezes (OAB 12200/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Dolores Garcia Rodrigues (OAB 1027/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Felipe Gustavo de Avila Carreiro (OAB 27333/DF)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Fernando Sucupira Moreno (OAB 22425/DF)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Germana Vieira do Valle (OAB 128579/RJ)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 4193/AC)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Glenda Janaína de Souza Oliveira (OAB 8979/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB 9446/BA)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
João Gilson Pereira da Silva Júnior (OAB 7675/AM)
João Roas da Silva (OAB 98981/MG)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 9455/PA)
Julliana Barros Souza (OAB 11843/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Márcio Bruno Sousa Elias (OAB 12533/DF)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Marcio Losso de Senna (OAB 132931/RJ)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Marcus Vinícius Cavalcanti Albano de Souza (OAB 2520/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Francisco Bezerra (OAB 2544/AM)
Paulo Henrique de Araújo (OAB 142987/MG)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Braga Pinheiro (OAB 5853/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodolfo Barbosa da Costa (OAB 244022/SP)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB 182694/SP)
Therezinha de Jesus da Costa Winkler (OAB 25730/SP)
Tomé Leão de Carvalho Gama (OAB 25486A/PA)
Tomé Rodrigues Leão de Carvalho Gama (OAB 7312/AL)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0241/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0023321-11.2002.8.04.0001 (001.02.023321-4) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Chamo o processo à ordem. O processo está há mais de anos pendente de citação, apesar dos esforços já despendidos para concretização do ato, indispensável para seu válido e regular desenvolvimento. Defiro a realização de consultas por endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo, através de Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: INGRID JULIANA DA SILVA BALBI (OAB 12798/AM) - Processo 0237994-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Julio Cesar Rodrigues Lopes - Vistos etc. Ante a ausência de divergência entre as partes acerca dos cálculos correspondentes ao crédito devido, homologo os cálculos de fls. 187/194 apresentados pelo INSS. Determino a expedição de RPV, no valor de R$-36.446,78, em nome do exequente. Efetuado o pagamento, expeça-se o alvará para levantamento em nome do exequente e arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA (OAB 4896/AM), ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM), ADV: THIAGO AUGUSTO CAMPOS TIROLLI (OAB 7730/AM) - Processo 0250415-32.2011.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Haas Piscinas - Amazonas Comércio de Piscinas Ltda. - REQUERIDO: Josafa Moreira da Silva - Vistos etc. Trata-se de execução de honorários sucumbenciais. Por primeiro, intime-se o executado/requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, indicar a medida pretendida. Cumpra-se.

ADV: IUARLEY DA SILVA FONSECA (OAB 10548/AM) - Processo 0602595-45.2018.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marcela Kitginge de Oliveira - O processo ainda está pendente de citação, apesar dos esforços já despendidos para concretização do ato, indispensável para seu válido e regular desenvolvimento. Defiro a realização de consultas por endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo, através de Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: SÔNIA BARBOSA ABENSUR (OAB 10318/AM) - Processo 0604390-17.2016.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Elieder Bonet Abensur - REQUERIDA: Engeco - Engenharia e Construções Ltda - Vistos etc. Por primeiro, intime-se o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, indicar a medida pretendida. Cumpra-se.

ADV: EDSON PAES FONTENELE (OAB 7926/AM) - Processo 0607676-66.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: Moises Morais Neto M.E. - Vistos etc. Por primeiro, intime-se o requerido, pessoalmente, para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, indicar a medida pretendida. Cumpra-se.

ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM), ADV: TEREZINHA TELES FERNANDES (OAB 6622/AM), ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM) - Processo 0609180-44.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: RAIMUNDA BARBOSA FERREIRA e outro - REQUERIDO: TECNISA S/A e outros - Vistos etc. Por primeiro, intime-se o executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, indicar a medida pretendida. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM) - Processo 0611904-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: M.P.C. - Vistos etc. Intime-se o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, indicar a medida pretendida. Cumpra-se.

ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: IUARLEY DA SILVA FONSECA (OAB 10548/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0613379-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Neide de Lourdes Silva - REQUERIDO: Itapeva Ii Multicarteira Fundo de Investimento Em Direito Creditórios Não Padronizados - Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos etc. Diante da desnecessidade de produção de outras provas, impõe-se o julgamento antecipado da lide, à luz do CPC, art. 355, I. Cumpra-se.

ADV: IUARLEY DA SILVA FONSECA (OAB 10548/AM) - Processo 0616200-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gabriela Siqueira de Araújo - O processo ainda está pendente de citação, apesar dos esforços já despendidos para concretização do ato, indispensável para seu válido e regular desenvolvimento. Defiro a realização de consultas por endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo, através de Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: KÁTIA REGINA SOUZA NASCIMENTO (OAB 4189/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0620332-21.2018.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Concurso de Credores - REQUERENTE: Magscan Clinica de Imagenologia de Manaus Ltda e outro - INTSSADO: Banco Bradesco S/A - Banco do Brasil S/A - Caixa Econômica Federal - CEF e outros - Vistos etc. Passo a sanear o feito. Embargos de Declaração de fls. 1271-1297 do Banco Bradesco S/A. alegando que a decisão embargada é contraditória ao estender os efeitos do processamento da Recuperação Judicial aos sócios avalistas apontando violação ao art. 49, §1º, da Lei 11.101/2005 e à jurisprudência do STJ sobre o tema. Os embargos não merecem acolhida por não atacarem contradição interna da decisão embargada. A função dos embargos de declaração não é revisar o mérito da decisão atacada por contrariedade à legislação em abstrato e à jurisprudência do STJ, não foi sequer mencionada contradição ou outro vício entre os elementos internos do ato, de forma de deixo de conhecer os embargos apresentados. Da mesma forma, os embargos de declaração de fls. 1883-1887, da Caixa Econômica Federal, sustentam suposta contradição da decisão embargada com as provas dos autos e a legislação em abstrato. Também não merecem acolhida, pois os embargos foram previstos para sanear vícios internos da decisão, desejasse impugnar seu mérito deveria manejar o recurso com esta finalidade. Deixo de conhecer os embargos interpostos. Noutro giro, observo que o edital de credores foi publicado em jornal de circulação local, fls. 1260-1262, no entanto, não recebeu a publicidade devida no Diário de Justiça Eletrônico. Assim, determino a publicação do edital de fls. 1263-1265, já recolhidas as custas às fls. 1266-1267, nos

termos do art. 51, §1º da LRF. Desta publicação, correrá o prazo de 15 dias para os credores apresentarem habilitação ou divergência diretamente ao Administrador Judicial, na forma do art. 7º, §1º e 9º da LRF. Em seguida, determino que o Administrador Judicial faça publicar o edital previsto no art. 7º, §2º, da LRF, na maior brevidade possível, até o limite de 45 dias, garantido ao Administrador Judicial o livre acesso aos documentos constantes no caput do art. 7º da LRF. Após, correrá o prazo de 10 dias para impugnação da relação publicada pelo Administrador Judicial, que deverão ser autuados em apartado, na forma dos arts. 8º e 11 a 17 da LRF. Não havendo impugnação ou julgadas as impugnações interpostas, determino ao Administrador Judicial que promova a consolidação do Quadro Geral de Credores, na forma e no prazo do art. 18 da LRF, devendo a Secretaria atentar para a necessidade de intimação do Ministério Público. Contado da publicação do segundo edital de credores, previsto no art. 7º, §2º, da LRF, correrá o prazo de 30 dias para impugnação do Plano de Recuperação apresentado pela requerente às fls. 1401 e seguintes (LRF 55), devendo a Secretaria atentar para a necessidade de intimação do Ministério Público. Apresentada oposição, designo Assembleia Geral de Credores a ser organizada e presidida pelo Administrador Judicial com auxílio da requerente, devendo o Administrador Judicial apresentar as informações contidas no art. 36 da LRF para publicação do edital de convocação. Neste ponto, observo que o Administrador Judicial apresentou endereços e contatos telefônicos à fl. 2001, o que facilitará a comunicação com os interessados. Determino também que a Secretaria desentranhe os pedidos de habilitação de crédito realizados nos autos e encaminhe-os via e-mail ao Administrador Judicial. Acolho e homologo a proposta de honorários apresentada pelo Administrador Judicial às fls. 1778-1781, e reconheço a impossibilidade de reserva honorários na Recuperação Judicial, já que o art. 24, §2º da LRF tem aplicação exclusiva para as falências. As publicações dos editais mencionados deverão ser realizadas nos termos do art. 191 da LRF, com publicação em diário oficial de justiça e em jornal de circulação local, às custas da requerente, ressalvando que a primeira publicação de edital de credores já foi realizada em jornal de circulação local. Determino sejam intimadas as fazendas públicas, na forma do art. 52, V da LRF. Observem a Secretaria e os interessados que, nos termos do decidido no REsp 1163143/SP, na fase de verificação de créditos e de apresentação de habilitações e divergências, dispensa-se a intimação dos patronos dos credores, mesmo já constituídos nos autos, ato processual que será indispensável a partir das impugnações (art. 8º da Lei n. 11.101/2005), quando se inicia a fase contenciosa, que requer a representação por advogado. (STJ - REsp: 1163143 SP 2009/0211276-3, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 11/02/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/02/2014). Intime-se a requerente para se manifestar sobre os ofícios de fls. 1921-1927 e petição de fls. 1928-1936, no prazo de 15 dias. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM) - Processo 0624822-86.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0624354-93.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: D S de Benayon Filho Epp - EMBARGADO: Meta Comércio de Lubrificantes Ltda - Eireli - Vistos etc. Por primeiro, intime-se o executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, indicar a medida pretendida. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0632343-19.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nadia Regina Laranjeira Mendes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos etc. HOMOLOGO o acordo feito entre as partes, conforme documentos juntados às fls. 179-180. Nada mais havendo, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: FLAVIO HENRIQUE AZEVEDO INACARATO (OAB 220233/SP), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM) - Processo 0633460-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Queiroz e Ferreira Ltda - Me - REQUERIDO: Ddtotal Gfi Arranjos de Pagamentos S.a. - Vistos etc. Entendo, pois, pela desnecessidade de produção de prova em Audiência, considerando o conjunto probatório anexado aos autos e que o mérito da lide se resolve no plano do direito. Diante da desnecessidade de produção de outras provas, impõe-se o julgamento antecipado da lide, à luz do CPC, art. 355, I. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM) - Processo 0635321-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Suênio Trindade Alves - Necessário o esgotamento de todos os meios de busca ao réu, para, só então, este ser considerado em local ignorado ou incerto, nos termos do CPC, art. 256, § 3º. Desse modo, indefiro, nesse momento, o pedido de citação por edital, tendo em vista que não esgotadas as vias ordinárias para tentar localizar o requerido. Intime-se o autor para promover nova citação. Por outro lado, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Bacenjud, Renajud e Siel. Fica o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicita. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicita. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor requerer o que entender de direito, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAXIMILIANO CARLOS DA SILVA BARBOZA (OAB 8547/AM), ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0639903-46.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Ana Paula dos Santos Costa - REQUERIDO: Avior Airlines - Vistos etc. Por primeiro, intime-se o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, indicar a medida pretendida. Cumpra-se.

ADV: ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO (OAB 152305/SP) - Processo 0641174-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Allianz Seguros S/A - Intime-se o autor a recolher as custas postais. Devidamente pagas, remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM) - Processo 0642614-19.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Corporate Trade Center - Cite-se o requerido para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento da dívida, nos termos do artigo 829 e seguintes do CPC. Não encontrado o executado, o oficial de justiça promoverá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Nos 10 (dez dias seguintes à efetivação do arresto, recolhidos os emolumentos devidos, proceda o oficial de justiça à busca do executado 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realize a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido, conforme art. 830, CPC. Havendo citação e não efetuado o pagamento, proceda o oficial de justiça de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando auto e intimando o executado, conforme art. 829, §1º do CPC. Advirta-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá o executado opor-se à execução por meio de embargos, oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação,

nos termos dos artigos 914 e 915 do CPC. Fixo honorários de advogado em 10% do valor da causa, reduzidos pela metade em caso de pagamento integral no prazo de 3 dias. Intime-se o exequente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual 4.408/2016 Após, expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0642640-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Condomínio Florença Residencial Park - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Custas postais recolhidas às fls. 480-483. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644724-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Encontrando-se a petição inicial devidamente instruída, defiro o pedido para pagamento do valor alegado, acrescido de honorários advocatícios de 5%, no prazo de 15 (quinze) dias, com observância do disposto nos arts. 700, 701 e 702 do CPC. No caso de pronto pagamento, fica o réu isento das custas. Em caso de não cumprimento no prazo, o mandado será convertido em título executivo. Não havendo pedido de meio específico de citação, faça-se por AR, como autorizado pelo §7º do CPC 700. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0646485-57.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0646670-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Bradesco Cartões S/A - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Custas do AR recolhidas às fls. 77-79. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0646681-27.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANO RIBEIRO VIANA (OAB 12740/AM) - Processo 0646757-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Henrique Oliveira Cabra - Intime-se o autor, pessoalmente, para, em 15 (quinze) dias, regularizar sua representação processual, sob pena de extinção, termos do CPC 76, §1º, I. Cumpra-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0646832-90.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Custas postais recolhidas às fls. 423-425. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ANA CECILIA BARROS CASTELO (OAB 3485/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0647066-72.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Andre da Silva Rabelo - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Defiro, ainda, a inversão do ônus da prova, termos do art. 6º, VIII, do CDC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ARIELA BRITO MARQUES (OAB 12128/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM) - Processo 0647084-93.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Gilson Nunes Barbosa - REQUERIDO: Mais Empresarial Eireli Epp - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647275-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jairo Smith Neves - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647332-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Klinger da Costa Vasconcelos - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO ABEILARD DA SILVA (OAB 132156/MG) - Processo 0647608-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo Fernandes de Souza - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Defiro, ainda, a inversão do ônus da prova, termos do art. 6º, VIII, do CDC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647663-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria Lucineide Cunha Gomes - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0647675-55.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: J.S.S. - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647947-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Charlyton Lima dos Santos - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-

PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0648048-86.2019.8.04.0001 - Habilitação - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Weverton Colares de Araujo - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648154-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rosiana Simões Vinhote - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648200-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Daniel Barbosa de Souza - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA FILHO (OAB 108504/MG) - Processo 0648275-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Bradesco Cartões S.a - Intime-se o autor a recolher as custas postais. Devidamente pagas, remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB A726/AM) - Processo 0648298-22.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - Cite-se o requerido para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento da dívida, nos termos do artigo 829 e seguintes do CPC. Não encontrado o executado, o oficial de justiça promoverá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Nos 10 (dez dias seguintes à efetivação do arresto, recolhidos os emolumentos devidos, proceda o oficial de justiça à busca do executado 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realize a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido, conforme art. 830, CPC. Havendo citação e não efetuado o pagamento, proceda o oficial de justiça de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando auto e intimando o executado, conforme art. 829, §1º do CPC. Advirta-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá o executado opor-se à execução por meio de embargos, oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, nos termos dos artigos 914 e 915 do CPC. Fixo honorários de advogado em 10% do valor da causa, reduzidos pela metade em caso de pagamento integral no prazo de 3 dias. Intime-se o exequente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual 4.408/2016 Após, expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648526-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Cinthia Pereira Braga - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648568-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Miguel Goes Silva - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648861-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Frank Silveira Vieira - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE DE CASTRO VENTURELLI (OAB 14043/AM) - Processo 0649061-23.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Francisco Ocimar Ferreira da Costa - Defiro a justiça gratuita. Citem-se os requeridos para, no prazo de 3 dias, efetuarem o pagamento da dívida, nos termos do artigo 829 e seguintes do CPC. Não encontrados os executados, o oficial de justiça promoverá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Nos 10 (dez dias seguintes à efetivação do arresto, recolhidos os emolumentos devidos, proceda o oficial de justiça à busca dos executados 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realize a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido, conforme art. 830, CPC. Não efetuado o pagamento, proceda o oficial de justiça de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando auto e intimando os executados, conforme art. 829, §1º do CPC. Advirta-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderão os executados opor-se à execução por meio de embargos, oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, nos termos dos artigos 914 e 915 do CPC. Fixo honorários de advogado em 10% do valor da causa, reduzidos pela metade em caso de pagamento integral no prazo de 3 dias. Expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: GISELE SIMONE LIMA CERF LEVY (OAB 7123/AM) - Processo 0649179-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Aldenir Torres de Vasconcelos e outro - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0649357-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Custas postais recolhidas às fls. 63-65. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0649468-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Wellington Frank Cabral Monteiro - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Defiro, ainda, a inversão do ônus da prova, termos do CDC 6º, VIII. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: LORENZONI & ALVES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 000499/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM) - Processo 0709519-50.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Execução Contratual - REQUERENTE: MDV de Araújo - ME - REQUERIDA: North Manaus Comércio e Serviço de Alimentos, Eletrônicos e Hotelaria Ltda - Vistos etc. Proceda-se Bacenjud. Cumpra-se.

Adahilton de Oliveira Pinho (OAB 152305/SP)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Aguiberto Camilo Redi (OAB 202A/AM)
Alexandre de Castro Venturelli (OAB 14043/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Ana Cecilia Barros Castelo (OAB 3485/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Ariela Brito Marques (OAB 12128/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Alberto Miro da Silva Filho (OAB 108504/MG)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cristiano Ribeiro Viana (OAB 12740/AM)
Edson Paes Fontenele (OAB 7926/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB A726/AM)
Flavio Henrique Azevedo Inacarato (OAB 220233/SP)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Gisele Simone Lima Cerf Levy (OAB 7123/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Ingrid Juliana da Silva Balbi (OAB 12798/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Iuarley da Silva Fonseca (OAB 10548/AM)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
Júlio Abeilard da Silva (OAB 132156/MG)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia Regina Souza Nascimento (OAB 4189/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lorenzoni & Alves Advogados Associados (OAB 000499/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Marcelo Gonçalves de Oliveira (OAB 4896/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maximiliano Carlos da Silva Barboza (OAB 8547/AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sônia Barbosa Abensur (OAB 10318/AM)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Terezinha Teles Fernandes (OAB 6622/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Augusto Campos Tirolli (OAB 7730/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0352/2019

ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO) - Processo 0201425-73.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Banco Triângulo S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste(m)-se acerca da certidão do Sr. Leiloeiro acostada aos autos em fl. 146, especificamente quanto à apresentação de certidão narrativa do registro do imóvel objeto do leilão.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609654-83.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: DAVID SILVA DAVID (OAB 5494/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: ROBERTO DA MOTA PRAIA JÚNIOR (OAB 6782/AM) - Processo 0613865-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Olinda Oliveira Barbosa - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o Sr. Perito para que apresente o laudo pericial, no prazo de 05 (cinco) dias, tendo em vista o término do prazo estabelecido pelo juízo.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0617427-43.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: PETROS - Fundação Petrobras de Seguridade Social - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca dos Ofícios de fls. retro , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: STEPHANE VARELA GARCEZ (OAB 9876/AM), ADV: DAVI MARTINS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11694/AM), ADV: DANIEL MIRANDA PINHEIRO DE CAMPOS (OAB 5282/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0627396-24.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Jailson Áquila da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 232/238, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0629747-04.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do Ofício de fls. 147/150, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0629982-68.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Viviane Alves de Matos - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: IVENA MARINA LEITE GUIMARÃES (OAB 14030/AM), ADV: FÁBIO PEREIRA GARCIA DOS SANTOS (OAB 4850/AM), ADV: HUGO QUEIROS ALVES DE SOUZA (OAB 49258/DF) - Processo 0630963-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Meru Viagens Eireli - EPP - REQUERIDO: Uatumã Turismo e Eventos Eireli - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JOÃO VÍTOR CHAVES MARQUES (OAB 30348/CE), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: SIMONE WAUGHAN FREITAS DE SOUZA (OAB 11830/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0645953-54.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Maria Sônia Tavares do Amaral - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 15/10/2019, às 14:30 horas, no escritório: Rua Salvador, 120, térreo Sala -05, Bairro: Adrianópolis, Manaus-AM, CEP: 69.057-040 com a presença das partes, seus patronos e os assistentes técnicos, se assim o forem nomeados, conforme informação do perito de fls. 149.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0653160-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Sâmia Brena Furtado Monteiro - REQUERIDO: Claro S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0710254-83.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)
Daniel Miranda Pinheiro de Campos (OAB 5282/AM)
Davi Martins da Silva Júnior (OAB 11694/AM)
David Silva David (OAB 5494/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Fábio Pereira Garcia dos Santos (OAB 4850/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hugo Queiros Alves de Souza (OAB 49258/DF)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Ivena Marina Leite Guimarães (OAB 14030/AM)
João Vítor Chaves Marques (OAB 30348/CE)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Roberto da Mota Praia Júnior (OAB 6782/AM)
Simone Waughan Freitas de Souza (OAB 11830/AM)
Stephane Varela Garcez (OAB 9876/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0353/2019

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: FLÁVIO KA YUNG PIMENTEL LIM (OAB 14050/AM), ADV: MARIA DE CÁSSIA RABELO DE SOUZA (OAB 2736/AM) - Processo 0631954-63.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Eudo de Lima Assis Júnior - REQUERIDO: Amri Gomes Ferreira - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Flávio Ka Yung Pimentel Lim (OAB 14050/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Maria de Cássia Rabelo de Souza (OAB 2736/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0354/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0009899-66.2002.8.04.0001 (001.02.009899-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDA: Kelly Cristianne Andrade da Silva Costa - I- Defiro o pedido de fls. 181 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas INFOJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM) - Processo 0011051-58.1998.8.04.0012 (012.98.011051-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDO: Imatec - Importação de Motores e Acessórios Técnicos Ltda. - DEPOSFIEL: Sandra Maria Oliveira Costa - Tendo em vista a informação de fl. 506, determino a secretaria que envie novo ofício ao Banco Itaú, devendo conter o CPF/CNPJ da parte requerida, consoante solicitado.

ADV: EDSON DA SILVA DOS SANTOS (OAB 001.621/AM) - Processo 0013459-22.1998.8.04.0012 (012.98.013459-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Profissional Empreendimentos Ltda. - REQUERIDO: Navezon Linhas Internas da Amazônia S/A - Cemape Transportes S/A - Fidenza Administração e Participações S/A - Petrobras Distribuidora S/A - Bruno Marco Massari - Adriano Massari - Gladis Fumagalli Massari - DEPOSFIEL: Navegação Rio Negro S/A - Sra. Soraya da Silva Mineiro - Tendo em vista a certidão de fl. 768, determino a intimação do autor, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção por abandono.

ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM), ADV: AYRTON DE SENA GENTIL NETO (OAB 12521/AM), ADV: CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM) - Processo 0058343-33.2002.8.04.0001 (001.02.058343-6) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - REQUERIDO: Agnaldo Rufino Carvalho - I. Tendo em vista a certidão de fl. 281, intime-se a Autora, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0216434-31.2019.8.04.0001 (processo principal 0204890-90.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Pagamento - REQUERENTE: Uatumã Empreendimentos Turísticos Ltda. - Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO nos termos do art. 485, VI, CPC. Transitada em julgado, determino a baixa na distribuição e o arquivamento do feito.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0219360-19.2018.8.04.0001 (processo principal 0257751-87.2011.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Pagamento - REQUERENTE: Amazon Aço Indústria e Comércio Ltda. - REQUERIDO: Arcon Comércio e Montagem de Equipamentos Industriais Ltda. - Processe-se o presente incidente de desconsideração da personalidade jurídica apresentado em desfavor de LUWENDELL HENRIQUE MACIEL NEVES, inscrito no CPF 008.200.992-95 e RAYLANGE BRUNA MENDONÇA NEVES, inscrito no CPF nº987.395.302-72, suspendo o andamento do processo principal nº 0257751-87.2011.8.04.0001. II. Citem-se os sócios da empresa executada, via correio, para se manifestarem, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 135, do CPC. III. Tendo em vista a Portaria Nº 116/2017- PTJ, intime-se o autor para que proceda ao recolhimento das despesas postais, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de Guia de Recolhimento propria a ser disponibilizada no sítio virtual do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (http:/www.Tjam.jus.br). Cumpra-se.

ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 2488A/AM) - Processo 0222674-70.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: José Faustino da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Intime-se a Autarquia Ré para, querendo, apresente impugnação aos termos da petição de fls. 142/143, bem como, ao numerário descrito na planilha de fl. 144, tendo para tanto o prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535, caput, CPC. Caso transcorra o citado prazo sem que haja impugnação a execução, expeça-se a competente RPV, caso o valor da condenação for igual ou inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, ou, Precatório caso o valor seja acima de 60 salários mínimos, em favor da parte Autora, conforme art. 535, §3º, CPC. Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0601300-93.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - EXECUTADO: Cortezia Transporte, Comércio de Bebidas e Material de Construção Ltda. - ME - Carlos Jorge Fernandes Pinheiro - Mercedes dos Santos Ferreira Pinheiro - Danilo Cortezia de Oliveira - Jacqueline Priscila Pinheiro de Jesus - Tendo em vista o acordo de fls. 81/85 entabulado entre as partes, defiro o pedido de suspensão do feito até o cumprimento integral do acordo, conforme solicitado. Após, decorrido o prazo e devidamente cumprido o acordo, voltem-me os autos conclusos para homologação.

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0603909-59.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Norma Sousa Nascimento - REQUERIDO: Ingleilson Alves Crisóstomos - Diante do exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes às fls. 154/155 e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no Art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de isenção das custas iniciais, tendo em vista que a Requerente é beneficiária da Justiça gratuita. Após o cumprimento da avença, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Honorários e custas, nos termos do acordo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 199259/SP), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0604059-98.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Wilson Nóbrega - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Intime-se a Autarquia Ré para, querendo, apresente impugnação aos termos da petição de fls. 220/221, bem como, ao numerário descrito na planilha de fl. 222, tendo para tanto o prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535, caput, CPC. Caso transcorra o citado prazo sem que haja impugnação a execução, expeça-se a competente RPV, caso o valor da condenação for igual ou inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, ou, Precatório caso o valor seja acima de 60 salários mínimos, em favor da parte Autora, conforme art. 535, §3º, CPC. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GLÁUCIO LOPES MONTEIRO (OAB 5781/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0604546-34.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Herbert de Figueiredo Oliveira - REQUERIDO: Samuel Padilha Gomes Filho - INTSSADO: Manaus Ambiental S/A - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo em vista que a parte requerida não se manifestou, e não apresentou impugnação, consoante certidão de fl. 103, defiro o pedido de fl. 104, determinando a expedição do alvará em favor do autor, do valor bloqueado à fl. 98, na pessoa de seu patrono, consoante solicitado.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0605391-03.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Simone Cristina Serra de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ex positis, e por tudo mais que consta dos autos, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados por Simone Cristina Serra de Oliveira, contra o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, nos seguintes termos: a) Julgo improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, ante a ausência de constatação de incapacidade total e permanente, insusceptível de reabilitação; b) Julgo procedente o pedido de concessão de auxílio-doença acidentário, ante a constatação de lesão permanente e parcial, com real possibilidade de reabilitação funcional; c) Ante ao caráter temporário do mencionado benefício, fixo como termo inicial do benefício a data de 10/09/2016. Quanto ao termo final, fixo o prazo de 06 (seis) meses, a contar da ciência desta sentença, devendo o valor ser monetariamente corrigido desde o respectivo vencimento e acrescido de juros legais moratórios, incidentes até a data do efetivo pagamento, tudo isto devendo ser apurado em liquidação de sentença, na forma do art. 509, I, CPC; d) Sobre o valor das parcelas devidas, a correção monetária e os juros moratórios devem ser calculados conforme o art. 1º-F, da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei 11.960/2009; e) Ante o acolhimento de um dos pedidos subsidiários formulados pela Autora, condeno a Autarquia Ré, ante a sua sucumbência, ao pagamento dos honorários advocatícios na importância de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data desta sentença (Súmula 111, do STJ e art. 85, § 2º, do CPC), ficando isenta das

custas e despesas processuais, conforme dispõe o artigo 8º, §1º, da Lei 8.620/93; f) Desnecessário o reexame de ofício, tendo em vista que não atinge o patamar previsto no artigo 496, §3º, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se o Requerido via Portal Eletrônico. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SANTA MARIA BINDÁ (OAB 3707/AM), ADV: ERCLIUTON SOARES DO NASCIMENTO (OAB 7771/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: SICY RUSALKA GÓES DE MELO BARRETO (OAB 10373/AM) - Processo 0605924-93.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Danielle Baraúna Silva - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Santa Sílvia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE Areia Branca Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em cumprimento ao despacho de fls. 278.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0606096-98.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Ecopack Embalagens Recicláveis Ltda. - Intime-se a Autora para se manifestar acerca da manifestação do curador de fl. 146, no prazo de lei. Cumpra-se.

ADV: NARA NÚBIA PIRES DA COSTA (OAB 10241/AM), ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM) - Processo 0607030-22.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0014967-80.2010.8.04.0012) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Soraya da Costa Gomes - REQUERIDO: Soterra Construtora e Imobiliária Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: LEONARDO CUNHA E SILVA DE AGUIAR (OAB 3470/AM) - Processo 0607221-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Manuel Borges Medeiros - REQUERIDA: Naíde Santarém de Lima - Naisson Guimarães da Silva - Ministério Internacional A Visão de Deus - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Determino a remessa do feito ao CEJUSC Cível, setor responsável pela realização de sessões, audiências de conciliação, mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, para os fins dos arts. 165 a 175, todos do NCPC.

ADV: ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ (OAB 1135A/AM) - Processo 0608283-16.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Açotubo Indústria e Comércio Ltda. - EXECUTADO: Erin - Estaleiro Rio Negro Ltda. - Maria de Fátima Magalhães Mendes - Raimundo Mendes Magalhães - I. Tendo em vista a certidão de fl. 125, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0612122-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônio Marinho Peixoto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, verifico que o polo passivo da demanda, já foi alterado, consoante determinado no despacho de fl. 47. Posto isso, indefiro o pedido de fls. 51/54, determinando a Secretaria que cumpra o item II, do despacho de fl. 47.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613679-03.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Geyson B. Freitas Reparações Navais - ME - Geyson Barroncas Freitas - Em cumprimento ao despacho de fls. 82.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0615666-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Michel Rocha Carvalho - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Francisco Batista de Almeida, CRM/AM: 3009 - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0618923-49.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Irandir de Oliveira Leitão - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0619354-20.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Glauciane A. de Souza - Defiro o pedido de suspensão dos presentes autos, nos termos do art. 921, II, do CPC. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0620386-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Carmem Sílvia Braga Gomes - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Remetam-se os autos ao Sr. Perito, para responder aos quesitos complementares de fl. 1111. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0620890-27.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: W. C. Pires - W. C. P. Confecções - ME - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0620921-18.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Maria Alcione Gomes Dantas - EPP - André Augusto Dantas - Maria Alcione Gomes Dantas - Tendo em vista o pedido de fls. 100/101, determino a transferência do valor bloqueada às fls. 64/67, consoante solicitado.

ADV: SÉRGIO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5750/RO), ADV: EDUARDO ASSUNÇÃO ALFAIA (OAB 8238/AM) - Processo 0621044-74.2019.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - EMBARGANTE: Devanildo Barros Rocha - EMBARGADO: Eduardo Assunção Alfaia - Intime-se o Autor para se manifestar acerca do resposta do Aviso de Recebimento de fl. 48, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GISELLA MOURA DE PAIVA (OAB 7184/AM) - Processo 0622877-98.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de

Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Expedito de Paiva - Remetam-se os autos à contadoria deste poder, para elaboração dos cálculos referentes aos honorários de Advogado, conforme Sentença de fls. 97/103. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0623895-62.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Arnoldo Fernandes Gadelha - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0624370-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Rômulo Oliveira do Nascimento - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se. Manaus (AM), 13 de setembro de 2019.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0624605-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Ozinei Caranha de Lima - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0625562-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: K. L. Rente A Car - REQUERIDA: Ana Maria Chacon Rodrigues Silva - Francinaldo dos Santos Corrêa - Tendo em vista o AR negativo de fl. 169, determino a intimação dos antigos patronos do autor para, no prazo de 05 dias, informarem o novo endereço do mesmo, sob pena de extinção por abandono. Cumpra-se.

ADV: CRISTINA HELENA MAIA DE OLIVEIRA (OAB 10841/AM) - Processo 0625884-30.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0625040-51.2017.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Karina Pacheco Maia - ME - REQUERIDO: R. C. A. Construções, Conservação e Serviços de Limpeza Ltda. - Arlete Rabelo Coelho - INTSSADO: Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas - SEFAZ/AM - SUSAM - Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - SEJEL - Secretaria de Estado de Juventude, Esporte e Lazer (Estado do Amazonas) - Intime-se a Autora para se manifestar acerca do ofício de fls. 59/61, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM) - Processo 0627261-46.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Associação Educativa do Brasil - SOEBRAS - REQUERIDA: Maria de Jesus Pereira de Menezes - I- Defiro o pedido de fls. 154/155 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema INFOJUD, consoante solicitado.

ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM) - Processo 0627422-80.2018.8.04.0001 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Fábio de Souza Alves - REQUERIDA: Nataly da Silva Gomes - Tendo em vista o AR negativo de fl. 40, determino a intimação dos patronos do autor para, no prazo de 05 dias, informarem o novo endereço do mesmo, sob pena de extinção por abandono. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0633912-89.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Servsys Credit - Alaor Frazão de Azevedo Filho - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ASSURBANIPAL DE FREITAS BRAGA (OAB 8883/AM), ADV: FRANCISCO IVAN PALHETA CAMURÇA (OAB 9596/AM) - Processo 0635199-82.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Rejane Araújo da Silva - REQUERIDO: Nelcilene Maria de Souza Nogueira - Chamo o processo à ordem e torno sem efeito o termo de audiência de fl. 57/58, tendo em vista que por motivos de indisponibilidade do sistema SAJ o despacho determinando o cancelamento da audiência só foi disponibilizado no dia seguinte. Haja vista o Princípio de promoção pelo Estado da solução por autocomposição, designo audiência de conciliação para o dia 08 de Novembro de 2019, às 10:30 horas, nos termos do Art. 139, V, do NCPC, a ser realizada neste juízo, localizado no 3º andar/setor 6, do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0636170-38.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Antônio Marcos Cosmo - Em cumprimento ao despacho de fls. 208.

ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM) - Processo 0637071-40.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: FLM Administração de Participações Em Outras Sociedades Ltda. - REQUERIDO: Adson José Cavalcanti Veras - I. Tendo em vista a certidão de fl. 173, intime-se o Autor, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: DIVANILZA AMAZONAS DE MENEZES SILVA CHAVES (OAB 8771/AM) - Processo 0641563-12.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Wanderléia Pereira Nogueira - REQUERIDO: Construtora Aliança Ltda. - API SPE10 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da Petição de fls. 1929/1934, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0645497-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Hector de Souza Ventilari - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. IV. Determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUSC Cível, nos termos do art. 334, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: HELTON LANNUCY VERAS LEITE (OAB 13005/AM), ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0645822-79.2017.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: José Maria Santiago Leite - REQUERIDA: Tamara dos Santos Monte - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Posto isso, e tendo em vista que a Requerida não apresentou os embargos, razão por que me é forçoso aplicar o comando inserto no caput do art. 701, do NCPC, JULGANDO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão do Autor, José Maria Santiago Leite, para constituir de pleno direito o título executivo judicial e condenar a Requerida, Tâmara dos Santos Monte, ao pagamento do valor reclamado, R$ 4.302,48 (quatro mil trezentos e dois reais e quarenta e oito centavos), que deverá ser legalmente corrigido, aplicando juros de 1% ao mês a partir do vencimento de cada fatura e correção monetária a partir da citação. Ante os efeitos da sucumbência, condeno a Requerida, no pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em dez por cento (10%) sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0647647-87.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco RCI Brasil S/A - REQUERIDO: Arleson Grana de Almeida - Banco Rci Brasil S.A, qualificado à fl. 01 dos autos, requereu Ação de Busca e Apreensão contra Arleson Grana de Almeida, qualificado na mesma peça, alegando em síntese, que celebrou com o requerido contrato de financiamento, com garantia de alienação fiduciária no valor de R$ 36.455,07, para ser pago em 36 prestações iguais, cujo financiamento foi destinado ao bem descrito a fl. 01, que o requerido não pagou as prestações vencidas em 30.05.19, e subsequentes; que esgotou todos os meios para obter o seu crédito, inclusive notificando através de notificação do Cartório de Títulos e Documentos (fls. 35/37), não restando outra opção senão a presente medida. Requereu finalmente a concessão da medida, a citação do requerido, a procedência da ação e a condenação das custas e honorários de advogado. Examinando os autos, constata-se que o receio do Autor é legitimo em tentar manter o patrimônio representado pelo bem descrito na inicial. Isto Posto, estando devidamente comprovada a mora do Requerido, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º, do Dec-Lei 911/69, com nova redação dada pelo art. 56, da Lei 10.931, de 03.08.2004, para determinar a busca e apreensão do bem acima descrito, na residência do requerido ou no local onde for encontrado, devendo para tanto, ser entregue ao autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, cite-se o requerido para, no prazo de 05 dias, pagar o valor da dívida pendente, conforme os valores apresentados pelo autor na inicial, acrescidos de honorários e custas processuais (nova redação do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei 911/69), sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º, do art. 3º, do referido Dec-Lei ou, no prazo de 15 dias, apresentar resposta, conforme está estabelecido nos parágrafos 3º e 4º, do Dec-Lei 911/69 (nova redação). Expeça-se o competente mandado. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME FERREIRA FILIPSICK (OAB 408634/SP) - Processo 0648132-24.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Photo World da Amazônia Ltda. - EXECUTADO: Haobao Motor do Brasil Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0649723-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Alexandre Gonçalves - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. II. Em atenção a Recomendação Conjunta CNJ/AGU/MTPS nº 1 de 15.12.2015 (D.O.U.: 08.01.2016), determino que sejam os autos remetidos ao CEJUSC para realização da perícia no Autor. III. Após a elaboração do laudo pericial, cite-se o Requerido para que apresente proposta de acordo ou contestação, na forma do art. 335, CPC. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0654947-37.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Conversão - REQUERENTE: Mário Jorge Barbosa de Lima - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Intime-se a Autarquia Ré para, querendo, apresente impugnação aos termos da petição de fls. 191/200, bem como, ao numerário descrito na planilha de fls. 201/202 , tendo para tanto o prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535, caput, CPC. Caso transcorra o citado prazo sem que haja impugnação a execução, expeça-se a competente RPV, caso o valor da condenação for igual ou inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, ou, Precatório caso o valor seja acima de 60 salários mínimos, em favor da parte Autora, conforme art. 535, §3º, CPC. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0656291-53.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Andreza Santos da Silva - Andreza Santos da Silva - MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Tendo em vista a petição de fls. 15/17, à Secretaria para modificar, nos Sistema SAJ, o nome da Patrona da Autora, conforme Procuração de fl. 17. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0657521-33.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Lucilene da Silva Amaral - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: JAMES DE PAULA BRAZ (OAB 7134/AM) - Processo 0657984-72.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Romildo Benevides Santos - REQUERIDA: Alzira Antônia de Souza Nogueira - Intime-se o Autor para se manifestar acerca da petição de fls. 63/64, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0704363-81.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Neila Maria Gama Dias - Tendo em vista o termino do prazo do sobrestamento do feito, requerido às fls. 194, intime-se a autora, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao processo requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
André de Santa Maria Bindá (OAB 3707/AM)
Assurbanipal de Freitas Braga (OAB 8883/AM)
Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB 12521/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)

Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Cristina Helena Maia de Oliveira (OAB 10841/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (OAB 8771/AM)
Edson da Silva dos Santos (OAB 001.621/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Assunção Alfaia (OAB 8238/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Ercliuton Soares do Nascimento (OAB 7771/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Francisco Ivan Palheta Camurça (OAB 9596/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Gisella Moura de Paiva (OAB 7184/AM)
Gláucio Lopes Monteiro (OAB 5781/AM)
Guilherme Ferreira Filipsick (OAB 408634/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Helton Lannucy Veras Leite (OAB 13005/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
James de Paula Braz (OAB 7134/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Leonardo Cunha e Silva de Aguiar (OAB 3470/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Nara Núbia Pires da Costa (OAB 10241/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rosely Cristina Marques Cruz (OAB 1135A/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Gomes de Oliveira (OAB 5750/RO)
Sicy Rusalka Góes de Melo Barreto (OAB 10373/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vítor Kikuda (OAB 199259/SP)
Vítor Kikuda (OAB 2488A/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0199/2019

ADV: ERIKA SEFFAIR RIKER (OAB 7735/AM), ADV: MARCELO GUIMARÃES MAROTTA (OAB 113858/RJ), ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM) - Processo 0601526-69.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, Antes de analisar o pedido de penhora e avaliação dos veiculos, intime-se o autor para informar a localização dos bens.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0601993-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jorge Henrique Rodrigues de Araujo - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - R.H. DEFIRO o pedido de expedição de alvará, conforme requerido as fls. 277, mediante pagamento das custas no valor de R$ 50,99 (cinquenta reais e noventa e nove centavos). Intimo o autor a providenciar a pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do tribunal de justiça do amazonas (http:www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento. Manaus, 13/09/2019

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0603024-06.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro RENAJUD (bloqueio) como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Por outro lado, indefiro o pedido de expedição de mandado uma vez que o endereço informado se localiza em outra comarca. Logo, caso o exequente queira, a citação deverá ser feita por meio de carta precatória. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 13 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 670A/AM) - Processo 0604282-85.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 13 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM) - Processo 0605502-16.2019.8.04.0001 - Demarcação / Divisão - Divisão e Demarcação - REQUERENTE: D Brum Consultoria Empresarial Ltda - Me - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução dos A.R.S negativos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) -

Processo 0609105-34.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Trata-se de processo em fase de cumprimento de sentença, em que houve a intimação da requerida para pagar voluntariamente a condenação e não houve o devido pagamento. Pois bem, o autor requer a conversão do mandado citatório para o executivo. No entanto, verifico que o processo já foi sentenciado e se encontra na fase executiva. Dessa forma, intime-se o Autor para informar como deseja prosseguir com o feito, sob pena de arquivamento.

ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM), ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM) - Processo 0609285-21.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: BRYAN RODRIGO SANTOS DA SILVA e outro - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 13 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0613057-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Abel de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, Intime-se o Requerido para depositar em juízo o valor dos honorários da perícia e ambas as partes para indicação de assistente técnico e formulação de quesitos no prazo de 15 (quinze) dias (art. 465, §1º, II do CPC). Após a indicação de dia, hora e local da perícia, intimem-se as partes e os peritos assistentes, se indicados, para acompanharem a realização da perícia. Assinalo o prazo de 30 (trinta) dias, contados das intimações, para a entrega do laudo em juízo (art.422 do CPC), cujo prazo pode ser estendido, a pedido do perito.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: FELIPE ANTÔNIO DE CARVALHO FILHO (OAB 6454/AM) - Processo 0614389-91.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Vitoria Embalagens Ltda e outro - Vistos, Intime-se o Exequente para se manifestar sobre a petição de fls.179/185, confirmando a realização do acordo.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0615952-86.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Defiro o pedido de suspensão no prazo de 60 (sessenta) dias, requerido as fls. 210/211.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM) - Processo 0617023-55.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condominio Residencial Agave - REQUERIDO: N. D. Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda - Vistos, Conforme decisão de fls.77/78. Intimo o autor a providenciar o pagamento das custa da expedição de alvará no valor de R$50,99(cinquenta reais e noventa e nove centavos) por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do tribunal de justiça do amazonas (http:www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0617031-32.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Residencial Agave - REQUERIDO: N. D. Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda - R.H. DEFIRO o pedido de expedição de Alvará que ficará condicionado ao pagamento das custas no valor de R$ 50,99 (cinquenta reais e noventa e nove centavos). Intimo o autor a providenciar a pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do tribunal de justiça do amazonas (http:www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento. Manaus, 13/09/2019

ADV: THIAGO CRIPPA REY (OAB 60691/RS), ADV: EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 3185/AM) - Processo 0618661-65.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Representação comercial - REQUERENTE: E G da Silva Profit Comercio de Moveis-me - REQUERIDO: DITÁLIA MÓVEIS INDUSTRIAL LTDA. - FIXO prazo de 60 (sessenta) dias para elaboração do laudo pericial, a contar a partir da aceitação do encargo. O prazo poderá ser majorado conforme a complexidade informada pelo perito. NOMEIO como perita: KEROLAYNE MAFRA DE MORAIS: Contadora inscrita no CRC/AM 016012/0-0, CPF 016.364.332-60, cadastrada no banco de peritos deste tribunal, com atuação em financiamento bancário, trabalhista, tributário e outros. Endereço do escritório: Condomínio Acqua, Torre 3, Parque 10 de Novembro, CEP. 69054-672, Manaus/AM, fone: (092)99167-9235. Email: kerolayne.Mafra@gmail.com INTIME-SE A PERITA para se manifestar sobre a aceitação do encargo e apresentar proposta de honorários, no prazo de cinco dias (art. 465, §2º do CPC). INTIMEM-SE AS PARTES para no prazo de 15 dias cumprirem o disposto no art. 465, §1º do CPC, in verbis: Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo. § 1º Incumbe às partes, dentro de 15 (quinze) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito: I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; II - indicar assistente técnico; III - apresentar quesitos. Após, a proposta de honorários pelo perito, INTIMEM-SE A REQUERIDA para se manifestar, no prazo de cinco (05) dias. Decorrido o prazo, voltem-me os autos para arbitramento do quantum. Considerando que o pedido de perícia foi realizado pela Requerida, esta deverá realizar o pagamento dos respectivos honorários, nos termos do art. 95 do CPC. Cumpra-se.

ADV: SANDRO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 4830/AM), ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: PAULO ROBERTO UCHOA DO AMARAL (OAB 6778/CE) - Processo 0618861-33.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Autoserviço Processamento de Dados Ltda - REQUERIDO: 3e Engenharia Em Eficiência Energética Ltda - R. H. Trata-se de Ação Monitoria fundada em documentação escrita (contrato, e-mail, boletos, cópia de processo), sendo totalmente desnecessária à colheita de prova em audiência. Além disso, nenhuma das partes requereu a produção de outras provas. Por isso, aplico ao feito o disposto no art. 355, I do CPC. Quanto as preliminares, serão apreciadas quando do mérito. Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0624786-44.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Manaus Ambiental S/A - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM) - Processo 0627386-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Francisco Antonio Azevedo dos Reis - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Banco Itau Bmg Consignado S.a. - Vistos, Intime-se a parte autora, para apresentar planilha atualizada de valores, a fim de realizar a pesquisa bacenjud.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0636913-48.2017.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução dos A.R.S negativos.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0639811-97.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, INDEFIRO o pedido de fls. 169/170, isso porque a citação por edital não é medida automática. Devem ser empreendidas diligencias mínimas na busca do devedor e seu paradeiro, sendo a citação por edital relegada aos casos em que esgotadas as possibilidades de localização. Inteligência da Súmula 414 do STJ. Seguindo orientação do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, e tomando por base determinações aprovadas recentemente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), antes de determinar a citação por edital, deve-se buscar o endereço ou verificar o paradeiro do requerido por meio de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, como BACENJUD, INFOJUD, SIEL, RENAJUD e ERIDFT. Assim, intime-se a parte Autora para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0640314-89.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mitsui Sumitomo Seguros S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. DEFIRO pedido de expedição de Alvará que ficará condicionado ao pagamento das custas no valor de R$ 50,99 (cinquenta reais e noventa e nove centavos). Intimo o autor a providenciar a pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do tribunal de justiça do amazonas (http:www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento. Manaus, 13/09/2019

ADV: ALDERLAN CASTRO LEAL (OAB 13828/AM) - Processo 0641411-22.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Celso Silva de Souza - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. Houve pedido de tutela de urgência. No caso em análise, da narrativa do autor, até identifiquei a existência de periculum in mora. Entretanto, entendo ser necessária dilação probatória a fim de melhor apurar a veracidade dos fatos, vez que o conteúdo probatório apresentado com a inicial não me permite deferir a pretensão requerida com base em cognição sumária, como a pretendida, ao menos nesse primeiro contato com a causa. Em que pese a documentação apresentada, parece-me que o contraditório deva prevalecer. Assim, INDEFIRO TUTELA DE URGÊNCIA. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: RENAN DE MELO ROSAS LUNA (OAB 14253/AM), ADV: MARJORIE GARANTIZADO PARENTE LUNA (OAB 14236/AM) - Processo 0643149-45.2019.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: Antônio Carlos de Castro Paiva Filho - Vistos, etc Trata-se de Ação de Produção Antecipada de Provas proposta por Antonio Carlos de Castro Paiva Filho contra Condomínio Mundi Resort Residencial com pedido de tutela antecipada para determinar que a requerida apresente em juízo o relatório de auditoria, aprovado na AG 14/03/18 e na AG 14/03/18. Em breve síntese, o Autor alega que é proprietário da unidade residencial do requerido e que foi requisitado pela Assembleia para ser síndico no biênio de 2014/2016. Informa que sempre gozou de boa reputação e foi reeleito no biênio 2016/2018. No entanto, a minoria vencida começou a denegrir sua imagem a fim de que renunciasse. Informa ainda que no dis 16/08/16 recebeu, junto com os demais membros do conselho, um documento assinado por Aretuza Cortez Iziel intitulado relatório analise e fiscalização da gestão do condomínio e que foi supostamente produzido pelo Conselho Fiscal e Consultivo. Aduz que se sentiu obrigado a renunciar o cargo de síndico e que am 02/05/17 na Assembleia Geral foi aprovada auditoria com finalidade de apuração de contas do condomínio no período em que foi sindico. Contudo, até o momento a gestão do condomio não disponibilizou o referido documento. É o relatório. Decido. Verifico que o Autor fez uma confusão processual. Isso porque, sua causa de pedir se baseia na negativa da apresentação do documento de interesse da parte autora. Além disso, o pedido principal da ação é a exibição do referido documento, o que configura evidentemente a ação de exibição de documento. Dito isto, recebo a presente ação como exibição de documento. Pois bem, a relação jurídica realizada entre as parte é evidente face a documentação de fls.19/23. A necessidade da documentação se mostra presente, uma vez que é direito dos condôminos ter acesso ao relatório de auditoria, ainda mais porque o referido documento se refere ao período em que o autor foi síndico. Por fim, trata-se de documento comum entre as partes. Dessa forma, Intime-se a requerida para apresentar a cópia do contrato firmado com a autora, no prazo de cinco (05) dias, podendo apresentar defesa ou justificativa de impossibilidade, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados pelo autora, conforme o disposto no art. 398 do CPC. Expeça-se Carta, mediante o pagamento prévio das despesas de postagem, conforme estabele o provimento nº 273-CGJ.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0643314-92.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - R.H. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça, que apenas aproveitará em relação às custas iniciais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Expeça-se Carta de CITAÇÃO para o pagamento no valor de R$ 191.507,19 acrescido dos honorários advocatícios, que fixo em 5% do valor atribuído a causa, conforme previsão do art. 701, caput do CPC, no prazo de quinze (15) dias, dele constando que, nesse prazo: I - cumprido o mandado ficará o réu isento do pagamento de custas; II - poderá o réu oferecer embargos, com suspensão da eficácia do mandado inicial; III - não ocorrendo o pagamento ou a interposição de embargos no prazo fixado, o mandado de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial. Advirta-se o requerido que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos narrados pelo autor, nos termos do art. 344 do NCPC. Conste ainda, observação quanto a data de início de apresentação do embargos monitórios, nos termos do art. 335 do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0644217-98.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta “Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)”, no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 13 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: MARCELA DE SÁ PEIXOTO FRAXE (OAB 8875/AM) - Processo 0649613-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Hermene Gilda

Oliveira Sales - Diante disso, com base nos argumentos expostos e no preenchimento dos requisitos do art. 300 do CPC, DEFIRO a TUTELA DE URGÊNCIA para DETERMINAR que a Requerida BANCO BRADESCO S/A, promova reativação DA CONTA CORRENTE 1615-2, agência 0938, Agência Boulevard Prime, no prazo de 48 horas mantendo-a ativa até final julgamento desta demanda, sob pena de multa diária de R$ 5 mil, sem limite de tempo para a sua aplicação, computando-a até o efetivamente cumprimento da ordem judicial, e via de consequência proceda ao pagamento das cartas de crédito dos consórcios GRUPO 9204 COTA 88 CONTEMPLADA DIA 13/12/2018; GRUPO 9683 COTA 357 CONTEMPLADA DIA 14/12/2018 E GRUPO 4215 COTA 168 CONTEMPLADA 14/06/2019, conforme autorização de faturamento e instrumento particular de alienação fiduciária em garantia n. 20194215168, anexa aos autos, em igual prazo. INTIME-SE O AUTOR para pagar as custas do Oficial de Justiça. Após, EXPEÇA-SE MANDADO de Intimação para cumprimento da liminar. CITE-SE o requerido (a) para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0649652-82.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Expeça-se Carta de CITAÇÃO para o pagamento no valor de R$ 10.443,31 acrescido dos honorários advocatícios, que fixo em 5% do valor atribuído a causa, conforme previsão do art. 701, caput do CPC, no prazo de quinze (15) dias, dele constando que, nesse prazo: I - cumprido o mandado ficará o réu isento do pagamento de custas; II - poderá o réu oferecer embargos, com suspensão da eficácia do mandado inicial; III - não ocorrendo o pagamento ou a interposição de embargos no prazo fixado, o mandado de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial. Advirta-se o requerido que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos narrados pelo autor, nos termos do art. 344 do NCPC. Conste ainda, observação quanto a data de início de apresentação do embargos monitórios, nos termos do art. 335 do CPC.

ADV: MÁRCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 8769/AM), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0650757-31.2018.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Dumanauara Comércio de Calçados e Acessórios Ltdame - REQUERIDO: Pátio Sertório Shopping Ltda - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e DECLARO EXTINTO o processo com resolução do mérito nos termos do art. 487, III, “b” do CPC. Após o pagamento das custas, se existirem, proceda-se à baixa.

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0658495-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Consórcio - REQUERENTE: Roldão de Sousa Lima - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, considerando a revelia do requerido (CPC, art. 355, II) . Publique-se. Decorrido o prazo sem manifestação recursal, voltem-me os autos conclusos para sentença. Manaus, 13 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0659789-60.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Cond. Mundi Resort Residencial - Vistos, Considerando que as executadas Uala Kiba Armazém Geral e sua Sócia Francisca Marques da Silva já forma citadas, conforme certidão do Senhor Oficial de Justiça as fls.188, inclusive apresentaram Embargos a Execução, torno sem efeito as cartas de citações de fls.245/246. Considerando o pedido de inclusão na lide a Empresa Patri Onze, considerando que os executados não se manifestaram sobre o pedido, DEFIRO a inclusão. Cite-se a empresa executada Patri Onze, para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia da mesma, ou, para, no prazo de 15 (quinze) dias, opor-se à execução por meio de embargos. Considerando por fim que foi comprovado o pagamento das pesquisa via BACENJUD, RENAJUD, SERASAJUD, proceda-se com a consulta e bloqueio nos CPFs dos 1ª e 2º Executado. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0708792-91.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Trata-se de pedido de bloqueio dos direitos do executado sobre os veiculos encontrados e de penhora de um dos veículos. Indefiro o pedido de bloqueio por falta de efetividade na medida. Isso porque, eventual percentual já quitado do contrato de alienação fiduciária não se converte automaticamente em direito aquisitivo. Portanto, ratifico o indeferimento. No que tange a penhora do veiculo, antes de analisar o pedido, intime-se o autor para informar o endereço atualizado do bem.

Alderlan Castro Leal (OAB 13828/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Edmilson Almeida de Oliveira (OAB 3185/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 670A/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Erika Seffair Riker (OAB 7735/AM)
Felipe Antônio de Carvalho Filho (OAB 6454/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Joany Sillas Pereira (OAB 9646/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcela de Sá Peixoto Fraxe (OAB 8875/AM)
Marcelo Guimarães Marotta (OAB 113858/RJ)
Márcia Regina Castro Albuquerque (OAB 8769/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marjorie Garantizado Parente Luna (OAB 14236/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
PAULO ROBERTO UCHOA DO AMARAL (OAB 6778/CE)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renan de Melo Rosas Luna (OAB 14253/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Sandro Rodrigues de Souza (OAB 4830/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Crippa Rey (OAB 60691/RS)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0286/2019

ADV: EDUARDO DÓRIA NEHMÉ (OAB 34320/DF), ADV: CARLOS GERALDO DE ALBUQUERQUE NOGUEIRA (OAB 6867/AM), ADV: BRUNA DO CANTO MACHADO (OAB 405143/SP), ADV: FELIPE DE ASSIS SERRA (OAB 47114/DF), ADV: FELIPE DE ASSIS SERRA (OAB 380637/SP) - Processo 0202465-51.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0623008-15.2013.8.04.0001) (processo principal 0623008-15.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Companhia de Navegação da Amazônia - CNA - EXECUTADO: N.S NAVEGAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO - De ordem, intimo o Exequente para manifestar-se sobre os documentos juntados às fls. 127/131, no prazo de cinco dias.

ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0611289-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Joel César Martini - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0611398-40.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Assim, assino um prazo de 10 dias para que o autor promova as diligências necessárias visando a citação, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM) - Processo 0611706-47.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condominio Residencial Solar dos Franceses Ii - Tendo em vista que até a presente data não houve o retorno do AR (Aviso de Recebimento) de fls.154, de ordem, expeça-se nova Carta de Intimação conforme despacho de fls.150.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: MAURO COUTO DA CUNHA (OAB 4200/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3194/AM), ADV: LUCIANNA DE SOUZA SILVA (OAB 3624/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM) - Processo 0611867-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: R. D. Engenharia e Comércio Ltda. - REQUERIDO: Serasa Experian - De ordem, intimo as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SANELMO PEIXOTO SIQUEIRA (OAB 9814/AM), ADV: JUSSARA DA SILVA PONTES (OAB 7062/AM) - Processo 0611899-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Antonio Lima de Oliveira - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0626719-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Valdete Suzana da Silva - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0632443-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Barbosa Bezerra - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 26/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na Clinica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nª 1905 Bairro Praça14 de Janeiro, nesta cidade.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM) - Processo 0632808-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Crizomar Custodio de Souza - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 27/09/2019, a partir das 11:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 470, nesta cidade.

Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior (OAB 3194/AM)
Bruna do Canto Machado (OAB 405143/SP)
Carlos Geraldo de Albuquerque Nogueira (OAB 6867/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)

Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Eduardo Dória Nehmé (OAB 34320/DF)
Felipe de Assis Serra (OAB 380637/SP)
Felipe de Assis Serra (OAB 47114/DF)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Julie Stephane Lima Bruce (OAB 8096/AM)
Jussara da Silva Pontes (OAB 7062/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lucianna de Souza Silva (OAB 3624/AM)
Mauro Couto da Cunha (OAB 4200/AM)
Sanelmo Peixoto Siqueira (OAB 9814/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0300/2019

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0029231-82.2003.8.04.0001 (001.03.029231-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD , após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO MARINHO LINS (OAB 2414/AM), ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA (OAB 401/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM) - Processo 0227259-20.2008.8.04.0001 (001.08.227259-0) - Cumprimento de sentença - Adjudicação Compulsória - EXEQUENTE: Julides Garcia Teixeira - EXECUTADO: Ela - Empresa Lider de Assessoria Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 1623A/MG), ADV: CRISTIANO ZAULI DE SOUZA (OAB 140795/MG), ADV: WELLKE MARINHO BORGES (OAB 98155/MG), ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP) - Processo 0261716-73.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Triângulo S/A - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD , após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0601991-49.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado RENAJUD,, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM), ADV: ADRIANA BARBOSA DE SOUZA VALENTE (OAB 3714/AM), ADV: FERNANDO VALENTE PEREIRA JÚNIOR (OAB 4567/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0604337-41.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aluizio Augusto Jackmonth da Costa - REQUERIDO: Newton de São Paulo Aguiar - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerente para que se manifeste(m) acerca da petição de fls.285/295, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0609620-40.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S A - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado , RENAJUD, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizada a consulta, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0610271-38.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela II, Atos processuais, Item b, recolha as custas referentes à emissão de certidão requisitada e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração a quantidade de folhas e linhas, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP), ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 128657/MG), ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM) - Processo 0611645-55.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - EXECUTADA: Francisca Oliveira de Souza - Designo audiência de instrução e julgamento e conciliação para o dia 23/10/2019, às 8:30 horas, na sala 1 de audiências da 1a Unidade de Processamento Judicial (UPJ), localizada no 7º andar do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos. A intimação de eventuais testemunhas fica a cargo dos advogados das partes, nos termos do art. 455 do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0616597-48.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Transação - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado BACENJUD, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizada a consulta, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: JOSÉ WASHINGTON CAMPOS FERREIRA (OAB 12221/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0621497-74.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco

Volkswagen S/A - EXECUTADO: Jose Washington Campos Ferreira - Defiro o pedido de penhora on-line junto ao sistema conveniado BACENJUD, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0621610-23.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Empreitada - REQUERIDO: Carlos Raimundo Alves Pereira - Trata-se de comunicação de renuncia de podere. O procurador constituído noticiou a este juízo a renúncia ao mandato outorgado, fls. 56, todavia, não consta aos autos o comprovante da comunicação feita ao seu cliente. De início, intime-se o outorgado para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos a carta de renuncia noticiando o seu cliente. Nos termos do art. 112 do CPC, durante 10 (dez) dias o advogado continuará a representar o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. Após, o outorgante deverá ser intimado por meio eletrônico, exceto se não informado nos autos, caso em que deverá ser pelos Correios para constituir novo procurador no prazo de 05 (cinco) dias, ficando a parte advertida que, na hipótese de descumprimento da determinação, será considerado revel. Após, volte-me conclusos para despacho Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOAO AUGUSTO DE C FERREIRA (OAB 325076/SP), ADV: JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO (OAB 29120/SP), ADV: DENISE DE CÁSSIA ZÍLIO ANTUNES (OAB 90949/SP), ADV: JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO (OAB 18298/GO) - Processo 0622005-83.2017.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Fenix Comércio de Moda Ltda Epp - Filial - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0622688-23.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fl. 172) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM) - Processo 0625052-94.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Celso de Albuquerque Alencar - Defiro o pedido de penhora online da parte executada no sistema conveniado BACENJUD, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0625558-75.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Temporária - EXEQUENTE: Mirna de Moraes dos Santos - EXECUTADA: Instituto Nacional de Seguro Social - I.N.S.S. - Compulsando os autos verifico que até a presente data não foi gerada a certidão administrativa de envio eletrônico do Ofício RPV expedido. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a autarquia previdenciária para tomar ciência do documento expedido nas fls. 422 / 425 e proceder com as providências necessárias.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0626637-89.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0627009-43.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - EXEQUENTE: ADENAIS BEZERRA DE SOUZA - Compulsando os autos verifico que até a presente data não foi gerada a certidão administrativa de envio eletrônico do Ofício RPV expedido. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a autarquia previdenciária para tomar ciência do documento expedido nas fls. 344/347 e proceder com as providências necessárias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0627009-43.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - EXEQUENTE: ADENAIS BEZERRA DE SOUZA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c o art. 1º, § 2º, da Portaria nº 2072/2016-PTJ, intimo a parte interessada para que: 1) proceda à gravação dos respectivos autos em mídia (cd-rom), acompanhado do ofício requisitório expedido e documentos constantes do art. 18, §1º da Resolução n 003/2014 desta Egrégia Corte e; 2) compareça neste Juízo para entrega da referida mídia para fins de remessa para o Setor de Precatório do Tribunal de Justiça.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0630833-68.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0634753-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Adalberto Soares Bonfim - Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer ajuizada por José Adalberto Soares Bonfim em face do Instituto de Ginecologia e Obstetrícia do Amazonas em que a parte Requerente pleiteia os beneficios da Justiça Gratuita. No caso dos autos, não estou convencida do estado de insuficiência financeira da parte Requerente e, desse modo, condiciono o deferimento da Justiça Gratuita pleiteada à efetiva comprovação da alegada necessidade, uma vez que se trata de presunção relativa (CPC, art. 99, §3º). Levando em consideração que o juízo somente poderá indeferir pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade (CPC, art. 99, § 2.º), DETERMINO que a parte Requerente junte aos autos, no prazo de 10 (dez) dias, cópias de suas duas últimas declarações do Imposto de Renda e outros documentos que atestem sua real hipossuficiência. Na hipótese de impossibilidade de efetuar a juntada dos documentos supracitados, fica a parte Requerente intimada, em igual prazo, para que se manifeste efetuando o pagamento das custas iniciais da Ação, sob pena de indeferimento da Inicial. Após o decurso do prazo, remetam-me os autos para Decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMISA CRÍSFANY MARTINS SILVA E SILVA (OAB 12659/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0636580-33.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Bvlog Logistica Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de

recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0637381-41.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Patri Trinta e Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício 1160/2019 e decisão de fls. 36/37, remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0639468-67.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo requerimento, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei e apuração de responsabilidade processual. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: FABIO KOREMBLUM (OAB 68743/PR), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 55288/PR), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0639611-90.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos Ars (fl. 138/139) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0640950-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Edvan Ramos da Rocha - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 25/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0648770-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Trata-se de ação de Cobrança formulada por Banco Bradesco Cartões S.A em face de Geuma da Conceição Barbosa. Compulsando a exordial, alega a Requerente que o Requerido tornou-se inadimplente em 2016, nos contratos de dois cartões que juntos somam o valor de R$ 48.139,45 (quarenta e oito mil, cento e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos). Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado da parte Requerente e/ou Requerida à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte Requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pela parte Requerente - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, proceda-se ao imediato cancelamento da

audiência designada, contando o prazo da contestação da data da manifestação da parte Requerida quanto à não realização da audiência. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo solicitação da parte Requerente, autorizo desde já a pesquisa de novos endereços por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte Requerente para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, realizada a consulta e se positiva for, remetam-se os autos à Secretaria para renovação do ato citatório, devendo solicitar da parte interessada o pagamento das custas necessárias à realização da diligência em cada endereço. Ressalte-se que compete à Secretaria dar efetividade às diligências de citação nos endereços solicitados e, se for necessário, certificar o exaurimento das mesmas em todos os endereços encontrados para fins de validade da citação editalícia. Acaso a diligência de citação for realizada via mandado, o oficial de justiça, quando por 2 (duas) vezes, procurar o citando em seu domicílio/residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. No dia e hora designados, o meirinho, independente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a diligência, deixando contrafé. A citação será efetivada ainda que a pessoa intimada esteja ausente ou tenha se recusado a receber o mandado, tudo nos termos dos arts. 252 e 253 do CPC. Realizada a citação por hora certa, cumpra-se a Secretaria o teor do art. enviará ao réu, executado ou interessado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da juntada do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência. . Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a parte Requerida, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ANNE LOUISE VENTURA DA SILVA (OAB 8297/AM) - Processo 0659504-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Isabelle de Paula Sarmento - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Compulsando os presentes autos, verifico que o endereço informado pela parte Requerente para citação da parte Requerida está fora da jurisdição desta Comarca, conforme petitório de fls. 156/157. Ante o exposto, proceda-se com a citação da parte Requerida mediante envio de Carta Precatória ao Juízo da Comarca de Fortaleza - CE. Isto posto, remeto os autos à Secretaria determinando a imediata confecção da Carta Precatória visando a efetiva citação da parte Requerida. Após a sua elaboração, intime-se a parte Requerente, mediante a publicação do presente despacho no DJE, para que imprima a Carta e os documentos pertinentes, fazendo remessa/protocolamento no juízo deprecado. Saliento ainda que a parte Requerente deve comprovar nestes autos o protocolo da Carta Precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, com a juntada do protocolo, a parte Requerente deverá comprovar também o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0659859-77.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Adriana Barbosa de Souza Valente (OAB 3714/AM)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amisa Crísfany Martins Silva e Silva (OAB 12659/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Anne Louise Ventura da Silva (OAB 8297/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 55288/PR)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
CRISTIANO ZAULI DE SOUZA (OAB 140795/MG)
Denise de Cássia Zílio Antunes (OAB 90949/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Ernesto Alves de Sousa (OAB 401/AM)
FABIO KOREMBLUM (OAB 68743/PR)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Valente Pereira Júnior (OAB 4567/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
JOAO AUGUSTO DE C FERREIRA (OAB 325076/SP)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Marcelo Braga Nascimento (OAB 18298/GO)
José Marcelo Braga Nascimento (OAB 29120/SP)
José Washington Campos Ferreira (OAB 12221/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 1623A/MG)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)

Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 128657/MG)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Sérgio Marinho Lins (OAB 2414/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
WELLKE MARINHO BORGES (OAB 98155/MG)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0301/2019

ADV: MARIA REGINA DE SOUZA JANUARIO (OAB 99038/MG), ADV: MARIA REGINA DE SOUZA JANUÁRIO (OAB 1206A/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: LOISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 16644A/MS) - Processo 0626555-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Fernando da Silva Guimarães - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos de fls. 174/218 e fls. 286/629. Bem como, intimo a parte requerida MAPFRE VIDA S/A, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que indique o CEP do endereço para onde deverão ser enviadas possíveis cartas de intimação pessoal, uma vez que este está incompleto, sob pena do contido no art. 274, parágrafo único, do CPC.

Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Loise Rainer Pereira Gionédis (OAB 16644A/MS)
Maria Regina de Souza Januário (OAB 1206A/AM)
MARIA REGINA DE SOUZA JANUARIO (OAB 99038/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA EUNICE TORRES DO NASCIMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0302/2019

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0038850-31.2006.8.04.0001 (001.06.038850-2) - Execução de Título Extrajudicial - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: Orlandino Vieira de Souza - Compulsando os autos verifico que a parte Requerente pleteia o bloqueio da Carteira Nacional de Habilitação, em nome da parte Requerida, visando a satisfação de seus creditos junto ao Banco Requerente, conforme manifestação de fls. 435/439 Embora haja possibilidade remota da medida, faz-se importante ressaltar que todas as diligencias para efetivação da obrigação deverão ser esgotadas para que assim, a parte Requerente requerer o referido bloqueio, ficando este sujeito a minuciosa comprovação de que a parte Requerida está manifestando-se de forma diversa nos autos, vivendo uma realidade que condiciona o cumprimento da obrigação, entretanto, esquiva-se da mesma quando determinado por este Juízo, para que posteriormente haja o deferimento do pleito. Desse modo, indefiro por ora, o pedido da parte Requerente quanto o bloqueio da Carteira Nacional de Habilitação, quanto a inclusão em cadastros de inadimplentes expeça-se oficio aos órgãos SPC e SERASA. Cumpra-se.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0255562-44.2008.8.04.0001 (001.08.255562-2) - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Banco Itauleasing S/A - REQUERIDO: JOSE ADILSON NUNES BEZERRA - Torno sem efeito o despacho de fls. 142, cumpra-se o despacho de fls. 141. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0604389-61.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Raphael Ricardy Monteiro Mousinho - Considerando terem esgotados os meios de tentativa de localização da parte Requerida em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a parte Requerida, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605523-94.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Ravines e Lima Comércio de Eletrônicos Ltda - EPP - Francisco Omar Guevara Ravines - Mariney Gomes de Lima - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MARCIO CÂNDIDO DE ARAUJO (OAB 9298/AM) - Processo 0606539-54.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Geoplano Edificacoes LTDA - SANY PATRÍCIA CONCEIÇÃO MATOS - Jose Ribamamar de Araujo - Ante o anteriormente exposto, JULGO EXTINTA a execução com resolução do mérito pela prescrição, com fundamento no artigo 487, inciso II, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0609808-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Raimundo Lima de Carvalho - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Pelo exposto, julgo Improcedente o pedido na presente Ação de Revisão de Contrato. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor do pedido, suspendendo o pagamento por ser beneficiário da justiça gratuita. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM) - Processo 0612662-63.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - EXEQUENTE: Rosiane dos Santos Souza - EXECUTADO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Trata-se de início da fase de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública. Assim, nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, intime-se a autarquia previdenciária para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a presente execução. Decorrido o prazo retro, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LANDO BORGES BOTTOSSO (OAB 26158/GO), ADV: BRUNO MACHADO DE LIMA (OAB 12597/AM), ADV: LIDIANE DE SOUZA SOARES (OAB 12067/AM) - Processo 0612722-02.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Indústria e Comércio de Bebidas Imperial S/A - REQUERIDO: Expresso Norte e Sul Logistica e Transportes Eireli - Considerando a ausência do preposto, redesigno a audiência para o dia 18/10/19, às 9h na sala de audiência da 1º UPJ, 7º andar. Por oportuno, concedo à Requerente prazo de 10 (dez) dias para apresentar a carta de preposto e o substabelecimento.

ADV: PAULO SÉRGIO OLIVEIRA AMORIM (OAB 12779/AM), ADV: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (OAB 7413/MT), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM) - Processo 0613262-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Albernilson Mourão Vieira - Ana Maria da Costa - Gabriel Leonardo Soares Mourão Vieira - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Ante o anteriormente exposto, Julgo Procedente o pedido dos Requerentes para o fim de condenar a Requerida a título de danos morais ao pagamento da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) para cada Requerente, perfazendo o total de R$ 9.000,00 (nove mil reais), atualizado nesta data, acrescida de correção monetária e juros de mora a partir da publicação desta Sentença. Condeno ainda a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP), ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 60295/PR) - Processo 0614171-58.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - REQUERIDO: Marcello Santos da Silva - Expeça-se o alvará conforme requerido. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM), ADV: ARMANDO DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 638/AM), ADV: HUMBERTO FILIPE PINHEIRO PEDROSA (OAB 13037/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM), ADV: JORGE BRUNO DE MENEZES MAIA (OAB 8637/AM), ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM) - Processo 0615090-18.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Armisa de Moraes Freitas Arruda - Daniel Cardoso Freitas - REQUERIDO: Armando de Oliveira Freitas - Eunice de Oliveira Freitas - Considerando a ausência do advogado da Requerente e do Assistente Litisconsorcial Sr. Daniel Cardoso Freitas, redesigno audiência de Instrução e Julgamento para o dia 21/10/2019, às 9 horas. Saem as partes e testemunhas intimadas deste ato. Oficie-se à Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público Estadual, para indicar um membro do parquet competente a fim de comparecer ao referido ato. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0616156-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Crimes de Trânsito - REQUERENTE: Jairo Cesar de Souza - REQUERIDO: Gleuton Melo da Costa - Converto a sentença em diligência para o fim de intimar a parte Requerente para, no prazo de 15 dias, trazer aos autos Laudo de Exame em Local de Acidente de Transito com vitima lesionada emitido pelo Departamento de Polícia Técnico-Cientifica - Instituto de Criminalistica da Policia Civil, Laudo de Exame de Corpo de Delito emitido pelo Instituto Médico Legal e Boletim de Ocorrência contendo descrição dos fatos. Após, intime-se o Requerido a manifestar-se no feito em igual prazo, voltando-me conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: WILLIAM BATISTA NÉSIO (OAB 70580/MG) - Processo 0617499-35.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BONSUCESSO S/A - Defiro o pedido de fls. 250/251. Proceda com a expedição dos ofícios aos Cartórios de Registro Civil, que não responderam os ofício expedidos, conforme malote de fls.145/155 . Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM) - Processo 0618824-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: José Auricelio Pinto - Desse modo, confirmo a tutela de evidencia deferida e JULGO PROCEDENTE o pedido do Requerente na presente Ação Previdenciária para o fim de: 1- declarar o direito do Requerente ao recebimento do benefício de auxílio doença mensal pelo prazo de 6 meses; 2- condenar o Requerido a prorrogar o benefício de auxílio doença pelo prazo de 60 dias a contar da data da cessão do benefício em 10/10/2019, fls. 119, intimando-se o Requerido para prorrogação do benefício de auxílio-doença, no prazo de 48 horas a contar da intimação, e comprovação do cumprimento da sentença, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa, que arbitro em R$ 1.000,00 ao dia e R$ 10.000,00 mensais, sem prejuízo de responsabilização, civil, penal e administrativa do servidor responsável. Condeno o Requerido ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em em 20% (vinte por cento) sobre eventuais parcelas vencidas e não pagas até a efetiva implantação do benefício, acrescidas de atualização monetária e juros de mora nos parâmetros acima fixados, com isenção de custas e despesas processuais. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: MÁRCIO DJAMES DA COSTA FURTADO (OAB 4533/AM) - Processo 0619357-33.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Distribuidora Bringel Ltda - REQUERIDO: Lmv Comércio de Medicamentos Ltda - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE O PEDIDO, para condenar o Requerida ao pagamento da quantia indicada na inicial, acrescido de atualização monetária e juros legais a contar da citação; bem como ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado, paga a condenação imposta em sentença e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: WILLIAM DA SILVA SIMONETTI (OAB 7441/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: DANIEL NIEMEYER BARBOSA DA FONSECA (OAB 200775RJ), ADV: ADELAIDE DA COSTA NOVO ANTONY (OAB 1361/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM), ADV: FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO (OAB 6910/AM), ADV: FLÁVIO CORDEIRO ANTONY (OAB 1040/AM), ADV: CLOVIS FERRO COSTA JUNIOR (OAB 109253/RJ) - Processo

0619848-74.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Eduarda Teixeira Ferro Costa - REQUERIDA: MASAE Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Defiro o pedido de fls. 5029/5031. Determino a expedição de mandado de intimação à Empresa Requerida no endereço indicado às fls. 4895/4896 para, no prazo de 05 dias, proceder a exibição da integralidade dos documentos relativos ao empreendimento "Quinta das Marinas", especificamente, (i) a demonstração de resultado da Requerida do exercício de 2018; e (ii) o balancete anual analítico da Requerida do exercício de 2018, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais), limitada a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e admissão, como verdadeiros, dos fatos que, por meio do documento, a parte Requerente pretendia provar, art. 400 do CPC. Apresentada a documentação, intime-se o Requerente para manifestar-se nos autos, no prazo de 05 dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CLÁUDIA YU WATANABE (OAB 152046/SP), ADV: CELSO MEIRA JÚNIOR (OAB 8635/SC) - Processo 0621123-24.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0600335-86.2017.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Competência - EXEQUENTE: Costa, Martins, Meira e Rinaldi Advogados Associados e outro - EXECUTADO: Amazon Transportes Ltda. - Trata-se de Ação Cumprimento de Sentença/PROC movida por Universal Fitness da Amazônia Ltda e Costa, Martins, Meira e Rinaldi Advogados Associados, devidamente qualificada, em face de Amazon Transportes Ltda., também identificada. Ante a comprovação do pagamento da integralidade do débito, defiro o pedido de fls. 180/181 e declaro extinto os presentes embargos à execução e a ação executiva nº 0600335-86.2017.8.04.0001, com julgamento de mérito pelo pagamento, com fundamento no Artigo 487, III, a, c/c Art. 924, II, do Código de Processo Civil, aplicados de forma subsidiária, com fulcro no parágrafo único do Art. 771, do CPC. Expeça-se alvará ou efetue-se a transferência bancária em favor do advogado exequente. Havendo pendência em relação ao pagamentos das custas processuais, intime-se a parte executada para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento das mesmas. Não havendo pagamento, a Contadoria deverá emitir certidão de crédito para fins de protesto, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ c/c Provimento nº 228/2017 da CGJ/AM. Proceda-se à baixa definitiva destes embargos e da ação executiva nº 0600335-86.2017.8.04.0001 e arquivem-se ambos os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. P. R. I.C.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0621131-64.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: A. Lima Carneiro Eireli -me - Abner Lima Carneiro - Examinando os presentes autos, constato que o Requerido, citado pessoalmente, não quitou o débito, nem ofereceu Embargos, conforme certidão de fls. 111. Por consequência, constituo em título executivo judicial o documento anteriormente destituído desta força, nos termos do art. 701, § 2, do NCPC. Imprimo o rito executivo judicial à presente ação, e conforme art. 523 e 524 do NCPC, determino a intimação do credor para, no prazo de 05 dias, apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, art. 524, atualizado pelo índice de correção aplicado por este Egrégio Tribunal, acrescida de juros moratórios de 1% ao mês a contar do inadimplemento da obrigação principal ou da ultima atualização pelo credor, e do valor das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor do débito. Apresentados os cálculos, determino a expedição de mandado executivo, devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o valor da dívida atualizada pelo credor. Não efetuado pagamento voluntariamente no prazo de 15 dias fixado no caput, aplicar-se-á multa de 10%, e honorários advocatícios de 10%, conforme §1º do artigo 523. Para tanto, em conformidade com o novo Provimento n.º 261/2015, de 05.10.2015 da Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas, faz-se ainda necessário o pagamento da diligência a ser cumprida pelos Oficiais de Justiça. Dessa forma, proceda com a intimação do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, art. 524 do NCPC, e efetuar o pagamento da referida diligência conforme portaria 116/2017. Após, apresentados os cálculos e comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente mandado. P.R.I.C.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0621987-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Nadir José Cezarotto - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o anteriormente exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido do Requerente na presente Ação Previdenciária. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em em 10% (dez por cento) sobre o valor dado a causa, suspendendo o pagamento por ser beneficiária da justiça gratuita. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: JOANA DARC DOS SANTOS CORDEIRO (OAB 8645/AM), ADV: LUCIANA VIANA CIDRÔNIO DE ANDRADE (OAB 8104/AM), ADV: PAULINE CHÍXARO VOSS (OAB 6648/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0623095-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Posse - REQUERENTE: Alzira Camila Nonato da Rocha - REQUERIDA: Nelma Gonçalves Alves - Concedo às partes o prazo comum de quinze dias para as alegações finais.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0623333-48.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: S P Comercio de Peças e Acessórios para Veículos Ltda - Desse modo, verificando que não houve esgotamento das diligências para localização de endereço válido para citação, determino a consulta pelo sistema Infojud, Renajud e Bacenjud para a tentativa da localização do endereço atualizado do Requerido. Após o recolhimento das custas, conforme portaria 116/2017. Logrado êxito na localização de novo endereço, expeça-se mandado de citação ou carta com Aviso de Recebimento. Restada infrutífera a consulta, voltem-me conclusos.

ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0625049-47.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco RCI Brasil S.A. - REQUERIDO: Francisco Valles de Castro - Trata-se de Ação Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária/PROC movida por Banco RCI Brasil S.A., devidamente qualificada, em face de Francisco Valles de Castro, também identificada. Ante a comprovação do pagamento da integralidade do débito, defiro o pedido de fls. 290 e declaro extinta a presente Ação Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária/PROC, com julgamento de mérito pelo pagamento, com fundamento no Artigo 487, III, a, c/c Art. 924, II, do Código de Processo Civil, aplicados de forma subsidiária, com fulcro no parágrafo único do Art. 771, do CPC. Expeça-se alvará ou efetue a transferência bancária em favor do exequente. Havendo pendência em relação ao pagamentos das custas processuais, intime-se a parte executada para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento das mesmas. Não havendo pagamento, a Contadoria deverá emitir certidão de crédito para fins de protesto, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ c/c Provimento nº 228/2017 da CGJ/AM. Proceda-se à baixa definitiva e arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. P. R. I.C.

ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0625831-88.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Geracina Oliveira Silva - REQUERIDA: Monttana Veículos Ltda - Ford Motor Company Brasil LTDA - ASSLITISC: Banco Itaú Unibanco Holding S.A. - Face o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da Requerente para condenar as Requeridas Monttana

Veículos e Ford Motor Company Brasil, solidariamente, a restituir a quantia paga pelo bem no valor de R$ 36.990,00, fls. 13, acrescido de correção monetária a contar da data da aquisição e juros moratórios a contar da citação, devendo o valor de eventual débito de financiamento ser pago à Requerida Banco Itaucard S.A., e remanescente à Requerente, procedendo a Requerida Banco Itaucard S.A. a liberação do veículo defeituoso, que deverá ser transferido e restituído as Requeridas Monttana Veículos e Ford Motor Company Brasil. Na hipótese de pagamento do valor total do financiamento pela Requerente, a totalidade da condenação imposta em sentença deverá ser paga à Requerente, acrescida de correção monetária a contar da data da aquisição e juros moratórios a contar da citação, devendo o veículo defeituoso ser transferido e restituído as Requeridas Monttana Veículos e Ford Motor Company Brasil. Condeno ainda as Requeridas Monttana Veículos e Ford Motor Company Brasil, solidariamente, ao pagamento do valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelos danos morais sofridos pela Requerente, acrescido de correção monetária e juros de mora de 1% a partir da data da publicação desta Sentença. Condeno as Requeridas Monttana Veículos e Ford Motor Company Brasil, solidariamente, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 20 (vinte por cento) sobre o valor da condenação em favor da Requerente, bem como ao pagamento de honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação em favor do Requerido Banco Itaú S/A. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado, paga a condenação imposta em sentença e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0626640-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: Adriano da Silva Marques - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Desse modo, ante a comprovação da existência de perda parcial e permanente laborativa do Requerente, converto o benefício de auxílio-doença anteriormente concedido pelo Requerido em auxílio-acidente, a ser pago de forma imediata, bem como inserção da Requerente em programa de Reabilitação Profissional - RP do INSS, através da Guia de Encaminhamento à Reabilitação Profissional - GERP com todos os dados disponíveis sobre o segurado para requalificação/reabilitação para outra atividade em prazo razoável para tal fim; intimando-se o Requerido para pagamento do benefício de auxílio-acidente e inserção em programa de reabilitação, no prazo de 48 horas a contar da intimação, e comprovação do cumprimento da sentença, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa, que arbitro em R$ 10.000,00 mensais, sem prejuízo de responsabilização, civil, penal e administrativa do servidor responsável. Expeça-se mandado/ofício atinente. Expeça-se mandado/ofício em caráter de urgência. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da Requerente na presente Ação Previdenciária para o fim de: 1- declarar o direito ao imediato recebimento pela Requerente do benefício de auxílio-acidente nos termos do art. 86 da Lei n.º 8.213/91; 2- condenar o Requerido ao pagamento dos benefícios não pagos desde a cessação do benefício até efetiva implantação do pagamento do benefício concedido pelo Juízo; 3- condenar o Requerido a obrigação de fazer consistente em inserir o Requerente em programa de Reabilitação Profissional - RP do INSS, através da Guia de Encaminhamento à Reabilitação Profissional - GERP com todos os dados disponíveis sobre o segurado para requalificação/reabilitação para outra atividade durante o prazo razoável para tal fim, sem prejuízo de, no caso de ser considerada a incapacidade irrecuperável, após processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade, seja o auxílio acidente transformado em aposentadoria por invalidez, devendo a parte promover nova ação para tanto. Aplicar-se-á sobre eventuais valores não pagos, a contar a partir de 06/02/2015, os parâmetros fixados na Portaria 1855/2016-PTJ, em consonância com jurisprudência do STF, em Recurso Extraordinário 870947, qual seja, juros moratórios conforme índice de remuneração da caderneta de poupança, art. 1º - F da Lei 9.494/1997, com redação dada pela Lei 11.960/2009, e correção monetária pelo índice do IPCA_E desde o momento que o pagamento seria devido. Condeno o Requerido ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em em 20% (vinte por cento) sobre eventuais parcelas vencidas e não pagas até a efetiva implantação do benefício, acrescidas de atualização monetária e juros de mora nos parâmetros acima fixados, com isenção de custas e despesas processuais. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM), ADV: VANESSA DA SILVA JACAÚNA (OAB 8902/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: KELY PATRÍCIA PAIXÃO SILVA (OAB 9763/AM) - Processo 0627095-09.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Nelson Azevedo dos Santos - REQUERIDA: Maria Shirley de Souza Cavalcante - Ante o anteriormente exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO REQUERENTE declarando a resolução do contrato firmado entre as partes pela inadimplência da Requerida. Outrossim, comprovado inadimplemento pela Requerida concedo nesta Sentença tutela pretendida para o fim de deferir o pedido de desocupação do imóvel, no prazo de 15 dias, sob pena de desocupação forçada com auxílio de força policial, o que defiro desde já caso seja descumprido o prazo judicial fixado pelo Requerido, emitindo-se o Requerente na posse dos imóveis, consolidando em nome desta o domínio e a posse plena e exclusiva do bem descrito na inicial. Expeça-se mandado. Condeno a Requerida ao pagamento da cláusula penal prevista na cláusula terceira do contrato, correspondente ao valor obtido da aplicação dos juros moratórios de 1% mensal, multa contratual de 2% e honorários advocatícios no percentual de 10%, sobre o débito indicado débito principal de R$ 58.302,00, atualizado pelo índice aplicado pelo TJAM; bem como ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação, suspendendo a cobrança por tratar-se de beneficiaria da justiça grautuita. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0628802-75.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: Masxfer Ltda Me - Glauber Nunes Masullo - Anderson de Amorim Amaral - Intime-se o exequente para cumprir integralmente o despacho de fls. 148. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0629778-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maurycelia Menezes de Freitas - AGRAVADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante a descrição das doenças sofridas pela parte Requerente as fls. 148; o relato da existência de dor e a natureza do trabalho realizado, indicando provável necessidade de inserção da Requerente em programa de Reabilitação Profissional - RP do INSS para requalificação/reabilitação para outra atividade, determino a realização de nova avaliação e perícia pelo médico Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56, na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade. Encaminhe-se ao Cejusc para providências. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV:

ROSYANE PAULA DA SILVA LOUZADA (OAB 10883/AM) - Processo 0630100-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Vícios de Construção - REQUERENTE: Fábio Leite Dias - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - LITSPASSIV: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE - Defiro o pedido do perito nomeado, para o adiantamento do pagamento de 50% dos honorários periciais, conforme regulamenta o parágrafo 4º, do artigo 465 do Código de Processo Civil. Após a entrega do Laudo em juízo, defiro a liberação do restante dos honorários perícias. Expeça-se o alvará. Cumpra-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCIO CÂNDIDO DE ARAUJO (OAB 9298/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0630915-31.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0606539-54.2014.8.04.0001) - Embargos à Execução - Prescrição e Decadência - EMBARGANTE: Jose Ribamar de Araujo - Sany Patrícia Conceição Matos - EMBARGADO: Banco Bradesco - Ante o anteriormente exposto, JULGO EXTINTA a execução com resolução do mérito pela prescrição, com fundamento no artigo 487, inciso II, do Código de Processo Civil. Condeno o Embargado ao pagamento das custa processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor dado a causa. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0631462-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Alzenilda Martins da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Analisando a petição inicial, observo que a parte Requerente pretende a obtenção dos benefícios da gratuidade de justiça. Assim, da juntada dos documentos de fls. 27-35, entendo suficientes as evidências do estado de insuficiência financeira, razão pela qual Defiro o beneficio de Gratuidade da Justiça. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, se positiva a consulta, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite-se e intime-se.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: SULAMITA AUGUSTA DA SILVA (OAB 435/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA SOUSA (OAB 6608/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0632305-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Vaga de garagem - REQUERENTE: Gabriela Rebelo Bianco - Beatriz Freitas Bianco - Rafael Abreu Bianco - REQUERIDO: Condominio Edificio Monte Carlo - Face o exposto, defiro a antecipação de tutela de urgência pleiteada nesta sentença e JULGO PROCEDENTE o pedido dos Requerentes para declarar o direito dos Requerentes proprietários do apartamento 202 do condomínio requerido e pessoas autorizadas pelos Requerentes ao uso da garagem descrita em registro de imóveis; condenar o Requerido a obrigação de fazer consistente em indicar vaga de estacionamento para uso dos Requerentes e autorizados pelos Requerentes, no prazo de 24 horas, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 1.000,00 limitada a R% 20.000,00; condenar o Requerido ao pagamento de indenização por danos morais arbitrados na quantia de R$ 20.000,00 (vinte reais), acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% a partir da data da publicação desta Sentença; Expeça-se mandado para cumprimento desta sentença com urgência. Condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais, despesas processuais, e honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação em favor dos Requerentes. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: YURI ANDRE BALBI DIAS DE SOUZA (OAB 14928/AM), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0635697-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Marinete de Castro Perdigão - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Compulsando os autos, verifico que a Audiência de Conciliação do dia 02.09.2019 restou frustrada ante a ausência da parte Requerida, conforme consta no Termo de Audiência de fls. 84. Isto posto, determino que seja realizada nova Audiência de Conciliação devendo ser expedido nova Carta de Citação em nome da parte Requerida, para o endereço fornecido às fls.83, para que compareça à audiência designada para o dia 07.10.2019 às 8:30 horas. À secretaria para intimar o Requerente para recolher as custas referentes à expedição da carta. Após, remetam-se os autos ao CEJUSC-CÍVEL. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KARLA PATRÍCIA BULASLAN DE MENDONÇA (OAB 11742/AM) - Processo 0637052-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Julia Natecia Nascimento de Lima - REQUERIDO: Associação Unificada de Ensino Renovado - Objetivo - Ante a manifestação da requerente, fls. 108/111, intime-se a requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, informa a este juízo sobre o não cumprimento da decisão de fls. 95/97. Expeça-se carta, em razão da urgência. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM) - Processo 0637703-61.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Valmir Marcelo Rodrigues Acordi - EMBARGADO: Japurá Pneus Ltda - Trata-se de Embargos à Execução. Condicionou-se o conhecimento da ação à comprovação do preenchimento dos pressupostos constantes na Decisão de fl. 5. Sendo assim, este juízo decidiu pela intimação do Requerente ao pagamento das custas e apresentação do comprovante do referido. Entretanto, quedou-se inerte e sofreu os efeitos da preclusão ante a inércia nas diligências necessárias. Logo, as custas não foram pagas no prazo legal. No essencial é o relatório, decido. Não houve o recolhimento das custas no prazo legal, de acordo com o que versa os arts. 102, caput, c/c 290 do Diploma Processual Civil. ISSO POSTO, com fundamento nos arts. 102, parágrafo único, c/c 290 e 485, X, ambos do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM O JULGAMENTO DO MÉRITO. Cancele-se a Distribuição. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM), ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0640778-79.2017.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Saulo Cansanção Marques - Filipe Leite de Azevedo Sodre - REQUERIDO: Humberto Guerreiro Brito - Ante o anteriormente exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DE IMISSÃO DE POSSE EM FAVOR DOS REQUERENTES, consolidando, ao final, a posse e propriedade do bem imóvel, objeto da lide em favor do Requerente. Expeça-se mandado após pagamento das custas e/ou emolumentos. Condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor dado a causa Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE) - Processo 0641316-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Manoel Albuquerque da Silva - REQUERIDO: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Assupero - Concedeu às partes o prazo comum de dez/quinze dias para as alegações finais. Os patronos fazem remissão à inicial e à contestação, portanto, transcorrido o prazo façam-se os autos conclusos para sentença, visto que não há provas além das já produzidas. Outrossim, fica o Requerente intimado da renuncia de seu patrono para, no prazo de 10(dez) dias, constituir novo patrono.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: HENRIQUE HÉRCULES DA COSTA PINTO (OAB 10229/AM) - Processo 0642593-14.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Maria Rosiene do Carmo Silva - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou se não tiver procurador constituído nos autos ou por edital quando, na fase de conhecimento, a citação tenha se dado dessa forma, nos termos do art. 513, §2º do CPC, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos para despacho. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão processual, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte e contagem da prescrição intercorrente. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão para fins de protesto, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins de inserir a parte executada no cadastro de inadimplentes , conforme previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0643248-15.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S/A - REQUERIDA: Maria Emilia Leite França - Trata-se de Ação Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária/PROC movida por Banco Rci Brasil S/A, devidamente qualificada, em face de Maria Emilia Leite França, também identificada. Ante a comprovação do pagamento da integralidade do débito, defiro o pedido de fls. 67/68 e declaro extinta a presente Ação Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária/PROC, com julgamento de mérito pelo pagamento, com fundamento no Artigo 487, III, a, c/c Art. 924, II, do Novo Código de Processo Civil, aplicados de forma subsidiária, com fulcro no parágrafo único do Art. 771, do CPC. Havendo pendência em relação ao pagamentos das custas processuais, intime-se a parte executada para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento das mesmas. Estando bloqueado o veiculo proceda com o devido desbloqueio Não havendo pagamento, a Contadoria deverá emitir certidão de crédito para fins de protesto, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ c/c Provimento nº 228/2017 da CGJ/AM. Proceda-se à baixa definitiva e arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. P. R. I.C.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0645075-61.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Cleuda de Oliveira Rodrigues - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel

depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo requerimento, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei e apuração de responsabilidade processual. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0645937-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Emanoel Romão Beserra - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Da gratuidade da justiça: Defiro à parte autora os benefícios da justiça gratuita, por tratar-se de pessoa natural a qual tem presunção juris tantum de hipossuficiência econômica, nos termos do art. 98 do CPC. Da Tutela de Urgência: Para concessão desta liminar, faz-se necessário analisar a "probabilidade do direito", o "perigo na demora" ou o "risco ao resultado útil do processo", requisitos estes insertos no corpo do próprio art. 303 do Código de Processo Civil. No que tange à probabilidade do direito, verifico seu preenchimento com a juntada das faturas de fornecimento de energia elétrica onde podemos constar a instabilidade da cobrança sobre o consumo (Matrícula 0009897-3), a alteração substancial do valor das novas cobranças e a tentativa da parte autora de solucionar administrativamente a excessiva cobrança. Acerca do perigo na demora, também vislumbro a sua existência, na medida em que o serviço de fornecimento de energia elétrica é bem essencial da coletividade, inerente ao bem estar social, à dignidade da pessoa humana, não podendo, em regra geral, ser interrompido quando verificado indícios de vício no fornecimento do serviço público. Diante do exposto, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada, determinando a intimação da ré para que se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica à parte autora. DETERMINO que a concessionária ré se limite a efetuar as cobranças vincendas, referentes à prestação do serviço de energia elétrica, apurando a média de consumo da parte autora de junho de 2018 até junho de 2019. DETERMINO ainda que a parte ré se abstenha de efetuar cobrança referentes às faturas vencidas e não pagas, bem como de inserir o nome da parte autora no cadastro de inadimplentes em relação às faturas ora contestadas, até o deslinde da presente demanda. Acaso a parte ré descumpra quaisquer das tutelas concedidas à parte autora, estará sujeita a aplicação de multa astreinte no valor de R$ 500,00 por dia de descumprimento, limitando o valor de R$ 10.000,00. Ante a necessidade de comprovação da media de consumo, DETERMINO que a parte Requerida efetue a troca do medidor da Unidade Consumidora, bem como apresente a Carga Instalada até a contestação. Dos procedimentos de praxe: Cite-se a Ré e intimem-se a parte autora para comparecerem à audiência de conciliação preliminar a que alude o art. 334 do CPC, designada para o dia 21/10/2019, às 08h30min, a ser realizada no CEJUSC - Cível. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado" (Art. 334, §8º, do CPC). Cite-se.Intimem-se. Cumpra-se com a urgência que se requer.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: RUBENS ALVES DA SILVA (OAB 9610/AM) - Processo 0649866-10.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - EXEQUENTE: Francisco Cordovil Brito - EXECUTADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Trata-se de início da fase de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública. Defiro o pedido de fls. 224-226 para, em execução invertida, intimar a autarquia previdenciária para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar os cálculos da condenação imposta. Apresentados os cálculos, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELAINE PRISCILLA DE SOUSA MARTINS (OAB 10688/AM) - Processo 0654536-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Washington Luís Guimarães Pereira - Defiro o pedido de fls. 54, expeça-se o mandado conforme requerido. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0706522-94.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Entec Comercial Importadora e Exportadora Ltda - EXECUTADA: Empreiteira Fernandes Ltda - Defiro o pedido de adjudicação dos bens penhorados. Expeça-se o auto de adjudicação , conforme art. 877 do CPC. Cumpra-se .

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0717790-48.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento Indevido - EXEQUENTE: Japurá Pneus Ltda - EXECUTADO: J. Soares Construcoes e Comercio LTDA - Intime-se o Requerente para, que no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca do prosseguimento do feito, devendo requerer expressamente o que entender de direito, sob pena de extinção sem resolução do mérito nos termos, do art. 485,III do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

Adelaide da Costa Novo Antony (OAB 1361/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Paula da Silva Sousa (OAB 6608/AM)
Anderson de Souza Lima (OAB 10190/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Armando de Oliveira Freitas (OAB 638/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
Bruno Machado de Lima (OAB 12597/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Celso Meira Júnior (OAB 8635/SC)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cláudia Yu Watanabe (OAB 152046/SP)
Clovis Ferro Costa Junior (OAB 109253/RJ)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
DANIEL NIEMEYER BARBOSA DA FONSECA (OAB 200775RJ)

Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Elaine Priscilla de Sousa Martins (OAB 10688/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Cordeiro Antony (OAB 1040/AM)
Flávio Cordeiro Antony Filho (OAB 6910/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Henrique Hércules da Costa Pinto (OAB 10229/AM)
Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)
Humberto Filipe Pinheiro Pedrosa (OAB 13037/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB 7413/MT)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jackson William de Lima (OAB 60295/PR)
Joana Darc dos Santos Cordeiro (OAB 8645/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Jorge Bruno de Menezes Maia (OAB 8637/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Karla Patrícia Bulaslan de Mendonça (OAB 11742/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Kely Patrícia Paixão Silva (OAB 9763/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Lando Borges Bottosso (OAB 26158/GO)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Lidiane de Souza Soares (OAB 12067/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Luciana Viana Cidrônio de Andrade (OAB 8104/AM)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Marcio Cândido de Araujo (OAB 9298/AM)
Márcio Djames da Costa Furtado (OAB 4533/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Pauline Chíxaro Voss (OAB 6648/AM)
Paulo Sérgio Oliveira Amorim (OAB 12779/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)
ROSYANE PAULA DA SILVA LOUZADA (OAB 10883/AM)
Rubens Alves da Silva (OAB 9610/AM)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sulamita Augusta da Silva (OAB 435/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Vanessa da Silva Jacaúna (OAB 8902/AM)
William Batista Nésio (OAB 70580/MG)
William da Silva Simonetti (OAB 7441/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
YURI ANDRE BALBI DIAS DE SOUZA (OAB 14928/AM)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0305/2019

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0004770-41.2006.8.04.0001 (001.06.004770-5) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud,Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL BARROSO FONTELLES (OAB 119910/RJ), ADV: VALTER DE SOUZA NEVES (OAB 4807/AM), ADV: RUBEM DE MIRANDA SARMENTO (OAB 4833AM), ADV: VALTER DE SOUZA NEVES (OAB 4807AM) - Processo 0034515-66.2006.8.04.0001 (001.06.034515-3) - Cumprimento de sentença - DIREITO CIVIL - EXEQUENTE: Cabea - Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Estado do Amazonas - EXECUTADO: Oswaldo Oliveira Coelho e outros - Requisitem-se à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio do Sistema Informatizado do BACENJUD, a transferência dos valores bloqueados para a conta deste juízo. Na sequência, publique-se a presente decisão, e após o transito em julgado, ou em caso de recurso recebido sem efeito suspensivo, autorizo, desde já a expedição do alvará em nome de pessoa habilita para tal nos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSEMARA SOUZA DINIZ DA SILVA (OAB 7161/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0037108-93.2010.8.04.0012 (012.10.037108-9) - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Luiz Antonio Carmo de Jesus - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Diante da inércia da executada, HOMOLOGO para que produza seus jurídicos e legais efeitos o cálculo de liquidação apresentado pela exequente, devendo a execução prosseguir pelo valor apontado às fls. 534-540, ou seja, R$ 499.861,60. Tratando-se de crédito devido pela fazenda, faz-se necessária a expedição de precatório nos termos do art. 100, caput, da CF. Desta feita, expeça-se ofício à D. Presidência do Tribunal solicitando a expedição de Precatório nos termos do art. 18 da Resolução nº 03/2014 do TJAM para pagamento da quantia indicada. Após, permaneçam os autos arquivados provisoriamente até o efetivo pagamento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: JOSEMARA SOUZA DINIZ DA SILVA (OAB 7161/AM) - Processo 0037108-93.2010.8.04.0012 (012.10.037108-9) - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Luiz Antonio Carmo de Jesus - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos, Luiz Antonio Carmo de Jesus, já qualificado na ação que move contra Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, opõe EMBARGOS DECLARATÓRIOS em face de decisão de fls. 556-557 que julgou a impugnação ao cumprimento de sentença. Alega que a decisão foi omissa quanto à definição do crédito da exequente. Argumenta, ainda, que não teve má-fé na elaboração da conta equivocada, pois se trata de tema complexo e, por isso,

entende que há contradição na sua condenação em honorários. Contrarrazões juntadas. Embargos opostos tempestivamente. Vieram conclusos. É o relato. Decido. Os embargos de declaração têm por finalidade completar, aprimorar, decisão que eventualmente contenha vícios de omissão, contradição ou obscuridade. É recurso de fundamentação vinculada, com cabimento limitado às hipóteses legais. Com efeito, os declaratórios não se prestam à busca de rediscussão do que foi decidido. A omissão ensejadora do provimento dos embargos declaratórios tem como pressuposto a ausência de apreciação de algum ponto ou questão relevante, a respeito da qual o juízo deveria ter se manifestado. No caso, não há omissão na sentença embargada. A decisão buscou evitar novos equívocos na elaboração do cálculo e determinou a intimação do INSS para juntar cálculo atualizado. A própria embargante admitiu o excesso de execução. Ressalte-se que não cabe ao juízo a elaboração de cálculos, sendo esta uma incumbência da parte exequente, sejam eles simples ou complexos. De outro lado, a contradição que enseja embargos é a existência, na decisão embargada, de posições inconciliáveis. No caso, a condenação em honorários é corolário do reconhecimento de excesso de execução. A intenção do embargante não muda este fato. De todo modo, não haverá prejuízo ao embargante, já que este é beneficiário da justiça gratuita, conforme destacado na parte final de decisão embargada. Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer omissão ou contradição. Intimem-se as partes.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0500009-55.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0634140-69.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trabalho - EXEQUENTE: JOSE MARIA DA COSTA CARVALHO - EXECUTADO: INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social e outro - Reporto me à petição de fls. 91, este Juízo decidiu acerca da impugnação do cumprimento de sentença no despacho de fls. 65, que homologou as contas apresentadas 65. A Secretaria para que certifique acerca da intimação do Requerido quanto ao despacho de fls.65. Caso o Requerido não tenha sido intimado, proceda-se com a intimação via portal.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0608693-69.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela II, Atos processuais, Item b, recolha as custas referentes à emissão de certidão requisitada e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração a quantidade de folhas e linhas, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0612426-48.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fl. 127) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRGIO MARINHO LINS (OAB 2414/AM), ADV: VALDELENE PEREIRA DUARTE (OAB 1939/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM) - Processo 0614921-60.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Programa de Computador - REQUERENTE: Manahh Industria e Comercio de Produtos Alimentícios Ltda Epp - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM), ADV: CAIQUE CLEYDSON ALENCAR DE CARVALHO (OAB 12993/AM) - Processo 0615485-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriano Figueira de Aquino - REQUERIDO: Instituo Amazônia de Ensino Superior e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c art. 485, § 4º do CPC, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do pedido de desistência formulado nas fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOEL VASCONCELOS DA SILVA (OAB 5588/AM), ADV: ANTONIO BRASILEIRO PONTES (OAB 6088/CE) - Processo 0615504-79.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Marco Aurelio Feitosa de Albuquerque Lima Babadopulos - EXECUTADO: Tarcisio Muratori Junior - Diante do exposto, indefiro o pedido de fls. 233/238 e 145/250, mantendo a penhora e adjudicação já deferidas e consumadas pelo exequente, do imóvel situado no Residencial Vertentes do Tarumã, casa 205, Q F, Estrada do Cetur. Expeça-se mandado de imissão de posse em favor do exequente, caso já tenham sido pagas as custas. Intime-se o executado para que no prazo de cinco dias entregue ao exequente os demais bens penhorados e nominados na certidão de fls. 58, automóvel L2300 e forno industrial. Atente a Secretaria que houve renúncia de poderes outorgados pelo executado, fls. 264, devendo ser intimado pessoalmente, via Ar, para tal finalidade e para que constitua novo patrono. No mais, diante da não satisfação total do crédito, intime-se o exequente para que requeira o que entende ser de direito. Cumpra-se. Intimações necessárias.

ADV: NILDO NOGUEIRA NUNES (OAB 2698/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0617152-36.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0710836-83.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Afranio de Melo Oliveira - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tomem ciência da data marcada para o dia 15/10/2019 às 15h, no escritório: Rua Salvador, 120, térreo Sala -05, Bairro: Adrianópolis, Manaus-AM, CEP.: 69.057-040, para coleta dos padrões de escrita do Sr. Afrânio de Melo Oliveira, conforme informação do perito de fls. 203.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: DÉBORA ARAÚJO DE QUEIROZ (OAB 10157/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM) - Processo 0626098-21.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Igreja Batista Missionária Santa Geração - Vistos etc Vieram-me os autos conclusos. Verifico que a parte autora não procedeu ao preparo da demanda, motivo pelo qual determino o cancelamento da distribuição do feito e sua consequente baixa. Sem custas, tendo em vista que não houve prestação jurisdicional. P.R.I.C.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0628468-46.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: WANDRELEA DOS SANTOS MOREIRA - Assiste Razão ao Requerente HOMOLOGO para que produza seus jurídicos e legais efeitos o cálculo de liquidação apresentado às fls. 253/254, devendo a execução prosseguir pelo valor de R$ 30.959,88. Não havendo recurso, expeça-se a competente requisição de pagamento em 60 dias. Sucumbente a executada, arcará com honorários advocatícios em prol do patrono da parte credora no montante de 10% sobre a diferença entre os cálculos apresentados e aquele reconhecido como devido. Após a expedição do RPV, permaneçam os autos arquivados provisoriamente até o efetivo pagamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA ANTONY DE QUEIROZ (OAB 4560/AM), ADV: RENAN PEREIRA DE SOUZA LIMA (OAB 7054/AM), ADV: EVELYN CAMPELO LOUREIRO (OAB 5298/AM), ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM) - Processo 0629617-14.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Tutela Provisória - REQUERENTE: Salomão José Linhares da Silva Filho - REQUERIDA: Maria do Socorro Barbosa Viga e outro - Tendo em vista que a parte Requerente juntou custas às fls. 251, expeçam-se as citações conforme decisão de fls. 239/240.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0629668-88.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Almino Costa de Araújo - Vistos, O Requerido apresentou impugnação ao cumprimento de sentença alegando excesso de execução. Requereu a aplicação do efeito suspensivo com base no art. 525, §6º do Código de Processo Civil. Alegou que o excesso ocorreu em razão de a parte autora não compensar corretamente os valores pagos a parte autora nos seguintes benefício: a - NB 91/5509239103 - período de 10/11/2014 a 17/04/2015; b - NB31/6105604436 - período de 27/05/2015 a 27/09/2016. Por fim alega que o valor correto é R$ 38.500,41. Intimado a se manifestar acerca da impugnação o Requerente alegou que a diferença apurada pelo INSS decorre da utilização de RMI inferior à devida. Assiste Razão ao Requerente, HOMOLOGO para que produza seus jurídicos e legais efeitos o cálculo de liquidação apresentado às fls. 279/280, devendo a execução prosseguir pelo valor de R$ 43.364,18. Não havendo recurso, expeça-se a competente requisição de pagamento em 60 dias. Sucumbente a executada, arcará com honorários advocatícios em prol do patrono da parte credora no montante de 10% sobre a diferença entre os cálculos apresentados e aquele reconhecido como devido. Após a expedição do RPV, permaneçam os autos arquivados provisoriamente até o efetivo pagamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELL CORRÊA DE LIMA (OAB 9363/AM) - Processo 0631503-38.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Francisco Ventura Dantas - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 25/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631565-78.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR (fl. 63) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0631807-76.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - EXEQUENTE: Frank Correa David - HOMOLOGO para que produza seus jurídicos e legais efeitos o cálculo de liquidação apresentado pela parte autora, devendo a execução prosseguir pelo valor apontado a fls. 256/257, ou seja, R$ 16.910,69 Em havendo sucumbência recíproca: Condeno a requerida a pagar os honorários do patrono da autora, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC; Condeno a autora a pagar os honorários do advogado do requerido, os quais fixo em R$ 600,00 (seiscentos reais), com apoio no art. 85, § 8º, do CPC. Todavia, em razão da gratuidade de justiça concedida, fica suspensa a exigibilidade desses valores, que somente poderão ser executados se, no prazo de 5 (cinco) anos contados do trânsito em julgado da decisão que os certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação que ensejou o direito à gratuidade, após o que extingue-se a obrigação do beneficiário, nos termos do art. 98, § 3º do CPC. Descabe a compensação em relação aos honorários impostos nessa decisão, uma vez que não se trata de crédito e débito recíprocos das partes, mas sim crédito autônomo dos advogados, decorrente da sucumbência. Expeça-se RPV . Após a expedição do RPV, permaneçam os autos arquivados provisoriamente até o efetivo pagamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0632375-92.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que complemente as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0633341-16.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Rio Negro Loteamentos e Incorporacoes Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633895-53.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0640471-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Concessão - REQUERENTE: Bruna Maria Macena da Costa - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 25/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: VANESSA GUEDES DE AGUIAR (OAB 7493/AM) - Processo 0712813-13.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Espólio de César Augusto Bandeira Filho - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que junte aos autos o valor de seu crédito atualizado, uma vez que último cálculo fora o datado de 30/03/2016, no prazo de 05 (cinco) dias.

Alessandra Antony de Queiroz (OAB 4560/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Antonio Brasileiro Pontes (OAB 6088/CE)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caique Cleydson Alencar de Carvalho (OAB 12993/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Débora Araújo de Queiroz (OAB 10157/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Evelyn Campelo Loureiro (OAB 5298/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Joel Vasconcelos da Silva (OAB 5588/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Josemara Souza Diniz da Silva (OAB 7161/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Marcell Corrêa de Lima (OAB 9363/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nildo Nogueira Nunes (OAB 2698/AM)
Rafael Barroso Fontelles (OAB 119910/RJ)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Renan Pereira de Souza Lima (OAB 7054/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rubem de Miranda Sarmento (OAB 4833AM)
Sérgio Marinho Lins (OAB 2414/AM)
Valdelene Pereira Duarte (OAB 1939/AM)
Valter de Souza Neves (OAB 4807/AM)
Valter de Souza Neves (OAB 4807AM)
Vanessa Guedes de Aguiar (OAB 7493/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0306/2019

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0644789-83.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MÔNICA CRISTINA RAPOSO DA CÂMARA CHAVES DO CARMO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0307/2019

ADV: AMÂNDIO PRUDENTE DA COSTA (OAB 2584/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0033047-09.2002.8.04.0001 (apensado ao processo 0036092-21.2002.8.04.0001) (001.02.033047-3) - Cumprimento de sentença - Tutela Provisória - EXEQUENTE: José Jocy Nunes Monteiro - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - R. Hoje À Vista do bloqueio efetuado, intime-se o executado, na pessoa do seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, a fim de que, querendo, manifeste-se sobre a penhora no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 852, § 3º do CPC, ou, ainda, no prazo de 10 (dez), quanto aos ditames do art. 854, § 6º c/c 847 do CPC. Após, conclusos. Cumpra-se.

Amândio Prudente da Costa (OAB 2584/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0205/2019

ADV: CAMILA FERREIRA LÚCIO HENRIQUE (OAB 8417/AM), ADV: ANA PAULA DE OLIVEIRA BATISTA (OAB 4429/AM), ADV: HEVELANE DA SOSTA ALBUQUERQUE (OAB 4291/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ANA VIRGÍNIA VIEIRA FANALI (OAB 5167/AM), ADV: FELIPE AUGUSTO FONSECA VIANNA (OAB 6807/AM), ADV: THIAGO DE CASTRO LEMOS (OAB 6836/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0334685-28.2007.8.04.0001 (001.07.334685-4) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Vitoria Embalagens Ltda - REQUERIDO: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A e outro - Vistos, etc Analiso o petitório em fls.577 pelo Executado Rio Claro Trust de Recebíveis. Nesse contexto, autorizo ocorra a expedição do valor bloqueado em R$209,55 em favor da empresa Exequente. Na sequência, reporto-me ao pedido em fls.580/581 pelo Exequente. Em assim sendo, determino inicialmente que certifique nos autos a Secretaria da 4a. UPJ sobre se efetivamente transferidos à conta deste juízo o montante de R$70.535,29, valor penhorado no rosto dos autos do processo nº0604963-60.2013.8.04.0001 - 17a. Vara Cível, conforme assim informa o expediente em fls.574/575. Acaso tenha ocorrido apenas a transferência do valor de R$5.011,75, conforme assinala o Exequente em fls.580/581, determino seja expedido novo ofício ao juízo da 17a, Vara Cível, encarecendo ocorram providências à transferência a conta deste juízo do montante exequendo restante, ou seja, R$65.523,54. Por derradeiro, igualmente determino à Secretaria da 4a. UPJ que ultime providências ao cadastramento dos patronos em fls.598/599. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0601370-47.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Gilson Pinheiro de Moraes - Vistos, etc Ocorrendo concordância do Exequente com os cálculos exequendos apresentados pelo Executado, conforme fls.150, determino seja expedida a competente requisição de pagamento de obrigação de pequeno valor - RPV, ex vi do art.535, II, do CPC, em montante de R$13.158,48, para pagamento em prazo de 02 (dois) meses, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do Exequente.

Em assim sendo, determino apresente nos autos o Exequente a informação acima referida em prazo de 10 (dez) dias, a fim de que a Secretaria da 4a. UPJ ultime o cumprimento integral deste comando judicial. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0607610-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Neila Cristian Silva Maia - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos contidos na inicial, na forma do art. 487, inc. I., do CPC, e decido por: a) antecipar os efeitos da tutela, determinando que a autarquia Ré restabeleça o benefício previdenciário de auxílio-doença acidentário em favor da Autora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa do no valor de R$ 200,00 no limite de 10 repetições, devendo ser mantido o benefício até que submetida a Requerente a processo de reabilitação, nos moldes do art. 62, parágrafo único, da Lei n.º 8.213/1991; b) condenar a autarquia Ré ao pagamento das prestações do benefício de auxílio-doença acidentário, desde a data em que cessado administrativamente, em 16/01/2017, até a data em que reimplantado por intermédio desta decisão, acrescidas de correção monetária a partir do vencimento de cada parcela, segundo o INPC (art. 41-A da Lei n.º 8.213/1991) e juros de mora aplicados à caderneta de poupança, com incidência a partir da citação válida (art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97 e Súmula 204 STJ); c) consignar que, ante a impossibilidade de percepção simultânea de remuneração e benefício previdenciário, em decorrência do caráter substitutivo de renda deste último, deverão ser excluídas do período acima indicado as prestações do benefício de auxílio-doença relativas aos meses em que a Autora verteu contribuições ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS; d) determinar que, em sede de cumprimento de sentença, a autarquia Ré apresente a memória de cálculo desta parcela da condenação, na forma de execução invertida; e e) determinar a conversão do período em que a Autora esteve afastado percebendo auxílio-doença previdenciário (B-31) em auxílio-doença acidentário (B-91), no período de 02/10/2016 a 16/01/2017. Diante da sucumbência mínima da Autora, condeno a autarquia Ré ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, neste quantum compreendidas as parcelas vencidas até a prolação desta decisão, em consonância com a Súmula n. 111/STJ, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado desta, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: DEIVID LEANDRO NASCIMENTO DE ARAÚJO (OAB 13731/AM), ADV: SILVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM), ADV: MATHEUS LIMA DINIZ (OAB 13747/AM), ADV: ANSELMO LIMA DE MATOS FILHO (OAB 13644/AM) - Processo 0609309-15.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Imissão - REQUERENTE: Maria Ludiany Bezerra da Silva - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0612192-66.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda Administradora de Consórcios Ltda - Ante o exposto, conheço dos embargos de declaração opostos por Bradesco Administradora de Consórcios Ltda Administradora de Consórcios Ltda e, no mérito, lhes nego provimento. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MARCELO LEANDRO DAMIANI (OAB 325287/SP), ADV: CLAUDIO MANOEL MOLINA BORIOLA (OAB 371699/SP), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0613085-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dayane Fonseca Bahia, - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ MONTEIRO NAICE (OAB 6806/AM) - Processo 0615348-62.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Márcio Brandão Cunha - REQUERIDO: Mário Jorge Santiago da Cruz - Vistos, etc Analiso os petitórios em fls.126, 127 e 128, ao tempo em que verifico quanto ao interesse processual que pende ao Autor. Nesse contexto, designo audiência de instrução e julgamento ao vindouro dia 17/10/2019, às 09:30 horas. Registro que cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo, ex vi do art.455 do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: SABRINA BERTOCHI (OAB 210340/SP) - Processo 0617291-51.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: PÁTIO SERTÓRIO SHOPPING LTDA - Vistos, A citação por edital é medida excepcional e só deve ser deferida quando esgotadas todas as diligências que se mostram por disponíveis, a fim de que ocorra a citação do Executado. No vertente caso, verifico que o Exequente diligenciou várias vezes a fim de lograr citar os Executados, inocorrendo sucesso em todas as oportunidades. Ante o exposto, defiro o pedido de citação por edital, conforme peticionamento em fls.216/222, pelo prazo de 20 (vinte) dias, na forma do art. 256, II e 257, CPC. Advirto que em caso de revelia, será nomeado curado especial, na forma do art. 257, IV. Registro que a publicação deverá ocorrer na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal de justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, de tudo certificando-se nos autos, conforme o disposto no art. 257, II, CPC. Por derradeiro, igualmente defiro a providência requerida pelo Exequente em fls.222, letra “b”. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RICARDO YANO BARROS FREITAS (OAB 1248/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0617375-81.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcello de Souza Pauxis - REQUERIDO: Geap Autogestão Em Saúde - Vistos, etc Encerrada a fase postulatória do feito e sendo improvável a conciliação das partes neste momento processual, passo a sanear o processo na forma do disposto no art. 357 do NCPC. Fixo na espécie, os seguintes pontos controvertidos que referem às questões de fato e de direito sobre as quais deve recair a atividade probatória de natureza pericial, documental e testemunhal: da prescrição médica indicativa da necessidade de manutenção dos serviços de home care ao Autor como substitutivo da internação hospitalar; da indicação médica de alta ao paciente diante da estabilidade clínica de seu quadro; da suspensão dos serviços de home care que teriam gerado ao Autor danos de ordem material e moral; da responsabilidade civil objetiva; do nexo causal; da causação de dano. Inexistem questões processuais pendentes de análise como se vê em Contestação ofertada pela empresa Ré em fls.286/307. Doutro giro, chamo o feito a ordem no que refere ao deferimento de inversão do ônus da prova em prol do Autor, conforme decisão interlocutória em fls.114/119, eis que nos termos do Enunciado nº 608 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça: “Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, salvo os administrados por entidades de autogestão”, por ausência de relação de consumo na espécie, o que se revela a hipótese dos autos. Na sequência, determino que se inicie a dilação probatória através da realização de prova pericial. Em assim sendo, nomeio perito judicial nos autos o Dr. Frederico Germano Lopes Cavalcante CRM nº 4742, médico de família, fredericogermano@gmail.com, (92)988270787, a fim de que no prazo de 60 (sessenta) dias apresente laudo pericial nos autos. Intimem-se às partes para que em 15 (quinze) dias ultimem as diligências do art.465, §1º do CPC. Notifique-se o perito judicial para em 05 (cinco) dias apresentar proposta de honorários periciais. Dispenso ao perito judicial a comprovação de currículo com comprovação de especialização, à vista de que tais documentos já estão carreados ao banco de peritos judiciais junto a este juízo. Apresentada a proposta de honorários, digam as partes em 05 (cinco) dias e após, voltem-me conclusos à decisão. Por derradeiro e em atenção aos termos dos petitórios em fls.375/378, 416/420 e 431/435, tenho por indeferir o requerimento de substituição do serviço de home care ao Autor pelo serviço denominado “Programa de Gerenciamento de Casos”, em observância aos termos do Agravo de Instrumento nº4002348-42.2017.8.04.0000 - fls.384/408. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG) - Processo 0618953-16.2016.8.04.0001 - Insolvência Requerida pelo Credor - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Vistos, etc Defiro parcialmente os pedidos de fl.75/84, em observância ao princípio da cooperação. Assim, determino ocorra a pesquisa de bens em nome dos Executados, através dos sistemas Infojud e Renajud. Intime-se o Exequente para que proceda ao prévio recolhimento de custas de requisição de informações por meio eletrônico para obtenção de dados, na forma da Tabela III, item 9, da Portaria n.º 116/2017 - PTJ, de 23 de janeiro de 2017. Em caso de resposta negativa, intime-se o Exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Doutro giro, determino sejam pessoalmente intimados os Executados através dos endereços informados em fls.75, sobre os bloqueios realizados nos autos através do sistema BacenJud - conforme fls.66/69, em observância ao disposto no art.854, §2º do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM), ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0620034-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Marlinda Marques da Silva, - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora para que se manifeste acerca da proposta de acordo de fls. 49, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0620454-34.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0625645-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Antonio Saraiva da Silva Junior - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0626265-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: João Gonzaga Monteiro - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0627172-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Fabricia Moraes Pires - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627230-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Wagner de Oliveira Maciel - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0633389-72.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0635122-15.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria do Socorro Vieira Gomes - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0635122-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Priscila Oliveira e Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelada para que, querendo, ofereça contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0636930-16.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: CAROLINE DE CASTRO PEROZZO (OAB 11195/AM), ADV: TONY FÉLIX TOMÉ (OAB 7688/AM), ADV: JEFERSON ANJOS DA SILVA (OAB 9794/AM), ADV: LÚCIA DE FÁTIMA LLANOS AGUIRRE (OAB 11948/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: ANA CAROLINA DE MENEZES CARVALHO (OAB 13583/AM), ADV: BRUNO CLÁUDIO ELESBÃO (OAB 7468/AM) - Processo 0637277-20.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S/A - REQUERIDA: Rosiane Vieira Duarte e outro - Vistos, etc Defiro como requerido pela empresa Requerente em fls.364 e 366. Ultimadas as providências legais pela Secretaria da 4a. UPJ, façam-se conclusos à sentença. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0646392-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Jorge Alan da Silva Maia - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos

contidos na inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, na forma do art. 487, inc. I., do CPC, para: a) determinar a conversão do auxílio-doença percebido pelo Autor em aposentadoria por invalidez, desde a data da citação válida; e b) determinar a conversão do benefício de auxílio-doença previdenciário (B-31) em acidentário (B-91), no período de 27/07/2018 até o termo inicial de conversão em aposentadoria por invalidez. Diante da sucumbência mínima do Autor, condeno a autarquia Ré ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, incidindo juros moratórios a partir do trânsito em julgado desta, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM) - Processo 0646796-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: G.S.P. e outros - Ante o exposto, julgo liminarmente improcedentes os pedidos contidos na exordial, resolvendo no mérito a presente demanda, nos moldes do art. 487, II, c/c art. 332, § 1.º, ambos do CPC. Deixo de condenar os Requerentes ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em virtude da concessão da gratuidade de justiça que ora se lhe deferiu. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0647680-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: José de Castro Moura - Verifico que o Autor, a despeito de menção feita em fl. 01, não formula pedido de tutela provisória de urgência. Ressalto ainda que, mesmo considerando o conjunto de sua postulação, não é possível depreender tal requerimento. Assim, determino seja intimado o Requerente a fim de que emende a exordial, em prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do art. 319, IV, c/c art. 321, ambos do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0649410-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jeferson Jesus de Castro - Ante ao exposto, decido por: a) indeferir a antecipação dos efeitos da tutela; b) deferir a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 1.º, do CPC; c) postergar a apreciação do pedido de inversão do ônus da prova para a ocasião do saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC; d) determinar que o Banco Requerido, no prazo de contestação, acoste aos autos o contrato de que trata a presente demanda; e e) determinar sejam encaminhados os autos ao CEJUSC/CIVEL, para procedimentos relativos à audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334 do CPC. P.R.I.C.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0649478-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alcilene Torres da Silva - Ante ao exposto, decido por: a) indeferir a antecipação dos efeitos da tutela; b) deferir a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 1.º, do CPC; c) postergar a apreciação do pedido de inversão do ônus da prova para a ocasião do saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC; d) determinar que o Banco Requerido, no prazo de contestação, acoste aos autos o contrato de que trata a presente demanda; e e) determinar sejam encaminhados os autos ao CEJUSC/CIVEL, para procedimentos relativos à audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334 do CPC. P.R.I.C.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0649601-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Anselmo Rolim de Andrade - Vistos, etc. Em reanálise aos autos e consultando o Sistema de Automação da Justiça - SAJ, verifico que o presente processo foi distribuído por dependência ao processo de n.º 0649599-04.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, não se verifica relação entre os referidos processos, uma vez que as partes e os objetos são divergentes. Ademais, o Requerente da demanda não pleiteou distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam a reunião dos processos em questão. Ante o exposto e por não existir conexidade entre as demandas, nos termos do art. 286 do CPC/2015, determino ocorra a remessa dos autos ao setor de Distribuição Processual, a fim de que se proceda a distribuição ordinária do feito. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ADRIANE LARUSHA DE OLIVEIRA ALVES (OAB 10860/AM), ADV: THERSE CATARINE PIRES FIGUEIREDO (OAB 11406/AM), ADV: CAROLINA POSTIGO SILVA (OAB 9214/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: ALINE FERREIRA DE ANDRADE (OAB 7676/AM), ADV: MENDELSSON COSTA DUARTE (OAB 8319/AM), ADV: ILKA CRISTINA DI FELÍCIO PINTO DA SILVA (OAB 9727/AM) - Processo 0655550-13.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Eternal Indústria Comércio Serviços e Tratamentos de Resíduos da Amazônia Ltda. - Vistos, etc Defiro, como requerido em fls. 56 no sentido de que se ultime nos autos a penhora on line. Assim, intime-se a empresa Exequente para que apresente em 10 (dez) dias planilha atualizada do débito exequendo, bem assim proceda ao prévio recolhimento de custas de requisição de informações por meio eletrônico, na forma da Tabela III, item 9, da Portaria n.º 116/2017 - PTJ, de 23 de janeiro de 2017.Após, determino ocorram providências de acesso e bloqueio através do sistema BacenJud. Tornados indisponíveis ativos financeiros do Executado, intime-se-lhe pessoalmente, em observância ao disposto no art.854, §2º do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

Adriane Larusha de Oliveira Alves (OAB 10860/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Aline Ferreira de Andrade (OAB 7676/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina de Menezes Carvalho (OAB 13583/AM)
Ana Paula de Oliveira Batista (OAB 4429/AM)
Ana Virgínia Vieira Fanali (OAB 5167/AM)
André Luiz Monteiro Naice (OAB 6806/AM)
Anselmo Lima de Matos Filho (OAB 13644/AM)
Bruno Cláudio Elesbão (OAB 7468/AM)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Ferreira Lúcio Henrique (OAB 8417/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carolina Postigo Silva (OAB 9214/AM)
Caroline de Castro Perozzo (OAB 11195/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Claudio Manoel Molina Boriola (OAB 371699/SP)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Deivid Leandro Nascimento de Araújo (OAB 13731/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Augusto Fonseca Vianna (OAB 6807/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hevelane da Sosta Albuquerque (OAB 4291/AM)
Ilka Cristina di Felício Pinto da Silva (OAB 9727/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jeferson Anjos da Silva (OAB 9794/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lúcia de Fátima Llanos Aguirre (OAB 11948/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo Leandro Damiani (OAB 325287/SP)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Matheus Lima Diniz (OAB 13747/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Mendelsson Costa Duarte (OAB 8319/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)

Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Ricardo Yano Barros Freitas (OAB 1248/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Sabrina Bertochi (OAB 210340/SP)
SILVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Therse Catarine Pires Figueiredo (OAB 11406/AM)
Thiago de Castro Lemos (OAB 6836/AM)
Tony Félix Tomé (OAB 7688/AM)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0207/2019

ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0214092-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Debora Munis Coelho - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 695A/AM) - Processo 0229442-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: F.P.S. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0606667-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Carlos Alberto Pereira Coelho - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 23008A/PB), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ) - Processo 0607903-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elson Correa de Souza - REQUERIDO: Centrape Central Nacional dos Aposentados e Pensionista do Brasil - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0612672-73.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - In casu, entendo que não foram esgotadas as diligências necessárias para a localização do requerido, pelo que indefiro o pedido de citação por edital e determino a intimação do requerente para apresentar novo endereço no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0615803-56.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620388-25.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - In casu, preenchido os requisitos autorizadores do art. 256 do CPC, verifico esgotadas as diligências necessárias para a localização do EXECUTADO, razão pela qual DEFIRO o pedido de CITAÇÃO EDITALÍCIA no prazo de 30 (trinta) dias. Intime-se o Autor para o recolhimento das custas da referente diligência. Após, expeça-se o edital. Advirta o EXEQUENTE acerca do que dispõe o art. 258, do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0623826-25.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da juntada 160/164, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0625459-71.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Zimar Ribeiro Pinheiro - DECISÃO R.H. Trata-se de Cumprimento de Sentença em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Comparece o Requerente, a fls. 136, manifestando concordância com os valores apresentados pelo Requerido (fls. 123/129), pelo que requer a homologação dos cálculos. Pois bem, diante da manifestação de concordância do Autor, HOMOLOGO os CÁLCULOS apresentados pelo Requerido, em consequência, DETERMINO a EXPEDIÇÃO do pertinente Requisitório de Pequeno Valor - RPV. Com o depósito, DEFIRO, de logo, a EXPEDIÇÃO do ALVARÁ de LEVANTAMENTO em favor do autor e respectivo advogado. I.C. Manaus, 13 de setembro de 2019. Márcio Rothier Pinheiro Torres JUIZ DE DIREITO

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626218-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: David Lahan Evangelista - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0626545-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Nilda Cardoso Castro - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0626552-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Nilo Nunes da Silva - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626791-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Riane Pedrosa da Rocha - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0627880-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Izeane Medeiros de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0629950-53.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AMANDA ALBUQUERQUE AGUILAR (OAB 13657/AM) - Processo 0631154-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Zi Cunha Moreira - Isto posto, por tudo mais que dos autos consta, à luz do preceito contido no art. 487, inciso I, do CPC, resolvendo o MÉRITO da demanda, a JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE, para os fins de DECLARAR RESCINDIDO o CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL referente unidade habitacional nº 202, Bloco "C" do Empreendimento denominado "RESIDENCIAL BELA VISTA - ALFAZEMA", bem como CONDENAR as Requeridas NOVA VIDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA SPE e NV INDUSTRIA COMERCIO E CONSTRUÇÃO LTDA à RESTITUIÇÃO, em única parcela, do valor referente a 85% (oitenta e cinco por cento) da quantia paga pela Requerente, tendo como base o valor R$ 51.697,86 (cinquenta e um mil seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e seis centavos), devidamente atualizada, incidindo juros legais de 1% ao mês e correção monetária oficial (INPC) a partir dos efetivos desembolsos. Em consequência ao pronunciamento jurisdicional, DECLARO a INEXIGIBILIDADE DOS DÉBITOS VENCIDOS E VINCENDOS referente ao CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA em tela, em razão da DECLARAÇÃO de RESCISÃO JUDICIAL. JULGO IMPROCEDENTES os demais pedidos, conforme fundamentado. CONDENO ainda as REQUERIDAS ao ônus da SUCUMBÊNCIA, em custas processuais, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, que ARBITRO na ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, segundo dicção do artigo 85, §2°, do CPC. Com o trânsito em julgado, dê-se BAIXA e ARQUIVEM-SE os autos. P.R.I.C.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LAURO BRACARENSE FILHO (OAB 69508/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632585-41.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Sobral Invicta da Amazônia Indústria de Plásticos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM) - Processo 0635087-84.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Gabriel Soares Alvarenga Silveira - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: DIEGO GOMES BASSE (OAB 252527/SP) - Processo 0638205-97.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Bonnaire Business Setor Office - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0642120-28.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Pss - Seguridade Social - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0642425-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisca Costa da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0642425-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisca Costa da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM), ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0648365-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Keit Maciel da Gama - REQUERIDO: Editora Ana Cassia Ltda (Jornal Dez Minutos) e outros - RELATÓRIO Vistos. Em exame, PETITA apresentada voluntariamente pelos Requeridos a fls. 99/105, INFORMANDO a interposição de AGRAVO DE INSTRUMENTO tombado sob o n.º 4004448-96.2019.8.04.0001 e requerendo o exercício do JUÍZO DE RETRATAÇÃO na forma do §1º do art. 1.018 do CPC. Sob apreciação ainda, EMBARGOS DECLARATÓRIOS a fls. 224/230, apresentado pela AUTORA, apontando OMISSÃO quanto a análise do requerimento para que os REQUERIDOS/EMBARGADOS "abstenham-se de veicular o nome da EMBARGANTE pelos mesmos fatos e motivos que trataram a matéria, seja em mídia digital ou impressa, ou divulgação de vídeos e imagens". Após, comparece a AUTORA novamente aos autos, a fls. 231/234, para requerer a "improcedência do pedido de reconsideração" firmado

pelos REQUERIDOS, e posteriormente, a fls. 236, apresentar o conteúdo de seu "DIREITO DE RESPOSTA" para publicação nos meios de comunicação dos Requeridos, conforme determinado à DECISÃO de fls. 80/84. Retornaram os autos em CONCLUSÃO. É o necessário a relatar. FUNDAMENTAÇÃO Passo a apreciar o JUÍZO DE RETRATAÇÃO na forma do §1º do art. 1.018 do CPC em face dos termos da DECISÃO proferida a fls. 80/84, em sede de cognição sumária, relativamente à TUTELA DE URGÊNCIA, concedida inaudita altera pars, com base nas argumentações e documentos produzidos pela AUTORA na INICIAL. Conforme o texto contido na DECISÃO hostilizada, a mesma fora editada com base em DIREITOS e GARANTIAS CONSTITUCIONAIS CONFLITANTES, onde, naquele momento, restou avaliada a VALORAÇÃO DE CADA INSTITUTO para prolação do entendimento emanado por este Juízo. Diante do contexto fático-jurídico quando da análise da TUTELA DE URGÊNCIA, fora abalizado o entendimento no sentido de que a matéria veiculada guardava potencial lesivo à honra da AUTORA. Num exame mais aprofundado - e em face dos argumentos contidos na peça posta pelos REQUERIDOS - e documentos que a acompanham, firmando o CONTRADITÓRIO - ainda que precário, percebe-se que, com efeito, a matéria comporta reexame e posicionamento diverso - isto porque o que se enfrenta no contexto, é a notória valoração de direitos constitucionais sobrepostos, argumentação já brevemente acenada à DECISÃO, registrando-se acerca da RESPONSABILIDADE dos REQUERIDOS quanto ao CONTEÚDO VEICULADO observado procedimento legal assegurado direito ao contraditório. Recentes discussões acerca do tema em questão, com inúmeros posicionamentos sob diversos pontos de vista, foram trazidas à baila. Registre-se que NÃO SE OBJETIVOU, na DECISÃO, qualquer CENSURA aos MEIOS DE COMUNICAÇÃO - e/ou sequer ao EXERCÍCIO da digna profissão, mas o FOCO da PROTEÇÃO JURISDICIONAL se deu tão somente com vistas a PROTEGER a IMAGEM do(a) CIDADÃO(Ã) - mesmo porque - conforme anunciado, a LIBERDADE DE EXPRESSÃO e DIREITO À INFORMAÇÃO, são INSTITUTOS JURÍDICOS que NÃO se fazem SOBERANOS, sob a ótica constitucional. Comente-se ainda que, como cediço, no ESTADO DEMOCRÁTICO de DIREITO - e diga-se : há DÉCADAS, a CENSURA já se apresenta INACEITA - e por isso, RISCADA da ADMISSIBILIDADE JURÍDICA, restando plenamente CONSOLIDADO o DIREITO DE INFORMAÇÃO e a LIBERDADE DE EXPRESSÃO. Com o advento da INTERNET, a globalização das informações e a agilidade com a qual se propagam, surgiram também as atuais "FAKE NEWS" (matérias inverídicas ou sensacionalistas para distorcer o conteúdo informativo) as quais podem atingir pessoas ou grupo de pessoas ipsu factu, viabilizando a prática de ilícitos cíveis e/ou criminais, em tempo recorde e inimaginável. A observação dos valores postos em análise ao Judiciário acerca desses CONFRONTOS DE DIREITOS devem ser avaliados com minúcia e parcimônia, de meio e modo a, por um lado, PROTEGER eventual OFENSA À HONRA E DIGNIDADE da PESSOA - e de outro, a AMPARAR o DIREITO PÚBLICO à INFORMAÇÃO e à LIBERDADE DE EXPRESSÃO de outros. Feitas tais considerações e adentrando objetivamente aos autos, tem-se a fls. 218/219, como parte integrante do RECURSO interposto pelos REQUERIDOS, o DOCUMENTO-FONTE da MATÉRIA JORNALÍSTICA VEICULADA, que revela a ORIGEM e o FUNDO DE VERACIDADE da MATÉRIA - não se tratando portanto, de fake news. Qual seja : a INFORMAÇÃO fornecida pela ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO AMAZONAS, CONFIRMANDO a existência de REQUISIÇÃO de INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL sobre o caso veiculado na matéria. REAPRECIANDO detalhadamente a MATÉRIA VEICULADA - ainda que de maneira NÃO EXAURIENTE, mas tendo em conta o EXERCÍCIO do CONTRADITÓRIO, com as RAZÕES CONTRAPOSTAS à INICIAL, não se vislumbra ter produzido, ou contextualizado qualquer espécie de ofensa à honra da Autora - ou de qualquer outra pessoa constante no texto publicado, capaz, em sede de congnição sumária, causar-lhes a alegada lesividade. Ademais, a MATÉRIA NOTICIADA não se apresenta de forma EXCESSIVA e diz respeito ATOS de PESSOA(S) NO EXERCÍCIO de CARGO PÚBLICO - e assim, LEGÍTIMA a VEICULAÇÃO da NOTÍCIA ao POVO. Neste sentido : EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MATÉRIA VEICULADA EM JORNAL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. LIBERDADE DE IMPRENSA. EXCESSO NÃO PRATICADO. 1) A Constituição Federal protege a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, enquanto atributos da personalidade. No entanto, também assegura a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, a liberdade de manifestação do pensamento e a plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social. Exigese, para que se configure o dever de indenizar do órgão de imprensa e do jornalista, a demonstração do abuso; 2) O Apelante, como pessoa pública, eis que político de notória atuação no âmbito do Estado do Amapá, está sujeito a opinião pública, e para a formação dessa opinião, nada mais essencial do que a informação, cujo meio de maior difusão é a imprensa; 3) Não restando evidenciado nos autos o ânimo da parte Apelada em ofender a dignidade do Apelante, havendo, tão somente, o animus narrandi acerca de fatos que estavam sendo apurados, não há que se falar em dever de indenizar; 4) Apelo não provido. (TJAP APL: 00076326220138030002 AP, Relator: Desembargador MANOEL BRITO, Data de Julgamento: 04/10/2016, CÂMARA ÚNICA). (destaques nossos) EMENTA: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. INDENIZATÓRIA. DIREITO A PERSONALIDADE. DIREITO A INFORMAÇÃO. PONDERAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. PREVALÊNCIA NO CASO CONCRETO DO DIREITO À INFORMAÇÃO. MATÉRIA JORNALÍSTICA. MERA INFORMAÇÃO. OFENSA A PERSONALIDADE NÃO CONFIGURADA. DANO MORAL. NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Ação indenizatória cumulada com obrigação de fazer, na qual a parte autora interpôs recurso inominado contra a sentença que julgou improcedentes os pedidos iniciais. 2. Alega a recorrente que o réu noticiou fatos inverídicos sobre sua pessoa e que estes lhe causaram angustias e sofrimentos aptos a configurar danos morais. Dispõe que o direito da personalidade prevalece sobre a liberdade de informação. Por fim, pugna pela procedência recursal. 3. Do que se extrai do conjunto probatório, tem- se que a sentença não merece reforma. 4. A reportagem que se limita a transmitir os fatos ocorridos e testemunhados não extrapola os limites da liberdade de imprensa e do direito de informar. 5. Do que se extrai da matéria jornalística objeto da lide, a publicação não teve por objetivo atingir a honra ou personalidade da autora. Apenas limitou- se a narrar fatos aduzidos em diversos boletins de ocorrência. 6. Em caso de colisão de direitos fundamentais devese utilizar o método de ponderação perante o caso concreto. Assim, diante de informações verídicas, baseadas em boletins de ocorrência e diversos relatos das partes envolvidas, sobre questão de segurança pública e de vizinhança, não há que falar em prevalência do direito da personalidade sobre o direito à informação. 7. Ainda, tais informações coadunam com a segurança de dezenas de pessoas que residem perto do local onde os fatos estariam a ocorrer, colaborando assim com a segurança e paz social de muitas pessoas. Neste caso, o direito da coletividade deve prevalecer perante o direito individual, devendo, portanto, a sentença se manter em seus termos. 8. Recurso da autora conhecido e não provido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. 9. Condenado o recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios em favor do patrono do recorrido, arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (art. 55 da Lei n.º 9.099/95), todavia, suspensos em razão da concessão da gratuidade de justiça, que ora defiro. 10. Acórdão elaborado de conformidade com o disposto nos artigos 46 da Lei 9.099/1995. (TJDF 07176458420178070016 DF 071764584.2017.8.07.0016, Relator: EDILSON ENEDINO DAS CHAGAS, Data de Julgamento: 08/11/2017, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Publicação: Publicado no PJe : 12/11/2017 . Pág.: Sem PáginaCadastrada.) (destaques nossos) EMENTA - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - TUTELA ANTECIPADA - PEDIDO DE RETIRADA DE MATÉRIA JORNALÍSTICA DE SITE DA INTERNET - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO CABAL DE DOLO DE OFENSA À IMAGEM DAS PESSOAS CITADAS NA MATÉRIA - DIREITO À HONRA E À IMAGEM - LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE INFORMAÇÃO - PONDERAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS - PREVALÊNCIA

DO DIREITO À INFORMAÇÃO - RECURSO DESPROVIDO. 1. Em não havendo comprovação cabal de ofensa à imagem e honra das pessoas citadas em matéria jornalística publicada em site de notícias da internet, não há se falar em concessão de medida liminar para retirada da matéria do ar. Necessidade de instrução processual em que sejam observados os princípios do contraditório e ampla defesa, para eventual comprovação do alegado pela parte que se diz prejudicada pela notícia. 2. No caso de choque entre direitos fundamentais que se revestem da mesma proteção, a saber, a constitucional, há a necessidade de se ponderar referidos direitos para se chegar à conclusão sobre qual deve prevalecer. Na hipótese de haver alegação de violação de direito à honra e imagem sem prova cabal de sua ocorrência, em detrimento do direito fundamental de liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação, este último prevalece, tendo em vista que a própria Constituição da República veda a censura a tais manifestações, mormente no caso dos autos, em que a medida requerida é de caráter liminar, sem que haja um mínimo de demonstração da alegada ofensa a direitos da personalidade dos Recorrentes. Precedentes do STJ. 3. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS - Agravo de Instrumento AI 14150574420158120000 MS 1415057- 44.2015.8.12.0000 (TJ-MS) Jurisprudência Data de publicação: 21/02/2017). (destaques nossos) EMENTA: RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER/NÃO FAZER E DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. LIBERDADE DE IMPRENSA VERSUS DIREITO À HONRA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR NA ORIGEM. TUTELA PROVISÓRIA PARA A REMOÇÃO DE CONTEÚDO POSTADO NA INTERNET (REPORTAGENS EM BLOG) E INIBIÇÃO DE NOVAS MENÇÕES DOS DEMANDANTES/ AGRAVANTES. PRETENSÕES REPRESSIVA E PREVENTIVA. REMOÇÃO ESPONTÂNEA PELOS DEMANDADOS/ AGRAVADOS. PERDA PARCIAL DO OBJETO. PERSISTÊNCIA DO INTERESSE RECURSAL QUANTO À PRETENSÃO PREVENTIVA. COMANDO INIBITÓRIO COM INEGÁVEL CONTEÚDO DE CENSURA PRÉVIA. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL. ENTENDIMENTO DO STF. MANUTENÇÃO DO INDEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA. 1. Relativamente à pretensão antecipatória repressiva, os demandantes/agravantes objetivavam, conforme a inicial, a remoção integral das postagens existentes que menciona[vam] direta ou indiretamente os autores . Embora não tivesse havido expressa indicação das respectivas URLs, os demandantes/agravantes fizeram expressa referência às duas reportagens espontaneamente removidas pelos demandados/ agravados como sendo aquelas em que teria havido a difusão de conteúdo supostamente ofensivo. Portanto, especificamente no ponto, a pretensão recursal perdeu seu objeto. 2. No mais, isto é,... naquilo em que a pretensão antecipatória se reveste de conteúdo preventivo, dirigida para que os demandados/agravados se abstenham de mencionar, direta ou indiretamente, o nome dos demandantes/agravantes e suas atividades, persiste o interesse. Todavia, conforme o STF tem proclamado à luz da CF/88, não cabe ao Estado definir previamente o que pode ou não ser dito por indivíduos e jornalistas. Isso significa dizer que, naquilo em que a pretensão dos agravantes está direcionada a inibir novas publicações em que seus nomes estejam mencionados, há clara tentativa de restringir a liberdade de expressão por meio de atividade jurisdicional que se caracteriza como censura prévia, o que se mostra terminantemente proibido em nossa ordem jurídico-constitucional. RECURSO PARCIALMENTE PREJUDICADO. NEGADO PROVIMENTO À PRETENSÃO RECURSAL REMANESCENTE. (Agravo de Instrumento Nº 70074161266, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Catarina Rita Krieger Martins, Julgado em 26/04/2018). (TJRS AI: 70074161266 RS, Relator: Catarina Rita Krieger Martins, Data de Julgamento: 26/04/2018, Décima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 07/05/2018). (destaques nossos) EMENTA: ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AÇÃO COMINATÓRIA. AUTORAS QUE PRETENDEM, EM SEDE DE TUTELA DE URGÊNCIA, A RETIRADA DE TODAS AS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS SUPOSTAMENTE OFENSIVAS A SUA HONRA PUBLICADAS NO BLOG DO REQUERIDO, BEM COMO A ABSTENÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE QUAISQUER CRÍTICAS ULTERIORES. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DA PROBABILIDADE DO DIREITO ALEGADO. NÃO SE VISLUMBRA, PRIMA FACIE, QUALQUER EXCESSO NAS MATÉRIAS PUBLICADAS, CUJA FALSIDADE, ALIÁS, SEQUER RESTOU DEMONSTRADA. CRÍTICA JORNALÍSTICA QUE CONSTITUI EXERCÍCIO DAS LIBERDADES DE PENSAMENTO, DE CRIAÇÃO E DE IMPRENSA, BEM COMO ASSEGURA O REGIME DEMOCRÁTICO E A LIBERDADE DE INFORMAÇÃO, INCLUSIVE A DE SER INFORMADO. INADMISSIBILIDADE DE CENSURA PRÉVIA, CONSOANTE PRECEDENTES DO C. STJ. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (TJSP AI: 22669929520188260000 SP 226699295.2018.8.26.0000, Relator: Vito Guglielmi, Data de Julgamento: 22/05/2019, 6ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/05/2019). (destaques nossos) DECISÃO Assim, diante de toda argumentação acima exposta, considerando os termos do CONTRADITÓRIO firmado em sede de PEDIDO de RETRATAÇÃO a fls. 99 e seguintes, à luz dos documentos que o acompanham e diante das alegações constantes da MANIFESTAÇÃO atravessada pela AUTORA a fls. 231, por ora - e salvo ulterior deliberação, REVOGO a TUTELA DE URGÊNCIA anteriormente DEFERIDA a fls. 80/84, para PERMITIR a VEICULAÇÃO da MATÉRIA referente as URLs abaixo: 1) D24 - https://d24am.com/politica/vice-governador-indicou-para-spf-suspeita-por-grilagem/; 2) Amazonas1 - https://amazonas1.com.br/amazonas/pf-e-mpf-investigam-servidora-indicada-porvice-para-secretaria-de-politica-fundiaria/; 3) Portal do Holanda - https://www.portaldoholanda.com.br/bastidores-da-politica/vice-governadorcarlos-almeida-e-ex-secretarios-investigados. COMUNIQUE-SE a S. Exa., o DESEMBARGADOR RELATOR do AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 4004448-96.2019.8.04.0000 acerca desta DECISÃO, na forma do §1º do art. 1.018 do CPC. TRASLADE-SE CÓPIA desta DECISÃO aos autos do PROC 0648841-25.2019.8.04.0001 apensado a este feito, em razão da CONEXÃO existente entre as ações, para que surta os mesmos efeitos nos referidos autos. MANTENHO a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO anteriormente DESIGNADA, uma vez altamente viável a composição, cabendo a SECRETARIA as providências de INTIMAÇÃO do AUTOR e seus patronos nos autos de n.º 0648841-25.2019.8.04.0001 para comparecimento ao referido ato judicial. DECLARO PREJUDICADO, por PERDA de OBJETO, dos EMBARGOS ACLARATÓRIOS interpostos pela AUTORA a fls. 224/230. I. C.

ADV: LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS PORTO (OAB 6168/AM), ADV: WALTER JUNIO ELESBAO DA SILVA (OAB 11427/AM), ADV: BRUNNA BEZERRA COSTA RIBEIRO (OAB 12996/AM) - Processo 0648841-25.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0648365-84.2019.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Alberto Souza de Almeida Filho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, bem como em razão da decisão de fls. 32/40, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 08/11/2019 às 12:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: ADAM OLIVEIRA MONTEIRO (OAB 14175/AM) - Processo 0649614-70.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.C.O.E. - Posto isso, resta demonstrado que esta, por ser uma Vara Cível, não tem competência para processar e julgar os presentes autos, e sim o juízo da VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES, como bem exposto. Em razão do exposto, declino da competência para processo e julgamento da presente demanda em favor da Vara de Órfãos e Sucessões , via distribuição. I.C.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0656432-72.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: ALDERLAN CASTRO LEAL (OAB 13828/AM) - Processo 0660561-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ademar Pinto Barreto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Adam Oliveira Monteiro (OAB 14175/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Alderlan Castro Leal (OAB 13828/AM)
Aleandro Lima de Queiroz (OAB 23008A/PB)
Amanda Albuquerque Aguilar (OAB 13657/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
BRUNNA BEZERRA COSTA RIBEIRO (OAB 12996/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Diego Gomes Basse (OAB 252527/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 695A/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
LAURO BRACARENSE FILHO (OAB 69508/MG)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto dos Santos Porto (OAB 6168/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Walter Junio Elesbao da Silva (OAB 11427/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0237/2019

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0011689-17.2004.8.04.0001 (001.04.011689-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0025761-43.2003.8.04.0001 (001.03.025761-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: B. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: ANDREZA PRISCILA LIMA DE LIMA (OAB 9192/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: DANIELLE SALGADO FREIRE (OAB 5349/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM) - Processo 0204522-81.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0232355-79.2009.8.04.0001 (001.09.232355-4) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CAROLINE DANTAS DE ARAÚJO (OAB 6918/AM), ADV: MANOEL FERNANDO DO VALLE (OAB 305712/SP), ADV: MICHEL MONTEIRO GIOIA (OAB 5288/AM), ADV: THIAGO DE ALCANTARA VITALE FERREIRA (OAB 258870/SP) - Processo 0240549-97.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Natal da Amazônia Indústria e Comércio de Artefatos Plásticos Ltda. - REQUERIDO: Movile Usinagem e Ferramentaria Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte AUTORA para que recolha o pagamento das custas, conforme cálculo atualizado de fl. 320, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ZULMIRA PAULINO CAVALCANTE (OAB 4144/AM), ADV: HEDIANE NAIADE SILVA MONTEIRO (OAB 5839/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM) - Processo 0246360-43.2008.8.04.0001 (001.08.246360-4) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - REQUERIDA: Francisco Pinheiro da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON SAPHA KIZEM (OAB 245/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO

PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0256129-70.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: R.R. - REQUERIDO: Ajc Comercio de Maquinas Ltda e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0265068-39.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: WELLYGTON DA SILVA E SILVA (OAB 422/AM) - Processo 0368724-51.2007.8.04.0001 (001.07.368724-4) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Eucatur Pneus Ltda. - Considerando que o Executado não apresentou qualquer manifestação sobre a constrição via Bacenjud, conforme certificou a secretaria à fl. 153, apesar de devidamente intimado (fl. 151), tampouco o curador especial suscitou quaisquer das matérias previstas no art. 854, §3º do CPC, converto a indisponibilidade de seus ativos financeiros em penhora, nos termos do art. 854, §5º do NCPC. Proceda-se à transferência do montante indisponível via Bacenjud à fl. 146 para a conta vinculada a este juízo. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GIOVANA ISABELLE PIMENTEL LIMA (OAB 3981/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0600300-68.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: WALBER PRATA DE MENDONÇA (OAB 11816/AM) - Processo 0601298-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Pedro Lopes Duque - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se.

ADV: RODRIGO BASTOS FELIPPE (OAB 150590/SP), ADV: EDUARDO AUGUSTO BIANCHI PARMEGIANI (OAB 277188/SP) - Processo 0603402-88.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Viena Gráfica e Editora Ltda. - Prossiga o Exequente no feito, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605571-87.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605790-61.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD e RENAJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, ALTAMIR NUNES GOMES, sob o CPF de Nº 031.616.092-04. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM) - Processo 0606948-88.2018.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Susy Hevellyn Souza Pinheiro - A citação é ato processual formal a ser cumprido, em regra, na pessoa do réu, somente admitindo-se que não o seja se houver representante legal ou procurador legalmente autorizado (NCPC, art. 242). Assim, a teor do que consta no Aviso de Recebimento de fl. 108, restando evidenciado o descumprimento das formalidades intrínsecas ao ato, intime-se a parte Requerente para providenciar a citação do Requerido, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0607231-19.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: QUESIA MARIA SILVA DE SOUZA - Haja vista que não compete ao juiz determinar que a citação se faça por hora certa, apenas o Sr. Meirinho pode indicar fatos evidenciadores de que o citando vem tentando evitar o cumprimento do mandado, INDEFIRO o pedido de fl.112. Determino que seja expedido novo Mandado de Citação, ficando ao encargo do Oficial de Justiça, quanto a citação por hora certa, caso haja suspeita de ocultação, nos termos do Art. 252, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0608526-23.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Ex positis, INDEFIRO o pedido de citação editalícia, por não ter a parte demandante exaurido todos os meios para a localização da parte demandada, a fim de ser procedida a citação pessoal. INTIME-SE a parte demandante, para dar andamento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609711-67.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HENRIQUE BARCELOS BUCHDID (OAB 5913/AM), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0610924-40.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Judicial - EXEQUENTE: Condominio Parque Residencial Sabia - Considerando que o Executado não apresentou qualquer manifestação sobre a constrição via Bacenjud, conforme certificou a secretaria à fl. 149, apesar de devidamente intimado (fl. 149), converto a indisponibilidade de seus ativos financeiros em penhora, nos termos do art. 854, §5º do NCPC. Proceda-se à transferência do montante indisponível via Bacenjud às fls. 139-140 para a conta vinculada a este juízo. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0611723-54.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0612006-38.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD, BACENJUD e SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, JOSEMAR DE ASSIS VIANA, inscrito no CPF-MF sob

o nº 575.802.601-82. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0612040-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Francisco Justino de Abreu - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante destas razões, a teor do art. 487, I, do CPC, conheço o mérito da presente lide e JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial. Condeno a Requerente, a teor do art. 85, do CPC, ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, suspensa a exigibilidade a teor do art. 98, §3º, do CPC. P.R.I.C.

ADV: FÁBIO BRANDÃO SARAIVA JUNIOR (OAB 10205/AM), ADV: MIGUEL DE ARAÚJO BECKMAN (OAB 12909/AM) - Processo 0612246-27.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Liminar - REQUERENTE: Cícero Monteiro da Silva - Defiro a produção das provas deponencial e/ou testemunhal requeridas pelas partes. Designo audiência de instrução e julgamento para a data de 26/05/2020, às 10:30h, na Sala 1 de Audiências da 3ª Unidade de Processamento Judicial (UPJ) devendo as partes, no prazo comum e 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas (CPC, art. 357, §4º) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato (CPC, art. 357, § 6º). Intimações necessárias, dispensando a intimação por este juízo das testemunhas arroladas (CPC, art. 455). Advirto as partes e seus advogados/defensores públicos que o não comparecimento poderá levar à dispensa da produção das provas requeridas. Depois, deliberarei sobre a necessidade de produção de outras provas; se for o caso (CPC, art. 370, caput, e parágrafo único).

ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM) - Processo 0612485-65.2018.8.04.0001 - Imissão na Posse - Aquisição - REQUERENTE: Jony de Oliveira Ferreira Junior Mei - REQUERIDO: Murano Veículos Ltda. - Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda. - Intimem-se as partes, a fim de que se manifestem quanto ao interesse de produzir novas provas, especificando, de forma fundamentada, a pertinência da prova testemunhal/deponencial/pericial que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 370, parágrafo único do CPC. Cumpra-se.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0612621-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0612649-06.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0612945-91.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0613496-32.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, BACENJUD e SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, NEIBE JOSE FONSECA DO NASCIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 24.689.950/0001-33. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0614167-89.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Conin Construcao e Montagem Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0614350-94.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: MARILEIDE MOTA DA SILVA FALCÃO (OAB 13472/AM) - Processo 0614898-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Marly R. dos Santos - REQUERIDO: Metlife - Metropolitam Life Seguro e Previdência Privada - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que se pronunciem acerca da manifestação do perito às fls. 256/258, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: SABRINA CAMARGO DE OLIVEIRA (OAB 55893/RS), ADV: MARIANE CARDOSO MACAREVICH (OAB 30264/RS), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB A921/AM), ADV: ANNE CLÍCIA ALVES DA SILVA GUILHERME (OAB 3881/AM) - Processo 0617200-29.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0617539-12.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Bradesco Leasing S/A Arrendamento Mercant II - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA (OAB 5365/AM) - Processo 0618684-11.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: MARIA DO CARMO LOBATO PEREIRA - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Intime-se o Executado para se manifestar sobre a implantação do beneficio, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0619299-30.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR de fls. 144, juntado aos autos assinado por terceiros, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ARIANA DA SILVA FÉLIX (OAB 8501/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0619418-30.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUCIANA VIANA CIDRÔNIO DE ANDRADE (OAB 8104/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM), ADV: DÁRIA NUNES BINDÁ (OAB 3672/AM), ADV: ROBERTO GILSON RAIMUNDO FILHO (OAB 18558/PE), ADV: SÉRGIO MIRISOLA SODA (OAB 257750/SP) - Processo 0619874-72.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Neiza Ferreira Pinheiro - EXEQUENTE: Raimundo e Capela - Jurídico Estratétigo - EXECUTADO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste sobre os documentos juntados às fls. 571-572, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: DIANA SILVA DO NASCIMENTO (OAB 13369/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0621873-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Rita de Cássia de Almeida Monteiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro o pedido de produção de prova pericial grafotécnica, requerida pela Demandante às fls. 355-356. Nomeio o Sr. Hermann Saunders Fernandes, especialista em grafotécnica e falsidade documental, e-mail: hermannfernandes@live.com; telefone: (92) 99249-8648, para atuar como perito no feito. Considerando que a parte Demandante é beneficiária da justiça gratuita, nos termos do art. 95, §3º, I do CPC c/c art. 6º, caput, da Portaria 1.233/2012 - DVEXPED/TJ-AM, fixo os honorários do Sr. Perito em R$ 1.000,00 (mil reais), pagos pelo Tribunal de Justiça do Amazonas. Intime-se o Sr. Perito para informar se aceita o encargo. Desde já, as partes ficam intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, nos termos do art. 465, § 1º, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM), ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: MANUEL NEUZIMAR PINHEIRO (OAB 366/AM) - Processo 0622016-49.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nilza Barros Alfaia - REQUERIDO: Rossi Residencial S/A - Requeiram as partes o que for de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, arquive-se e dê-se baixa. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0622627-07.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0623539-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Rodrigues Chagas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I, do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, para i) DETERMINAR que o Réu suspenda as cobranças referentes a "CESTA FÁCIL ECONÔMICA", tornando inexigíveis as suas obrigações; ii) CONDENAR o Requerido a devolver os valores eventualmente descontados da conta corrente do Autor (fls. 25/40), em dobro, com correção monetária e juros de mora (INPC) incidentes desde a data da quitação das parcelas; iii) CONDENAR o Requerido ao pagamento da indenização pelos danos morais provocados, os quais arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) com correção monetária e juros de mora incidentes a partir da presente data. CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor do proveito econômico, devidamente atualizado, nos termos do art. 85, §2º do CPC. P.R.I.C.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0625390-05.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Polimix Concreto Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM) - Processo 0627288-87.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condominio Residencial Flex Tapajós - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RENAN DE MELO ROSAS LUNA (OAB 14253/AM) - Processo 0629324-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Bento Campos Andrade - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0629470-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Mariva Martins da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da "Semana da Conciliação", organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 04/11/2019, às 16:00h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis,

Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: CRISTIANO SILVA COLEPICOLO (OAB 81376/MG), ADV: VANESSA OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 9558/AM), ADV: JOÃO GILBERTO FREIRE GOULART (OAB 73169/MG), ADV: LUCAS CORDEIRO MARQUES (OAB 187570/RJ), ADV: SHIRLEI MARI GOIS (OAB 146476/RJ), ADV: LUANA ALVES DRUMOND (OAB 221399/RJ), ADV: RONALDO CARLOS FERREIRA (OAB 63242/MG) - Processo 0629645-74.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Shopping Manaus Norte SPE S/A - Prossiga o Exequente no feito, requerendo o que for de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM) - Processo 0630982-93.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Alessandro Meneses da Silva e outro - Intime-se pessoalmente o executado para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 9.089,76 (nove mil, oitenta e nove reais e setenta e seis centavos), conforme cálculos apresentados às fls. 32/36. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Intime-se o Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: EDMAR PEREIRA DE FREITAS (OAB 11750/AM) - Processo 0631211-87.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio Ione Barra - Tendo em vista o comprovante de pagamento das despesas da citação apensa aos autos à fl. 60, DEFIRO o pedido de fl. 65. Expeça-se Mandado de Citação para o endereço indicado à fl. 59. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0631750-19.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Julio Cesar Barroso Braga - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados por para DECLARAR a revisão do débito imputado ao Autor, aplicando a taxa máxima de juros de 26,30% (vinte e seis virgula trinta por cento), determinando ainda que sejam suspensos os descontos em seu contracheque até que seja apurado o valor do débito. Realizado o recálculo, CONDENAR o Requerido ao pagamento em dobro da diferença entre o valor pago e o valor efetivamente devido, considerando todos os valores recebidos pela parte autora por força do contrato entabulado em dezembro de 2011, com correção monetária desde a data do adimplemento e juros de mora desde a citação. Em relação aos danos morais, CONDENO o Requerido ao pagamento à Autora da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com correção monetária e juros de mora desde a citação, tratando-se de responsabilidade civil contratual. Ante o disposto no art. 85, do CPC, CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. P.R.I.C.

ADV: FILIPE MENDES SILVA (OAB 9766/AM), ADV: SIMONE APARECIDA GOUVEIA SCARELLI (OAB 150849/RJ) - Processo 0632293-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Civilcorp Incorporações Ltda. - REQUERIDA: Taís Gonçalves de Sossa - Diante da petição de fls. 133-134 e documentos anexos, redesigno audiência de conciliação para o dia 19/02/2020 às 09:00 horas, na sala 01 de audiências, localizada nesta 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. À Secretaria para as providências que se fizerem necessárias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0632603-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Tendo em vista que a parte requerida efetuou o recolhimento dos honorários periciais (fls. 433/435 e 440), determino que se promova o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor dos honorários periciais, nos termos do art. 465, §4º do CPC, no prazo 10 (dez) dias. Após, intime-se a Sra. Perita para que dê inicio ao trabalhos.

ADV: DAVID SAID NUNES (OAB 12227/AM) - Processo 0633180-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Ciex Laghi Engenharia Spe Ltda. - Assim, pelas razões acima expendidas, com fundamento no art. 485, IV, c/c art. 290, ambos do CPC, EXTINGO o processo sem julgamento do mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos sem custas, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus (AM), 13 de setembro de 2019.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0634001-15.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0634514-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria José Sampaio Ferreira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da “Semana da Conciliação”, organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 05/11/2019, às 16:00h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634515-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Nazare L de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Torno sem efeito o despacho de fl. 70. Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da “Semana da Conciliação”, organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 05/11/2019, às 15:30h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: TAIS NAIARA SOUZA BEZERRA (OAB 12579/AM), ADV: FERNANDO BRUNO ALMEIDA DE ARAÚJO (OAB 12435/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0635126-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Davi Guedes Dias de Souza - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem acerca da petição do perito às fls. 141/143, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0635515-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Belem Pereira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0635625-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da "Semana da Conciliação", organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 05/11/2019, às 15:30h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0637472-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisco Balbino Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados por para DECLARAR a revisão do débito imputado ao Autor, aplicando a taxa máxima de juros de 26,30% (vinte e seis virgula trinta por cento), determinando ainda que sejam suspensos os descontos em seu contracheque até que seja apurado o valor do débito. Realizado o recálculo, CONDENAR o Requerido ao pagamento em dobro da diferença entre o valor pago e o valor efetivamente devido, considerando todos os valores recebidos pela Autora por força do contrato entabulado em dezembro de 2011, com correção monetária desde a data do adimplemento e juros de mora desde a citação. Em relação aos danos morais, CONDENO o Requerido ao pagamento à Autora da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com correção monetária e juros de mora desde a citação, tratando-se de responsabilidade civil contratual. Ante o disposto no art. 85, do CPC, CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. P.R.I.C.

ADV: PAULO ROBERTO VIGNA (OAB 173477/SP), ADV: RENATA SOUSA DE CASTRO VITA (OAB 24308/BA), ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM), ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM) - Processo 0637739-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gisele Fernandes de Alencar e Silva - REQUERIDO: Qualicorp Administradora de Benefício S/A - Amil Assistência Médica Internacional S.a - AMIL - Assistencia Medica Internacional S/A - Diante da petição de fls. 233/234, intimem-se as Requeridas para se manifestarem sobre o cumprimento da decisão liminar, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0638192-98.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Pedro Rodrigues de Sá - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, adotar as providências necessárias a fim de viabilizar a citação dos requeridos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0639517-16.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Prossiga o Exequente no feito, requerendo o que for de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: OZEIAS DE OLIVEIRA SOBRINHO (OAB 12031/AM) - Processo 0639956-22.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leonel de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: OZEIAS DE OLIVEIRA SOBRINHO (OAB 12031/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0639956-22.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leonel de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da "Semana da Conciliação", organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 04/11/2019, às 16:00h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0641667-33.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, converto a ordem injuntiva em executiva, no termos do art. 701, § 2º, do NCPC, consequentemente JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito da Autora referente às faturas vencidas e não pagas referentes aos meses de 03/17, 04/17, 05/17, conforme planilha acostada à inicial. Condeno a Requerida em custas e honorários de advogado, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação (art. 86, parágrafo único, do NCPC), contando juros de mora a partir do transito em julgado (art. 85, §16, do NCPC) e correção monetária a partir do arbitramento. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o vencimento de cada fatura e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE (OAB 28490/PE), ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM) - Processo 0641849-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Nely Bispo de Lima - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Expeça-se ofício ao Banco do Brasil para que apresente o extrato da conta corrente nº 7733-7, Agência 1037 de titularidade da Requerente Nely Bispo de Lima, CPF nº 345.996.062-00 no mês de janeiro de 2012, a fim de verificar a existência de transferência de valores pelo Requerido.

ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0646139-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jebes Oleion Caldas - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, pelas judiciosas razões acima expendidas, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos, mas, no mérito, DENEGO-OS por entender inexistir qualquer obscuridade, omissão ou contradição que dê ensejo à revisão da sentença exarada, consoante permissivo constante dos arts. 494, II c/c 1.022, I e II, ambos no NCPC. Com o fim de dar prosseguimento do feito, haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da "Semana da Conciliação", organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o dia 05/11/2019, às 15:00 horas, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM) - Processo 0647873-92.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Roraima - Residencial Eliza Miranda - 1ª Etapa - Intime-se o autor, na pessoa de seu patrono, a fim de carrear aos presentes autos, no prazo de 10 (dez) dias, certidão de registro de imóveis, cópia das ultimas três declarações à Receita Federal (IRPJ) e extrato dos últimos três meses das contas bancárias, a fim de comprovar que não pode arcar com as custas processuais. Nesse sentido, súmula 481 STJ: ¨Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.¨ Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648169-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Paulo Cesar Rool Sales - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648204-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Diego Lisboa da Costa - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0648283-53.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Isto posto, estando devidamente comprovada a mora da Requerida, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, para determinar a citação da Parte Requerida, para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, conforme está previsto nos parágrafos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69) e a busca e apreensão do bem acima descrito, no local onde for encontrado ou na residência da Ré, devendo para tanto, ser entregue ao Autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, intime-se a Ré, para, querendo, no prazo de 5 dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º do referido Decreto-Lei. Para expedição do Mandado de Citação, Busca e Apreensão, promova o requerente o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0648287-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Veras Tavares - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. No caso, há elementos suficientes para afastar a presunção, em especial: (i) natureza e objeto discutidos; (iii) contratação de advogado particular, dispensando a atuação da Defensoria. Antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente e seus representantes deverão, a teor do art. 99, §2º, do CPC, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Int.

ADV: NELLO RICCI NETO (OAB 8225/MS) - Processo 0648301-74.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Seguro - REQUERENTE: Sandro Cardoso - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. No caso, há elementos suficientes para afastar a presunção, em especial: (i) natureza e objeto discutidos; (iii) contratação de advogado particular, dispensando a atuação da Defensoria. Antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá a teor do art. 99, §2º, do CPC, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Int.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM) - Processo 0655699-09.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXECUTADO: Rommel Filgueiras Rodrigues - Intime-se a parte autora/exequente para manifestar-se, em cinco dias, da proposta de acordo oferecida pelo requerido/executado às fls. 67/68. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: DANIELLE SALGADO FREIRE (OAB 5349/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0718331-81.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o executado, por carta com aviso de recebimento (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 10.256,75 (dez mil, duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 222. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Intime-se o Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0719976-44.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, ELIZÂNGELA MONTEIRO DA SILVA, CPF 614.138.442-00, bem como dos bens de sua propriedade via RENAJUD e ERIDFT. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)

Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Paula da Silva Bezerra (OAB 5797/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Andreza Priscila Lima de Lima (OAB 9192/AM)
Anne Clícia Alves da Silva Guilherme (OAB 3881/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ariana da Silva Félix (OAB 8501/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Caroline Dantas de Araújo (OAB 6918/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiano Silva Colepicolo (OAB 81376/MG)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Danielle Salgado Freire (OAB 5349/AM)
Dária Nunes Bindá (OAB 3672/AM)
David Said Nunes (OAB 12227/AM)
Diana Silva do Nascimento (OAB 13369/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edmar Pereira de Freitas (OAB 11750/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Augusto Bianchi Parmegiani (OAB 277188/SP)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Brandão Saraiva Junior (OAB 10205/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Bruno Almeida de Araújo (OAB 12435/AM)
Filipe Mendes Silva (OAB 9766/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Giovana Isabelle Pimentel Lima (OAB 3981/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hediane Naiade Silva Monteiro (OAB 5839/AM)
Henrique Barcelos Buchdid (OAB 5913/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Gilberto Freire Goulart (OAB 73169/MG)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luana Alves Drumond (OAB 221399/RJ)
Lucas Cordeiro Marques (OAB 187570/RJ)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciana Viana Cidrônio de Andrade (OAB 8104/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
Manoel Fernando do Valle (OAB 305712/SP)
Manuel Neuzimar Pinheiro (OAB 366/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maria do Socorro Gama da Silva (OAB 5365/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Mariane Cardoso Macarevich (OAB 30264/RS)
Marileide Mota da Silva Falcão (OAB 13472/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michel Monteiro Gioia (OAB 5288/AM)
Miguel de Araújo Beckman (OAB 12909/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nello Ricci Neto (OAB 8225/MS)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Nelson Sapha Kizem (OAB 245/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
Ozeias de Oliveira Sobrinho (OAB 12031/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Paulo Roberto Vigna (OAB 173477/SP)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renan de Melo Rosas Luna (OAB 14253/AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Renata Sousa de Castro Vita (OAB 24308/BA)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberto Gilson Raimundo Filho (OAB 18558/PE)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Bastos Felippe (OAB 150590/SP)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Ronaldo Carlos Ferreira (OAB 63242/MG)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB A921/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Sabrina Camargo de Oliveira (OAB 55893/RS)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Sérgio Mirisola Soda (OAB 257750/SP)
Shirlei Mari Gois (OAB 146476/RJ)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Simone Aparecida Gouveia Scarelli (OAB 150849/RJ)
Suellen Poncell do Nascimento Duarte (OAB 28490/PE)
Tais Naiara Souza Bezerra (OAB 12579/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago de Alcantara Vitale Ferreira (OAB 258870/SP)
Vanessa Oliveira Almeida (OAB 9558/AM)
Walber Prata de Mendonça (OAB 11816/AM)
Wellygton da Silva e Silva (OAB 422/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)
Zulmira Paulino Cavalcante (OAB 4144/AM)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0225/2019

ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: JOSÉ RENATO ALVES DE SOUZA (OAB 267470/SP) - Processo 0028997-95.2006.8.04.0001 (001.06.028997-0) - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Max Aurimar da Costa - Remetam-se os autos ao CEJUSC para designar nova data para realização de audiência de conciliação, em cumprimento ao despacho de fl. 158, expedido-se a respectiva carta de citação/intimação no endereço indicado às fls. 228. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RUBINALDO CRUZ RODRIGUES (OAB 9787/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0204946-79.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Lafranckia Saraiva Paz de Souza - EMBARGADO: Condomínio do Conjunto Residencial Ariranhas - Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro em parte o pedido de gratuidade da justiça, excetuadas as despesas postais que devem ser arcadas pela embargante por serem de pequena monta, com fundamento no art. 98, § 5°, do CPC. Tendo em vista a intenção conciliatória manifestada pela embargante (fl. 79) e com o objetivo de oportunizar a composição entre as partes (art. 3°, §3°, CPC), determino a designação de data para a realização de audiência de conciliação. Encaminhem-se os presentes autos e os da Execução - sem prejuízo da diligência determinada naquele feito executivo - ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0233528-70.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, determino à Secretaria consultar o saldo da importância depositada; em caso positivo, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC, voltando os autos conclusos para decisão. Na hipótese de insuficiência da penhora, intime-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão do feito, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. De arremate, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: JOAQUIM SAMPAIO DE NEGREIROS NETO (OAB 1476/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0238844-64.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Suely Batista Gomes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - À Secretaria para consultar o saldo atualizado dos valores depositados; em caso positivo, expeça alvará em favor da parte autora para levantamento da quantia, na forma requerida. Cumpridas todas diligências acima, arquive-se em definitivo o feito, dando-se baixa no SAJ, observadas as formalidades legais. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0245940-33.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A e outro - Tendo em vista o bloqueio parcial do débito exequendo (fls. 105/108), proceda-se a intimação da executada, observado o disposto no art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Por conseguinte, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das despesas postais ou custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ. Após a comprovação, à Secretaria para a expedição do expediente necessário. Quanto ao pleito de transferência do valor, necessário aguardar-se o prazo de manifestação do réu, em atenção ao §5° do supracitado dispositivo legal. Em relação aos demais pedidos, sua análise ocorrerá após a deliberação quanto ao valor bloqueado, vez que influenciará no quantum do débito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SERGIO HENRIQUE FREIRE DA SILVA (OAB 1242B/PE), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: SILVIO ROMERO DE SANTANA (OAB 13309/PE) - Processo 0253142-90.2013.8.04.0001 (processo principal 0219893-27.2008.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Sociedade - EXEQUENTE: Juliana Chaves Coimbra Garcia - EXECUTADO: Sergio Henrique Freire da Silva - DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinto o presente cumprimento de sentença, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com as cautelas legais. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0268425-27.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de fls. 226/227. Proceda-se à pesquisa aos sistemas INFOJUD/RENAJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se a requerente para proceder ao recolhimento das custas de oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei; em caso de juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0600180-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Carlos de Oliveira Souza - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Tendo em vista que o modo de pagamento das prestações é por boleto bancário, o que indica que seria inviável a alteração dos respectivos boletos pelo requerente para constar o incontroverso; e, ainda, como forma de viabilizar o cumprimento do disposto no art. 330, §3°, do CPC, determino a intimação do requerente, por seu patrono, para efetuar o depósito do valor incontroverso no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito. Tratando-se de prestações periódicas, deverá o requerente continuar depositando nos autos as seguintes, desde que o faça na data de vencimento de cada uma, sob pena de extinção. Em face da alegação do requerente de não possuir o contrato de financiamento, determino a intimação do requerido para colacionar aos autos o contrato firmado com o requerente e a documentação relativa ao refinanciamento no prazo de 15 (quinze) dias. Apresentados os documentos, dê-se vista ao autor para manifestação em igual prazo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM), ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM) - Processo 0600508-47.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - EXEQUENTE: Clemente Augusto Gomes Neto - REQUERIDO: Beny Materiais de Construção Ltda e outro - EXECUTADO: Israel Transportes e Comércio Ltda. - ME - À Secretaria para certificar se a executada apresentou defesa e/ou impugnação no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JAIME AUGUSTO FREIRE DE CARVALHO MARQUES (OAB 9446/BA), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM) - Processo 0601488-57.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Tania Maria Fonseca Ferreira - REQUERIDO: Companhia de Seguros Aliança do Brasil - Banco do Brasil S/A (seguros) - De arremate, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM), ADV: SANELMO PEIXOTO SIQUEIRA (OAB 9814/AM) - Processo 0601572-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Tammy Silva Repolho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 17/10/2019 às 09:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM), ADV: CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS (OAB 4036/AM), ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM) - Processo 0601864-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Janary Wanderley Gomes Rodrigues - REQUERIDO: Podium Comercio de Pneus Autocenter Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: WALBER PRATA DE MENDONÇA (OAB 11816/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0602120-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Oliveira Barbosa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0603299-18.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Ana Ruth Lopes dos Santos e outros - Evidencio dos autos que os requerentes, representados pela Defensoria Pública do Estado, pleitearam a citação/intimação do requerido por oficial de justiça. Defiro o pleito de fl. 49. À Secretaria para agendar nova data para realização de audiência de conciliação perante o CEJUSC, em cumprimento ao despacho de fl. 19, expedindo-se o competente mandado. Após, remetam-se os autos ao CEJUSC para audiência acima aludida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0606271-63.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: BRENO SOARES FEITOZA - REQUERIDO: DIRECIONAL JHSF ZIRCONE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. e outro - Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCIO EDUARDO DENCK CORREA (OAB 74918/RS) - Processo 0607268-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - LITSATIVO: Jorge Eduardo Monteiro Silva e outro - A fim de obter elementos para análise dos embargos de declaração, vez que uma das matérias ventilada é o pedido de gratuidade judiciária; e, ainda, que as declarações fiscais (declaração do imposto de renda e SIMPLES) carreada aos autos remontam aos anos de 2017 e 2018, pelo que não são suficiente para demonstração da situação financeira no momento da propositura da ação, determino a intimação dos requerentes para comprovarem a sua hipossuficiência econômica no prazo de 15 (quinze) dias, em atenção ao disposto nos arts. 98 e 99, § 2°, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANA INOUE MARIANO ARAÚJO (OAB 261052/SP) - Processo 0607945-71.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Olindina da Silva Cruz - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, determino à Secretaria consultar o saldo da importância depositada; em caso positivo, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, podendo pleitear o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0612493-13.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A

- Intime-se o Exequente, por seus advogados habilitados nos autos, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar memória de cálculo do débito remanescente com o abatimento das prestações pagas pelos executados. Por oportuno, determino à Secretaria certificar se os executados pagaram a dívida objeto desta demanda ou interpuseram embargos no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0614542-90.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Restabelecimento - REQUERENTE: Jociane do Socorro dos Santos da Costa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Feito em fase de cumprimento de sentença em caráter definitivo. Considerando o lapso temporal transcorrido sem manifestação da requerente para dar prosseguimento ao feito, apesar de devidamente intimada (fls. 191), determino o arquivamento dos autos, dando-se baixa no SAJ. Cumpra-se.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: AYRTON DE SENA GENTIL NETO (OAB 12521/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0615589-02.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Aliete Borges Coelho - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Pelas razões acima, rejeito liminarmente esta Impugnação ao Cumprimento de Sentença por falta do preparo necessário, dando continuidade à marcha processual nos ulteriores termos. Prossiga a Exequente no feito, no prazo de 05 (cinco) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ULISSES SOARES FERREIRA (OAB 13730/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0617970-12.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Antonio Manoel Monteiro Batista - Considerando o noticiado pelo patrono da requerente (fl. 100) e ainda, em razão do exercício permanente da função saneadora, torno sem efeito parte da ata de audiência de conciliação lançada aos autos (fls. 98/99), no que diz respeito à proposta de acordo lançada, vez que, em verdade, o acordo foi proposto pelo patrono do requerido. Assim, onde se lê "consigno a proposta do acordo do patrono da requerente [...]", leia-se "consigno a proposta do acordo do patrono do requerido [...]", permanecendo sem alteração os demais termos. Após o transcurso do prazo concedido, façam os autos conclusos para novas deliberação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0618806-53.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Defiro o pedido de fl. 250. Comprovado os pagamentos pelo credor (fls. 251/252), determino a devolução da carta precatória ao Juízo de Direito da Comarca de Belém/PA, observando-se as recomendações de fls. 192 destes autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR), ADV: JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA (OAB 9982/AM), ADV: JOSE RICARDO VIEIRA DE BARROS PUÇA FILHO (OAB 12720/AM) - Processo 0619056-52.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0630875-20.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Belgon Comercio de Armarinho Ltda - EMBARGADO: Banco da Amazonia S/A - Considerando o noticiado no Ofício nº 1551/2019/SCC, determino o sobrestamento dos presentes autos até manifestação da 2ª Câmara Cível acerca de eventual efeito suspensivo atribuído ao Agravo de Instrumento nº 4001202-92.2019.8.04.000. Caso não o supracitado recurso não seja recebido com efeito suspensivo, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CHARLES LUIZ EVANGELISTA SOUZA (OAB 589A/AM), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0620811-77.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Gilberto Sávio Souza Fernandes - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que se manifeste sobre a petição e documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: ANA MARIA DA SILVA NORONHA (OAB 9569/AM), ADV: EWERTON DE ALENCAR CORREIA (OAB 8460/AM) - Processo 0620898-04.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Eduardo Oliveira Silva - Defiro o pleito de fls. 153/154. Remetam-se os autos ao CEJUSC para designar nova data para a realização de audiência de conciliação, observando-se os termos da decisão de fls. 48/49. Por oportuno, determino a expedição do respectivo mandado de citação/intimação, no novo endereço indicado (fls. 153/154), sem ônus à demandante, por ser beneficiária da gratuidade da justiça. À Secretaria para os expedientes necessários ao cumprimento desta ordem judicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM) - Processo 0623412-95.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: Petróleo Sabbá S.A. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca dos oficios recebidos de fls. 298-299 e 301-303, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627450-14.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0627480-25.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Vidraçaria Atual Ltda e outro - Intimem-se a partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, pleitear o que entenderem de direito. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0627509-36.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Indefiro o pedido de citação por hora certa (fl. 91), na medida em que tal hipótese depende da verificação pelo oficial de justiça de suspeita de ocultação do executado, o que não consta dos autos (certidão, fl. 63). À Secretaria para que proceda à expedição de novo mandado de citação no mesmo endereço de fl. 63. Tendo em vista a Lei n. 4.408/2016 e Portaria n°116/2017-PGJ, determino a intimação do requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0628173-33.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0628240-95.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Em observância ao disposto no art. 801 do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de colacionar aos autos Ata de Assembleia legível que definiu o valor das taxas condominiais, vez que o documento de fls. 222/225 não possibilita a análise dos valores descritos, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA (OAB 1246/RO) - Processo 0629534-85.2019.8.04.0001 - Monitória - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Fundo de Prevenção Ao Risco Sistema Sicoob Norte - Sicoob Frs - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0630275-28.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - REQUERENTE: Ceres - Fundação de Seguridade Social - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0631055-41.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: TATIANNE DE ALCÂNTARA AZULAY MELLO (OAB 11998/AM) - Processo 0631145-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Empreitada - REQUERENTE: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PAULA MOTTA PACHECO (OAB 182649/RJ), ADV: GABRIEL SANTOS CINTRA GOMES DE SOUZA (OAB 198150/RJ) - Processo 0632275-69.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Altabras Energy Services Corp - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS EDUARDO RODRIGUES DA CUNHA (OAB 12251/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0632649-17.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Dasa - Diagnósticos da América S/A - REQUERIDA: Claudiomara Pereira Silva e outro - Diante disso, determino a intimação do patrono que subscreveu a referida petição para proceder a novo protocolo como ação autônoma, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não recebimento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0632798-18.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Diante disso, defiro o pedido de citação por edital, no prazo de 20 (vinte) dias, adotando-se as medidas necessárias ao cumprimento desta decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0634682-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Francisco Damião Fernandes de Macedo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0635745-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Joyceane Abinader Barbosa dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Fortes nestes argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que suspenda os descontos efetuados no contracheque da autora com o título "BMG CARTAO 10", no prazo improrrogável de 72h (setenta e duas horas), até ulterior deliberação deste juízo, sob pena de pagamento de multa de R$ 1.000,00 (mil reais) por cada desconto, em caso de descumprimento, limitada a 10 incidências, bem como abstenha-se de incluir o nome da parte requerente no rol de devedores do SPC/SERASA e órgãos afins, cumprindo estas medida imediatamente até ulterior deliberação deste juízo, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais), por descumprimento, no limite de 10 dias-multa, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, com fulcro no Art. 536, §1 c/c Art. 537 do Código de Processo Civil, bem como no Art. 84, §3 e §4 do CDC. Defiro a justiça gratuita em favor da autora, por considerar a parte hipossuficiente. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII do CDC. Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para cumprimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art. 335 do CPC. Caso a parte passiva não possua cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Na hipótese de requerente e requerido manifestarem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4º, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUDIMMILLA CRISTINA BRASILEIRA DE CASTRO E SOUSA (OAB 12147B/MS), ADV: VILDETE APARECIDA DE OLIVEIRA (OAB 49151/GO), ADV: FERNANDA PIRES DI SANTOS (OAB 49475/GO) - Processo 0635764-51.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Genrent do Brasil Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo em vista a petição e documento encartados às fls. 425/426, determino a exclusão do nome do advogado do SAJ, Dr. Cláudio Cézar de Sá Júnior - OAB/GO n.º 43.463, tendo em vista a informação de que ele não faz mais parte do quadro do escritório jurídico. À Secretaria para proceder às anotações do nome dos patronos indicados às fls. 425/426, para os fins de direito. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0636657-13.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Lavareda Trindade - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Diante disso, tendo em vista a petição encartada às fls. 315/316 e o extrato bancário de fl. 314, intime-se o requerido, por seus advogados habilitados, para providenciar a respectiva correção e depósito de valores, vinculando-os a este processo (0636657-13.2014.8.04.0001), que tramita perante a 14ª vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LAYLA GABRIELLE NUNES DA ENCARNAÇÃO (OAB 8546/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0636859-14.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Nelson Wilians & Advogados Associados - REQUERIDO: Luciano Ferreira de Souza e outros - Considerando o lapso temporal transcorrido sem manifestação do requerente para dar prosseguimento ao feito, apesar de devidamente intimado (fls. 17), determino o arquivamento dos autos, dando-se baixa no SAJ. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO MIGLIORE FILHO (OAB 314197/SP) - Processo 0636967-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Ripasa Comercio e Representacoes de Alimentos Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0637549-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Joseney das Neves Morais - Em observância ao disposto no art. 330, § 2°, do CPC , determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de indicar o calor incontroverso, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANE BEDINI SANTORSULA (OAB 184052/SP), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: PEDRO DE SIQUEIRA PEIXOTO (OAB 203975/SP), ADV: THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 8576/AM) - Processo 0638267-79.2015.8.04.0001 - Exibição - Caução - REQUERENTE: UEI Brasil Controles Remotos Ltda - determino a intimação da requerente, por seus patronos habilitados nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço do requerido, para fins de citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0639842-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alzenaide da Silva Freitas - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 03/10/2019 às 08:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: DIOGO MONTEIRO DE SOUZA (OAB 12567/AM), ADV: RITA PERONDI (OAB 6977/RS) - Processo 0641274-11.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Industrial - REQUERENTE: Bettanin Industrial S.a. - REQUERIDO: 3 S Distribuidora de Produtos Alimentícios Eirelli Epp - A fim de obter elementos para análise dos embargos de declaração, vez que uma das matérias ventilada é o pedido de gratuidade judiciária, determino a intimação do requerido para comprovar a sua hipossuficiência econômica no prazo de 15 (quinze) dias, em atenção ao disposto nos arts. 98 e 99, § 2°, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM), ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM) - Processo 0642179-79.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Manaus Auto Shopping Comércio de Veículos Ltda. - Considerando que, pelo princípio da cooperação, previsto no art. 6º, do CPC, tanto as partes quanto o Juiz que preside o feito devem atuar em conjunto para alcançar uma decisão justa; bem como que a eficiência da prestação jurisdicional está atrelada à duração razoável do processo, cujo objetivo principal é a estabilização das relações jurídicas, consoante o art. 4º, do CPC, em observância ao disposto no art. 317 do CPC, determino a intimação do requerente, por seus patronos habilitados nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço da requerida Ampuria Cosméticos Ltda., para fins de citação, sob as penas da lei. Caso seja informado novo endereço, bem como juntado o comprovante de pagamento das despesas postais (Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ), no prazo acima aludido, determino a remessa dos autos ao CEJUSC para designar nova data para realização de audiência de conciliação, em cumprimento ao despacho de fl. 35. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593A/GO), ADV: FREDERICO AUGUSTO FERREIRA BARBOSA (OAB 18828/GO), ADV: EDILSON ROSENDO DE FREITAS FILHO (OAB 11674/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0642325-28.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Retorna aos autos o exequente para pleitear a consulta eletrônica disponível ao Poder Judiciário para localizar o endereço atualizado da executada. Defiro o pedido de fls. 217/218. Proceda-se à pesquisa aos sistemas BACENJUD/INFOJUD/RENAJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se o exequente para proceder ao recolhimento das custas de oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei; em caso de juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0643957-21.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Diante disso, em atenção ao art. 10 do CPC, intime-se a parte requerente, por seu advogado habilitado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar o endereço do requerido, para fins de citação, nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC, sob as penas da lei. No caso de ser informado novo endereço no prazo conferido, e juntado comprovante de recolhimento das custas do oficial de justiça (Lei n. 4.408/2016 e Portaria n 116/2017-PTJ), expeça-se o respectivo mandado. Por oportuno, esclareço que se houver interesse na pesquisa de endereço em sistema eletrônico disponível nessa Serventia (BACENJUD/RENAJUD), deve o requerente informar a este Juízo, no prazo acima aludido, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0644539-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Soares Ricardo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 10/10/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0645833-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Goncalves de Alencar Sobrinho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 10/10/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0645919-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Demesio Medeiros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 17/10/2019 às 08:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: SERGIO FERNANDO HESS DE SOUZA (OAB 4586/SC) - Processo 0647786-39.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Shalom Móveis Planejados Ltda. Me - Diante disso, determino a citação para pagamento da importância reclamada e dos honorários advocatícios, fixados em 5% (cinco por cento) do valor da causa no prazo de 15 (quinze) dias, consoante dispõe o art. 701, caput, do CPC. Fica o requerido advertido de que será constituído o título executivo judicial se não forem opostos embargos no prazo supramencionado, conforme o §2° do aludido dispositivo legal. Registre-se, ainda, que o requerido ficará isento das custas processuais se ocorrer o pagamento no mesmo prazo. Caso o(s) requerido(s) não possua(m) cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, com a comprovação, expeça-se a respectiva carta. De arremate, na hipótese do(s) réu(s) não ser(em) encontrado(s) no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0647829-73.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Vagner Esteves Jung - Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos (fl. 07) demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro em parte o pedido de gratuidade da justiça, excetuadas as despesas postais que devem ser arcadas pelo requerente por serem de pequena monta, com fundamento no art. 98, § 5°, do CPC. Em observância ao disposto no art. 321 do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de indicar o pedido principal, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0647861-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Almir de Andrade Pereira - Trata de Ação Previdenciária. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM) - Processo 0647893-83.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0627493-48.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Direcional Engenharia S/A - Considerando o noticiado pela embargante acerca do depósito judicial no valor de R$ 14.406,85 (quatorze mil, quatrocentos e seis reais e oitenta e cinco centavos), determino à Secretaria para que proceda à consulta do saldo indicado e certifique quanto à ocorrência ou não do seu recolhimento. Após, retornem os autos para decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648174-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Patricia Mendes da Silva - Trata de Ação Previdenciária. Considerando a necessidade de perícia, a análise do pleito de tutela antecipada ocorrerá em momento posterior. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0648227-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria Zulene Mendes de Menezes - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 31/10/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0648293-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Aroldo Figueiredo da Silva - Pleiteia o requerente o benefício da gratuidade da justiça. A Constituição Federal de 1988 determina, em seu art. 5º, LXXIV, que a assistência jurídica integral e gratuita seja prestada “aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Por sua vez, o Código de Processo Civil preceitua que a gratuidade judiciária seja concedida àquele que não possua recursos para arcar com as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios; prevendo, ainda, a possibilidade de intimação da parte para comprovar o preenchimento dos pressupostos legais para o benefício pleiteado, consoante os arts. 98 e 99, § 2°, do aludido Diploma Legal. No caso dos autos, a petição inicial e documentos que acompanham não trazem dados suficientes para a análise do pleito em questão. Diante disso, determino a intimação do requerente para comprovar a sua hipossuficiência econômica no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0649274-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Najla Vasconcelos Melo - Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimaçãopara apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LINDOMAR FALCÃO DOS SANTOS (OAB 7303/AM) - Processo 0649527-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: Tereza Monteiro dos Santos - Desta feita, com fundamento no art. 300 do CPC, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA no sentido de determinar à requerida que, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), proceda a realização do procedimento implante transcateter de prótese valvar aórtica, a ser realizado junto ao hospital conveniado Santa Julia, de acordo com as especificações do profissional de saúde encarregado do tratamento (fls. 08/11), sob pena de multa diária de R$ 2.000,00 (dois mil reais), até o limite de 10 (dez) dias-multa. Expeça-se o mandado em caráter de urgência para fins de cumprimento por oficial de justiça plantonista, o qual deverá certificar data e hora em que a citação e intimação foram realizadas. Designo o dia 12/11/2019, às 09:30 horas, para realização de audiência de conciliação na sede desta 3ª UPJ. Realize-se a citação e a intimação para cumprimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art. 335 do novo CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se a requerente para, no prazo

de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, com a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GISLENE CREMASCHI LIMA PADOVAN (OAB 125098/SP) - Processo 0654030-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Hospital AC Camargo - Procedimento comum nos moldes do Código de Processo Civil. Paute-se a audiência de conciliação e realize-se a citação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, com a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, consoante determina o § 9° do mencionado dispositivo legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Encaminhe-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM), ADV: WILSON FILIPE DE SOUZA MATOS (OAB 14254/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0656283-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Irlene da Silveira Gomes - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Diante disso, fica o requerido intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, depositar em juízo os originais dos contratos, termo de adesão ao cartão de crédito, autorização de refinanciamento e de saques. Após as diligências, determino à Secretaria cumprir integralmente a decisão de fls. 545/546. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GIOVANA ISABELLE PIMENTEL LIMA (OAB 3981/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0710259-08.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de fl. 332. Expeça-se novo mandado de citação, no endereço de indicado às fls. 311. Antes do seu cumprimento, determino a intimação da requerente, para, no prazo de de 05 (cinco) dias, recolher as custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Ana Maria da Silva Noronha (OAB 9569/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Migliore Filho (OAB 314197/SP)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB 12521/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Eduardo Rodrigues da Cunha (OAB 12251/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Charles Luiz Evangelista Souza (OAB 589A/AM)
Christiane Bedini Santorsula (OAB 184052/SP)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
Cláudio Elias dos Santos (OAB 4036/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Monteiro de Souza (OAB 12567/AM)
EDILSON ROSENDO DE FREITAS FILHO (OAB 11674/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Ewerton de Alencar Correia (OAB 8460/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
FERNANDA PIRES DI SANTOS (OAB 49475/GO)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Frederico Augusto Ferreira Barbosa (OAB 18828/GO)
Gabriel Santos Cintra Gomes de Souza (OAB 198150/RJ)
Giovana Isabelle Pimentel Lima (OAB 3981/AM)
Gislene Cremaschi Lima Padovan (OAB 125098/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB 9446/BA)
João Lucas Pantoja Vieira (OAB 9982/AM)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
Joaquim Sampaio de Negreiros Neto (OAB 1476/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Renato Alves de Souza (OAB 267470/SP)
JOSE RICARDO VIEIRA DE BARROS PUÇA FILHO (OAB 12720/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juliana Inoue Mariano Araújo (OAB 261052/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Layla Gabrielle Nunes da Encarnação (OAB 8546/AM)

Lindomar Falcão dos Santos (OAB 7303/AM)
Ludimmilla Cristina Brasileira de Castro e Sousa (OAB 12147B/MS)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593A/GO)
Marcio Eduardo Denck Correa (OAB 74918/RS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paula Motta Pacheco (OAB 182649/RJ)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
PEDRO DE SIQUEIRA PEIXOTO (OAB 203975/SP)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB 1588/RR)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Rita Perondi (OAB 6977/RS)
Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB 1246/RO)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rubinaldo Cruz Rodrigues (OAB 9787/AM)
Sanelmo Peixoto Siqueira (OAB 9814/AM)
Sergio Fernando Hess de Souza (OAB 4586/SC)
Sergio Henrique Freire da Silva (OAB 1242B/PE)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidnei Ferraria (OAB 253137/SP)
Silvio Romero de Santana (OAB 13309/PE)
Tatianne de Alcântara Azulay Mello (OAB 11998/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Campos de Oliveira (OAB 8576/AM)
Ulisses Soares Ferreira (OAB 13730/AM)
Vildete Aparecida de Oliveira (OAB 49151/GO)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Walber Prata de Mendonça (OAB 11816/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wilson Filipe de Souza Matos (OAB 14254/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0368/2019

ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM) - Processo 0209381-14.2010.8.04.0001 (001.10.209381-5) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Enis Garcês da Silva Cristo - Compulsando os autos, verifico que até a presente data não foi realizado o restabelecimento do benefício devido à Exequente, razão pela qual DECRETO a multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais) em face do descumprimento. Assim, determino que intime-se, por mandado judicial, o gerente da Agência de Atendimento de Demandas Judiciais-APSADJ/AM (Rua Marcos da Silva, s/n - São Francisco - Manaus/AM, cep: 69079-340, telefone: 3663-1122) a fim de que este proceda com o RESTABELECIMENTO DO BENEFÍCIO AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO DEVIDO À EXEQUENTE, sob pena de multa diária de R$3.000,00 (três mil reais) até o limite de dez dias multa em caso de descumprimento. De igual modo, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício, conforme dispõe §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." DEFIRO ainda, a realização de consulta e bloqueio dos valores devidos através do sistema BACENJUD em desfavor do ente autárquico, devendo para tanto a exequente apresentar o cálculo devidamente atualizado, fazendo constar ainda a multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais) acima decretada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0606969-40.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0607578-52.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0617847-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Andréa Padilha de Oliveira e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 07/11/2019 às 11:00h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0624811-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria das Graças Cascaes Barros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 07/11/2019 às 11:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102/PR) - Processo 0627121-70.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0628114-45.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b", do CPC. Determino o arquivamento e baixa dos autos, podendo o presente processo ser desarquivado de acordo com o interesse das partes para efeito de cumprimento do documento de fls. 226/227. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO EDUARDO CIDADE HOUNSELL (OAB 14323/AM) - Processo 0640058-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro Raimundo Souza Teles Filho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 07/11/2019 às 10:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102/PR)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
João Eduardo Cidade Hounsell (OAB 14323/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0369/2019

ADV: MONIZE RAFAELA PEREIRA ALMEIDA (OAB 7065/AM), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: EGBERTO HERNANDES BLANCO (OAB 89457/SP) - Processo 0215022-80.2010.8.04.0001 (001.10.215022-3) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luciano Dionisio da Silva - REQUERIDO: Banco Itau S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM), ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP) - Processo 0634075-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Jennifer Ferreira Rodrigues e outro - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Egberto Hernandes Blanco (OAB 89457/SP)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Monize Rafaela Pereira Almeida (OAB 7065/AM)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0370/2019

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0602726-14.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas - FIADOR: Jair Alves Corrêa - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0603893-32.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Manoel Vanderlan Dácio da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0609784-68.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Vidro Centro Comércio de Vidros - ME - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0609907-66.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Salomão José Linhares da Silva Filho - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0613897-94.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Roberval Bonfim dos Reis - REQUERIDO: Ana - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos às fls. 56 sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob

pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento. Havendo

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM) - Processo 0620635-98.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - REQUERIDO: R. L. de Almeida Barbosa - ME - Raimundo Lúcio de Almeida - Leandro D'almeida Barbosa - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0627977-63.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Rocilda Ferreira de Lima - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: BRENDA DE JESUS MONTENEGRO (OAB 12868/AM) - Processo 0631371-15.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Artek Industrial da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: N. C. S. dos Santos - ME - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0632894-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Damião Cimião Paulo de Morais - Luciane Lima Bacelar - REQUERIDO: Arlindo Mendonça Batista - Nieli Maria de Araújo - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 07/11/2019, às 14:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0632981-81.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rozineire Gonzaga de Souza - REQUERIDO: Edinaldo Wagner Penha Dias - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Vistos e examinados. Trata-se de demanda de despejo por falta de pagamento cumulado com cobrança de aluguéis em atraso aviada por ROZINEIRE GONZAGA DE SOUZA em face de EDINALDO WAGNER PENHA DIAS em razão de inadimplemento em contrato verbal de locação onde teria ficado estabelecido pagamento mensal do montante de R$ 500,00 a título de aluguel de imóvel situado na Rua São Luiz, número 52, Bairro Jorge Teixeira IV, nesta capital. Informa que os alugueis estariam em atraso desde 15 de setembro de 2018. Requer o despejo do Réu e pagamento do montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de aluguéis atrasados. Atribuiu à causa o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sob os quais requer a benesse da justiça. Em juízo de admissibilidade, este Juízo deferiu a gratuidade da justiça, tendo em vista Autora ser representada pela Defensoria Pública do Estado (fl. 19). Ademais, verificou-se que houve equívoco no estabelecimento do valor da causa, o qual não corresponde com o estabelecido no artigo 58, inciso III, da Lei nº 8.245/91 (fl. 19 a 20). Assim, ordenou-se a intimação da Autora, a qual por sua vez não se manifestou, conforme demonstra certidão automática na folha 24 dos autos. Esta demonstra que na data do dia 28 de julho de 2019 transcorreu o prazo de leitura no Portal Eletrônico do ato de intimação/citação. É o relato. Decido. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. É a dicção que se extrai do artigo 6º, da Lei do Rito Civil que integra seu conteúdo ao princípio constitucional da razoável duração do processo, tal o preconizado no artigo 5º, LXVIII, da Constituição Federal. Ocupo-me da transcrição do dispositivo estatuído no Digesto Processual Civil, porquanto novel a todos nós operadores do direito. "Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva." Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, ou Secretarias de Órgãos Jurisdicionais, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. "O dever de cooperar existe no interesse de todos, pos todos pretendem que o processo seja solucionado em tempo razoável." (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] - 1. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 62). Com efeito, a presente demanda foi proposta sem que a Autora haja praticado os atos que lhe compete, inclusive sem se atentar ao prazo legal para que o fizesse, tampouco declinaram motivação plausível para sua inobservância. Aponto, pois, que tais providências lhes foram expressamente apontadas no Ato Ordinatório emanado pela Secretaria deste Juízo, para a qual, por meio da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, foi delegada poderes, dentre eles o de determinar ao Autor emenda à inicial, consoante o artigo 1º, inciso X, daquela legislação, no qual há inclusive expressa indicação do artigo 321, do Digesto Processual Civil. Art. 1º Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por ele designados a prática de atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificadas. (...) omissis X - intimar o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (Art. 321, do NCPC), bem como initmar a parte para regularizar a sua representação processual (art. 76, NCPC). Ora, o aludido artigo 321, em seu parágrafo único, expressamente prevê que se o Autor não cumprir a diligência, ocorrente na hipótese, o juiz indeferirá a petição inicial. Não se desincumbiu, pois, o Autor de atender aos requisitos da petição inicial estatuídos que são no artigo 319, do Digesto Processual Civil, tais as pontuações realizadas no relatório desta sentença. Descurou, pois de corrigir o valor da causa, o adequando ao estabelecido no artigo 58, inciso III, da Lei nº 8.245/91. Parte dispositiva Ante o exposto, INDEFIRO a petição inicial e, em consequência, JULGO EXTINTA a presente demanda proferindo sentença sem resolução do mérito de conformidade com o que dita o artigo 485, inciso I, combinado com o artigo 316, do Novo Digesto Processual Civil. Observe-se às partes que poderão novamente propor a demanda, desde que ultimem o saneamento de todos os vícios que lhe foram, objetivamente apontados neste pronunciamento judicial. É a leitura que se extrai do artigo 486, §1º, da Lei do Rito Civil. Custas de lei exigíveis, porquanto silentes os Autores quanto à demonstração de hipossuficiência para o recolhimento. Honorários de advogado que não são estabelecidos,

visto que não houve a citação da parte adversa. Publique-se. Registrado eletronicamente. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a baixa.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0635114-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Divalneide de Souza Valares - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da Petição de fls. 303/311, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0642411-57.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus - Sicoob Uniam - REQUERIDO: Laércio Amud do Nascimento - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 08/11/2019, às 14:00h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0645462-76.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Elizabete Quintelo de Oliveira - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 08/11/2019, às 14:00h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: ELZA MEGUMI LIDA (OAB 95740/SP) - Processo 0646179-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Robert Bosch Ltda. - REQUERIDO: C. C. Guedes - ME - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 07/11/2019, às 15:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0647846-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Erivanda Almeida da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 08/11/2019, às 15:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Brenda de Jesus Montenegro (OAB 12868/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elza Megumi Lida (OAB 95740/SP)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0352/2019

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: DEOLINDA MARIA NOGUEIRA CARDOSO (OAB 4127/AM), ADV: FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA AMAZONAS (OAB 5043/AM), ADV: CARLOS EDUARDO RAPOSO DA CÂMARA ALENCAR (OAB 4249/AM), ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM) - Processo 0216359-02.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raphaela Cristine Passos Pennafort - REQUERIDO: Condomínio Residencial Reserva das Flores - J. Nasser Engenharia Ltda. - José Miguel da Silva Nasser e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773/AM), ADV: WAULEAM DE AGUIAR PAULA PESSÔA (OAB 1178/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0366696-13.2007.8.04.0001 (001.07.366696-4) - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Álvaro Martins - REQUERIDO: Antônio Alberto Hortêncio Alcântara - Edílson Augusto de Queiroz - José Maria Nobre da Silva e outros - Diante da Apelação de fls. 450/464, dê-se vista ao Apelado para responder em 15 dias, nos moldes do art. 1.010, §1º, do CPC. Ao pronunciamento, observadas as cautelas devidas, remetam-se os autos à Superior Instância, nos termos do art. 1.010, §3º, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0603022-07.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de consulta postulado à fl. 108. Proceda-se à pesquisa via Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - RIDFT. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0603709-76.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM), ADV: GABRIELLY DE OLIVEIRA GOMES (OAB 14294/AM), ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0605517-82.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antônio Luís Nascimento Pereira - REQUERIDO: Nosso Lar Administração de Imóveis Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os Embargos de Declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0607783-47.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Geraldo Lúcio Araújo Peres - REQUERIDO: José Neto Souza Pontes - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud e Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM) - Processo 0609315-56.2016.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Sustação de Protesto - REQUERENTE: M. T. Comércio de Alimentos Ltda. - EPP e outros - REQUERIDO: Condominio Civil do Shopping Ponta Negra - Por tais razões, concedo a liminar vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, no sentido de determinar a exclusão do nome da parte autora dos cadastros de proteção de crédito no prazo de 5 (cinco) dias sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de 10 (cinco) dias-multa. A presente decisão tem força de ofício. Cumpra-se. Intimem-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0611137-46.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Carlos Alberto Almeida da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0612629-15.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Wladimir Suano da Silva - R. H. Defiro o pedido de BACENJUD postulado às fls. 151. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacen-jud para eventual bloqueio de valores. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0616064-55.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0619882-44.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Rosana Administradora Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0619882-44.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Rosana Administradora Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM), ADV: FABRIZZIO GADELHA SOUZA (OAB 13057/AM), ADV: FRANCISCO NASCIMENTO MARQUES (OAB 1192/AM), ADV: MARCOS AUGUSTO DOS SANTOS FERREIRA (OAB 11940/AM) - Processo 0621156-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Regina Monteiro Modesto e outros - REQUERIDO: Sebastião Aquiles Monteiro de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM) - Processo 0622103-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: U.M.C.T.M. - REQUERIDO: C.N.U.C.C. - R.H. Intime-se a parte autora para que se manifeste acerca das petições e documentos de fls. 2.605 a 2.011 e 2.016/2.611, no prazo legal. Outrossim, determino que a parte requerente colacione nos autos, as certidões negativas e de ônus reais referente ao imóvel que indicou como caução, bem como esclareça o “quantum” relativo a indisponibilidade estabelecida nas certidões de fls. 2.620 e 2.621, no prazo de lei. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA MONTEIRO DE CASTRO MARTINS (OAB 86928/RJ) - Processo 0624316-76.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0251127-22.2011.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Cecília Maria Félix Pessoa e outros - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625324-30.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacen-jud para eventual bloqueio de valores. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0626077-16.2017.8.04.0001 - Execução

de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Formapack Embalagens Plásticas Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0626077-55.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de consulta postulado à fl. 100. Proceda-se à pesquisa via Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - RIDFT. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0627288-24.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0612167-53.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Bellanne Engenharia Eireli - ME e outro - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0633644-30.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0638759-08.2014.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Aldenilce de Oliveira Marinho - EMBARGADA: Isabel Cristina Rodrigues Santiago de Faria e Cunha - R. H. Intime-se a parte Requerente para se manifestar acerca do teor dos embargos à execução nos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GERBASI GOMES DIAS (OAB 25254/BA) - Processo 0642313-72.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0082417-83.2004.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Banco Itaú S/A (Banco Itaubank S/a) - Antingo Bankboston - R. H. Intime-se a parte Requerente para se manifestar acerca do teor dos embargos à execução e documentos apensados nos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0643370-96.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Domingos Sousa Sobrinho - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - R. H. Trata-se de Cumprimento de Sentença contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o qual se enquadra nas hipóteses previstas no art. 534, e seguintes do CPC/15. Assim, intime-se a Autarquia Federal para que se manifeste acerca da petição de fls. 251/258, conforme art. 535, caput, do CPC, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ FERNANDO BRASIL DE ARAÚJO (OAB 9633/AM) - Processo 0645207-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: José Fernando Brasil de Araújo - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0649463-07.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para

satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0649639-83.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art. 702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria n° 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM), ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM) - Processo 0652719-89.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Furtado e Marques Advogados Associados - REQUERIDO: Condomínio Residencial Turim - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerida(s) para que se manifeste(m) acerca da petição e documentos de fls. 84/88, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0712694-52.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: João da Silva Melo - R. H. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacen-jud para eventual bloqueio de valores. Cumpra-se.

ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES (OAB 2023/AM), ADV: NEWTON PAULO DA SILVA (OAB 5709/AM), ADV: NEWTON PAULO DA SILVA JÚNIOR (OAB 5710/AM) - Processo 0713455-83.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Ricardo dos Anjos Frazão - REQUERIDO: Empresa de Jornais Calderaro Ltda. - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB 86928/RJ)
Aguiberto Camilo Redi (OAB 202A/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Carlos Eduardo Raposo da Câmara Alencar (OAB 4249/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Deolinda Maria Nogueira Cardoso (OAB 4127/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Fabrícia Arruda Moreira Amazonas (OAB 5043/AM)

Fabrizzio Gadelha Souza (OAB 13057/AM)
Francisco Nascimento Marques (OAB 1192/AM)
Gabrielly de Oliveira Gomes (OAB 14294/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gerbasi Gomes Dias (OAB 25254/BA)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Fernando Brasil de Araújo (OAB 9633/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Júlio Antônio de Jorge Lopes (OAB 2023/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Augusto dos Santos Ferreira (OAB 11940/AM)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Newton Paulo da Silva (OAB 5709/AM)
Newton Paulo da Silva Júnior (OAB 5710/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Nobre Rosas (OAB 4773/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wauleam de Aguiar Paula Pessôa (OAB 1178/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0353/2019

ADV: DANIELLE RAMALHO RODRIGUES DE SOUSA GROSSO (OAB 3982/AM), ADV: LEONARDO RAMADA RELVAS (OAB 14480/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694AM), ADV: FRANCISCO ÉZIO VIANA DE OLIVEIRA (OAB 2160/AM) - Processo 0007807-76.2006.8.04.0001 (001.06.007807-4) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luiz Eduardo Wallace da Silva - REQUERIDO: Geoplan Assessoria de Informática e Financeira Ltda. - Floriano Augusto Araújo de Barros - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610302-97.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0614232-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ezequiel de Souza Marinho - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM), ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1142A/AM), ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM), ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0628295-85.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Paul Cezanne - REQUERIDO: Luiz Daniel Frota Ximenes Aragão e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FRANCISCO DE SOUSA SANTANA JÚNIOR (OAB 9856/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631898-30.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Marcos Aurelio Rodrigues de Almeida - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694AM)
Danielle Ramalho Rodrigues de Sousa Grosso (OAB 3982/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Francisco de Sousa Santana Júnior (OAB 9856/AM)
Francisco Ézio Viana de Oliveira (OAB 2160/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1142A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leonardo Ramada Relvas (OAB 14480/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0354/2019

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0235817-10.2010.8.04.0001 (001.10.235817-7) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Amadeu Barbosa de Almeida - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC, c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0600641-55.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Rafael Oliveira Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0605505-10.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Luciane da Costa Silva - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0613659-12.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: E. T. Comércio de Peças e Serviços de Motocicletas Ltda. - ME - Altino Filho Tavares Alves - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por falta de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0617115-72.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Ana Paula Ribeiro de Lima Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0626373-77.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Rosivaldo Oliveira Marinho - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0627260-51.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antônio da Silva Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 3632/AM) - Processo 0631458-39.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: S. B. Imóveis Ltda. - REQUERIDO: Antônio Ederval de Lima - Maria das Graças Hossaine de Souza Lima - Expeça-se mandado de citação.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0633931-32.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria das Graças Ribeiro da Cruz - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0637914-97.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Flávia Ferreira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0638012-58.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Franklin Ramos da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0643132-48.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Paulo Rogério de Oliveira Carvalho - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0710511-11.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Sebastião de Carvalho - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0712378-39.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Anne Kellen Lopes da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo Augusto Andrade de Oliveira (OAB 3632/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0221/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0203114-55.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Proceda-se à nova tentativa de bloqueio e consulta de bens via Bacenjud, Renajud e Infojud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: ALESSANDRA SAMPAIO (OAB 1821/TO) - Processo 0224040-13.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Cento Educacional Nossa Senhora do Rosário - Devolva-se a presente Carta Precatória, com as homenagens de estilo.

ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 116A/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG) - Processo 0248495-91.2009.8.04.0001 (001.09.248495-7) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimunda Moura da Silva - REQUERIDA: BANCO SCHAHIN S/A - À contadoria para providenciar a inscrição em Dívida Ativa, e posterior baixa do processo.

ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM), ADV: CARMEN HOSANA RAMIREZ SAPUCAIA (OAB 11060/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0251416-76.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0620540-73.2016.8.04.0001) (processo principal 0620540-73.2016.8.04.0001) - Embargos Infringentes na Execução Fiscal - Execução Contratual - EMBARGANTE: Daniel Tomiasi - EMBARGADO: Beviana N. R. Sapucaia - EPP - Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0254233-89.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Proceda-se à nova tentativa de bloqueio e consulta de bens via Bacenjud, Renajud e Infojud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: MONIQUE KELLY COSTA DE OLIVEIRA (OAB 7925/AM), ADV: LAURA DRIELE GOMES MELO BARBOSA (OAB 7353/AM), ADV: NILSON CORONIN (OAB 1925/AM), ADV: RAQUEL PINTO VALENTE (OAB 6771/AM), ADV: JOSÉ NUNES DE ABREU NETO (OAB 7318/AM) - Processo 0261380-69.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Omar José Abdel Aziz - REQUERIDO: Rodrigo de Siqueira Cavalcante Araújo - Vista às Partes do Ofício de fls. 249/253, em 15 (quinze) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0600519-42.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Operacional Comercio de Confeccoes Ltda-me - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0600744-96.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: CESAR AUGUSTO GALAFASSI (OAB 226623/SP), ADV: LUIZ NAKAHARADA JÚNIOR (OAB 163284/SP) - Processo 0601026-08.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: MAIS PRÓXIMA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA S/A - Antes de determinar a penhora dos veículos bloqueados, é prudente realizar as pesquisas individualizadas de suas situações, a fim de verificar a existência de alienação fiduciária ou outros ônus. Assim, proceda-se à referida consulta via Renajud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM) - Processo 0602306-72.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Mediterrâneo I - Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se Alvará e arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: SUELEN DOS SANTOS VIANA (OAB 10074/AM), ADV: KARLA MAIA BARROS (OAB 6757/AM), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0604501-98.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Francineire Olinda Santos da Silva - REQUERIDA: API SPE 10 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - Aliança Incorporadora e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM) - Processo 0604836-20.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Waldina Grana Pacheco - REQUERIDO: Auto Ônibus Líder Ltda - Transtol Transportes Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 22/10/2019, às 09h00, na avenida Carvalho Leal com Avenida Silves, Cachoeirinha, nesta cidade, conforme informação do perito de fl. 377.

ADV: MAURO GILBERTO FROTA LOBATO (OAB 10848/AM), ADV: FABIANA NOGUEIRA NERIS (OAB 12366/AM), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM) - Processo 0606194-15.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: S.S.S.N. - REQUERIDO: I.Q.D. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 123979/RJ), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM) - Processo 0606419-74.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0610211-94.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: OCRIM S/A PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - Concedo a dilação de prazo por 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do presente.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0607621-47.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0610092-12.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: REGIVALDO SILVA DOS SANTOS - REQUERIDO: GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA - Expeça-se Certidão de Crédito, para fins de habilitação na Recuperação Judicial. Após suspenda-se o presente feito.

ADV: CÉSAR AUGUSTO TERRA (OAB 17556/PR), ADV: JOAO LEONELHO GABARDO FILHO (OAB 44320/BA), ADV: JOÃO LEONELHO GABARDO FILHO (OAB 16948/PR) - Processo 0610160-54.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: C.C.S. - Diante da notícia de descumprimento do acordo, expeça-se Mandado de Busca e Apreensão do bem objeto da lide. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0610338-42.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Proceda-se à nova tentativa de bloqueio e consulta de bens via Bacenjud, Renajud e Infojud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: NÁRDIA LIMA DE ARAÚJO DA FONTOURA AUGUSTO (OAB 4423/AM), ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0610498-28.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jayme Benchaya Marinho - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada/Requerente para que se manifeste acerca de petição de fls. 509/511, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM) - Processo 0613138-67.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: H. G. da Fonseca Júnior - Intime-se o(a) Executado(a), por Edital, para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0614971-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria Aparecida da Silva - REQUERIDO: Banco Losango S/A Banco Múltiplo - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para declarar abusiva a taxa de juros remuneratórios pactuada no contrato impugnado, e, determinar que a Ré revise o cálculo do referido contrato, aplicando-se a taxa média de juros de mercado, de 132,08% a.a., procedendo, ainda, à devolução simples dos valores pagos em excesso pela Autora, corrigidos desde as datas das respectivas cobranças irregulares e acrescidos de juros de mora simples de 1% ao mês. É vedada a compensação de honorários no caso de sucumbência parcial (art. 85, § 14º, CPC), razão pela qual condeno a parte Autora no pagamento de honorários em favor dos procuradores da parte Requerida que fixo, com fundamento no art. 85, § 2º, CPC, em R$ 1.000,00 (mil reais); além de 50% do valor das custas e despesas processuais, suspensa a exigibilidade em razão da Gratuidade de Justiça. A parte Requerida arcará com o pagamento de honorários em favor dos patronos da Autora, que arbitro, com fulcro no art. 85, § 2º e 8º, do CPC, em R$ 1.000,00 (mil reais), além de 50% das custas e despesas processuais aos cofres do TJ/AM. P.I. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0615401-72.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da devolução da Carta Precatória, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0615981-39.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Com relação ao pedido de fl. 141, concedo a dilação de prazo por 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do presente.

ADV: JOSÉ MURILO GADELHA DE HOLLANDA (OAB 2640/AM) - Processo 0617102-34.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Affeam - Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, constituindo de pleno direito o título executivo judicial, consistente no crédito emanado do contrato supra mencionado, no valor de R$ 74.155,81 (setenta e quatro mil, cento e cinquenta e cinco reais e oitenta e um centavos), a serem corrigidos monetariamente pelo INPC a contar da propositura da ação e com a incidência de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação. Condeno ainda a parte Ré no pagamento de custas processuais, bem como honorários advocatícios em 10% sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do artigo art. 85, §2°, do Código de Processo Civil. P.I. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0619979-54.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: JACQUELINE MARIA BRASIL MIRANDA - Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620396-02.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a parte executada para que se manifeste acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. 150/151, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: CATARINA PONTES TORRES (OAB 13503/AM) - Processo 0620856-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Lídia Maria Saldanha Torres - REQUERIDO: Geap - Fundacao de Seguridade Social - Vista à Requerida dos Embargos de Declaração, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0621512-77.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Expeça-se Mandado de Penhora e Avaliação dos imóveis indicados. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 83522PR), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 118948/RJ), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: EDILSON MARTINS DE ALENCAR NETTO (OAB 9499/AM) - Processo 0622127-67.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Meiry Sonja Carbajal de OliveiraA Morais - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - LITSPASSIV: Rondônia Tranportes Ltda. - DENUNCIADO: Companhia Mutual de Seguros - Ao Cejusc para realização de Audiência Conciliatória.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0622410-22.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Considerando que até o momento as diligências realizadas não foram suficientes para encontrar bens penhoráveis da parte Executada, determino a suspensão do presente feito com fulcro no art. 921, III, do CPC, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido do(a) Exequente, indicadas novas medidas executórias concretas. Intime-se via DJE e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: ELIAS BARROS CAVALCANTE (OAB 5359/AM) - Processo 0623732-09.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Alan Lopes Miranda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0624228-43.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Talento Recursos Humanos Ltda. ME e outro - Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0624482-16.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Concedo a dilação de prazo por 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do presente.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0625143-58.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Reginaldo da Conceicao - Vistos, Defiro o pedido à fls. 203. Citem os Requeridos por Edital. Observe-se a Gratuidade da Justiça.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM) - Processo 0625639-19.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Tukano Viagens e Turismo Ltda e outros - Expeça-se Mandado de Penhora e Avaliação do bem descrito às fls. 113, com matrícula juntada à fl. 128. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0626738-29.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Reitere-se o Ofício de fl. 149.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM), ADV: MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO (OAB 156347/SP) - Processo 0628154-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joede Silva dos Santos e outro - REQUERIDO: Moto Honda da Amazônia Ltda - Centauros Motos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: HENRIQUE TONDINELI NETO (OAB 123314/MG) - Processo 0628521-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação Acessória - REQUERENTE: Segeam- Serviços de Enfermagem e Gestão Em Saúde - REQUERIDO: Engenharia do Cuidado - Suspendo o feito por 10 (dez) dias.

ADV: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (OAB 7413/MT), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0629112-86.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nota de Crédito Comercial - REQUERENTE: White Martins Gases

Industriais do Norte S.A. - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via Portal Eletrônico, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: BRUNO BARBOSA DOS REIS GLÓRIA (OAB 9432/AM) - Processo 0629922-85.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Actual Cargo Ltda. - Intime-se por Carta a Parte Executada, para, querendo, se manifestar do bloqueio, em 5 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do CPC. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas de expedição da Carta, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: NILCINARA HUERB DE AZEVEDO (OAB 12337/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: IASMIN DA SILVA OLIVEIRA (OAB 12342/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM) - Processo 0630243-91.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rita de Cassia Taniguchi e outro - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. e outro - Conheço da Petição de fls. 379/380 como Embargos de Declaração. Considerando que o bloqueio via Bacenjud de fls. 370/372 foi realizado em valor a menor que o remanescente devido, a Execução não se encontra satisfeita, de forma que desconstituo a extinção do feito com fulcro no art. 924, II, do CPC, devendo a Execução prosseguir regularmente. Diante disto, proceda-se ao bloqueio via Bacenjud do remanescente, conforme indicado às fls. 379/380. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0631183-22.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - É o relatório breve. Decido. Verifico que a Parte Autora, a despeito do esforço em intimá-la a fim de promover os atos que lhe competem, na esteira do art. 485, § 1º, do CPC, efetivamente abandonou a causa. Diante do exposto julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III do CPC. Após o trânsito em julgado, arquive-se o processo. P.R.I. Cumpra-se. Manaus, 13 de setembro de 2019. (assinado digitalmente) Simone Laurent de Figueiredo Juíza de Direito

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0632892-63.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via Portal Eletrônico, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: ZULMIRA PAULINO CAVALCANTE (OAB 4144/AM), ADV: MARIANA LEANDRO DAMACENO (OAB 38091/DF) - Processo 0634021-98.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Unyleya Editora e Cursos S.a (3w Educacional) e outro - REQUERIDA: Adriane Cavalcante Magalhães - Do exposto, dou por satisfeita a Execução, julgando extinto o processo, nos termos do art. 924, II do CPC. Arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CAROLINA MIZUMUKAI (OAB 264422/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA) - Processo 0636388-32.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Ato contínuo, SUSPENDO o processo com fulcro no art. 922 do CPC. Arquivem-se os Autos, sem prejuízo de reativação no caso de descumprimento do acordo. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: LAÍS CRISTIANE LIRA PEREIRA (OAB 5376/AM), ADV: MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI (OAB 139482/SP) - Processo 0636840-08.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Fabrício dos Santos Queiroz da Silva - REQUERIDO: Yamaha Administradora de Consórcios Ltda e outro - Cite-se, por Mandado, a Requerida Aventura Moto e Náutica Ltda, na pessoa de seu sócio, conforme endereço indicado às fls. 144/145. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0638343-64.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Vistos, Mantenho a Decisão de fl. 150 por seus próprios fundamentos. Considerando que não há noticia de concessão de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento interposto, ratifico a determinação para que o Autor efetue o recolhimento das custas iniciais, em 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0639497-20.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: I. - HOMOLOGO a desistência, extinguindo o processo SEM RESOLUÇÃO do mérito, com base no art. 485, VIII, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM) - Processo 0639806-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: Ribeiro Participações Ltda - REQUERIDO: Alan Kardec Bandeira de Melo Filho e outro - Ao Cejusc para pautar Audiência Inicial de Conciliação, na forma do art. 334 do CPC, intimando o Requerido Allan Kardec Bandeira de Melo Filho por DJe, considerando possui patrono habilitado nos Autos, e o Requerido Frederico Silva Tufi Amim no endereço indicado à fl. 98.

ADV: GLEUSA GLADYS SILVA DO NASCIMENTO (OAB 40690/DF), ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP), ADV: JOSÉ QUAGLIOTTI SALAMONE (OAB 103587/SP), ADV: LAMBRINI ACRIVI SYMEON MESSINIS (OAB 60647/DF) - Processo 0640000-75.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Nubia Regina Nascimento - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Digam as Partes, em 15 (quinze) dias, acerca do andamento do acordo, em especial se foi perfectibilizada a retirada da alienação fiduciária ou se subsistem pendências.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: RODRIGO GONÇALVES DA LUZ PEREIRA (OAB 8520/AM) - Processo 0640914-76.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - EXECUTADO: Spaco do Corpo Fitness e Estetica Ltda e outro - Expeça-se novo Mandado de Restituição para o endereço correto indicado à fl. 204. Dispenso o recolhimento de novas custas, em razão de as já pagas não terem efetivamente remunerado a diligência pretendida.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: GERALDO SÉRGIO ALBUQUERQUE RIBEIRO (OAB 8400/AM) - Processo 0640929-11.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: R da Silva F Beer e Eventos Eireli Me - Intime-se o Autor para informar o valor atual necessário para purgar a mora, considerando ainda o depósito realizado nos Autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0641657-86.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo medidas concretas para prosseguimento da Execução, no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido in albis o prazo, ou não havendo interesse do Exequente em novas medidas executórias, arquivem-se os Autos administrativamente, com base no art. 921, III do CPC, sem prejuízo de reativação a requerimento do Exequente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0642204-58.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Direcional Rubi Empreedimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço

via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0642629-56.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - A despeito o Exequente ter indicado novos endereços às fls. 159/160, verifico que o Mandado de fl. 128 ainda não retornou. Assim, determino seja oficiada a Central de Mandados cobrando o cumprimento de referido Mandado. Oficie-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0644026-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Simara Ferreira da Silva - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita pleiteado. Ao CEJUSC-Cível para realização da perícia e, se for o caso, designação de Audiência de Conciliação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644723-06.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0644765-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KETHLEEN VIEIRA DOS SANTOS (OAB 10079/AM), ADV: ISABELLA VALOIS COELHO CHAVES (OAB 3570/AM), ADV: MAURÍCIO DA GAMA MONTEIRO (OAB 4931/AM) - Processo 0644961-93.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Ingresso e Exclusão dos Sócios na Sociedade - REQUERENTE: Pamela Jane Dickens Alves - REQUERIDA: Vera Baute Bento Martins dos Santos e outro - Oficie-se ao Banco Santander para que realize a transferência de eventual saldo da conta indicada à fl. 10 para conta judicial.

ADV: IZAQUE DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 11807/AM) - Processo 0645516-76.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Sandro Eli do Carmo Pinto - É o relatório breve. Decido. Verifico que a Parte Autora, a despeito do esforço em intimá-la a fim de promover os atos que lhe competem, na esteira do art. 485, § 1º, do CPC, efetivamente abandonou a causa. Diante do exposto julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III do CPC. Após o trânsito em julgado, arquive-se o processo. P.R.I. Cumpra-se. Manaus, 12 de setembro de 2019. (assinado digitalmente) Simone Laurent de Figueiredo Juíza de Direito

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0647666-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condominio do Edificio Metropolis Residence - De todo o exposto, restam preenchidos os requisitos do art. 300 do CPC, de forma que CONCEDO a tutela antecipada, determinando ao Requerido que proceda ao desbloqueio da conta corrente nº 0016996-0, agência 3053, de titularidade do Autor, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), sob pena de multa diária de R$1.000,00 (mil reais), até o limite de 10 (dez) dias-multa. Dispenso, por ora, a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Intime-se por Mandado o Requerido da liminar e na mesma ocasião cite-o para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas de expedição do Mandado, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0647792-46.2019.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Jean Serrão de Oliveira - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita. Analisarei o pedido liminar após a contestação. Cite-se a Requerida, por Carta com Aviso de Recebimento, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: MAYCON SILVA DOS SANTOS (OAB 13231/AM) - Processo 0649160-90.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Jucilene Leans Campelo - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita. Analisarei o pedido liminar após a contestação. Cite-se a Requerida, por Carta com Aviso de Recebimento, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0649474-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Metlife - Metropolitam Life Seguro e Previdência Privada - Vistos, Analisarei o pedido de tutela antecipada após a contestação. Cite-se a Requerida, por Carta com Aviso de Recebimento, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0649669-21.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do

processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0649757-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hellyson Gomes de Macedo - Vistos, Defiro o pedido de gratuidade de justiça. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte Autora, bem como sua condição de hipossuficiencia técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Dispenso, por ora, a realização da audiência inaugural de conciliação, bem como postergo a análise do pedido de antecipação de tutela, para a fase posterior à contestação. Cite-se o Requerido via Portal Eletrônico de Citações e Intimações do TJAM para, querendo, oferecer contestação no prazo legal, sob pena de revelia e confissão ficta. Intime-se. Cumpa-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0649775-80.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Gran Vista Ponta Negra - Vistos, Verifico que este Processo apresenta a pendência de suspeita de repetição da Ação. Ocorre que, confrontando os dados do presente com os do Processo nº 0612075-70.2019.8.04.0001, não vislumbro essa repetição, pois são relações contratuais diversas. Deste modo, não há que se falar em distribuição por dependência nos termos do art. 286, do CPC, razão pela qual determino a remessa dos presentes autos ao Setor de Distribuição para que seja distribuído de forma independente, em atenção ao Princípio do Juiz Natural. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0655964-11.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados Bacenjud, Renajud,levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0657485-88.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Proceda-se ao bloqueio e consulta de bens via Bacenjud, Renajud e Infojud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: JÉSSIKA THAYS DO NASCIMENTO MARTINS (OAB 9252/AM) - Processo 0660373-30.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: J A F de Lima - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via carta com AR, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Alessandra Sampaio (OAB 1821/TO)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB 9432/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Silva Navega (OAB 118948/RJ)
Bruno Silva Navega (OAB 83522PR)
Carmen Hosana Ramirez Sapucaia (OAB 11060/AM)
Carolina Mizumukai (OAB 264422/SP)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Catarina Pontes Torres (OAB 13503/AM)
Cesar Augusto Galafassi (OAB 226623/SP)
César Augusto Terra (OAB 17556/PR)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edilson Martins de Alencar Netto (OAB 9499/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elias Barros Cavalcante (OAB 5359/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fabiana Nogueira Neris (OAB 12366/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Geraldo Sérgio Albuquerque Ribeiro (OAB 8400/AM)
Gleusa Gladys Silva do Nascimento (OAB 40690/DF)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Henrique Tondineli Neto (OAB 123314/MG)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Iasmin da Silva Oliveira (OAB 12342/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabella Valois Coelho Chaves (OAB 3570/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB 7413/MT)
Izaque de Oliveira Duarte (OAB 11807/AM)
Jéssika Thays do Nascimento Martins (OAB 9252/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Leonelho Gabardo Filho (OAB 16948/PR)
Joao Leonelho Gabardo Filho (OAB 44320/BA)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Murilo Gadelha de Hollanda (OAB 2640/AM)
José Nunes de Abreu Neto (OAB 7318/AM)
José Quagliotti Salamone (OAB 103587/SP)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 116A/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karla Maia Barros (OAB 6757/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kethleen Vieira dos Santos (OAB 10079/AM)
Laís Cristiane Lira Pereira (OAB 5376/AM)
Lambrini Acrivi Symeon Messinis (OAB 60647/DF)
Laura Driele Gomes Melo Barbosa (OAB 7353/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 123979/RJ)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Lúcia Andréa Valle de Souza (OAB 2767/AM)
Luciana Nazima (OAB 169451/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Luiz Nakaharada Júnior (OAB 163284/SP)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)

Marcelo Miguel Alvim Coelho (OAB 156347/SP)
Márcio Alexandre Malfatti (OAB 139482/SP)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Mariana Leandro Damaceno (OAB 38091/DF)
Maurício da Gama Monteiro (OAB 4931/AM)
Mauro Gilberto Frota Lobato (OAB 10848/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Maycon Silva dos Santos (OAB 13231/AM)
Michelle de Oliveira Ferreira (OAB 20399/PA)
Monique Kelly Costa de Oliveira (OAB 7925/AM)
Nárdia Lima de Araújo da Fontoura Augusto (OAB 4423/AM)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilcinara Huerb de Azevedo (OAB 12337/AM)
Nilson Coronin (OAB 1925/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raquel Pinto Valente (OAB 6771/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Gonçalves da Luz Pereira (OAB 8520/AM)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
SUELEN DOS SANTOS VIANA (OAB 10074/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Zulmira Paulino Cavalcante (OAB 4144/AM)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0219/2019

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272AM), ADV: MARCELO DE FIGUEIREDO ARRUDA (OAB 4505/AM), ADV: JOSÉ DE OLIVEIRA FERNANDES (OAB A252/AM) - Processo 0088062-89.2004.8.04.0001 (001.04.088062-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: C.m.a. - Distribuidora de Estivas e Bebeidas Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: RODRIGO GONZALEZ (OAB 158817/SP), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0244956-49.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Adonias Pinheiro - REQUERIDO: Abril Comunicações S.A. - Trata-se de pedido de desbloqueio de valores tornados indisponíveis nas contas da Executada, que se encontra em Recuperação Judicial (folhas 469/470), tendo em vista a satisfação do débito exequendo. Da análise dos autos, verifico constar às folhas 267/270, resposta acerca da consulta realizada junto ao sistema BACENJUD, onde há informação de bloqueio do valor de R$ 7.889,10 (SETE MIL, OITOCENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E DEZ CENTAVOS). Desta feita, diante do petitório da parte Executada (folhas 469/470) e, ainda, ausência de manifestação do Exequente acerca do Despacho exarado às folhas 444/445, conforme certificado às folhas 447, determino o desbloqueio dos valores tornados indisponíveis, junto ao sistema BACENJUD. Cumprida à diligência, determino baixa e arquivamento do presente caderno digital, tendo em vista extinção da execução declarada através do Decisum de folhas 382. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM) - Processo 0602166-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Daniel de Oliveira Barbosa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0604279-96.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PEDRO LEAL E ALMEIDA FILHO (OAB 33824/BA), ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM), ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB A1133/AM), ADV: VANDRÉ CAVALCANTE BITTENCOURT TORRES (OAB 344658/SP), ADV: ELCI SIMÕES DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 5543/AM) - Processo 0604420-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Comissão - REQUERENTE: Selvarad Representações Comerciais de Imóveis e Eletrônicos Ltda- Me - REQUERIDO: M.k. Eletrodomesticos Mondial Ltda e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se pronunciem acerca da manifestação do perito às fls. 3.567/3576, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: PEDRO LEAL E ALMEIDA FILHO (OAB 33824/BA), ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM), ADV: VANDRÉ CAVALCANTE BITTENCOURT TORRES (OAB 344658/SP), ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB A1133/AM), ADV: ELCI SIMÕES DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 5543/AM) - Processo 0604420-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Comissão - REQUERENTE: Selvarad Representações Comerciais de Imóveis e Eletrônicos Ltda- Me - REQUERIDO: M.k. Eletrodomesticos Mondial Ltda e outros - Vistos. No que tange ao petitório de fls. 3581/3583, não está preclusa a quesitação apresentada, vez que as partes, à época da petição, não haviam sido intimadas acerca da manifestação e proposta de honorários da Sra. Perita. Defiro o petitório de fls. 3584/3584, no que tange a dilação de prazo de 30 (trinta) dias para exibição de documentos, conforme determinado na Decisão Interlocutória de fls. 3556. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 23008A/PB), ADV: JÚNIOR SOUSA AGUIAR (OAB 25546-A/PB), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ) - Processo 0607189-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Angela Bastos Peres - REQUERIDO: Centrape Central Nacional dos Aposentados e Pensionista do Brasil - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0607235-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Natalia Ramos Gouveia - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da petição às fls. 105/106, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0615472-45.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0616897-05.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0621200-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Shirle Ivane de Castro Lima Pedrosa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: SIDDHARTA GAUTAMA DE ALMEIDA ANTONY (OAB 3962/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM) - Processo 0622660-26.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: I.T.M. - REQUERIDO: A.L.V.C. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0622851-66.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MAURIANNE DE SOUZA KAIST (OAB 9951/AM), ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM) - Processo 0626286-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ivanilson Cancio de Souza - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0626935-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lucilene dos Santos Bandeira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628180-25.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EVERSON SOARES RODRIGUES (OAB 10819/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0631330-48.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Nilton Xavier da Silva - Me (Ifull Informática Ltda) - EXECUTADO: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Vistos. Trata-se de pedido do Exequente, juntado às folhas 226/227, onde requer o bloqueio de valores, junto ao sistema BACENJUD, a fim de satisfazer o débito exequendo. Vieram-me conclusos. Decido. Diante da Decisão de folhas 222/223, que rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença e, ainda, manifestação da parte Exequente, determino o bloqueio do valor correspondente a R$108.305,92 (CENTO E OITO MIL, TREZENTOS E CINCO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS), através do sistema BACENJUD. Diante da realização do pagamento das custas acerca da diligência, providências junto ao BACENJUD. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0631659-26.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Irna Andrade Soares Caldas - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 17/10/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0636616-70.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Salome da Silva Gomes - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 10/10/2019 às 08:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0637648-13.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: I. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que promova o

prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC.

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0639616-83.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Nahue Almeida Munbaça de Souza - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda - Vistos. Trata-se de Cumprimento da Sentença prolatada às folhas 344/350, onde a parte Exequente, através do petitório de folhas 448/449, informa que o Executado, ao realizar o pagamento do débito exequendo, deixou de incluir o valor referente custas processuais, de R$ 5.041,62 (CINCO MIL, QUARENTA E UM REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS). Requereu a intimação da Executada para que pague a quantia devida. Vieram-me conclusos. Decido. Da detida análise dos autos, verifico que o Executado, ao ser intimado, realizou o pagamento do valor apresentado pela Exequente, na memória discriminada de cálculo juntada às folhas 438. Diante da informação trazida às folhas 448/449, pela Exequente, acerca da existência de saldo remanescente, determino a intimação do Executado, pelo seu respectivo Patrono, para efetuar o pagamento do débito ou indicar bens passíveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena das cominações legais. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM) - Processo 0639616-83.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Nahue Almeida Munbaça de Souza - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda - Vistos. Defiro o pedido de expedição dos Alvarás Judiciais, na forma requerida às folhas 447. À Secretaria para as devidas providências. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM) - Processo 0639895-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Juan Jose Pinto Martinez - Ao lume do exposto, homologo por sentença a desistência da ação, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, nos termos artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, em consequência, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, termos do artigo 485, inciso VIII, do referido Código. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Condeno a parte Requerente no pagamento das despesas processuais, se houver, ficando suspensa a exigibilidade de tal cobrança, em virtude da concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ressalvada a demonstração, dentro do prazo legal, da hipótese preceituada no artigo 98, §§2º e 3º, do Código de Processo Civil. O trânsito em julgado ocorreu nesta data, pois o pedido de desistência é incompatível com a vontade de recorrer. Oportunamente feitas as devidas anotações, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Intime-se. Registre-se. Cumpra-se.

Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Aleandro Lima de Queiroz (OAB 23008A/PB)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Benedicto Celso Benício Júnior (OAB A1133/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Elci Simões de Oliveira Júnior (OAB 5543/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Everson Soares Rodrigues (OAB 10819/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José de Oliveira Fernandes (OAB A252/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Júnior Sousa Aguiar (OAB 25546-A/PB)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo de Figueiredo Arruda (OAB 4505/AM)
Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB 84367/RJ)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Maurianne de Souza Kaist (OAB 9951/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Leal e Almeida Filho (OAB 33824/BA)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Gonzalez (OAB 158817/SP)
Siddharta Gautama de Almeida Antony (OAB 3962/AM)
Vandré Cavalcante Bittencourt Torres (OAB 344658/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0220/2019

ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM) - Processo 0601973-57.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERIDO: Palacio de Material de Segurança Ltda. - Diante da ausência de manifestação do Exequente, determino sua intimação, pessoal, bem como de seu Patrono para que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova os atos e as diligências que lhe incumbir, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0624787-97.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Cláudia Verônica da Costa Aragão - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0272/2019

ADV: DAVID AZULAY BENAYON (OAB 8688/AM) - Processo 0213792-56.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0632116-97.2015.8.04.0001) (processo principal 0632116-97.2015.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Pagamento - REQUERENTE: Amazon Compressores Comércio e Serviços de Equipamentos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM), ADV: JAIRO BEZERRA LIMA (OAB 1507/AM), ADV: RICARDO KANEKO TORQUARTO (OAB 8721/AM), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM) - Processo 0221055-57.2008.8.04.0001 (001.08.221055-2) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Nota Dez Comercio e Representaçoes LTDA. - REQUERIDO: W. Araujo Celani - W.A.C - Distribuidora de Alimentos - Marival Vieira de Souza - Dessa feita, INTIME-SE pessoalmente o depositário acima descrito no endereço da executada, por Oficial de Justiça, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se, notificando ao Juízo o destino dos objetos penhorados. Faça-se constar no referido mandado as advertências do art. 161, parágrafo único, do Código de Processo Civil, para o caso de ser constatada a infidelidade do depositário. Para tanto, intime-se o exequente para, também no prazo de 05 (cinco) dias, recolher as custas da medida, nos termos da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Demais disso, verifico que a empresa executada, codevedora da obrigação, foi intimada para manifestação nos termos susoaludidos, na pessoa do advogado habilitado nesta demanda, como certificado à fl. 96, e quedou inerte (fl. 88), de modo a opor resistência injustificada ao andamento do processo e à efetiva satisfação do credor, comportamento que reputo litigância de má-fé, nos termos do art. 80, IV, do CPC. Dessarte, aplico à executada multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, ex vi do art. 81, do CPC. Dê-se-lhe ciência. No decurso do prazo, retornem-me conclusos. Expeça-se o necessário.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: ELÓI CONTINI (OAB 1182A/AM) - Processo 0267082-93.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Triângulo S/A - ATIVOS S/A SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0600512-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR (fl. 169) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600908-95.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fl. 110) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ) - Processo 0601920-81.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ante a certidão de fls. antecedentes, remetam-se os autos à Contadoria para emissão da respectiva certidão de crédito em desfavor do autor e, após, procedam-se à baixa e ao arquivamento dos presentes. Cumpra-se.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0605821-52.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Ariranhas - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0607295-92.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: RC Recebíveis Ltda - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/01/2020 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JÕAO FLAVIO RIBEIRO (OAB 66919/SP), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: ROBERTO GUENDA (OAB 101856/SP), ADV: WASHINGTON FARIA SIQUEIRA (OAB 50879/SP), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0611588-76.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: DILSON OLIVEIRA DAS NEVES - REQUERIDO: Credifibra S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/01/2020 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0612010-75.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM), ADV: DANIEL PEREIRA PIO SUWA (OAB 9683/AM), ADV: ALEX FERNANDES MINORI (OAB 9444/AM) - Processo 0614036-46.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Perdas e Danos - REQUERENTE: Visão Serviços de Instalação e Manutenção de Maquinas Ltda Epp - REQUERIDO: Arirang Fornecimento de Alimentos Ltda - Me - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/01/2020 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0615314-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Iracilda Frazão de Carvalho - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/01/2020 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0615670-77.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0615835-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ociney Almeida dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/01/2020 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0617172-56.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Tendo em vista o lapso temporal decorrido desde a última manifestação do requerente a dar prosseguimento ao feito, restando obstada a angularização processual por sua inércia, bem como ante a certidão de fl. 110, intime-se pessoalmente a parte autora e seu causídico, via diário eletrônico, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se e requerer o que de direito, sob pena de extinção à inteligência do disposto no art. 485, III e IV do CPC. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 279455/SP), ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM), ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP), ADV: JORGE HADAD SOBRINHO (OAB 91701B/SP), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: ANTÔNIA MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 120279/SP), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: DANYEL FURTADO TOCANTINS ÁLVARES (OAB 311574/SP) - Processo 0618267-29.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Raízen Combustiveis S/A (Shell Brasil S/A) - EXECUTADO: RN Incorporações Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte executada para que se manifeste acerca da petição de fl. 431, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0619845-85.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aete do Socorro Martins de Matos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/01/2020 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da

data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0619958-39.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Firme nesse entendimento, determino a intimação do autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se e requerer o que de direito para angularização processual, sob pena de extinção pela ausência de pressupostos para a constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, ex vi do art. 485, IV, CPC. Intime-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0621697-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: ISAAC LUIZ MIRANDA ALMAS (OAB 12199/AM), ADV: TIAGO JOÃO SALLES BOTELHO (OAB 11873/AM) - Processo 0622217-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cileide Moussallem Rodrigues e outro - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, em face da ausência de interesse recursal. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0622666-96.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Renilda Pereira Vieira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR (fl. 140) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALBÉRIO DO VALE LOPES PEIXOTO (OAB 12464/AM), ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0625332-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0626175-64.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Tendo em vista o lapso temporal decorrido desde a última manifestação da requerente a dar prosseguimento ao feito, bem ainda ante a certidão de fl. 89, intime-se pessoalmente a parte autora e seu causídico, via diário eletrônico, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se e requerer o que de direito, sob pena de extinção à inteligência do disposto no art. 485, III, CPC. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0628037-36.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0629618-23.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Defiro o pedido de fl. 86, razão pela qual determino o bloqueio via RENAJUD do veículo objeto desta busca e apreensão, consoante declinado à fl. 01 da exordial. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se a parte autora para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Após a consulta, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP), ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 104784/MG), ADV: MARCELO CANDIOTTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 104784/MG) - Processo 0629991-20.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Direcional Engenharia S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO da parte autora, reconhecendo-o credor do réu da importância de R$ 10.910,91 (dez mil, novecentos e dez reais e noventa e um centavos), corrigido monetariamente a partir da data do vencimento e com juros moratórios a contar da citação, motivo pelo qual fica convertido o mandado inicial em mandado executivo, com fulcro no art. 702, § 8° do CPC. Condeno o réu ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2° do CPC. Transitada esta em julgado e, independentemente de nova intimação, deverá a parte autora apresentar pedido de cumprimento de sentença (artigo 523 do CPC), acompanhado de memória de cálculo devidamente atualizada. P.R.I.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: FRANCISCO CLOACIR CHAVES FIGUEIRA (OAB 2501/AM) - Processo 0631167-05.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Distribuidora de Carnes Vasconcelos - Me - REQUERIDO: Banco Bradesco Sa - Determino que o requerente seja intimado para cumprir o disposto no ofício de fls.176/178, devendo recolher os emolumentos junto ao cartório para fins de cancelamento de protesto. Cumpra-se.

ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM) - Processo 0631183-90.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: GLOBALSERVICE

TRANSPORTE DE VALORES LTDA - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/02/2020 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: JOSÉ MARIA SANTOS DE CARVALHO (OAB 1028/AM) - Processo 0631342-38.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Tendo em vista o decurso do prazo para pagamento pelo requerido das custas finais de sua condenação, consoante se infere da certidão de fl. 47, remetam-se os autos à Contadoria para emissão da respectiva certidão de crédito em desfavor do devedor, após, procedam-se à baixa e ao arquivamento dos presentes. Cumpra-se.

ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM) - Processo 0631499-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Celcy da Silva Cabral e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/01/2020 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0632507-47.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR (fl. 122) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LIA DE SOUZA FARIA (OAB 10211/AM), ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0632634-19.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - EXEQUENTE: Raimundo Carlos Espíndola da Silva - Compulsando os autos verifico que até a presente data não foi gerada a certidão administrativa de envio eletrônico do Ofício RPV expedido. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a autarquia previdenciária para tomar ciência do documento expedido nas fls. 292/293 e proceder com as providências necessárias.

ADV: JOSÉ MARCONI MOREIRA FILHO (OAB 9552/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE FREITAS (OAB 14003/AM) - Processo 0633691-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Enoch Galvão Ferreira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/01/2020 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0634283-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Silvanira Ferreira Miranda - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.

br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 25/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0634677-89.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Valter Rosa de Almeida - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/02/2020 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0635101-68.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fls. 223/224) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637326-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rosinaldo Travassos Lopes - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0637636-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Marcos Felipe de Oliveira Dias - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/01/2020 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CLEUTON PEREIRA TAVARES (OAB 13814/AM) - Processo 0638520-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francilane Michiles Miranda - Tendo em vista as citações válidas das corrés SULAMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS e JF NETO DE SOUZA LIMA, consoante ARs de fls. 110/111, defiro parcialmente o pedido de fl. 116. Expeça-se carta registrada para citação de PORTO VEÍCULOS - CONCESSIONÁRIA RENAULT, a ser encaminhada para o endereço naquele declinado, qual seja Av. Djalma Batista, 3505, Flores, Manaus/AM, CEP 69050-010. Cumpra-se.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: CAMILA FERREIRA LÚCIO HENRIQUE (OAB 8417/AM) - Processo 0639212-66.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: MARIA VALDETE DOS SANTOS BEZERRA e outro - REQUERIDO: E.E.C. - Diante das razões expostas, REJEITO OS PRESENTES EMBARGOS DECLARATÓRIOS, considerando que não se constituem o recurso adequado para satisfazer a pretensão ora deduzida e constatando inexistentes quaisquer das situações previstas pelo art. 1.022, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0640306-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Francisca Araújo da Cunha - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/01/2020 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o

termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM) - Processo 0641310-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rosimar Sevalho da Costa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/01/2020 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM), ADV: MAURIANNE DE SOUZA KAIST (OAB 9951/AM), ADV: NARA NÚBIA PIRES DA COSTA (OAB 10241/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0641784-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Tse Indústria e Comércio de Equipamentos de Informática Ltda.-epp e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Mercadopago.com Representacoes Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre as contestações e documentos de fls. 280/292 e fls. 299/340.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0642606-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Zilla dos Santos Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/01/2020 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RICARDO TAHAN (OAB 188590/SP) - Processo 0644168-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Liberty Seguros S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/01/2020 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: CAZUNA MAGALHÃES (OAB 8568/AM) - Processo 0645258-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Frigelo Frio e Gelo Ltda - Epp - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/01/2020 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O

não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: JEAN PAULO GOMES QUEIROZ (OAB 13728/AM) - Processo 0645378-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Carlos André dos Santos Monteiro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/02/2020 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: HAYTHAM BADER (OAB 11435/AM) - Processo 0646646-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bárbara Barra do Espirito Santo Alves Pereira - Posto isto, no caso dos autos, entendo estarem satisfeitos os requisitos necessários à concessão da tutela antecipada requerida, mesmo nesta fase inicial do processo, motivo porque na forma do artigo 300 do CPC, DEFIRO o pedido liminar para autorizar a matrícula da requerente para se submeter ao exame supletivo. Expeça-se mandado para o cumprimento da medida antecipatória da tutela. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Ademais, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação preliminar para o dia 03/02/2020, às 10hs, nos termos do Art. 334 do CPC, o qual se realizará no CEJUSC-CÍVEL sala 13. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0649663-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sergio Correa Brito - Vejo que as ações sequer possuem as mesmas partes, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ é verdadeira inconsistência do referido programa. Dessa feita, em observância ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), entendo inexistir razão para a distribuição processual por dependência a vincular este Juízo. Posto que, tal distribuição por dependência acarreta incompetência absoluta deste Juízo, a qual pode ser, inclusive, declarada de ofício. Ordeno, pois, sejam os autos remetidos ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime sua livre distribuição para uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Intime-se a autora por publicação. Cumpra-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Albério do Vale Lopes Peixoto (OAB 12464/AM)
Alex Fernandes Minori (OAB 9444/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Antônia Machado de Oliveira (OAB 120279/SP)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Ferreira Lúcio Henrique (OAB 8417/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Cazuna Magalhães (OAB 8568/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cleuton Pereira Tavares (OAB 13814/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Daniel Pereira Pio Suwa (OAB 9683/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danyel Furtado Tocantins Álvares (OAB 311574/SP)
David Azulay Benayon (OAB 8688/AM)

Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Elói Contini (OAB 1182A/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 279455/SP)
Francisco Cloacir Chaves Figueira (OAB 2501/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Haytham Bader (OAB 11435/AM)
Isaac Luiz Miranda Almas (OAB 12199/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jairo Bezerra Lima (OAB 1507/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Jean Paulo Gomes Queiroz (OAB 13728/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Jõao Flavio Ribeiro (OAB 66919/SP)
Jorge Hadad Sobrinho (OAB 91701B/SP)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Marconi Moreira Filho (OAB 9552/AM)
José Maria Santos de Carvalho (OAB 1028/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Lia de Souza Faria (OAB 10211/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 104784/MG)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcelo Candiotto Sociedade de Advogados (OAB 104784/MG)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Maurianne de Souza Kaist (OAB 9951/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Nara Núbia Pires da Costa (OAB 10241/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Nataniel Pereira Massulo (OAB 12038/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Ricardo Kaneko Torquarto (OAB 8721/AM)
Ricardo Tahan (OAB 188590/SP)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberto Guenda (OAB 101856/SP)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Andrade de Freitas (OAB 14003/AM)
Tiago João Salles Botelho (OAB 11873/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Washington Faria Siqueira (OAB 50879/SP)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0284/2019

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM) - Processo 0011770-29.2005.8.04.0001 (apensado ao processo 0616196-78.2018.8.04.0001) (001.05.011770-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - AFEAM - Diante da extinção sem resolução de mérito dos embargos à execução opostos, determino o prosseguimento do presente feito. Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se requerendo as medidas que entender pertinentes ao prosseguimento da ação, sob pena de suspensão do processo nos moldes no art. 921, CPC. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0014687-84.2006.8.04.0001 (001.06.014687-8) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Hyssa Abrahim & Cia Ltda - REQUERIDO: Marly Lima Viana e outros - Cite-se os executados Álvaro Rodrigo Domingues Córdova e Ana Maria Domingues Cordova por edital, em razão da declaração contida às fls. 544/546 de que estes encontram-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível (art. 256, II, CPC/2015) ao fito de que, no prazo de 03 (três) dias, conforme artigo 829, caput, CPC/2015, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias, a que alude o art. 257, III, do CPC/2015, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial (R$ 5.781,86 CINCO MIL E SETECENTOS E OITENTA E UM REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS), acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% sobre o valor da causa, conforme o art. 827, caput, do CPC/2015. Faça-se constar no encimado expediente que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, §1º, CPC/2015). Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para pagamento, nos termos do artigo 231, IV, CPC/2015. Em caso de revelia, posto que transcorrido o prazo legal para apresentação de defesa, infiro que os efeitos da presunção de veracidade dos fatos assacados na prefacial não possam incidir na espécie, haja vista cuidar-se de citação ficta. Nesse prisma, determino a intimação pessoal do Órgão da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) (art. 186, §1º, CPC) , para que atue como curadora especial dos interesses do revel (artigos 257, IV, c/c 72, II e parágrafo único, CPC/2015). Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o exequente incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, CPC/2015. Promova-se a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJAM e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos, nos termos do art.257, III do CPC. Cumpra-se.

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0209198-62.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - EXEQUENTE: Rosileuda Sousa de Amorim - Vistos, etc. Compulsando os autos, verifico que não obstante ter sido intimada, conforme certidão de fls. 150, a parte executada manteve-se inerte. Assim, em razão da tentativa infrutífera da parte autora em receber o crédito, intime-se, por mandado judicial, o gerente da Agência de Atendimento de Demandas Judiciais-APSADJ/AM (Rua Marcos da Silva, s/n - São Francisco - Manaus/AM, cep: 69079-340, telefone: 3663-1122) a fim de que este proceda com o pagamento do RPV de fls. 147/148, sob pena de multa de R$3.000,00 (três mil

reais) a cada descumprimento e crime de desobediência. De igual modo, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício, conforme dispõe §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: ADEMAR BRITO DA FROTA JÚNIOR (OAB 6090/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0228695-96.2017.8.04.0001 (processo principal 0214893-41.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisca Francileida de Souza Holanda - REQUERIDO: PATRI ONZE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - Expeça-se mandado de penhora e avaliação do apartamento nº 133, localizado no 13º pavimento do edifício Santorini, no residencial Ilhas da Europa parte integrante do MUNDI RESORT Residencial, situado na Av: Ephigênio Salles, n. 2300, após a comprovação do pagamento das custas da diligência, no prazo de quinze dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JORGE HADAD SOBRINHO (OAB 91701B/SP), ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM), ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 279455/SP), ADV: ANTÔNIA MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 120279/SP), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: AMANDA PRISCILA DOS SANTOS LIMA (OAB 7053/AM), ADV: DANYEL FURTADO TOCANTINS ÁLVARES (OAB 311574/SP), ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP) - Processo 0234008-82.2010.8.04.0001 (001.10.234008-1) - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Monte Castelo - EXECUTADO: Otávio Raman Neves - Diante da certidão de fls. 303 emitida pelo leiloeiro, intime-se o exequente para se manifestar em quinze dias, devendo explicar a divergência entre a penhora e avaliação feita pelo oficial e as matrículas 38.239 (fls. 184), 12022 (fls. 101) e 12.853 (fls. 173), vez que as três foram juntadas em momentos distintos mas referem-se sobre a mesma unidade. Deverá ainda indicar a matrícula correta do imóvel que pretende penhorar. Desde já advirto que a penhora mediante sistema eletrônico do ERIDFT exige o pagamento de custas. Outrossim, verifico que o imóvel a ser levado a leilão não corresponde a unidade que derivou as dividas condominiais, portanto o crédito a ser executado perde a preferência, haja vista não ser obrigação propter rem. Tendo isso em vista e considerando a quantidade de créditos preferenciais sobre o apartamento, no mesmo prazo assinalado acima, o exequente deve manifestar seu interesse em prosseguir com o leilão. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0239259-47.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão - REQUERENTE: Atiaia Bandeira Barreto - REQUERIDA: Patri Onze Empreendimentos Imobiliarios Ltda e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, ficam intimadas as partes interessadas para tomarem ciência do retorno dos autos processuais do CEJUSC à vara de origem e promovam o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0246245-41.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0632601-34.2014.8.04.0001) (processo principal 0632601-34.2014.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Prestação de Serviços - AUTOR: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos verifico que até o momento o autor não logrou êxito em citar o réu Cláudio Rosa Júnior. Constato ainda que sequer houve tentativa de citar o requerido Lambo Cao. Nesse espeque, intime-se o autor para promover ambas as citações, no prazo de quinze dias, sob pena de extinção do incidente. Autorizo desde já a expedição de cartas e mandados desde que devidamente comprovado o pagamento das custas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP) - Processo 0601512-90.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Volkswagen S/A - Defiro o petitório de Pág.(s).(243). Nesse espeque, determino que: Consulte-se o sistema de informações do judiciário (INFOJUD), a fim de localizar o atual endereço da parte Requerida/Executada, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas dos atos a serem realizados, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, sob pena de suspensão ou extinção do processo, conforme a fase processual. Após, intime-se a parte Requerente/Exequente, através de seu patrono, para se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca das referidas consultas, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0603994-40.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - EXEQUENTE: Ivan Marcos de Araújo Lima e outro - EXECUTADO: Capital Rossi Residencial S/A e outros - Cuida-se de cumprimento de sentença homologatória de acordo celebrado entre as partes. Exsurge-se dos autos que a avença não foi cumprida e mesmo após o arbitramento de multa diária as executadas mantiveram-se silentes. Há ainda pedido de instauração de incidente para desconsideração da personalidade jurídica. Pois bem. Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC/2015, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição e em virtude da realização da XIV Semana Nacional de Conciliação no período de 04/11/2019 a 08/11/2019, designo audiência de conciliação para o dia 05/11/2019 às 09:30h, a ser realizada na sala 02, 7º andar, 1ª UPJ - Unidade de Processamento Judicial, Fórum Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 199259/SP) - Processo 0604289-14.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Elinalva de Assis Nunes - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de suspensão da execução, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Advirto, desde logo, que não serão deferidas diligências protelatórias ou já realizadas por este juízo. Transcorrido o prazo mencionado, com ou sem manifestação do credor, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0604612-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Cite-se a parte ré por edital, em razão da declaração contida às fls. 213 de que esta encontra-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível (art. 256, II, CPC/2015), na forma do art. 257 e 258 todos do Código de Processo Civil de 2015 ao fito de que a parte ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias, a que alude o art. 257, III, do CPC/2015. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação, nos termos do artigo 231, IV, CPC/2015. Em caso de revelia, posto que transcorrido o prazo legal para apresentação de defesa, infiro que os efeitos da presunção de veracidade dos fatos assacados na prefacial não possam incidir na espécie, haja vista cuidar-se de citação ficta. Nesse prisma, determino a intimação pessoal do Órgão da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) (art. 186, §1º, CPC) , para que atue como curadora especial dos

interesses do revel (artigos 257, IV, c/c 72, II e parágrafo único, CPC/2015). Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, a parte autora incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, CPC/2015. Promova-se a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJAM e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos, nos termos do art.257, II do CPC. Cumpra-se.

ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG) - Processo 0604681-17.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Vistos, etc. Cuidam-se de embargos declaratórios opostos pelo exequente contra decisão interlocutória que indeferiu o pedido de penhora de valores vertidos em plano de previdência privada. Pois bem. Os embargos de declaração consubstanciam-se no instrumento processual destinado à eliminação, da decisão embargada, de contradição, obscuridade ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha ao prolator do decisum não se prestando para promover a reapreciação de questão já decidida. Assim, ausentes os vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015, rejeito os embargos de declaração, devendo a decisão ser atacada pelo recurso próprio. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: TIRZAH CAUPER GOMES (OAB 10213/AM), ADV: WALDELINA PEREIRA DUARTE CORRÊA (OAB 1293/AM), ADV: LUCIANA PEDROSA DE MORAES REGO FIGUEIREDO (OAB 2819/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0605329-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Mir Importação e Exportação Ltda (ramsons) - Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil - Incabível a interposição de embargos de declaração, uma vez que não há decisão embargável. De todo modo, a ausência na audiência de conciliação não foi injustificada, mas sim decorrente da falta de intimação, o que afasta a pretensão de imposição de multa na forma do art.334, §8º do CPC. De outra parte, visualizo a possibilidade de acordo entre as partes. Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC/2015, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição e em virtude da realização da XIV Semana Nacional de Conciliação no período de 04/11/2019 a 08/11/2019, designo audiência de conciliação para o dia 07/11/2019 às 09:30h, a ser realizada na sala 02, 7º andar, 1ª UPJ - Unidade de Processamento Judicial, Fórum Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos, sem prejuízo na mesma oportunidade do saneamento do feito, na forma do § 3º do artigo 357 do Código de Processo Civil, com o objetivo de resolver as questões processuais pendentes e delimitar as questões de fato e de direito relevantes para o julgamento da causa. Intimem-se as partes, por meio dos advogados e do Defensor Público constituído. Cumpra-se.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0607382-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rosinaldo Rocha da Cruz - Indefiro pedido de fls. 35, uma vez que não encontram-se presentes os requisitos para tornar possível a citação por edital. Conforme artigo 256, § 3º, é necessário que tenham sido requisitados informações acerca de seu endereço em cadastros de órgãos públicos, fato que não ocorreu. Assim, determino a consulta ao sistema de informações ao judiciário (INFOJUD), o Sistema de Informação Eleitoral (SIEL), além dos Sistemas BACENJUD e RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte requerida. Após, intime-se a parte requerente, através de seu patrono, para se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca das referidas consultas, requerendo o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 1623A/MG), ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP) - Processo 0608044-80.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - EXEQUENTE: BRF - BRASIL FOODS S.A - Vistos, etc Conforme o Art.4º e o Art.139, inciso II-CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual, sendo dever do Magistrado de velar por esta celeridade. Indefiro o pedido de suspensão do feito por 60 dias de Pág.(s) (233), tendo em vista que há muito já transcorreu o lapso temporal do referido pedido, sem que a Exequente tenha concluído suas pesquisas extrajudiciais. Dito isto, intimo a parte Requerente/Requerida interessada, para que cumpra efetivamente as determinações contidas nos parágrafos 6, 7 e 8 do Despacho de Pág.(s) (230). Promova e realize as diligências necessárias para o prosseguimento do feito, qual seja, encontrar bens imóveis em nome da Requerida/Executada, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (Quinze) dias, sob pena de suspensão do processo, na forma do Art.921, III, §1º, do CPC/2015. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0609696-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Filomena Florenzano de S. Kimura e outro - REQUERIDO: Cristal Engenharia Ltda. - Banco do Brasil S.a - Vistos, etc. Cuida-se de embargos declaratórios opostos pela ré Cristal Engenharia Lta, alegando, em síntese, a existência de obscuridade na sentença. É o relatório.Decido. Os Embargos de Declaração, que têm o desiderato de esclarecer ou integrar certa decisão, constitui-se em recurso de fundamentação vinculada, razão pela qual, nos termos do art. 1022 do CPC/2015, devem apontar contradição, obscuridade, omissão ou erro material no julgado, verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I -esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Da detida análise do reclamo interposto, infiro não incidir na espécie a ocorrência de nenhuma das hipóteses ensejadoras da presente medida recursal. Na realidade, verifica-se a inadequação do recurso interposto, posto que pretende a embargante obter modificação do julgado, por puro inconformismo. Ressalte-se que a mera insatisfação com o conteúdo da decisão não enseja Embargos de Declaração, recurso cujo objetivo se presta tão somente a sanar contradições ou omissões decorrentes da análise dos temas trazidos à apreciação. Ademais, não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/8/2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28/6/2007. Certo é que caberá ao embargante interpor, se entender o caso, o recurso adequado para que os alegados equívocos ou omissões na apreciação da prova possam ser analisados pelo Tribunal competente, já que não se pode atribuir aos embargos de declaração efeitos infringentes. Ante o exposto, conheço dos aclaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão, obscuridade ou erro material, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença vergastada. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0609965-06.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de suspensão da execução, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Advirto, desde logo, que não serão deferidas diligências protelatórias ou já realizadas por este juízo. Transcorrido o prazo mencionado, com ou sem manifestação do credor, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 642/AM) - Processo 0610420-68.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento em Consignação - EXEQUENTE: PLATONORTE COMERCIO DE PECAS E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA - ME - EXECUTADO: Joao Luiz Oliva Pinto - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$2.620,99, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0610467-71.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de suspensão da execução, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Advirto, desde logo, que não serão deferidas diligências protelatórias ou já realizadas por este juízo. Transcorrido o prazo mencionado, com ou sem manifestação do credor, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP), ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 60295/PR) - Processo 0614175-95.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO a transação celebrada, para que surta seus efeitos legais e, via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, com resolução de mérito, na forma do art.487, III, "b" c/c art.354, Caput, do NCPC. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: IGOR ALMEIDA REBELO (OAB 7529/AM), ADV: RAFAELA DA SILVA GOMES (OAB 8946/AM), ADV: FILIPE MENDES SILVA (OAB 9766/AM) - Processo 0614288-20.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Civilcorp- Incorporações Ltda - EXECUTADO: Vip Master Servicos de Engenharia Ltda-me - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO a transação celebrada, para que surta seus efeitos legais e, via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, com resolução de mérito, na forma do art.487, III, "b" c/c art.354, Caput, do NCPC. As partes ficam dispensadas das custas, na forma do artigo 90 § 3º do CPC. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM), ADV: DIOGO MONTEIRO DE SOUZA (OAB 12567/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM) - Processo 0615367-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marilena Pedroso de Sousa - REQUERIDO: Auto Ônibus Lider Ltda - Integração Transportes Ltda e outro - Designo o dia 15/10/2019 às 10:30h para realização da audiência de instrução e julgamento, na forma do artigo 357, V, do Digesto Processual Civil. Intimem-se as partes para prestarem depoimento pessoal, com as advertências do art.385, §1º, do CPC, bem como as testemunhas que deverão ser informadas ou intimadas da audiência pelos respectivos patronos da partes, dispensando-se intimação do juízo, conforme art.455, Caput, do CPC. Em audiência, será analisado o pedido de revogação da tutela de urgência. No mais, determino a juntada da avaliação neuropsicológica feita na requerente ao fito de aferir se houve sequelas derivadas do acidente. Oficie-se a Clinica Médica para proceder com a determinação. O documento deve ser juntado aos autos como sigiloso. Assim, determino que seja oficiado o respectivo órgão para que proceda com a determinação em cinco dias. Para tanto, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício, conforme dispõe , §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0615388-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jonilson Andres da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 159/179, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0615949-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Bruno Antônio Campos de Sousa - Vistos, etc. Intime-se o gerente da Agência de Atendimento de Demandas Judiciais-APSADJ/AM a fim de que este implante imediatamente o beneficio, sob pena de multa de R$ 3.000,00 (três mil reais) a cada descumprimento. Para tanto, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício, conforme dispõe §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." No mais, quanto aos cálculos, a autarquia deverá apresentá-los em dez dias, sob pena de prosseguimento da ação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0616276-08.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 9533/AM), ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM) - Processo 0618207-51.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nota Promissória - EXEQUENTE: FABIO MENDES PONTES - EXECUTADO: KELSON NEY ARAUJO - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB 1083A/AM), ADV: SILAS ARAÚJO LIMA (OAB 1738/TO), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0619623-25.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A. - EXECUTADO: GEONORTE GEOLOGIA DO NORTE LTDA e outros - Vistos, etc. Cuidam-se de embargos declaratórios contra a decisão de fls 319/320, alegando contradição na decisão que determinou o prosseguimento da execução com a exclusão dos sócios executados Matheus Costa Oliveira Girão de Brito e Fabrizio Costa Oliveira Girão de Brito. É o relatório. Decido. Os Embargos de Declaração, que têm o desiderato de esclarecer ou integrar certa decisão, constitui-se em recurso de fundamentação vinculada, razão pela qual, nos termos do art. 1022 do CPC/2015, devem apontar contradição, obscuridade, omissão ou erro material no julgado, verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I -esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. s autos conclusos. Da análise dos embargos nº 0628042-34.2014, infiro que o Segundo Grau reformou a sentença para manter no polo passivo da execução os executados Matheus Costa Oliveira Girão de Brito e Frabizio Costa Oliveira Girão de Brito. Assim, apesar de interpostos embargos de declaração do Acórdão que reformou a sentença, tal recurso não possui efeito suspensivo, nos termos do art. 1.026 do CPC, muito menos houve a concessão judicial de tal efeito, o que importa no prosseguimento da execução em relação ao referidos executados. A teor do exposto, acolho os embargos de declaração para determinar o prosseguimento da execução também em relação aos sócios executados Matheus Costa Oliveira Girão de Brito e Fabrizio Costa Oliveira Girão de Brito. Intime-se a parte exequente para requerer a medida executiva pretendida, no prazo de 15(quinze) dias, recolhendo as custas processuais pertinentes, na hipótese de consultas eletrônicas. Após, prossiga-se o feito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM), ADV: ANDREIA JACOB DE SOUZA (OAB 4870/AM) - Processo 0620661-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gabriela Soares Leão - REQUERIDO: My Way Idiomas Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: RAFAELA DA SILVA GOMES (OAB 8946/AM), ADV: FILIPE MENDES SILVA (OAB 9766/AM), ADV: JOSÉ RENATO CHÍXARO DE MENEZES (OAB 3321/AM), ADV: RICARDO YANO BARROS FREITAS (OAB 1248/AM) - Processo 0622112-93.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Civilcorp-incorporações Ltda - EXECUTADO: Daniel Queiroz da Silva - Expeça-se mandado de penhora e avaliação da casa 132 do Condomínio Residencial Vertentes do Tarumã, localizada na avenida Cetur, nº 499, Bairro Tarumã, CEP: 69022-155, Manaus-AM. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0622811-21.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Vila das Flores - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO o acordo de fls.206/211, para que surta seus efeitos legais e, via de consequência, DECLARO A SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO durante o prazo concedido ao devedor para cumprimento voluntário da obrigação, na forma do art.922 do CPC. Após o cumprimento integral da obrigação arquivem-se os autos. À Secretaria para as providências de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ÉRIKA JOVANKA SANTOS DA SILVA (OAB 4449/AM), ADV: TÂNIA REGINA JARDIM LUNARDI (OAB 7188/AM), ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: SILVANA MARIA LÚDICE DA SILVA (OAB 452A/AM) - Processo 0624046-23.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Arnóbio Fernandes - REQUERIDO: Transportes Bertolini Ltda. - Bradesco Seguros - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO a transação celebrada, para que surta seus efeitos legais e, via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, com resolução de mérito, na forma do art.487, III, "b" c/c art.354, Caput, do NCPC. As partes ficam dispensadas das custas, na forma do artigo 90 § 3º do CPC. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO AMAZONAS (OAB 11243/AM), ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM), ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO AMAZONAS (OAB 11243/AM) - Processo 0626311-95.2017.8.04.0001 - Cumprimento

de sentença - Inadimplemento - EXEQUENTE: Ana Cristina de Oliveira - EXECUTADA: Ana Paula Gomes da Silva Lopes - Vistos, etc. Defiro a expedição de mandado de penhora e avaliação dos bens móveis localizados no Centro Educacional Brincando e Aprendendo, uma vez que corresponde ao estabelecimento empresarial da executada que é empresária individual, conforme endereço apontado às Pág.(s).(258). De igual modo, determino a penhora e avaliação dos bens da executada nos endereços residenciais apontados às Pág.(s) (260/261). Com relação aos bens da executada existentes nos endereços residenciais, a exequente deverá figurar preferencialmente como fiel depositária, nos moldes do art.840, §1º do CPC. No que tange ao bens existentes no endereço comercial, em virtude do funcionalmente de unidade de ensino no local, determino que eventual depósito do bens seja feito em poder da executada. A exequente deverá acompanhar o cumprimento da diligência. Após o cumprimento da ordem, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0626628-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Campos Comércio de Calçados Ltda-me (Cia do Pé) - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0626779-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR (fl. 82) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0626935-81.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - EXEQUENTE: FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA FILHO - Vistos, etc. Aguarde-se o prazo para manifestação da autarquia-ré acerca da intimação eletrônica às fls. 358. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628679-09.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$47.848,17, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629053-25.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: ERIKA NAIANA D'AQUINO PIRES (OAB 590A/AM) - Processo 0632582-91.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: FAYAMO COMÉRCIO DE PRODUTOS DE CAMA,MESA E BANHO LTDA M.E - Vistos, etc. Cuida-se de embargos declaratórios contra a sentença, opostos pela autora, alegando contradição da sentença, em virtude da concessão do benefício da gratuidade de justiça ao réu revel pessoa jurídica, citado por edital. É o relatório.Decido. Os Embargos de Declaração, que têm o desiderato de esclarecer ou integrar certa decisão, constitui-se em recurso de fundamentação vinculada, razão pela qual, nos termos do art. 1022 do CPC/2015, devem apontar contradição, obscuridade, omissão ou erro material no julgado, verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I -esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Da detida análise do reclamo interposto, infiro incidir na espécie a referida contradição. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento sumulado no sentido de que "faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais" (Enunciado nº 481). Assim, embora seja possível a concessão da gratuidade de justiça a pessoas jurídicas, tal benefício somente pode ser concedido se comprovada a miserabilidade econômica da parte requerente. Dessa forma, a mera atuação da Curadoria Especial na defesa de réu revel e citado por edital deriva de lei e, portanto, não acarreta a concessão da gratuidade de justiça à pessoa jurídica por ela representada, de forma automática, sendo imprescindível a demonstração da hipossuficiência da parte, a justificar a benesse, o que não correu na hipótese. Ante o exposto, conheço dos aclaratórios opostos para lhes dar provimento, visto que presente a contradição apontada, para afastar a concessão da gratuidade de justiça concedida ao réu, mantendo-se, no mais, em todos os seus termos, a sentença vergastada. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632811-12.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, dê prosseguimento aos seguintes feitos, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC ou suspensão da execução, na forma do art.921, III, §1º, do CPC, conforme a fase processual, quais sejam: I- Junte o comprovante de pagamento das custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM. Após, à Secretaria que expeça carta de intimação, que deverá ser destinada à executada Megav Indústria de Polpas de Frutas da Amazônia Ltda, a fim de que esta, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o bloqueio de valores realizado às fls. 120/121, conforme art.854, §3º, CPC; II- Recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, uma vez que o bloqueio realizado às fls. 120/121 não foi suficiente para satisfazer o quantum debeatur; III- Promova a citação do executado Orciney Alencar de Oliveira. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA (OAB 6276/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0632969-72.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco SA - EXECUTADO: JOÃO BOSCO FERNANDES DE MELO JÚNIOR - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da petição de fl. 267, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO (OAB 760A/AM), ADV: PEDRO NEVES MARX (OAB 183462/SP), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO (OAB 222325/SP) - Processo 0633398-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Hospital Serviços de Assistencia Social Sem Alojamento Ltda. - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Expeça-se alvará eletrônico em favor do perito judicial para levantamento dos honorários periciais arbitrados, sem prejuízo de que preste eventuais esclarecimentos sobre o laudo pericial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA ROSIMAR DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 12443/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0634407-02.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - EXEQUENTE: Edna de Aguiar Correa - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Compulsando os autos, verifico que às fls. 404/405, 441/442 e 431 a exequente pleiteou quantia superior ao devido. Isso porque, a exequente não abateu o débito mensal devido a instituição financeira (trinta por cento dos valores brutos, abatidos os descontos obrigatórios). Assim, intime-se a exequente para que no prazo de quinze dias, apresente nova planilha em obediência aos parâmetros delineados, abatendo-se o excesso já recebido às fls. 435 e adicionando os meses de julho e agosto com a respectiva multa. No mais, quanto ao pedido de fls. 441/442, considerando o descumprimento reiterado do executado desde outubro de 2017 (fls. 64/65), MAJORO a multa por desconto indevido, em virtude de sua manifesta insuficiência coativa, fixando-a em R$ 20.000,00 (vinte mil reais), sem prejuízo do bloqueio dos valores descontos em excesso e consequente restituição à exequente. A expedição do alvará deverá ser posterior a apresentação da planilha do débito ao fito de aferir com exatidão o montante a ser restituído. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0635573-74.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Thaynara Crisóstomo Marques de Souza e outros - REQUERIDO: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL - INTSSADO: Banco do Brasil S/A - Intimem-se as partes para que se manifestem, no prazo de 15(quinze) dias, sobre os contratos acostados pelo Banco do Brasil S/A, bem como apresentem planilha atualizada do débito da parte ilíquida, deduzido o valor dos empréstimos segurados. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DÉBORA KATARINNE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 9840/AM), ADV: AMANDA DE QUEIROZ MORAES (OAB 12291/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: PRISCILLA PICELLI LACERDA (OAB 374826/SP), ADV: MARCOS ANDRÉ PEREIRA DA SILVA (OAB 161014/SP), ADV: DANIELA ARICÓ HAUSCH (OAB 234350/SP), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE) - Processo 0636398-47.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonia Francionete Porto Andrade - REQUERIDO: Vip Transportes Urbano Ltda - DENUNCIADO: Companhia Nobre Seguradora do Brasil S/A - Vistos, etc. Cuidam-se de embargos declaratórios opostos pela ré contra decisão interlocutória que determinou a expedição de carta precatória para oitiva de testemunha, sob o fundamento de preclusão na produção da prova. Pois bem. Decido. Os embargos de declaração consubstanciam-se no instrumento processual destinado à eliminação, da decisão embargada, de contradição, obscuridade ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha ao prolator do decisum não se prestando para promover a reapreciação de questão já decidida. Ademais, a presunção de desistência da prova testemunhal decorrente da ausência de intimação da testemunha pela advogada que a arrolou, muito embora acarrete a presunção de desistência, não importa em impossibilidade absoluta de produção da prova oral, principalmente quando ela se revela imprescindível ao deslinde da causa. Assim, ausentes os vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015, rejeito os embargos de declaração. Expeça-se a carta precatória como anteriormente determinado. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0637554-65.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Edifik - Indústria e Comércio de Edificações e Estruturas de Alumínio Ltda - Vistos, etc. Cite(m)-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial (R$21.811,24), acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Expeça-se o referido mandado após a comprovação, no prazo de 15 (quinze) dias, do pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça pelo(a) exequente, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art.485, IV, do CPC/15, assegurando-lhe a faculdade de depositar apenas as custas referentes a citação quando opte por não realizar a penhora e avaliação através do(a) Oficial(a) de Justiça. Desde logo, fica facultado ainda a(o) exequente optar pela realização da citação do(a)s executado(a)s por carta com aviso de recebimento, comprovando, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento das custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Em caso de o devedor não efetuar o pagamento do aludido montante, autorizo o(a) Oficial(a) de Justiça a realizar a penhora e avaliação dos bens em nome do(a)s executado(a)s. Determino, ainda, na hipótese do(a) Oficial(a) de Justiça não localizar o(a)s executado(a)s, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 829 e 830 também do CPC. Havendo suspeita de ocultação, poderá realizar a citação por hora certa, observado os requisitos do 830, § 1º do Diploma Processual Civil. Faça-se constar no mandado executivo que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação

e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 15(quinze) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 15(quinze) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 15(quinze) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489A/BA), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1198A/AM), ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0637692-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aguinaldo Santos da Silva - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO a transação celebrada, para que surta seus efeitos legais e, via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, com resolução de mérito, na forma do art.487, III, “b” c/c art.354, Caput, do NCPC. As partes ficam dispensadas das custas, na forma do artigo 90 § 3º do CPC. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE FERNANDES (OAB 33441/SC), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0639863-59.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: L. M. Comercio de Materiais e Construção Ltda e outro - Indefiro, por ora, os pedidos de fls.70/72, uma vez que, nos termos do que dispõe o artigo 248, §1º do CPC, a citação pelo correio deverá ser entregue pessoalmente ao citando, de quem deverá ser exigida a assinatura do recibo. Nestes termos, para se ter como válida a citação não basta a simples entrega da carta no endereço do réu, com recebimento por outrem, uma vez que a lei não se contenta com a simples presunção da ciência inequívoca do réu citando, acerca dos termos e atos da ação que lhe é movida. Isso porque, o ato processual da citação afigura-se como a base da instauração da relação jurídica processual, e como corolário, do julgamento da causa, traduzindo providência necessária à realização do princípio do contraditório e da ampla defesa, sendo imprescindível à constituição e desenvolvimento válido do processo. Partindo dessa premissa, o ato citatório, para alcançar suas finalidades, deve ser cumprido em estrita observância às exigências legais, sob pena de viciar toda a demanda. A teor do exposto, restando verificado que o AR de fls.69 não foi entregue pessoalmente, sendo assinado por terceiro estranho à lide, determino a renovação do ato citatório, que desta vez deverá ser diligenciado por Oficial de Justiça. Expeça-se o referido mandado, que deverá ser destinado à executada Maria Eugênia Iturri Chaves, após a comprovação, no prazo de 15(quinze) dias, do pagamento das custas das diligências do Oficial de Justiça pelo interessado, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes na Portaria nº 116/2017 - PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0640086-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc. Às fls. 86/92, requerido se manifesta acerca do cumprimento da ordem judicial de fls.69/71. Cite-se o requerido, por ato eletrônico, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contestação nos termos do Art. 335 com ressalvas do Art. 344, CPC/2015. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: AYRTON DE SENA GENTIL NETO (OAB 12521/AM), ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0640430-95.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: EXPERT CONSTRUCOES E PERFURAÇOES LTDA-ME e outros - Vistos, etc. Cuida-se de exceção de pré-executividade que Expert Construções e Perfurações Ltda -Me em face de Banco do Brasil S/A. Preliminarmente suscita a existência de conexão, ausência de título e incompetência em razão do local. No mérito, combate o excesso de execução face a inclusão da comissão de concessão de garantia ao FGO. O excepto rebateu os argumentos da exceção às fls. 169/177. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Os processos de nº 0635372-14.2016, 0635374-81.2016, 0635814-77.2016, 0618294-70.2017 e 0645501-44.2017 referem-se a contratos distintos ao objeto da presente ação, sendo assim, são independentes. Portanto, reputo inaceitável a conexão. A ausência de titulo executivo também não merece prosperar. Isso porque, a cédula de crédito bancária é titulo executivo. O Código de Processo Civil reconhece força executiva a todos os títulos que ainda não previstos expressamente no rol do artigo 784 a lei atribua força executiva (inciso XII do artigo 784 do CPC). A lei que trata das Cédulas de Crédito Bancário (Lei 10.931/2004), no artigo 28, garante ao credor o ajuizamento de procedimento especial executivo: Art. 28. A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente, elaborados conforme previsto no § 2º . Antes do advento do novo Código de Processo Civil, o Superior Tribunal de Justiça já tinha se manifestado sobre o assunto em sede de Recurso Especial Representativo de Controvérsia: DIREITO BANCÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO VINCULADA A CONTRATO DE CRÉDITO ROTATIVO. EXEQUIBILIDADE. LEI N. 10.931/2004. POSSIBILIDADE DE QUESTIONAMENTO ACERCA DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS RELATIVOS AOS DEMONSTRATIVOS DA DÍVIDA. INCISOS I E IIDO § 2º DO ART. 28 DA LEI REGENTE. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial, representativo de operações de crédito de qualquer natureza, circunstância que autoriza sua emissão para documentar a abertura de crédito em conta-corrente, nas modalidades de crédito rotativo ou cheque especial. O título de crédito deve vir acompanhado de claro demonstrativo acerca dos valores utilizados pelo cliente, trazendo o diploma legal, de maneira taxativa, a relação de exigências que o credor deverá cumprir, de modo a conferir liquidez e exequibilidade à Cédula (art. 28, § 2º, incisos I e II, da Lei n. 10.931/2004). 3. No caso concreto, recurso especial não provido. (STJ - REsp: 1291575 PR 2011/0055780-1, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 14/08/2013, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 02/09/2013) A questão da competência também vem expressa no Código de Processo Civil: Art. 781. A execução fundada em título extrajudicial será processada perante o juízo competente, observando-se o seguinte: I - a execução poderá ser proposta no foro de domicílio do executado, de eleição constante do título ou, ainda, de situação dos bens a ela sujeitos; Assim, em sendo o domicilio do executado a Comarca de Manaus, este juízo é o competente para o julgamento da lide. No mais, em se tratando de exceção à pré-executividade,

via de regra, somente é cabível matéria cognoscível de oficio, exceto quando o excesso for evidente, sem necessidade de dilação probatória: EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - Admissível a exceção de pré-executividade, fundada em alegações de nulidade da execução ou de inexigibilidade do título, quando aferíveis de plano, com base em prova documental, sem necessidade de dilação probatória - Quanto às alegações de excesso de execução, admissível a sua arguição em exceção de pré-executividade quando for patente ou evidente o vício constante do título executivo. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - O título executivo deve ser executado fielmente (CPC/2015, art. 509, § 4º), sendo incabível a reabertura da discussão sobre o conteúdo do julgado exequendo, em razão da preclusão (CPC/2015, arts. 223, 505 e 507), bem como com relação ao julgado transitado em julgado, ante a inadmissibilidade de sua alteração em obediência à coisa julgada (CPC/2015 art. 502) e ao princípio da eficácia preclusiva da coisa julgada (CPC/2015, art. 508)- O método a ser empregado no recálculo de débito determinado por v. Acórdão exequendo, que determina o afastamento da capitalização de juros ou do uso Tabela Price, é o método de Gauss, que adota juros simples, e não o método SAC, visto que emprega juros compostos como a Tabela Price - Na espécie, no que interessa ao julgamento do presente recurso, verifica-se que: (a) admissível o oferecimento de exceção de pré-executividade, objetivando anular o processo, para que seja realizada a liquidação do julgado ou, subsidiariamente, acolher os cálculos apresentados pelo agravante, tendo em vista se tratarem de matérias que prescindem de dilação probatória, cuja análise pode ser feita pela apreciação dos documentos acostados aos autos; (b) desnecessária a liquidação do julgado antes do início da fase de cumprimento de sentença, tendo em vista que os cálculos apresentados pelos agravados objetivam apenas e tão somente a exclusão de juros capitalizados e do coeficiente de equiparação salarial, nos termos do julgado exequendo, sendo certo que ao banco devedor foi possível a apresentação de laudo elaborado por seu assistente técnico, objetivando impugnar os cálculos dos agravados e (c) é incabível o emprego no recálculo do débito do método SAC, conforme arguido pelo banco agravante, visto que deve ser empregado o método de Gauss, nos termos do laudo elaborado pelo assistente técnico dos agravados, pois: (c. 1) pela r. sentença e pelo v. Acórdão exequendos, houve determinação para afastar a capitalização de juros; (c. 2) o método de Gauss adota juros simples e (c. 3) o método SAC emprega juros compostos como a Tabela Price. Manutenção das rr. decisões agravadas. Recurso desprovido. (TJ-SP - AI: 21671460820188260000 SP 2167146-08.2018.8.26.0000, Relator: Rebello Pinho, Data de Julgamento: 10/12/2018, 20ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 12/12/2018) No caso, o exequente incluiu no débito a comissão de concessão de garantia (CCG) ao FGO. Essa cobrança deu-se em virtude de expressa disposição contratual (parágrafo primeiro da “garantia complementar”, fls. 16), bem como de termo em anexo assinado pelo executado (fls. 21/23). Desse modo, não houve qualquer abusividade ou excesso neste procedimento executivo. Nesse sentido: Apelação cível. Embargos à monitória. Concessão de garantia. Fundo Garantidor de Operações - FGO. Regularidade da cobrança. Lei n.º 12.087/09. I. O Fundo de Garantia de Operações (FGO) foi criado pela Lei 12.087/2009, autorizando a participação da União em fundos garantidores de riscos de crédito, sendo que, para utilizar a garantia do FGO, deve ser feito o pagamento da Comissão de Concessão de Garantia (CCG), que tem como base de cálculo o valor garantido e o prazo da operação, sendo cobrada do agente financeiro que, por sua vez, poderá cobrá-la do tomador de crédito (art. 9º, § 3º, I, da Lei 12.087/2009). In casu, tendo em vista que os requeridos/apelantes requereram a concessão da garantia complementar pelo FGO, prevista na cláusula décima sétima do pacto e assumiram expressamente a responsabilidade pelo pagamento da Comissão de Concessão de Garantia (CCG), não há que se falar em abusividade na cobrança de tal encargo. II. Honorários advocatícios recursais. Por força do disposto no art. 85, § 11º, do Código de Processo Civil, na fase recursal, majoram-se os honorários advocatícios fixados na sentença. Apelação Cível conhecida e desprovida. (TJ-GO - Apelaccedil;atilde;o (CPC): 01478462420188090051, Relator: CARLOS ALBERTO FRANÇA, Data de Julgamento: 01/07/2019, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 01/07/2019) E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - EMPRÉSTIMO COM GARANTIA FGO - COMISSÃO DE CONCESSÃO DE GARANTIA - FGO - LEGALIDADE - RECURSO DESPROVIDO. O Fundo de Garantia de Operações é mecanismo criado a fim de possibilitar às empresas que não possuem patrimônio para dar como garantia, a obtenção de empréstimos e financiamentos de relevante valor para a manutenção e fomentação do seu empreendimento. Não se vislumbra abusividade alguma na cobrança da comissão de concessão da garantia (CCG) devida ao Fundo, até porque os demandados expressamente concordaram com a cobrança desse encargo, como se constata no pacto firmado entre as partes. (TJ-MS - APL: 08010314720178120024 MS 0801031-47.2017.8.12.0024, Relator: Des. Eduardo Machado Rocha, Data de Julgamento: 29/05/2019, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 30/05/2019) A teor do exposto, REJEITO a exceção a pré-executividade. Intime-se o exequente para prosseguir com a execução, no prazo de quinze dias, sob pena de suspensão do processo na forma do 921 do CPC. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM) - Processo 0640548-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Regina Magalhães da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/11/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 13 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0640696-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Andreia Cavalcante Coelho - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 25/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM) - Processo 0642898-95.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Henrique Jorge Medina Neto - REQUERIDO: Facebook Serviços On Line do Brasil Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DARDEN KLINGER COLARES LIBÓRIO (OAB 10423/AM), ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM) - Processo 0643326-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: José Eduardo de Abreu - Vistos, etc. Cuida-se de embargos

declaratórios opostos pelo autor contra decisão interlocutória que determinou a correção do valor da causa, sob o fundamento da existência de contradição, ao argumento de que o principal pedido da ação corresponde à invalidade da constituição da Associação dos Proprietários da Quadra 16 no Central Park 4ª Estapa Parque das Laranjeiras e não o de divisão de terras. Pois bem. Os embargos de declaração consubstanciam-se no instrumento processual destinado à eliminação, da decisão embargada, de contradição, obscuridade ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha ao prolator do decisum não se prestando para promover a reapreciação de questão já decidida. A contradição que enseja a interposição de embargos de declaração é a contradição interna, existente entre os fundamentos e as proposições da própria decisão, o que não ocorre na hipótese. Ademais, o fato do autor ter cumulado pedido declaratório de nulidade da constituição da sociedade com o de divisão, ainda que aquele seja logicamente precedente, não afasta a obrigatoriedade do autor atribuir à causa a soma dos pedidos, na forma do art.292, VI do CPC. Assim, ausentes os vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015, rejeito os embargos de declaração. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM) - Processo 0643586-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incorporação Imobiliária - REQUERENTE: Ana Augusta Vasconcelos de Oliveira - Aceitas as justificativas às fls. 06/07, dou prosseguimento ao feito. Acerca do pedido de gratuidade, tenho que constitui presunção juris tantum do magistrado, podendo o juízo presidente do feito, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos pressupostos para concessão (art. 99, §2º, CPC/2015). Nesse espeque, determino a intimação do requerente para que comprove, em 05(cinco) dias, a alegada hipossuficiência mediante apresentação de documentos como: extratos de conta corrente, contracheques, últimas três declarações do imposto de renda, demonstrativo de despesas mensais que provocam desfalque econômico- financeiro, para fins de concessão do beneplácito da gratuidade da justiça. Após o escoamento do prazo susomencionado, voltem-me conclusos para despacho inicial, sob pena de extinção do processo nos termos do art.485, IV, do NCPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM), ADV: OTACÍLIO NEGREIROS NETO (OAB 4069/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM) - Processo 0644686-47.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marinete B. Moreira Nogueira - REQUERIDO: Empresa Rondonia Transportes - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: “A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas.” Desta feita, intimo a parte interessada/requerente para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício nº 1309/2019, remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) com cópia do termo de audiência de fls. 272/274, e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: TADEUZA BENTES DE ALMEIDA (OAB 8205/AM), ADV: JOSÉ CASTRO PONTES (OAB 10981/AM) - Processo 0646810-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Wanderson Campos Mar - REQUERIDO: Jhonne Bentes de Almeida e outro - Vistos, etc. Cuida-se de ação declaratória de nulidade de negócio jurídico simulado intentada por Wanderson Bentes de Almeida em face de Jhonne Bentes de Almeida e Adeilson de Souza Barroso. Breves pontuações. Autor requer que no mérito que seja declarado nulo negócio jurídico realizado entre as partes. O alegado contrato simulado refere-se à compra e venda de um imóvel que está financiado e em nome do segundo requerido, em que o primeiro requerido Jhonne Bentes de Almeida teria utilizado de recursos próprios para construir na parte da frente da casa um estúdio de salão de beleza e fotografia e que estaria sendo impedido de usar o local pelo autor. Requerido apresentou contestação/reconvenção às fls.145/164 e anexos, pleiteando liminar para que permaneça no imóvel a utilizar o estúdio sem interferências do autor, assim como o requerente repasse parte dos aluguéis (no imóvel há 06 apartamentos / quitinetes e mais 01 ponto comercial que geraria uma renda mensal de R$6.100,00). Decido. Nos termos do Novo Código de Processo Civil, em seu Artigo 294, a concessão da tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. E, da análise dos autos, verifico a possibilidade de adequar o pedido nos novos parâmetros processuais, fundamentada na tutela de urgência. Isso porque, nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá “quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”. Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. Verifica-se que estamos diante de possíveis óbices criados pelo autor Wanderson Campos Mar a impedir que o requerido Jhonne Bentes de Almeida utilize o ponto comercial que teria reformado/construído para ser o local de trabalho. E sendo assim, verificada pelo menos em cognição sumária a probabilidade do direito nos fatos narrados e documentos apresentados; a plausibilidade do pedido e o perigo na demora em conceder a tutela jurisdicional poderá prejudicar o requerido a longo prazo em seu ofício e obtenção de lucros, bem como o risco ao resultado útil do processo em que caso seja julgado procedente a reconvenção e não tenha tido o requerido atendido a liminar pleiteada poderá haver danos de difícil e demorada reparação, CONCEDO, em parte, a tutela de urgência, nos termos do Art. 300, CPC/2015 para que, no prazo de 2 (dois) dias corridos possa o requerido Jhonne Bentes de Almeida retornar ao usufruto do ponto comercial em que está localizado o estúdio de fotografia/salão de beleza no imóvel tratado no alegado contrato simulado como defende o autor. Quanto ao repasse de aluguéis ao requerido, deixo, por ora, de analisar e consequentemente indefiro o pedido, posto serem temerárias as consequências de uma possível concessão da liminar sem antes ouvir a parte reconvinda. Informo que o descumprimento desta determinação por parte do autor ou esse continue a criar óbices que impeçam o uso do estúdio ou o bom andamento do ofício do requerido Jhonne Bentes de Almeida ensejará multa diária de R$1.000,00 (hum mil reais). Defiro o pedido da gratuidade de justiça ao contestante/reconvinte Jhonne Bentes de Almeida Cite-se/intime-se o autor/reconvindo Wanderson Campos Mar para que, no prazo de 15(quinze) dias apresente defesa, nos termos da lei, bem como cumpra a ordem judicial. Intimo o autor para em igual prazo acima dar prosseguimento ao feito quanto à citação do segundo requerido Adeilson de Souza Barroso. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0646948-96.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - REQUERENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - Vistos, etc. Cite(m)-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial (R$101.390,43), acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Faça-se constar na CARTA DE EXECUÇÃO que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 15(quinze) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 15(quinze) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em RETORNANDO O AR NEGATIVO por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas

custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 15(quinze) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0648783-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Vistos, etc. Cite-se o requerido, por meio de AR-Aviso de Recebimento. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648855-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rosiclei Sousa de Lima - No caso em tela, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir a existência e a extensão da lesão alegada pela parte demandante, razão pela qual não fica constatada a probabilidade do direito alegado. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro o pedido de gratuidade da justiça total. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, "O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC, conforme Portaria nº2183/2016-PTJ. Depositado valor referente a honorários periciais, a Secretaria que expeça o referido alvará ou a transferência para a conta indicada pelo expert. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM) - Processo 0649051-76.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0604887-94.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de embargos à execução aforado por Walzenir Grangeiro Pinheiro em face de Banco Bradesco Financiamentos S/A Em suas razões (fls.01/04), o embargante aduz serem improcedentes os pedidos contidos na execução resistida, na medida em que os juros deverão ter como base de cálculo o artigo 1º do Decreto 22.626/33 c/c os artigos 405 e 406 do Código Civil, bem como o artigo 161, parágrafo 1º do CTN, devendo incidir somente a partir de 09/09/2019. Que a correção monetária deverá incidir a partir do ajuizamento da ação de execução, na forma da lei 6.898/91, e não da suposta constituição do devedor em mora. Alega ainda que os juros da dívida anteriores a 09/09/2016 estão prescritos, consoante inteligência do artigo 206, § 3º, III do CC. Ao final, requer a total improcedência dos pedidos contidos na ação de execução de título extrajudicial, por falta de amparo legal. Vieram-me os autos conclusos. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO Ab initio, por se tratar de matéria de direito e falta de prejuízo pela inexistência de contraditório, passo a proferir o julgamento antecipado. Da detida análise dos embargos a execução aforados, infiro que a parte embargante objetiva, em verdade, combater o processo executivo ao argumento de que o mesmo reveste-se de excesso. Digo isso, pelo fato de que utilizam como pano de fundo para seu pedido, o argumento de que os juros atinentes ao débito exequendo deverão ter como base de cálculo o artigo 1º do Decreto 22.626/33 c/c os artigos 405 e 406 do Código Civil, bem como o artigo 161,parágrafo 1º do CTN, motivo pelo qual deverão ter incidência a partir da intimação da Defensoria Pública. Ademais, afirma ainda que a correção monetária deverá incidir a partir do ajuizamento da ação de execução, na forma da lei 6.898/91, e não da suposta constituição do devedor em mora. Melhor sorte não lhes assiste. Isso porque, o demandante em suas razões descurou da exigência epigrafada no artigo 917, §4º da legislação processual civil, qual seja, o de declarar o valor que entendem correto, apresentando a discriminação do cálculo procedido, sob pena de rejeição liminar da impugnação apresentada, tornando definitivo o valor executado. Na espécie, as alegações são genéricas acerca de erro na aplicação da base de cálculo dos juros e correção monetária elaborado pelo embargado, sem apontar, contudo, o valor que reputam correto. No mais, quanto a prescrição dos juros anteriores ao período de três anos, colijo que aqueles se incorporaram à dívida principal e, portanto, ficam sujeitos às mesmas regras de prescrição. À guisa de tais explanações, verifica-se não haver como prosperar os embargos aforados, devendo-se manter, em todos os seus termos, a execução combatida. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 918, II c/c 917, § 4º, I do CPC e via de consequência, determino o prosseguimento da ação executiva. Custas pelo embargante, suspensa a exigibilidade por ser beneficiário da justiça gratuita. Sem honorários ante a inexistência de contraditório. Traslade-se esta sentença ao autos de nº 0604887-94.2017.8.04.0001. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM) - Processo 0649057-83.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0616120-88.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGADO: Empresa Brasileira de Distribuição - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de embargos à execução aforado por Can Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios Ltda. em face de Empresa Brasileira de Distribuição Em suas razões (fls.01/04), o embargante aduz serem improcedentes os pedidos contidos na execução resistida, na medida em que os juros deverão ter como base de cálculo o artigo 1º do Decreto 22.626/33 c/c os artigos 405 e 406 do Código Civil, bem como o artigo 161, parágrafo 1º do CTN, devendo incidir somente a partir de 09/09/2019. Que a correção monetária deverá incidir a partir do ajuizamento da ação de execução, na forma da lei 6.898/91, e não da suposta constituição do devedor em mora. Alega ainda que os juros da dívida anteriores a 09/09/2016 estão prescritos, consoante inteligência do artigo 206, § 3º, III do CC. Ao final, requer a total improcedência dos pedidos contidos na ação de execução de título extrajudicial, por falta de amparo legal. Vieram-me os autos conclusos. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO Ab initio, por se tratar de matéria de direito e falta de prejuízo pela inexistência de contraditório, passo a proferir o julgamento antecipado. Da detida análise dos embargos a execução aforados, infiro que a parte embargante objetiva, em verdade, combater o processo executivo ao argumento de que o mesmo reveste-se de excesso. Digo isso, pelo fato de que utilizam como pano de fundo para seu pedido, o argumento de que os juros atinentes ao débito exequendo deverão ter como base de cálculo o artigo 1º do Decreto 22.626/33 c/c os artigos 405 e 406 do Código Civil, bem como o artigo 161,parágrafo 1º do CTN, motivo pelo qual deverão ter incidência a partir da intimação da Defensoria Pública. Ademais, afirma ainda que a correção monetária deverá incidir a partir do ajuizamento da ação de execução, na forma da lei 6.898/91, e não da suposta constituição do devedor em mora. Melhor sorte não lhes assiste. Isso porque, o demandante em suas razões descurou da exigência epigrafada no artigo 917, §4º da legislação processual civil, qual seja, o de declarar o valor que entendem correto, apresentando a discriminação do cálculo procedido, sob pena de rejeição liminar da impugnação apresentada, tornando definitivo o valor executado. Na espécie, as alegações são genéricas acerca de erro na aplicação da base de cálculo dos juros e correção monetária elaborado pelo embargado, sem apontar, contudo, o valor que reputam correto. No mais, quanto a prescrição dos juros anteriores ao período de três anos, colijo que aqueles se incorporaram à dívida principal e, portanto, ficam sujeitos às mesmas regras de prescrição. À guisa de tais explanações, verifica-se não haver como prosperar os embargos aforados, devendo-se manter, em todos os seus termos, a execução combatida. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 918, II c/c 917, § 4º, I do CPC e via de consequência, determino o prosseguimento da ação executiva. Custas pelo embargante, suspensa a exigibilidade por ser beneficiário da justiça gratuita. Sem honorários ante a inexistência de contraditório. Traslade-se esta sentença ao autos de nº 0616120-88.2017.8.04.0001. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIA REGINA NAUE (OAB 10287/AM) - Processo 0649060-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Rita de Lima Oliveira - Indefiro a concessão da liminar para resolução do contrato, nos termos do

Art. 300, CPC/2015, por não identificar os elementos básicos para o deferimento e visto ser esse o núcleo do mérito e a sua concessão traria consequências, como o despejo dos requeridos (em análise aos autos entende-se que os réus já foram emitidos na posse) sem antes ouvi-los. Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC/2015, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio de promoção pelo Estado da solução por auto-composição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os autos sejam remetidos ao CEJUSC-Cível, a fim de que seja realizada audiência de conciliação, nos termos do Art. 334 do NCPC. Saliente-se que o prazo para que o réu ofereça contestação correrá a partir da audiência de conciliação ou de mediação frustradas, quando uma das partes não comparecer ou quando for frustrada a autocomposição, nos termos do Art. 335, inciso I, do NCPC ou nos demais casos previstos no mesmo dispositivo. Intime-se o autor através de seu patrono bem como promova a citação do réu para que compareçam ao ato. À secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0649353-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Vistos, etc. Cite-se o requerido para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente defesa, nos termos do Art. 335 com ressalvas do Art. 344, ambos do CPC/2015. Expeça-se AR - Aviso de Recebimento. Após, voltem-me os autos cnclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0654022-41.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Paula Angela Oliveira de Queiroz - REQUERIDO: ENGECO - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - Vistos, etc. Cuida-se de embargos declaratórios opostos pela ré, alegando, em síntese, contradição entre a fundamentação e o dispositivo da sentença. É o relatório.Decido. Os Embargos de Declaração, que têm o desiderato de esclarecer ou integrar certa decisão, constitui-se em recurso de fundamentação vinculada, razão pela qual, nos termos do art. 1022 do CPC/2015, devem apontar contradição, obscuridade, omissão ou erro material no julgado, verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I -esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Da detida análise do reclamo interposto, infiro incidir na espécie a a aventada contradição, hipótese ensejadora da presente medida recursal. Sobre isso, vale registra que a contradição que autoriza a oposição dos embargos declaratórios é apenas aquela contradição interna, entre a fundamentação e o dispositivo do julgado, o que se observa a partir da leitura da sentença. No caso, restou consignado na fundamentação da sentença que a autora deu causa ao desfazimento do negócio, reputando-se legítima a retenção de 10% dos valores pago, mas este juízo omitiu-se sobre isso no dispositivo, circunstância que impõe o acolhimento dos embargos. Ante o exposto, conheço dos aclaratórios opostos para lhes dar provimento, visto que presente a contradição apontada, razão pela qual determino a dedução de 10% dos valores pagos pela autora, além da corretagem, mantendo-se, no mais, em todos os seus termos, a sentença vergastada. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0657495-35.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR (fls. 104) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: LEONARDO SOARES VASCONCELOS (OAB 9859/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB SOCIEDADE INDIVIDUAL (OAB 5551/AM) - Processo 0659681-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Mônica Marques Pereira e outro - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda. e outros - Indefiro pedido de fls. 412/413, uma vez que um dos requisitos para considerar que o réu encontra-se em local incerto ou ignorado é o esgotamento de meios para se localizar novos endereços, inclusive mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos, conforme art. 256, § 3º, fato que não ocorreu. Assim, determino a consulta ao sistema de informações ao judiciário (INFOJUD), além dos Sistemas BACENJUD e RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte requerida CONSTRUTORA ALIANÇA LTDA. Após, intime-se a parte requerente/exequente, através de seu patrono, para se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca das referidas consultas, requerendo o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: VANESSA DA SILVA MACIEL (OAB 12476/AM) - Processo 0660940-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Potencial Serviços de Aluguel de Máquinas Eireli e outro - REQUERIDO: Uchôa Veículos Ltda. - A. A. Uchoa - Me e outros - A jurisprudência pátria vem admitindo a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita também às pessoas jurídicas. Contudo, condiciona o seu deferimento à prova peculiar da situação de ausência de recursos. Com efeito, é sabido que os benefícios da justiça gratuita podem ser concedidos a pessoas jurídicas, todavia consoante Súmula 481 do Superior Tribunal de Justiça faz-se necessária a demonstração, de forma cabal, de sua incapacidade de custear o pagamento das taxas jurídicas, verbis: "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais." Da análise dos autos, não há como acolher a pretensão da gratuidade judiciária, porquanto inexistem elementos suficientes para demonstrar que a requerente não reúne condições de arcar com o pagamento das despesas processuais. Assim, indefiro pedido de gratuidade solicitado. Intime-se a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas referentes à reconvenção. Intimem-se. Cumpra-se.

Ademar Brito da Frota Júnior (OAB 6090/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Amanda de Queiroz Moraes (OAB 12291/AM)
Amanda Priscila dos Santos Lima (OAB 7053/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andreia Jacob de Souza (OAB 4870/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônia Machado de Oliveira (OAB 120279/SP)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB 12521/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)

Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Abener de Oliveira Rodrigues (OAB 642/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 1198A/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489A/BA)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Caroline Fernandes (OAB 33441/SC)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Daniela Aricó Hausch (OAB 234350/SP)
Danyel Furtado Tocantins Álvares (OAB 311574/SP)
Darden Klinger Colares Libório (OAB 10423/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Débora Katarinne de Souza Rodrigues (OAB 9840/AM)
Diogo Monteiro de Souza (OAB 12567/AM)
DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB 1083A/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Érika Jovanka Santos da Silva (OAB 4449/AM)
Erika Naiana D'Aquino Pires (OAB 590A/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Filipe Mendes Silva (OAB 9766/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 279455/SP)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Igor Almeida Rebelo (OAB 7529/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jackson William de Lima (OAB 60295/PR)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
Jorge Hadad Sobrinho (OAB 91701B/SP)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB 1109A/AM)
José Castro Pontes (OAB 10981/AM)
José Renato Chíxaro de Menezes (OAB 3321/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
KASSER JORGE CHAMY DIB SOCIEDADE INDIVIDUAL (OAB 5551/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva (OAB 6276/AM)
Leonardo Soares Vasconcelos (OAB 9859/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lilian da Silva Alves (OAB 8921/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Lourenço de Almeida Prado (OAB 222325/SP)
Lourenço de Almeida Prado (OAB 760A/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (OAB 2819/AM)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Márcia Regina Naue (OAB 10287/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
MARCOS ANDRÉ PEREIRA DA SILVA (OAB 161014/SP)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 1623A/MG)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Maria Rosimar dos Santos Rodrigues (OAB 12443/AM)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Otacílio Negreiros Neto (OAB 4069/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (OAB 11243/AM)
Paulo Rodrigues de Almeida (OAB 9533/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Neves Marx (OAB 183462/SP)
Priscilla Picelli Lacerda (OAB 374826/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rafaela da Silva Gomes (OAB 8946/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Yano Barros Freitas (OAB 1248/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Silas Araújo Lima (OAB 1738/TO)
Silvana Maria Iúdice da Silva (OAB 452A/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Tadeuza Bentes de Almeida (OAB 8205/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Tânia Regina Jardim Lunardi (OAB 7188/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tirzah Cauper Gomes (OAB 10213/AM)
Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB 13500/AM)
Vanessa da Silva Maciel (OAB 12476/AM)
Vítor Kikuda (OAB 199259/SP)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Waldelina Pereira Duarte Corrêa (OAB 1293/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO HERMIDAS DE ARAGÃO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0285/2019

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0235871-58.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Charles de Lima Bessa - A fim de darmos prosseguimento ao feito, intimo a parte requerente para comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias: I - pagamento de custas iniciais de carta precatória ajuizada neste foro deprecado, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. II - custas das diligências do Oficial de Justiça de mandado de intimação, penhora e avaliação, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. A Secretaria que cadastre no sistema SAJ, os patronos da parte interessada. Ademais, caso não haja ou não se consiga cadastrar os advogados da parte requerente, a Secretaria que oficie o foro deprecante, a fim de que, em igual prazo de 15 (quinze) dias, proceda à intimação dos patronos. Manifestando-se em tempo hábil, movam-se estes autos à fila de despacho inicial para seu devido prosseguimento. Decorrido o prazo acima, sem manifestação da parte autora, certifique-se o decurso de prazo e remetam-se estes autos ao foro deprecante com os devidos cumprimentos. Após a devolução do mandado devidamente cumprido, a Secretaria que comunique ao juízo deprecante da intimação do executado remetendo estes autos à vara de origem, como preceitua o §4º, Art. 915, CPC/2015. Cumpra-se.

Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0173/2019

ADV: MARIA DE JESUS DE SOUZA LIMA (OAB 3076/AM), ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM) - Processo 0007947-52.2002.8.04.0001 (001.02.007947-9) - Cumprimento de sentença - Atos Administrativos - REQUERENTE: Célio Acácio e Silva - O valor dos honorários sucumbenciais, por ser inferior ao teto de 20 (vinte) salários mínimos, será requisitado por RPV. Encaminhe-se os autos à Contadoria Judicial para atualização exclusivamente do valor de honorários advocatícios constante à fl. 526, segundo os mesmos critérios aplicados pelo Estado do Amazonas. Apresentados os cálculos, intime-se as partes por Ato Ordinatório para, querendo, manifestarem-se sobre eles. Caso não haja objeções, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Por fim, à Secretaria para as providências cabíveis quanto ao Despacho-Ofício de fls. 587/592. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM) - Processo 0600313-67.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Diante do teor da r. Certidão, permaneçam os autos com a tramitação suspensa pelo prazo de 6 (seis) meses ou até o julgamento final da Ação Penal n.º 0318247-58.2006.8.04.0001, o que ocorrer primeiro. Findo o prazo assinado, venham-me conclusos com a informação da situação atual da Ação Penal supramencionada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0617280-22.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: FABÍOLA FARIAS DE SOUZA e outros - Aguarde-se a manifestação da sra. Perita Judicial acerca da necessidade de apresentação dos prontuários/documentos relativos ao atendimento de admissão no Hospital 28 de Agosto. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: ADEMAR FEITOZA RAMOS (OAB 1465/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0628249-67.2013.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDO: SANDRO NOGUEIRA TARGINO DA SILVA - CRISTIANO BITENCOURT MOURA - Cite-se, por mandado judicial, os herdeiros mencionados na petição de fls. 235/236 para, no prazo de 5 (cinco) dias, pronunciarem-se quanto ao pedido de habilitação, nos moldes do art. 690, CPC. Intime-se. Cumpra-se.

Ademar Feitoza Ramos (OAB 1465/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Maria de Jesus de Souza Lima (OAB 3076/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0064/2019

ADV: WASHINGTON CÉSAR ROCHA MAGALHÃES (OAB 4203/AM) - Processo 0257896-17.2009.8.04.0001 (001.09.257896-0) - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Improbidade Administrativa - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - REQUERIDO: Antonio do Nascimento Cordeiro - Ednéia de Alencar Ribeiro Cordeiro - José Farias Freire - Odinete de Souza Mendonça Freire - Isaltino Jose Barbosa Filho - Stael Ferreira Braga Barbosa - Lucio Flávio Morais de Oliveira - Sônia Maria Costa Morais de Oliveira - INTSSADO: 77.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos nº:0257896-17.2009.8.04.0001 ClasseAção Civil de Improbidade Administrativa Assunto: Autor(a): Réu(s): Improbidade Administrativa Ministério Público do Estado do Amazonas Antonio do Nascimento Cordeiro, Ednéia de Alencar Ribeiro Cordeiro, José Farias Freire, Odinete de Souza Mendonça Freire, Isaltino Jose Barbosa Filho, Stael Ferreira Braga Barbosa, Lucio Flávio Morais de Oliveira e Sônia Maria Costa Morais de Oliveira Vistos etc. Recebidos os autos nesta data em virtude de decisão de suspeição, constante às fls. 397. Trata-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa com pedido de antecipação de tutela ajuizada por Ministério Público do Estado do Amazonas em face de Antonio do Nascimento Cordeiro, Ednéia de Alencar Ribeiro Cordeiro, José Farias Freire, Odinete de Souza Mendonça Freire, Isaltino Jose Barbosa Filho, Stael Ferreira Braga Barbosa, Lucio Flávio Morais de Oliveira e Sônia Maria Costa Morais de Oliveira. Às fls. 142, foi determinada a notificação dos réus para a apresentação de defesa prévia. Às fls. 349, fora certificado quais réus foram devidamente notificados e quais apresentaram defesa prévia, bem como aqueles que não foram notificados. Instado a se manifestar acerca do certificado pela Secretaria, o autor pugnou, às fls. 393/394, pela notificação da esposa do réu Antonio do Nascimento Cordeiro, uma vez que este veio a falecer.

Ademais, requereu a notificação dos réus Lucio Flávio Morais de Oliveira e Ednéia de Alencar Ribeiro Cordeiro, nos endereços fornecidos na citada peça. Os autos então vieram conclusos. Ao analisar os autos, constata-se que já houve a apresentação de defesa prévia pelos réus José Farias Freire (fls. 316/334), Odinete de Souza Mendonça Freire (fls. 259/278), Isaltino Jose Barbosa Filho (fls. 299/314) e Stael Ferreira Braga Barbosa (fls. 299/314), embora esta última não tenha sido certificada nos autos. Tem-se, ainda, que a ré Sônia Maria Costa Morais de Oliveira compareceu espontaneamente nos autos, às fls. 282/282, apresentando apenas petição simples informando o seu endereço. O falecimento do réu Antonio do Nascimento Cordeiro foi informado nos autos pelo próprio magistrado que atuava no processo, às fls. 351. E quanto aos réus Ednéia de Alencar Ribeiro Cordeiro e Lúcio Flávio Morais de Oliveira, de fato não houve a notificação dos mesmos. Diante do constatado e do requerimento de fls. 393/394, defere-se o pedido autoral e determina-se a notificação dos réus Ednéia de Alencar Ribeiro Cordeiro e Lúcio Flávio Morais de Oliveira, por mandado, através do endereço informado nos autos. Ademais, diante da notícia do falecimento do requerido Antonio do Nascimento Cordeiro, intime-se o Ministério Público para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o óbito do réu, por meio da devida certidão. Notifique-se com urgência. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

Washington César Rocha Magalhães (OAB 4203/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO ETELVINA LOBO BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DARCLEIDE FERREIRA DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0063/2019

ADV: ADEMAR BRITO DA FROTA JÚNIOR (OAB 6090/AM), ADV: ALINE ROCHA MUNIZ (OAB 6108/AM) - Processo 0244631-79.2008.8.04.0001 (001.08.244631-9) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Fernanda Maria do Lago Romano - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Amazonprev - Fundo Previdenciário Estado do Amazonas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 30 dias, para apresentar impugnação a execução (art. 535, do CPC). É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0253649-56.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Francisco Carlos Costa da Silva - Silvia Maria Costa Ferreira - REQUERIDO: O Estado Amazonas - Comandante Geral da Policia Militar do Amazonas - Estado do Amazonas - Aos 23 de maio de 2019, faço remessa destes autos, virtualmente, para a 3ª Contadoria do Fórum, para os fins de direito. Do que para constar, lavro este termo.

ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM) - Processo 0602112-48.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, art. 1º, inciso III, para fins de abertura de vista dos autos ao Ministério Público do Estado do Amazonas. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM), ADV: CAROLINE PEREIRA DE SOUZA (OAB 9052/AM) - Processo 0602112-48.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Rosineth Sobrinho dos Santos - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - LISTPASSIV: Leonia Maria Silva de Souza - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas, de Leonia Maria Silva de Souza, por meio da Defensoria Pública, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 30 dias, para, querendo, oferecer contrarrazões, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0602392-19.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Deni Oliveira Souza - REQUERIDA: Universidade do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Universidade do Estado do Amazonas - UEA - EXECUTADO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Compulsando os autos, fora verificado que não constam cópias dos documentos pessoais da parte autora e do seu patrono (RG, CPF e NIT do advogado). Assim, a presente certidão será publicada para fins de intimação da parte autora, por seu advogado, para juntar os documentos supracitados, bem como as demais informações descritas no art. 18, da Resolução nº 003/2014-TJAM, no prazo de quinze (15) dias, a fim de instruir os RPVs. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0610309-50.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcus Antonio Sales Menezes - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Geovane dos Santos Silva - Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - despacho

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0611503-17.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Licença Prêmio - REQUERENTE: Raimundo dos Santos Barbosa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 30 dias, para, querendo, oferecer contrarrazões, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0616322-65.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Rosangela Smith Paixão - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 30 dias, para apresentar impugnação a execução (art. 535, do CPC). É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0618891-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Mario Jorge de Castro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte Autora, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do 487, I, do CPC. CONDENO o réu, Estado do Amazonas, ao pagamento do período de 15 (quinze) meses de licença especial, referentes a cinco períodos aquisitivos de 15/07/1985 a 15/07/2010, tendo como base a última remuneração integral recebida na ativa, livre da incidência de imposto de renda, por ser tratar de verba indenizatória. Utilizar-se-á para a correção monetária o índice do IPCA-E e para os juros de mora aqueles aplicáveis à caderneta de poupança. Condeno a parte ré nos honorários de sucumbência, em percentual a ser fixado quando da liquidação da sentença, em atenção ao disposto no §4º, II do art. 85 do CPC, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV's (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON

CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sentença não sujeita ao reexame necessário, conforme art. 496, §3º, II do NCPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Ciência ao representante do MPE.

ADV: ERIK FRANCO DE SÁ (OAB 3786/AM), ADV: RAINIER CARDOSO (OAB 9835/AM) - Processo 0619589-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Jesse James de Souza Furtado - REQUERIDO: José Erivaldo do Vale Barbosa - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - Estado do Amazonas - INTSSADO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, determino a suspensão da audiência de instrução designada para o dia 12 de setembro de 2019. Após elaboração do laudo pericial e manifestação das partes, o juízo avaliará novamente a necessidade de realização de audiência de instrução. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: LUANA BARROSO COLARES (OAB 6864/AM), ADV: MARIA ISÉLIA SARAIVA DE OLIVEIRA (OAB 6478/AM), ADV: JANNE SALES GOMES (OAB 3045/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM) - Processo 0622287-63.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: JANDERSON SOUZA DE PAULA - AURIJANE GUEDES MEDEIROS - FRANCISCA SOARES GOMES - Raimundo Pessoa da Silva - Raimundo Eraldo Reinaldo - REQUERIDA: Fundação de Vigilância em Saúde -FVS - Estado do Amazonas e outro - Ante o exposto, indefiro o pedido a fls. 254/255. Abra-se vista ao Ministério Público. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: ELIANE ANDRADE MARTINS (OAB 12118/AM), ADV: CAROLINA GOMES MAR (OAB 8627/AM) - Processo 0627351-49.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Mario Ramos Menezes Filho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da parte Autora, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do 487, I, do CPC. CONDENO o réu, Estado do Amazonas, ao pagamento do período de 12 (doze) meses de licença especial, atinentes aos períodos aquisitivos de 1982/1987,1987/1992,1992/2002, tendo como base a última remuneração integral recebida na ativa, livre da incidência de imposto de renda, por ser tratar de verba indenizatória, em favor do Autor. Utilizar-se-á para a correção monetária o índice do IPCA-E e para os juros de mora aqueles aplicáveis à caderneta de poupança, sobre o valor devido.. Condeno a parte ré, Estado,nos honorários de sucumbência, em percentual a ser fixado quando da liquidação da sentença, em atenção ao disposto no §4º, II do art. 85 do CPC, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV's (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Condeno a parte autora no pagamento de honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa, conforme art. 85, §4º, III, CPC/2015, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a Taxa SELIC (Informativo do STJ nº 367/08 - Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária, sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98, §3º, do NCPC. Sentença não sujeita ao reexame necessário, conforme art. 496, §3º, II do NCPC. Ciência ao representante do MPE. P.R.I

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0628008-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Marcel Santos da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - HOMOLOGO para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada nestes autos de procedimento comum, ajuizado por Marcel Santos da Silva contra Estado do Amazonas, objetivando o pagamento da diferença de remuneração. Por consequência, tendo a transação efeito de sentença entre as partes, julgo extinto o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil, já distribuídas entre as partes, na transação, custas, despesas processuais e honorários advocatícios. Em razão do acordo firmado entre as partes, expeça-se requisição de pagamento do valor devido (19.960,00), via RPV, em favor da parte autora, intimando-se o Procurador Geral do Estado, nos termos da Resolução nº 003/2014-TJAM. Publique-se. Intime-se. Oportunamente, arquive-se, com a devida baixa.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0628336-81.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Raimundo Oliveira de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Procurador Geral do Estado - Estado do Amazonas - R. Hoje; Intime-se o requerente para demonstrar, em 10 dias, o motivo das detenções ocorridas em 03/11/2010 e 21/09/2011, para fins de enquadramento no disposto no §3º do art. 65 da Lei 1.154/1975. Após, intime-se o Requerido para se manifestar em 10 dias, em cumprimento ao contraditório, art. 10 CPC. P.R.I.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0628336-81.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Raimundo Oliveira de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Procurador Geral do Estado - Estado do Amazonas - Pelo exposto e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pelo requerente na exordial, com resolução de mérito,nos termos do art. 487, I, do CPC. CONDENO O ESTADO DO AMAZONAS a indenizar o requerente no valor devido às licenças especiais não gozadas, na quantidade de 06 (seis) remunerações, calculadas no valor integral que teria direito a receber no mês 09/2012 (mês imediatamente anterior ao ato de reforma), acrescido de juros da citação válida e correção monetária de 10/2012 (juros e correção próprios aplicados contra a Fazenda Pública, art. 8º e 18 da Portaria 1855/2016-PTJ), Condeno o Estado do Amazonas ao pagamento dos honorários advocatícios que ora fixo em 10% sobre o valor do proveito econômico a ser liquidado em fase de cumprimento, nos termos do §2º do art. 85 do CPC. Com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV's (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Sentença não sujeita ao reexame necessário, vide art. 496, §3º, II, NCPC. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos.

ADV: ANNE KAROLINE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 12154/AM), ADV: ÉRICA CAROLINA DE OLIVEIRA CASTRO (OAB 11174/AM) - Processo 0631521-30.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Doralice Evangelista da Silva Viana - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação parte Exequente, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para se manifestar acerca da impugnação ao cumprimento de sentença. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0634043-30.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Silvia Gurgel Ferreira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Procurador Geral do Estado - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Compulsando os autos, fora verificado que não constam cópias dos documentos pessoais da parte autora e do seu patrono (RG, CPF e NIT do advogado). Assim, a presente certidão será publicada para fins de intimação da parte autora, por seu advogado, para juntar os documentos supracitados, bem como as demais informações descritas no art. 18, da Resolução nº 003/2014-TJAM, no prazo de quinze (15) dias, a fim de instruir tanto o PRV, quanto o processo de Precatório. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: LORENZONI & ALVES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 000499/AM) - Processo 0636596-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Wenceslan Souza de Queiroz - Wandeslan Demetrius Souza de Queiroz - Renato Santos Simões - Joyce Coelho Viana - Jeff David Mac Donald da Silveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje. A parte autora peticionou, a fls. 329/384, requerendo que este juízo reconsidere a decisão de indeferimento do pedido de justiça gratuita. A fim de consubstanciar seu pedido, juntou impostos de renda dos requerentes. Compulsando detidamente os documentos novos juntados, entendo que estes não tem o condão de modificar o entendimento deste juízo, assim, indefiro o pedido de reconsideração. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0636710-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Ednilson Jose Freire da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Pelo exposto e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pelo requerente na exordial, nos termos do art. 487, I, do CPC. CONDENO O ESTADO DO AMAZONAS a indenizar o requerente, ao valor devido às licenças especiais não gozadas, na quantidade de 12 (doze) remunerações da graduação de 1º Sargento Bombeiro QPBM, calculadas no valor integral, segundo Decreto do Governador de 24/08/2018. Acrescido de juros da citação válida e correção monetária de 04/2018 (mês anterior ao ato de reforma) (juros e correção próprios aplicados contra a Fazenda Pública, art. 8º e 18 da Portaria 1855/2016-PTJ - Juros da poupança e correção pelo IPCA-IBGE), resolvendo o mérito nos termos do inc. I do art. 487 do Código de Processo Civil. Condeno o Estado do Amazonas ao pagamento dos honorários advocatícios que ora fixo em 10% sobre o valor do proveito econômico a ser liquidado em fase de cumprimento, nos termos do §2º do art. 85 do CPC. Com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV's (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Condeno a parte autora nas custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor do proveito econômico obtido pelo requerido (valor calculado das diferenças entre a remuneração no mês 02/2015 e desta sentença), tendo em conta o art. 85, § 3º, I - NCPC, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552 / CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), SENDO SUSPENSAS SUAS COBRANÇAS NA FORMA DO ART. 98, §3º, DO NCPC. Sentença não sujeita ao reexame necessário, vide art. 496, §3º, II, NCPC. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0637297-11.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Administrativos - REQUERENTE: Maria das Graças Ribeiro das Neves - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Saude - Susam - Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 30 dias, para, querendo, oferecer contrarrazões, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES DE ARAÚJO FILHO (OAB 9665/AM) - Processo 0637617-95.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro da Costa Bittencourt - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Fundação Hospital Adriano Jorge - Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ - ATO ORDINATÓRIO Compulsando os autos, fora verificado que não constam cópias dos documentos pessoais da parte autora e do seu patrono (RG, CPF e NIT do advogado). Assim, a presente certidão será publicada para fins de intimação da parte autora, por seu advogado, para juntar os documentos supracitados, bem como as demais informações descritas no art. 18, da Resolução nº 003/2014-TJAM, no prazo de quinze (15) dias, a fim de instruir o RPV. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: ADRIEL PEDROSO DOS REIS (OAB 4736/RO), ADV: MARCOS AURÉLIO DE MENEZES ALVES (OAB 5136/RO) - Processo 0640089-06.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sindicato dos Médicos do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Pelo exposto, em consonância com o parecer ministerial, JULGO Procedente o pedido formulado na petição inicial, e, consequentemente, ponho fim à fase cognitiva do procedimento comum do presente feito, com apreciação de mérito, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno o Estado do Amazonas a proceder a revisão anual dos vencimentos dos médicos substituídos do autor, de acordo com o índice oficial de inflação medida pelo IPCA/IBGE, no percentual de 5,1042% referente exclusivamente ao período de 01/05/2012 a 28/11/2012, da mesma forma com que foi efetivada a correção monetária em benefício dos demais profissionais da saúde pela Lei n. 3.815/2012. A título de danos materiais em favor dos médicos substituídos do autor, condeno o Estado do Amazonas a pagar de uma só vez a diferença total, a ser apurada em fase de liquidação de sentença, entre os valores efetivamente pagos aos médicos mediante contracheque e as quantias não pagas em razão da ausência de correção monetária no citado período, diferença na qual se incluem os vencimentos e as demais vantagens reflexas neles baseadas, tais como adicional de férias, adicional natalino, adicional por hora extra, adicional noturno, licença prêmio em pecúnia, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, adicional de penosidade, anuênios; com acréscimo de juros de mora baseados no indexador oficial de juros aplicados à caderneta de poupança e com correção monetária fundada no indexador TR, ambos a partir do evento lesivo (respectivas datas de recebimento de salário ou demais vantagens sem reajuste). Em benefício dos patronos do autor substituto dos médicos, condeno o Estado do Amazonas a pagar os honorários de sucumbência em 6% sobre o valor atualizado da condenação, tendo em conta o limite estabelecido no art. 85, §3º, III, do CPC, com acréscimo de juros de mora baseados nos índices oficiais de juros aplicados à caderneta de poupança, contados apenas após o fim do prazo constitucional para pagamento de precatório ou requisição de pequeno valor, e com acréscimo de correção monetária baseado no indexador IPCA-e/IBGE a partir da mesma data, nos termos do julgamento do REsp 1249228-RS DJe 03/08/2011, do art. 1º-F, da Lei 9.494/1997, e do art. 8º, XI, e art. 18, III, da Portaria n. 1855/2016. Deixo de condenar o autor em custas por logra-se vitorioso neste caso. E deixo de condenar o Estado do Amazonas nas custas processuais, embora tenha dado causa à demanda, porque lhe foi conferida isenção pelo art. 17, IX, da Lei 4.408, de 28 de dezembro de 2016. Quanto às custas processuais, fica a parte ré, ora sucumbente, responsável pelo ressarcimento da quantia adiantada pela parte autora no início do trâmite processual, com acréscimo de juros de mora baseados nos índices oficiais de juros aplicados à caderneta de poupança a partir do adiantamento ocorrido em 01/02/2016, e com acréscimo de correção monetária a partir da mesma data, nos termos do art. 2º, do Decreto n. 86.649/1981, do art. 308, da Lei Complementar Estadual n. 19/1997, e do art. 7º, e art. 18, III, da Portaria n. 1855/2016. Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição em razão da obrigação de fazer ora estabelecida e em razão do valor aproximado da condenação, nos termos do art. 496, §3º, II, do CPC. Após o trânsito em julgado (que o cartório certificará), dê-se baixa na distribuição e arquive-se o processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS AURÉLIO DE MENEZES ALVES (OAB 5136/RO) - Processo 0640224-18.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE:

Sindicato dos Médicos do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Pelo exposto, em consonância com o parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na petição inicial e, consequentemente, com apreciação de mérito, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno o Estado do Amazonas a proceder a revisão anual dos vencimentos dos médicos substituídos do autor, de acordo com o índice oficial de inflação medida pelo IPCA/IBGE, no percentual de 8,1716%, referente exclusivamente ao período de 01/05/2014 a 30/04/2015, conforme consta a folha 85 dos autos. A título de danos materiais, em favor dos médicos substituídos do autor, condeno o Estado do Amazonas a pagar de uma só vez a diferença total, a ser apurada em fase de liquidação de sentença, entre os valores efetivamente pagos aos médicos, mediante contracheque e as quantias não pagas, em razão da ausência de correção monetária no citado período, diferença na qual se incluem os vencimentos e as demais vantagens reflexas neles baseadas, tais como adicional de férias, adicional natalino, adicional por hora extra, adicional noturno, licença prêmio em pecúnia, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, adicional de penosidade, anuênios; com acréscimo de juros de mora baseados no indexador oficial de juros aplicados à caderneta de poupança e com correção monetária fundada no indexador TR, ambos a partir do evento lesivo (respectivas datas de recebimento de salário ou demais vantagens sem reajuste). Em benefício dos patronos do autor substituto dos médicos, condeno o Estado do Amazonas a pagar os honorários de sucumbência sobre o valor atualizado da condenação apurado em futura liquidação de sentença, aplicando-se o respectivo percentual mínimo de 1%, 3%, 5%, 8% ou 10%, a depender do resultado atualizado da apuração da condenação, de acordo com os limites do art. 85, §3º, I, II, III, IV, ou V, do CPC, com acréscimo de juros de mora baseados nos índices oficiais de juros aplicados à caderneta de poupança, contados apenas após o fim do prazo constitucional para pagamento de precatório ou requisição de pequeno valor, e com acréscimo de correção monetária baseado no indexador IPCA-e/IBGE a partir da mesma data, nos termos do julgamento do REsp 1249228-RS DJe 03/08/2011, do art. 1º-F, da Lei 9.494/1997, e do art. 8º, XI, e art. 18, III, da Portaria n. 1855/2016. Deixo de condenar o autor em custas por logra-se vitorioso neste caso. Também, de condenar o Estado do Amazonas nas custas processuais, embora tenha dado causa à demanda, porque lhe foi conferida isenção pelo art. 17, IX, da Lei 4.408, de 28 de dezembro de 2016. Quanto às custas processuais, fica a parte ré, ora sucumbente, responsável pelo ressarcimento da quantia adiantada pela parte autora no início do trâmite processual, com acréscimo de juros de mora baseados nos índices oficiais de juros aplicados à caderneta de poupança a partir do adiantamento ocorrido em 04/02/2016, e com acréscimo de correção monetária a partir da mesma data, nos termos do art. 2º, do Decreto n. 86.649/1981, do art. 308, da Lei Complementar Estadual n. 19/1997, e do art. 7º, e art. 18, III, da Portaria n. 1855/2016. Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição em razão da obrigação de fazer ora estabelecida e em razão do valor aproximado da condenação, nos termos do art. 496, §3º, II, do CPC. Após o trânsito em julgado (que o cartório certificará), dê-se baixa na distribuição e arquive-se o processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM), ADV: FIGUEIRA & NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 572/AM) - Processo 0641563-41.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Beto Gonçalves de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Pelo exposto e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pelo requerente na exordial, nos termos do art.487, I, do CPC. CONDENO O ESTADO DO AMAZONAS a indenizar o requerente, devido às licenças especiais não gozadas, na quantidade de 12 (doze) remunerações, calculadas no valor integral que teria direito a receber no mês 05/2016 (mês imediatamente anterior ao ato de reforma), acrescido de juros da citação válida (07/12/2017) e correção monetária de 05/2016 (juros e correção próprios aplicados contra a Fazenda Pública, art. 8º e 18 da Portaria 1855/2016-PTJ), Nego o reconhecimento do dano moral arguido. Condeno o Estado do Amazonas ao pagamento dos honorários advocatícios que ora fixo em 10% sobre o valor do proveito econômico a ser liquidado em fase de cumprimento, nos termos do §2º do art. 85 do CPC. Com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV's (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Sentença não sujeita ao reexame necessário, vide §3º art. 496 NCPC. P.R.I.C.

ADV: JOENILSON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 3178/AM) - Processo 0646350-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI - REQUERENTE: Alcéia Maria Nascimento de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - R. Hoje; Petição inicial de acordo com o disposto nos arts. 319 e 320 do NCPC; Defiro o pedido de justiça gratuita. Assim, cite-se o Estado do Amazonas para, querendo, responder a presente ação, no prazo legal (arts. 335 c/c 183 do CPC/2015). Na oportunidade, o Estado, poderá apresentar proposta de acordo, nos termos da Lei n. 4.738 de 27 de dezembro de 2018. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0647169-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Maria Rafaela de Souza Cunha - REQUERIDA: Município de Manaus - R. Hoje; Petição inicial de acordo com o disposto nos arts. 319 e 320 do NCPC; Defiro o pedido de justiça gratuita. Assim, cite-se o Município de Manaus, para, querendo, responder a presente ação, no prazo legal (arts. 335 c/c 183 do CPC/2015). Na oportunidade, o ente público poderá apresentar proposta de acordo. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ROZILENO FERREIRA CAVALCANTE (OAB 12991/AM) - Processo 0650566-83.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: Cristiane Lell de Oliveira - EXECUTADO: Ipem/am - Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, em razão do ato ordinatório de fls. 124, ter sido gerado equivocadamente, intimando a parte autora para oferecer contrarrazões, expeço novo Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação da parte autora, via DJE, no prazo de 15 dias, para apresentação de réplica aos termos da contestação ofertada pelo ente público (art. 351, do CPC) É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

Ademar Brito da Frota Júnior (OAB 6090/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriel Pedroso dos Reis (OAB 4736/RO)
Aline Rocha Muniz (OAB 6108/AM)
Anne Karoline de Souza Rodrigues (OAB 12154/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Carolina Gomes Mar (OAB 8627/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Caroline Pereira de Souza (OAB 9052/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eliane Andrade Martins (OAB 12118/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Érica Carolina de Oliveira Castro (OAB 11174/AM)
Erik Franco de Sá (OAB 3786/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Figueira & Nascimento Sociedade de Advogados (OAB 572/AM)
Janne Sales Gomes (OAB 3045/AM)
Joenilson dos Santos Rodrigues (OAB 3178/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Lorenzoni & Alves Advogados Associados (OAB 000499/AM)
Luana Barroso Colares (OAB 6864/AM)
Marcos Aurélio de Menezes Alves (OAB 5136/RO)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)

Maria Isélia Saraiva de Oliveira (OAB 6478/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Rainier Cardoso (OAB 9835/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rozileno Ferreira Cavalcante (OAB 12991/AM)
Sebastião Gonçalves de Araújo Filho (OAB 9665/AM)
Vitor Barbosa de Oliveira (OAB 8285-A/TO)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO ETELVINA LOBO BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DARCLEIDE FERREIRA DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0065/2019

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0600496-33.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - REQUERENTE: EDILSON RODRIGUES MONTEIRO - REQUERIDO: Estado do Amazonas - HOMOLOGO os cálculos efetuados pela 3ª Contadoria, a fl. 111, fixando o valor da presente execução em R$ 206.796,11 (duzentos e seis mil, setecentos e noventa e seis reais e onze centavos), sendo que deste valor o montante de R$ 187.996,46 (cento e oitenta e sete mil, novecentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos) corresponde ao valor da demanda principal e a quantia de R$ 18.799,65 (dezoito mil, setecentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos) é inerente à honorários de sucumbência devidos ao patrono da parte autora. Após o trânsito em julgado desta, expeça-se : a) requisição de pagamento por precatórios ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, do valor da parte principal da demanda, em favor do autor; b) requisição de pagamento, via RPV, em favor do patrono da parte autora, do valor dos honorários de sucumbência, intimando o Procurador Geral do Estado, nos termos da Resolução nº 003/2014-TJAM. Pago os valores supracitados pelo ente público, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: VICTOR DA SILVA TRINDADE (OAB 2991/AM) - Processo 0605166-85.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Regime Previdenciário - REQUERENTE: KIDSON MAIA DE SOUZA - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: ARLECY DE SOUZA FERREIRA (OAB 6581/AM) - Processo 0616136-13.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: REGISLAINE AMARO DOS SANTOS - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R. Hoje. Dê-se vista dos autos ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: ARLECY DE SOUZA FERREIRA (OAB 6581/AM) - Processo 0616136-13.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: REGISLAINE AMARO DOS SANTOS - REQUERIDO: Instituto Superior de Administração e Economia - ISAE - Estado do Amazonas - Ante o exposto, determino que o ente público, no prazo de 20 (vinte) dias, adote as as providências necessárias para promover a convocação da autora ao Curso de formação de Soldado, no CFAP/PMAM, através de plano de estudo, bem como realize efetivamente as demais fases restantes do certame em momento posterior, tão logo haja data definida pelo executado, sob pena de bloqueio de verbas públicas no montante de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Em caso de descumprimento, poder-se-á majorar o valor do bloqueio. Expeça-se Mandado, com urgência. P.R.I

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0620684-76.2018.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - REQUERIDO: Oto Luiz Gonzaga Mendes - R. Hoje. Diante da certidão retro, cite-se o demandado por hora certa. Cumpra-se.

ADV: THAMMY DAS NEVES ATHAYDE (OAB 7312/AM) - Processo 0620720-55.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Celiano da Costa Soares - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Saude - Susam - Estado do Amazonas - R.Hoje. Trata-se de cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública Estadual, nos termos do art. 534 do NCPC. Deve a parte exequente observar o disposto no artigo supra, bem como apresentar planilha de cálculos do valor executado, atualizada, atendendo os parâmetros da Portaria nº 1.855/2016/TJ-AM (26/09/2016), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: THAMMY DAS NEVES ATHAYDE (OAB 7312/AM) - Processo 0620720-55.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Celiano da Costa Soares - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Saude - Susam - Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 30 dias, para apresentar impugnação a execução (art. 535, do CPC). É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: DAVI BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 11706/AM) - Processo 0621925-56.2016.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Gratificação de Incentivo - IMPETRANTE: Helio Jose Casanova Rocha - IMPETRADO: Delegado-Geral de Polícia Civil do Amazonas - INTSSADO: Estado do Amazonas - I - R. hoje; II - Trata-se de cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública Estadual, nos termos do art. 534 do NCPC; III - Intime-se o Estado do Amaoznas, na forma do art. 535 do NCPC, para, querendo, opor impugnação, no prazo legal de 30 (trinta) dias; IV - Publique-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM) - Processo 0631588-29.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: AMANDA CRISÓSTOMO ARRUDA - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - HOMOLOGO os cálculos efetuados pela exequente, a fl. 178, fixando o valor da presente execução em R$ 18.127,64 (dezoito mil, cento e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos), sendo que deste valor o montante de R$ 15.763,16 (quinze mil, setecentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos) corresponde ao valor da demanda principal e a quantia de R$ 2.364,47 (dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e sete centavos) é inerente à honorários de sucumbência devidos ao patrono da parte autora. Após o trânsito em julgado desta, expeça-se : a) requisição de pagamento, via RPV, do valor da parte principal da demanda, em favor do autor; b) requisição de pagamento, via RPV, em favor do patrono da parte autora, do valor dos honorários de sucumbência. Intimando o Procurador Geral do Estado, nos termos da Resolução nº 003/2014-TJAM. Pago os valores supracitados pelo ente público, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0631910-83.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MIRLANE LOPES DE SOUZA - AUTORA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - R. Hoje. A parte autora já foi intimada pessoalmente, porém, não compareceu à Defensoria, a fim de informar do interesse no prosseguimento do feito. A presente demanda encontrava-se suspensa desde janeiro de 2019, sem movimentação, em razão do prazo de suspensão, requerido pela Defensoria Pública. A própria DPE requer a fls. 161/162 intimação do ente público, a fim de que este informe e comprove o fornecimento de micofenolato de mofetila de 500 mg à parte autora. Não obstante, entendo ser salutar, antes de intimar o

Estado, abrir vista ao NATJUS que poderá prestar informações sobre fornecimento de medicamento realizados à parte autora, primando pela celeridade e economia processual. Ante o exposto, abra-se vista para o NATJUS informar, no prazo de 10 dias, sobre o fornecimento do medicamento micofenolato de mofetila de 500 mg à parte autora, desde o mês de novembro de 2015. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0632087-08.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Remuneração - REQUERENTE: Kenedy Coelho Gonçalves - REQUERIDO: Estado do Amazonas - HOMOLOGO os cálculos efetuados pelo exequente, a fls. 16/17, fixando o valor da presente execução em R$ 62.066,74 (sessenta e dois mil, sessenta e seis reais e setenta e quatro centavos), correspondente ao valor da demanda. Após o trânsito em julgado desta, expeça-se : a) requisição de pagamento por precatórios ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas do valor da demanda, em favor do autor; Pago os valores supracitados pelo ente público, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: LUCAS DE ANDRADE MAGALHÃES COSTA (OAB 14608/AM), ADV: CARMEN LÚCIA DE ANDRADE MAGALHÃES COSTA (OAB 69077/RJ) - Processo 0632841-47.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Coopenure - Cooperativa de Trabalho dos Enfermeiros de Urgência e Emergência do Amazonas - REQUERIDO: Comissao Geral de Licitacoes do Poder Executivo - Estado do Amazonas - R. Hoje. O Estado do Amazonas, a fl. 2517, informa que obteve efeito suspensivo junto ao Tribunal de Justiça da decisão deste juízo,a fls. 2469/2474 que havia deferido parcialmente a liminar. Assim, não há de se falar em necessidade de a autoridade coatora comprovar o cumprimento da ordem judicial, logo, torno sem efeito o despacho a fl. 2514. Ademais, verifico que a secretaria deste juízo não cumpriu com a ordem judicial a fls. 2469/2474. Ante o exposto, cumpra-se a decisão supracitada, abrindo-se vista ao Ministério Público. Após, retornem-me os autos conclusos para sentença. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM), ADV: RAFAEL ANTONIO DE ARAUJO BARBOSA (OAB 13634/AM) - Processo 0634553-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Patrícia Andrea Miranda de Souza - REQUERIDO: O Estado do Amazonas - R. Hoje; Petição inicial de acordo com o disposto nos arts. 319 e 320 do NCPC; Defiro o pedido de justiça gratuita. Assim, cite-se o Estado do Amazonas, para, querendo, responder a presente ação, no prazo legal (arts. 335 c/c 183 do CPC/2015). Na oportunidade, o Estado, poderá apresentar proposta de acordo, nos termos da Lei n. 4.738 de 27 de dezembro de 2018. Defiro o pedido a fl. 35, no sentido de que o requerido, quando apresentar contestação, junte aos autos a ficha financeira do requerente dos últimos cinco anos. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0638964-32.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Erin Estaleiro Rio Negro Ltda. - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação da parte autora, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para, querendo, oferecer contrarrazões, a teor do § 1º, do art. 1010 do NCPC. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: HAMILTON NOVO LUCENA JÚNIOR (OAB 5488/AM) - Processo 0646346-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Rosangela Freitas do Nascimento - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - LITSPASSIV: Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (susam). - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, em homenagem à primazia do princípio do juiz natural, encravado no art. 5º, LIII da CRFB, e frente a incompetência inequívoca deste Juízo, os autos deverão ser redistribuídos em favor do juizado especial da fazenda pública estadual e municipal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0646389-42.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Plano de Classificação de Cargos - REQUERENTE: Francisco Stenio de Magalhães - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Assim, ordeno a intimação do patrono da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC/2015, para adequar o valor da causa nos moldes do previsto no art. 292 do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, também do CPC/2015. No mesmo prazo deverá apresentar documentos (contracheques, imposto de renda) que comprovem a necessidade de deferimento dopedido de justiça gratuita, sob pena de indeferimento do benefício. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0647012-09.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Teto Salarial - REQUERENTE: Milardson Faria Rodrigues Filho - REQUERIDO: Exmo. Sr. Delegado-geral de Polícia Civil do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ante o exposto, determino à Secretaria que cumpra a ordem judicial a fls. 118/120. Notifique-se o impetrado para, no prazo de 10 (dez) dias, conforme art. 7º, I da Lei de Mandado de Segurança, fornecer a este Juízo as informações que julgar necessárias. Intime-se o Estado do Amazonas, para que, querendo, ingresse no feito, conforme art. 7º, II da Lei do Mandado de Segurança. Após, abra-se vista ao Ministério Público. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0653493-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Kátia Costa Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, determino a suspensão do feito até a solução final dos recursos representativos da controvérsia, conforme disposto no art. 1.036, § 1º, do CPC. Intime-se as partes para tomarem ciência da suspensão do feito. Publique-se. Cumpra-se.

Antonio Jose Tavares Barbosa (OAB 10068/AM)
Antônio Praia Caldas (OAB 9546/AM)
Arlecy de Souza Ferreira (OAB 6581/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Carmen Lúcia de Andrade Magalhães Costa (OAB 69077/RJ)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Carvalho Advocacia (OAB 558AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Davi Barbosa de Oliveira (OAB 11706/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Hamilton Novo Lucena Júnior (OAB 5488/AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Lucas de Andrade Magalhães Costa (OAB 14608/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Rafael Antonio de Araujo Barbosa (OAB 13634/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Thammy das Neves Athayde (OAB 7312/AM)
Victor da Silva Trindade (OAB 2991/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0169/2019

ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM) - Processo 0010294-74.1992.8.04.0012 (012.92.010294-0) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - EXEQUENTE: Base Aerofotogrametria e Projetos S/a - EXECUTADA: Município de Manaus - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Manaus 0010294-74.1992.8.04.0012 Cumprimento de Sentença Responsabilidade Civil Exequente:Base Aerofotogrametria e Projetos S/a Executado: Município de Manaus CERTIDÃO Certifico que no dia 14/08/2019, foi juntado aos autos, pela Contadoria Judicial, o relatório de Cálculos de Atualização do valor condenatório, fls.434. É o que me cumpre certificar. Manaus, 27 de agosto de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no art. 3º do Provimento nº 63/02-CGJ, ficam as partes intimadas para se manifestarem, expressamente, quanto aos cálculos de atualização de fls. 434, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo em dobro para o ente público, nos termos do art. 183 do CPC. . Manaus, 27 de agosto de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM), ADV: ANDSON CUNHA DA SILVA (OAB 7151/AM), ADV: MARA LÚCIA ANTONY (OAB 598/AM) - Processo 0242887-78.2010.8.04.0001 (001.10.242887-6) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil do Empregador - EXEQUENTE: Ellen Karen de Castro Rodrigues - REQUERIDA: Prefeitura Municipal de Manaus - ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, fica o autor intimado para, caso desejar, apresentar manifestação aos embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias, observado o art. 183 do mesmo diploma legal, caso este seja ente da Fazenda Pública. Manaus,22 de agosto de 2019.

ADV: AMBRÓSIO GAIA NINA (OAB 914/AM) - Processo 0606745-97.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Raimundo Nonato dos Santos Salles - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - SENTENÇA Autos nº:0606745-97.2016.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível Assunto:Pensão por Morte (Art. 74/9) Autor(a):Raimundo Nonato dos Santos Salles Réu(s):Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se. Antes de iniciar o relatório, cumpre ressaltar que os autos presentemente decididos, consoante provimento de correição de fls. 79/80, foram inicialmente distribuídos em data de 24/08/2016, para o Juízo da 4a. Vara da Fazenda Estadual, extinta por força da LC n.198/2018, motivo pelo qual os mesmos autos foram redistribuídos para esta 4a. Vara da Fazenda Pública em data de 24.08.2018. Registra-se, ainda, que os autos se encontravam sem movimentação há 6 meses, antes de serem recebidos pelo presente juízo. Trata-se de ação de concessão de pensão por morte ajuizada por Raimundo Nonato dos Santos Salles em face do Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas, tendo ambas as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Aduz o demandante que era casado com a servidora falecida Maria Alteniza de Lima Salles, e com ela teve um filho. Informa que após o falecimento da segurada, requereu junto à Amazonprev o benefício de pensão por morte. No entanto, teve o pedido negado sob o argumento de que não foi comprovada a convivência com a de cujus, ou a percepção de alimentos. Por entender que a negativa do órgão foi ilegal, ajuizou a presente demanda pugnando pelo reconhecimento do seu direito em receber o valor relativo ao benefício de pensão por morte. Juntou documentos às fls. 4/16. Citado, o réu apresentou contestação às fls. 27/35, tendo alegado que o demandante não faz jus ao benefício, pois não comprovou a manutenção do relacionamento com a servidora falecida, ou mesmo a percepção de alimentos. Assim, pugnou pela improcedência do pedido autoral. Juntou documentos às fls. 36/69. Parecer Ministerial às fls. 73/74. Despacho anunciando o julgamento antecipado da lide, às fls. 84, tendo as partes anuído com o anúncio feito. É o relatório. II.- Fundamenta-se. A presente demanda tem por objeto analisar se o indeferimento do pedido de concessão de benefício de pensão por morte requerido pelo demandante. Conforme se constata dos autos, a Amazonprev indeferiu o pedido do demandante sob o argumento de que o mesmo não mais convivia maritalmente com a servidora falecida no momento da morte desta, bem como não comprovou a percepção de alimentos. A decisão administrativa se baseou em relatos de vizinhos não identificados da servidora, bem como do autor. Sobre o benefício de pensão por morte, tem-se que este é devido aos dependentes do segurado, os quais se encontram elencados no art. 2º, II, da Lei Complementar n. 30/2001. Veja-se: II - Na condição de dependentes dos segurados: a) cônjuge ou companheiro(a), enquanto perdurar o casamento ou a união estável, bem como o cônjuge separado de fato, o ex-cônjuge ou ex-companheiro(a), desde que credores de alimentos; b) os filhos menores de 21 (vinte e um) anos, não emancipados de qualquer condição, ou inválidos, desde que a invalidez seja pré-existente ao óbito do segurado. Pelo dispositivo, são considerados dependentes o cônjuge e o companheiro enquanto perdurar o casamento ou união estável. Veja-se que é necessário comprovar a ausência da convivência para o indeferimento do pedido de benefício de pensão por morte. O autor comprovou o seu vínculo com a servidora Maria Altenizia de Araújo Lima, através da certidão de casamento de fls. 7, havendo, assim, a presunção da convivência. A autarquia ré, por sua vez, apresentou como provas da inexistência da convivência relatos de vizinhos que não quiseram se identificar, os quais haveriam informado que a de cujus e o autor não mais viviam maritalmente a muitos anos. Em verdade, essa é a única prova apresentada nos autos para a não concessão do benefício, a qual sequer pode ser verdadeiramente confirmada pelo juízo, posto que não se sabe quem prestou a informação obtida pela autarquia. Ocorre que, pelo documento de fls. 61, o filho do casal afirmou que os pais viveram juntos até o falecimento da servidora, fato este totalmente desconsiderado pela autarquia ré. Ainda, que o imóvel em que habitavam foi vendido logo após o falecimento, havendo a repartição do valor entre os filhos. Outrossim, depreende-se que o endereço de residência informado pelo autor, quando da apresentação do requerimento de pensão por morte, não poderia ser o mesmo, uma vez que o imóvel havia sido alienado quase cinco anos antes do pedido de concessão de benefício. Aqui, salienta-se que o demandante pugnou pelo benefício no ano de 2015, e o falecimento da servidora ocorreu em 2010, tendo transcorrido quase 5 anos, período este em que diversos fatos poderiam ocorrer na vida do demandante, inclusive o inicio de nova vida conjugal. Desse modo, observa-se que não há nos autos administrativos e neste judiciais qualquer prova que demonstre, verdadeiramente, a inexistência de convivência entre o demandante a de cujus, o que evidencia a ilegalidade do indeferimento do pedido de benefício de pensão por morte. III.- Decide-se Diante de todo o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE a presente ação para condenar o réu ao pagamento do benefício de pensão por morte em favor do autor, bem como das parcelas vencidas, as quais são devidas a partir da data do requerimento administrativo. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Os valores condenatórios a título de danos materiais deverão ser atualizados pelos seguintes índices: juros de 0,5% ao mês e correção monetária pelo IPCA-e, é a data de vencimento de cada parcela, nos termos do que foi decidido pelo STF e STJ, no RE 870.947 e Resp 1492.221, já aplicável aos processos em trâmite. Concede-se à parte autora os benefícios da justiça gratuita. Ausência do pagamento de custas por ser o réu a Fazenda Pública e o autor beneficiário da justiça gratuita. Por fim, condena-se a parte ré ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 12% sobre o valor do proveito econômico do autor, nos termos do art. 85, §3.°, I, do Código de Processo Civil, devendo ser observado os preceitos do §14, do códex processual. A atualização destes deve seguir o principal. Sentença sujeita ao reexame necessário, por conter obrigação de fazer. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância,

com as homenagens do juízo, para apreciação do recurso. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM) - Processo 0610014-42.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: M. M. Engenharia Ltda. - PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS Comarca de Manaus Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública PROCESSO nº: 0610014-42.2019.8.04.0001 Requerente: M. M. Engenharia Ltda. Requerido: Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Ministério Público do Estado do Amazonas ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, art. 1º, XXIV e XXXV, ficam as partes intimadas para requerer o quê de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Manaus, 26 de agosto de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0610173-53.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Mario Brandão Camara - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no art. 1.010, § 1º do Código de Processo Civil, fica o apelado intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, observado o art. 183 do mesmo diploma legal, caso este seja ente da Fazenda Pública. Manaus,09 de setembro de 2019.

ADV: OZIEL PINTO DA SILVA (OAB 5455/AM) - Processo 0614238-28.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: C.S.O.B. - REQUERIDO: C.E.K.K.S.M. - E.A. - Autos nº:0614238-28.2016.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Autores:Chris Sulliwan de Oliveira Bentes, Silvana Maria de Oliveira e Cristian Aleixo Bentes Réus:Centro Educacional Kelven Kennedy - O J A de Souza ME, Município de Manaus e Estado do Amazonas DESPACHO Verifica-se que o ponto central da controvérsia está demonstrado nos autos e o feito se faz pronto para recepcionar final outorga jurisdicional. Desta forma, identifica-se, na espécie, a possibilidade de proferir julgamento antecipado da lide de acordo com o atual estado do processo, segundo dicção que se extrai do artigo 355 do CPC. Aplica-se à causa a regra do art. 357 do CPC, para ordenar a intimação das partes e de seus procuradores para, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação deste despacho, manifestarem-se: I. Se desejam firmar algum acordo; II. Se concordam com o julgamento antecipado, pois a questão é unicamente de direito e prova documental; III. Caso contrário, indicarem as provas que pretendem produzir, explicitando a sua necessidade. Destarte, ficam as partes intimadas para se manifestarem acerca deste pronunciamento, entendendo-se o silêncio como aceitação ao julgamento antecipado previsto no art. 355, inciso I do CPC. Após a manifestação nos autos, voltem-me os autos conclusos. Manaus, 09 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM) - Processo 0624802-61.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Coletivo - Serviços Hospitalares - IMPETRANTE: Wellison Reis Menezes e outros - DECISÃO Autos nº:0624802-61.2019.8.04.0001 ClasseMandado de Segurança Coletivo AssuntoServiços Hospitalares Impetrante: Marcos Alexandre Araujo Santos, Valdizar Vercosa Santos, Wellison Reis Menezes e Cristiane Moreira da Silva Impetrado: Estado do Amazonas Vistos etc. I. Relata-se Trata-se de ação de mandado de segurança com pedido de antecipação de tutela ajuizada por Marcos Alexandre Araujo Santos, Valdizar Vercosa Santos, Wellison Reis Menezes e Cristiane Moreira da Silva em face de ato supostamente ilegal praticado pelo Estado do Amazonas. Aduzem os impetrantes que são pessoas doentes, portadoras de insuficiência renal crônica e para se manterem vivos, necessitam realizar durante 3 vezes por semana tratamento de hemodiálise, o qual leva 4 horas para filtração e limpeza do sangue, motivo pelo qual recebem o beneficio de auxilio doença do INSS, eis que não podem trabalhar na situação em que se encontram. Sustentam que diante da grande demanda de pacientes necessitados do tratamento no Estado do Amazonas, foram incluídos no programa de TFD - tratamento fora de domicilio - estando realizando os procedimentos médicos no Município de Fortaleza. No entanto, alardeiam que lhes foi informado pela autoridade coatora que o tratamento TFD seria suspenso, assim como o pagamento do auxílio percebido, devendo estes retornarem à Manaus. Não obstante, os impetrantes aduzem que correm grave risco de saúde, caso tenham que retornar, em virtude da ausência do fornecimento do devido tratamento no Estado do Amazonas. Diante da situação acima narrada, ajuizaram o presente writ, pugnando ao juízo a concessão de tutela jurisdicional que determine à autoridade coatora que mantenha o pagamento do auxílio percebido para manutenção do tratamento TFD. Juntaram documentos às fls. 13/123. É o relatório. II. Fundamenta-se Inicialmente, é imperioso explicar que para a concessão das tutelas de urgência (satisfativas e cautelares), se faz necessário que a parte que a requereu demonstre elementos que evidenciem a probabilidade do direito, bem como o perigo de dano ou risco ao resultado útil ao processo, conforme dicção do art. 300, do CPC. Não havendo tal demonstração, impõe-se o indeferimento do pedido ab initio litis. No caso em apreço, observa-se que os impetrantes pugnam pela manutenção do pagamento de auxílio para continuidade de seus tratamentos na modalidade TFD. Constata-se, assim, que o bem jurídico que se visa a tutelar com a presente ação mandamental é o proprio direito à vida, assegurando-se este com a devida proteção ao direito à saúde, estando estes ameaçados em virtude da decisão administrativa da autoridade coatora, a qual determinou a cessação do tratamento dos impetrantes, sem qualquer fundamentação juridica relevante. De rigor aqui salientar que, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, cabendo a este promover a pleno gozo deste direito aos cidadãos brasileiros. Com efeito, pelo que consta nos autos, os impetrantes são portadores de doença renal grave, carecendo de imediato transplante de órgãos, cirurgia esta que necessita da exitência de um doador para que seja efetuada. Enquanto aguardam, os impetrantes devem realizar o procedimento de hemodiálise quase que diariamente, não havendo nos Estado do Amazonas leitos suficientes para acolher todos os que necessitam do citado tratamento, motivo pelo qual foram inseridos na modalidade Tratamento Fora do Domicílio. Para a concretização da citada modalidade de tratamento, o Estado do Amazonas realiza o pagamento de auxílio àqueles que foram enviados à outros Estados, como no caso dos pacientes. Porém, verifica-se que a autoridade coatora, sem qualquer justificativa fundamentada, ou mesmo formalização de aviso de retorno, realizou o cancelamento do pagamento do auxílio anteriormente concedido aos impetrantes, demonstrando ilegalidade em sua conduta, posto que deixou os impetrantes sem a possibilidade de manutenção de seus tratamentos, que, diga-se de passagem, não pode ser interrompido por risco de morte. Outrossim, também se verifica que sequer foi informado aos mesmos sobre a possibilidade de continuidade do tratamento em seus respectivos domicílios, havendo grave violação do direito à saúde dos mesmos. Desse modo, evidenciada tanto a probabilidade do direito, como o risco de dano à vida dos impetrantes, uma vez que possuem, se encontram sem a percepção do auxílio que lhes possibilitava dar continuidade ao tratamento necessário à manutenção de suas vidas. Desse modo, presentes os requisitos ensejadores da tutela de urgência solicitada, mister se faz o seu deferimento. III.- Decide-se Diante do exposto, DEFERE-SE o pedido de antecipação de tutela, determinando-se à autoridade coatora que restabeleça o pagamento do auxílio prestado aos impetrantes, para a manutenção de seus tratamento via TFD. A ordem deve ser cumprida no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação da multa diária fixada em R$1.000,00 (um mil reais), no limite de 30 dias-multa. Ainda, advirta-se a autoridade coatora com a possibilidade de responder pelo crime de desobediência e por ato de improbidade administrativa, em caso de descumprimento da ordem. Ademais, intime-se os impetrantes para que indiquem a correta autoridade coatora, nos termos do art. 6º, §3°, da Lei n. 12.016/2009, no prazo de 5 dias. Após a indicação, notifique-se o agente apontado como coator acerca do inteiro teor da proemial manejada pela parte impetrante, para que preste as informações no

prazo de 10 (dez) dias, conforme o apregoado no artigo 7°, inciso I, da Lei n° 12.016, de 7 de agosto de 2009. Cientifique-se o Estado do Amazonas, para que ingressem no feito, se assim o desejarem. Desnecessário, neste caso, o encaminhamento dos documentos que a instruem, de conformidade com o que reza o artigo 7°, inciso II, da Lei do Mandado de Segurança. Define-se que, findo o prazo de 10 dias contados da notificação feita à autoridade coatora, haja ou não a prestação de informações, dever-se-á colher do Órgão Ministerial seu opinar. Considera-se necessário registrar, para a regular tramitação do processo que, concluído o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação do Ministério Público, sobrevindo a hipótese de não apresentação do respectivo parecer, ainda assim deverão os autos ser encaminhados, em conclusão, ao juiz para a correspondente decisão. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 27 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: EDUARDO JOSÉ SCHEIBLER (OAB 80909/RS), ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM), ADV: LUCIMARA DA SILVA PÓLVORA (OAB 238853/SP), ADV: RODRIGO HENRIQUES TOCANTINS (OAB 79391/RJ), ADV: WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO (OAB 41783/DF) - Processo 0628047-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - REQUERENTE: Ibf - Indústria Brasileira de Filmes S/A - ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, fica o autor intimado para, caso desejar, apresentar réplica à contestação no prazo de 15 (quinze) dias, observado o art. 183 do mesmo diploma legal, caso este seja ente da Fazenda Pública. Manaus,09 de setembro de 2019.

ADV: AMANDA KATHERINE RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 9978/AM), ADV: LUCAS CEZAR JOSÉ FIGUEIREDO BANDIERA (OAB 8798/AM) - Processo 0628741-20.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Heyder Wesley Silva de Mello Rosas e outros - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no art. 1.010, § 1º do Código de Processo Civil, fica o apelado intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, observado o art. 183 do mesmo diploma legal, caso este seja ente da Fazenda Pública. Manaus,28 de agosto de 2019.

ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM), ADV: AYRTON DE SENA GENTIL NETO (OAB 12521/AM), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0633417-45.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Tatianne Meneguini - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no art. 1.010, § 1º do Código de Processo Civil, fica o apelado intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, observado o art. 183 do mesmo diploma legal, caso este seja ente da Fazenda Pública. Manaus,30 de agosto de 2019.

ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM) - Processo 0648385-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assistência à Saúde - REQUERENTE: Tainá de Lima Sampaio - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos nº:0648385-75.2019.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível Assunto: Autora: Réu: Assistência à Saúde Tainá de Lima Sampaio Estado do Amazonas I.- Relata-se. Trata-se de ação cautelar de obrigação de fazer com pedido de liminar com pedido de antecipação de tutela ajuizada por Tainá de Lima Sampaio em face de Estado do Amazonas. A autora, devidamente representada por sua genitora, é uma criança recém-nascida, a mesma nasceu prematura, no dia 30/08/2019, e teve complicações de saúde em virtude do parto. Ocorre que sua genitora encontrava-se em repouso no Hospital e Maternidade Santo Alberto, em razão de infecção urinária e da perda de líquido constante, com aproximadamente 08 meses de gestação, e em virtude da perda de líquido, a genitora se viu obrigada a submeter-se a um parto de emergência. Entretanto, a recém-nascida foi diagnosticada com RNPT MODERADO/AIG/BP; 2) DRP MODERADA DMH; 3) RI ITU MATERNA ATUAL + BR HÁ 09 DIAS; 4) INFECÇÃO NEONATAL PRECOCE PRESUMÍVEL; 5) ICTERÍCIA NEONATAL. Aduz a genitora da autora que é uma jovem recém formada no curso de Odontologia, não possuindo qualquer renda e seu esposo atua como autônomo em conserto de celular, e que estavam financeiramente preparados para arcar com o parto particular da recém-nascida, não possuindo qualquer programação para arcar com custos de internação e de tratamento pós-parto. Entretanto, os mesmos se viram de mãos atadasnesta situação, visto que os médicos não autorizaram a remoção da menor para a rede pública em razão do estado da mesma, que se encontra entubada em UTI-NEONATAL, onde qualquer movimento pode levala a uma insuficiência respiratória e ocasionar a sua morte. Sustentam que, não têm condições financeiras de arcar com o tratamento e internação da menor no Hospital Particular onde a mesma se encontra entubada, em que pese às doações, as rifas, churrascos e feijoadas já organizadas para o levantamento do valor, a conta do hospital ultrapassa e muito o arrecadado, visto que até o dia 04/09 estava no valor de R$ 29.315,08 (vinte e nove mil trezentos e quinze e oito centavos). Declara que, os pais da menor não possuem nenhum bem que possa ser vendido para quitar tal dívida, visto que são jovens e recém-casados, vendo-se em uma situação de forte desespero. Juntou documentos às fls. 13/27. É o relatório II.- Fundamenta-se, para ulterior decisão. Inicialmente, é imperioso explicar que para a concessão das tutelas de urgência (satisfativas e cautelares), se faz necessário que a parte que a requereu demonstre elementos que evidenciem a probabilidade do direito, bem como o perigo de dano ou risco ao resultado útil ao processo, conforme dicção do art. 300, do CPC. Não havendo tal demonstração, impõe-se o indeferimento do pedido in initio litis. De acordo com o art. 196 da CF, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Somando-se a isso, dispõe o art. 6º, inciso I, alínea d, da Lei federal nº 8.080/1990 (LEI DO SUS), que o sistema único de saúde deve primar pela assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, uma vez que a saúde é demanda de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consoante art. 23, inciso II, da CF/88. É a jurisprudência: REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITO À VIDA (ART. 5º, CAPUT, CF/88) E DIREITO À SAÚDE (ARTS. 6º E 196, CF/88). PREENCHIDOS OS REQUISITOS FIXADOS NO RESP 1.657.156-RJ (TEMA 106). RENOVAÇÃO PERIÓDICA DE RELATÓRIO MÉDICO. DEVOLUÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO UTILIZADOS. SENTENÇA MANTIDA.(..) 2. A Constituição Federal, no seu art. 196, afirma ser a saúde “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. (...) 7. É possível, ante a recusa do Poder Público e o risco de grave comprometimento da saúde do postulante, o bloqueio de verbas públicas para o fim de garantir o fornecimento do medicamento indispensável (REsp 1069810/RS - Recurso Repetitivo). REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDA E DESPROVIDA. (TJ-GO - Reexame Necessaacute;rio: 05657717320188090113, Relator: ORLOFF NEVES ROCHA, Data de Julgamento: 22/07/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 22/07/2019) Ainda em harmonia com o caso concreto, é a jurisprudência: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER INCIDENTAL. INDEFERIMENTO DO PLEITO DE INTERNAÇÃO DA FILHA DA AGRAVANTE. DIAGNÓSTICO DE SÍNDROME DE DEPENDÊNCIA. COMPROVAÇÃO POR LAUDO MÉDICO. PRELIMINARES SUSCITADAS PELO AGRAVADO DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL E DA COMPOSIÇÃO DO PÓLO PASSIVO; DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR E DE NÃO DEMONSTRAÇÃO DA NEGATIVA DO ESTADO E DE INADMISSIBILIDADE PELO DESCUMPRIMENTO DO ART. 1.018, DO CPC. REJEIÇÃO. MÉRITO. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. GARANTIAS FUNDAMENTAIS DE ACORDO COM A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ART. 196, DA CF. NECESSIDADE DE INTERNAÇÃO PARA TRATAMENTO DE DEPENDENTE QUÍMICO E CARÊNCIA FINANCEIRA. INTERNAÇÃO PREFERENCIALMENTE NO SUS OU HOSPITAIS PÚBLICOS, ALTERNATIVAMENTE EM CLÍNICA PARTICULAR. ART. 24, DA LEI Nº 8.080/1990. PROVIMENTO DO RECURSO. I- A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, de modo que quaisquer dessas entidades têm legitimidade ad causam para suportar vertente judicial que vindique o acesso à medicação por pessoas desprovidas de recursos

financeiros, pois, o Sistema Único de Saúde (SUS) é integrado e não simplesmente fracionado pelos aludidos entes políticos, consoante atesta os arts. 196 e 198, § 1º, da CF, entendimento palmilhado pelo STF. (...) X- Em arremate, não merece vingar a vetusta tese da reserva do possível, argüida de forma genérica, lacônica e abstrata, desvencilhada da expressão, in concreto, da impossibilidade do adimplemento financeiro pela entidade pública, nos termos do entendimento sumulado deste Tribunal de Justiça Súmula 01, do TJPI XI- Logo, não se mostra razoável a omissão do Poder Público em fornecer o tratamento imprescindível à manutenção da incolumidade psíquica/psicológica do jovem que sofre de doença severa, o que justifica o deferimento do pleito pelo Juiz a quo, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, valor consagrado como um dos fundamentos da República. XII- Recurso conhecido, em harmonia com o parecer do Ministério Público Superior, em mesa, e provido, confirmando os efeitos da decisão cautelar de fls.62/71. XIII- Decisão por votação unânime. (TJ-PI - AI: 00000687920178180000 PI, Relator: Des. Raimundo Eufrásio Alves Filho, Data de Julgamento: 19/04/2018, 1ª Câmara de Direito Público) No caso em tela, verifica-se que conforme acostado no relatório médico em anexo, o caso do da Paciente é urgente, pois, a família encontra-se em uma situação de não ter o que fazer, vê-se obrigado a deixar a menor internada no Hospital Santo Alberto, pois caso transferida a mesma correrá risco de vida, sem ter como realizar o pagamento, portanto, resta imperioso o auxílio do Estado, haja vista que deve preponderar na situação o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade e na garantia do direito à vida e à saúde. De acordo com a situação narrada, a autora não pode simplesmente ser transferida, bem como em razão de perigo de dano, precisou ser mantida na UTI do Hospital e Maternidade Santo Alberto, razão pela qual, o Estado tem o dever de resguardar a vida da recém-nascida e garantir que essa seja tratada e mantida sob os cuidados do referido hospital, até que possa ser de fato transferida, momento em que o Estado assumirá toda e qualquer responsabilidade, a fim de garantir a integridade física da autora, em consonância com os escopos constitucionais e dignidade da pessoa humana. Ainda podemos colacionar o seguinte julgado, quanto ao tema: TURMA RECURSAL FAZENDÁRIA Proc. nº 0355143-05.2014.8.19.0001 RECORRENTE: GUACIARA IGNÁCIO DE ASSIS RECORRIDO: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO ESTADO DO RIO DE JANEIRO R E L A T Ó R I O Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de Tutela Antecipada, objetivando a parte autora, em síntese, sua internação em unidade hospitalar pública ou privada com CTI adequada ao seu tratamento, frisando seu constitucional direito de acesso à saúde. (...) Como é de curial sabença, o acesso à saúde é dever do Estado, nos termos do art. 196 da CF , diante do direito à vida do cidadão (art. 5º da CF), que deve ser garantida por aquele que tem por objetivo “promover o bem de todos”, nos termos do art. 3º, IV da Constituição da República. Ressalte-se que tal direito é consectário do princípio norteador da “dignidade da pessoa humana” , assegurado no art. 1º da CF/88 como fundamento de nosso Estado Democrático de Direito. Assim, resta incontroverso a obrigação do Estado de prestar a devida assistência pública e cuidar da saúde de seus administrados. Com efeito, sendo a saúde direito de todos, é dever do Estado, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, como estabelece o art. 196 da Constituição Federal. Quanto ao pleito de internação em rede particular, este deve prosperar, eis que o tratamento preferencialmente deve ser realizado em unidade pública de saúde, pois ao contrário estar-se-ia colocando às expensas do poder público gastos desnecessários que poderiam comprometer o atendimento aos demais pacientes, já que verbas que poderiam ser alocadas nas mais diversas áreas da saúde seriam direcionadas a rede privada para o atendimento de única pessoa, no entanto em caso de impossibilidade do tratamento via sistema público de saúde, este deverá ser realizado na rede particular as expensas do poder público, eis que a ineficiência do sistema público não pode colocar em risco o direito à saúde e consequentemente o direito a vida dos administrados, se assim não fosse estar-se-ia negando vigência a um dos princípios basilares do ordenamento jurídico pátrio, qual seja o da dignidade da pessoa humana, razão pela qual a sentença a quo deve ser modificada incluindo a condenação dos réus ao custeio do tratamento em rede particular em caso de insuficiência ou indisponibilidade de vagas na rede pública de saúde.(...) (TJ-RJ - RI: 03551430520148190001 RJ 0355143-05.2014.8.19.0001, Relator: MARIA DO CARMO ALVIM PADILHA GERK, Primeira Turma Recursal Fazendária, Data de Publicação: 26/10/2015 00:00). Por todo exposto, verifica-se que não estamos diante de insuficiência ou indisponibilidade de vagas na rede pública, mas sim, uma situação imprevisível e que não pôde ser evitada, ao qual acometeu a autora. No entanto, ainda assim, dada urgência da versão trazida, extrai-se a necessidade de resguardar a vida da menor. Destarte, tem-se que se faz presente no caso o fumus boni iuris, para a concessão da tutela pretendida, em razão do direito à saúde e à vida, atrelados à dignidade da pessoa humana. Não obstante, é necessário verificar a existência de periculum in mora no caso em análise. Como se sabe, o direito à saúde é garantia constitucional e um dos bens mais preciosos de uma pessoa. Assim, tem-se que os casos em que se busca o restabelecimento da saúde, em sua grande maioria, já apresentam o pericumlum in mora em sua essência. III.- Decide-se. Diante do exposto, DEFERE-SE o pedido de antecipação de tutela requerido, determinando-se que réu assuma toda responsabilidade e arque com todos os dispêndios necessários para garantir a integridade física e a vida da parte autora, adotando todas as medidas necessárias e cabíveis ao caso em comento. A ordem deve ser cumprida no prazo de 5(cinco) dias, sob pena de aplicação da multa diária fixada em R$1.000,00 (um mil reais), no limite de 30 dias-multa. Ainda, fica advertido o gestor público responsável pela obrigação, com a possibilidade de responder pelo crime de desobediência e por ato de improbidade administrativa, em caso de descumprimento da ordem, bem como, pelo crime previsto no artigo 132 do Código Penal, ao qual tem por objetividade jurídica a vida e a saúde da pessoa humana. Ademais, deixa-se de pautar a audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, em virtude da ausência de notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição. Dessa forma, cite-se a parte ré para apresentar resposta à presente ação, no prazo legal. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, opondo as considerações que justificadamente entender procedentes. Derradeiramente a manifestação das partes, dê-se vista ao Ministério Público. Ademais, após todos esses trâmites e com a viabilidade do desfecho da fase postulatória, por motivo de manifestação processual de todos os integrantes da relação jurídica processual, venham-me imediatamente os autos em conclusão. Outrossim, ocorrendo circunstância não definida no presente despacho, por certidão, suscite a Secretaria a devida dúvida, para a tomada de decisão do julgador que este subscreve. Por fim, defere-se o pedido de justiça gratuita. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (OAB 9978/AM)
Ambrósio Gaia Nina (OAB 914/AM)
Andson Cunha da Silva (OAB 7151/AM)
Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB 12521/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Eduardo José Scheibler (OAB 80909/RS)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Lucas Cezar José Figueiredo Bandiera (OAB 8798/AM)
Lucimara da Silva Pólvora (OAB 238853/SP)
Mara Lúcia Antony (OAB 598/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Oziel Pinto da Silva (OAB 5455/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Rodrigo Henriques Tocantins (OAB 79391/RJ)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Walter de Oliveira Monteiro (OAB 41783/DF)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0162/2019

ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM) - Processo 0609415-40.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Zelina Silva Teixeira - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerido, Município de Manaus, às fls. 500/511. Intimo o Requerente, Ana Zelina Silva Teixeira, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 12 de setembro de 2019.

ADV: PRISCILLA DE OLIVEIRA GOMES (OAB 8623/AM) - Processo 0630907-59.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Minisk Pedrosa Vulcão - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerente, Minisk Pedrosa Vulcão, às fls. 268/279. Intimo o Requerido, Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 12 de setembro de 2019.

Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Priscilla de Oliveira Gomes (OAB 8623/AM)

1ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ELDINÉIA SENA DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0026/2019

ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM) - Processo 0200441-55.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Ordem Econômica - DENUNCIADO: Wigner Sander Macedo de Rezende e outro - Posto isso, com fulcro no artigo 89, § 5º, da Lei n. 9.099/95, declaro, em consonância com a promoção ministerial, extinta a punibilidade de Wigner Sander Macedo de Rezende, pelo decurso do prazo da suspensão condicional do processo sem revogação.

ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM) - Processo 0200441-55.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Ordem Econômica - DENUNCIADO: Wigner Sander Macedo de Rezende - Ruan Sander Macedo Rezende - Posto isso, com fulcro no artigo 89, § 5º, da Lei n. 9.099/95, declaro, em consonância com a promoção ministerial, extinta a punibilidade de Ruan Sander Macedo Rezende, pelo decurso do prazo da suspensão condicional do processo sem revogação.

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0212308-11.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - DENUNCIADO: João Carlos de Almeida Ramos - após percuciente análise das demais aduções defensivas preliminares de fls. 48/58, tenho não ser possível constatar qualquer óbice ao prosseguimento da presente ação penal, notadamente no que concerne as hipóteses descritas nos incisos do art. 397, do CPP, destacando-se, ainda, que as demais aduções defensivas versam sobre o mérito da questão, e por certo deverão ser dirimidas durante a fase instrutória, razão pela qual designo o dia 18/11/2019, às 08:00h, para realização da audiência de instrução e julgamento. Notifiquem-se.Registre-se que, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação das partes, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços das partes.Manaus (AM), 05 de fevereiro de 2018.

ADV: LEON FÁBIO SILVA LEAL (OAB 8413/AM), ADV: ISABELLA LEAL REIS (OAB 8101/AM) - Processo 0232189-42.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: José Gregório Fabiano Robles de Abreu Vieira - Edeman Felipe Vieira de Almeida e outros - Ante o exposto, declaro, de ofício (art. 61, do CPP), extinta a punibilidade do indigitado réus, relativamente às acusações que lhes foram atribuídas neste procedimento, ex vi do art. 107, IV, c/c o art. 109, III e IV, e art. 115, todos do CP, determinando, por conseguinte, a baixa nos seus nome no SAJ e prosseguimento do feito em relação ao réu Felipe Vicente Neves de Mello.

ADV: DANIELA VICENTE DAS NEVES (OAB 282534/SP), ADV: EDUARDO JORGE LIRA DE FREITAS (OAB 215616/SP) - Processo 0232189-42.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Edeman Felipe Vieira de Almeida e outros - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia, para, em consequência, ABSOLVER o denunciado FELIPE VICENTE NEVES DE MELLO CHAVES das imputações que lhe foram feitas na inicial, nos termos do art. 386, VII, do CPP.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM) - Processo 0233678-12.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - DENUNCIADO: B.S.C. - Posto isso, com fulcro no artigo 89, § 5º, da Lei n. 9.099/95, declaro, em consonância com a promoção ministerial, extinta a punibilidade de Bruno de Souza Correa, pelo decurso do prazo da suspensão condicional do processo sem revogação.

ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM) - Processo 0247920-15.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - DENUNCIADA: Giselle da Penha do Nascimento - Posto isso, com fulcro no artigo 89, § 5º, da Lei n. 9.099/95, declaro, em consonância com a promoção ministerial, extinta a punibilidade de Giselle da Penha do Nascimento, pelo decurso do prazo da suspensão condicional do processo sem revogação.

ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM) - Processo 0254607-08.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - VÍTIMAFATO: Jose Antonio Fonseca da Silva - RÉU: Maridelton Vinhorte Correa - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos e com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, JULGO IMPROCEDENTE o pedido ínsito na Denúncia, para, em consequência, ABSOLVER o acusado MARIDELTON VINHORTE CORRÊA, já qualificado nos autos, da imputação que lhe foi feita nos presentes autos.

Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Daniela Vicente das Neves (OAB 282534/SP)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Eduardo Jorge Lira de Freitas (OAB 215616/SP)
Isabella Leal Reis (OAB 8101/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
Leon Fábio Silva Leal (OAB 8413/AM)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0383/2019

ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM), ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM) - Processo 0207857-69.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsidade ideológica - INDICIADO: Carlos Alberto Natividade Neves - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA ALEGAÇÕES FINAIS Processo: 0207857-69.2016.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do

Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 2595/AM - Juan Bernabéu Céspedes 4430/AM - Eliane Reis Bernabéu Céspedes, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, concernente ao Processo nº 0207857-69.2016.8.04.0001, onde figura como Réu Carlos Alberto Natividade Neves, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em Substituição, o Digitei e assino.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0244478-41.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - DENUNCIADO: Waldiney Aguiar da Silva e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0244478-41.2011.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 7379/AM - Raimundo Nunes Amazonas, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 08/10/2019 às 10:30h, concernente ao Processo nº 0244478-41.2011.8.04.0001, onde figura como Réu Waldiney Aguiar da Silva, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0244478-41.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - DENUNCIADO: Marliçon Barbosa Lima e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0244478-41.2011.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 6167/AM - Marleide Saraiva do Amaral, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 08/10/2019 às 10:30h, concernente ao Processo nº 0244478-41.2011.8.04.0001, onde figura como Réu Marliçon Barbosa Lima, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: ADEL DOS SANTOS EL GHAOUI (OAB 4838/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0250172-15.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: Tener Moreira de Souza - Charles Daniel Batista - Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de TENER MOREIRA DE SOUZA e CHARLES DANIEL BATISTA, já qualificados nos autos, pela prática do delito tipificado no 155, §4º, IV, do Código Penal. Narra a denúncia que: "No dia 25 de novembro de 2016, por volta das 12h50, no Terminal T3, localizado na Cidade Nova, TENER MOREIRA DE SOUZA e CHARLES DANIEL BATISTA, dolosa, conscientemente e em comunhão de vontades, subtraíram os celulares de Rener Guimarães Soares e Auxiliadora da Silva Ferreira. As vítimas ainda perceberam, porém, não conseguiram perseguir os agentes, razão pela qual comunicaram os fatos à guarda municipal. Em buscas nas proximidades do local do crime, os guardas municipais localizaram e detiveram os denunciados, ainda em poder dos celulares furtados, conforme Auto de Exibição e Apreensão de fls. 18. A autoridade policial foi acionada e conduziu os denunciados à delegacia, onde negaram a prática do delito. Inobstante a negativa, verifica-se que ambos foram reconhecidos por Rener, bem como estavam com os celulares furtados." Às fls. 136-138, recebimento da denúncia apresentada às fls. 118-120. Devidamente citado, os acusados apresentaram Resposta Escrita à Acusação às fls. 149-155 e 212, entretanto, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento às fls. 214. Às fls. 266-268, Termo de Audiência de Instrução e Julgamento onde foram colhidos os depoimentos da vítima, Auxiliadora da Silva Ferreira; da testemunha, Nilton César da Silva Gadelha, bem como o interrogatório do acusado Charles Daniel Batista. Na mesma oportunidade, foi decretada a revelia do acusado Tener Moreira de Souza. Finalizada a instrução, o Ministério Público apresentou Alegações Finais orais, pugnando pela procedência dos pedidos formulados na denúncia e consequente condenação dos réus nos termos narrados na inicial acusatória. Por sua vez, a Defesa de Tener pugnou por sua absolvição por insuficiência de provas, fazendo pedidos subsidiários; A defesa de Charles, igualmente pugna por sua absolvição, fazendo pedidos subsidiários, inclusive a desclassificação para o crime do art. 180 do CP ou para o furto simples. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando os autos, verifico que as provas apresentadas são suficientes para comprovação da materialidade e autoria do crime tipificado no artigo 155, §4º, IV. Em relação a materialidade e a autoria, em depoimento prestado em delegacia (fls. 07), a vítima, Auxiliadora Daniel Batista, narrou de forma concisa os fatos delituosos imputados aos acusados, informando que: Encontrava-se no terminal de ônibus -T3, localizado na cidade nova, ocasião em quepercebeu que alguém mexia em sua bolsa. Ao observar o interior da bolsa, percebeu que seu aparelho de celular de marca e modelo Motorola G3, de cor verde e preta, não se encontrava onde estava. Na sequência, observou o seu redor e percebeu que havia dois indivíduos em atitude suspeita e um deles guardava algo dentro da roupa e que no momento não soube verificar o que era. Que momentos após este fato seu primo foi até o seu trabalho informou que seu aparelho celular havia sido encontrado e que estava apreendido no Distrito Policial. Por fim, deslocou-se até o DIP para as providências cabíveis. Destaco que o depoimento da vítima foi confirmado em juízo durante audiência de instrução e julgamento, oportunidade em que acrescentou: No dia do ocorrido, ao perceber o sumiço do seu aparelho de telefonia móvel, e ver que os acusados praticavam gestos de quem escondia o objeto, concluiu que ambos haviam pego seu aparelho, não usando das próprias forças para retomar por estar em desvantagem, pois além de serem dois indivíduos, poderiam estar armados. Ademais, quando a vítima acusou que foi furtada dentro do ônibus, ninguém mostrou interesse em ajudá-la. Acrescentou a vítima, que ao saber que seu aparelho havia sido recuperado, dirigiu-se à Delegacia, onde, posta na presença de cinco indivíduos, reconheceu ambos os acusados como sendo aqueles que estavam em atitude suspeita no interior do coletivo, de onde seu objeto foi furtado. Por fim, em Audiência Instrutória, a vítima novamente reconheceu sem vacilar o acusado presente, Charles Daniel Batista, como sendo aqueles, que juntamente com Tener a furtaram no Coletivo. O depoimento da vítima foi ainda corroborado pelo Auto de Exibição e Apreensão (fls. 18) de 01 (um) aparelho celular marca modelo Samsung Duos branco; 01 (um) aparelho celular Microsoft, modelo RM 1114, com tela trincada, cor preta, chip Vivo 4G, com bateria; 01 (um) aparelho celular marca modelo Samsung, cor branca; 01 (um) aparelho celular marca Motorola, cor preta, modelo XT 1544. Ressalto que os objetos apreendidos com os acusados, foram reconhecidos pelas vítimas, conforme Termo de Reconhecimento de Objeto acostado às fls. 23 e 27. Destaco que nos crimes cometidos sem a presença de testemunhas deve ser conferido valor diferenciado à palavra da vítima, sobretudo se seu depoimento for corroborado pelas demais provas produzidas em juízo, o que vislumbro no presente caso. Acrescento ainda que os Termos de Declaração de fls. 16 da autoridade municipal que efetuou as prisões em flagrante dos acusados, bem como seu depoimento em juízo, foram coesos e respaldaram o depoimento da vítima. Por último, destaco que não merecem prosperar nenhuma das teses de defesa dos acusados. Primeiramente, destaco que não há falar em crime de

receptação, posto que humanamente impossível alguém ter furtado o aparelho da vítima por volta das 12h e ter vendido para o acusado Charles por volta das 9h. Por outro lado, afasto ainda tese de furto simples, posto que amplamente provado que os acusados agiam em conjunto, cada um com papel definido no momento da abordagem. Dessa forma, manifestamente comprovadas, a materialidade e a autoria dos delitos sob exame, JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia. Pelo exposto, CONDENO TENER MOREIRA DE SOUZA e CHARLES DANIEL BATISTA, já qualificado nos autos, pela prática do delito tipificado no art. 155, §4º, IV do Código Penal. Passo à dosimetria individualizada da pena, observando o disposto no art. 68 do CPB. a) Primeira Fase - Fixação da Pena - Base Quanto aos parâmetros do art. 59 do Código Penal, analiso. Primeiramente, quanto aos antecedentes, verifico que os acusados são réus primários. Quanto à culpabilidade, não verifico elementos de maior reprovabilidade da conduta. Ademais, não constam nos autos parâmetros técnicos que permitam a análise da conduta social do acusado, ou elementos suficientes que desabonem sua personalidade. Quanto ao motivo, às circunstâncias e às consequências do crime, nenhum deles extrapola os próprios do tipo penal. Por último, não verifico ter o comportamento das vítimas contribuído de qualquer forma para o resultado. Dessa forma, diante da inexistência de circunstâncias que justifiquem sua majoração, fixo a pena-base do crime tipificado no art. 155, § 4º, IV do CP em 2 anos de reclusão para cada acusado. b) Segunda Fase - Da Fixação da Pena Provisória Passo a fixação da pena provisória, observando o disposto nos artigos 61, 62 e 65 do CPB. Sem agravantes ou atenuantes, razão pela qual mantenho a pena-provisória em 2 anos de reclusão para cada um dos acusados. c) Terceira Fase - Causas de aumento e diminuição Passo a análise das causas de aumento e diminuição. Não verifico quaisquer causas de aumento ou diminuição de pena, razão pela qual fixo a PENA DEFINITIVA do crime tipificado no art. 155, §4º, IV 2 anos de reclusão para cada acusado. Por outro lado, constata-se que os réus permaneceram custodiados no período de 25/11/2016 a 1/12/2016, fazendo jus a jus a 7 (sete) dias de detração. O regime inicial para o cumprimento da pena de reclusão deverá ser o ABERTO, a teor da regra ínsita no art. 33, § 2º, letra “c”, do CP. Considerando a natureza da pena ora imposta, concedo aos acusados o direito de recorrer em liberdade. Por outro lado, presentes os requisitos do art. 44 do CPP, substituo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, sendo ambas consistentes na prestação de serviços à comunidade, devendo os réus serem encaminhados à instituição que será definida pela VEMEPA - Vara de Medidas e Penas Alternativas, para executar gratuitamente as tarefas que lhe forem atribuídas, conforme suas aptidões, à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, de modo a não lhe prejudicar a jornada normal de trabalho, nos moldes do art. 46, § 3º, da Lei Substantiva Penal. Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa para cada um dos acusados, levando-se em consideração suas condições financeiras, bem como seus antecedentes, estabelecendo que o valor do dia-multa corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Deixo de condenar os réus ao pagamento das custas processuais em consideração a sua situação econômica. Após o trânsito em julgado, expeçam-se as guias de recolhimento, para a execução definitiva da pena. Lance-se o nome dos réus no rol dos culpados e comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF. Remetam-se as peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal desta capital, devendo ser observado o período em que os réus permaneceram presos provisoriamente, comunicando-se à Unidade Prisional sobre a presente decisão. Publique-se e registre-se. Intimem-se.

ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: KALEL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM), ADV: ANA CÂNDIDA MOTA MENDONÇA (OAB 3493/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM) - Processo 0617621-09.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Emerson Campos de Almeida - Jandrys Marinho Elias - Compulsando os presentes autos, verifico que, conforme certidão de fls. 186/187, os acusados foram intimados através de seus patronos, para apresentar Alegações Finais. Transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias estabelecido no art. 403, § 3o do CPP, a parte permaneceu inerte. Desta forma, intimem-se os patronos dos acusados, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente as Alegações Finais ou sua renúncia, sob pena de incorrer em infração disciplinar, conforme disposto no art. 34, IX da Lei nº 8.906/94. Não havendo manifestação no prazo estabelecido, oficie-se a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/AM para que sejam tomadas as providências cabíveis. Na mesma oportunidade, intime-se pessoalmente os acusados para, querendo apresentar novo patrono no prazo de 10 (dez) dias. Ultrapassado este prazo sem manifestação, nomeio desde já, o defensor público atuante neste juízo para apresentar alegações finais em nome do acusado. À Secretaria para providências cabíveis.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0631973-69.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Igor Tiago de Oliveira Pena - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0631973-69.2019.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 3042/AM - Antônio Frazão Amaral, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 09/10/2019 às 11:00h, concernente ao Processo nº 0631973-69.2019.8.04.0001, onde figura como Réu Igor Tiago de Oliveira Pena, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0640264-58.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Vanderlei Rosa de Melo Junior - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0640264-58.2019.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal

da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 12229/AM - Amanda Karla Paiva da Silva, 7258/AM - Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 09/10/2019 às 10:00h, concernente ao Processo nº 0640264-58.2019.8.04.0001, onde figura como Réu Vanderlei Rosa de Melo Junior, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0644896-30.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Jônathas Alcântara Monteiro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0644896-30.2019.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 9777/AM - Anizio Antonio Silva de Castro Paes, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 09/10/2019 às 10:30h, concernente ao Processo nº 0644896-30.2019.8.04.0001, onde figura como Réu Jônathas Alcântara Monteiro, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

Adel dos Santos El Ghaoui (OAB 4838/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Cândida Mota Mendonça (OAB 3493/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)

PORTARIA Nº 001/2019 – 2ª Vara Criminal

A Excelentíssima Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO os termos do Provimento nº 241 – CGJ/AM, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de inspeções nos cartórios das unidades judiciárias de primeira instância do Poder Judiciário do Amazonas;

CONSIDERANDO que o parágrafo primeiro do artigo 1.º do Provimento n.º 241/2015-CGJ/AM, faculta ao Magistrado a escolha do período da inspeção ordinária anual, estabelecendo como limite o mês de novembro de cada ano;

CONSIDERANDO ainda a necessidade de orientar e fiscalizar as atividades judiciais desenvolvidas por esta Vara Especializada, a fim de conferir mais celeridade e eficiência aos serviços prestados jurisdicionados;

RESOLVE:

I – ESTABELECER o período de **30 de setembro a 04 de Outubro,** do corrente ano, no horário de 8h às 14h, para realização de **INSPEÇÃO ORDINÁRIA ANUAL**, nesta 2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus – AM, podendo, caso necessário, ser prorrogado por igual prazo;

II - DESIGNAR para secretariar os trabalhos o Diretor de Secretaria Daniel Fonseca de Albuquerque e a Assessora Aline dos Santos Batista, com o auxílio dos demais servidores lotados na 2ª Vara Criminal;

III – OFICIAR aos representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil para, querendo, designarem membros visando ao acompanhamento dos trabalhos;

IV – COMUNICAR à Corregedoria-Geral de Justiça – AM sobre o período definido para realização da inspeção, para fins de acompanhamento, encaminhando, na mesma oportunidade, os dados dos membros da comissão;

V – EXPEDIR EDITAL, com prazo de 15 (quinze) dias, observando o abaixo relacionado:

a) o atendimento aos advogados acontecerá normalmente, priorizando-se, entretanto, os casos urgentes;

b) as audiências designadas serão realizadas normalmente;

c) os prazos processuais serão respeitados;

VI – DETERMINAR que sejam inspecionados e impulsionados todos os processos de conhecimento sem movimentação há mais de 60 dias, bem como todos os processos de conhecimento em andamento distribuídos, consoante relatório gerencial da vara expedido pelo SAJ-EST;

VII – ORDENAR que, ao final da inspeção, a Secretaria, no prazo de 10 (dez) dias, apresente relatório circunstanciado, contendo necessariamente todas as informações dispostas no parágrafo 3º, do artigo 3º, do Provimento nº 241 – CGJ/AM.

CUMPRA-SE. CIENTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE

Manaus, 12 de setembro de 2019

Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva
Juíza de Direito

EDITAL DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA ANUAL

A Excelentíssima Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições e dando cumprimento ao Provimento nº 241-CGJ/AM, **FAZ SABER** a todos os interessados que, **de 30 de setembro a 04 de outubro do corrente ano, no horário de 8h às 14h**, realizará inspeção ordinária anual, **sem prejuízo dos prazos processuais, das audiências designadas e atendimento aos advogados, priorizando-se, entretanto, os casos urgentes**. E, em atendimento ao inciso II do artigo 2º do referido Provimento, determina a fixação do presente edital no local de costume, bem como a sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico. **DADO E PASSADO** na Comarca de Manaus – AM, aos 12 de setembro de 2019.

Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva
Juíza de Direito

5ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDRÉA JANE SILVA DE MEDEIROS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALDEIR MENDONÇA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0064/2019

ADV: ALICIENE ONETY DA SILVA (OAB 11884/AM), ADV: AUGUSTO BACELAR DE FARIA (OAB 160639/MG), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: PATRICIA FERREIRA (OAB 149974/MG), ADV: WAGNER JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR (OAB 165584/MG) - Processo 0243015-54.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - DIREITO PENAL - INDICIADA: Nara Simone Menezes Dias - Suspendo a presente audiência para o dia 07/10/2019, às 10:00h, para realização dos demais atos. Pela Secretaria, proceda a expedição do atos intimatórios necessários, bem como requisite informações acerca das cartas precatórias no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: JAMES RODRIGUES MOREIRA (OAB 8227/AM) - Processo 0611201-22.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - VÍTIMAFATO: Norte Comercio de Peças e Acessorios para Veiculos Ltda - AUTORAFATO: Diana Hadelis do Amaral Bentes - Apresentada defesa prévia pelo acusado, e ausentes as hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, não sendo o caso de absolvição sumária, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 16/09/2019 às 09:00h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando-se o disposto no art. 370 e ss., ficando autorizada a emitir intimação via postal concomitantemente, bem como para a requisição do réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal. Fica ainda autorizada a Secretaria do Juízo a expedir Carta Precatória para as diligências que se fizerem necessárias.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: LUANNA BARROS DE ALBUQUERQUE GOMES (OAB 13172/AM) - Processo 0642951-42.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Daniel Santos da Silva - Apresentada defesa prévia pelo acusado, e ausentes as hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, não sendo o caso de absolvição sumária, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 16/09/2019 às 10:30h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando-se o disposto no art. 370 e ss., ficando autorizada a emitir intimação via postal concomitantemente, bem como para a requisição do réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal. Fica ainda autorizada a Secretaria do Juízo a expedir Carta Precatória para as diligências que se fizerem necessárias.

Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Aliciene Onety da Silva (OAB 11884/AM)
Augusto Bacelar de Faria (OAB 160639/MG)
James Rodrigues Moreira (OAB 8227/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB 13172/AM)
Patricia Ferreira (OAB 149974/MG)
Wagner José dos Santos Junior (OAB 165584/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDRÉA JANE SILVA DE MEDEIROS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALDEIR MENDONÇA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0069/2019

ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM) - Processo 0203916-77.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita - INDICIADO: Francisco Ricardo Barros Amaral - Inquirição - Audiência Data: 07/04/2020 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JOHANN STEPHEN DE OLIVEIRA MELO (OAB 12675/AM), ADV: JHULLIEM RAQUEL KITZINGER DE SENA GUIMARÃES (OAB 13018/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: CAMILA GUIMARÃES DE LIMA (OAB 13098/AM) - Processo 0211927-61.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADA: Jalice Fonseca dos Santos - Nataly Cardoso de França e outro - Inquirição - Audiência Data: 01/04/2020 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0220863-12.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Luiz Rogério Lima e Silva - Inquirição - Audiência Data: 02/12/2019 Hora 12:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM), ADV: EDUARDO AUGUSTO DA SILVA DIAS (OAB 9185/AM), ADV: ADONAI ROCHA DE OLIVEIRA (OAB 9162/AM) - Processo 0227582-44.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: Pedro Eduardo Pereira de Sousa e outros - Inquirição - Audiência Data: 22/04/2020 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM), ADV: GABRIEL EDUARDO DA SILVA MACHADO (OAB 13340/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0247149-61.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Eduardo Pinto da Silva - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude da ausência injustificada da vítima e das testemunhas de acusação, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 03/12/2019, às 11:30h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço da vítima e testemunhas, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM) - Processo 0601756-14.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: Maurílio Guimarães Leitão - Inquirição - Audiência Data: 06/04/2020 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: GERALDO CANTUARIO DOS SANTOS (OAB 9942/AM), ADV: ABNER MAIA DA SILVA (OAB 12454/AM), ADV: RAFAEL LUIZ NARDI (OAB 12027/AM) - Processo 0607840-94.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - AUTORFATO: Ademilson de Paula Cunha e outros - Inquirição - Audiência Data: 09/04/2020 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ROBERTO RANSES DAS C. BRASIL (OAB 2935/AM) - Processo 0608013-55.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Rickson Cruz de Oliveira e outro - Inquirição - Audiência Data: 22/04/2020 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0608577-34.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - VÍTIMAFATO: Gisele de Souza Santos - INDICIADO: Ralison Pimentel Rosas - Inquirição - Audiência Data: 13/04/2020 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CARMEM OLIVEIRA ALENCAR (OAB 13038/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM) - Processo 0611520-24.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INVESTIGAD: Istelito Barros Ferreira e outros - Inquirição - Audiência Data: 02/04/2020 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: RAIMUNDO NONATO DE MORAES BRANDÃO (OAB 8253/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM) - Processo 0616387-94.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Luiz Henrique Queiroz da Silva - Inquirição - Audiência Data: 01/04/2020 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0622686-19.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - AUTORFATO: Emanuel Felipe de Souza Vieira - Mario Leandro Betcel dos Santos - Inquirição - Audiência Data: 09/04/2020 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: SAMUEL T. FURTADO MONTEIRO (OAB 13377/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM) - Processo 0623090-70.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - VÍTIMAFATO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A e outro - INDICIADO: Francisco Carlos de Sales Gomes - Inquirição - Audiência Data: 16/04/2020 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM), ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0624427-65.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: THIAGO MARINHO DE FREITAS e outros - Inquirição - Audiência Data: 08/04/2020 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MARCOS AURÉLIO ALBUQUERQUE RODRIGUES (OAB 8855/AM), ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM) - Processo 0628048-36.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Francisco Myller Moreira Cunha e outro - Dê-se vista à Defesa de Francisco Myller Moreira Cunha, pelo prazo de 05 (cinco), para apresentação de memoriais, na forma do art. 403, §3º do Código de Processo Penal. Ato contínuo, voltem-me conclusos para sentença.

ADV: ANDRÉA PEREIRA DO NASCIMENTO (OAB 9600/AM), ADV: JOÃO DARCH CLEBISS (OAB 10877/AM) - Processo 0632285-79.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Injúria - AUTORFATO: Mauro Teixeira Pires Junior - Inquirição - Audiência Data: 27/04/2020 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM) - Processo 0634530-63.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: Marinaldo Prata Xavier - Inquirição - Audiência Data: 31/03/2020 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB 13640/AM) - Processo 0637239-71.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Divulgação de segredo - INDICIADO: Rafael Silva Sampaio - Inquirição - Audiência Data: 01/04/2020 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM) - Processo 0637975-26.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Luan de Oliveira Paraizo - Inquirição - Audiência Data: 02/04/2020 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM) - Processo 0638758-52.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - REQUERENTE: Delegado Titular da Delegacia Especializada Em Roubos e Furtos de Veículos - DENUNCIADO: E.C.S. e outros - Inquirição - Audiência Data: 07/04/2020 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0639345-74.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADA: M.A.S. - Inquirição - Audiência Data: 08/04/2020 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM) - Processo 0639352-32.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: Israel Cardoso da Silva - Inquirição - Audiência Data: 23/04/2020 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0639966-66.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Wilson Santos de Andrade - Karen Cristini de Araújo Souza - Inquirição - Audiência Data: 30/10/2019 Hora 11:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Abner Maia da Silva (OAB 12454/AM)
Adonai Rocha de Oliveira (OAB 9162/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréa Pereira do Nascimento (OAB 9600/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Camila Guimarães de Lima (OAB 13098/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior (OAB 9004/AM)
Carmem Oliveira Alencar (OAB 13038/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cleuvis Costa dos Santos (OAB 13640/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Eduardo Augusto da Silva Dias (OAB 9185/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Franciel Franco de Souza Almeida (OAB 9301/AM)
Gabriel Eduardo da Silva Machado (OAB 13340/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Geraldo Cantuario dos Santos (OAB 9942/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jhulliem Raquel Kitzinger de Sena Guimarães (OAB 13018/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
João Darch Clebiss (OAB 10877/AM)
Johann Stephen de Oliveira Melo (OAB 12675/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Marcos Aurélio Albuquerque Rodrigues (OAB 8855/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Rafael Luiz Nardi (OAB 12027/AM)
Raimundo Nonato de Moraes Brandão (OAB 8253/AM)
Roberto Ranses das C. Brasil (OAB 2935/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Samuel T. Furtado Monteiro (OAB 13377/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)

6ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0243/2019

ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM) - Processo 0204093-12.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - VÍTIMAFATO: A Sociedade - ACUSADO: Diego Gonçalves de Lima Furtado - Instrução e Julgamento Data: 19/09/2019 Hora 11:15 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0217865-08.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - VÍTIMAFATO: Edron Magalhães Franco e outro - ACUSADA: Brena de Souza e Souza e outros - PASSOU A MMª JUÍZA PROFERIR O SEGUINTE DESPACHO: Homologo a desistência da oitiva das testemunhas arroladas pelo Ministério Público. Suspendo o presente ato e redesigno-o para o dia 19/09/2019 às 10:30h para o interrogatório do réu Helison de Araújo Perdigão. Partes intimadas em audiência. Os acusados Brenda de Souza e Souza, Gabriel Lennon Eurico Magalhães e saem devidamente ciente das cominações previstas no art. 367, do CPP. Intimações de estilo. Cumpra-se.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0221372-79.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - VÍTIMAFATO: Jefferson Cavalcante Marcolino - ACUSADO: Deleon Amaro da Silva, e outro - INDICIADO: Daniel ''vulgo Lutador"1,2 e outro - Instrução e Julgamento Data: 18/02/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Realizada

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM), ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0225234-92.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Washington Bruno de Albuquerque Santos - Eraldo Palheta Passos Filho - PASSOU A MMª JUÍZA PROFERIR O SEGUINTE DESPACHO: Homologo a desistência da testemunha arrolada pelo Ministério Público. Em vista do Ministério Público insistir na oitiva de suas testemunhas, suspendo o presente ato e redesigno-o para o dia 18/09/2019 às 08:30h. Partes intimadas em audiência. O acusado sai devidamente ciente das cominações previstas no art. 367, do CPP. Intimações de estilo. Cumpra-se.

ADV: MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA (OAB 4896/AM) - Processo 0239940-51.2010.8.04.0001 (001.10.239940-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - ACUSADO: Tomé Rivas dos Santos - Instrução e Julgamento Data: 12/03/2018 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Não Realizada

ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM) - Processo 0253321-58.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Diego Oliveira Castilho - PASSOU A MMª JUÍZA PROFERIR O SEGUINTE DESPACHO: Defiro o requerido pelo Ministério Público com a aplicação do disposto no art. 367 ao réu. Em vista do Ministério Público insistir na oitiva de suas testemunhas, suspendo o presente ato e redesigno-o para o dia 19/09/2019 às 10:00h. Partes intimadas em audiência. Intime-se na forma requerida pelo Parquet. Intimações de estilo. Cumpra-se.

Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Marcelo Gonçalves de Oliveira (OAB 4896/AM)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0242/2019

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0013616-81.2005.8.04.0001 (001.05.013616-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Luiz Parente da Rocha - Jonas Pinto de Castro - Ante todo o exposto, entendo que a Dra. Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel, OAB/AM nº 4700, abandonou o processo sem justo e/ou imperioso motivo, razão pela qual, com supedâneo no artigo 265 do Código de Processo Penal, CONDENO-O ao pagamento de multa no valor de R$ 9.980,00, equivalentes a 10 salários mínimos. Intime-se o referido defensor, nos moldes da Resolução nº 002/2009 - DVEXPED/TJAM, publicação da parte dispositiva deste. Encaminhe-se cópia desta decisão a Procuradoria Geral do Estado, para que tome as providências necessárias para o pagamento desta condenação. Considerando que a conduta também incide em infração disciplinar administrativa, prevista no artigo 34, XI, do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8906/94) encaminhe-se a OAB/AM, cópia desta decisão, acompanhada do despacho não obedecido, bem como de sua publicação. Conste no anexo dos referidos expedientes o seguinte: A) Procuração outorgada ao defensor penalizado B) Despacho Judicial não obedecido. C) Intimação do despacho Judicial do Defensor do Acusado (Publicação no DJE) D) Intimação deste despacho (Publicação no DJE) E) Certidão informando o decurso do prazo sem manifestação do acusado. Com intuito de não prejudicar o andamento do processo intime-se o acusado Luiz Parente da Rocha para constituir novo defensor. P.R.I.C.

Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0895/2019

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM) - Processo 0029904-70.2006.8.04.0001 (001.06.029904-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Paulo Augusto Rodrigues Miranda - INDICIADO: Antônio Carlos da Silva Ribeiro e outro - Designo o dia 19/09/2019, às 11:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0051597-47.2005.8.04.0001 (001.05.051597-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - RÉU: Jane da Silva Santos - Designo o dia 16/09/2019, às 09:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM), ADV: EMERSON ZOIM DA SILVA (OAB 1920E/AM) - Processo 0202977-23.2015.8.04.0016 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Comunicação falsa de crime ou de contravenção - AUTORFATO: Ricardo Correa Barao - Ante o exposto, com fundamento no art. 107, IV, c/c art. 109, VI, ambos do Código Penal, DECLARO EXTINTA A PRETENSÃO PUNITIVA do crime atribuído ao réu Ricardo Correa Barao. Sem custas. Publique-se, intimem-se e arquivem-se. Manaus, quinta-feira, 29 de agosto de 2019.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM), ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0204875-82.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Corrupção passiva - RÉU: Tatiane Santos de Oliveira e outro - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 17/06/2020, às 09:45h, na Sala padrão.

ADV: TELMÁRCIA DAYENE SILVA DO NASCIMENTO (OAB 10097/AM) - Processo 0210684-24.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0210685-09.2014.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Marcos Roberto de Souza Palhares - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 17/06/2020, às 10:15h, na Sala padrão.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0223088-39.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Walter da Silva Lima - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 11/03/2020, às 10:00h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0223161-45.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - VÍTIMAFATO: LOJA C.BORGES DO SHOPPING MANAUARA - RÉU: Leandro Ronny Martins de Oliveira - "Designo o dia 19/02/2020, às 10:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento." "Intimação do assistente de acusação para juntar aos autos, no prazo de 15 dias, documento que comprova a aplicação da pena de suspensão ao ex funcionário da empresa C.Borges, ora réu, bem como documento que relaciona a guitarra supostamente furtada ao seu número de série."

ADV: ARTHUR VIRGILIO DO CARMO RIBEIRO DE SOUZA (OAB 3219/AM) - Processo 0228645-70.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Alexandre Rodrigues de Andrade - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 17/06/2020, às 09:15h, na Sala padrão.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0232404-76.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADA: Sley Gomes da Rocha - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 16/06/2020, às 10:30h, na Sala padrão.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: SCARLETH DARLEM GAMA FRANCO (OAB 9397/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM) - Processo 0238391-40.2009.8.04.0001 (001.09.238391-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal - INDICIADO: Agnaldo dos Santos Nascimento - Designo o dia 16/09/2019, às 09:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0238705-05.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Maurício Leonel Bentes - Designo o dia 16/09/2019, às 11:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0246373-66.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉ: Darli Freitas Nogueira - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa do acusado Darli Freitas Nogueira, na qualidade de representante deste, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar alegações finais sob a forma de memoriais.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0248234-53.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - VÍTIMAFATO: Alejandra Suenny Souza Oliveira e outros - Designo o dia 19/09/2019, às 11:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM) - Processo 0623089-22.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Alailson Feitosa de Noronha - Designo o dia 17/09/2019, às 10:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO LOBO DA SILVA COSTA (OAB 7106/AM) - Processo 0627177-74.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Peculato - REPTADA: CLEOMIRTES DA SILVA SALES - Alzenir Barroso Lopes - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 10/03/2020, às 10:30h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: PAULA ALINE ASSUNÇÃO CRUZ (OAB 12718/AM), ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0631700-27.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Henrique Alves Ribeiro - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 17/06/2020, às 10:00h, na Sala padrão.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0635591-22.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Lute Muniz Barroso e outro - Certifico, para os devidos fins, que em virtude da SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO - 2019, a audiência foi redesignada para o dia 07/11/2019, às 14:30h, na Sala padrão, para realização da audiência de Suspensão Condicional do Processo.

ADV: ROGER MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 2909/AM) - Processo 0636120-80.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: José Ribamar Damasceno dos Santos - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência designada para o dia 04/11/2019, às 09:00h, será realizada na mesma data, porém no horário das 10:15h na Sala padrão.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0637386-97.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Thiago Cardoso Abrantes - Jordan Paiva da Silva e outro - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 07/11/2019, às 14:15h, na Sala padrão, em virtude da SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO- 2019.

ADV: MÁRCIO ARDUÍNO (OAB 3364/AM), ADV: THAIZE GENEROSO DE OLIVEIRA (OAB 14313/AM) - Processo 0639679-06.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Anderson Sanches Caldas - Joabe de Oliveira Farias - Designo o dia 16/09/2019, às 10:45h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ALAIR RODRIGUES FREIRE (OAB 9548/AM) - Processo 0642057-32.2019.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Ameaça - QUERELANTE: Raisa da Silva Bispo - Certifico, para os devidos fins, que em virtude da SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO - 2019 a audiência foi redesignada para o dia 06/11/2019, às 16:15h, na Sala padrão.

ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM) - Processo 0642968-78.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Maycon da Costa Lima - Designo o dia 16/09/2019, às 10:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: MARCOS OSAMO BASTO TAKEDA (OAB 3739/AM) - Processo 0650208-21.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Abraão Silva de Lima - Janderson Lira da Silva - Designo o dia 18/09/2019, às 10:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Alair Rodrigues Freire (OAB 9548/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Arthur Virgilio do Carmo Ribeiro de Souza (OAB 3219/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Emerson Zoim da Silva (OAB 1920E/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Márcio Arduíno (OAB 3364/AM)
Marcos Osamo Basto Takeda (OAB 3739/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paula Aline Assunção Cruz (OAB 12718/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
Rodrigo Otávio Lobo da Silva Costa (OAB 7106/AM)
Roger Moreira de Queiroz (OAB 2909/AM)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Scarleth Darlem Gama Franco (OAB 9397/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Telmárcia Dayene Silva do Nascimento (OAB 10097/AM)
Thaize Generoso de Oliveira (OAB 14313/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0896/2019

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0228491-57.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Edwar Augusto do Nascimento e outro - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final se sabe que será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Adilho dos Santos Macedo e Edwar Augusto do Nascimento, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, §1º e art. 109, do Código Penal Brasileiro.

Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)

10ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0584/2019

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: EMERSON TAVARES PEREIRA (OAB 8616/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM) - Processo 0004217-28.2005.8.04.0001 (001.05.004217-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - DENUNCIADO: Francisco David dos Santos de Souza - Rafael Costa Bignami - Forte nas razões que precedem, julgo parcialmente procedente a denúncia de fls. 02, razão pela qual ABSOLVO o réu RAFAEL COSTA BIGNAMI do crime de furto qualificado pelo concurso de agentes, do art. 155, § 4º, inc. IV, do Código Penal Brasileiro, e o faço com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, por não existirem provas suficientes para a sua condenação. Por outro lado, CONDENO o réu FRANCISCO DAVID DOS SANTOS DE SOUZA nas sanções penais do art. 155, § 4º, inc. IV, do Código Penal Brasileiro. Atendendo às diretrizes do art. 59, do Código Penal Brasileiro, em consulta ao Sistema de Automação de Justiça - SAJ, observo que o réu sofreu três condenações pelos Juízos da 8ª e 9ª Varas Criminais, entretanto, o crime ora em julgamento ocorreu antes do trânsito em julgado daquelas sentenças, o que afasta a reincidência criminal, nos termos do art. 63, do Código de Processo Penal Brasileiro (fls. 175). Com relação a sua conduta social, personalidade e as razões que o impeliram à prática delituosa, não encontro nos autos parâmetros mínimos para avaliá-las. As circunstâncias do crime não excederam o resultado natural do tipo. Por outro lado, não vislumbro nos autos informações que demonstrem claramente a extensão do dano produzido pela prática criminosa, salvo aquelas próprias do delito. Ressalte-se, finalmente, que o comportamento da vítima em nada refletiu na conduta delituosa do réu. Assim, entendo necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime, estabelecer a pena-base no mínimo legal de 02 (dois) anos de reclusão, razão pela qual deixo de fazer incidir a atenuante prevista no art. 65, inc. III, “d”, do Código Penal Brasileiro, em harmonia com a Súmula nº 231 - STJ, tornando-a definitiva dada a inexistência de outras circunstâncias legais ou causas especiais de diminuição ou aumento de pena. Condeno-o, ainda, ao pagamento de multa, que fixo em 10 (dez) dias-multa, no valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo nacional vigente à época do fato criminoso, atendidos os critérios estabelecidos no art. 60, do Código Penal. Considerando os termos da Lei n.º 12.736/2012, entendo que a aplicação da detração penal restou prejudicada no caso concreto, eis que inexiste nos autos qualquer certidão circunstanciada que ateste o período em que o réu permaneceu sob a custódia do Estado. Dessa forma, o condenado deverá cumprir a pena privativa de liberdade em regime aberto, nos termos do que preceitua o art. 33, § 2º, “c”, do Código Penal Brasileiro. Atento ao disposto no art. 44, do Código Penal Brasileiro, substituo a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, por entender que no caso vertente a medida é socialmente recomendada. Assim, em consonância com o art. 44, §2º, 2ª parte, do Código Penal Brasileiro, aplico-lhe duas sanções restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas (art. 46 - CPB) e limitação de fim de semana (art. 48 - CPB). Considerando que o réu respondeu ao processo em liberdade e que a pena privativa de liberdade aplicada ao caso deverá ser cumprida desde o início em regime aberto e substituída por pena restritiva de direitos, concedo-lhe o direito de recorrer da sentença em liberdade. Transitada em julgado a sentença, lance-se o nome do réu no Rol dos Culpados e encaminhe-se guia de recolhimento à VEMEPA, com os documentos pertinentes. Oficie-se à Justiça Eleitoral, em atenção ao que estabelece o art. 15, III, da Constituição Federal. Condeno o acusado ao pagamento das custas processuais, proporcionalmente. Publique-se. Registrado eletronicamente. Intimem-se.

Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Emerson Tavares Pereira (OAB 8616/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0588/2019

ADV: MARCELO COSTA DOS SANTOS (OAB 3821/AM) - Processo 0243593-85.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADA: Keith Marrone da Silva Xavier e outro - EX POSITIS Julgo procedente a denúncia de fls. 133/135, e CONDENO os réus KEITH MARRONE DA SILVA XAVIER e AIRTON SOARES DE LIMA nas sanções penais do art. 155, § 4º, incs. I e IV, do Código Penal Brasileiro. Atendendo às diretrizes do art. 59, do Código Penal Brasileiro, passo à individualização e dosimetria das penas a serem impostas a cada um dos réus. KEITH MARRONE DA SILVA XAVIER Em consulta ao Sistema de Automação de Justiça - SAJ, Verifica-se que a acusada é primária, sem registro de antecedentes criminais. Com relação a sua conduta social, personalidade e as razões que a impeliram à prática delituosa, não encontro nos autos parâmetros mínimos para avaliá-las. As circunstâncias do crime não excederam o resultado natural do tipo. Por outro lado, não vislumbro nos autos informações que demonstrem claramente a extensão do dano produzido pela prática criminosa, salvo aquelas próprias do delito. Ressalte-se, finalmente, que o comportamento da vítima em nada refletiu na conduta delituosa da ré. Assim, entendo necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime, estabelecer a pena-base no mínimo legal de 02 (dois) anos de reclusão, tornando-a definitiva, dada a inexistência de outras circunstâncias legais ou causas especiais de diminuição ou aumento de pena. Condeno-a, ainda, ao pagamento de multa, que fixo em 10 (dez) dias-multa, no valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo nacional vigente à época do fato criminoso, atendidos os critérios estabelecidos no art. 60, do Código Penal. Considerando os termos da Lei n.º 12.736/2012, bem como a pena concreta aplicada, observo que a detração do período de 02 (dois) dias de prisão provisória a que a acusada se encontrava submetida não a beneficiará para efeitos de alteração do regime de cumprimento inicial da pena privativa de liberdade, posto que a reprimenda líquida resulte em 01 (um) ano, 11 (onze) meses e 28 (vinte e oito) dias de reclusão. A condenada deverá cumprir a pena privativa de liberdade em regime aberto, nos termos do que preceitua o art. 33, § 2º, “c”, do Código Penal Brasileiro. Atento ao disposto no art. 44, do Código Penal Brasileiro, substituo a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, por entender que no caso vertente a medida é socialmente recomendada. Assim, em consonância com o art. 44, §2º, 2ª parte, do Código Penal Brasileiro, aplico-lhe duas sanções restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas (art. 46 - CPB) e limitação de fim de semana (art. 48 - CPB). Considerando que a ré respondeu ao processo em liberdade e que a pena privativa de liberdade aplicada ao caso deverá ser cumprida desde o início em regime aberto e substituída por pena restritiva de direitos, concedo-lhe o direito de recorrer da sentença em liberdade. Transitada em julgado a sentença, lance-se o nome da ré no Rol dos Culpados e encaminhe-se guia de recolhimento à VEMEPA, com os documentos pertinentes. Oficie-se à Justiça Eleitoral, em atenção ao que estabelece o art. 15, III, da Constituição Federal. AIRTON SOARES DE LIMA Em consulta ao Sistema de Automação de Justiça - SAJ, Verifica-se que o acusado é primário, sem registro de antecedentes criminais. Com relação a sua conduta social, personalidade e as razões que o impeliram à prática delituosa, não encontro nos autos parâmetros mínimos para avaliá-las. As circunstâncias do crime não excederam o resultado natural do tipo. Por outro lado, não vislumbro nos autos informações que demonstrem claramente a extensão do dano produzido pela prática criminosa, salvo aquelas próprias do delito. Ressalte-se, finalmente, que o comportamento da vítima em nada refletiu na conduta delituosa do réu. Assim, entendo necessário e suficiente para a reprovação e prevenção

do crime, estabelecer a pena-base no mínimo legal de 02 (dois) anos de reclusão, tornando-a definitiva, dada a inexistência de outras circunstâncias legais ou causas especiais de diminuição ou aumento de pena. Condeno-o, ainda, ao pagamento de multa, que fixo em 10 (dez) dias-multa, no valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo nacional vigente à época do fato criminoso, atendidos os critérios estabelecidos no art. 60, do Código Penal. Considerando os termos da Lei n.º 12.736/2012, bem como a pena concreta aplicada, observo que a detração do período de 02 (dois) dias de prisão provisória a que o acusado se encontrava submetido não o beneficiará para efeitos de alteração do regime de cumprimento inicial da pena privativa de liberdade, posto que a reprimenda líquida resulte em 01 (um) ano, 11 (onze) meses e 28 (vinte e oito) dias de reclusão. A condenada deverá cumprir a pena privativa de liberdade em regime aberto, nos termos do que preceitua o art. 33, § 2º, "c", do Código Penal Brasileiro. Atento ao disposto no art. 44, do Código Penal Brasileiro, substituo a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, por entender que no caso vertente a medida é socialmente recomendada. Assim, em consonância com o art. 44, §2º, 2ª parte, do Código Penal Brasileiro, aplico-lhe duas sanções restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas (art. 46 - CPB) e limitação de fim de semana (art. 48 - CPB). Considerando que o réu respondeu ao processo em liberdade e que a pena privativa de liberdade aplicada ao caso deverá ser cumprida desde o início em regime aberto e substituída por pena restritiva de direitos, concedo-lhe o direito de recorrer da sentença em liberdade. Transitada em julgado a sentença, lance-se o nome do réu no Rol dos Culpados e encaminhe-se guia de recolhimento à VEMEPA, com os documentos pertinentes. Oficie-se à Justiça Eleitoral, em atenção ao que estabelece o art. 15, III, da Constituição Federal. Por fim, condeno os réus ao pagamento das custas processuais, pro rata. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Marcelo Costa dos Santos (OAB 3821/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0589/2019

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0624487-04.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Matheus de Carvalho Rezende - EX POSITIS Julgo parcialmente procedente a denúncia de fls. 75/77, e CONDENO o réu WAGNER NASCIMENTO DE OLIVEIRA JÚNIOR nas sanções penais do art. 157, § 2º, incs. I, II e V, do Código Penal Brasileiro. Atendendo às diretrizes do art. 59, do Código Penal Brasileiro, verifica-se que o réu registra antecedentes criminais e já sofreu três condenações com sentenças transitadas em julgado, portanto deve ser considerado reincidente. Com relação a sua conduta social, personalidade e as razões que o impeliram à prática delituosa, não encontro nos autos parâmetros mínimos para avaliá-las. As circunstâncias do crime não ultrapassaram o resultado natural do tipo. Por outro lado, não vislumbro nos autos informações que demonstrem claramente a extensão do dano produzido pela prática criminosa, salvo aquelas próprias do delito. Ressalte-se, finalmente, que o comportamento da vítima em nada refletiu na conduta delituosa do réu. Assim, entendo necessário para reprovação e prevenção do crime estabelecer a pena-base no mínimo legal de 04 (quatro) anos de reclusão. In casu, considerando o concurso da atenuante da confissão espontânea, prevista no art. 65, III, "d", do Código Penal Brasileiro, com a agravante de reincidência do réu, nos termos do art. 61, inc. I, do Código Penal Brasileiro, entendo que elas devem ser compensadas, tendo em vista o concurso de circunstâncias preponderantes, as quais se anulam, razão por que a pena deve ser mantida no patamar acima estabelecido. Contudo, acresço a reprimenda da 1/2 (metade), em decorrência das majorantes previstas nos incisos I, II e V, § 2º, art. 157, do Código Penal Brasileiro, elevando-a para o patamar de 06 (seis) anos de reclusão, a qual torna-se definitiva dada a inexistência de outras circunstâncias legais ou causas especiais de aumento ou diminuição da pena. Condeno-o, ainda, ao pagamento de multa, que fixo em 10 (dez) dias-multa, no valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo nacional vigente à época do fato criminoso, atendidos os critérios estabelecidos no art. 60, do Código Penal. Considerando os termos da Lei n.º 12.736/2012, entendo que a aplicação da detração penal restou prejudicada no caso concreto, eis que inexiste nos autos qualquer certidão circunstanciada que ateste o período em que o réu permaneceu sob a custódia do Estado. Assim, o condenado deverá cumprir inicialmente a pena privativa de liberdade em regime fechado, nos termos do que preceitua o art. 33, do Código Penal Brasileiro, por conta da sua reincidência. Deixo de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, tendo em vista o óbice previsto no art. 44, I, do Código Penal, uma vez que a pena restritiva de liberdade aplicada é superior a quatro anos e o crime de roubo traz na sua essência a violência contra as vítimas, ademais trata-se de agente reincidente. Da mesma forma, não faz jus ao benefício da suspensão condicional da pena (sursis), pois fixada em patamar superior ao limite estabelecido no art. 77, do Código Penal Brasileiro, além da reincidência do réu. Considerando que o réu é pessoa reincidente e possui três registros de condenações pela prática do crime de roubo, DECRETO a sua PRISÃO PREVENTIVA, nos termos do art. 312, parágrafo único, do Código de Processo Penal, motivo pelo qual nego-lhe o direito de recorrer em liberdade. Expeça-se mandado de prisão. Transitada em julgado a sentença, lance-se o nome do réu no Rol dos Culpados, a saber: WAGNER NASCIMENTO DE OLIVEIRA JÚNIOR. Expeça-se mandado de prisão. Expeça-se guia de recolhimento, com cópias dos documentos pertinentes, e encaminhe-se à VEP. Oficie-se à Justiça Eleitoral, em atenção ao que estabelece o art. 15, III, da Constituição Federal. A arma de fogo e as munições apreendidas devem ser encaminhadas à autoridade competente, para os devidos fins, em consonância com o que determina o art. 25, da Lei nº 10.826/2003. Por fim, condeno o réu ao pagamento das custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0582/2019

ADV: ADRIELLY EDUARDA DA SILVA ALMEIDA (OAB 14513/AM) - Processo 0622810-65.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Paulo de Souza Cavalcante - **Autos n.º 0622810-65.2019.8.04.0001**. ATO ORDINATÓRIO Intime-se o(a) Defensor(a) do réu Paulo de Souza Cavalcante para apresentar **RESPOSTA ESCRITA**, conforme os **arts. 396 e 396-A, do CPP**. Manaus, 16 de setembro de 2019. Manrique Motta Maciel Junior Diretor de Secretaria

Adrielly Eduarda da Silva Almeida (OAB 14513/AM)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0427/2019

ADV: NATIVIDADE DE JESUS MAGALHÃES MAIA (OAB 5556/AM) - Processo 0030512-73.2003.8.04.0001 (001.03.030512-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉ: Marcondes Figueiredo de Oliveira - ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0030512-73.2003.8.04.0001 Réu: Marcondes Figueiredo de Oliveira Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 19/11/2019 às 12:15h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 13 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0064676-98.2002.8.04.0001 (001.02.064676-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Eduardo Souza Costa - PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO AMAZONAS COMARCA DA CAPITAL FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0064676-98.2002.8.04.0001 Réu: Eduardo Souza Costa Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 26/11/2019 às 11:15h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 13 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0217869-21.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: José Eden Maia de Lima - ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0217869-21.2011.8.04.0001 Réu: Todas as Partes Passivas \<\< Informação indisponível \>\> Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 27/09/2019 às 08:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 13 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0223117-36.2009.8.04.0001 (001.09.223117-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Washington Luiz Freitas de Melo - SENTENÇA Vistos etc... O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra o acusado, já qualificado nos autos, conforme Exordial de fls. 98/100. Resposta Escrita, fls. 111/112. Termo de Interrogatório do acusado, fls. 150/152. Alegações Finais do Ministério Público, fls. 150/152. Alegações Finais da Defesa, fls. 150/152. É o Relatório, Segue a Decisão. Trata-se o presente Processo de apuração da autoria delitiva pela suposta prática do crime descrito na Exordial. A Sentença de Pronúncia possui natureza interlocutória mista não terminativa, pois decide sobre a possibilidade de submeter o réu a julgamento pelo tribunal popular, encerrando, assim, a fase do judicium acusationes, todavia, não finaliza o processo. Tanto a doutrina como a jurisprudência a muito consagraram o princípio in dubio pro societate, segundo o qual, havendo dúvida deve-se pronunciar, deixando para o Tribunal do Júri o veredicto final acerca da culpabilidade ou não do acusado. Assim, se, por exemplo, houver qualquer dúvida sobre a ocorrência de uma excludente de ilicitude: deve-se pronunciar. Se há dúvida sobre a possibilidade de desclassificar o crime: também se deve pronunciar, pois cabe ao júri popular dar a palavra final sobre a responsabilidade do acusado. Com este posicionamento, praticamente extinguiu-se a possibilidade de acatar-se uma tese de desclassificação de crime, ou qualquer outra causa de impronúncia nesta fase processual (ressalvados os casos de evidente impronúncia), tudo em nome do direito constitucional auferido à sociedade de decidir sobre os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados. Outrossim, a respeito do conteúdo da sentença de pronúncia, sua fundamentação limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. De igual modo deve ocorrer em relação ao exame das teses defensivas, a qual também deverão ser apreciadas com superficialidade, não podendo este Juízo afastá-las de forma peremptória. Relativo à prova do crime, o próprio STF já posicionou-se no sentido de não ser necessária a prova incontestável da sua existência para ocorrer a sentença de pronúncia (RTJ 63/476). Em caso de dúvida deve pronunciar-se (RT 523/377,503/328,522/361, 518/393). Neste mesmo sentido: STJ, REsp. 565, 5ª Turma, DJU 8.4.91, p. 3892. Diversos doutrinadores manifestam-se sobre a questão, em posições convergentes. Ao tratar da matéria, Edilson Mougenot Bonfim coloca que a pronúncia não carece de certeza absoluta para existir e nem uma análise intensa acerca da culpabilidade, pois a dúvida deve ser interpretada em favor do direito da sociedade em proferir a decisão: "Donde concluir que a pronúncia não deve conter uma análise profunda do meritum causae. Assim, nessa decisão apenas se reconhece a existência de um crime e a presença de suficientes indícios da responsabilidade do réu, apontando-se a direção a ser seguida pela ação penal (François Martineau, Petit Traité argumentation judiciaire, 2. ed., Paris: Dalloz, p.27). Na dúvida, cabe ao juiz pronunciar, encaminhando o feito ao Tribunal do Júri, órgão competente para julgamento da causa. Nessa fase vigora a máxima in dubio pro societate." (Código de Processo Penal Anotado - 2ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 690). Por sua vez, Mirabete acrescenta até que o júri popular poderá decidir inclusive contra a decisão de pronúncia, sendo esta decisão apenas um juízo de admissibilidade da acusação: "Convencido da existência do crime e de haver indícios da autoria, o juiz deve proferir a sentença de pronúncia. Essa sentença, e não mero despacho, por ser mero juízo de admissibilidade da acusação, com o objetivo de submeter o acusado ao julgamento pelo júri, tem natureza processual, não produzindo res judicata, mas preclusão pro judicato, podendo o Tribunal do Júri decidir contra aquilo que ficou assentado na pronúncia. Por isso, fala-se em "sentença processual". (Código de Processo Penal Interpretado - 11ª ed., Ed. Atlas S.A, 2007, p. 1082). Finalmente, Damásio de Jesus reflete que a Lei 11.689/08, que inovou a sistemática processual do Tribunal do Júri, preocupou-se com a linguagem adotada na pronúncia no sentido de evitar expressões de juízo de valor acerca da culpa, uma vez que caberá à sociedade decidir a questão: "A Lei n. 11.689/08 demonstrou justificável preocupação com a linguagem empregada na decisão de pronúncia, ao definir que o juiz deverá, fundamentadamente, se limitar a indicar a materialidade do fato (i.e., a existência material do crime) e a presença de indícios suficientes de autoria ou de participação, além do dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena." (Código de Processo Penal Anotado - 23ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 352). Conforme explicitado nos ensinamentos doutrinários e jurisprudencial supracitados, aliado ao teor redacional do artigo 413 do Código de Processo Penal, constata-se ser indispensável para prolação da Sentença de Pronúncia a existência cumulativa de dois requisitos, quais sejam, a materialidade do crime e os indícios de que o réu seja o autor. Quanto à materialidade, essa resta devidamente comprovada nos autos. Entretanto, com relação aos indícios de autoria, observo que o arcabouço probatório colhido durante toda esta fase sumária é insuficiente para evidenciarmos a responsabilidade criminal do acusado em relação ao crime apurado perante o processo. Constata-se que não foi possível a produção de provas suficientes em Juízo. Ademais, em seu Interrogatório Judicial, ciente de seu direito Constitucional de permanecer em silêncio sem prejuízo, o acusado nega a autoria delitiva. Deste modo, considerando a ineficiência do teor probatório apresentado pela acusação nesta

cognição de admissibilidade, não me resta alternativa distinta, a não ser o reconhecimento da impronúncia do réu, face à ausência de indícios suficientes de autoria em seu desfavor. APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO MINISTERIAL. IMPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. DECISÃO MANTIDA. Para motivar a pronúncia o indício deve se mostrar real, ser necessariamente provado e aproximar-se da certeza sem, contudo, excluir a dúvida. A mera possibilidade de autoria, sem fundar-se em fatos concretos e minimamente seguros, torna a impronúncia medida impositiva. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - APR: 871065120148090044, Relator: DES. NICOMEDES DOMINGOS BORGES, Data de Julgamento: 30/11/2017, 1A CAMARA CRIMINAL, Data de Publicação: DJ 2405 de 13/12/2017). Sendo assim, não havendo o mínimo de elementos de convicção acerca da culpabilidade do réu, deixo de submetê-lo à julgamento diante do Tribunal do Júri, nos moldes do Art. 414 do CPP. Ante o exposto, em consonância com as partes, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia do Órgão Ministerial, e IMPRONUNCIO o acusado WASHINGTON LUIZ FREITAS DE MELO, já qualificado nos autos. Faço-o com fundamento no art. 414 do Código de Processo Penal, da imputação que lhe foi feita na exordial acusatória, nada impedindo que, surgidas novas provas, reabra-se a investigação. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. Intime-se pessoalmente o acusado desta Sentença, entregando-lhe cópia da Impronúncia. Intime-se a Defesa do acusado. Intime-se pessoalmente o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus,

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Natividade de Jesus Magalhães Maia (OAB 5556/AM)

TJ/AM - COMARCA DE MANAUS
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO: George Hamilton Lins Barroso
DIRETORA DE SECRETARIA: Cintya Luana Araujo Gandra

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0215773-62.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **WANDERLEY LOPES ALVES ''VULGO NEGUINHO'',** Brasileiro(a), pai Roberto Conceição Alves, mãe Maria das Graças Lopes, Nascido/Nascida 24/05/1981, natural de Manaus - AM, Outros Dados: 99117-2634 (Mãe), com endereço à Rua Tesalonicensse, 35, Comunidade Santa Tereza, Santa Etelvina, CEP 69000-000, Manaus - AM, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 10/10/2019 às 08:30h,** a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Eu, Sidnéia de Oliveira Freitas Fortes, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0236588-75.2016.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **FABIO AMAZONAS SA, (Alcunha: " MACACHEIRA "),** Brasileiro(a), RG 2541343-0/AM, pai Raimundo Almeida Sa, mãe Gloria Amazonas Sa, Nascido/Nascida 13/06/1992, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Fé em Deus, 1331, Compensa II, Manaus - AM e **JOSIAS DE OLIVEIRA PROTÁZIO, (Alcunha: " JICA ")**, Brasileiro(a), Solteiro, Ajudante de Pedreiro, RG 2524530-8 SSP/AM, pai Raimundo Viana Protázio, mãe Francisca de Oliveira Protázio, Nascido/Nascida 22/05/1990, natural de Manaus - AM, Outros Dados: 92 99983-6306, com endereço à Rua Fé em Deus, 222, Prox Assembleia de Deus, Compensa 2, Manaus - AM, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 14/10/2019 às 08:00h, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular,** pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de setembro de 2019. Eu, Sidnéia de Oliveira Freitas Fortes, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. CELSO SOUZA DE PAULA Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0206942-36.2011.8.04.0020, que a Justiça Pública move contra **ALISSON DE SOUZA CUNHA**, Brasileiro(a), RG 2098471-5, pai Sindrônio Souza da Cunha, mãe Maria Valcilene Guedes de Souza, Nascido/Nascida 13/07/1987, natural de Manaus - AM, Outros Dados: 999258-2307 (Mãe), com endereço à Rua Santa Mônica, 162, Próximo à Estação 304, Terra Nova II, CEP 69095-001, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça a Escola Superior de Advocacia (ESA) localizada na Rua Benedito, nº99, Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 14/10/2019 às 11h, fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular,** pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de setembro de 2019. Eu, Sigrid Almeida Soares, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo nº0206942-36.2011.8.04.0020., que a Justiça Pública move contra **Alisson de Souza Cunha,** por infração ao artigo 121,§ 2º, I, III e IV c/c art.14, II e art. 125, c/c Art, II, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB , o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR O ACUSADO, **A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, no prazo de 15 dias,** de acordo com o que preceitua o art. 420, parágrafo único do Código do Processo Penal, compareça pessoalmente, neste Juízo, na Rua Paraíba, s/n, Bairro Adrianópolis, CEP – 69057-021, Fones: 3303-5220, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de setembro de 2019. Eu, Sigrid Almeida Soares, Auxiliar Judiciário, o digitei. Eu, , Diretor de Secretaria, o conferi.

George Hamilton Lins Barroso
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Autos nº:0625168-37.2018.8.04.0001
Ação:Auto de Prisão Em Flagrante/PROC
Autor(a): A JUSTIÇA PÚBLICA
RéuKennedy Magalhaes Gloria

O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0625168-37.2018.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado **KENNEDY MAGALHAES GLORIA,** Brasileiro(a), Solteiro, Ajudante de Pedreiro, RG 1989853-3, mãe Ana Lucia Magalhães Glória, Nascido/Nascida 19/11/1979, natural de Barreirinha - AM, com endereço à Rua Filismino F Soares, 392, Lot. Castanheira, Gilberto Mestrinho, CEP 69000-000, Manaus - AM, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos "JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o (s) acusado (s) como incurso (s) na pena do Art. 121 § 2º, I, IV do(a) CP. Por fim, considerando que não se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar do(s) acusado(s), mantenho-o(s) em liberdade/preso aguardando seu(s) julgamento(s) pelo Tribunal do Povo.". E para que chegue ao conhecimento do(s) Réu(s), e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 13 de setembro de 2019. Eu, GRACE KARINA SOARES DE ARAÚJO, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretor(a) de Secretaria, confiro.

George Hamilton Lins Barroso
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0026936-04.2005.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **EDVALDO SILVA DO NASCIMENTO,** (Outros nomes: vulgo 'TUCUMÃ'), Brasileiro(a), Pedreiro, RG 1415813-2, pai Eurípedes Rodrigues do Nascimento, mãe Maria do Carmo Pereira do Nascimento, Nascido/Nascida 08/07/1981, natural de Tapaua - AM, com endereço à Rua Igarapé do Quarenta, 95, Distrito Industrial, Japiim, CEP 69076-452, Manaus - AM, Fone 613-6473, por infração ao artigo 121do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça no Plenário das Sessões de Julgamento deste 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 14/10/2019 às 08:00h, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular,** pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Autos nº:0026936-04.2005.8.04.0001
Ação:Ação Penal de Competência do Júri/PROC
Autor(a): A JUSTIÇA PÚBLICA
DenunciadoEdvaldo Silva do Nascimento

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0026936-04.2005.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado **EDVALDO SILVA DO NASCIMENTO,** (Outros nomes: vulgo 'TUCUMÃ'), Brasileiro(a), Pedreiro, RG 1415813-2, pai Eurípedes Rodrigues do Nascimento, mãe Maria do Carmo Pereira do Nascimento, Nascido/Nascida 08/07/1981, natural de Tapaua - AM, com endereço à Rua Igarapé do Quarenta, 95, Distrito Industrial, Japiim, CEP 69076-452, Manaus - AM, Fone 613-6473; , atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Art. 121 'caput' do(a) CP, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos **"JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o acusado como incurso na pena do Art. 121 'caput' do(a) CP. Por fim, considerando que não se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar do(s) acusado, mantenho-o em liberdade aguardando seu) julgamento pelo Tribunal do Povo.".** E para que chegue ao conhecimento do Réu), e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 09 de setembro de 2019. Eu, GRACE KARINA SOARES DE ARAÚJO, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0428/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0001708-56.2007.8.04.0001 (001.07.001708-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Leandro Pereira do Vale - SENTENÇA Vistos etc... O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra o acusado, já qualificado nos autos, conforme Exordial de fls. 109/110. Laudo de Exame Necroscópico da vítima, fl. 25. Laudo Pericial, fls. 106/107. Resposta Escrita, fl. 115. Termo de Inquirição de testemunhas e de interrogatório do acusado, fls. 139/141. Alegações Finais do Ministério Público, fls. 139/141. Alegações Finais da Defesa, fls. 139/141. É o Relatório, Segue a Decisão. Trata-se o presente Processo de apuração da autoria delitiva pela suposta prática do crime descrito na Exordial. A Sentença de Pronúncia possui natureza interlocutória mista não terminativa, pois decide sobre a possibilidade de submeter o réu a julgamento pelo tribunal popular, encerrando, assim, a fase do judicium acusationes, todavia, não finaliza o processo. Tanto a doutrina como a jurisprudência a muito consagraram o princípio in dubio pro societate, segundo o qual, havendo dúvida deve-se pronunciar, deixando para o Tribunal do Júri o veredicto final acerca da culpabilidade ou não do acusado. Assim, se, por exemplo, houver qualquer dúvida sobre a ocorrência de uma excludente de ilicitude: deve-se pronunciar. Se há dúvida sobre a possibilidade de desclassificar o crime: também se deve pronunciar, pois cabe ao júri popular dar a palavra final sobre a responsabilidade do acusado. Com este posicionamento, praticamente extinguiu-se a possibilidade de acatar-se uma tese de desclassificação de crime, ou qualquer outra causa de impronúncia nesta fase processual (ressalvados os casos de evidente impronúncia), tudo em nome do direito constitucional auferido à sociedade de decidir sobre os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados. Outrossim, a respeito do conteúdo da sentença de pronúncia, sua fundamentação limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. De igual modo deve ocorrer em relação ao exame das teses defensivas, a qual também deverão ser apreciadas com superficialidade, não podendo este Juízo afastá-las de forma peremptória. Relativo à prova do crime, o próprio STF já posicionou-se no sentido de não ser necessária a prova incontestável da sua existência para ocorrer a sentença de pronúncia (RTJ 63/476). Em caso de dúvida deve pronunciar-se (RT 523/377,503/328,522/361, 518/393). Neste mesmo sentido: STJ, REsp. 565, 5ª Turma, DJU 8.4.91, p. 3892. Diversos doutrinadores manifestam-se sobre a questão, em posições convergentes. Ao tratar da matéria, Edilson Mougenot Bonfim coloca que a pronúncia não carece de certeza absoluta para existir e nem uma análise intensa acerca da culpabilidade, pois a dúvida deve ser interpretada em favor do direito da sociedade em proferir a decisão: "Donde concluir que a pronúncia não deve conter uma análise profunda do meritum causae. Assim, nessa decisão apenas se reconhece a existência de um crime e a presença de suficientes indícios da responsabilidade do réu, apontando-se a direção a ser seguida pela ação penal (François Martineau, Petit Traité argumentation judiciaire, 2. ed., Paris: Dalloz, p.27). Na dúvida, cabe ao juiz pronunciar, encaminhando o feito ao Tribunal do Júri, órgão competente para julgamento da causa. Nessa fase vigora a máxima in dubio pro societate." (Código de Processo Penal Anotado - 2ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 690). Por sua vez, Mirabete acrescenta até que o júri popular poderá decidir inclusive contra a decisão de pronúncia, sendo esta decisão apenas um juízo de admissibilidade da acusação: "Convencido da existência do crime e de haver indícios da autoria, o juiz deve proferir a sentença de pronúncia. Essa sentença, e não mero despacho, por ser mero juízo de admissibilidade da acusação, com o objetivo de submeter o acusado ao julgamento pelo júri, tem natureza processual, não produzindo res judicata, mas preclusão pro judicato, podendo o Tribunal do Júri decidir contra aquilo que ficou assentado na pronúncia. Por isso, fala-se em "sentença processual". (Código de Processo Penal Interpretado - 11ª ed., Ed. Atlas S.A, 2007, p. 1082). Finalmente, Damásio de Jesus reflete que a Lei 11.689/08, que inovou a sistemática processual do Tribunal do Júri, preocupou-se com a linguagem adotada na pronúncia no sentido de evitar expressões de juízo de valor acerca da culpa, uma vez que caberá à sociedade decidir a questão: "A Lei n. 11.689/08 demonstrou justificável preocupação com a linguagem empregada na decisão de pronúncia, ao definir que o juiz deverá, fundamentadamente, se limitar a indicar a materialidade do fato (i.e., a existência material do crime) e a presença de indícios suficientes de autoria ou de participação, além do dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena." (Código de Processo Penal Anotado - 23ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 352). Conforme explicitado nos ensinamentos doutrinários e jurisprudencial supracitados, aliado ao teor redacional do artigo 413 do Código de Processo Penal, constata-se ser indispensável para prolação da Sentença de Pronúncia a existência cumulativa de dois requisitos, quais sejam, a materialidade do crime e os indícios de que o réu seja o autor. Quanto à materialidade, essa resta comprovada na forma do Laudo de Exame Necroscópico da vítima, fl. 25. Entretanto, com relação aos indícios de autoria, observo que o arcabouço probatório colhido durante toda esta fase sumária é insuficiente para evidenciarmos a responsabilidade criminal do acusado em relação ao crime apurado perante o processo. Inerente à declaração ofertada pela testemunha perante este Juízo, verifica-se que ela não se recorda dos fatos, não tendo, inclusive, reconhecido o acusado como sendo o autor do delito em tela. Ademais, em seu Interrogatório Judicial, ciente de seu direito Constitucional de permanecer em silêncio sem prejuízo, o acusado nega a autoria delitiva. Deste modo, considerando a ineficiência do teor probatório apresentado pela acusação nesta cognição de admissibilidade, não me resta alternativa distinta, a não ser o reconhecimento da impronúncia do réu, face à ausência de indícios suficientes de autoria em seu desfavor. APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO MINISTERIAL. IMPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. DECISÃO MANTIDA. Para motivar a pronúncia o indício deve se mostrar real, ser necessariamente provado e aproximar-se da certeza sem, contudo, excluir a dúvida. A mera possibilidade de autoria, sem fundar-se em fatos concretos e minimamente seguros, torna a impronúncia medida impositiva. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - APR: 871065120148090044, Relator: DES. NICOMEDES DOMINGOS BORGES, Data de Julgamento: 30/11/2017, 1A CAMARA CRIMINAL, Data de Publicação: DJ 2405 de 13/12/2017). Sendo assim, não havendo o mínimo de elementos de convicção acerca da culpabilidade do réu, deixo de submetê-lo à julgamento diante do Tribunal do Júri, nos moldes do Art. 414 do CPP. Ante o exposto, em consonância com as partes, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia do Órgão Ministerial, e IMPRONUNCIO o acusado LEANDRO PEREIRA DO VALE, já qualificado nos autos. Faço-o com fundamento no art. 414 do Código de Processo Penal, da imputação que lhe foi feita na exordial acusatória, nada impedindo que, surgidas novas provas, reabra-se a investigação. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. Intime-se pessoalmente o acusado desta Sentença, entregando-lhe cópia da Impronúncia. Intime-se a Defesa do acusado. Intime-se pessoalmente o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus,

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0002647-98.2010.8.04.0011 (011.10.002647-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Carlos Antonio Carvalho da Silva e outro - Autos de nº0002647-98.2010.8.04.0011 Acusado: Bonfim Carvalho da Silva DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Compulsando os presentes autos, constata-se que o Ministério Público não apresentou os Memoriais Escritos, razão pela qual houve a ocorrência da preclusão temporal, conforme Decisão de fls. 219/228. Ato contínuo, como pode se ver na Certidão de fl. 232, a Defesa do acusado embora devidamente intimada para tanto, não procedeu à juntada de suas alegações finais, no prazo legal. Desta feita, considerando o acima exposto, aliado ao fato de não ser razoável os autos ficarem sem movimentação por causa da Defesa, o que vem causando prejuízo à tramitação processual, devo reconhecer a ocorrência

da preclusão temporal e determinar o devido prosseguimento do feito, haja vista não haver se falar em nulidade processual. Segue Decisão do STJ nesse sentido: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO (MOTIVO TORPE E RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA). AUSÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA. NÃO COMPROVAÇÃO. NÃO APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS ANTES DA PRONÚNCIA. ILEGALIDADE NÃO DEMONSTRADA. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRINCÍPIO DA VOLUNTARIEDADE RECURSAL. PRISÃO PREVENTIVA. LEGALIDADE JÁ APRECIADA POR ESTA EG. TURMA. AUSÊNCIA DE FATOS OU ARGUMENTOS NOVOS. "REABERTURA DA INSTRUÇÃO APÓS A PRONÚNCIA". MATÉRIA NÃO APRECIADA NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento da Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício. II - Consolidou-se no âmbito dos Tribunais Superiores o entendimento de que apenas a falta de defesa constitui nulidade absoluta da ação penal. A insuficiência da defesa, de outra sorte, para que seja apta a macular a prestação jurisdicional, deve ser acompanhada da demonstração de efetivo prejuízo, nos termos da Súmula 523/STF. III - Esta eg. Corte de Justiça assentou o entendimento de que a ausência de alegações finais nos processos de competência do Tribunal do Júri não acarreta nulidade, tendo em vista que a pronúncia constitui mero juízo provisório sobre a materialidade e indícios de autoria. IV - A não interposição de recurso em sentido estrito contra a pronúncia não configura nulidade, considerando o princípio da voluntariedade recursal, previsto no art. 574, caput, do CPP. V - Desnecessária nova apreciação acerca da legalidade da prisão preventiva decretada na pronúncia, quando esta eg. Corte já concluiu pela adequação, nos termos do art. 312 do CPP e a Defesa não apresenta qualquer fato ou argumento novo, tratando-se de mera reiteração de pedido. VI - Inviável manifestação acerca de eventual "reabertura da instrução criminal após a pronúncia", por esta eg. Corte, quando a matéria não foi apresentada ou apreciada pelo eg. Tribunal a quo, sob pena de supressão de instância. Habeas corpus não conhecido. (STJ - HC: 361017 PR 2016/0170442-7, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Julgamento: 08/08/2017, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/08/2017). Assim sendo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência às partes desta Decisão. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 10 de setembro de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM), ADV: WASHINGTON LUIZ COSTA DE JESUS (OAB 3172/AM) - Processo 0039461-18.2005.8.04.0001 (001.05.039461-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Luiz de Aquino Gomes da Costa Filho e outros - Autos nº:0039461-18.2005.8.04.0001 Acusado: Luiz de Aquino Gomes da Costa Filho e outros DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fls. 308/310, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual nem requerimento de diligências, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea 'a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do "habeas corpus". 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e

arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, considerando que a Defesa dos acusados apresentou os Memoriais Escritos às fls. 311/316, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 10 de setembro de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM), ADV: WASHINGTON LUIZ COSTA DE JESUS (OAB 3172/AM) - Processo 0039461-18.2005.8.04.0001 (001.05.039461-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Luiz de Aquino Gomes da Costa Filho e outros - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, torna pública o DESPACHO a seguir resumido em transcrição:"Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, considerando que a Defesa dos acusados apresentou os Memoriais Escritos às fls. 311/316, remetam-me os autos conclusos para Sentença."

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0211618-16.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Decorrente de Violência Doméstica - VÍTIMAFATO: K.G.F.S. - RÉU: C.A.B.G. - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Carlos Alan Barroso Gurgel, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal

do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso II, c/c 14, II, e art. 61, II, alínea "f", todos do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0223590-85.2010.8.04.0001 (001.10.223590-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉU: Jeferson Gomes Mendonça - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição:"Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Jeferson Gomes Mendonça, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I e IV do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA do acusado ora Pronunciado, a fim de garantir a Ordem Pública, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Renove-se a expedição do mandado de prisão Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0229348-11.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Ronald da Silva Menezes - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Ronald da Silva Menezes, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso III (perigo comum) do Código Penal por três vezes (três vitimas). Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Oficie-se ao IML para que envie os laudo de exame de corpo de delito das vítimas. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0232341-95.2009.8.04.0001 (001.09.232341-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Ricardo Tavares da Costa - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Melk Novoa Viana, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso II, c/c art. 14, II do CPB em ralação à vítima Míqueias Ferreira Flores; e no art. 121, caput do Código Penal em relação a vítima Emerson Monteiro de Viana.. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0236125-12.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Valciney Tavares Guedes - Autos nº:0236125-12.2011.8.04.0001 Acusado: Valciney Tavares Guedes DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fl. 229, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve manifestação Ministerial, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual, principalmente se se levar em conta que o presente feito não é de alta complexidade. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público

não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea 'a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso,

corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do "habeas corpus". 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a

conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0236125-12.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Valciney Tavares Guedes - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado VALCINEY TAVARES GUEDES, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções constantes do Art. 121, "Caput", c/c Art. 14, inciso II, ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar um Decreto Preventivo, MANTENHO-O EM LIBERDADE. Intime-se o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0239902-10.2008.8.04.0001 (001.08.239902-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Mark Salgado de Souza - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição:"Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Mark Salgado de Souza, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, caput, c/c art. 14, II do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0240731-44.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: A.A.S. e outro - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Jonatha Henrique de Oliveira Furtado de Freitas e Arlinson Alfaia Soares, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso IV, do Código Penal, e art. 244-B do ECA. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado ora Pronunciado Jonatha Henrique de Oliveira Furtado de Freitas, a fim de garantir a Ordem Pública, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. O Pronunciado Arlinson Alfaia Soares, esta em liberdade provisória, mantenho assim este status, para que recorra em liberdade. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0244233-64.2010.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Israel da Conceição Castro - INDICIADO: Samuel Monteiro dos Santos e outros - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO os acusados ANDERSON FELIPE CHAGAS DOS SANTOS, ALEXANDRO JÚNIOR DA SILVA RAMOS e SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS, já qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incursos nas sanções constantes do Art. 121, §2º, incisos II (motivo fútil) e III (asfixia), do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar um Decreto Preventivo, MANTENHO-OS EM LIBERDADE, até Decisão contrária deste Juízo. Intimem-se os acusados desta Decisão, entregando-lhes cópia. Em caso negativo, intime-os por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa dos acusados, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento dos réus, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 10 de setembro de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ELANE LABORDA DA SILVA (OAB 11222/AM) - Processo 0602530-73.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: D.C.A. - H.C.A. - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Diego da Costa Araújo e Hugo da Costa Araújo, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, Caput, em concurso material (art. 69) com o Art. 155, Paragrafos 1o e 4o, IV do Código Penal. Cumpra-se a promoção ministerial a fls. 256 Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0607712-40.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Wander da Silva Nascimento - Carlos Kennedy Ferreira Dantas de Oliveira - FICAM INTIMADOS ATRAVÉS DESTE o patrono do acusado para que compareça no dia 11/10/19 às 09h para Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0625168-37.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Alcenir Rabelo Arevalo - RÉU: Kennedy Magalhaes Gloria - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Kennedy Magalhaes Gloria, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe) e IV (última figura) do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0634615-49.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Raidson Cruz Stone - RÉ: Kethelen Kendelen Souza da Silva - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Kethelen Kendelen Souza da Silva, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, caput, c/c art. 14, II do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Christian Araujo de Souza (OAB 13291/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Elane Laborda da Silva (OAB 11222/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Washington Luiz Costa de Jesus (OAB 3172/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0430/2019

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0021728-05.2006.8.04.0001 (001.06.021728-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Rosinaldo Oliveira Lima - CONFORME DETERMINADO PELO MM. JUIZ., FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) a fim de que se manifestem quanto as testemunhas faltantes.

Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0272/2019

ADV: JOZIEL BARROS DE SOUZA (OAB 11383/AM), ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM), ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0211247-76.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: R.G.B. - A.G.R.J. - A.G.N. - A.S.L. - A.N.C. e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211247-76.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Abrahim Garcia Nunes, Adriano dos Santos de Lima, Adriano Nunes Correia e Abel Garcia Reis Junior, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, e Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Drs. Joziel Barros de Souza, André Humberto Fortes Papaléo, Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo, Marcos Dino da Rocha Marinho, Maurício Vieira de Castro Filho, Luan Vieira da Cunha, Janaína Santos Fernandes, OAB 5688/AM, 7338/AM, 9346/AM, 11035/AM, 11201/AM, 4475/AM e 11383/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 23/10/2019 às 09:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de setembro de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM), ADV: GABRIEL YUNES DA ROCHA (OAB 9623/AM), ADV: ALLAN YUNES DA ROCHA (OAB 12748/AM), ADV: BRUNO EDUARDO THOMÉ DE SOUZA (OAB 7446/AM) - Processo 0211443-46.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: M.F.L.J. - M.B.S.F. - M.A.R. e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente os ADVOGADOS HABILITADOS NOS AUTOS, adiante identificados, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211443-46.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Marlison Bruno da Silva França, Michel Aragão Rocha e Marcelo Frederico Laborda Junior, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, II (Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, e Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Bruno Eduardo Thomé de Souza, Marcos Dino da Rocha Marinho, Luana Lima Caresto, José Bezerra de Araújo, Gabriel Yunes da Rocha, Allan Yunes da Rocha, OAB 4871/AM, 9623/AM, 12748/AM, 7446/AM, 9346/AM e 6235/AM, a fim de se fazerem presentes na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para interrogatório dos acusados acima mencionados, designada para o dia 14/10/2019, às 08:30, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não aleguem desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03 de setembro de 2019. Eu, Allan Gabriel G. Fonseca, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0211443-46.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: M.L.C.M. e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211443-46.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Marcos Luiz Correa Maquiné, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o

Acusado Marcos Luiz Correa Maquiné, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 14/10/2019, às 08:30h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Eu, Allan Gabriel G. Fonseca, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0249815-40.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Edeson de Oliveira Rodrigues e outro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0249815-40.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Edeson de Oliveira Rodrigues, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 29 "caput" ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Art. 420, parágrafo único do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Edeson de Oliveira Rodrigues, não localizado, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado EDESON DE OLIVEIRA RODRIGUES, já qualificados nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, §2º, inciso I (motivo torpe) c/c art. 29, caput, ambos do Código Penal Brasileiro. Por derradeiro, considerando que o acusado permaneceu solto durante toda a instrução processual, e inexistindo nos autos qualquer elemento novo e/ou modificação nas circunstâncias fáticas e processuais, a ensejar um novo decreto prisional nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, MANTENHO-O em liberdade, até ulterior julgamento em plenário. Outrossim, vista ao Ministério Público para que se manifeste sobre a certidão de óbito à fl. 247. Intimem-se pessoalmente o ora pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa dos réu, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Após o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 12 de junho de 2018.", e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de setembro de 2019. Eu, Maria Cristiane Ferreira Barreto, Assistente Diretor, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: VALDY FIALHO DO NASCIMENTO JUNIOR (OAB 13393/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM), ADV: MARIA KÁTIA BATISTA MARTINS (OAB 9581/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO (OAB 479A/AM) - Processo 0612825-43.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Tiago de Lima Mendes - Lucas Quintiliano de Souza - Daniel Alfaia das Neves - Rafael da Silva Muniz - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Anésio Rocha Pinheiro, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0612825-43.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Tiago de Lima Mendes, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). João Carlos Pinto de Araújo Cirlane Figueredo Albertino Aldemir da Rocha Silva Júnior Luana Lima Caresto Valdy Fialho do Nascimento Júnior Tereza Carmo de Castro Janaína Santos Fernandes Tiago Brito Mendes João Carlos Pinto de Araújo Cirlane Figueredo Albertino Maria Kátia Batista Martins, OAB 3787/AM, 8085/AM, 5445/AM, 6235/AM, 13393/AM, 479A/AM, 4475/AM, 7814/AM, 3787/AM, 8085/AM e 9581/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de setembro de 2019. Eu, Luis Carlos Pego dos Santos, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA DIRETORA DE SECRETARIA

ADV: LEOCLEIDE SILVA DUARTE HITOTUZI (OAB 11110/AM), ADV: ANA RÚBIA ARAÚJO E SILVA (OAB 13370/AM) - Processo 0633139-73.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Jeidson Dutra Franco - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente AS ADVOGADAS HABILITADAS NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0633139-73.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Jeidson Dutra Franco, por infração Art. 121 § 2º, I, IV c/c Art. 29, Caput e Art. 340, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR as Dras. Leocleide Silva Duarte Hitotuzi e Ana Rúbia Araújo e Silva, OAB 11110/AM e 13370/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 27/09/2019 às 11:00h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e

Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de setembro de 2019. Eu, Alessandra da Silva e Silva, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: EPITÁCIO DA SILVA ALMEIDA (OAB 2960/AM), ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM) - Processo 0633169-45.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Dennys Dias Mota - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0633169-45.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Dennys Dias Mota, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 14, II ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Wirley Benezar FalcaoEpitácio da Silva Almeida, OAB 12792/AM e 2960/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 24/09/2019 às 11:00h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de setembro de 2019. Eu, Arlyson Alvarenga do Nascimento, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Allan Yunes da Rocha (OAB 12748/AM)
Ana Paula Benevides de Araújo (OAB 10188/AM)
Ana Rúbia Araújo e Silva (OAB 13370/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Bruno Eduardo Thomé de Souza (OAB 7446/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Epitácio da Silva Almeida (OAB 2960/AM)
Gabriel Yunes da Rocha (OAB 9623/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
Joziel Barros de Souza (OAB 11383/AM)
Leocleide Silva Duarte Hitotuzi (OAB 11110/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria Kátia Batista Martins (OAB 9581/AM)
Maurício Vieira de Castro Filho (OAB 11035/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Tereza Carmo de Castro (OAB 479A/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Valdy Fialho do Nascimento Junior (OAB 13393/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0273/2019

ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM), ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM), ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: JOZIEL BARROS DE SOUZA (OAB 11383/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0211247-76.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCITE: M.P.E.A.P.G. - DENUNCIADO: R.G.B. - A.G.R.J. - A.G.N. - A.S.L. - A.N.C. - A.F.S. - A.M.B. e outros - ASSISTIDA: D.P.E.A. - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211247-76.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Abel Garcia Reis Junior, Abinadabe Ferreira Monteiro, Abrahão Lincon Solarte Rodrigues, Abrahim Garcia Nunes, Adriano de Souza Gomes, Adriano dos Santos de Lima, Adriano Nunes Correia, Alessandro Ferreira da Silva, Alessandro Marques Bentes e Roneudo Guimaraes Barroso, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, II (vinte e seis vezes) doArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, e Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Acusados Abel Garcia Reis Junior, Abinadabe Ferreira Monteiro, Abrahão Lincon Solarte Rodrigues, Abrahim Garcia Nunes, Adriano de Souza Gomes, Adriano dos Santos de Lima, Adriano Nunes Correia, Alessandro Ferreira da Silva, Alessandro Marques Bentes e Roneudo Guimaraes Barroso, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 23/10/2019 às 09:30h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de

Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 13 de setembro de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: DUARTE SAVIO RODRIGUES ALVES DE MENEZES (OAB 9598/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: EDUARDO CORDEIRO DE SOUZA (OAB 10207/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0211253-83.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: B.R.M. - Benys Anjos de Souza - Cristian Douglas Vasconcelos da Silva - Cláudio Dias de Castro e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente os ADVOGADOS HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211253-83.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Benys Anjos de Souza, Cristian Douglas Vasconcelos da Silva e Baltazar Rocha Moreira, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, e Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Efigênia Generoso de AraújoRômulo Almeida do NascimentoDUARTE SAVIO RODRIGUES ALVES DE MENEZESEduardo Cordeiro de Souza, OAB 2150/AM, 9598/AM, 10207/AM e 4508/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 30/10/2019 às 09:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de setembro de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: DUARTE SAVIO RODRIGUES ALVES DE MENEZES (OAB 9598/AM), ADV: EDUARDO CORDEIRO DE SOUZA (OAB 10207/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0211253-83.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - DENUNCIADO: B.R.M. - Benys Anjos de Souza - Cristian Douglas Vasconcelos da Silva - Cláudio Dias de Castro e outros - ASSISTIDA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211253-83.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Baltazar Rocha Moreira, Benys Anjos de Souza, Bruno Praiano de Oliveira, Bruno Tafarel Gonçalves Figueiredo, Carlos Reinaldo Costa da Costa, Cézar dos Santos Tavares, Claudemir Teixeira da Silva, Cleidinei Oliveira de Souza, Cristian Douglas Vasconcelos da Silva e Cláudio Dias de Castro, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, e Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Baltazar Rocha Moreira, Benys Anjos de Souza, Bruno Praiano de Oliveira, Bruno Tafarel Gonçalves Figueiredo, Carlos Reinaldo Costa da Costa, Cézar dos Santos Tavares, Claudemir Teixeira da Silva, Cleidinei Oliveira de Souza, Cristian Douglas Vasconcelos da Silva e Cláudio Dias de Castro, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 30/10/2019 às 09:30h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de setembro de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
DUARTE SAVIO RODRIGUES ALVES DE MENEZES (OAB 9598/AM)
Eduardo Cordeiro de Souza (OAB 10207/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Joziel Barros de Souza (OAB 11383/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maurício Vieira de Castro Filho (OAB 11035/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0247/2019

ADV: AMANDA DE OLIVEIRA LOPES (OAB 13271/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0263230-56.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Manoel Ferreira Lopes Filho - RÉU: Elbison Castro Borges - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 26/02/2020 às 08:00h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM), ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773/AM), ADV: LEÔNCIO PAES DE CARVALHO (OAB 12809/AM), ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM), ADV: TAMARA JÉSSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM), ADV: NATIELEN SOUZA DE CARVALHO SIMOES (OAB 12940/AM) - Processo 0603706-87.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Carlos Abrão Rodrigues Farias - Eduardo de Alencar Navegante - Ronaldo Borges Silva - Victor Silva de Jesus e outro - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 22/10/2019 às 09:30h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM) - Processo 0611876-82.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: M.A.M.P.J. - A.B.S. - D.A.S.V. e outros - A(s) resposta(s) do(s) ré(u)(s) DEIVE ARANHA SOARES VIRGINIO apenas arguiu como preliminar a ausência de justa causa com o consequente pedido de rejeição da denúncia, bem como demais alegações meritórias. Quanto às questões preliminares suscitadas, não assiste razão à defesa requerente. Ao examinar a ação penal oferecida em face de Deive Aranha Soares Virgínio, verifica-se de pronto o atendimento das condições de procedibilidade genéricas (condições da ação: legitimidade, interesse e possibilidade jurídica do pedido), bem como dos requisitos constantes do art. 41 do CPP. No mais, identifica-se a estrita individualização da conduta de fato penalmente típico contra as respectivas vítimas, bem como o nexo causal entre as condutas e os bens jurídicos lesados pelos agente. Há ainda justa causa para o exercício da ação penal, visto que constam dos autos materialidade e indícios de autoria, o que reforça o juízo de probabilidade da prática dos delitos imputados, inclusive quanto à qualificadora narrada. Por consta disso, rejeito a preliminar de ausência de justa causa. Quanto às questões de mérito, o exame de tais fatos e circunstâncias demandam o ingresso na fase de instrução preliminar, cuja apreciação dar-se-á em momento processual oportuno e futuro. Expeça(m)-se mandado(s) de notificação à(s) Testemunha(s) de acusação para comparecimento em juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no(s) mandado(s) o(s)endereço(s) constante(s) da certidão de consulta de endereços. Adotar-se-ão as seguintes diretrizes: Caso a testemunha compareça em juízo, fica a secretaria autorizada a notificá-la da audiência a ser designada, bem como as demais testemunhas que comparecerem em juízo e o(s) acusado(s); 2. Caso a testemunha seja notificada, mas não compareça em juízo para ser intimada da audiência, fica a secretaria autorizada a designar data e expedir mandado de condução coercitiva à testemunha faltante, procedendo-se às demais intimações necessárias; 3. Caso a(s) vítima(s)/testemunha(s) de acusação não seja(m) notificada(s), conforme certidão do oficial de justiça, intime-se o Ministério Público para providenciar, por sua iniciativa, caso assim queira, a apresentação da(s) testemunha(s) na audiência a ser oportunamente designada. Fica facultado, ainda, ao Ministério Público, indicar endereço(s) diverso(s) do(s) outrora utilizado(s), a ser objetivamente apontado nos autos (rua, nº. e bairro), com 30 (trinta) dias de antecedência da audiência agendada, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sob pena de preclusão. 3. No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXVI e XXVII do recebimento da denúncia, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. 4. No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição e solicitar a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar os acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. 5. Como medida preventiva, haja vista a matéria tratada na ação penal, faça constar dos mandado de notificação à(s) testemunha(s) de acusação que, diante de eventuais coações, intimidações e ameaças que venham suportar, em razão da condição de testemunha, fica facultado dirigir-se ao PROVITA (programa de Proteção à vítimas e testemunhas) ou mesmo diretamente ao Promotor que atua na ação penal e noticiar as ameaças, de modo a que providencie o seu imediato encaminhamento ao Provita. 6. Os arquivos audiovisuais podem ser acessados pelo advogado habilitado nos autos e, caso se trate de arquivo gravado fora do SAJ, o seu acesso ocorre mediante simples requerimento à secretaria, por meio de dispositivo móvel, pen drive ou similar, a ser providenciado pelo advogado, inclusive para fins da fase de alegações finais. À Secretaria para as demais providências.

ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM) - Processo 0622190-87.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉ: M.S.C.P. - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 15/10/2019 às 08:30h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM) - Processo 0654806-18.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Julio Cesar Muller - A(s) resposta(s) do(s) ré(u)(s) Julio Cesar Muller não arguiu(ram) preliminares (incompetência do Juízo; litispendência; suspeição ou impedimento; ilegitimidade de parte ou coisa julgada) nem alegações que interessem a sua defesa. Além disso, não fora(m) oferecido(s) documentos e justificações, consoante

oportuniza o art. 406, §3º CPP. Expeça(m)-se mandado(s) de notificação à(s) Testemunha(s) de acusação para comparecimento em juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no(s) mandado(s) o(s)endereço(s) constante(s) da certidão de consulta de endereços. Adotar-se-ão as seguintes diretrizes: Caso a testemunha compareça em juízo, fica a secretaria autorizada a notificá-la da audiência a ser designada, bem como as demais testemunhas que comparecerem em juízo e o(s) acusado(s); 2. Caso a testemunha seja notificada, mas não compareça em juízo para ser intimada da audiência, fica a secretaria autorizada a designar data e expedir mandado de condução coercitiva à testemunha faltante, procedendo-se às demais intimações necessárias; 3. Caso a(s) vítima(s)/testemunha(s) de acusação não seja(m) notificada(s), conforme certidão do oficial de justiça, intime-se o Ministério Público para providenciar, por sua iniciativa, caso assim queira, a apresentação da(s) testemunha(s) na audiência a ser oportunamente designada. Fica facultado, ainda, ao Ministério Público, indicar endereço(s) diverso(s) do(s) outrora utilizado(s), a ser objetivamente apontado nos autos (rua, nº. e bairro), com 30 (trinta) dias de antecedência da audiência agendada, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sob pena de preclusão. 3. No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXVI e XXVII do recebimento da denúncia, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. 4. No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição e solicitar a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar os acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. 5. Como medida preventiva, haja vista a matéria tratada na ação penal, faça constar dos mandado de notificação à(s) testemunha(s) de acusação que, diante de eventuais coações, intimidações e ameaças que venham suportar, em razão da condição de testemunha, fica facultado dirigir-se ao PROVITA (programa de Proteção à vítimas e testemunhas) ou mesmo diretamente ao Promotor que atua na ação penal e noticiar as ameaças, de modo a que providencie o seu imediato encaminhamento ao Provita. 6. Os arquivos audiovisuais podem ser acessados pelo advogado habilitado nos autos e, caso se trate de arquivo gravado fora do SAJ, o seu acesso ocorre mediante simples requerimento à secretaria, por meio de dispositivo móvel, pen drive ou similar, a ser providenciado pelo advogado, inclusive para fins da fase de alegações finais. À Secretaria para as demais providências.

Amanda de Oliveira Lopes (OAB 13271/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Leôncio Paes de Carvalho (OAB 12809/AM)
Natielen Souza de Carvalho Simoes (OAB 12940/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Tamara Jéssica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)
Thiago Nobre Rosas (OAB 4773/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MAURO MORAES ANTONY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0248/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0200537-65.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: DEIVISON FURTADO DOS SANTOS e outro - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA à Defensoria Pública para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0201422-94.2013.8.04.0030 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - DENUNCIADO: J.N.L. - Reporto-me à promoção de fls. 279. Nela o Ministério Público insiste na expedição de mandado à vítima Vânia Maria Sampaio da Gama. Para tanto, informa que o mandado de condução outrora expedido não fora cumprido em razão de a vítima encontrar-se viajando. Ocorre que, em consulta aos autos, verifica-se que após a mencionada certidão a que se refere o Ministério Público, fora emitido outro mandado de condução coercitiva, cujo resultado fora negativo, conforme consta das fls. 258 e 260. Portanto, já houve duas tentativas de localizar a vítima, inclusive mediante a condução coercitiva. Ocorre que se sobreleva a ultima certidão do oficial de justiça, o qual certifica a não localização do endereço. Isto posto, indefiro o requerimento formulado pelo Ministério Público para expedir de novo mandado à vitima Vânia Maria Sampaio. Aguarde-se o retorno da carta precatória (p. 275) Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0203014-27.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: MAGIDE XAVIER DO CARMO - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA à Defensoria Pública para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0204560-25.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Wellington Calixto Serrão - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Wellington Calixto Serrão, mãe Norma Calixto Serrão, nascido em 16/09/1993, Rua Santa Etelvina,N° 149, Próx. A feira da Betânia, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 12/11/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0204560-25.2014.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 12 de setembro de 2019. Eu,Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0207291-10.2009.8.04.0020 (020.09.207291-7) - Petição Criminal - Inquérito / Processo / Recurso Administrativo - RÉU: R.F.S.F. - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia

ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0207452-72.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Benjamin Fonseca dos Anjos - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Benjamin Fonseca dos Anjos, pai Raimundo Nonato Beltrão dos Anjos, mãe Maria do Carmo Fonseca dos Anjos, nascido(a) em 04/10/1990, Rua Tambaqui, 438, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 21/10/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0207452-72.2012.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 16 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM) - Processo 0208709-64.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Leonardo Macedo Estald - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA a advogada 10072/AM - AYNNE FLORES DE SOUZA, para tomar ciência da decisão de fls.345-346.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0209024-63.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Moisés Fróes do Rosário - Reporto-me à promoção ministerial de fls. 130/131 quanto aos endereços das testemunhas e vítima

elencadas. Em vista dos autos, constatou-se que as testemunhas Mayara Vieira Freitas e Samira de Souza Simas não foram intimadas pessoalmente em seus respectivos endereços. Quanto à vítima Evandro Nascimento Silva Júnior fora intimada pessoalmente; porém, não compareceu em juízo. Diante do exposto, defiro o requerimento ministerial e determino a expedição de mandados de condução coercitiva aos destinatários para nova data de audiência: 22 de outubro de 2019 às 10:00h. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: THIAGO RODRIGUES GOMES (OAB 8198/AM), ADV: NINA CRUZ ANTONY HOAEGEN (OAB 8217/AM), ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM) - Processo 0211221-20.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - VÍTIMAFATO: Francelio Gomes Pinheiro - ACUSADO: Dão José Nerys Felix e outros - Em vista dos autos, constatou-se a ausência do acusado Rodrigo Eduardo Farias de Souza em audiência do dia 10/09/2019, razão pela qual não fora dado início ao ato. A consultar a listagem de presos, verificou-se que o acusado se encontra em regime aberto. Diante o exposto, determino a expedição de mandado e, simultaneamente, de edital para Rodrigo Eduardo Farias de Souza no endereço constante do SAJ (Av. Pastor Alcebiades Pereira Vasconcelos, Nº 172, Conjunto João Paulo II, Nova Cidade). Ao comparecer em cartório no prazo de 05 dias, será designada nova data para o interrogatório. À Secretaria para as devidas providências. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO RODRIGUES GOMES (OAB 8198/AM), ADV: NINA CRUZ ANTONY HOAEGEN (OAB 8217/AM), ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM), ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM) - Processo 0211221-20.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - VÍTIMAFATO: Francelio Gomes Pinheiro - ACUSADO: Dão José Nerys Felix e outros - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado RODRIGO EDUARDO FARIAS DE SOUZA, Brasileiro, RG 2326359-8, pai Francivaldo Ferreira de Souza, mãe Ana Maria Gomes de Farias, Nascido 23/02/1995, natural de Presidente Figueiredo - AM, com endereço à Av. Pastor Alcebiades Pereira Vasconcelos, Nº 172, Conjunto João Paulo II, Nova Cidade, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, NO PRAZO DE 05 DIAS, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento a ser designada nos autos do processo-crime nº. 0211221-20.2014.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 16 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: MARIA ROCHA FERNANDES (OAB 13713/AM) - Processo 0214100-34.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Adailton Oliveira da Silva - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA a advogada MARIA ROCHA FERNANDES OAB 13.713/AM para, em 05 (cinco) dias, apresentar o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: MARIA LUCIANE COÊLHO ITUASSÚ DA SILVA (OAB 12456/AM), ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM), ADV: ELIZANETE NASCIMENTO DA CUNHA (OAB 13439/AM), ADV: MILENE VIEIRA MARTINS (OAB 12828/AM) - Processo 0228696-52.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Rodrigo Martins Rubem e outros - Prazo para interposição do recurso de apelação é de 05 dias (CPP, art. 593) A sentença fora liberada nos autos em 20 de agosto de 2019, conforme consta de consulta do sistema SAJ. Na mesma data, os autos foram postos na fila do Ministério Público, consoante registro do histórico de movimentação do SAJ. O recurso de apelação fora interposto pelo Ministério Público em 12 de setembro de 2019. Quando da interposição da apelação, o quinquídeo legal já havia sido ultrapassado. Ausência de tempestividade (pressuposto de admissibilidade recursal) Isto posto, não recebo o RECURSO DE APELAÇÃO, tendo em vista sua intempestividade. Intime-se o recorrente. Não havendo a interposição de recurso contra esta decisão, certifique-se o trânsito em julgado. Cumpra-se.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0235185-66.2019.8.04.0001 (processo principal 0629187-86.2018.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Homicídio Simples - APELANTE: Estado do Amazonas - Recebidos e vistos. RECEBO O RECURSO EM SENTIDO ESTRITO tendo em vista sua tempestividade (art. 593, I, do CPP). Em relação ao juízo de retratação, trata-se da possibilidade de reavaliar a decisão interlocutória proferida diante das alegações apresentadas pelas partes. Ao reexaminar os autos concluo que não deve ser modificada a decisão de PRONÚNCIA recorrida, cujos fundamentos bem resistem às razões do recurso, de forma que, nada tendo a reformar, a mantenho integralmente (art. 589 do CPP). Assim, observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, realizando-se o traslado das seguintes peças processuais que entendo necessárias: denúncia, alegações finais e decisão de pronúncia. Por se tratarem de autos digitais, estes podem ser visualizados pelo sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, mediante simples consulta deste número de processo. As peças processuais estão todas nomeadas e identificadas, sendo de fácil acesso e visualização, o que atende ao art. 589 do CPP. A necessidade de traslado das peças processuais, conforme impõe o art. 589 do CPP, justifica-se em casos em que os autos são físicos. Considerando que estes autos são digitais e de domínio público, cujo acesso integral pode ser facilmente realizado via sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, não mais se mostra necessário a realização do traslado de todas as peças do processo. Caso se trate de autos em segredo de justiça, encaminhe-se senha de acesso à secretaria da Câmara Criminal do 2º grau para fins de acesso aos autos desta instância a quo. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM) - Processo 0235581-48.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Igor Pereira Brito e outro - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA o advogado

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0235718-25.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Aline Ferreira Pinheiro - RÉU: José Carlos Souza da Silva - Recebidos e vistos a carta precatória. Testemunhas. 1. Caso trate-se de carta precatória para inquirição de testemunha(s), adotem-se as seguintes providências: 1.1) expeça-se mandado de notificação à testemunha para comparecimento em juízo no prazo de 05 (cinco) dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no mandado o(s)endereço(s) constante(s) da cartaprecatória; 1.2) em caso de não localização da testemunha, conforme certificado pelo oficial de justiça, à secretaria para imediata devolução da carta mediante malote digital, e-mail, carta ou outro recurso disponível; 1.3 intimada a testemunha, à secretaria para designar data para audiência. Acusado. 2. Caso se trate de carta precatória para interrogatório de réu(s), adotem-se as seguintes providências: 2.1) em se tratando se réu preso, à secretaria pararequisita-lo, mediante ofício, e, na mesma oportunidade, designar data para seu interrogatório; 2.2)

em se tratando de réu em liberdade, expeça-se mandado de notificação ao(s) réu(s) para comparecimento em juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no mandado o(s)endereço(s) constante(s) da cartaprecatória; 2.3) em caso de não localização do(s) réu(s) solto(s), conforme certificado pelo oficial de justiça, à secretaria para imediata devolução da carta mediante malote digital, e-mail, carta ou outro recurso disponível; 2.4) intimado o(s) acusado(s), à secretaria para designar data para seu interrogatório. 3. Em qualquer dos casos, seja inquirição de testemunha ou interrogatório do réu, considerando que as audiências são gravadas no sistema de automação do judiciário - SAJ, à secretaria para encaminhar os arquivos audiovisuais mediante compartilhamento de link pelo google drive ou envio de mídia contendo os arquivos ou por outra alternativa segura e viável. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0237554-33.2019.8.04.0001 (processo principal 0213387-88.2015.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - APELANTE: Jefferson Renan Santos de Souza - Recebo o RECURSO EM SENTIDO ESTRITO, tendo em vista sua tempestividade e o preenchimento dos demais pressupostos recursais, conforme preceitua o art. 586, do CPP. Vista ao recorrido para as suas contrarrazões. Após, voltem-me os autos conclusos para as providências do art. 589, do CPP. Cumpra-se.

ADV: ELANE LABORDA DA SILVA (OAB 11222/AM) - Processo 0240448-84.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Gilvan Jackson Ferreira de Freitas Júnior e outro - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA a advogada 11222/AM - Elane Laborda da Silva para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0243171-42.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Rafael Benjamin da Silva - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado RAFAEL BENJAMIN DA SILVA, Brasileiro, mãe Angelica Benjamin da Silva, Nascido 13/04/1995, natural de Manaus - AM, com endereço à Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da SENTENÇA de PRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0243171-42.2017.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 16 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: AMANDA DE OLIVEIRA LOPES (OAB 13271/AM) - Processo 0263230-56.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Manoel Ferreira Lopes Filho - Isto posto, em consonância com o representante do Parquet, DECRETO a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pela morte de ELBISON CASTRO BORGES, qualificado nos autos, nos termos do art. 107, inciso I, do Código Penal e art. 62 do Código de Processo Penal. À secretaria para proceder a baixa do nome do acusado ELBISON CASTRO BORGES no sistema SAJ, e o prosseguimento em relação ao outro acusado. Inti

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0265271-93.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: RODRIGO MARQUES CARVALHO - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA à Defensoria Pública para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: LUCIANO EDUARDO DE SOUSA (OAB 10606/AM), ADV: YASMIN MARIALVES COUTINHO (OAB 12905/AM), ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM) - Processo 0603887-88.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Luciano Leon Santos de Oliveira - Jeová Shallom de Souza Veiga - Diante do exposto, INDEFIRO OS PEDIDOS DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA e EXCESSO DE PRAZO do acusado Luciano Leon Santos de Oliveira, pelos motivos expostos acima. Intimem-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0606880-07.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Klinger da Costa Lima - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA à Defensoria Pública para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/

AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0608568-04.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - VÍTIMAFATO: David Gomes Coelho - Preliminarmente, cumpre a esclarecer que o parecer somente fora liberado nos autos em 12 de setembro de 2019, não obstante a data lançada na promoção correspondente a 22 de agosto de 2019. Portanto, a deliberação judicial esta sendo proferida um dia após a promoção ministerial. Passo a deliberar. A audiência está agendada para o dia 19 de setembro de 2019. A expedição de mandado, nesta data, não poderia ser cumprido pelo Sr meirinho, em razão das regras administrativas que regem a central de mandados, cujo prazo limite para expedição de mandado é de 10 dias antes da audiência. Isto posto, mantenho a realização da audiência para o dia 19 de setembro de 2019, às 11:30hs, sem prejuízo de futura designação de nova data para o fim de ouvir a vítima David Gomes Coelho, mediante a expedição de mandado para o endereço indicado na promoção de fls. 133, vale repisar: Rua João de Barro, 07, Monte Sião (telefone: 98844-7858) Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM) - Processo 0611876-82.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: M.A.M.P.J. e outros - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA à Defensoria Pública para, em 05 (cinco) dias, apresentar o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0611876-82.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: M.A.M.P.J. e outros - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA à Defensoria Pública para, em 05 (cinco) dias, apresentar o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM) - Processo 0611876-82.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: M.A.M.P.J. e outros - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA o advogado 11875/AM - André Ricardo de Araújo Santiago para, em 05 (cinco) dias, apresentar o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM) - Processo 0611876-82.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: M.A.M.P.J. - A.B.S. - D.A.S.V. e outros - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 03/10/2019 às 11:00h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0612886-64.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - AUTORFATO: A Esclarecer - Arquive-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0616601-80.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - REPTANTE: Rafael Guevara dos Santos Cabral - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos em relação ao acusado ARIEL DE SOUZA EVANGELISTA, bem como em face do acusado alcunhado de Neguinho, cuja qualificação será promovida posteriormente pelo Ministério Público. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) ARIEL DE SOUZA EVANGELISTA acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. Quando indicado nos autos a qualificação do nacional alcunhado de Neguinho, promover-se-á a sua citação. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel),

INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta

será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0633500-56.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Induzimento, Instigação ou Auxílio a Suicídio - VÍTIMAFATO: Elizangela Pereira Justo da Silva - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0635657-02.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Induzimento, Instigação ou Auxílio a Suicídio - VÍTIMAFATO: Raynielly Cruz do Nascimento - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição.Intime-se.Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0636516-18.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Janderson Bruno Ferreira Marques e outro - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0637201-25.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Arnaldo Maik dos Santos Melo de Oliveira - Moacir Batista Costa Junior e outros - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito, Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de CITAR o(a) acusado(a) Kelvem Aleksander Queiroz Navegantes,RG 3779652-6, Nascido em 04/06/2001, natural de Manaus/AM, Mãe Alessandra Regina Queiroz Navegante , Rua Estrela Rajada, n° 1796, Redenção nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, tão logo tome conhecimento do presente edital, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito a Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, 2º andar, setor 04 - São Francisco, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, no horário das 08:00 h às 14:00 h, com o fim de ser cientificado da DENÚNCIA formulada pelo Ministério Público, nos autos do processo nº. 0637201-25.2019.8.04.0001, a qual lhe imputa o crime capitulado no art. Art. 121 § 2º, I, III, IV do(a) CP, do Código Penal. O prazo de 10 (dez) dias para responder à acusação por escrito constar-se-á a partir do comparecimento do acusado ou do defensor constituído, ou mesmo da ciência pessoal, nos termos do art. 406, caput e §1º do CPP. Fica o(a)(s) acusado(a)(s) intimado(a) a requerer a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. Cópia da DENÚNCIA ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e da apresentação da resposta escrita, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri. A citação valerá para todos os atos e termos do processo, até o final julgamento. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 13 de setembro de 2019. Eu Daniel Oliveira Alves,Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0639989-12.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: A Identificar - AUTORFATO: A Identificar - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 1229/AM), ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM) - Processo 0640826-04.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Elinaldo Silva dos Santos - Rodrigo Carlos de Souza - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo

legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-

se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0641258-86.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Juscelino Rocha Conceição - AUTORFATO: Marcenildo Fonseca Silva - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação

proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0644407-90.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Flarney Nunes Michele - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância

com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0644622-66.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Wercules Gomes Mesquita - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Amanda de Oliveira Lopes (OAB 13271/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Pedro Castelo Barros (OAB 1229/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Cristiano Leitão Tapajós (OAB 5826/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Elane Laborda da Silva (OAB 11222/AM)
Elizanete Nascimento da Cunha (OAB 13439/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Flavia Yonara Andreola da Silva (OAB 13811/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Luciano Eduardo de Sousa (OAB 10606/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Elizabethe Rodrigues Jeronimo (OAB 7229/AM)
Maria Luciane Coêlho Ituassú da Silva (OAB 12456/AM)
Maria Rocha Fernandes (OAB 13713/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Milene Vieira Martins (OAB 12828/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Nina Cruz Antony Hoaegen (OAB 8217/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)
Thiago Rodrigues Gomes (OAB 8198/AM)
Yasmin Marialves Coutinho (OAB 12905/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0190/2019

ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM) - Processo 0041844-37.2003.8.04.0001 (001.03.041844-6) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Édem de Souza da Silva - Decisão

ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM) - Processo 0201332-03.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Transferência de Preso - APENADO: Rubens da Silva Batista - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Rubens da Silva Batista.

ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0207380-12.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Eraldo Oliveira de Sales - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados às fls. 104/105 em relação ao apenado Eraldo Oliveira de Sales.

ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM) - Processo 0211913-14.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: André Balieiro de Araújo Júnior - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado André Balieiro de Araújo Júnior.

ADV: JANAI DE SOUZA ALMEIDA (OAB 13996/AM) - Processo 0218304-53.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Renato Luiz de Oliveira Matos - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à Defesa (Procuração fls.204), para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados (fls. 197/198) com relação ao apenado Renato Luiz de Oliveira Matos.

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0218914-26.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Guilherme dos Santos Aragao - Por todo o exposto, DEIXO DE APRECIAR O PEDIDO DA DEFESA POR ENTENDER SER INCOMPETENTE PARA TAL ANÁLISE. P.R.I.C.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0219295-87.2019.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Matheus Fernando Delgado de Sousa - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados às fls. 84/85 em relação ao apenado Matheus Fernando Delgado de Sousa.

ADV: MIGUEL DE ARAÚJO BECKMAN (OAB 12909/AM), ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM) - Processo 0221385-05.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - ICMS/Importação - APENADO: Vitor Hugo Pontes de Sousa - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Vitor Hugo Pontes de Sousa.

ADV: GILBERTO MITOUSO DOS SANTOS NETO (OAB 11677/AM) - Processo 0226007-64.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Thiago Miranda da Silva - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Thiago Miranda da Silva.

ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM), ADV: JAYME BENCHAYA MARINHO (OAB 4287/AM), ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM) - Processo 0227135-

85.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Ricardo Araújo de Figueiredo - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Ricardo Araújo de Figueiredo.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0229846-63.2018.8.04.0001 - Pedido de Providências - Transferência de Preso - APENADO: Sergio Alves de Araújo - Diante disso, chamo o feito à ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 44/47, notadamente quanto ao regime de cumprimento da pena, devendo o apenado ser transferido para esta comarca e continuar o cumprimento de sua pena em regime FECHADO, até configurados os requisitos para nova progressão de regime. À Secretaria para as providências necessárias. Expeça-se Guia de Recolhimento/ Atestado de Pena à Cumprir. Em seguida, movam-se os autos para o fluxo do regime pertinente. Cientifique-se à SEAP acerca da presente decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ÉRICA OLIVEIRA GOMES (OAB 11392/AM) - Processo 0230417-78.2011.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Andrio Libório de Araújo - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Andrio Libório de Araújo, , até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO. Expeça-se novo atestado de pena a cumprir. P.R.I.C.

ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM) - Processo 0230793-88.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Marcio Lima Pereira - Nesse contexto, deixo de conhecer do pedido, eis que incompetente para sua análise. P.R.I.Cumpra-se

ADV: ERIC RAFAEL MACEDO DE CARVALHO (OAB 10485/AM) - Processo 0232567-22.2017.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Edilberto Farias da Silva - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Edilberto Farias da Silva.

ADV: FÁBIO RODRIGO DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 13392/AM) - Processo 0234614-66.2017.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: W.L.O. - Assim, acompanhando o parecer ministerial, INDEFIRO o pedido de prisão domiciliar ao sentenciado

ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM) - Processo 0237088-44.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: RAIMUNDO DOS SANTOS DA SILVA - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados às fls. 171/173 em relação ao apenado RAIMUNDO DOS SANTOS DA SILVA.

ADV: MAURO DE FIGUEIREDO LOBATO (OAB 14210/AM) - Processo 0238471-23.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Jean da Silva Rodrigues - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados às fls. 167/169 em relação ao apenado Jean da Silva Rodrigues.

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0246890-66.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Silvio Cavalcante Brito - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de remição e DECLARO REMIDA a pena do sentenciado Silvio Cavalcante Brito em 20 dias. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. Expeça-se novo atestado de pena a cumprir e encaminhe-se ao sentenciado a relação dos dias remidos (Art. 129, parágrafo único, da Lei de Execução Penal).

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0248893-33.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - RÉU: Gerbeson Monteiro de Souza - Designo audiência de justificação, prevista que é no art. 118, § 2º da LEP, para o dia 01.10.2019, às 09 horas.

ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM) - Processo 0254488-52.2008.8.04.0001 (001.08.254488-4) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Auricélio Élias da Silva - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Auricélio Élias da Silva.

ADV: FELIPE SILVEIRA GURGEL DO AMARAL (OAB 18476/CE), ADV: BRUNO GUTERRES AGUIAR FIGUEIREDO FRANCO (OAB 5189/AM) - Processo 0628807-39.2013.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Direitos da Personalidade - REQUERIDO: AUXILIO AGENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E SERVICOS LTDA - UMANIZZARE GESTAO PRISIONAL E SERVICOS LTDA e outros - Às partes para, querendo, manifestarem-se sobre o laudo de inspeção de fls. 1638/1693, no prazo comum de 10 (dez) dias, conforme decisão de fls. 1588/1589. Ao Estado do Amazonas para, no prazo de 30 (trinta) dias, depositar em Juízo o valor correspondente aos honorários periciais, conforme decisão de fl. 1588/1589. Decorrido o prazo para manifestação das partes sobre o laudo, retornem conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Bruno Guterres Aguiar Figueiredo Franco (OAB 5189/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Eric Rafael Macedo de Carvalho (OAB 10485/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Érica Oliveira Gomes (OAB 11392/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes (OAB 13392/AM)
Felipe Silveira Gurgel do Amaral (OAB 18476/CE)
Gilberto Mitouso dos Santos Neto (OAB 11677/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Janai de Souza Almeida (OAB 13996/AM)
Jayme Benchaya Marinho (OAB 4287/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Mauro de Figueiredo Lobato (OAB 14210/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Miguel de Araújo Beckman (OAB 12909/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0191/2019

ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM) - Processo 0233136-86.2018.8.04.0001 - Execução Provisória - Crimes contra a vida - APENADO: Lamman Queiroz de Santana - Intime-se a Defesa do reeducando, caso haja advogado constituído nos autos, ou a Defensoria Pública, para manifestação quanto aos cálculos apresentados. Após, venham-me conclusos para homologação.

Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0320/2019

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0209535-27.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Thiago Santos Pinheiro - Juntadas as diligências requeridas pela defesa (fls. 112/137), dê-se-lhe vista, por 3 (três) dias.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB 397A/RN), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0224422-84.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violação de domicílio - ACUSADO: Juan Pablo Moraes Morrilas - Janio Souza de Oliveira - Ciência à defesa quanto aos documentos juntados às fls. 858/862.

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0228830-50.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Carlos Alberto Pereira da Silva - Interrogatório Data: 08/10/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: GINA CARLA SARKIS ROMEIRO (OAB 2669/AM) - Processo 0229353-96.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita - ACUSADO: Alan Frank Coutinho de Oliveira - Gilvan Luis da Silva - Apesar da decisão relativa ao recebimento da denúncia (fls. 199/200), recebimento que ora mantenho, o feito deve prosseguir de acordo com o rito já adotado nesta Auditoria Militar, de realização do interrogatório como último ato de instrução, iniciando-se esta com o oferecimento da defesa preliminar, nos moldes do artigo 407 e parágrafo único do Código de Processo Penal Militar. Portanto, não efetivadas as citações como preconizadas na parte final decisão de fls. 199/200, ordeno o feito para que as citações se efetivem, a fim de que sejam oferecidas as defesas iniciais, através de defensores constituídos, considerando a renúncia de fls. 198. Intimem-se e requisitem-se, já havendo defensores constituídos em relação ao réu Gilvan Luís da Silva, para o qual não houve renúncia de mandato (fl. 309).

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0632830-23.2016.8.04.0001 - Habeas Corpus Criminal - Crimes de Abuso de Autoridade - PACIENTE: Hedinaldo Parente do Nascimento - Pelo exposto, defiro o presente habeas corpus, cujo paciente é HEDINALDO PARENTE DO NASCIMENTO, solto por ordem liminar, que ora mantenho. Ciência ao Ministério Público. P. R. I. Arquivem-se.

Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gina Carla Sarkis Romeiro (OAB 2669/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Nieli Nascimento Araujo Fernandes (OAB 397A/RN)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)

2ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA (LÚCIO FONTE)
JUIZ(A) DE DIREITO EVERALDO DA SILVA LIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROCILANE NAVEGANTE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0041/2019

ADV: AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM), ADV: AYRIENE FRORES DE SOUSA (OAB 12105/AM) - Processo 0201222-67.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: J.A.S.M. - Dê-se vista ao Ministério Público.

ADV: AYRIENE FRORES DE SOUSA (OAB 12105/AM), ADV: AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM) - Processo 0201222-67.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: J.A.S.M. - Vistos, etc. Cumpra-se.

ADV: AYRIENE FRORES DE SOUSA (OAB 12105/AM), ADV: AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM) - Processo 0201222-67.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: J.A.S.M. - De ordem, fica designado o dia 12/03/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM), ADV: THALYTA VASCONCELOS DA SILVA (OAB 8649/AM), ADV: ELENILCE COSTA DOS SANTOS (OAB 9590/AM) - Processo 0204634-06.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDO: D.M.J. - Em face do exposto julga-se procedente o pedido de alimentos condenando o requerido ao pagamento mensal de prestação alimentícia no valor de 23% do salário mínimo a contar da citação e a guarda compartilhada, com o lar materno como referência e o direito de visita far-se-á de forma livre mediante prévio aviso, diante da falta de resistência do requerido ao pedido. Condena-se o réu nas custas processuais e honorários advocatícios equivalente a dez por cento de 12 prestações alimentícias aqui fixadas (JCAT nº 56/265, RTJ 58/811, RT 417/135 e RJTJSP 9/314), tendo em conta, a natureza da causa e o tempo da demanda, sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98, parágrafo terceiro, do CPC. Arquivar, depois do trânsito em julgado, com baixa na distribuição.

ADV: DÉBORAH CAROLINE SANTOS DA SILVA (OAB 12525/AM), ADV: KETLLEN BRAGA CASTRO (OAB 12518/AM) - Processo 0209793-42.2010.8.04.0001 (001.10.209793-4) - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXECUTADO: M.B.C. - Vistos, etc. Cumpra-se a promoção ministerial de fls. 137.

ADV: NEY ALEXANDRE LIMA LIRA (OAB 13607/AM) - Processo 0210198-63.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: A.F.C.L. - Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes provas que queiram produzir em audiência. Prazo: 10 dias (prazo comum)

ADV: ALBERT VALENTE MATOS (OAB 9303/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0210706-14.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: L.P.M. - Despacho: Feito já sentenciado e baixado. Proceda-se o cadastro do(a)(s) patrono(a)(s) conforme instrumento procuratório juntado às fls. anteriores. Após, à fila de encerrados.

ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM), ADV: TELMÁRCIA DAYENE SILVA DO NASCIMENTO (OAB 10097/AM), ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM), ADV: DÉBORA DIANA LOPES NERIS (OAB 10251/AM) - Processo 0211950-70.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: W.S.C. - Vistos, etc. Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as. Prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: JOYCE LIMA DA SILVA (OAB 8807/AM), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM) - Processo 0212441-14.2018.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: C.O.M. - REQUERIDO: H.O.S. - Intime-se o(a) Advogado(a) subscritor(a) da petição de fls. antecedentes para cumprir na íntegra o disposto no art. 112 do Código de Processo Civil, fazendo juntada aos autos da ciência de seu cliente para nomear outro patrono.

ADV: EDUARDO CARIOCA ARENARE (OAB 12812/AM) - Processo 0213398-78.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERIDA: A.W.N.F. - Proceda-se o cadastro do(a)(s) patrono(a)(s) conforme instrumento procuratório juntado às fls. anteriores.

ADV: LUIZ PAULO FERNANDES (OAB 10080/AM) - Processo 0214774-02.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDA: R.F.A. - Vistos, etc. Cumpra-se.

ADV: LUIZ PAULO FERNANDES (OAB 10080/AM) - Processo 0214774-02.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDA: R.F.A. - De ordem, fica designado o dia 11/03/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0215701-65.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: R.B.D. - Rejeita-se a extinção deste feito pela litispendência conforme despacho de fl. 93. Assim, sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes provas que queiram produzir em audiência. Prazo: 10 dias (prazo comum)

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0216986-40.2012.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.S.S.B.S.S. - Despacho: Feito já sentenciado e baixado. Proceda-se o cadastro do(a)(s) patrono(a)(s) conforme instrumento procuratório juntado às fls. anteriores. Após, à fila de encerrados.

ADV: SÉRGIO VEIGA DOS SANTOS (OAB 14248/AM) - Processo 0218600-36.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.N.P. - REQUERIDO: J.N.S. - Aguardar o prazo de contestação.

ADV: JOAQUIM DONATO LOPES FILHO (OAB 1539/AM) - Processo 0219208-34.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - AUTORA: J.C.V.B. - REQUERIDO: V.F.V.B. - Atendidos aos requisitos indicados segundo da Lei n. 5478/68 arbitra-se os alimentos provisórios em favor do(s) alimentandos, no valor equivalente a 20% (vinte por cento) dos vencimentos líquidos deste, a serem descontados em folha de pagamento, devendo ser entendido como vencimentos líquidos a totalidade dos ganhos mensais auferidos, incluindo-se o 13º salário, o mês das férias + 1/3 Constitucional das férias, gratificações, abonos, horas extraordinárias e indenizações em caso de rescisão contratual de trabalho, excluindo-se para efeito de cálculo, os valores referentes aos descontos tributários, previdenciários e F.G.T.S. Com efeito, os documentos e a idade dos autores indicam a necessidade de alimentos e o valor acima não compromete a subsistência do réu, salvo prova em contrário a ser produzida na instrução. Em síntese: presume-se, até prova em contrário, que o valor arbitrado é compatível com o binômio necessidade-possibilidade, pois o ônus de desconstituir a pretensão é do réu (Conclusões do Centro de Estudos do TJRS n º 37). Por fim, a decisão que fixa os alimentos provisórios não necessita de ampla fundamentação. Isso porque, ao despachar a inicial, o juiz deve fixá-los de ofício, em respeito à presunção de necessidade do requerente (art. 4º, Lei 5.478/68) e, somente quando houver, na inicial, o pedido expresso de desnecessidade da prestação dos alimentos, o Magistrado deixará de arbitrá-los. Paute-se audiência de conciliação. Caso não haja acordo, determino a abertura do prazo para contestação a ser contado a partir da data da audiência bem como o acompanhamento pela equipe multidisciplinar para elaboração do estudo psicossocial. Cite-se. Intime(m)-se. Oficie-se.

ADV: JOAQUIM DONATO LOPES FILHO (OAB 1539/AM) - Processo 0219208-34.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: V.F.V.B. - CERTIFICA, para os devidos fins de direito que se fizerem necessários, que houve um equívoco no termo de audiência de fls. 30, uma vez que quem estava presente era o requerido junto ao seu patrono, estando ausente a requerente. Certifico ainda que nesta data, a requerente compareceu a esta secretaria, ocasião que tomou ciência da audiência de conciliação pautada para o dia 05/11/2019 as 09:00 horas. O requerido será intimado através de seu advogado.

ADV: JOAQUIM DONATO LOPES FILHO (OAB 1539/AM) - Processo 0219208-34.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: V.F.V.B. - Vistos, etc. Intimem-se acerca da audiência de conciliação pautada para o dia 05/11/2019 as 09:00 hrs. Cumpra-se.

ADV: ISABELLA PEREIRA QUEIROZ (OAB 14552/AM) - Processo 0222074-15.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDO: E.A.H. e outro - Proceda-se o cadastro do(a)(s) patrono(a)(s) conforme instrumento procuratório juntado às fls. anteriores.

ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 187A/AM) - Processo 0222960-58.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0629967-94.2016.8.04.0001) - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: B.B.S.C. e outro - Despacho: Feito já sentenciado e baixado. Proceda-se o cadastro do(a)(s) patrono(a)(s) conforme instrumento procuratório juntado às fls. anteriores. Visto tratar-se de processo eletrônico, após a habilitação o patrono terá acesso aos autos em todo o seu conteúdo. Após, à fila de encerrados.

ADV: CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO (OAB 4590/AM) - Processo 0224268-37.2009.8.04.0001 (001.09.224268-6) - Homologação de Transação Extrajudicial - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: A.G.S. e outro - Processo de conhecimento já sentenciado (fls. 14) e baixado. Deve o patrono do(a) parte Requerente, se assim desejar, cadastrar a Exoneração de Alimentos e trasladar as peças correspondentes. As petições devem ser endereçadas para a nova ação, sob pena de não serem conhecidas. À fila de encerrados. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM), ADV: PEDRO CELESTINO DA SILVA (OAB 9758/AM) - Processo 0227508-53.2017.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDO: F.W.S.S. - Uma vez ofertada as alegações pela autora, intime-se o requerido para alegações no prazo de 15 dias conforme art. 364,parágrafo segundo,CPC.

ADV: JOHANN STEPHEN DE OLIVEIRA MELO (OAB 12675/AM) - Processo 0228699-65.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDO: A.C.M. - Proceda-se o cadastro do(a)(s) patrono(a)(s) conforme instrumento procuratório juntado às fls. anteriores.

ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM) - Processo 0229853-55.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Revisão - EXEQUENTE: A.A.S.S. - Vista à parte Exequente, através de seu/sua patrono(a)

legalmente constituído para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da certidão do oficial de justiça de fls. 57, sob pena de, quedando-se inerte e permanecendo silente, o presente feito será extinto. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM) - Processo 0229984-64.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERIDA: R.J.C. - DISPOSITIVO Em face do exposto julga-se improcedente o pedido. Condena-se o autor nas custas processuais e nos honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da causa (atualizado pelo Ipca-e a contar da distribuição) conforme art. 85, § 2º,CPC tendo em conta a natureza da causa que foi de menor complexidade e o tempo da demanda,sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98,parágrafo terceiro ,CPC. Arquive-se, depois do trânsito em julgado, com baixa na distribuição.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0234691-41.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: E.S.C. - Proceda-se o cadastro do(a)(s) patrono(a)(s) conforme instrumento procuratório juntado às fls. anteriores.

ADV: JOÃO EDUARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 13289/AM) - Processo 0236169-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: A.C.R.S. - C.C.R.S. - J.A.R.S. - M.P.S.R.S. - M.R.S. - R.C.R.S. e outros - Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes provas que queiram produzir em audiência. Prazo: 10 dias (prazo comum).

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM), ADV: MARCELO NOBRE DE SOUZA (OAB 7089/AM) - Processo 0239768-75.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERIDO: G.L.S. - Proceda-se o cadastro do(a)(s) patrono(a)(s) conforme instrumento procuratório juntado às fls. anteriores.

ADV: ANTONIO MANSOUR BULBOL NETO (OAB 14611/AM) - Processo 0240691-28.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXEQUENTE: C.B.S.S. - Intime-se o(a) advogado(a) subscritor(a) da petição de fls. antecedentes para juntar o instrumento procuratório no prazo de 15 (quinze) dias conforme art. 104 §1º do Código de Processo Civil,sob pena de cancelamento da distribuição.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: WIRLENY BENEZAR FALCÃO (OAB 13837/AM) - Processo 0244098-71.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: F.R.A. - Proceda-se o cadastro do(a)(s) patrono(a)(s) conforme instrumento procuratório juntado às fls. anteriores.

ADV: LUIZ CLÁUDIO PIRES COSTA (OAB 10798/AM), ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM), ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM) - Processo 0246632-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERIDO: M.M.L. - PAUTE - SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DEVENDO AS PARTES TRAZEREM SUAS TESTEMUNHAS SEM INTIMAÇÃO OU, CASO QUEIRAM, DEVEM JUNTAR O ROL NO PRAZO DE 15 DIAS ANTES DA AUDIÊNCIA.INTIMEM-SE AS TESTEMUNHAS DE FL. 04.

ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM), ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM), ADV: LUIZ CLÁUDIO PIRES COSTA (OAB 10798/AM) - Processo 0246632-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERIDO: M.M.L. - De ordem, fica designado o dia 11/03/2020 às 10:15h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM), ADV: GUARACY DE JESUS DIAS REBELO (OAB 4708/AM) - Processo 0249391-56.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERIDO: L.O.N. - Vistos, etc. Diante da dificuldade de comunicação junto ao CDP, ao Advogado do Executado para juntar o comprovante da prisão de seu cliente. Cumpra-se.

ADV: LUANA BARBOSA SERRÃO (OAB 13705/AM) - Processo 0606069-52.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: K.W.S.B. - Isto posto, ante a satisfação da obrigação, julgo SUSPENSA a presente execução até o integral cumprimento do acordo, nos termos dos artigos 924, III e 922 do Código de Processo Civil. Isto posto, ante a satisfação da obrigação, julgo extinta a presente execução, nos termos do artigo 924, III, do Código de Processo Civil. Expeça-se Alvará para saque de valores bem como o competente Alvará de Soltura, ou se for o caso ou recolha-se o Mandado de Prisão. INTIME-SE O(A) EXECUTADO ACERCA DO PAGAMENTO DOS EMOLUMENTOS DE PROTESTO JUNTO AO 4º TABELIONATO DE PROTESTOS DE NOTAS DE MANAUS, SE HOUVER. OFICIE-SE AO SPC/SERASA PARA RETIRADA DA INSCRIÇÃO DO NOME DO(A) EXECUTADO(A), SE HOUVER. PROCEDA-SE O DESBLOQUEIO DE VALORES DE PIS OU FGTS JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM NOME DO(A) EXECUTADO(A), SE HOUVER EXPRESSO NO TERMO DE ACORDO REALIZADO.

ADV: KELEN CRISTINA PIVOTTO LENGOUSKI (OAB 45545/DF) - Processo 0640317-78.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Causas Supervenientes à Sentença - EXECUTADO: V.S.A. - Vistos, etc. Cumpra-se o patrono das partes a promoção ministerial de fls. 93.

ADV: KYARA TRINDADE BARBOSA (OAB 13913/AM) - Processo 0646498-56.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Any Carolini Batista de Araújo - Intime-se a parte autora, através de seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, juntando aos autos a cópia da sentença que homologou o acordo de fls. 9, sob pena de indeferimento da inicial, conforme art. 321, parágrafo único, do CPC.

ADV: SILVANA NOVAES SANTOS (OAB 17644O/MT) - Processo 0648033-20.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Monica Aurelia de Magalhães Garcia - Antonio Fernando Pimentel de Magalhaes - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: VICTOR CEOLIN FROTA (OAB 7994/AM) - Processo 0648857-76.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.K.S.N.B. - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: DAVID PEREIRA MEDEIROS (OAB 13618/AM) - Processo 0649153-98.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: L.M.B. - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: LETÍCIA VITÓRIA BRITO DE ARAÚJO (OAB 13598/AM) - Processo 0659619-88.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: MARIA JOANA OLIVEIRA FERNANDES (12/04/2003) e CLARA MARIA OLIVEIRA FERNANDES (06/02/2006), - Intime-se o(a) autor(a) para informar seu interesse no prosseguimento do feito no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento dos autos, considerando válida a intimação do art. 274 § único do Código de Processo Civil. Sendo inválida a intimação por carta, expeça-se mandado de intimação; Caso não seja encontrado intime-se-o mediante edital (prazo 20 dias).

Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
Albert Valente Matos (OAB 9303/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antonio Mansour Bulbol Neto (OAB 14611/AM)
AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM)

Ayriene Frores de Sousa (OAB 12105/AM)
Carlos Alberto Souza de Almeida Filho (OAB 4590/AM)
Carolina Albuquerque do Valle (OAB 8112/AM)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
David Pereira Medeiros (OAB 13618/AM)
Débora Diana Lopes Neris (OAB 10251/AM)
Déborah Caroline Santos da Silva (OAB 12525/AM)
Eduardo Carioca Arenare (OAB 12812/AM)
Elenilce Costa dos Santos (OAB 9590/AM)
Guaracy de Jesus Dias Rebelo (OAB 4708/AM)
Isabella Pereira Queiroz (OAB 14552/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
João Eduardo Rodrigues do Nascimento (OAB 13289/AM)
Joaquim Donato Lopes Filho (OAB 1539/AM)
Johann Stephen de Oliveira Melo (OAB 12675/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
Joyce Lima da Silva (OAB 8807/AM)
Kelen Cristina Pivotto Lengouski (OAB 45545/DF)
Ketllen Braga Castro (OAB 12518/AM)
Kyara Trindade Barbosa (OAB 13913/AM)
Letícia Vitória Brito de Araújo (OAB 13598/AM)
Luana Barbosa Serrão (OAB 13705/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luiz Cláudio Pires Costa (OAB 10798/AM)
Luiz Paulo Fernandes (OAB 10080/AM)
Marcelo Nobre de Souza (OAB 7089/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Ney Alexandre Lima Lira (OAB 13607/AM)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 187A/AM)
Pedro Celestino da Silva (OAB 9758/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Sérgio Veiga dos Santos (OAB 14248/AM)
Silvana Novaes Santos (OAB 17644O/MT)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Telmárcia Dayene Silva do Nascimento (OAB 10097/AM)
Thalyta Vasconcelos da Silva (OAB 8649/AM)
Victor Ceolin Frota (OAB 7994/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)
Wirleny Benezar Falcão (OAB 13837/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0194/2019

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0212050-59.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.B.M. - De ordem do Juiz da 5ª Vara de Família (Euza Maria), intime-se a parte interessada acerca da expedição da carta precatória, a fim acompanhar o cumprimento da diligência perante o juízo deprecado e, bem assim, cooperar para que o prazo fixado seja observado.

ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM) - Processo 0221356-52.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDA: A.M.S.P. - Comunique-se a requerida sobre o ofício. Processo sentenciado. Mantenha-se baixa e arquivamento.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0221363-10.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: D.B.O. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: ELIEL SERRA CHAGAS (OAB 26550/PA) - Processo 0224344-46.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERIDO: J.J.R.A. - Tem-se por deferido o pedido de pág.35/36. Expeça-se carta precatória à Comarca de Santarém/PA, para coleta de material genético do requerido, em data e horário a serem designados pelo juízo deprecado; com a carta, o kit correspondente. Da intimação do requerido deverá constar que caso não compareça à audiência para coleta do material, ter-se-á por presumida a paternidade, nos termos do art. 2º-A, parágrafo único, da Lei 8.560/92 e da Súmula 301 do STJ. Conste da carta a informação de que o material biológico a ser coletado será a saliva do requerido, devendo o juízo deprecado, em caso de dúvidas quanto ao procedimento de coleta, entrar em contato com o Laboratório Gene, por meio do telefone (31) 2105-8000. Intime-se.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0225324-27.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: E.S.F. - Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação, sem resposta. Revelia decretada. Julgamento antecipado anunciado. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A(o) ré(u), embora citada(o), não se fez presente, para eventual contestação. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM) - Processo 0623964-55.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: P.M. - Vista ao patrono do requerido para em 10 (dez) dias se manifestar sobre o relatório do estudo psicossocial de fls.780/782. Após, voltem-me conclusos.

ADV: THOMAZ DOS SANTOS FARIAS (OAB 8691/AM), ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 695A/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM) - Processo 0644228-30.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDA: B.C.O.S. - Intimem-se as partes para manifestação sobre o estudo psicossocial, no prazo comum de 10 (dez) dias. Após, vista ao Ministério Público.

Ana Regina Souza (OAB 1797/AM)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Eliel Serra Chagas (OAB 26550/PA)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 695A/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Thomaz dos Santos Farias (OAB 8691/AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0086/2019

ADV: CRIS DE SOUZA COELHO (OAB 13653/AM) - Processo 0202446-40.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.M.B. - Defiro o pedido formulado às fls. 23, efetue-se consulta junto ao SIEL. Cumpra-se, com urgência.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM) - Processo 0208936-15.2018.8.04.0001 (processo principal 0222912-60.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Guarda - REQUERENTE: Mizilene Carvalho de Freitas - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente,

pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CELSO VALÉRIO FRANÇA VIEIRA (OAB 3886/AM), ADV: FRANCINETE SEGADILHA FRANÇA (OAB 867/AM), ADV: MÁRCIO ROCHA BENTES (OAB 10704/AM), ADV: CRISTIANO GONÇALVES PIRES (OAB 10755/AM), ADV: CÁSSIO FRANÇA VIEIRA (OAB 4409/AM) - Processo 0218672-57.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.S.C.C.J. - REQUERIDA: A.S.C. e outro - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0220888-35.2011.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.F.C. - REQUERIDA: K.P.G.C. - Ante o teor da petição de fls. 164, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DINELSON AZEVEDO MARIALVA (OAB 6094/AM) - Processo 0221205-52.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: W.S.F. e outro - Ante o teor da petição de fls. 34, fixe-se nova data para audiência de conciliação, devendo a requerida ser citada no endereço informado às fls. 34. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ÉRIKA PATRÍCIA DE LUCENA SILVA (OAB 5640/AM) - Processo 0233581-12.2015.8.04.0001 (processo principal 0608270-22.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Nulidade - EXEQUENTE: Érika Patrícia de Lucena Silva - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM), ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM) - Processo 0235288-15.2015.8.04.0001 (processo principal 0623958-87.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Dissolução - REQUERENTE: Claudecy de Lima Arejo e outros - REQUERIDO: A.C.F.A. - Expeça-se Alvará, em nome do advogado do Exequente, Dra. Kassia Cristina Pereira Torres, regularmente inscrito na OAB/AM sob nº 10.577, autorizando-o a sacar o valor de R$ 4.296,83 (quatro mil duzentos e noventa e seis reais e oitenta e três centavos), acrescido de juros e correção monetária, depositado na conta judicial, conforme comprovante de fls. 50. Como requer o Ministério Público em fls. 60, seja realizada pesquisa junto ao Infojud e Renajud para posterior penhora, em caso de ser frutífera a diligência. Cumpra-se.

ADV: TAIS NAIARA SOUZA BEZERRA (OAB 12579/AM), ADV: CAIQUE CLEYDSON ALENCAR DE CARVALHO (OAB 12993/AM), ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0238900-58.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: B.E.C.M. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: REGILSON PINTO GOMES (OAB 10288/AM), ADV: FRANCISCO RICARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 12493/AM) - Processo 0600701-33.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: W.A.G. - EXECUTADA: C.P.L.G. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: DANIELLE MENEZES COELHO (OAB 11856/AM) - Processo 0601662-32.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: A.R.M. - EXECUTADO: F.D.C. - Intime-se a parte exequente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 65. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: JOÍSA MACIEL GUERRA DE SOUZA (OAB 7774/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: LOURIVAL SIQUEIRA SILVA NETO (OAB 11828/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE CHÍXARO AIRES (OAB 13023/AM), ADV: LETÍCIA SANT'ANA XAVIER (OAB 12994/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: FILIPE DE FREITAS NASCIMENTO (OAB 6445/AM), ADV: JOYCE VIVIANNE VELOSO DE LIMA (OAB 8679/AM), ADV: CARLA DAYANY LUZ ABREU (OAB 7038/AM), ADV: MARIANA DE JESUS RODRIGUES RAMOS (OAB 9702/AM), ADV: LUZILENA GOMES MOTA (OAB 9991/AM) - Processo 0602018-32.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.R.F. - REQUERIDA: E.B.S. - À Secretaria, para providenciar a intimação das partes para comparecerem ao Setor de Psicologia Forense, conforme requerido às fls. 166. Cumpra-se, com urgência.

ADV: NEURIVAN DA SILVA REBOUÇAS (OAB 8126/AM) - Processo 0605010-92.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: C.S.J. - Defiro o pedido formulado às fls. 120, expeça-se nova carta precatória para o requerido cumprir o despacho de fls. 103. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RHAIZA JULIANA OLIVEIRA VIEIRA (OAB 8993/AM) - Processo 0606844-62.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.M.C.F. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o douto parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Joao Miranda Carvalho Filho e Maria Romeria da Silva Mota, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda permanecerá usando o seu nome de casada, a saber Maria Romeria da Silva Mota. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. A presente sentença servirá como Formal de Partilha, para os fins de direito, cabendo a cada um dos divorciandos os bens relacionados no acordo celebrado. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor dos requerentes, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando aos filhos toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Tendo as partes renunciado ao prazo recursal, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

ADV: PALOMA MAQUINÉ DA SILVA (OAB 12769/AM) - Processo 0607821-54.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.Y.S.H. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, e em consonância com o parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Juíle Yoshie Sarkis Hanada e Philipe da Silva Araújo, para RECONHECER e DECLARAR a existência da união estável entre os conviventes, com supedâneo nos arts. 19, inciso I do C.P.C, c/c o art. 226, §3º da Constituição Federal e art. 1.723 a 1.725 do Código Civil, cuja convivência perdurou pelo período compreendido entre 23/12/2016 a 05/09/2018, bem como a sua DISSOLUÇÃO. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor dos requerentes, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando ao filho toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em julgado, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

ADV: WILLIAM SAMI RAMOS (OAB 8149/AM) - Processo 0608235-23.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Maria Vilanir Bento de Araújo - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0609011-57.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.F.M. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Na mesma oportunidade, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CÉSAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB 8026/AM) - Processo 0609773-05.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.G.B. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Na mesma oportunidade, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0612554-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.O.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM), ADV: HENRIQUE SANTOS CANET (OAB 45691/BA) - Processo 0613315-31.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: K.M.A. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM), ADV: RAFAEL BASÍLIO DE SOUZA (OAB 8892/AM) - Processo 0613340-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.M.O. - REQUERIDA: B.S.C. e outros - Defiro o pedido formulado às fls. 97, fixe-se data para realização de audiência de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se a parte requerente, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Citem-se e intimem-se as partes requeridas, ressaltando que, caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação da sua contestação. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SUZANA DE OLIVEIRA FEITOZA (OAB 11283/AM), ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM), ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: MARITZA VALÉRIA TAVARES DIBO (OAB 12139/AM) - Processo 0613498-65.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.C.L. - REQUERIDO: M.R.D. - Defiro os pedidos formulados na petição de fls. 181, com a ressalva de que a própria parte ou o seu advogado deverão comparecer, pessoalmente, na Secretaria da 7ª Vara de Família a fim de obter a senha do processo. Aguarde-se a realização da audiência no CEJUSC. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0615633-84.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ASSISTENTE: M.F.M. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BIANCA ALVES BORGES (OAB 11826/AM), ADV: SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM) - Processo 0616088-15.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Sidney Silva Cavalcante - Ante a certidão de fls. 25, decreto a revelia da parte requerida, com fulcro no art. 344 do C.P.C. Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 348 do C.P.C.. Caso o autor manifeste desinteresse na produção adicional de provas, impor-se-á o julgamento antecipado da lide, conforme dispõe o art. 355, inciso II do C.P.C., razão pela qual, deverão os autos voltarem-me conclusos para sentenciar. Intime-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ERIK FRANCO DE SÁ (OAB 3786/AM) - Processo 0617550-75.2017.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Seção Cível - REQUERENTE: F.S.N. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte

autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ALINE AQUINO AFONSO (OAB 9722/AM), ADV: SANDOVAL FERNANDO CARDOSO DE FREITAS JÚNIOR (OAB 9321/AM), ADV: HENRY MAIRO HENRIQUE RAMOS (OAB 12019/AM) - Processo 0618950-27.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Paollo Maciel Gomes - REQUERIDA: Natalia Aquino Afonso Gomes - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LARISSA ROSAS NOGUEIRA CHAGAS (OAB 12939/AM) - Processo 0619217-28.2019.8.04.0001 - Guarda - Fixação - REQUERENTE: Maria das Dores Souza do Nascimento - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOSÉ FERNANDO BRASIL DE ARAÚJO (OAB 9633/AM) - Processo 0619242-80.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: A.S.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, cumprir o despacho de fls. 40, promovendo o prosseguimento do feito, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM) - Processo 0619385-69.2015.8.04.0001 - Sobrepartilha - Alienação Judicial - REQUERENTE: Fernando Gomes dos Santos - Ante a certidão de fls. 109, decreto a revelia da parte requerida, com fulcro no art. 344 do C.P.C. Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 348 do C.P.C.. Caso o autor manifeste desinteresse na produção adicional de provas, impor-se-á o julgamento antecipado da lide, conforme dispõe o art. 355, inciso II do C.P.C., razão pela qual, deverão os autos voltarem-me conclusos para sentenciar. Intime-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: KÁTIA ALMEIDA DA SILVA (OAB 8928/AM) - Processo 0620906-49.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: T.M.S. - Ante a certidão de fls. 113, decreto a revelia da parte requerida, com fulcro no art. 344 do C.P.C. Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 348 do C.P.C.. Caso o autor manifeste desinteresse na produção adicional de provas, impor-se-á o julgamento antecipado da lide, conforme dispõe o art. 355, inciso II do C.P.C., razão pela qual, deverão os autos voltarem-me conclusos para sentenciar. Intime-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EURISMAR MATOS DA SILVA (OAB 9221/AM) - Processo 0621539-26.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: I.A.L. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 102. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SAMANTA COELHO DA SILVA E SILVA (OAB 9746/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0621624-12.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: R.C.A. - ALIMENTANT: S.R.J.A. - Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0621779-44.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.S.F. - É o relatório. Decido: Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, e em consonância com o Ministério Público, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Dayane dos Santos Ferreira e Willesmar da Silva Maia, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor dos requerentes, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando aos filhos toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: IOVANE NUNES PENHA (OAB 3023/AM), ADV: SÉRGIO LUIZ RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 12953/AM), ADV: JONES DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 9616/AM), ADV: CELSO JOSE DIAS (OAB 11774/AM), ADV: LUZENILDO PEREIRA FIGUEIRA (OAB 3956/AM) - Processo 0623323-38.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: A.C.E.G. - ALIMENTANT: A.G. - Intime-se novamente a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir o despacho de fls. 103. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MYLENE COSTA MACIEL FAÇANHA (OAB 4835/AM), ADV: ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM), ADV: NORMA BARBOZA ARAÚJO (OAB 2845/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: DORA MESTANZA BARCIO DE PAIVA (OAB 12764/AM) - Processo 0624632-94.2016.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Dissolução - REQUERENTE: M.A.S. - REQUERIDA: C.S.M. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0625408-60.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: A.E.B.C. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, atentando-se ao r. Parecer Ministerial de fls. 72 e requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RADSON ROCHA DE ARAÚJO (OAB 6740/AM) - Processo 0625581-84.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: M.G.R.N. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0626305-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: Raimunda Vilma Cunha da Mota - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 35. Suprida a irregularidade apontada, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0626403-39.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.B.B.R. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Na mesma oportunidade, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0626722-75.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.E.K.M.A.M. - Intimem-se as partes para que, em quinze dias, indiquem provas a produzir, caso queiram. Cumpra-se.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: MÁRCIA FABÍOLLA HOLANDA FERREIRA (OAB 9338/AM), ADV: SOCORRO VANDERLÉIA CHAVES MEDEIROS FERREIRA (OAB 9865/AM) - Processo 0627899-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bem de Família - REQUERENTE: Alberto Costa Chaves - REQUERIDA: Maria de Jesus da Silva Souza - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM) - Processo 0629267-84.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.S.B. - Chamo o processo à ordem, para tornar sem efeito a certidão de fls. 99. Atenda-se ao pedido de fls. 102/103. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CAMILA CÉLIA MIRÃO LIMA DE JESUS (OAB 11306/AM), ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM), ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1142A/AM) - Processo 0629397-11.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.M.P. - REQUERIDA: N.M.G. - Determino abertura de prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de alegações finais por parte dos interessados. Após este lapso, faça-se vista ao Ministério Público. Por fim, retornem os autos conclusos para sentença. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CASTRO PONTES (OAB 10981/AM) - Processo 0629652-95.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Exoneração - REQUERENTE: J.G.B. - Ante a certidão de fls. 132, decreto a revelia da parte requerida, com fulcro no art. 344 do C.P.C. Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 348 do C.P.C.. Caso o autor manifeste desinteresse na produção adicional de provas, impor-se-á o julgamento antecipado da lide, conforme dispõe o art. 355, inciso II do C.P.C., razão pela qual, deverão os autos voltarem-me conclusos para sentenciar. Intime-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RUCILEY TAVARES VINENTE (OAB 8834/AM), ADV: MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 6469/AM) - Processo 0630109-30.2018.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Casamento - REQUERENTE: J.S.C. - REQUERIDO: J.B.L. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM) - Processo 0631260-31.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: E.G.N. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, atentando-se ao r. Parecer Ministerial e requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0631531-11.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.Y.N.S. e outro - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: RODRIGO CASTRO VAZ (OAB 6719/AM) - Processo 0631571-90.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: L.G.A.B. - Intimem-se as partes, por seu advogado e por seu defensor, para em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, apresentarem suas alegações finais, conforme art. 364, § 2º do C.P.C. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: LEÔNCIO PAES DE CARVALHO (OAB 12809/AM), ADV: LEONCIO PAES DE CARVALHO (OAB 12809/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0632469-69.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: R.S.S. - EXECUTADO: A.A.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOSÉ ROBERTO LOPES CAÚLA (OAB 8151/AM) - Processo 0633492-50.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.S.A. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCELO DE LIMA (OAB 2797/AM), ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0633722-29.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.A.S. - Com a finalidade de se evitar nulidade processual, nomeio Curador Especial, nos termos do art. 72, II, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: DALMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 12527/AM), ADV: BÁRBARA TORRES SACCO SOUSA (OAB 39523/GO) - Processo 0634649-87.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: S.L.B.C.C. - REQUERIDO: M.C.C.C. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o douto parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Sabrina Lina Barreiro Carneiro da Cunha e Marcelo Carneiro da Cunha Costa, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, a saber, Sabrina Lina Barreiro, prosseguindo-se o feito no que tange aos alimentos para o filho e à partilha de bens. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor dos requerentes, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando ao filho toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Aguarde-se o transcorrer do prazo para apresentação da contestação, conforme Termo de Audiência de fls. 91/93. P.R.I.

ADV: DENY FRANCY ARAÚJO DA ROCHA (OAB 12136/AM), ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM), ADV: ALCINARA MARQUES DOS SANTOS (OAB 8665/AM) - Processo 0635096-17.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: P.S.P.S. - REQUERIDA: S.M.C.Q. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, cumprir o despacho de fls. 86. Manifestação nos autos, voltem-me os autos conclusos para sentenciar. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 1339/AM) - Processo 0637147-93.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0609583-13.2016.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: C.E.S.S. - Cumpra-se o despacho de fls. 15 no endereço indicado às fls. 21. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM) - Processo 0638209-71.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.B.S. - REQUERIDA: L.M.F. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 6469/AM) - Processo 0638341-70.2014.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: S.A.E. - Sopesado o exposto e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais,, DECRETO a INTERDIÇÃO de AIDA ALVES EHM, com base no art. 1.767, I, do Código Civil, nomeando-lhe CURADOR(A) sua filha, SHIRLEY ALVES EHM, que a representará nos atos da vida civil e na administração dos seus bens, sobretudo, os de natureza patrimonial e negocial, podendo praticar todos os atos inerentes ao exercício do encargo, em nome da genitora curatelada interditada, com exclusividade, com a inspeção deste Juízo, obrigando-se à prestação de contas, com fulcro no art. 1.774, c/c o art. 1.747, caput e incisos, e segts. caput e incisos, e art. 1.755, do Código Civil, no que couber. Expeça-se em favor da Curadora o Termo de Curatela, mediante a prestação de compromisso de bem e fielmente cumprir o encargo, de acordo com o disposto no art. 759, do Código de Processo Civil. Expeça-se Mandado para a inscrição da sentença junto ao Cartório do 1º Ofício do Registro de Pessoas Naturais, procedendo-se a imediata publicação desta decisão na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o(a) interdito(a) poderá praticar autonomamente, conforme exigência do art. 755, § 3º, do C.P.C. À Secretaria, para as providências cabíveis. Sem custas.. Transitada em Julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 2026/AM) - Processo 0640220-73.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: W.E.F.C. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, e em consonância com o parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Wehington Elviro Felix da Costa e Elizangela Marinho Marques, para RECONHECER e DECLARAR a existência da união estável entre os conviventes, com supedâneo nos arts. 19, inciso I do C.P.C, c/c o art. 226, §3º da Constituição Federal e art. 1.723 a 1.725 do Código Civil, cuja convivência perdurou pelo período compreendido entre 1994 a 2018, bem como a sua DISSOLUÇÃO. A presente sentença servirá como Formal de Partilha, para os fins de direito, cabendo a cada um dos divorciandos os bens relacionados no acordo celebrado. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor dos requerentes, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando à filha toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Tendo as partes renunciado ao prazo recursal, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0640386-42.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.E.C.M. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir o despacho de fls. 32. Cumpra-se, com urgência.

ADV: WILIAN DOS SANTOS TORRES JÚNIOR (OAB 11026/AM), ADV: ALMIR ALBUQUERQUE DOS SANTOS ANSELMO (OAB 8441/AM) - Processo 0641181-82.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: W.O.M. - Ante o exposto, e mais o que dos autos consta, e em consonância com o Ministério Público, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por WENDELL DE OLIVEIRA MAGALHÃES, por representação, e Reinaldo Menezes Magalhães em audiência de fls. 53/55 e 27/28, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido/Custas pagas. P.R.I.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0641766-32.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: A.C.G.A. e outro - É o relatório. Decido: Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Ana Cláudia Gean de Alencar, Ana Paula Gean de Alencar e Rossine Ferreira Alencar, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Oficie-se ao empregador do requerente encaminhando cópia desta decisão, no sentido de cancelar, a partir do mês em curso, os descontos que vinham sendo efetuados no contracheque do alimentante. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Tendo as partes renunciado ao prazo recursal, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: LIGIER MARTINS MOREIRA JÚNIOR (OAB 6660/AM), ADV: EDVAR DA SILVA NUNES JUNIOR (OAB 13068/AM) - Processo 0642409-58.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.L.F.O. - Intimem-se as partes, por seu advogado e por seu defensor, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: TAMIRES CRUZ DO AMARAL (OAB 9282/AM) - Processo 0644272-78.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.R.S.P. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, fazendo constar no polo ativo da ação somente o Sr. Anderson Rodrigo Souza Peixoto, genitor do menor. Ademais, cumpre ressaltar que o menor não detém legitimidade, para em seu próprio nome, requerer a regulamentação de sua própria guarda, devendo o pedido ser formulado pelo genitor que pretende regulamentar a guarda de seu filho. Cumpra-se, com urgência.

ADV: HAILDO JARBAS RODRIGUES (OAB 5304/AM) - Processo 0644368-93.2019.8.04.0001 - Guarda - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: O.F.C.J. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, configurada a litispendência, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 43, c/c art. 337, §§ 1o, 2º e 3º e art. 485, inciso V, § 3o todos do C.P.C., ao mesmo tempo em que TORNO SEM EFEITO a decisão interlocutória de fls. 37/38. Sem custas. Transitada em julgado, proceda-se à baixa e ao arquivamento atinente com as cautelas legais. P. R. I..

ADV: MIKAELLY ADRIANA DA SILVA ARAÚJO (OAB 10159/AM) - Processo 0645930-40.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: W.S.C. e outro - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o douto parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de William da Silva Carvalho e Alice Souza Silva Carvalho, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, a saber Alice Souza Silva. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir

qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor da requerente, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando à filha toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Oficie-se ao empregador do alimentante, para que proceda aos descontos devidos, cumprindo rigorosamente a presente decisão, sob pena de incorrer nas sanções do art. 22 da Lei nº. 5.478/68. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em julgado, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

ADV: RUBENS DAMIANOS LAPAS (OAB 11426/AM) - Processo 0647797-68.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.A.C. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos certidão de nascimento da menor H. G. de C., tendo em vista ser documento indispensável à propositura do feito, sob pena de indeferimento. Suprida a irregularidade apontada, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ADRIANO GONÇALVES FEITOSA (OAB 12531/AM) - Processo 0648123-28.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Guarda - REQUERENTE: A.F.V. e outro - Intimem-se as partes, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, acostarem aos autos nova cópia de acordo devidamente assinado em todas as suas vias, pelas partes e por seu patrono, sob pena de indeferimento. Suprida a irregularidade apontada, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0649026-63.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: Diego Barbosa de Souza - Intimem-se as partes, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos nova cópia do acordo, devidamente assinada em todas as vias, pelas partes e por seu patrono, devendo todos os requisitos do art. 731, do C.P.C. ser atendidos, sob pena de indeferimento, facultando às partes informarem se renunciam ao prazo recursal. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0649094-13.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Quitação - REQUERENTE: Mábio Brazil Maia - Intimem-se as partes, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, fazendo constar do acordo cláusula referente ao direito de visitas do genitor, bem como, informar se as partes dispensam os alimentos entre si, além de juntar aos autos nova cópia do acordo, devidamente assinada em todas as vias, pelas partes e por seu patrono, devendo todos os requisitos do art. 731, do C.P.C. ser atendidos, sob pena de indeferimento, facultando às partes informarem se renunciam ao prazo recursal. Suprida a irregularidade apontada, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM) - Processo 0651176-51.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.R.P. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM) - Processo 0655872-33.2018.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Casamento - REQUERENTE: W.M.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

Adriano Gonçalves Feitosa (OAB 12531/AM)
Alcinara Marques dos Santos (OAB 8665/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Aline Aquino Afonso (OAB 9722/AM)
Almir Albuquerque dos Santos Anselmo (OAB 8441/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Arthêmio Wagner Dantas de Oliveira (OAB 2026/AM)
Bárbara Torres Sacco Sousa (OAB 39523/GO)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
Bianca Alves Borges (OAB 11826/AM)
Caique Cleydson Alencar de Carvalho (OAB 12993/AM)
CAMILA CÉLIA MIRÃO LIMA DE JESUS (OAB 11306/AM)
Carla Dayany Luz Abreu (OAB 7038/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Cássio França Vieira (OAB 4409/AM)
Celso Jose Dias (OAB 11774/AM)
Celso Valério França Vieira (OAB 3886/AM)
César Luiz Campos da Costa (OAB 8026/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cláudia Maria Nobre Lisboa (OAB 2109/AM)
Cris de Souza Coelho (OAB 13653/AM)
Cristiano Gonçalves Pires (OAB 10755/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Dalmo Pereira da Silva Neto (OAB 12527/AM)
DANIELLE MENEZES COELHO (OAB 11856/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
Deny Francy Araújo da Rocha (OAB 12136/AM)
Dinelson Azevedo Marialva (OAB 6094/AM)
Dora Mestanza Barcio de Paiva (OAB 12764/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
Edvar da Silva Nunes Junior (OAB 13068/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM)
Erik Franco de Sá (OAB 3786/AM)
Érika Patrícia de Lucena Silva (OAB 5640/AM)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Eurismar Matos da Silva (OAB 9221/AM)
Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 1339/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Filipe de Freitas Nascimento (OAB 6445/AM)
Francinete Segadilha França (OAB 867/AM)
Francisco Ricardo dos Santos Assis (OAB 12493/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1142A/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Haildo Jarbas Rodrigues (OAB 5304/AM)
Henrique Santos Canet (OAB 45691/BA)
Henry MAiro Henrique Ramos (OAB 12019/AM)
Iovane Nunes Penha (OAB 3023/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jander Rubem Souza da Rocha (OAB 7886/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Joísa Maciel Guerra de Souza (OAB 7774/AM)
Jones de Oliveira Santos (OAB 9616/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Castro Pontes (OAB 10981/AM)
José Fernando Brasil de Araújo (OAB 9633/AM)
José Roberto Lopes Caúla (OAB 8151/AM)
Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB 8679/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Kátia Almeida da Silva (OAB 8928/AM)
Larissa Rosas Nogueira Chagas (OAB 12939/AM)
Leoncio Paes de Carvalho (OAB 12809/AM)

Leôncio Paes de Carvalho (OAB 12809/AM)
Letícia Sant'ana Xavier (OAB 12994/AM)
Ligier Martins Moreira Júnior (OAB 6660/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Lourival Siqueira Silva Neto (OAB 11828/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Henrique Chíxaro Aires (OAB 13023/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Luzenildo Pereira Figueira (OAB 3956/AM)
Luzilena Gomes Mota (OAB 9991/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcelo de Lima (OAB 2797/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Márcia Fabíolla Holanda Ferreira (OAB 9338/AM)
Márcio Rocha Bentes (OAB 10704/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Maria Ferreira de Oliveira (OAB 6469/AM)
Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (OAB 9702/AM)
Maritza Valéria Tavares Dibo (OAB 12139/AM)
MIKAELLY ADRIANA DA SILVA ARAÚJO (OAB 10159/AM)
Mylene Costa Maciel Façanha (OAB 4835/AM)
NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Neurivan da Silva Rebouças (OAB 8126/AM)
Norma Barboza Araújo (OAB 2845/AM)
Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Paloma Maquiné da Silva (OAB 12769/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Radson Rocha de Araújo (OAB 6740/AM)
Rafael Basílio de Souza (OAB 8892/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Regilson Pinto Gomes (OAB 10288/AM)
Rhaiza Juliana Oliveira Vieira (OAB 8993/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)
RUBENS DAMIANOS LAPAS (OAB 11426/AM)
Ruciley Tavares Vinente (OAB 8834/AM)
Samanta Coelho da Silva e Silva (OAB 9746/AM)
Sandoval Fernando Cardoso de Freitas Júnior (OAB 9321/AM)
SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Sérgio Luiz Ribeiro dos Santos (OAB 12953/AM)
SOCORRO VANDERLÉIA CHAVES MEDEIROS FERREIRA (OAB 9865/AM)
Suzana de Oliveira Feitoza (OAB 11283/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tais Naiara Souza Bezerra (OAB 12579/AM)
Tamires Cruz do Amaral (OAB 9282/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Wilian dos Santos Torres Júnior (OAB 11026/AM)
William Sami Ramos (OAB 8149/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO CLEONICE FERNANDES DE MENEZES TRIGUEIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BRUNO MARCELO CONTE SANCHES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0087/2019

ADV: GIZELLY CARREIRO DE AQUINO SOARES (OAB 9173/AM), ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM), ADV: MAURÍLIO CÉSAR NUNES BRASIL (OAB 4201/AM), ADV: ROBERVAL MENDES DE SOUZA (OAB 4314/AM) - Processo 0203064-63.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - EXEQUENTE: R.F.A. - EXECUTADO: Raydson Araújo Alves - Vistos, etc. Tendo em vista o pagamento realizado pelo executado, intime-se a parte autora para que informe se ainda possui pretensão de continuar com a execução, em caso positivo junte ainda tabela atualizada da dívida para fins de possível prisão ou penhora de bens. Cumpra-se.

ADV: ODEMILTON PINHEIRO MACENA JÚNIOR (OAB 7155/AM), ADV: LUZENILDO PEREIRA FIGUEIRA (OAB 3956/AM) - Processo 0205024-15.2015.8.04.0001 (processo principal 0019274-52.2006.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Sociedade - EXEQUENTE: Antônia Auxiliadora Ramos Canavaro - Intime-se a autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0207666-24.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0614860-44.2015.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXECUTADO: C.M.F.M. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: PATRICK DE SOUZA CRUZ (OAB 13259/AM), ADV: SOUZA CRUZ SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 13259/AM) - Processo 0207691-32.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Família - REQUERENTE: J.S.S. - Em cumprimento à sentença de fls. 152-154, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Definitiva. É o que me cumpre certificar.

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM), ADV: LUCIA MARIA MORAES LISBOA ANTONACCIO (OAB 5277/AM), ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM) - Processo 0209615-83.2016.8.04.0001 (processo principal 0262576-74.2011.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - União Estável ou Concubinato - EXEQUENTE: Francisco Firmino de Melo - EXECUTADA: ARACELI MARCELA VICUNA MENA - Certifico para os devidos fins que, às fls.95 foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem da MM(a). Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANA LUISA TELES FARIAS (OAB 11720/AM), ADV: ZACARIAS DE SOUZA FARIAS (OAB 2643/AM) - Processo 0209885-39.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: E.J.R.G. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 38, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM), ADV: MÁRCIO ARDUÍNO (OAB 3364/AM) - Processo 0213096-93.2012.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: S.A.V. e outros - REQUERIDO: H.B.V. - Certifico para os devidos fins que o Mandado retro encontra-se com prazo devolução vencido, razão pela qual, oficiarei à Central de Mandados, solicitando o seu cumprimento imediato. É o que me cumpre certificar.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: VARCILY QUEIROZ BARROSO (OAB 2683/AM), ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM), ADV: LYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 9208/AM), ADV: TIAGO BORGES DOS SANTOS (OAB 10890/AM), ADV: PATRICK PORTELA DA SILVA (OAB 14219/AM) - Processo 0214319-37.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Tutela Provisória - REQUERENTE: E.F.L. - REQUERIDO: M.O.L. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestar-se acerca da contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ALMIR DA CRUZ BARROS (OAB 3660/AM) - Processo 0221697-30.2008.8.04.0001 (001.08.221697-6) - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: M.F.M.S. e outro - Certifico para os devidos fins que, às fls. 133, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARIO JORGE CARDOSO MELO (OAB 10894/AM) - Processo 0223907-44.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - EXEQUENTE: A.K.O.L. - EXECUTADO: R.M.L. - Certifico para os devidos fins que, às fls.42 foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: PAULO HUMBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 10033/AM) - Processo 0226000-04.2019.8.04.0001 (processo principal 0216201-68.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Reconhecimento / Dissolução - EXEQUENTE: L.R.M. - Certifico para os devidos fins que a parte Executada apresentou Justificativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família e Sucessões, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias É o que me cumpre certificar.

ADV: FIDELIS AGUIAR ANDRADE (OAB 6486/AM), ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM), ADV: AMANDA LADEIRA BENZION (OAB 3587/AM), ADV: GRAZIELA DA COSTA BATISTA (OAB 7224/AM), ADV: REGIANE LOPES GIOIA (OAB 3728/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0230558-97.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0210585-59.2011.8.04.0001) - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.P.C.C. - REQUERIDA: E.B.C. - Em cumprimento à sentença de fls. 294-296, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: CARLOS ALBERTO COELHO DE ANDRADE (OAB 7866/AM), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0232615-20.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0606959-93.2013.8.04.0001) (processo principal 0606959-93.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: Fred Coelho da Silveira - Vistos, etc. Tendo em vista o lapso temporal, intime-se a parte exequente para informar se algum dos imóveis foram transferidos como acordado em audiência, devendo juntar provas do alegado e demonstrar quais bens estão no nome do exequente e da executada, no prazo de 10 dias. Cumpra-se.

ADV: MARIA AMÁLIA CASTELO BRANCO AFFONSO (OAB 3783/AM), ADV: LARISSE SILVA OLIVEIRA (OAB 37385/BA) - Processo 0235120-76.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0235922-16.2012.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: H.A.S.H.I.S. - EXECUTADO: E.R.N.S. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: EDUARDO RENNHACK MARTINS (OAB 34301/RS), ADV: ROSANA BROGNI STEINMETZ WAINER (OAB 36928/RS), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0235322-87.2015.8.04.0001 (processo principal 0251153-88.2009.8.04.0001) - Exceção de Incompetência - Dissolução - REQUERENTE: Oneilda Jaques Burnett - REQUERIDO: L.H.B. - À vista do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da presente EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA, nos termos do art 53, I, "c" c/c Art. 487, inciso I, do CPC. Assim, diante da incompetência deste Juízo para processar e julgar a ação principal de n. 0251153-88.2009.8.04.0001, movida pelo excepto, DETERMINO que sejam os autos principais remetidos à Comarca de Capão da Canoa/RS. Informo que esta sentença será disponibilizada também nos autos principais de n. 0251153-88.2009.8.04.0001. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0235927-67.2014.8.04.0001 (processo principal 0245110-38.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Sociedade - EXEQUENTE: A.C.V. - EXECUTADA: M.S.A.S. - Vistos, etc. Tendo em vista as novas informações trazidas pelas partes, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA) - Processo 0241128-35.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0265898-05.2011.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: H.S.S.M. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0242508-30.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: E.E.P.S.E.P.P.S.M. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0242730-95.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0211684-25.2015.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: H.C.B.C.A.B.C.L.A.B.C.M. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0242740-42.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0211684-25.2015.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: H.C.B.C.A.B.C.L.B.C.M. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0247578-28.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: K.G.G.S.M. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: ROSANA BROGNI STEINMETZ WAINER (OAB 36928/RS) - Processo 0251153-88.2009.8.04.0001 (001.09.251153-9) - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: L.H.B. - REQUERIDA: O.J.B. - À vista do exposto, JULGO PROCEDENTE a EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA, nos termos do art 53, I, "c" c/c Art. 487, inciso I, do CPC. Assim, diante da incompetência deste Juízo para processar e julgar a presente ação principal de n. 0251153-88.2009.8.04.0001, movida pelo excepto, DETERMINO que sejam os autos principais remetidos à Comarca de Capão da Canoa/RS. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM), ADV: RODRIGO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA (OAB 7136/AM), ADV: DENISE MORGADO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA (OAB 6999/AM) - Processo 0600770-02.2013.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Revisão - REQUERENTE: W.S.B.S. - REQUERIDO: K.M.L.S. e outro - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 5º c/c o art. 1.635, inciso III e 1.699 do Código Civil e Súmula 358 do Superior Tribunal de Justiça c/c Artigo 487, inciso I, do NCPC, para exonerar o Sr. WALDEMIR SOARES BARBOSA DOS SANTOS, da obrigação de pagar alimentos aos seus filhos KATCHUCIA LIMA DOS SANTOS E KLEYTHON MARCONNE LIMA DOS SANTOS, em conseqüência, o cancelamento do desconto de 30% (trinta por cento) no contracheque do requerente. Oficie-se. Condeno os Requeridos nas custas e honorários advocatícios que

arbitro em 20% (vinte por cento) sob o valor da causa, contudo suspensa a exigibilidade do Requerido Kleython Marconne Lima dos Santos em razão da gratuidade de justiça que ora defiro. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0601294-91.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Revisão - EXEQUENTE: C.E.A.C. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM) - Processo 0601311-30.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0250733-10.2014.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Y.R.B. - Intime-se o autor, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANTÔNIO RODRIGUES DOS PASSOS (OAB 704/AM), ADV: FRANCISCO LIMA MATOS (OAB 1126/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO COSTA DA SILVA (OAB 6583/AM), ADV: NELSON BARBOSA DA SILVA (OAB 6609/AM) - Processo 0601475-97.2013.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.V.S.F. - Em cumprimento à sentença de fls. 296-299, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0601596-18.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: C.A.N.A. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 36-38 deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: WILIAN DOS SANTOS TORRES JÚNIOR (OAB 11026/AM) - Processo 0602715-14.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.M.P.S. - D.P.S.M. - L.P.S.M. - Defiro a gratuidade da Justiça Chamo o feito à ordem, para tornar parcialmente sem efeito o Despacho de fls. 37, no que tange à remessa dos autos ao CEJUSC. Destarte, fixe-se data para realização de audiência de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se a parte requerente, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cite-se e intime-se a parte requerida, ressaltando que, caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação da sua contestação. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANDRESSA SODRÉ OLIVEIRA (OAB 9885/AM) - Processo 0603436-68.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0629881-94.2014.8.04.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: MADALENA BATISTA - Certifico para os devidos fins que, às fls.73 foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANDRESSA SODRÉ OLIVEIRA (OAB 9885/AM) - Processo 0603436-68.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0629881-94.2014.8.04.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: MADALENA BATISTA - Certifico para os devidos fins que o Mandado, fls.72, encontra-se com prazo devolução vencido, razão pela qual, oficiarei à Central de Mandados, solicitando o seu cumprimento imediato. É o que me cumpre certificar.

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0603890-53.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: M.M.S. - Em sequência às determinações de despacho/decisão anterior, procedo à republicação de parte do seu conteúdo, para fins de intimação da(s) parte(s): "Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Transcorrido o prazo, não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Em caso de manifestação positiva, fixo prazo de 15 dias úteis para a últimas alegações e retorne os autos conclusos para sentença. Em caso de manifestação negativa, retornem os autos para sentença extintiva de mérito. P.R.I."

ADV: JÚLIO CÉSAR RUBIM DE MORAES (OAB 4727/AM), ADV: VICTOR ANDRE SAMPAIO DA SILVA (OAB 11214/AM), ADV: UBIRAJARA FRANCISCO DE MORAES (OAB 7265/AM), ADV: BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM) - Processo 0604570-33.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: D.A.A. - F.A.A.B. - REQUERIDA: I.N.P. - J.I.P. - L.A.P. - I.A.P. - G.M.P.F. - I.E.P.C. e outros - Tendo em vista certidão de fls. 130, reitere-se expedientes para Raimundo Arteiro de Paiva Filho, José Expedito de Paiva, Fabrício Arteiro de Paiva e Jocicleide Nascimento de Paiva para manifestarem se pretendem produzir alguma prova no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, no prazo de 05 dias. Ao caso de alguma das intimações ou todas restarem infrutíferas, intime-se via edital, após passado o prazo, conclusos os autos para nomear curador de ausente. Cumpra-se.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0605242-75.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.P.P. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 85, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM) - Processo 0605529-96.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Sucessões - REQUERENTE: D.G.A. - REQUERIDO: Q.G.A. - V.A.A. e outro - Em cumprimento à decisão de fls. 38-39, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Provisória. É o que me cumpre certificar.

ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM), ADV: ÉRIKA AUGUSTA DE PAULA FREITAS CHAPARRO (OAB 9690/AM), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM), ADV: THATIANA NEVES COSTA DE SOUZA CASTELO BRANCO

(OAB 5715/AM) - Processo 0605654-64.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.H.L.A. - REQUERIDA: K.S.B. - Certifico para os devidos fins que foi juntado o Relatório Psicológico/Estudo Social retro, razão pela qual, de ordem da MM Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família e Sucessões, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime(m)-se a(s) parte(s) interessada(s), por seu advogado e por carta com AR, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ÉRIKA AUGUSTA DE PAULA FREITAS CHAPARRO (OAB 9690/AM), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM), ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM), ADV: THATIANA NEVES COSTA DE SOUZA CASTELO BRANCO (OAB 5715/AM) - Processo 0605654-64.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.H.L.A. - REQUERIDA: K.S.B. - Certifico para os devidos fins que recebi, nesta data, da Dra. Mônica Santa Rita Bonfim, OAB/AM 3384, envelope lacrado, contendo, segundo declaração da Advogada um cartão bancário com senha, cujo conteúdo não foi conferido por este Diretor, justamente pelo fato de conter uma senha bancária. Certifico ainda, que, de ordem da MMª Juíza, fica a parte requerida intimada para, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento do cartão, para retirá-lo na Secretaria da Vara. Por fim, certifico que, caso o cartão não seja retirado pela ré, terá a advogada do autor, ou o próprio requerente, um prazo de 10 (dez) dias corridos para pegar o cartão e a senha de volta, após o que, os mesmos serão destruídos.

ADV: MANOEL MATOS RODRIGUES (OAB 8791/AM) - Processo 0606054-15.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Guarda - REQUERENTE: R.V.O. - Defiro os benefícios da justiça gratuita. Antes de promover a citação editalícia, convém esgotar todas as possibilidades em localizar a requerida. Destarte, efetue-se consulta junto ao INFOJUD/SIEL, a fim de localizar o endereço da ré. Informação nos autos, cumpra-se a Decisão Interlocutória de fls. 35/36. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0606106-16.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: JOSÉ WELLINGTON NEVES AZEVEDO - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, para condenar o requerido, JOSÉ WILSON SILVA AZEVEDO, a prestar alimentos ao seu filho J. W. N. A., menor representado por sua genitora HELLEN ADRIANY SOUZA NEVES, no quantum dos provisórios, tornando-os definitivos, que deverá ser pago até o 5º dia útil de cada mês, mediante depósito em conta bancária em nome da representante legal do Requerente, ou descontado em folha de pagamento, se for o caso. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários do advogado do requerente, na base de 20 % (vinte por cento) sobre o valor da causa. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0606296-76.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: L.A.S. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: JOÍSA MACIEL GUERRA DE SOUZA (OAB 7774/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0606427-51.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.E.C.R. - REQUERIDO: R.B.R. - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 5º c/c o art. 1.635, inciso III e 1.699 do Código Civil c/c Súmula 358 do STJ e do Artigo 487, inciso I, do NCPC, para exonerar o Sr. JOSÉ EDUARDO DE CARVALHO RAMIRES, da obrigação de pagar alimentos ao seu filho RODRIGO BRANDÃO RAMIRES, nascido em 18/12/1996, determinando, em consequência, o cancelamento do desconto de 9,2 (nove vírgula dois por cento) no contracheque do Requerente. Expeça-se o necessário para cumprimento da presente decisão. Defiro os benefícios da justiça gratuita ao Requerido. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: CAMILA NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 14612/AM), ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM) - Processo 0606779-67.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: S.M.D. - REQUERIDA: A.C.O.D. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dr

ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM) - Processo 0607020-75.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.S.C. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação, desta Ação, para o dia 05/11/2019 às 11:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado, e a parte requerida através de carta com AR, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos. Intime-se a Defensoria Pública, através do Portal.

ADV: EMERSON FREITAS DA SILVA (OAB 14138/AM), ADV: MARIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA (OAB 6785/AM), ADV: SIMONE WAUGHAN FREITAS DE SOUZA (OAB 11830/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0607633-61.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.S.N. - REQUERIDO: M.A.A. - Fixe-se data para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM) - Processo 0607805-08.2016.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: F.B.A. - REQUERIDA: M.M.S.B. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM) - Processo 0608417-43.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: R.C.C. e outro - Em cumprimento à sentença de fls. 145-148, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: SÉRVULO MORAIS OLIVEIRA (OAB 6320/AM) - Processo 0608920-93.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: L.C.C.V. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação desta Ação, para o dia 10/12/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e a parte requerida será citada e intimada através de Carta Precatória, levando-se em consideração o endereço constante às fls. 42, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado, com a ressalva que caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0609290-09.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: J.A.M.P. - Em cumprimento à sentença de fls. 72-73, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM) - Processo 0609326-17.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.B.S. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C., ao mesmo tempo em que TORNO SEM EFEITO o despacho de fls. 15. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO ARAÚJO DE MORAES (OAB 5631/AM) - Processo 0609603-96.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: K.G.S.F. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Reconhecimento Voluntário de Paternidade desta Ação, para o dia 06/12/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e a parte requerida será citada e intimada através de Carta Precatória, levando-se em consideração o endereço informado às fls. 78, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado, com a ressalva que caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação.

ADV: ALDRIN BENTES PONTES (OAB 8887/AM), ADV: DANIEL CASTRO MACHADO (OAB 13166/AM) - Processo 0609622-39.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: M.D.B.A. - I.B.B.A. - REQUERIDO: M.P.A. - Defiro os benefícios da justiça gratuita. Intime-se a parte Exequente para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, devendo ainda, no mesmo prazo, juntar aos autos a planilha de débitos. Informação nos autos, à contadoria, para atualização da dívida, encaminhando-se os autos ao Ministério Público, na mesma oportunidade. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me os autos conclusos para decidir. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANA PAULA SIMÕES BANDEIRA ROCHA (OAB 12917/AM) - Processo 0609974-94.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: N.F.R. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 74 deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: MAÍSA MORAIS DA SILVA (OAB 8055/AM) - Processo 0610218-62.2014.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.L.T.M. - Em cumprimento à sentença de fls. 114-118, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM), ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM), ADV: FRANCISCO ROSQUILDE PESSOA ARAÚJO (OAB 12131/AM), ADV: ANTÔNIO CLEMENTINO DO MONTE JÚNIOR (OAB 1574/AM), ADV: REGILSON PINTO GOMES (OAB 10288/AM), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0610493-45.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - EXECUTADO: C.S.M. - Certifico para os devidos fins que os Mandado retros encontram-se com prazo devolução vencidos, razão pela qual, oficiarei à Central de Mandados, solicitando os seus cumprimentos imediatos. É o que me cumpre certificar.

ADV: TAÍS MIRANDA RODRIGUES (OAB 7743/AM), ADV: VICTOR ALBERTO GRAÇA LINS (OAB 10562/AM) - Processo 0610759-61.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDA: N.R.F. - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, para condenar NECY ROCHA DE FRANÇA a prestar alimentos à sua filha ARIANE FRANÇA ROCHA, no quantum dos provisórias até o fim do 1º semestre do ano de 2017 (julho de 2017), nos moldes acima descritos. Oficie-se. Condeno em custas e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sob o valor da causa, na forma do art. 86 do CPC, contudo, suspensa a exigibilidade da Requerente pelo prazo de 05 anos. Transitada em Julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: MIRIAN FREITAS TÁVORA (OAB 11122/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0610848-50.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.P.E. - REQUERIDA: L.R.N. - Ante o exposto, e em consonância com o parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para confirmar a decisão que reduziu o valor dos alimentos para o percentual de 10% (dez por cento) sob os rendimentos do Autor LINDOMAR PINHO DA ENCARNAÇÃO, menos os descontos obrigatórios, incluindo férias e 13º salário, ou, alternativamente, em 1/2 (meio) salário mínimo, na forma acima descrita, em favor de sua filha menor L. R. do N. P., menor representada por sua genitora LEDA RAMIRO DO NASCIMENTO. Por fim, extingo o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I do CPC. Condeno a Requerida nas custas e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sob o valor da causa. Expeça-se o necessário para cumprimento da presente decisão. Transitado em julgado, baixe-se e arquive-se. P.R.I.C.

ADV: ABRAHÃO LYNCON NUNES DANTAS (OAB 8125/AM) - Processo 0611103-03.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: P.C.M. - Certifico para os devidos fins que foi juntada réplica à contestação, enquadrando-se o feito em uma das hipóteses previstas no art. 178 do C.P.C., razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro dê-se vista ao Ministério Público, para manifestação. É o que me cumpre certificar.

ADV: ABRAHÃO LYNCON NUNES DANTAS (OAB 8125/AM) - Processo 0611103-03.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: P.C.M. - À Secretaria, para atender à promoção ministerial de fls. 106. Suprida a irregularidade apontada, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0611120-78.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERENTE: I.M.G. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0611390-34.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.F.P.D. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C., ao mesmo tempo em que TORNO SEM EFEITO o despacho de fls. 16/17. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM), ADV: ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM) - Processo 0611603-74.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.O.T. - O título apto a provar que houve a fixação de alimentos em favor da Ré é a sentença judicial que homologou o acordo de fls. 13, o qual originou o desconto de 20% (vinte por cento) a título de pensão. Entretanto, o Requerente juntou uma cópia do ofício datado do ano de 1995, sem qualquer ligação com o mencionado documento (do ano de 2008). Dessa forma, concedo prazo final para o Autor juntar cópia do título judicial, na forma do despacho de p. 55, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, na forma do art. 485, I c/c parágrafo único do art. 321 do CPC. Prazo: 15 dias.

ADV: WELLINGTON AUGUSTO DE PAULA E SOUSA (OAB 4534/AM) - Processo 0611962-87.2017.8.04.0001 - Separação de Corpos - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: N.M.S. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM), ADV: ADONAI ROCHA DE OLIVEIRA (OAB 9162/AM) - Processo 0612097-36.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: E.S.P. - Certifico para os devidos fins que o Mandado retro encontra-se com prazo devolução vencido, razão pela qual, oficiarei à Central de Mandados, solicitando o seu cumprimento imediato. É o que me cumpre certificar.

ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM) - Processo 0613923-92.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Anulação - REQUERENTE: Heline Araújo da Costa - Maria Idalina Araújo da Costa - Vistos e etc... Trata-se de Ação de Divórcio Litigioso, proposta por Heline Araújo da Costa Benayon, em face de Higson Marinho Benayon, estando as partes devidamente qualificadas nos autos. Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, para que seja decretado desde já o divórcio das partes, por entender que os documentos acostados aos autos, não comprovam a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, cabendo, ainda, ressaltar que a sentença prolatada em ação de divórcio somente opera os seus efeitos a partir do trânsito em julgado, ante à natureza constitutiva negativa do decisum, o que impede a concessão do pedido de liminar, ora apreciado. Impende ainda salientar que após análise detida do referido caderno processual, verifico não ser recomendável resolver a questão imposta em caráter liminar, uma vez que o pedido liminar de decretação do divórcio das partes se confunde com o pedido de mérito no presente feito, em virtude da ausência de bens constituídos durante o casamento, bem como a inexistência de filhos da referida união. Ante tais considerações, cite-se o requerido, por Carta Precatória para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Na hipótese de o endereço do réu não ser localizado, intime-se a autora, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se nova Carta Precatória ou Mandado, a depender do caso. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PAULO ROCHA DE ALMEIDA (OAB 9671/AM), ADV: KELSO WESLEY SOUZA DA SILVA (OAB 6200/AM) - Processo 0614492-30.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.A.M. - ALIMENTANT: W.R.A. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 02/12/2019 às 09:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus respectivos advogados, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas.

ADV: ALEXANDRE VIANA FREIRE (OAB 9947/AM), ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM), ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM), ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM) - Processo 0614598-26.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.B.T.S. - REQUERIDO: U.R.N.N. - Intime-se a parte requerida, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias manifestar-se acerca da petição e documentos de fls. 420/433. Transcorrido o prazo, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROSINALVA GOMES BARROS (OAB 8183/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM) - Processo 0614629-51.2014.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: C.R.L. - I.M.M. - REQUERIDA: M.S.C. - Em cumprimento ao despacho de fls. 150, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Provisória. É o que me cumpre certificar.

ADV: ALMENILZE VALENTE SAMPAIO (OAB 5456/AM), ADV: ANDRÉA DA SILVA GUEDES (OAB 10966/AM), ADV: RODRIGO SILVA RIBEIRO (OAB 5204/AM) - Processo 0614760-55.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: LEONARD CHRISTY SOUZA COSTA - REQUERIDA: Rosandra Kelly Anselmo da Cruz - DESPACHO R.H. A Requerida pretende a anulação dos atos referentes citação, ao argumento de que não foi marcada audiência de conciliação, cujo prazo para defesa deveria correr a partir desta. Não é o caso de nulidade, pois no mandado de p. 86, constou todas as advertências do início do prazo para contestar, e das consequências da revelia. Some-se ao fato de que inexiste interesse do autor na audiência de conciliação. Intime-se a Requerida para se manifestar sobre o pedido 119/120, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: ROSEANE TORRES LIMA (OAB 10525/AM) - Processo 0615109-53.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.T.C.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada na SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO 2019 no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 07/11/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM), ADV: RUBINALDO CRUZ RODRIGUES (OAB 9787/AM) - Processo 0615480-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Cleber Melo da Cunha Júnior - REQUERIDO: Pedro Guilherme da Silva Conceição - R.H. Oficie-se a 6ª Vara de Família a fim de que seja informado a este juízo, em 10 (dez) dias, acerca das partes, causa de pedir e o pedido da ação de número 0652618-52.2018.8.04.0001, bem como data da distribuição do feito, para constatação de possível ocorrência de litispendência ou conexão e identificação do juízo prevento. Vindo aos autos a informação supramencionada, dê-se vista ao Ministério Público. Empós, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 1295A/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: EVANDER ELIAS DE QUEIROZ (OAB 7015/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM), ADV: FABIANO GUSTAVO DOS SANTOS OZGA (OAB 11849/AM) - Processo 0615571-10.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.S.V. - REQUERIDO: P.A.S.M. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM), ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM), ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM), ADV: CARLOS MARCELO DE LIMA NUNES (OAB 10136/AM), ADV: LEANNE DE SA YAMADA (OAB 9998/AM) - Processo 0616236-31.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.R.P. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a osentença de fls. 223 deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: ROSINALVA GOMES BARROS (OAB 8183/AM), ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0616256-85.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0615693-91.2017.8.04.0001) - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: I.M.F.B. e outro - REQUERIDA: E.S.F. - Defiro a gratuidade da Justiça. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta da requerida, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Recomendo que as partes compareçam à Oficina de Pais e filhos, que é realizada sempre na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Ministro Henoch Reis, sito na Rua Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade

de Manaus/AM, bem como realizem o correspondente curso on line, no site www.cnj.jus.br/eadcnj. Cumpre-me esclarecer que a Oficina de Pais e Filhos é um programa educacional interdisciplinar que foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça para colaborar com os pais e seus filhos menores a superarem a fase de reorganização familiar e terem mais estabilidade e paz em suas vidas, objetivo primordial do Poder Judiciário. A Oficina não visa avaliar ou julgar os pais, tendo como principal objetivo transmitir técnicas apropriadas de comunicação na família, ensinamentos a respeito das consequências que os conflitos proporcionam aos filhos, informações legais sobre alienação parental, guarda, visitas e alimentos. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, no caso da oficina presencial, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais e Filhos ou a realização do curso on line, não substitui o comparecimento à audiência de conciliação. Formalizada a citação da parte requerida, efetue-se o estudo psicossocial do caso, com a ressalva de que, caso esta resida em outro Estado, deverá ser expedida Carta Precatória, a fim de que a medida seja realizada também em seu domicílio. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RAFAEL ALBUQUERQUE MAIA (OAB 21439/CE) - Processo 0616304-78.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0245731-59.2014.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: F.V.C.N.O. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0616324-69.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0202883-23.2015.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: E.L.F.O. - À Secretaria, para atender à promoção ministerial de fls. 44. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RUBENS EDMAR VERONEZZI (OAB 4259/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0616371-43.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTANT: M.N.S. - Trata-se de pedido alimentar, requerido pela autora, embasado no dever originado do poder familiar (art. 229 da CF c/c o artigo 1.634 I do Código Civil). Inicialmente, cumpre afirmar que os pressupostos da obrigação de prestar alimentos são: a existência de vínculo de parentesco, necessidade do alimentando, possibilidade econômica do alimentante e proporcionalidade entre necessidade/disponibilidade econômica. No caso dos autos, incontroversos é a relação de parentesco, assim como a necessidade da autora, que inclusive goza da hipossuficiência presumida, devendo-se, portanto, dar especial atenção à condição social do progenitor e suas possibilidades. Tal como os pressupostos da necessidade e da possibilidade, a regra da proporção é maleável e circunstancial, esquivando-se o código, acertadamente, em estabelecer-lhe os respectivos percentuais, pois, ao final, resolve-se em juízo de fato ou valorativo, o julgado que fixa os alimentos. A pensão alimentar em discussão, destina-se ao sustento de menor e deve ser arbitrada de acordo com as necessidades desta e as possibilidades de quem presta os alimentos. Justo, portanto, que o valor seja estabelecido em 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo. E, diga-se, o arbitramento, neste patamar, deve-se ao que foi apurado com as informações constantes na petição inicial e contestação, uma vez que o Requerido comprovou que aufere renda no valor de 01 salário mínimo, conforme documentos de pgs. 86/88. Ressalto que a fixação em valor superior, poderia ocasionar dificuldades na própria mantença do Requerido. Não se pode olvidar, que também é obrigação da mãe ajudar no sustento de sua filha, e se de qualquer forma, a verba alimentar paga pelo Requerido, ainda não for suficiente, lhe cabe a obrigação de complementa-lá dentro de suas condições. Yussef Said Cahali, na obra "Dos alimentos", 2a ed., SP:RT, comenta: "Incumbe aos genitores - a cada qual e a ambos conjuntamente, sustentar os filhos, provendo-lhes à subsistência material e moral, fornecendo-lhes alimentação, vestuário, abrigo, medicamentos, educação, enfim tudo aquilo que se faça necessário à manutenção e sobrevivência dos mesmos". Quanto ao pedido de guarda unilateral e o estabelecimento do horário de visitas, não houve resistência aos pleitos. Dessa, forma, em consonância com o parecer ministerial, defiro a guarda da menor T. M. C. De S., a sua genitora. Quanto às visitas, o genitor poderá exercer seu direito em fins de semana alternados, pegando a menor no sábado às 09:00 horas da manhã e devolvendo no domingo às 18:00 horas na casa da genitora. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, para condenar o Requerido, MARCIO NEVES DE SOUZA, a prestar alimentos à sua filha menor T. M. C. de S., no valor equivalente à 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo vigente, cujo montante deverá continuar a ser depositado ou descontado de sua folha de pagamento e depositados em conta bancária em nome da representante legal da menor, até o dia 05 (cinco) de cada mês. Defiro a guarda em favor da Requerente ELANE BRUCE CAMPOS e o direito de visitas em favor do genitor, conforme exposto acima. Condeno em custas e honorários advocatícios, no percentual de 10% (dez por cento) sob o valor da causa, na forma do art. 86 do CPC, contudo, suspensa a exigibilidade da parte Autora pelo prazo prescricional de 05 (cinco) anos em razão de ser beneficiária da justiça gratuita. Expeça-se o termo de guarda e demais expedientes necessários ao cumprimento desta decisão. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: MARLUCE BRAGA DE MENEZES (OAB 8652/AM) - Processo 0617044-65.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.C.S. - ALIMENTAND: L.E.C.S. - A.C.C.S. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C., ao mesmo tempo em que TORNO SEM EFEITO a decisão interlocutória de fls. 37. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: LENOYH MENDES SALVADOR (OAB 8673/AM) - Processo 0617108-12.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: J.N.S.O. - Ante a certidão de fls. 72, decreto a revelia do requerido, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se pretende produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse, atentando-se ao r. Parecer Ministerial de fls. 73. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LUCIANE DE SOUZA AMAZONAS (OAB 12356/AM) - Processo 0617427-09.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: O.J.A. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 29 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 26/09 ou 03/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: DAIANA FERREIRA DE SOUSA (OAB 8527/AM), ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM) - Processo 0617498-16.2016.8.04.0001 - Guarda - Fixação - REQUERENTE: M.B.S. - REQUERIDO: C.T.B.A. - Em cumprimento à sentença de fls. 103-105, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: TOKUTI YANO (OAB 9206/AM), ADV: LUCIANO MOURA MACIEL (OAB 6744/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0617680-36.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Q.N.V. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: YURY CROIFF SANTOS THURY (OAB 8079/AM) - Processo 0617833-69.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.A.V. - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE, o pedido formulado pelo autor, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, para o fim de condenar o Requerido LEONARDO PEREIRA DE ALBUQUERQUE a prestar alimentos em favor de seu filho LEANDRO VILAÇA DE ALBUQUERQUE, no quantum dos provisórios, ao amparo das disposições relativas do Código Civil. Condeno o réu, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários no valor corresponde a 10% (dez por cento) do valor da causa. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo. PRI.

ADV: MARCELO DA COSTA PINHEIRO (OAB 4775/AM) - Processo 0618043-86.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - REQUERENTE: E.C.C.E.C.C.M.I. e outro - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: LAÍS CRISTIANE LIRA PEREIRA (OAB 5376/AM), ADV: ALESSANDRA DE ALENCAR RÊGO (OAB 5728/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: ERICK FERNANDO QUEIROZ PEREIRA (OAB 12071/AM) - Processo 0618046-41.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.V.C.S. - REQUERIDO: L.A.S. - J.A.S. - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 5º c/c o art. 1.635, inciso III e 1.699 do Código Civil e Súmula 358 do Superior Tribunal de Justiça c/c do Artigo 487, inciso I, do NCPC, para exonerar o Sr. JOÃO VICENTE DA COSTA SILVA, da obrigação de pagar alimentos aos seus filhos, LUCAS ASSIS SILVA E JÚLIA ASSIS SILVA. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM) - Processo 0618715-89.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: D.R.S.F. - Em cumprimento à decisão de fls. 84-87, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Provisória. É o que me cumpre certificar.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM) - Processo 0618733-18.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: O.N.R. e outros - Vistos, etc. Tendo em vista petição de fls. 37/38, intime-se as partes por meio do seu patrono BAIRON ANTONIO DO NASCIMENTO JÚNIOR, OAB/AM 3.795, para que compareçam ao setor responsável ao estudo psicológico para terminar o estudo mencionado ou marcar data para o mesmo, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0619214-78.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0226175-37.2015.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: J.R.A.S. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0619573-96.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.S.L. - REQUERIDO: M.J.C.O. - Em cumprimento à sentença de fls. 79-80, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: GABRIEL MELO SAMPAIO (OAB 9793/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0619718-50.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: W.S.A. - REQUERIDA: S.J.S. - Fixe-se data para audiência de Instrução e Julgamento, ressaltando a possibilidade de conciliação, conforme petição de fls. 170/171. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0620382-13.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.G.A.S. - A.S.S. - ASSISTENTE: G.B.S. - Certifico para os devidos fins que foi juntada réplica à contestação, enquadrando-se o feito em uma das hipóteses previstas no art. 178 do C.P.C., razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro dê-se vista ao Ministério Público, para manifestação. É o que me cumpre certificar.

ADV: LEÔNIDAS DE ABREU (OAB 2635/AM) - Processo 0620635-69.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.F.Q.M. - intime-se a parte requerente, por carta com AR e por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.

ADV: ANA AMÉLIA SILVA DE SOUZA (OAB 8561/AM), ADV: JOÃO DA SILVA PESSÔA JÚNIOR (OAB 13074/AM) - Processo 0620864-58.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: G.C.V.N. - REQUERIDA: G.S.M. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM) - Processo 0620881-94.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Guarda - REQUERENTE: L.G.A. - Em tempo, defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Cumpra-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM) - Processo 0620977-12.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.F.D.R. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão de folha 30 a 32 da MM. Juiza de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 07/11/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM) - Processo 0621951-49.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.M.M.C. - intime-se a parte requerente, por carta com AR e por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.

ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0622633-72.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seção Cível - EXEQUENTE: R.C.S. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 56, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: BRUNO LEITE DE OLIVEIRA (OAB 14593/AM) - Processo 0622781-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Ana Elizia Paes Colares - Sophia Colares Santos - Em tempo, defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Devolvam-se os autos ao CEJUSC. Cumpra-se.

ADV: FRANCIMAR MACIEL FERREIRA (OAB 10155/AM), ADV: RUY GAMA E SILVA (OAB 312A/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM) - Processo 0622941-79.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: I.C.V. - EXECUTADA: R.O.S.V. - Intime-se a parte executada para que apresente embargos à execução, caso queira, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 914 do CPC, sob pena de ato atentatório contra a dignidade da justiça. Cumpra-se.

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM) - Processo 0622972-31.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.A.O. - REQUERIDO: P.D.M.G. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C., ao mesmo tempo em que TORNO SEM EFEITO o despacho de fls. 50. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: MANOEL MARIA DE SOUZA (OAB 10058/AM) - Processo 0623020-24.2016.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Remoção e Dispensa - Tutela e Curatela - REQUERENTE: C.P.C. - Tendo em vista que o autor informa que tem interesse no prosseguimento do feito, intime-se o mesmo, pelo seu patrono, para que junte laudo médico assinado por especialista respondendo especificamente as perguntas feitos por promotor em fls. 61 numeradas de 1 a 6, no prazo de 30 dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito. Após findado o prazo, com a juntada ou não do laudo correto faça-me os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM) - Processo 0623098-18.2016.8.04.0001 - Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.D.C.P. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0623311-19.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - ALIMENTAND: J.T.A.M. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 22 deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0623608-65.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: L.S.B. - Cite-se o Executado para, em 3 (três) dias, pagar os alimentos devidos (incluindo as parcelas vencidas no decorrer da tramitação processual, por se tratar de prestações periódicas, nos termos do art. 323 do NCPC, aplicável subsidiariamente ao presente caso), justificar que já o fez, ou a impossibilidade de efetuar o pagamento, sob pena de ser-lhe decretada a prisão civil, inteligência do art. 528 e §§ do NCPC c/c art. 19 da Lei n. 5.478/68. Decorrido o prazo, e não tendo o Executado comprovado o pagamento dos alimentos devidos, determino o prosseguimento o feito. A liberdade sabe-se, é coisa muito séria, porém as necessidades vitais também são, e a própria justiça não deixa de sê-lo, embora não pareça ao devedor. Acredito que pelas evidências que se apresentam talvez somente um ato de força vá fazer com que o devedor se conscientize de seu dever previsto em lei. Assim, para o caso do devedor, no tríduo legal, não efetuar o pagamento integral e nem apresentar razões fundadas e justificadoras do não pagamento integral, DECRETO-LHE a Prisão Civil, até que o mesmo promova o pagamento da pensão em atraso ou, em caso de não pagamento, pelo prazo máximo de 1 (um) mês, a teor do artigo 528, §3º, do Novo Código de Processo Civil. Cópia da presente decisão servirá como mandado de prisão. Comunique-se ao Promotor de Justiça o descumprimento da obrigação alimentar do executado. Proteste-se a dívida no cartório extrajudicial, nos termos do Art. 528, §1º, do NCPC. Cumpra-se. Expeça-se o necessário.

ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM) - Processo 0623900-45.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: H.G.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO 2019 no dia 07 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 26/09 ou 03/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM) - Processo 0623935-68.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0201608-68.2017.8.04.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Cumprimento Provisório de Sentença - EXEQUENTE: S.s. de O. Rp, Andressa Carvalho e Silva - Oficie-se à Corregedoria do E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, solicitando providências junto à Central de Mandados do Fórum Ministro Henoch Reis, no sentido de fazer cumprir o mandado de nº 001.2019/071263-6, ressaltando que a referido mandado foi reiterado através de ofício, sem que aquele Juízo tenha enviado qualquer resposta. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FRANCISCO HONORATO DE BRITO (OAB 6638/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0624148-84.2013.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: P.E.B.O. - REQUERIDA: L.K.S.S. - Em cumprimento à sentença de fls. 134-136, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0624833-23.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: THANMYTA ROCHA BORGES - Vistos, etc. Intime-se a parte exequente, por meio de seu patrono, para que junte planilha atualizada dos valores que o executado está devendo para fins de cálculo a ser pago no caso de decretação da prisão civil do réu, no prazo de 10 dias. Cumpra-se.

ADV: VERIDIANA SPINOLA TONELLI (OAB 11323/AM), ADV: ROZIANE LOPES BRAGA (OAB 6590/AM) - Processo 0624837-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.J.M.A. - REQUERIDA: N.S.B. - Certifico para os devidos fins que foi juntada a Proposta de Honorários, razão pela qual, de ordem da MMª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família e Sucessões, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas, por seu advogado e por carta com AR, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: HELDER BRANDÃO GÓES (OAB 9780/AM), ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM), ADV: JEFFERSON OLIVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 13823/AM), ADV: CHRISTIAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 13291/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB 5797/AM) - Processo 0625144-09.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: C.P.A. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, apresentarem suas alegações finais, conforme art. 364, § 2º do C.P.C. Cumpra-se, com urgência.

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0625220-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.B.M.M. e outro - Ante a certidão de fls. 124, decreto a revelia do requerido, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0626461-13.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.S.O. - Em cumprimento à sentença de fls. 78-79, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: EDILSON DA COSTA SILVA (OAB 9884/AM) - Processo 0626598-87.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Abandono Material - REQUERENTE: Sara Quintino de Sousa Pinheiro - Vistos e etc... Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, em consonância com o parecer da Exma. representante do Ministério Público de fls. 13/14, abstenho-me, por ora, de examinar o pedido de tutela de urgência, deixando para fazê-lo somente depois da realização da audiência de justificação. Fixe-se data para audiência de justificação prévia, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Intime-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARIA DO SOCORRO ALVES CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB 1183/RR) - Processo 0628257-34.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: S.C.O. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 38-39, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARIA DO SOCORRO ALVES CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB 1183/RR) - Processo 0628257-34.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: S.C.O. - Em cumprimento à sentença de fls. 38-39, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: RAFAEL BASÍLIO DE SOUZA (OAB 8892/AM) - Processo 0628370-90.2016.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: I.R.V. - Isto posto, JULGO EXTINTO O presente feito sem resolução do mérito, com base no art. 485, III do CPC, determinando o arquivamento do processo, com a devida baixa na distribuição. Isento de custas. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: JOSÉ SONILSON DA SILVA MAUÉS (OAB 11209/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO MONTEIRO DOURADO (OAB 13834/AM), ADV: VIVIAN MARIA DE SENA CUNHA E LIMA (OAB 9253/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM) - Processo 0628466-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.C.S.F. - REQUERIDA: M.N.V.C.M. - M.C.V.C. - D.F.C. e outro - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: JUSSARA DA SILVA PONTES (OAB 7062/AM) - Processo 0628635-87.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.M.S. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 14/11/2019 às 11:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono e testemunhas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, ressaltando que o seu não comparecimento determinará o arquivamento do pedido, e a parte requerida será citada e intimada através de Carta Precatória, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado e testemunhas, com a ressalva que a sua ausência importará em revelia, bem como que, frustrada a conciliação, a contestação deverá ser oferecida na própria audiência.

ADV: KÁTIA MARIA VASCONCELOS DA SILVA SANTOS (OAB 11464/AM) - Processo 0628853-18.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.F.R. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MM.ª Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 32-33, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado na empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: RAFAEL REBELO AFFONSO (OAB 12284/AM), ADV: JOSÉ RODRIGO ORESTES DE SOUSA (OAB 9938/AM), ADV: ESTHER MARIA ARAÚJO DE SOUSA (OAB 5639/AM) - Processo 0629029-94.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Dissolução - REQUERENTE: J.L.S. - REQUERIDA: L.F.S. - Em cumprimento à sentença de fls. 36-38, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM) - Processo 0629137-26.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Ana Paula Rodrigues da Costa - Certifico que, feito o pregão, as partes não compareceram para audiência conciliatória, sendo a parte requerente devidamente intimada conforme AR de folhas 27, não sendo o requerido devidamente citado conforme Certidão do Oficial de Justiça de folhas 25. Desta forma, ante o não comparecimento das referidas partes, inviabilizando a realização de audiência de conciliação e mediação por este Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos - CEJUSC, devolvo os autos à fila “Recebidos-CEJUSC”, da vara de origem, na presente data, para deliberações do MM. Juiz de Direito do feito.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0629178-27.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.K.M. - ALIMENTAND: I.K.B. - Em tempo, defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Cumpra-se.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE - Processo 0629793-85.2016.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Helieny da Silva Mesquita - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência para Colheita de

Depoimento, desta Ação, para o dia 01/11/2019 às 10:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo os apoiadores intimados, por AR e mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado, para comparecerem à audiência, acompanhados do seus patronos.

ADV: VIVIANE CARVALHO SILVA (OAB 5536/AM), ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM) - Processo 0630107-31.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: H.B.O.C. - "Ante o exposto, intime-se a parte requerente, por carta com AR e por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Cumpra-se, com urgência."

ADV: MIGUEL DE ARAÚJO BECKMAN (OAB 12909/AM) - Processo 0630495-26.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.F.V. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 31 deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: LEON FÁBIO SILVA LEAL (OAB 8413/AM), ADV: GERALDO DA SILVEIRA TAPAJÓS (OAB 2163/AM) - Processo 0631184-75.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: P.B.S. - ALIMENTANT: V.S.C. - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, para condenar o Requerido VALDINEI DOS SANTOS CORRÊA a pagar pensão alimentícia em favor de sua filha M. L. S. C., menor representada por sua genitora, PATRÍCIA BATISTA SOPRANO no valor acima determinado, a ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, diretamente à representante da alimentanda, mediante depósito em conta bancária ou descontados em folha de pagamento, se for o caso . Condeno o requerido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, que arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa. Após o trânsito em julgado, baixe-se e arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0631279-03.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.P.C. - Fica a Audiência de conciliação REDESIGNADA para o dia 21/10/2019 às 10:30h - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM) - Processo 0631279-08.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: LUIGI ANTONACCIO BARROCO ROCHA CARNEIRO - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, compulsando os autos para cumprimento das determinações exaradas no Despacho de fls. 149, constatei não ter sido recolhida as custas da Carta Precatória a ser enviada ao Juízo de Direito da Comarca de Pernambuco, as quais deverão ser consultadas no site do Tribunal de Justiça do Juízo Deprecado. Desta forma, intime-se a parte autora, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, recolher as custas da Carta Precatória a ser enviada ao Juízo de Direito da Comarca de Pernambuco juntando aos autos o respectivo comprovante. É o que me cumpre certificar.

ADV: AMADEU ALMEIDA DE AGUIAR FILHO (OAB 5324/AM) - Processo 0631336-55.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: I.O.M.L. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 51, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: CRISTIANO RIBEIRO VIANA (OAB 12740/AM) - Processo 0631408-42.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: Z.B.S. - Defiro a gratuidade da Justiça. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta da requerida, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Recomendo que as partes compareçam à Oficina de Pais e filhos, que é realizada sempre na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Ministro Henoch Reis, sito na Rua Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, bem como realizem o correspondente curso on line, no site www.cnj.jus.br/eadcnj. Cumpre-me esclarecer que a Oficina de Pais e Filhos é um programa educacional interdisciplinar que foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça para colaborar com os pais e seus filhos menores a superarem a fase de reorganização familiar e terem mais estabilidade e paz em suas vidas, objetivo primordial do Poder Judiciário. A Oficina não visa avaliar ou julgar os pais, tendo como principal objetivo transmitir técnicas apropriadas de comunicação na família, ensinamentos a respeito das consequências que os conflitos proporcionam aos filhos, informações legais sobre alienação parental, guarda, visitas e alimentos. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, no caso da oficina presencial, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais e Filhos ou a realização do curso on line, não substitui o comparecimento à audiência de conciliação. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MAURICIO LIMA SEIXAS (OAB 7881/AM), ADV: FRANCIMAR DA COSTA LIMA (OAB 12808/AM) - Processo 0631626-07.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.P.B.B. - Fixe-se data para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0631942-20.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.M.G. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação desta Ação, para o dia 13/11/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e a parte requerida será citada e intimada através de Carta Precatória, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado, com a ressalva que caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM) - Processo 0632059-40.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.G.O. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada na SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO 2019 no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 07/11/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM) - Processo 0632892-58.2019.8.04.0001 - Guarda - Fixação - REQUERENTE: L.C.S.P. - Em tempo, defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO NONATO DE MORAES BRANDÃO (OAB 8253/AM), ADV: FABIANNO MARTINS FRAZÃO (OAB 7004/AM) - Processo 0633470-94.2014.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERIDA: D.D.R. e outro - Ação de Regulamentação de visitas c/c Alimentos e Tutela Antecipada. Narrativa tumultuada, requerida faz pedidos incompatíveis. Mistura de pedidos - cumprimento de sentença com revisão de pensão. Impossibilidade de aproveitamento. Extinção do processo por inépcia da petição de fls. 29/36, com fundamento no art. 330, §1º, inciso IV do NCPC, devendo ajuizar nova ação para revisar os alimentos. Sem custas. P.R.I. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: HAYLLANNE ABREU FERREIRA RIBEIRO (OAB 12758/AM) - Processo 0633511-85.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: K.S.J.L. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiza de Direito Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação - com duração aproximada de 2 (duas) horas, para o dia 07 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 26/09 ou 03/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM), ADV: LEON FÁBIO SILVA LEAL (OAB 8413/AM) - Processo 0633710-15.2016.8.04.0001 - Guarda - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: I.M.S. - REQUERIDO: G.C.S. - Em cumprimento à sentença de fls. 77-78, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: CAROLINA MORAIS VERAS (OAB 11144/AM) - Processo 0633743-97.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.C. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro da MM. Juíza de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2 (duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 07/11/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CAROLINA MORAIS VERAS (OAB 11144/AM) - Processo 0633743-97.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.C. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MM.ª Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento ao despacho de fls. 29 deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado na empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: GISELLE RACHEL DIAS FREIRE (OAB 5138/AM), ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM) - Processo 0633836-31.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.F.G.S.F. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: CHARLES LUIZ EVANGELISTA SOUZA (OAB 589A/AM) - Processo 0634181-26.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: V.S.B. - FICA A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO REDESIGNADA PARA O DIA 20 de setembro de 2019, às 9 horas e 30 minutos - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260

ADV: ADEMAR DE SOUZA SANTOS (OAB 635/AM) - Processo 0634380-48.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: L.B.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada na SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO 2019 no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 07/11/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: JEAN PAULO GOMES QUEIROZ (OAB 13728/AM) - Processo 0634888-28.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: G.S.S. - R.L.S.F. - Certifico para os devidos fins que, foi juntada a carta precatória retro, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: DARDEN KLINGER COLARES LIBÓRIO (OAB 10423/AM), ADV: PETERSON GUSTAVO GERMANO MOTTA (OAB 7051/AM) - Processo 0634888-96.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.G.C.T. - Intime-se a parte requerida, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca da petição e documentos de fls. 123/178. Transcorrido o prazo, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARIA DE JESUS DE SOUZA LIMA (OAB 3076/AM) - Processo 0634896-68.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.S.P. - Certifico que, feito o pregão, compareceu para o ato a parte requerente, acompanhado por sua patrona, Dra. Maria de Jesus de Souza Lima - OAB/AM 3076, deixando de comparecer a parte requerida, o qual foi devidamente citada e intimada para o ato, conforme Certidão do Oficial de Justiça de folhas 27, citação por HORA CERTA. Ante o exposto, é aberto o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que a parte Requerida oferte contestação, por petição, sob pena de revelia. Desta forma, ante o não comparecimento da referida parte, inviabilizando a realização de audiência de conciliação e mediação por este Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos - CEJUSC, devolvo os autos à fila “Recebidos-CEJUSC”, da vara de origem, na presente data, para deliberações do MM. Juiz de Direito do feito.

ADV: HAYLLANNE ABREU FERREIRA RIBEIRO (OAB 12758/AM) - Processo 0635621-57.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.I.B.V. - E.B.S. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 82, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM), ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM) - Processo 0636058-69.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: A.S.B. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro,nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento ao despacho de fls. 47, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado na empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: RONALDO GOMES PEREIRA (OAB 9187/AM) - Processo 0636602-86.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: D.F.S. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência Preliminar de Conciliação desta Ação, para o dia 09/12/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e a parte requerida será citada e intimada através de Carta Precatória, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado.

ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: ITAMAR BRITO GONÇALVES (OAB 9684/AM), ADV: ELSON MOUZINHO DE ALMEIDA (OAB 6294/AM) - Processo 0637204-19.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: Jorgemar de Brito Gonçalves - Diante do exposto, na forma do art. 485, IV do CPC, tem-se por extinto o processo, sem resolução do mérito. Condeno o polo ativo ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (dez por cento sobre o valor atribuído à causa), contudo suspensa a exigibilidade pelo prazo prescricional de 05 anos. P.R.I.C.

ADV: RENATA DI PAOLA SAMPAIO ROSAS (OAB 14224/AM) - Processo 0637488-85.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: A.M.O. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada na SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO 2019 no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 07/11/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM) - Processo 0637711-14.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: V.L.G. - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, determinando o arquivamento do processo, com a devida baixa na distribuição. Isento de custas. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P.R.I

ADV: NATASHA CAVALCANTE DA COSTA MARTINS (OAB 13091/AM) - Processo 0637850-87.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: B.S.M. - ALIMENTAND: R.B.M.S. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiza de Direito Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 07 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 26/09 ou 03/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM), ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM), ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM), ADV: NILSON OLIVEIRA DE ANDRADE (OAB 8687/AM) - Processo 0638093-70.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.V.A.P. - REQUERIDO: P.G.O. - Tendo em vista informações novas juntada aos autos, intime-se as partes para manifestarem se ainda pretendem produzir alguma prova, no prazo de 10 dias, sob pena de julgamento antecipado da lide. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM), ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM) - Processo 0638223-89.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.F.A. - REQUERIDA: L.P.G. - Certifico para os devidos fins que foi juntado o Relatório Psicológico/Estudo Social retro, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família e Sucessões, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime(m)-se a(s) parte(s) interessada(s), por seu advogado e por carta com AR, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0638737-13.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: A.E.C.N. e outro - Intime-se o autor, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para cumprir o despacho de fls. 34 e manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM) - Processo 0638985-76.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0624721-88.2014.8.04.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Revisão - EXEQUENTE: JOÃO GUILHERME DA SILVA BRAZÃO - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: ORLANDO LEAL FREIRE (OAB 5117/RO), ADV: CARLOS FREDERICO MEIRA BORRÉ (OAB 3010/RO), ADV: JOSÉ WILLIAN SIQUEIRA DA FONSECA (OAB 10451/AM) - Processo 0639101-82.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: M.C.L.C. - REQUERIDO: C.J.C.M. - Tendo em vista informações trazidas pela autora em fls. 149/150, à Secretaria para que paute audiência de instrução e julgamento com objetivo de colher provas trazidas pelas partes, principalmente no que diz respeito ao quanto é recebido pelo genitor em renda mensal, podendo as partes se valerem de todas as provas deferidas por direito. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM), ADV: ROSINALVA GOMES BARROS (OAB 8183/AM) - Processo 0639501-96.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: P.R.S. - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pleitos elencados na inicial, homologando o acordo parcial, razão pela qual decreto o Divórcio de PAULO ROGÉRIO DE SOUZA e ELIANE SANTOS DE SOUZA, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em consequência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, e o regime de bens, e concedo a guarda unilateral da menor I. K. S. de S. à genitora. JULGO PROCEDENTE o pedido de partilha dos bens móveis na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada um dos cônjuges. Quanto à partilha do bem imóvel, deverá ser feita em liquidação de sentença, na forma acima descrita. Por fim, extingo o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I e III, b do CPC. Expeça-se o necessário para cumprimento desta decisão Defiro os benefícios da justiça gratuita ao Requerido. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, baixe-se e arquive-se.

ADV: SAMANTA FIRMO DA ROCHA (OAB 12904/AM) - Processo 0639583-88.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: T.N.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada

de 2(duas) horas, a ser realizada na SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO 2019 no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 07/11/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0639667-31.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: B.C.F. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: CASSIANO CASTRO RIBEIRO (OAB 10586/AM), ADV: FELLIPE CARVALHO AMORE (OAB 9302/AM), ADV: ELIANA SANDRA CARVALHO BARROSO (OAB 2027/AM) - Processo 0640454-26.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: G.M.P.B. - REQUERIDO: E.C.B. - "Ante ao exposto, fixo o dia 18/09/2019, às 10h e 30m para realização da audiência de conciliação, desta ação, dando a requerente, bem como seu advogado por intimados, ressaltando que deverá comparecer acompanhada de seu advogado, independente de intimação. Intime-se a parte requerida, mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado. Cumpra-se."

ADV: THIAGO PALHETA DE SOUZA (OAB 13391/AM) - Processo 0640580-71.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.M.S.M. e outro - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 29/10/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: DANTE GLAUS ROCHA DE CASTRO (OAB 2686/AM), ADV: INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB 3629/AM) - Processo 0641414-16.2015.8.04.0001 - Arresto - Liminar - REQUERENTE: Z.R.C. - REQUERIDO: G.R.C. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C., ao mesmo tempo em que TORNO SEM EFEITO a decisão interlocutória de fls. 66/67. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0641544-64.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.S.A. - ALIMENTAND: E.A.G. - A.K.A.G. - E.V.A.G. - K.S.A. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 07 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 03/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM) - Processo 0641545-49.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Oferta - REQUERENTE: J.M.N.C. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 11, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: ESTHER MARIA ARAÚJO DE SOUSA (OAB 5639/AM), ADV: JOSÉ RODRIGO ORESTES DE SOUSA (OAB 9938/AM), ADV: NEURIVAN DA SILVA REBOUÇAS (OAB 8126/AM) - Processo 0641612-82.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.C.A.L. - REQUERIDA: E.C.C. e outro - Certifico para os devidos fins que, às fls.114 foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES - Processo 0641904-04.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0614036-51.2016.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: L.D.S.N. - Oficie-se à Corregedoria do E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, solicitando providências junto à Central de Mandados do Fórum Ministro Henoch Reis, no sentido de fazer cumprir o mandado nº 001.2018/120581-6, ressaltando que o referido mandado foi reiterado através de ofício, sem que aquele Juízo tenha enviado qualquer resposta. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0642535-40.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.D.C.A. - Em tempo, defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ALFREDO MELO DA SILVA (OAB 9232/AM) - Processo 0642541-86.2015.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: D.G.M. - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com base no art. 485, III do NCPC, determinando o arquivamento do processo, com a devida baixa na distribuição. Isento de custas, por ter sido deferida justiça gratuita. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P.R.I

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM), ADV: HÉLVIA SOCORRO FERNANDES DE CASTRO PEREIRA (OAB 6597/AM), ADV: ALESSANDRA CONTIERO, ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0642557-40.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.R.S. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: MARIA ROSA ALEIXO JACKMONTH (OAB 4228/AM) - Processo 0642607-27.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: João Bosco Jackmonth da Costa - Maria Rosa Aleixo Jackmonth - Em cumprimento à sentença de fls. 24, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: RONALDO NUNES MADURO JUNIOR (OAB 13428/AM) - Processo 0642792-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: N.R.P.C.M.J. - Em tempo, defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Cumpra-se.

ADV: REBECCA ATHAN CASTANHO (OAB 8262/AM) - Processo 0643086-20.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Fixação - REQUERENTE: Celma Maria Miranda dos Santos - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, os ofícios retro, expedidos em cumprimento ao despacho de fls. 20-21, deverão ser impressos pela parte interessada e protocolados na empresa competente, após o que, deverão os respectivos serem juntados aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: REBECCA ATHAN CASTANHO (OAB 8262/AM) - Processo 0643086-20.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Fixação - REQUERENTE: Celma Maria Miranda dos Santos - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para a SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO no dia 07 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 26/09 ou 03/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM) - Processo 0643247-30.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Fixação - REQUERENTE: Joice Ribeiro dos Santos - Em cumprimento à sentença de fls. 23-24, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0643341-17.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0211782-44.2014.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: M.C.C.L. e outro - Intime-se o autor, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANDERSON KENNETH SANTOS BELFORT. (OAB 7591/AM) - Processo 0643456-96.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.S.L. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento ao despacho de fls. 21-22, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANDERSON KENNETH SANTOS BELFORT. (OAB 7591/AM) - Processo 0643456-96.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.S.L. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Dr. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação - com duração aproximada de 2 (duas) horas, para o dia 07 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 26/09 ou 03/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM), ADV: WALEWSKA TELLES DE SOUSA PINHEIRO COELHO (OAB 4675/AM), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM), ADV: PAULA ÂNGELA VALÉRIO DE OLIVEIRA (OAB 1024/AM) - Processo 0643923-46.2017.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: W.T.S.P. - REQUERIDA: C.M.F.L. e outro - Em cumprimento ao despacho de fls. 360, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Provisória. É o que me cumpre certificar.

ADV: JOHANN STEPHEN DE OLIVEIRA MELO (OAB 12675/AM), ADV: GUARACY DE JESUS DIAS REBELO (OAB 4708/AM), ADV: MARGARIDA MARIA LEÃO DE OLIVEIRA (OAB 5185/AM), ADV: GUARACY DE JESUS DIAS REBELO (OAB 4.708/AM) - Processo 0644019-61.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Fixação - REQUERENTE: L.S.S. - REQUERIDA: C.D.M. - Certifico para os devidos fins que foi juntada manifestação do Instituto de Perícia Científicas retro, razão pela qual, de ordem da MMª Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime(m)-se a(s) parte(s) interessada(s), por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM) - Processo 0644287-47.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Almir Fialho Campos - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada na SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO 2019 no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 07/11/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM) - Processo 0645808-95.2017.8.04.0001 - Separação de Corpos - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: G.G.P. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.

ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 14354/AM) - Processo 0646177-21.2019.8.04.0001 - Interdição - Nomeação - REQUERENTE: Andre Luiz Andrade de Souza - Em cumprimento à decisão de fls. 35-36, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Provisória. É o que me cumpre certificar.

ADV: CESARE ANGELINI NETO (OAB 13382/AM), ADV: FLORENCE FLECK (OAB 13586/AM), ADV: JHENNIFER CRISTINE SOUZA PINTO (OAB 12655/AM) - Processo 0646373-25.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: C.T.G. e outro - REQUERIDO: R.R.G. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: CESARE ANGELINI NETO (OAB 13382/AM), ADV: FLORENCE FLECK (OAB 13586/AM), ADV: JHENNIFER CRISTINE SOUZA PINTO (OAB 12655/AM) - Processo 0646373-25.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: C.T.G. e outro - REQUERIDO: R.R.G. - Certifico para os devidos fins que foi juntada réplica à contestação, enquadrando-se o feito em uma das hipóteses previstas no art. 178 do C.P.C., razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro dê-se vista ao Ministério Público, para manifestação. É o que me cumpre certificar.

ADV: ROSENIL MAXIMO DOS SANTOS (OAB 13970/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0647236-78.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.D.C. - REQUERIDO: J.T.O.M. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestar-se acerca da contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCOS OSAMO BASTO TAKEDA (OAB 3739/AM), ADV: GERALDO SÉRGIO ALBUQUERQUE RIBEIRO (OAB 8400/AM) - Processo 0647398-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Cleide Catanduba de Farias - REQUERIDA: Zelma Vieira Guimaraes e outros - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca da petição e documentos de fls. 74/84. Cumpra-se, com urgência.

ADV: GUILHERME MARTINS SIMÕES DA SILVA (OAB 14560/AM) - Processo 0647403-61.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.A.S. - V.B.A.S. - Defiro a gratuidade da Justiça. Fixe-se data para audiência de reconhecimento voluntário da paternidade, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Ressalte-se que, em caso de não reconhecer a paternidade, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para sua resposta. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOSÉ DANIEL SANTANA GUSMÃO (OAB 12035/AM) - Processo 0647523-07.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.S.S. - Defiro a gratuidade da Justiça. Acolho os alimentos oferecidos pelo autor, para fixar os alimentos provisórios em favor de seu filho, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo, equivalentes a R$ 299,40 (duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos). Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta da requerida, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Recomendo que as partes compareçam à Oficina de Pais e filhos, que é realizada sempre na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Ministro Henoch Reis, sito na Rua Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, bem como realizem o correspondente curso on line, no site www.cnj.jus.br/eadcnj. Cumpre-me esclarecer que a Oficina de Pais e Filhos é um programa educacional interdisciplinar que foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça para colaborar com os pais e seus filhos menores a superarem a fase de reorganização familiar e terem mais estabilidade e paz em suas vidas, objetivo primordial do Poder Judiciário. A Oficina não visa avaliar ou julgar os pais, tendo como principal objetivo transmitir técnicas apropriadas de comunicação na família, ensinamentos a respeito das consequências que os conflitos proporcionam aos filhos, informações legais sobre alienação parental, guarda, visitas e alimentos. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, no caso da oficina presencial, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais e Filhos ou a realização do curso on line, não substitui o comparecimento à audiência de conciliação. Formalizada a citação da parte requerida, efetue-se o estudo psicossocial do caso, com a ressalva de que, caso esta resida em outro Estado, deverá ser expedida Carta Precatória, a fim de que a medida seja realizada também em seu domicílio. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se com urgência.

ADV: ÉDER ANTÔNIO BELLO COSTA (OAB 6921/AM), ADV: SUELLEN AKIKO KOHASHI DA COSTA (OAB 9879/AM) - Processo 0647541-28.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: Raissa Harumi Kohashi Brasil - Intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, emendar a inicial, apresentando nova planilha de débitos, fazendo constar apenas os valores brutos devidos pelo Executado, sem a incidência de qualquer índice de correção monetária, juros ou multa, uma vez que a atualização da dívida deverá ser realizada pela Contadoria Judicial. Suprida a irregularidade apontada, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM) - Processo 0647565-56.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Brenda Reis dos Anjos Mendes - Defiro a gratuidade da Justiça. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Recomendo que as partes compareçam à Oficina de Pais e filhos, que é realizada sempre na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Ministro Henoch Reis, sito na Rua Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, bem como realizem o correspondente curso on line, no site www.cnj.jus.br/eadcnj. Cumpre-me esclarecer que a Oficina de Pais e Filhos é um programa educacional interdisciplinar que foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça para colaborar com os pais e seus filhos menores a superarem a fase de reorganização familiar e terem mais estabilidade e paz em suas vidas, objetivo primordial do Poder Judiciário. A Oficina não visa avaliar ou julgar os pais, tendo como principal objetivo transmitir técnicas apropriadas de comunicação na família, ensinamentos a respeito das consequências que os conflitos proporcionam aos filhos, informações legais sobre alienação parental, guarda, visitas e alimentos. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, no caso da oficina presencial, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais e Filhos ou a realização do curso on line, não substitui o comparecimento à audiência de conciliação. Formalizada a citação da parte requerida, efetue-se o estudo psicossocial do caso, com a ressalva de que, caso esta resida em outro Estado, deverá ser expedida Carta Precatória, a fim de que a medida seja realizada também em seu domicílio. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se com urgência.

ADV: ANTÔNIO RODRIGUES DOS PASSOS (OAB 704/AM) - Processo 0647836-65.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Regilane Hilario do Nascimento - Defiro a gratuidade da Justiça. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se com urgência.

ADV: JARSON ARIDAY DA SILVA COSTA (OAB 741A/AM) - Processo 0648441-11.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.C.S. - Defiro a gratuidade da Justiça. Fixe-se data para audiência de conciliação, a ser realizada neste Juízo durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Ressalte-se que daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a

resposta do requerido. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DAGMO VARELA DA CUNHA (OAB 5864/AM), ADV: FABIANNO MARTINS FRAZÃO (OAB 7004/AM), ADV: ADRIANA DE SOUZA NEGREIROS FRAZÃO (OAB 13908/AM) - Processo 0648574-87.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.N.M.T.C. - REQUERIDO: S.N.C. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestar-se acerca da contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DEMÉTRIO WEILL PESSÔA RAMOS (OAB 36526/DF), ADV: MIRIAN DA MOTA VINHOTE (OAB A923/AM) - Processo 0654024-11.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: D.W.P.R. - G.S.N. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 73, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARIANA PINHEIRO GONÇALVES (OAB 13906/AM) - Processo 0654099-50.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: V.P.T. - Certifico para os devidos fins que, às fls.60 foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: JOSÉ CARLOS DE SENA DANTAS (OAB 6295/AM), ADV: ROBERTO SÁ DOS SANTOS (OAB 9530/AM) - Processo 0654659-89.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: R.C.B. - REQUERIDA: C.C.T.M. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARIA ANTONIA ALVES BEZERRA AFONSO (OAB 10390/AM) - Processo 0655121-46.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.A.A.B.A. - Ante a certidão de fls. 30, decreto a revelia do requerido, com fulcro no art. 344 c/c o art. 345, II, do C.P.C.. Dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MÁRCIA AUGUSTA DE SOUZA (OAB 13482/AM) - Processo 0656929-86.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Fabyana Azevedo Correia Rodrigues - Defiro a gratuidade da Justiça. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se com urgência.

ADV: TAHUANA YREN NERY JESUS (OAB 7195/AM) - Processo 0657635-69.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Ana Lúcia de Souza Martins - A seguir, nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, em cumprimento da decisão interlocutória de fls.34/35, intimou-se a interditanda para que esta apresente impugnação aos termos da presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, a ser contado a partir da data da audiência. Após o decurso do prazo, com ou sem impugnação, os autos deverão seguir com vista ao Ministério Público.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: MAURIANNE DE SOUZA KAIST (OAB 9951/AM), ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM), ADV: NARA NÚBIA PIRES DA COSTA (OAB 10241/AM), ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM) - Processo 0659388-61.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Alimentos - REQUERENTE: Y.N.M.O. - REQUERIDO: R.E. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ELIETE DE OLIVEIRA (OAB 3523/AM) - Processo 0704067-59.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXECUTADO: C.P. - Certifico para os devidos fins que o Mandado retro encontra-se com prazo devolução vencido, razão pela qual, oficiarei à Central de Mandados, solicitando o seu cumprimento imediato. É o que me cumpre certificar.

ADV: ERIVELTON PINHEIRO DE MENEZES (OAB 7181/AM) - Processo 0704563-88.2012.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: N.S.V. - Em cumprimento à sentença de fls. 126-132, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intimem-se as partes interessadas para comparecerem na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinarem o Termo de Guarda Compartilhada. É o que me cumpre certificar.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO - Processo 0713362-23.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0704698-03.2012.8.04.0001) - Busca e Apreensão - Liminar - REQUERENTE: B.C.A.O. - REQUERIDO: R.B.B. - Ao compulsar os autos percebe-se que o resultado da lide será diretamente influenciada pelo resultado do processo principal de n. 0711429-15.2012. Por isso, deixe-se os presentes autos sobrestados até que o processo supracitado seja sentenciado, quando deverá voltar para a minha fila com fito de ser dado o devido andamento. Cumpra-se.

ADV: ELIAS DE OLIVEIRA CHAVES (OAB 2813/AM) - Processo 0719663-83.2012.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: N.S.S. - Em cumprimento à sentença de fls. 173-181, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

Abrahão Lyncon Nunes Dantas (OAB 8125/AM)
Ademar de Souza Santos (OAB 635/AM)
Adonai Rocha de Oliveira (OAB 9162/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
ADRIANA DE SOUZA NEGREIROS FRAZÃO (OAB 13908/AM)
Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Aguiberto Camilo Redi (OAB 202A/AM)
Aldrin Bentes Pontes (OAB 8887/AM)
Alessandra Contiero
Alessandra de Alencar Rêgo (OAB 5728/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alexandre Viana Freire (OAB 9947/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Alfredo Melo da Silva (OAB 9232/AM)
Almenilze Valente Sampaio (OAB 5456/AM)
Almir da Cruz Barros (OAB 3660/AM)
Alyne Coelho Oliveira (OAB 14354/AM)
Amadeu Almeida de Aguiar Filho (OAB 5324/AM)
Amanda Ladeira Benzion (OAB 3587/AM)
Ana Amélia Silva de Souza (OAB 8561/AM)
Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB 6477/AM)
Ana Luisa Teles Farias (OAB 11720/AM)
Ana Paula da Silva Bezerra (OAB 5797/AM)
Ana Paula Simões Bandeira Rocha (OAB 12917/AM)

Ana Regina Souza (OAB 1797/AM)
Anderson Kenneth Santos Belfort. (OAB 7591/AM)
Andréa da Silva Guedes (OAB 10966/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Andressa Sodré Oliveira (OAB 9885/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Antônio Araújo de Moraes (OAB 5631/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Antônio Clementino do Monte Júnior (OAB 1574/AM)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Antônio Rodrigues dos Passos (OAB 704/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM)
Bruno de Souza Cavalcante
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 9057/AM)
Bruno Leite de Oliveira (OAB 14593/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Camila Nascimento dos Santos (OAB 14612/AM)
Carlos Alberto Coelho de Andrade (OAB 7866/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Frederico Meira Borré (OAB 3010/RO)
Carlos Marcelo de Lima Nunes (OAB 10136/AM)
Carolina Albuquerque do Valle (OAB 8112/AM)
Carolina Morais Veras (OAB 11144/AM)
Cassiano Castro Ribeiro (OAB 10586/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Cesare Angelini Neto (OAB 13382/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Charles Luiz Evangelista Souza (OAB 589A/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Christian Araújo de Souza (OAB 13291/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Cristiano Ribeiro Viana (OAB 12740/AM)
Dagmo Varela da Cunha (OAB 5864/AM)
Daiana Ferreira de Sousa (OAB 8527/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Daniel Castro Machado (OAB 13166/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Dante Glaus Rocha de Castro (OAB 2686/AM)
Darden Klinger Colares Libório (OAB 10423/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Demétrio Weill Pessôa Ramos (OAB 36526/DF)
Denise Morgado de Oliveira Junqueira (OAB 6999/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Éder Antônio Bello Costa (OAB 6921/AM)
Edilson da Costa Silva (OAB 9884/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Eduardo Rennhack Martins (OAB 34301/RS)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Eliana Sandra Carvalho Barroso (OAB 2027/AM)
Elias de Oliveira Chaves (OAB 2813/AM)
Eliete de Oliveira (OAB 3523/AM)
Ellen Carolina Lima Colares (OAB 11239/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Elson Mouzinho de Almeida (OAB 6294/AM)
EMERSON FREITAS DA SILVA (OAB 14138/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Erick Fernando Queiroz Pereira (OAB 12071/AM)
Érika Augusta de Paula Freitas Chaparro (OAB 9690/AM)
Erivelton Pinheiro de Menezes (OAB 7181/AM)
Esther Maria Araújo de Sousa (OAB 5639/AM)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Evander Elias de Queiroz (OAB 7015/AM)
Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM)
Fabianno Martins Frazão (OAB 7004/AM)
Fabiano Gustavo dos Santos Ozga (OAB 11849/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Fellipe Carvalho Amore (OAB 9302/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Fidelis Aguiar Andrade (OAB 6486/AM)
Florence Fleck (OAB 13586/AM)
Franciel Franco de Souza Almeida (OAB 9301/AM)
Francimar da Costa Lima (OAB 12808/AM)
Francimar Maciel Ferreira (OAB 10155/AM)
Francisco Honorato de Brito (OAB 6638/AM)
Francisco Lima Matos (OAB 1126/AM)
Francisco Rosquilde Pessoa Araújo (OAB 12131/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriel Melo Sampaio (OAB 9793/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Geraldo da Silveira Tapajós (OAB 2163/AM)
Geraldo Sérgio Albuquerque Ribeiro (OAB 8400/AM)
GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giselle Rachel Dias Freire (OAB 5138/AM)
Gizelly Carreiro de Aquino Soares (OAB 9173/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM)
Graziela da Costa Batista (OAB 7224/AM)
Guaracy de Jesus Dias Rebelo (OAB 4.708/AM)
Guaracy de Jesus Dias Rebelo (OAB 4708/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Guilherme Martins Simões da Silva (OAB 14560/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Hayllanne Abreu Ferreira Ribeiro (OAB 12758/AM)
Helder Brandão Góes (OAB 9780/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira (OAB 6597/AM)
Hugo Fernandes Levy Neto
Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB 3629/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Itamar Brito Gonçalves (OAB 9684/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Jander Rubem Souza da Rocha (OAB 7886/AM)
Jarson Ariday da Silva Costa (OAB 741A/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Jean Paulo Gomes Queiroz (OAB 13728/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Jefferson Oliveira do Nascimento (OAB 13823/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Jhennifer Cristine Souza Pinto (OAB 12655/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
João Antônio Monteiro Dourado (OAB 13834/AM)
João da Silva Pessôa Júnior (OAB 13074/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Johann Stephen de Oliveira Melo (OAB 12675/AM)
Joísa Maciel Guerra de Souza (OAB 7774/AM)
José Abelardo de Albuquerque Mello Santos (OAB 3551/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José Carlos de Sena Dantas (OAB 6295/AM)

José Daniel Santana Gusmão (OAB 12035/AM)
José Rodrigo Orestes de Sousa (OAB 9938/AM)
José Sonilson da Silva Maués (OAB 11209/AM)
José Willian Siqueira da Fonseca (OAB 10451/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Julie Stephane Lima Bruce (OAB 8096/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Júlio César Rubim de Moraes (OAB 4727/AM)
Jussara da Silva Pontes (OAB 7062/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB 18032/BA)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Kátia Maria Vasconcelos da Silva Santos (OAB 11464/AM)
Kelso Wesley Souza da Silva (OAB 6200/AM)
Laís Cristiane Lira Pereira (OAB 5376/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Larisse Silva Oliveira (OAB 37385/BA)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Lauri Dario Bock (OAB 12074/AM)
LEANNE DE SA YAMADA (OAB 9998/AM)
Lenoyh Mendes Salvador (OAB 8673/AM)
Leon Fábio Silva Leal (OAB 8413/AM)
Leônidas de Abreu (OAB 2635/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lilian da Silva Alves (OAB 8921/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Lúcia Andréa Valle de Souza (OAB 2767/AM)
Lucia Maria Moraes Lisboa Antonaccio (OAB 5277/AM)
Luciane de Souza Amazonas (OAB 12356/AM)
Luciano Moura Maciel (OAB 6744/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Felipe Tavares Veiga (OAB 13150/AM)
Luzenildo Pereira Figueira (OAB 3956/AM)
Lysson Alcântara Barroso (OAB 9208/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
MAÍSA MORAIS DA SILVA (OAB 8055/AM)
MANOEL MARIA DE SOUZA (OAB 10058/AM)
Manoel Matos Rodrigues (OAB 8791/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcelo da Costa Pinheiro (OAB 4775/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Márcia Augusta de Souza (OAB 13482/AM)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Márcio Arduíno (OAB 3364/AM)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Osamo Basto Takeda (OAB 3739/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Margarida Maria Leão de Oliveira (OAB 5185/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Amália Castelo Branco Affonso (OAB 3783/AM)
MARIA ANTONIA ALVES BEZERRA AFONSO (OAB 10390/AM)
Maria de Fátima Lima da Silva (OAB 6785/AM)
Maria de Jesus de Souza Lima (OAB 3076/AM)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Maria do Socorro Alves Cardoso de Oliveira (OAB 1183/RR)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Maria Rosa Aleixo Jackmonth (OAB 4228/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Mariana Pinheiro Gonçalves (OAB 13906/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mario Jorge Cardoso Melo (OAB 10894/AM)
Marluce Braga de Menezes (OAB 8652/AM)
Maurianne de Souza Kaist (OAB 9951/AM)
MAURICIO LIMA SEIXAS (OAB 7881/AM)
Maurício Vieira de Castro Filho (OAB 11035/AM)
Maurílio César Nunes Brasil (OAB 4201/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Miguel de Araújo Beckman (OAB 12909/AM)
MIRIAN DA MOTA VINHOTE (OAB A923/AM)
MIRIAN FREITAS TÁVORA (OAB 11122/AM)
Mônica Santa Rita Bonfim (OAB 3384/AM)
Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
Nara Núbia Pires da Costa (OAB 10241/AM)
Natasha Cavalcante da Costa Martins (OAB 13091/AM)
Nelson Barbosa da Silva (OAB 6609/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Neurivan da Silva Rebouças (OAB 8126/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Nilson Oliveira de Andrade (OAB 8687/AM)
Odemilton Pinheiro Macena Júnior (OAB 7155/AM)
Orlando Leal Freire (OAB 5117/RO)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Patrick de Souza Cruz (OAB 13259/AM)
Patrick Portela da Silva (OAB 14219/AM)
Paula Ângela Valério de Oliveira (OAB 1024/AM)
Paulo Humberto Carvalho de Oliveira (OAB 10033/AM)
Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB 6011/AM)
Paulo Rocha de Almeida (OAB 9671/AM)
Peterson Gustavo Germano Motta (OAB 7051/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Albuquerque Maia (OAB 21439/CE)
Rafael Basílio de Souza (OAB 8892/AM)
Rafael Rebelo Affonso (OAB 12284/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)
Raimundo Nonato de Moraes Brandão (OAB 8253/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Rebecca Athan Castanho (OAB 8262/AM)
Regiane Lopes Gioia (OAB 3728/AM)
Regilson Pinto Gomes (OAB 10288/AM)
Renata Di Paola Sampaio Rosas (OAB 14224/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
ROBERTO SÁ DOS SANTOS (OAB 9530/AM)
Roberval Mendes de Souza (OAB 4314/AM)
Rodrigo de Oliveira Junqueira (OAB 7136/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Silva Ribeiro (OAB 5204/AM)
Ronaldo Gomes Pereira (OAB 9187/AM)
Ronaldo Nunes Maduro Junior (OAB 13428/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Rosana Brogni Steinmetz Wainer (OAB 36928/RS)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Roseane Torres Lima (OAB 10525/AM)
Rosenil Maximo dos Santos (OAB 13970/AM)
Rosinalva Gomes Barros (OAB 8183/AM)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Roziane Lopes Braga (OAB 6590/AM)
Rubens Edmar Veronezzi (OAB 4259/AM)
Rubinaldo Cruz Rodrigues (OAB 9787/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Ruy Gama e Silva (OAB 312A/AM)
Samanta Firmo da Rocha (OAB 12904/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sérgio Augusto Costa da Silva (OAB 6583/AM)
Sérvulo Morais Oliveira (OAB 6320/AM)
Simone Waughan Freitas de Souza (OAB 11830/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Souza Cruz Sociedade Individual de Advocacia (OAB 13259/AM)
Suellen Akiko Kohashi da Costa (OAB 9879/AM)
Tahuana Yren Nery Jesus (OAB 7195/AM)
Taís Miranda Rodrigues (OAB 7743/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thatiana Neves Costa de Souza Castelo Branco (OAB 5715/AM)
Thiago Palheta de Souza (OAB 13391/AM)

Tiago Borges dos Santos (OAB 10890/AM)
Tokuti Yano (OAB 9206/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Ubirajara Francisco de Moraes (OAB 7265/AM)
Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB 13500/AM)
Varcily Queiroz Barroso (OAB 2683/AM)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
VERIDIANA SPINOLA TONELLI (OAB 11323/AM)
Victor Alberto Graça Lins (OAB 10562/AM)
VICTOR ANDRE SAMPAIO DA SILVA (OAB 11214/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vivian Maria de Sena Cunha e Lima (OAB 9253/AM)
Viviane Carvalho Silva (OAB 5536/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Walewska Telles de Sousa Pinheiro Coelho (OAB 4675/AM)
Wellington Augusto de Paula e Sousa (OAB 4534/AM)
Wilian dos Santos Torres Júnior (OAB 11026/AM)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 1295A/AM)
Yury Croiff Santos Thury (OAB 8079/AM)
Zacarias de Souza Farias (OAB 2643/AM)

8ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
JUIZ(A) DE DIREITO GILDO ALVES DE CARVALHO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GEORGIA COSTA DE PAULA MENDES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0024/2019

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0201459-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.R.E. - REQUERIDO: Z.B. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0202147-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.S.Z.S. - REQUERIDO: J.R.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0202155-40.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: S.S.A. - REQUERIDO: E.N.E. - Processo parado há mais de 30 dias por falta de promoção do(a) autor(a). Em razão disso, intime-se pessoalmente (o)a autor(a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do processo, sob pena de extinção com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil, vez que, expedida a carta, a parte a quem interessar o cumprimento da diligência tem o dever de cooperação para que o prazo de cumprimento seja cumprido, nos termos do art. 261, § 3º do CPC, possuindo ainda o dever de manter o cadastro atualizado, em havendo mudança de endereço, nos termos do art. 274, § único do CPC. Intime(m)-se.

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0203274-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERIDA: E.S.H. e outros - Audiência p/ coleta de material genético Data: 25/11/2019 Hora 11:00 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0204022-68.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: I.M.N. - REQUERIDA: I.M.M. - Juntada de documentos às fls. 4/13 dos autos, inclusive laudo médico às fls. 7 dos autos. Termo de audiência às fls. 33/35. Liminar de curatela provisória concedida às fls. 20 dos autos. Manifestação do curador de ausentes às fls. 37 dos autos. Promoção ministerial de fls. 39/40. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. O feito encontra-se suficientemente instruído, em conformidade com a promoção dos autos, em atenção ainda aos ditames da Lei 13146/2015. Como é cediço, em 02/01/2016 entrou em vigor a Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotando um novo procedimento e novos institutos com relação às medidas voltadas à proteção dos “incapazes”. As alterações introduzidas pela Lei em nosso ordenamento jurídico objetivam assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei 13.146/2015. Desta feita, os direitos existenciais das pessoas portadoras de deficiência não mais serão alvo de discussão jurídica, vez que, nos termos do art. 85 do Estatuto em comento, a curatela afetará exclusivamente os atos atinentes aos direitos de ordem patrimonial e negocial. A mudança foi deveras significativa em nosso ordenamento jurídico, de modo que hoje não existem mais pessoa absolutamente incapaz maior de idade em razão de doença mental, tendo sido esta hipótese revogada do Código Civil, pelo que não há mais que se falar em processo de interdição, mas sim em processo de curatela ou de “tomada de decisão apoiada”, consoante a nova Lei. Não havendo pedido específico de “tomada de decisão apoiada”, o processo prosseguiu sob a forma de curatela. O fulcro do pedido se perfaz no fato de que o curatelado apresenta incapacidade de ordem mental que lhe impede de ter o necessário discernimento para os atos da vida civil, fato este comprovado pelo laudo médico de fls. 7 dos autos, tendo sido constatado em audiência o fato narrado na inicial, bem como a ciência da requerente de que a curatela a ser concedida se limita aos atos de gestão patrimonial e negocial. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, em consonância com o parecer ministerial, pelo que decreto a curatela

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0204596-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: D.Q.C.J. - REQUERIDA: J.D.D.B. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0205659-54.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.C.L. - REQUERIDO: J.B.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA) - Processo 0205821-49.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.M.S. - E.A.O. - REQUERIDA: A.S.S. - INTSSADA: A.L.S.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito, nos termos do § 1º do art. 485 do CPC c/c art. 274, parágrafo único e art. 106, §§ 1° e 2°, ambos do CPC (folhas 27 e 28). Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0206279-71.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REPTANTE: NEILA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS - EXEQUENTE: JOHN THAILON PEREIRA DOS SANTOS - JUAN PABLO PEREIRA

DOS SANTOS - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0210692-93.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: F.C.S. - REQUERIDO: R.H.A.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM) - Processo 0211853-12.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: W.C.L.J. e outros - EXECUTADO: W.C.L. - Esgotadas outras medidas de tentativa de penhora, as mesmas restaram infrutíferas (fls. 41/43), pelo que procedida a imediata penhora do saldo de FGTS mencionado às fls. 44/45, com a transferência do valor à conta judicial, proceda a lavratura do respectivo termo de penhora e consequente intimação do executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar. Em decorrendo o prazo sem manifestação, certifique-se e expeça-se alvará para saque do valor em nome da representante legal do (s) exequente (s). Havendo débito remanescente, intime-se a parte exequente para indicar outros bens do executado passíveis de penhora no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Neste sentido, a jurisprudência dos Tribunais consolidou-se no Superior Tribunal de Justiça, como se vislumbra a seguir: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO DE FAMÍLIA. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PENHORA SOBRE CONTA DO FGTS. POSSIBILIDADE.1. Este Tribunal Superior entende ser possível a penhora de conta vinculada do FGTS (e do PIS) no caso de execução de alimentos. É que, em casos tais, há mitigação do rol taxativo previsto no art. 20 da Lei 8.036/90, dada a incidência dos princípios constitucionais da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana. 2. A orientação jurisprudencial das Turmas de Direito Privado desta Corte é na vertente de se admitir o bloqueio da conta relativa ao FGTS para a garantia do pagamento da obrigação alimentar, segundo as peculiaridades do caso concreto.3. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1034295/SP, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 09/10/2009). Diligências de estilo. Publique-se. Intimem-se.

ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM) - Processo 0211853-12.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: W.C.L.J. - M.V.L. - M.V.L. - EXECUTADO: W.C.L. - Arquive-se os presentes autos diante da ausência de bens penhoráveis, consoante petição e documentos de folhas 47 a 49 dos autos, podendo os autores pelo prazo de 1 (um) ano requererem o desarquivamento a qualquer momento, com a indicação de bem passível de penhora. Havendo novo impulso, retornem conclusos. Terminado o prazo, sem providência por parte dos requerentes, tem-se por extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, inciso III, do Código do Processo Civil de 2015. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: JULIANA LINHARES DE AGUIAR LOPES (OAB 22034/CE) - Processo 0212476-37.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.L.L.B. - REQUERIDO: L.F.B. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos c/c art. 274, § único do CPC, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: NÁIADE VICTÓRIA ARAÚJO PERRONE (OAB 9183/AM), ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM) - Processo 0212863-57.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERIDO: M.R.A. - Cumpra-se a retro promoção ministerial. Prazo de 10 (dez) dias para manifestação. Após, nova vista ao MP.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0212993-42.2019.8.04.0001 - Interdição - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: T.M.A.M. - REQUERIDA: Y.M.S. - Juntada de documentos às fls. 6/15 dos autos, inclusive laudo médico às fls. 9 dos autos. Termo de audiência às fls. 25/26. Liminar de curatela provisória concedida às fls. 18 dos autos. Manifestação do curador de ausentes às fls. 28 dos autos. Promoção ministerial de fls. 29/30. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. O feito encontra-se suficientemente instruído, em conformidade com a promoção dos autos, em atenção ainda aos ditames da Lei 13146/2015. Como é cediço, em 02/01/2016 entrou em vigor a Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotando um novo procedimento e novos institutos com relação às medidas voltadas à proteção dos “incapazes”. As alterações introduzidas pela Lei em nosso ordenamento jurídico objetivam assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei 13.146/2015. Desta feita, os direitos existenciais das pessoas portadoras de deficiência não mais serão alvo de discussão jurídica, vez que, nos termos do art. 85 do Estatuto em comento, a curatela afetará exclusivamente os atos atinentes aos direitos de ordem patrimonial e negocial. A mudança foi deveras significativa em nosso ordenamento jurídico, de modo que hoje não existem mais pessoa absolutamente incapaz maior de idade em razão de doença mental, tendo sido esta hipótese revogada do Código Civil, pelo que não há mais que se falar em processo de interdição, mas sim em processo de curatela ou de “tomada de decisão apoiada”, consoante a nova Lei. Não havendo pedido específico de “tomada de decisão apoiada”, o processo prosseguiu sob a forma de curatela. O fulcro do pedido se perfaz no fato de que o curatelado apresenta incapacidade de ordem mental que lhe impede de ter o necessário discernimento para os atos da vida civil, fato este comprovado pelo laudo médico de fls. 9 dos autos, tendo sido constatado em audiência o fato narrado na inicial, bem como a ciência da requerente de que a curatela a ser concedida se limita aos atos de gestão patrimonial e negocial. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, em consonância com o parecer ministerial, pelo que decreto a curatela

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0215104-96.2019.8.04.0001 - Interdição - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: MARIA ALESSANDRA NASCIMENTO PEREIRA - REQUERIDO: MARIO JORGE NASCIMENTO PEREIRA - Juntada de documentos às fls. 5/18 dos autos, inclusive laudo médico às fls. 13 dos autos. Termo de audiência às fls. 25/26. Liminar de curatela provisória concedida às fls. 21 dos autos. Manifestação do curador de ausentes às fls. 28 dos autos. Promoção ministerial de fls. 30/31. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. O feito encontra-se suficientemente instruído, em conformidade com a promoção dos autos, em atenção ainda aos ditames da Lei 13146/2015. Como é cediço, em 02/01/2016 entrou em vigor a Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotando um novo procedimento e novos institutos com relação às medidas voltadas à proteção dos “incapazes”. As alterações introduzidas pela Lei em nosso ordenamento jurídico objetivam assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei 13.146/2015. Desta feita, os direitos existenciais das pessoas portadoras de deficiência não mais serão alvo de discussão jurídica, vez que, nos termos do art. 85 do Estatuto em comento, a curatela afetará exclusivamente os atos atinentes aos direitos de ordem patrimonial e negocial. A mudança foi deveras significativa em nosso ordenamento jurídico, de modo que hoje não existem mais pessoa absolutamente incapaz maior de idade em razão de doença mental, tendo sido esta hipótese revogada do Código Civil, pelo que não há mais que se falar em processo de interdição, mas sim em processo de curatela ou de “tomada de decisão apoiada”, consoante a nova Lei. Não havendo pedido específico de “tomada de decisão apoiada”, o processo prosseguiu sob a forma de curatela. O fulcro do pedido se perfaz no fato de

que o curatelado apresenta incapacidade de ordem mental que lhe impede de ter o necessário discernimento para os atos da vida civil, fato este comprovado pelo laudo médico de fls. 13 dos autos, tendo sido constatado em audiência o fato narrado na inicial, bem como a ciência da requerente de que a curatela a ser concedida se limita aos atos de gestão patrimonial e negocial. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, em consonância com o parecer ministerial, pelo que decreto a curatela

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0215590-81.2019.8.04.0001 - Interdição - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERIDO: J.S.S. - : Fabiola Cristiane Costa dos Santos - Juntada de documentos às fls. 5/54 dos autos, inclusive laudo médico às fls. 17/18 dos autos. Termo de audiência às fls. 63/66. Liminar de curatela provisória concedida às fls. 57 dos autos. Manifestação do curador de ausentes às fls. 68 dos autos. Promoção ministerial de fls. 69/70. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. O feito encontra-se suficientemente instruído, em conformidade com a promoção dos autos, em atenção ainda aos ditames da Lei 13146/2015. Como é cediço, em 02/01/2016 entrou em vigor a Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotando um novo procedimento e novos institutos com relação às medidas voltadas à proteção dos “incapazes”. As alterações introduzidas pela Lei em nosso ordenamento jurídico objetivam assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei 13.146/2015. Desta feita, os direitos existenciais das pessoas portadoras de deficiência não mais serão alvo de discussão jurídica, vez que, nos termos do art. 85 do Estatuto em comento, a curatela afetará exclusivamente os atos atinentes aos direitos de ordem patrimonial e negocial. A mudança foi deveras significativa em nosso ordenamento jurídico, de modo que hoje não existem mais pessoa absolutamente incapaz maior de idade em razão de doença mental, tendo sido esta hipótese revogada do Código Civil, pelo que não há mais que se falar em processo de interdição, mas sim em processo de curatela ou de “tomada de decisão apoiada”, consoante a nova Lei. Não havendo pedido específico de “tomada de decisão apoiada”, o processo prosseguiu sob a forma de curatela. O fulcro do pedido se perfaz no fato de que o curatelado apresenta incapacidade de ordem mental que lhe impede de ter o necessário discernimento para os atos da vida civil, fato este comprovado pelo laudo médico de fls. 17/18 dos autos, tendo sido constatado em audiência o fato narrado na inicial, bem como a ciência da requerente de que a curatela a ser concedida se limita aos atos de gestão patrimonial e negocial. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, em consonância com o parecer ministerial, pelo que decreto a curatela

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0216140-13.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: R.A.S.P. - REQUERIDO: A.S.F. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0216681-12.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: O.N.A. - REQUERIDO: O.F.N. - Juntada de documentos às fls. 6/20 dos autos, inclusive laudo médico às fls. 9 dos autos. Termo de audiência às fls. 27/28. Liminar de curatela provisória concedida às fls. 23 dos autos. Manifestação do curador de ausentes às fls. 30 dos autos. Promoção ministerial de fls. 32/33. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. O feito encontra-se suficientemente instruído, em conformidade com a promoção dos autos, em atenção ainda aos ditames da Lei 13146/2015. Como é cediço, em 02/01/2016 entrou em vigor a Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotando um novo procedimento e novos institutos com relação às medidas voltadas à proteção dos “incapazes”. As alterações introduzidas pela Lei em nosso ordenamento jurídico objetivam assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei 13.146/2015. Desta feita, os direitos existenciais das pessoas portadoras de deficiência não mais serão alvo de discussão jurídica, vez que, nos termos do art. 85 do Estatuto em comento, a curatela afetará exclusivamente os atos atinentes aos direitos de ordem patrimonial e negocial. A mudança foi deveras significativa em nosso ordenamento jurídico, de modo que hoje não existem mais pessoa absolutamente incapaz maior de idade em razão de doença mental, tendo sido esta hipótese revogada do Código Civil, pelo que não há mais que se falar em processo de interdição, mas sim em processo de curatela ou de “tomada de decisão apoiada”, consoante a nova Lei. Não havendo pedido específico de “tomada de decisão apoiada”, o processo prosseguiu sob a forma de curatela. O fulcro do pedido se perfaz no fato de que o curatelado apresenta incapacidade de ordem mental que lhe impede de ter o necessário discernimento para os atos da vida civil, fato este comprovado pelo laudo médico de fls. 9 dos autos, tendo sido constatado em audiência o fato narrado na inicial, bem como a ciência da requerente de que a curatela a ser concedida se limita aos atos de gestão patrimonial e negocial. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, em consonância com o parecer ministerial, pelo que decreto a curatela

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0217376-63.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: C.H.M.P. e outro - REQUERIDO: F.A.S. - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0218164-77.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: L.M.F.S. - REQUERIDO: E.S.A. - Juntada de documentos às fls. 5/20 dos autos, inclusive laudo médico às fls. 11 dos autos. Termo de audiência às fls. 41/43. Liminar de curatela provisória concedida às fls. 31/32 dos autos. Manifestação do curador de ausentes às fls. 45 dos autos. Promoção ministerial de fls. 46/47. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. O feito encontra-se suficientemente instruído, em conformidade com a promoção dos autos, em atenção ainda aos ditames da Lei 13146/2015. Como é cediço, em 02/01/2016 entrou em vigor a Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotando um novo procedimento e novos institutos com relação às medidas voltadas à proteção dos “incapazes”. As alterações introduzidas pela Lei em nosso ordenamento jurídico objetivam assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei 13.146/2015. Desta feita, os direitos existenciais das pessoas portadoras de deficiência não mais serão alvo de discussão jurídica, vez que, nos termos do art. 85 do Estatuto em comento, a curatela afetará exclusivamente os atos atinentes aos direitos de ordem patrimonial e negocial. A mudança foi deveras significativa em nosso ordenamento jurídico, de modo que hoje não existem mais pessoa absolutamente incapaz maior de idade em razão de doença mental, tendo sido esta hipótese revogada do Código Civil, pelo que não há mais que se falar em processo de interdição, mas sim em processo de curatela ou de “tomada de decisão apoiada”, consoante a nova Lei. Não havendo pedido específico de “tomada de decisão apoiada”, o processo prosseguiu sob a forma de curatela. O fulcro do pedido se perfaz no fato de que o curatelado apresenta incapacidade de ordem mental que lhe impede de ter o necessário discernimento para os atos da vida civil, fato este comprovado pelo laudo médico de fls. 11 dos autos, tendo sido constatado em audiência o fato narrado na inicial, bem como a ciência da requerente de que a curatela a ser concedida se limita aos atos de gestão patrimonial e negocial. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, em consonância com o parecer ministerial, pelo que decreto a curatela

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0218350-03.2019.8.04.0001 - Interdição - Tutela Provisória - REQUERENTE: M.N.S.C. - REQUERIDO: P.C.P.C. - Juntada de documentos às fls. 4/13 dos autos, inclusive laudo médico às fls. 11 dos autos. Termo de audiência às fls. 18/19. Liminar de curatela provisória concedida às fls. 14 dos autos. Manifestação do curador de ausentes às fls. 35 dos autos. Promoção ministerial de fls. 23/24. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. O feito encontra-se suficientemente instruído, em conformidade com a promoção dos autos, em atenção ainda aos ditames da Lei 13146/2015. Como é cediço, em 02/01/2016 entrou em vigor a Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotando um novo procedimento e novos institutos com relação às medidas voltadas à proteção dos "incapazes". As alterações introduzidas pela Lei em nosso ordenamento jurídico objetivam assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei 13.146/2015. Desta feita, os direitos existenciais das pessoas portadoras de deficiência não mais serão alvo de discussão jurídica, vez que, nos termos do art. 85 do Estatuto em comento, a curatela afetará exclusivamente os atos atinentes aos direitos de ordem patrimonial e negocial. A mudança foi deveras significativa em nosso ordenamento jurídico, de modo que hoje não existem mais pessoa absolutamente incapaz maior de idade em razão de doença mental, tendo sido esta hipótese revogada do Código Civil, pelo que não há mais que se falar em processo de interdição, mas sim em processo de curatela ou de "tomada de decisão apoiada", consoante a nova Lei. Não havendo pedido específico de "tomada de decisão apoiada", o processo prosseguiu sob a forma de curatela. O fulcro do pedido se perfaz no fato de que o curatelado apresenta incapacidade de ordem mental que lhe impede de ter o necessário discernimento para os atos da vida civil, fato este comprovado pelo laudo médico de fls. 11 dos autos, tendo sido constatado em audiência o fato narrado na inicial, bem como a ciência da requerente de que a curatela a ser concedida se limita aos atos de gestão patrimonial e negocial. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, em consonância com o parecer ministerial, pelo que decreto a curatela

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0219477-73.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: K.O.M. - REQUERIDO: F.M.S. - Juntada de documentos às fls. 5/16 dos autos, inclusive laudo médico às fls. 8 dos autos. Termo de audiência às fls. 21/22. Liminar de curatela provisória concedida às fls. 17 dos autos. Manifestação do curador de ausentes às fls. 24 dos autos. Promoção ministerial de fls. 26/27. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. O feito encontra-se suficientemente instruído, em conformidade com a promoção dos autos, em atenção ainda aos ditames da Lei 13146/2015. Como é cediço, em 02/01/2016 entrou em vigor a Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotando um novo procedimento e novos institutos com relação às medidas voltadas à proteção dos "incapazes". As alterações introduzidas pela Lei em nosso ordenamento jurídico objetivam assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei 13.146/2015. Desta feita, os direitos existenciais das pessoas portadoras de deficiência não mais serão alvo de discussão jurídica, vez que, nos termos do art. 85 do Estatuto em comento, a curatela afetará exclusivamente os atos atinentes aos direitos de ordem patrimonial e negocial. A mudança foi deveras significativa em nosso ordenamento jurídico, de modo que hoje não existem mais pessoa absolutamente incapaz maior de idade em razão de doença mental, tendo sido esta hipótese revogada do Código Civil, pelo que não há mais que se falar em processo de interdição, mas sim em processo de curatela ou de "tomada de decisão apoiada", consoante a nova Lei. Não havendo pedido específico de "tomada de decisão apoiada", o processo prosseguiu sob a forma de curatela. O fulcro do pedido se perfaz no fato de que o curatelado apresenta incapacidade de ordem mental que lhe impede de ter o necessário discernimento para os atos da vida civil, fato este comprovado pelo laudo médico de fls. 8 dos autos, tendo sido constatado em audiência o fato narrado na inicial, bem como a ciência da requerente de que a curatela a ser concedida se limita aos atos de gestão patrimonial e negocial. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, em consonância com o parecer ministerial, pelo que decreto a curatela

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0220926-66.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: A.O.P. - REQUERIDA: G.Q.P. - Juntada de documentos às fls. 4/15 dos autos, inclusive laudo médico às fls. 9 dos autos. Termo de audiência às fls. 23/24. Liminar de curatela provisória concedida às fls. 18/19 dos autos. Manifestação do curador de ausentes às fls. 26 dos autos. Promoção ministerial de fls. 27/28. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. O feito encontra-se suficientemente instruído, em conformidade com a promoção dos autos, em atenção ainda aos ditames da Lei 13146/2015. Como é cediço, em 02/01/2016 entrou em vigor a Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotando um novo procedimento e novos institutos com relação às medidas voltadas à proteção dos "incapazes". As alterações introduzidas pela Lei em nosso ordenamento jurídico objetivam assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei 13.146/2015. Desta feita, os direitos existenciais das pessoas portadoras de deficiência não mais serão alvo de discussão jurídica, vez que, nos termos do art. 85 do Estatuto em comento, a curatela afetará exclusivamente os atos atinentes aos direitos de ordem patrimonial e negocial. A mudança foi deveras significativa em nosso ordenamento jurídico, de modo que hoje não existem mais pessoa absolutamente incapaz maior de idade em razão de doença mental, tendo sido esta hipótese revogada do Código Civil, pelo que não há mais que se falar em processo de interdição, mas sim em processo de curatela ou de "tomada de decisão apoiada", consoante a nova Lei. Não havendo pedido específico de "tomada de decisão apoiada", o processo prosseguiu sob a forma de curatela. O fulcro do pedido se perfaz no fato de que o curatelado apresenta incapacidade de ordem mental que lhe impedem de ter o necessário discernimento para os atos da vida civil, fato este comprovado pelo laudo médico de fls. 9 dos autos, tendo sido constatado em audiência o fato narrado na inicial, bem como a ciência da requerente de que a curatela a ser concedida se limita aos atos de gestão patrimonial e negocial. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, em consonância com o parecer ministerial, pelo que decreto a curatela

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0221225-43.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: T.F.S.C. - REQUERIDO: C.S.C. - Juntada de documentos às fls. 8/19 dos autos, inclusive laudo médico às fls. 14 dos autos. Termo de audiência às fls. 29/31. Liminar de curatela provisória concedida às fls. 22/23 dos autos. Manifestação do curador de ausentes às fls. 38 dos autos. Promoção ministerial de fls. 39/40. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. O feito encontra-se suficientemente instruído, em conformidade com a promoção dos autos, em atenção ainda aos ditames da Lei 13146/2015. Como é cediço, em 02/01/2016 entrou em vigor a Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotando um novo procedimento e novos institutos com relação às medidas voltadas à proteção dos "incapazes". As alterações introduzidas pela Lei em nosso ordenamento jurídico objetivam assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei 13.146/2015. Desta feita, os direitos existenciais das pessoas portadoras de deficiência não mais serão alvo de discussão jurídica, vez que, nos termos do art. 85 do Estatuto em comento, a curatela afetará exclusivamente os atos atinentes aos direitos de ordem patrimonial e negocial. A mudança foi deveras significativa em nosso ordenamento jurídico, de modo que hoje não existem mais pessoa absolutamente incapaz maior de idade em razão de doença mental, tendo sido esta hipótese revogada do Código Civil, pelo que não há mais que se falar em processo de interdição, mas sim em processo de curatela ou de "tomada de decisão apoiada", consoante a nova Lei. Não havendo pedido específico de "tomada de decisão apoiada", o processo prosseguiu sob a forma de curatela. O fulcro do pedido se perfaz no fato de

que o curatelado apresenta incapacidade de ordem mental, cujas seqüelas lhe impedem de ter o necessário discernimento para os atos da vida civil, fato este comprovado pelo laudo médico de fls. 14 dos autos, tendo sido constatado em audiência o fato narrado na inicial, bem como a ciência da requerente de que a curatela a ser concedida se limita aos atos de gestão patrimonial e negocial. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, em consonância com o parecer ministerial, pelo que decreto a curatela

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0221838-34.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - REQUERENTE: C.R.S. - REQUERIDO: M.A.S.A. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222070-75.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.S.A. - REQUERIDO: F.P.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222901-26.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: R.P.S.R. - REQUERIDO: M.E.S.R.S. - Juntada de documentos às fls. 6/25 dos autos, inclusive laudo médico às fls. 16 dos autos. Termo de audiência às fls. 32/34. Liminar de curatela provisória concedida às fls. 28 dos autos. Manifestação do curador de ausentes às fls. 36 dos autos. Promoção ministerial de fls. 38/39. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. O feito encontra-se suficientemente instruído, em conformidade com a promoção dos autos, em atenção ainda aos ditames da Lei 13146/2015. Como é cediço, em 02/01/2016 entrou em vigor a Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotando um novo procedimento e novos institutos com relação às medidas voltadas à proteção dos “incapazes”. As alterações introduzidas pela Lei em nosso ordenamento jurídico objetivam assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei 13.146/2015. Desta feita, os direitos existenciais das pessoas portadoras de deficiência não mais serão alvo de discussão jurídica, vez que, nos termos do art. 85 do Estatuto em comento, a curatela afetará exclusivamente os atos atinentes aos direitos de ordem patrimonial e negocial. A mudança foi deveras significativa em nosso ordenamento jurídico, de modo que hoje não existem mais pessoa absolutamente incapaz maior de idade em razão de doença mental, tendo sido esta hipótese revogada do Código Civil, pelo que não há mais que se falar em processo de interdição, mas sim em processo de curatela ou de “tomada de decisão apoiada”, consoante a nova Lei. Não havendo pedido específico de “tomada de decisão apoiada”, o processo prosseguiu sob a forma de curatela. O fulcro do pedido se perfaz no fato de que o curatelado apresenta incapacidade de ordem mental que lhe impede de ter o necessário discernimento para os atos da vida civil, fato este comprovado pelo laudo médico de fls. 16 dos autos, tendo sido constatado em audiência o fato narrado na inicial, bem como a ciência da requerente de que a curatela a ser concedida se limita aos atos de gestão patrimonial e negocial. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, em consonância com o parecer ministerial, pelo que decreto a curatela

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223200-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: L.N.M. - REQUERIDO: D.L.M. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223611-80.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.C.S. - REQUERIDO: J.R.O.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0224084-66.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: K.C.A.C. - REQUERIDO: A.S.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0225559-23.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.S.L. - REQUERIDA: G.C.C. - Ação de Dissolução de união estável c/c guarda, exoneração de alimentos e visitas. Informação de ação de alimentos e visitas c/c com pedido de antecipação de tutela de urgência, em tramitação na 4ª Vara da Família (folhas 19), com autos de n. 0615741-16.2018.8.04.0001. verifico que ambos se referem as mesmas partes e causa de pedir, sendo o pedido do processo em trâmite junto à 4ª Vara de Família mais abrangente que os presentes autos, estando presente o fenômeno da continência processual. Ademais, vislumbro que os autos em andamento junto à 4ª Vara de Família foram ajuizados em data anterior aos presentes autos. Ponderada a situação, tem-se por razoável sejam os presentes autos extintos sem resolução do mérito, nos termos do art. 57 c/c art. 485, X do Código de Processo Civil. Sem custas. À Secretaria para as diligências de estilo. P. Intimem-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0226171-92.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.N.B. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0227386-69.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - AUTOR: T.R.A.N. - REQUERIDO: L.L.A. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC

e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: JERRY LÚCIO DIAS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11272/AM) - Processo 0227401-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: E.A.C.S. - Trata-se de ação de reconhecimento e dissolução de união estável c/c guarda, alimentos, visitas e partilha de bens. Inexiste situação de risco aos menores. Reconhecida falta de estrutura do Setor para realização do estudo promovido pelo Parquet às fls. 116 em tempo que se tenha por razoável. Vislumbro possibilidade de retomada da tramitação sem realização do estudo. Nova vista ao MP.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0229126-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.S.B. - REQUERIDO: L.B.S. e outros - A finalidade da presente demanda, qual seja, a comprovação da união estável da requerente com o de cujus, somente será possível com a inclusão do pólo passivo da demanda dos filhos do falecido que não sejam comuns do casal, ou, na ausência destes, dos genitores do falecido, ou dos irmãos, conforme ordem de vocação hereditária. Desta feita, vista à Defensoria Pública Estadual para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do § único do art. 321 do CPC. Publique-se. Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0229126-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.S.B. - REQUERIDO: L.B.S. e outros - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0230516-04.2018.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.S.F. - REQUERIDA: M.L.A. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: POLLYANA GABRIELLE SOUZA VIEIRA (OAB 274381/SP) - Processo 0231311-78.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: A.N.A.P. - REQUERIDO: A.F.P. - Defiro o benefício da justiça gratuita. Execução de alimentos com pagamento da dívida, conforme fls. 107. Extinção, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil. Nos termos do § 2º do art. 98 do novo CPC, a concessão da gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência. Entretanto, diante do pagamento da dívida dentro do prazo do pagamento voluntário, deixo de condenar a parte requerida em honorários advocatícios, consoante entendimento a contrario sensu da súmula 517 do STJ. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0231845-17.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.P.S. - REQUERIDO: A.A.S. - “Vistos etc. Os requerentes pediram o divórcio consensual, a Dra. Promotora de Justiça opinou pela homologação. É o relatório sucinto. Passo a decidir: O requerimento satisfaz às exigências do art. 226, parágrafo 6º da CRFB, Com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 66, de 13 de Julho de 2010, conforme se vê dos documentos juntados, bem como pela oitiva dos requerentes. Ante o exposto, homologo o divórcio dos requerentes, que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas no acordo. Concedo aos Requerentes a Assistência Judiciária Gratuita. Registre-se, considerando-se neste ato intimados os requerentes, seus Defensores Públicos e a Dra. Promotora de Justiça.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0231986-36.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.S.L. - M.S.L. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0232216-15.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.I.F.M. - Torno sem efeito o documento de folhas 50 uma vez que lançado com erro material nos autos, com fundamento no artigo 494, inciso I do CPC de 2015. Trata-se de pedido de alvará visando o recebimento relativo a PIS, depositado junto à Caixa Econômica Federal-CEF, em decorrência de falecimento do seu titular (Ilnanes Batista de Mascarenhas), ajuizado por MARIA IOLANE FREITAS DE MASCARENHAS, viúva do de cujus. Com a inicial vieram os documentos de folhas 4 a 22. Realizada consulta Bacenjud, não foi constatada a existência de relacionamento do falecido com instituições financeiras (folhas 25). Oficiado à Caixa Econômica Federal, foi informado que o falecido deixou somente saldo de quotas de PIS (folhas 35 e 36). Ressalto que, dos nove filhos do falecido, três renunciaram em favor de sua genitora ora requerente (folhas 40 a 42). É o sucinto relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. A expedição de alvará judicial é espécie de procedimento de jurisdição voluntária, regido pela Lei nº 6.858/80, no qual o juiz não está obrigado a observar o critério da legalidade estrita (art. 723, parágrafo único do CPC). Na situação em tela, deve-se seguir a ordem de vocação hereditária do CCB, na forma aludida pelo art.1°, caput, Lei n. 6.858/80 c/c art. 1.829 e incisos do CCB, de forma que, diante do acima exposto a parte Requerente possui o direito subjetivo sobre os resíduos sucessórios em tela, no percentual de 83,33% (oitenta e três vírgula trinta e três por cento), eis que em tendo o falecido deixado nove filhos, três destes renunciaram em favor da ora requerente, como se vê nas folhas já mencionadas, restando resguardo o saldo remanescente no importe de 16,67% (dezesseis vírgula sessenta e sete por cento) aos filhos

não renunciantes, que poderão levantar mediante procedimento de alvará. Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, inciso I do CPC de 2015, julgo procedente o pedido na forma acima determinada para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0232958-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Casamento - REQUERENTE: J.D.B.M. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0232960-73.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.V.S.B. - Z.C.B. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233449-13.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: L.S.P.M. - V.R.M. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233695-77.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.C.G.S. - REQUERIDO: L.F.F. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233713-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: A.I.S.C. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233766-11.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: E.O.A. - Trata-se de ação de interdição formulada por Elci de Oliveira Almeida em favor de Carlos Pereira da Silva, na qualidade de amiga do mesmo, diante da ausência de parentes próximos e por ser quem cuida do interditando, juntando

documentos de fls.6/20. Com vista dos autos, o Parquet opinou pelo envio para o Centro de Apoio Operacional às Promotorias Cíveis- CAO CÍVEL, em corolário ao despacho de fls.21 É o relatório. Decido. O Código de Processo Civil 2015, dispõe que poderão pleitear em juízo a interdição: o cônjuge ou companheiro, pelos parentes ou tutores, pelo representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando, pelo Ministério Público, este somente em caso de doença mental grave, quando não promoverem a interdição os demais legitimados, ou quando estes forem incapazes ou inexistirem as pessoas legitimadas (Código de Processo Civil, arts. 747 e 748). Desta feita, em consonância com o entendimento ministerial, inexiste legitimidade da requerente, na qualidade de amiga do curatelando, em ajuizar a presente demanda, vez que in casu o detém o Ministério Público Estadual. Em atenção à promoção ministerial, oficie-se, com cópia dos documentos que compõe os presentes autos ao Ministério Público Estadual, especificamente ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias Cíveis - CAO CÍVEL, para as diligências de estilo. Extinção do processo, com fundamento nos arts. 485, I, 330, II, do Código de Processo Civil. Sem custas. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0234011-22.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.F.A. - J.F.F. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0234145-49.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: C.S.C. - E.L.S.C. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0234365-81.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.P.S.A.M. - REQUERIDO: E.F.A.F. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0234372-39.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: K.M.W. - D.W.M. - Ausência de Exordial e de documentos. Intimada a Defensoria Pública Estadual para promover a juntada de eventual exordial e documentação existente no dia 27 de Agosto de 2019, decorreu o prazo sem qualquer manifestação. Processo inexistente. Suposto cadastramento indevido. Arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0234641-78.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.S.L.B. - E.F.B. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0234969-08.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: G.A.P. - T.M.P. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235069-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.R.F.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235071-30.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: E.R.N.C.V. - D.S.V. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235179-59.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Transação - REQUERENTE: F.R.M. - R.Z.A.A. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235281-81.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.R.M.F. - F.P.L. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo

de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235387-43.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.P.S. - M.S.V.M. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0235419-82.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.P.B. - Publicada a sentença de fls. 55, a requerente compareceu em cartório alegando a existência de erro material. É o relatório. Decido. A sentença contém efetivamente erro material constatável ictu oculi, vez que dos documentos juntados aos autos, se atesta que houve realmente a inversão do objeto apontado, consoante documento de fls. 33 e petição de fls. 27 dos autos. Diante do exposto, onde se lê: “(...) FGTS”: “(...), leia-se: “PIS”. (grifo meu). Na parte que não foi objeto de correção, permanece como lançada nos autos.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235459-30.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - AUTORA: D.A.M. - REQUERIDO: W.G.M. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235480-06.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - AUTOR: S.C.A. - REQUERIDA: J.C.A. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235567-93.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: O.F.S. - REQUERIDA: C.S.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito, na forma e no prazo do rito do CPC/73 (art. 238, § único e 39 § único CPC/73). Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235683-65.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.S.S. - E.C.S.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da

CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235725-17.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: N.F.C. - O.M.G. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235733-91.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: N.S.F. - O.S.F. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235757-22.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: T.B.V. - F.S.F. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235802-26.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.E.S. - M.R.N. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da

CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235858-59.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.A.N. - M.V.N. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: JOÃO LEONEL DE BRITTO FEITOZA (OAB 1489/AM) - Processo 0235858-93.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.C.B.P.L. - REQUERIDO: S.L.C.L.J. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0236397-25.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - AUTOR: C.B.A. - REQUERIDO: E.O.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0236510-76.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.A.M.S. - F.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0236534-07.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.C.C.S.F. - A.C.S.C. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0236878-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Sinval Landim de Lima e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0236932-51.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - AUTORA: M.F.M.M. - REQUERIDO: R.B.S.M. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0236967-11.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Transação - REQUERENTE: C.C.R. - C.S.R. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0237139-50.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: L.S.S. - O.M.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0237445-19.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.M.N. - D.M.N. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0239047-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Transação - REQUERENTE: J.R.S. - REQUERIDA: V.S.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0239383-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.V.S. - REQUERIDO: D.S.S. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0242052-12.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: P.H.C.C. e outro - REQUERIDO: A.B.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 11130/AM), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0243093-48.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - REQUERIDO: E.F.L. - Deixo para apreciar o pedido de prisão após a resposta do executado, considerando também tratar-se de valor módico, passível de rápida quitação. Intime-se o executado para, no prazo de 3 (três) dias, se manifestar acerca da petição de folhas 102 e 103, dando conta acerca de saldo remanescente, efetuando o pagamento do mesmo ou provando que o fez, a fim de que os presentes autos sejam extintos, sob pena de retomada do curso normal da ação e incidência dos efeitos pertinentes ao rito. Após decurso do prazo, com ou sem manifestação, façam-se os autos com vista ao Parquet.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0243781-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: V.F.S. - REQUERIDA: M.O.L. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0245390-91.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: O.G.S. - REQUERIDA: S.C.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo de fls. 29/30, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. O relatório, no essencial. Em que pese o nobre posicionamento ministerial de fls. 32/33, verifico que inexiste prejuízo à criança, bem como inexiste situação de perigo a justificar o prolongamento da presente ação, tendo sido inclusive no referido acordo resguardado o direito de convivência da criança com sua genitora, aliado ao fato de que esta é a situação fática já vivemciada pelas partes. Resta destacar que restou estabelecido como cláusula a mútua responsabilidade nos cuidados com a criança no que é pertinente ao poder familiar, ficando na verdade estabelecida forma de guarda compartilhada. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0245553-71.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: V.T.C. - REQUERIDO: F.R.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com

fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0246159-02.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.A.L.A. - REQUERIDO: E.M.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM), ADV: LINDONOR FERREIRA DE MELO SANTOS (OAB 6710/AM), ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0246699-89.2014.8.04.0001 - Sobrepartilha - Liquidação - REQUERENTE: J.L.T. - REQUERIDA: A.L.G. - José Lopes Torres, em razão de sentença proferida por este Juízo às fls. 282/291, em desfavor de Ana Lúcia Garcia. Sustenta o embargante que a sentença merece reavaliação pelos seguintes motivos: 1) omissão quanto à partilha da concessão de táxi; 2) omissão quanto à "partilha" de uma dívida no valor de R$16.000,00 (dezesseis mil reais). Em contrarrazões, a parte embargada sustenta a rejeição dos embargos, em razão da sentença não apresentar os vícios que admitem o manejo de tal recurso. É o relatório. Decido. Estabelece o artigo 1.022 do CPC que são cabíveis os aclaratórios quando na decisão houver o vício da contradição, obscuridade ou omissão. "Art. 1.022 - Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0246947-16.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.P.C. - REQUERIDO: D.H.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0247372-43.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.S.M. - REQUERIDO: G.U.M. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos c/c art. 274, § único do CPC, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0601472-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.P.S. - REQUERIDO: J.V.S.F. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0606973-67.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.R.S.S. - REQUERIDO: E.S.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: 'CAROLINA MATOS CARVALHO - Processo 0607708-08.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERENTE: D.G.F. - Arquive-se os presentes autos diante da ausência de bens penhoráveis, consoante petição de fls. 91 dos autos, podendo a parte autora pelo prazo de 1 (um) ano requerer o desarquivamento a qualquer momento, com a indicação de bem passível de penhora. Havendo novo impulso, retornem conclusos. Terminado o prazo, sem providência por parte do(a) requerente, tem-se por extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III, do Código do Processo Civil. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0610334-63.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - EXEQUENTE: L.F.A. - EXECUTADO: L.S.A. - Defiro o benefício da justiça gratuita. Execução de alimentos com pagamento da dívida, conforme fls. 79 dos autos. Extinção, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil. Nos termos do § 2º do art. 98 do novo CPC, a concessão da gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência. Entretanto, diante do pagamento da dívida dentro do prazo do pagamento voluntário, deixo de condenar a parte requerida em honorários advocatícios, consoante entendimento a contrario sensu da súmula 517 do STJ. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: AMÉRICO GORAYEB NETO (OAB 3923/AM) - Processo 0611070-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERIDO: I.A.S. - Instrução e Julgamento Data: 26/11/2019 Hora 11:00 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773/AM) - Processo 0612581-46.2019.8.04.0001 - Interdição - Bem de Família - REQUERENTE: Iramaia da Silva Cruz - Juntada de documentos às fls. 5/18 dos autos, inclusive laudo médico às fls. 11 dos autos. Termo de audiência às fls. 33/34. Liminar de curatela provisória concedida às fls. 24/25 dos autos. Manifestação do curador de ausentes às fls. 33 dos autos. Promoção ministerial de fls. 35/36. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. O feito encontra-se suficientemente instruído, em conformidade com a promoção dos autos, em atenção ainda aos ditames da Lei 13146/2015. Como é cediço, em 02/01/2016 entrou em vigor a Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotando um novo procedimento e novos institutos com relação às medidas voltadas à proteção dos "incapazes". As alterações introduzidas pela Lei em nosso ordenamento jurídico objetivam assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei 13.146/2015. Desta feita, os direitos existenciais das pessoas portadoras de deficiência não mais serão alvo de discussão jurídica, vez que, nos termos do art. 85 do Estatuto em comento, a curatela afetará exclusivamente os atos atinentes aos direitos de ordem patrimonial e negocial. A mudança foi deveras significativa em nosso ordenamento jurídico, de modo que hoje não existem mais pessoa absolutamente incapaz maior de idade em razão de doença mental, tendo sido esta hipótese revogada do Código Civil, pelo que não há mais que se falar em processo de interdição, mas sim em processo de curatela ou de "tomada de decisão apoiada", consoante a nova Lei. Não havendo pedido específico de "tomada de decisão apoiada", o processo prosseguiu sob a forma de curatela. O fulcro do pedido se perfaz no fato de que o curatelado apresenta incapacidade de ordem mental que lhe impede de ter o necessário discernimento para os atos da vida civil, fato este comprovado pelo laudo médico de fls. 11 dos autos, tendo sido constatado em audiência o fato narrado na inicial, bem como a ciência da requerente de que a curatela a ser concedida se limita aos atos de gestão patrimonial e negocial. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, em consonância com o parecer ministerial, pelo que decreto a curatela

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0620185-92.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Diran Rodrigues - REQUERIDA: Maria de Lourdes Ramos Diran - Substituição de curador. Requerente qualificada nos autos. Ministério Público favorável. Consistentes as razões e não se vislumbrando situação que a impeça ou não a recomende, tem-se por deferida a substituição. Providencie-se o termo necessário. Publique-se esta no Diário Oficial. Transitando em julgado, expeça-se mandado de averbação, arquivando-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0620752-26.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.R.S. - REQUERIDA: E.P.O. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0622795-38.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - REQUERENTE: I.S.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0628798-67.2019.8.04.0001 - Interdição - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: Carlos Alexandre Pacheco Ribeiro - SANDRA DAMASCENO DE PAULO RIBEIRO - REQUERIDA: Nathália Paula Damasceno Ribeiro - Juntada de documentos às fls. 5/20 dos autos, inclusive laudo médico às fls. 25/26 dos autos. Termo de audiência às fls. 36/38. Liminar de curatela provisória concedida às fls. 30/31 dos autos. Manifestação do curador de ausentes às fls. 40 dos autos. Promoção ministerial de fls. 42/43. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. O feito encontra-se suficientemente instruído, em conformidade com a promoção dos autos, em atenção ainda aos ditames da Lei 13146/2015. Como é cediço, em 02/01/2016 entrou em vigor a Lei n. 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotando um novo procedimento e novos institutos com relação às medidas voltadas à proteção dos “incapazes”. As alterações introduzidas pela Lei em nosso ordenamento jurídico objetivam assegurar e promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos do art. 1º da Lei 13.146/2015. Desta feita, os direitos existenciais das pessoas portadoras de deficiência não mais serão alvo de discussão jurídica, vez que, nos termos do art. 85 do Estatuto em comento, a curatela afetará exclusivamente os atos atinentes aos direitos de ordem patrimonial e negocial. A mudança foi deveras significativa em nosso ordenamento jurídico, de modo que hoje não existem mais pessoa absolutamente incapaz maior de idade em razão de doença mental, tendo sido esta hipótese revogada do Código Civil, pelo que não há mais que se falar em processo de interdição, mas sim em processo de curatela ou de “tomada de decisão apoiada”, consoante a nova Lei. Não havendo pedido específico de “tomada de decisão apoiada”, o processo prosseguiu sob a forma de curatela. O fulcro do pedido se perfaz no fato de que o curatelado apresenta incapacidade de ordem mental que lhe impede de ter o necessário discernimento para os atos da vida civil, fato este comprovado pelo laudo médico de fls. 25/26 dos autos, tendo sido constatado em audiência o fato narrado na inicial, bem como a ciência da requerente de que a curatela a ser concedida se limita aos atos de gestão patrimonial e negocial. Diante dessas considerações, tem-se por acolhido o pedido, em consonância com o parecer ministerial, pelo que decreto a curatela

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0633553-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.R.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: CID DA VEIGA SOARES NETO (OAB 9264/AM), ADV: JORGE BRUNO DE MENEZES MAIA (OAB 8637/AM), ADV: FERNANDO OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 9481/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: HUMBERTO FILIPE PINHEIRO PEDROSA (OAB 13037/AM) - Processo 0636855-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: W.B.M. - REQUERIDO: G.W.L.F. e outros - Audiência: 23/10/2019 às 11:00h. 8° vara de família

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0637277-83.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.S.N. - REQUERIDO: J.E.S.N. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ALEXANDRA SÁ SIMOES (OAB 12970/AM), ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA) - Processo 0637410-33.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXEQUENTE: MARIA GLAUCIMAR DE ALMEIDA - EXECUTADO: ALAN RODRIGUES DE MELO - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0643018-07.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.L.F. - REQUERIDO: J.W.S.F. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0651736-90.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.S.A. - REQUERIDO: A.C.O. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0652344-88.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.C.P.L. - REQUERIDA: J.O.L. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0653677-75.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Y.F.R. - REQUERIDA: R.R.F. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0661705-32.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: N.S.M. - REQUERIDO: M.O.A. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Alexandra Sá Simoes (OAB 12970/AM)
Américo Gorayeb Neto (OAB 3923/AM)
Ana Regina Souza (OAB 1797/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
'Carolina Matos Carvalho
Cid da Veiga Soares Neto (OAB 9264/AM)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Elias Cruz Lima Junior (OAB 6947/AM)
Fernando Oliveira de Almeida (OAB 9481/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Humberto Filipe Pinheiro Pedrosa (OAB 13037/AM)
Jerry Lúcio Dias da Silva Júnior (OAB 11272/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
João Leonel de Britto Feitoza (OAB 1489/AM)
Jorge Bruno de Menezes Maia (OAB 8637/AM)
Juliana Linhares de Aguiar Lopes (OAB 22034/CE)
Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB 18032/BA)
Karlla Alynne Queiroz de Souza (OAB 308881/SP)
Lindonor Ferreira de Melo Santos (OAB 6710/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Marco Aurélio Martins da Silva (OAB 4849/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Náiade Victória Araújo Perrone (OAB 9183/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Antonio de Oliveira Junior (OAB 11130/AM)
POLLYANA GABRIELLE SOUZA VIEIRA (OAB 274381/SP)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Regina Jansen Simões (OAB 1086/AM)
Thiago Nobre Rosas (OAB 4773/AM)

VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA MARIA DE OLIVEIRA DIÓGENES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LORENA PONTES DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0108/2019

ADV: IONE MONTEIRO DA SILVA (OAB 4426/AM) - Processo 0039545-82.2006.8.04.0001 (001.06.039545-2) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXECUTADO: Condominio Sao Salvador - R.Hoje. Frente a manifestação do Ente Municipal às fls. Retro, proceda-se a intimação do Executado para, no prazo de 10 (dez) dias, dizer o que entende de direito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0632635-33.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0619397-44.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Banco Bradesco S/A - Decisão R. Hoje. Tendo em vista que os Embargos à Execução Fiscal, funcionam como verdadeira ação autônoma, possuindo as mesmas condições e regras processuais ao processo de conhecimento, conforme disposto no art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, hei por bem determinar a intimação das partes para, no prazo legal, indicarem as provas que ainda pretendem produzir nestes autos. Na hipótese de não interesse na dilação probatória, o processo será julgado sob a égide do art. 355, Inciso I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0632763-53.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0044349-98.2003.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Banco Bradesco S.A - Decisão R. Hoje. Tendo em vista que os Embargos à Execução Fiscal, funcionam como verdadeira ação autônoma, possuindo as mesmas condições e regras processuais ao processo de conhecimento, conforme disposto no art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, hei por bem determinar a intimação das partes para, no prazo legal, indicarem as provas que ainda pretendem produzir nestes autos. Na hipótese de não interesse na dilação probatória, o processo será julgado sob a égide do art. 355, Inciso I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0646843-22.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0800728-61.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Otaviano Alves Magalhães Junior - Proceda-se a intimação do Ente Municipal para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos à Execução Fiscal apresentados, na forma a que alude o art. 17 da Lei n° 6.830/80, bem como em relação ao bem imóvel nomeado para fins de garantia a ação executiva. Ademais, considerando que o bem ofertado está centrado na garantia da execução fiscal, proceda-se a intimação do Executado então Embargante para, no prazo de 05 (cinco) dias, fazer a juntada aos autos executivos do imóvel dado em garantia. Determino, ainda, que a Secretaria proceda com a suspensão da Ação de Execução Fiscal n. 0800728-61.2016.8.04.0001, até o julgamento da decisão definitiva deste Incidente Processual, sob a égide do art. 151, Inciso II, do Código Tributário Nacional. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM) - Processo 0648222-95.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0879654-03.2009.8.04.0001) - Embargos à Execução - Prescrição e Decadência - EMBARGANTE: D Moss e Cia Ltda - R.Hoje. Ante o teor da certificação retro, intime-se o Embargante para, no prazo de 10 (dez) dias, cumprir as prescrições estabelecidas pela Lei n° 6.830/80 no que tange a nomeação de bens para fins de garantir à ação de execução, sob pena do estabelecido pelo §1°, do art. 16 da legislação em referência. Dos autos infere-se pleito de gratuidade judiciária, no entanto não trouxe o Embargante qualquer demonstração da hipossuficiência alegada. Assim, proceda-se a intimação da empresa Autora para, no mesmo prazo assinado linhas atrás, comprovar sua impossibilidade financeira para arcar com as despesas processuais. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: IONE MONTEIRO DA SILVA (OAB 4426/AM) - Processo 0880455-45.2011.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Manaus - R.Hoje. Ante o teor da manifestação do Ente Municipal no petitório de fls. Retro, proceda-se a intimação do Executado para, no prazo de 10 (dez) dias, dizer o que entende de direito. Intime-se. Cumpra-se.

Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
Ione Monteiro da Silva (OAB 4426/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0268/2019

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0222887-81.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Jacirley de Sousa Silva e outro - SENTENÇA Vistos estes autos, Jacirley de Sousa Silva e Lucimara de Souza Feitosa foram denunciados como incursos nas penas do artigo 33, caput, e artigo 35, da Lei nº 11.343/2006. Os réus foram notificados e apresentaram defesa escrita preliminar (fls. 189-193 e fl. 236). A denúncia foi recebida (fls. 250-251) e o processo teve a tramitação do seu rito. As alegações finais da acusação e da defesa Lucimara de Souza Feitosa de constam do termo de audiência de instrução e julgamento (fls. 138/143). As alegações finais da defesa de Jacirley

de Sousa Silva consta às fls. 294-301. É o sucinto relatório. DECIDO, fazendo-o de forma fundamentada, como determina o inciso IX do art. 93 da CF/88. A materialidade do fato delituoso está devidamente comprovada no Laudo Definitivo (fls. 18/20) que atestou que 214,13g (duzentos e quatorze gramas e treze centigramas) da substância apreendida resultou positivo para COCAÍNA, que se encontra relacionado na lista de substâncias de uso proscrito no Brasil (Lista F1 - substâncias psicotrópicas). A ré Lucimara de Souza Feitosa utilizou-se do direito de permanecer em silêncio. A ré Jacirley de Sousa Silva, em seu interrogatório, em juízo, CONFESSOU a prática dos crimes que lhe foram imputados na inicial acusatória, de tráfico de drogas e de associação para o tráfico, in verbis: "É verdadeira a acusação. Confirma que se associou com Lucimara há 6 meses. Eu vendia lá todos os dias". (vide interrogatório de fls. 288-292). A autoria do réu Jacirley é totalmente certa, visto que além da confissão em juízo, as testemunhas foram uníssonas no sentido de que receberam notícia-crime de tráfico de drogas e que encontraram com a ré em sua residência substâncias entorpecentes. Não obstante o silêncio da ré Lucimara, as testemunhas foram enfáticas ao confirmarem, em audiência, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, que a ré fora flagrada vendendo drogas para a menor, em frente a residência de Jacirley. A autoria delitiva quanto ao tráfico é inconteste, eis que o conjunto probatório é firme e harmônico em demonstrar a prática do tráfico ilícito de entorpecentes. O depoimento das testemunhas foi bem detalhado e preciso, informando as circunstâncias de como ocorreu os fatos, não havendo motivos para não dar credibilidade. Os indícios colhidos na fase policial se mostram harmônicos com o conjunto probatório produzido em juízo, mediante contraditório e ampla defesa. As provas produzidas e apuradas durante a instrução são conclusivas, devendo ser reconhecido o trabalho da Polícia Militar no combate ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Desta forma, não resta dúvida que os acusados efetivamente praticaram a conduta reprovável e punível descrita no art. 33 da Lei Antidrogas, razão pela qual deverá receber as sanções previstas na referida lei. Passo a análise do delito de associação, artigo 35, da Lei nº 11.343/06. Sabe-se que são pressupostos do crime: a) existência de dois ou mais infratores; b) existência do critério de estabilidade, permanência ou habitualidade; c) a reiteração ou não jungido e estreitamente vinculado à finalidade delituosa específica. No caso em tela, vislumbra-se que os réus de forma estável para a prática reiterada do tráfico de drogas, reúne os requisitos exigidos pelo citado tipo penal. A acusada Jacirley de Sousa Silva confessou que se associou junto com a acusada Lucimara de Souza Feitosa há mais 06 (seis) meses com o objetivo de vender drogas. Vale ressaltar que a menor se dirigiu até a casa de Jaciley com intuito de comprar drogas sendo recebida por Lucimara, ou seja, ambas já eram conhecidas no bairro como quem comercializavam drogas de forma habitual. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E CONDENO AS RÉS JACIRLEY DE SOUSA SILVA E LUCIMARA DE SOUZA FEITOSA nas sanções previstas no art. 33, caput, e artigo 35, da Lei nº 11.343/2006, pela conduta de "trazer consigo" substância entorpecente de uso proscrito no Brasil. Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ART. 59 DO CPB (COMUM, NESSE CASO, A TODOS OS CRIMES IMPUTADOS A RÉ JACIRLEY DE SOUSA SILVA): Atenta às circunstâncias judiciais previstas nos dispositivos legais retromencionados, verifico que a ré agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo nenhum plus a viabilizar uma maior reprovabilidade neste sentido; A ré é primária e não ostenta maus antecedentes; Não há elementos nos autos para viabilizar a análise da conduta social e/ou personalidade do agente, pelo que estas circunstâncias judiciais devem favorecê-lo; O motivo do delito é o próprio do tipo, qual seja, a tentativa de obtenção de lucro fácil que já encontra previsão e punição no tipo penal; As circunstâncias e as consequências são as normais a esta espécie de delito; Não há que se falar, na hipótese, em comportamento da vítima, posto ser esta o Estado (saúde pública). JACIRLEY DE SOUSA SILVA: DOSIMETRIA DA PENA RELATIVA A RÉ JACIRLEY DE SOUSA SILVA AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 DA LEI Nº 11.343/2006): Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, considerando que a ré foi presa com uma média quantidade de cocaína e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base em 07 (sete) anos de reclusão e multa de 600 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, reconheço em favor da acusada a atenuante genérica da confissão (art. 65, III, "d" do CPB), por isso diminuo-lhe a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, ficando em 06 (seis) anos e 500 (quinhentos) dias-multa. Por fim, na terceira fase da dosimetria, reconheço a pertinência da causa especial de diminuição da pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, pelo que diminuo-lhe a pena em 2/3 (dois terços), ficando a pena em 02 (dois) anos de reclusão e 167 (cento e sessenta e sete) dias-multa. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DA RÉ JACIRLEY DE SOUSA SILVA 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO E 167 (CENTO E SESSENTA E SETE) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. DOSIMETRIA DA PENA RELATIVA A RÉ JACIRLEY DE SOUSA SILVA AO CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS (ART. 35 DA LEI Nº 11.343/2006): Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base em seu grau mínimo, em 03 (três) anos de reclusão e multa de 700 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, não reconheço a atenunante de confissão, mas deixo de diminuir pois já fixada em grau mínimo. Por fim, na terceira fase da dosimetria, não vislumbro, na hipótese, nenhuma causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DA RÉ EM 03 (TRÊS) ANOS DE RECLUSÃO E 700 (SETECENTOS) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. SOMA DAS PENAS: 05 (CINCO) ANOS DE RECLUSÃO E 867 (OITOCENTOS E SESSENTA e SETE) DIAS-MULTA. Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que a ré foi presa em flagrante no dia 06/06/2015 e permaneceu presa até 20/08/2015, totalizando 02 (dois) meses e 15 (quinze) dias, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Destarte, considerando que a pena restante é superior ao limite de quatro anos, previsto na alínea "b" do § 2º do art. 33 e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB foram quase todas favoráveis à acusada, fixo, como regime inicial de cumprimento da pena o REGIME SEMIABERTO. Concedo o direito de recorrer da sentença penal condenatória em liberdade. LUCIMARA DE SOUZA FEITOSA: CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ART. 59 DO CPB (COMUM, NESSE CASO, A TODOS OS CRIMES IMPUTADOS A RÉ LUCIMARA DE SOUZA FEITOSA): Atenta às circunstâncias judiciais previstas nos dispositivos legais retromencionados, verifico que a ré agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo nenhum plus a viabilizar uma maior reprovabilidade neste sentido; A ré é primária e não ostenta maus antecedentes; Não há elementos nos autos para viabilizar a análise da conduta social e/ou personalidade do agente, pelo que estas circunstâncias judiciais devem favorecê-lo; O motivo do delito é o próprio do tipo, qual seja, a tentativa de obtenção de lucro fácil que já encontra previsão e punição no tipo penal; As circunstâncias e as consequências são as normais a esta espécie de delito; Não há que se falar, na hipótese, em comportamento da vítima, posto ser esta o Estado (saúde pública). DOSIMETRIA DA PENA RELATIVA A RÉ LUCIMARA DE SOUZA FEITOSA AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 DA LEI Nº 11.343/2006): Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, considerando que a ré foi presa com uma média quantidade de cocaína e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são

integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base em 07 (sete) anos de reclusão e multa de 600 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, reconheço em favor da acusada a atenuante genérica da menoridade (19 anos na data do fato), por isso diminuo-lhe a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, ficando em 06 (seis) anos e 500 (quinhentos) dias-multa. Por fim, na terceira fase da dosimetria, reconheço a pertinência da causa especial de diminuição da pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, pelo que diminuo-lhe a pena em 2/3 (dois terços), ficando a pena em 02 (dois) anos de reclusão e 167 (cento e sessenta e sete) dias-multa. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DA RÉ LUCIMARA DE SOUZA FEITOSA EM 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO E 167 (CENTO E SESSENTA E SETE) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. DOSIMETRIA DA PENA RELATIVA A RÉ LUCIMARA DE SOUZA FEITOSA AO CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS (ART. 35 DA LEI Nº 11.343/2006): Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base em seu grau mínimo, em 03 (três) anos de reclusão e multa de 700 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, não reconheço agravantes ou atenunantes. Por fim, na terceira fase da dosimetria, não vislumbro, na hipótese, nenhuma causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DA RÉ EM 03 (TRÊS) ANOS DE RECLUSÃO E 700 (SETECENTOS) DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. SOMA DAS PENAS: 05 (CINCO) ANOS DE RECLUSÃO E 867 (OITOCENTOS E SESSENTA E SETE) DIAS-MULTA. Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que a ré foi presa em flagrante no dia 06/06/2015 e permaneceu presa até 20/08/2015, totalizando 02 (dois) meses e 15 (quinze) dias, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Destarte, considerando que a pena restante é superior ao limite de quatro anos, previsto na alínea “b” do § 2º do art. 33 e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB foram quase todas favoráveis à acusada, fixo, como regime inicial de cumprimento da pena o REGIME SEMIABERTO. Concedo o direito de recorrer da sentença penal condenatória em liberdade. Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, d) expeça-se Guia de Recolhimento, remetendo-se os autos à Vara de Execuções Penais (VEP) para aplicação e controle da pena imposta ao réu e e) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga apreendida, caso tal providência ainda não tenha sido adotada. Custas pelo(a) apenado(a), na forma da lei. Proceda-se à alteração do histórico de partes e evolução de classes junto ao Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). Determino ainda o perdimento dos bens apreendidos na prisão em flagrante, conforme art. 63, da Lei nº 11.343/2006. Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE. Manaus,10 de setembro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0226477-66.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Gessika Souza Menezes - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E CONDENO A RÉ GESSIKA SOUZA MENEZES nas sanções previstas no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, pela conduta de “trazer consigo” substância entorpecente de uso proscrito no Brasil. Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006. Atenta às circunstâncias judiciais previstas nos dispositivos legais retromencionados, verifico que o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo nenhum plus a viabilizar uma maior reprovabilidade neste sentido; A ré é primária e ostenta maus antecedentes; Não há elementos nos autos para viabilizar a análise da conduta social e/ou personalidade do agente, pelo que estas circunstâncias judiciais devem favorecê-la; O motivo do delito é o próprio do tipo, qual seja, a tentativa de obtenção de lucro fácil que já encontra previsão e punição no tipo penal; As circunstâncias e as consequências são as normais a esta espécie de delito; Não há que se falar, na hipótese, em comportamento da vítima, posto ser esta o Estado (saúde pública). Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, atenta à preponderância das circunstâncias dispostas no art. 42 da Lei nº 11.343/2006, considerando que a réu foi presa com uma pequena quantidade de maconha e cocaína e que as circunstâncias judiciais do art. 59 lhes são integralmente favoráveis, fixo-lhe a pena base em seu grau mínimo, qual seja, em 05 (cinco) anos de reclusão e multa de 500 dias-multa, correspondente ao valor de 1/30 (um trigésimo) de um salário mínimo, vigente à data do fato. Na segunda fase, não reconheço atenuantes ou agravantes. Por fim, na terceira fase da dosimetria, não reconheço a causa especial de diminuição da pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Para a incidência da mencionada causa de diminuição é imprescindível a presença cumulativa de quatro condições legais: a) primariedade; b) bons antecedentes; c) que não se dedique a atividades criminosas; d) não integre organização criminosa. Conforme certidão de antecedentes criminais a ré ostenta maus antecedentes (Processo nº 0236506-73.2018 -VEMEPA), por isso não preenche os requisitos legais para fazer jus a este benefício. Não vislumbro, na hipótese, nenhuma outra causa de aumento ou diminuição de penal, razão pela qual TORNO DEFINITIVA E CONCRETA a PENA DO RÉU EM 05 (CINCO) ANOS DE RECLUSÃO E MULTA DE 500 DIAS-MULTA, sendo cada dia-multa equivalente a um trigésimo do valor de um salário mínimo vigente à data dos fatos, em obediência ao disposto no art. 43, caput, da Lei nº 11.343/2006. Detração Penal: Nos termos do § 2º do art. 387 do CPP o tempo de duração da prisão cautelar deve ser considerado para a fixação do regime inicial da pena. Assim, considerando que o réu foi preso em flagrante no dia 28/06/2015 e permaneceu preso até 06/07/2015, totalizando 09 (nove) dias, este tempo deverá ser reduzido da pena que lhe foi aplicada nesta sentença. Regime inicial de cumprimento de pena: Destarte, considerando que a pena restante é inferior ao limite de quatro anos, previsto na alínea “b” do § 2º do art. 33 e que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB foram todas favoráveis à acusada, fixo, como regime inicial de cumprimento da pena o REGIME SEMIABERTO. Ato contínuo, concedo a ré o direito de recorrer em liberdade, uma vez que permaneceu assim durante a instrução, sem maiores incidentes, não havendo o preenchimento dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, bem como não há indícios de possa haver reiteração delitiva. Observa-se que se encontra comparecendo em juízo para justificar suas atividades cumprindo devidamente as medidas cautelares. Da substituição por restritiva de direito: Deixo de substituir a pena privativa de liberdade em restritiva de direito devido ao disposto no inciso III, do art. 44 do CPB. Outras providências: Após o trânsito em julgado da presente sentença: a) certifique-se tal circunstância nos autos, b) lance-se o nome do réu no rol dos culpados, c) oficie-se ao Colendo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para o cumprimento do quanto disposto nos artigos 71, § 2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal da República, d) expeça-se Guia de Recolhimento, remetendo-se os autos à Vara de Execuções Penais (VEP) para aplicação e controle da pena imposta ao réu e) ARQUIVEM-SE os autos, procedendo-se às baixas e demais formalidades legais. Determino ainda o perdimento dos bens apreendidos na prisão em flagrante, conforme art. 63, da Lei nº 11.343/2006. Publique-se. Registre-se. Intime-se. CUMPRA-SE.

Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRELIMINAR

A Doutora **Rosália Guimarães Sarmento**, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, fazendo uso de suas atribuições legais **NOTIFICA O(A)(S) DENUNCIADO(A)(S)** abaixo mencionado(a)(s)**.** conforme preceitua o art. 361,CPP, com prazo de 15 dias, para apresentação da **Defesa Preliminar** no prazo de 10(dez) dias:

Nº do Processo: 0240701-72.2016
Denunciado(a)(s): Marcos Paulo de Souza, filho de Paulo Gomes da Silva e Antonia Souza da Silva.

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO NAIA MOREIRA YAMAMURA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0140/2019

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0097125-41.2004.8.04.0001 (001.04.097125-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Inquérito / Processo / Recurso Administrativo - DENUNCIADO: Cesar Augusto Rosas - Intime-se o(a) Defensor(a) do acusado Cesar Augusto Rosas para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente memorial escrito em favor de seu constituinte, sob pena de pagamento de multa, com fundamento no art. 265 do CPP, posto que desde sua ciência para esta apresentação, não fora apresentado qualquer justificativa para que se mantivesse inerte.

ADV: FABIANE BATISTA FRANÇA (OAB 12077/AM) - Processo 0204993-53.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0211387-86.2013.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Provas - REQUERENTE: C.S.R. - Isto posto, pelas razões acima declinadas e em consonância com a jurisprudência do STJ e STF, INDEFIRO a PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS, uma vez que não restou demostrado a destinaçãoespecífica da prova, de forma objetiva, pois há necessidade de indicação clara do que a testemunha trará de novo, não bastando apenas a mera referência frágil, desprovida de justa razão, pois caso contrário, a Justiça estaria referendando a desídia da parte que não produziu a prova na fase processual oportuna.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: MARINA DAS GRAÇAS PAULA DE ARAÚJO (OAB 3906/AM) - Processo 0213311-93.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: D.S.G. - Intime-se a Defesa, para que no prazo de 05 (cinco) dias, apresente as Alegações Finais.

ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM), ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM), ADV: LEÔNIDAS DE ABREU (OAB 2635/AM) - Processo 0217348-08.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: MISTERCLENG FERREIRA GONÇALVES - Desta feita, pelas razões acima declinadas, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na Denúncia, para CONDENAR o réu, MISTERCLENG FERREIRA GONÇALVES, devidamente qualificado nos autos, como incurso na sanção prevista pelo Art. 217-A c/c Art. 71, ambos do Código Penal, como acima fundamentado, razão pela qual passo a dosar a respectiva pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo art. 68, caput, do Código Penal.

ADV: CLAUDEMIRO DE ANDRADE BENTES JÚNIOR (OAB 8219/AM) - Processo 0219639-49.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: Raimundo Fernandes Porto Filho - Intime-se o(a) Defensor(a) do acusado Raimundo Fernandes Porto Filho para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente memorial escrito em favor de seu constituinte, sob pena de pagamento de multa, com fundamento no art. 265 do CPP, posto que desde sua ciência para esta apresentação, não fora apresentado qualquer justificativa para que se mantivesse inerte.

ADV: LYCIA FABÍOLA GOMES DE ANDRADE (OAB 4580/AM) - Processo 0222569-64.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: P.M.M. - Indefiro o pedido de arrolamento de testemunhas, a fim de serem ouvidas em Audiência de Instrução e Julgamento, uma vez que as mesmas não foram arroladas no momento processual oportuno, conforme inteligência do art. 396-A do Código de Processo Penal. Ao ensejo, reitere-se o despacho de fl.106, devendo a Defesa informar se tem interesse em oitivar as testemunhas arroladas na fl. 47, mesmas do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0231109-43.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0232655-36.2012.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - DENUNCIADO: Helio Barbosa dos Santos Junior e outro - Desta feita, a partir das razões acima declinadas, DECLARO EXTINTA a PUNIBILIDADE do acusado, HÉLIO BARBOSA DOS SANTOS JÚNIOR, em decorrência da PRESCRIÇÃO e o faço com fundamento no Artigo 107, IV c/c art. 109, IV , art. 115 e art 117, I, todos do Código Penal Brasileiro.

ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM), ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0254421-77.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: L.P.S. - Dê-se vista às partes a fim de que se manifestem acerca das diligências realizadas, no prazo comum de 05 (cinco) dias, promovendo a Secretaria as diligências necessárias.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0501397-71.2008.8.04.0001 (001.08.501397-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - INDICIADO: M.S.B.A. - ADV.: Emília Carolina Mello Vieira OAB 3872/AM - OAB. Processo n.º: 0501397-71.2008.8.04.0001. Réu: Maria do Socorro Barroso de Araujo. Finalidade: Comparecimento à Audiência de Instrução e Julgamento, pautada para o dia 31/10/2019 às 10h30 Observação: Processo em Segredo de Justiça por força do disposto no Art. 234-B do Código Penal Brasileiro.

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: MÁRIO CÉSAR DE CARVALHO (OAB 12674/AM), ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM) - Processo 0624359-13.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - INDICIADO: A.A.S. - Desta feita, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na denúncia, para CONDENAR o réu, ALEXANDRE ARAUJO DA SILVA, devidamente qualificado nos autos, como incurso na sanção prevista pelo art. 217-A, caput, do Código Penal, como acima fundamentado, razão pela qual passo a dosar a respectiva pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo art. 68, caput, do Código Penal.

ADV: ANTONIO PLACIDO PINHEIRO MARTINS (OAB 13035/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0636798-56.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Estupro de vulnerável - INDICIADO: A.C.M. - Homologo o pedido de habilitação de assistente de acusação de fls. 121, ocasião em que determino que seja cadastrado o patrono junto SAJ, a fim de que se produza seus devidos efeitos, tendo em vista a concordância ministerial. Ao ensejo, acerca do pedido de fls. 120/121, concedo autorização judicial para que o réu possa trabalhar na Vila de Pitinga, Presidente Figueiredo/AM, mantendo-se inalterado todas as condições estabelecidas no termo de fl. 118.

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ANTONIO PLACIDO PINHEIRO MARTINS (OAB 13035/AM) - Processo 0636798-56.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Estupro de vulnerável - INDICIADO: A.C.M. - Intime-se a Defesa acerca da Decisão de fls. 137.

Antonio Placido Pinheiro Martins (OAB 13035/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Claudemiro de Andrade Bentes Júnior (OAB 8219/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Fabiane Batista França (OAB 12077/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
Leônidas de Abreu (OAB 2635/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Lycia Fabíola Gomes de Andrade (OAB 4580/AM)
Marina das Graças Paula de Araújo (OAB 3906/AM)
Mário César de Carvalho (OAB 12674/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)

2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO ARTICLINA OLIVEIRA GUIMARÃES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0212/2019

ADV: SÉRGIO DE ALMEIDA PIMENTA (OAB 9288/AM) - Processo 0200624-84.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: R.A. - Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo legal, manifeste-se sobre a juntada da proposta de honorários de fls. 162/163, conforme o teor deliberado em audiência no item 152.

ADV: RAFAEL BASÍLIO DE SOUZA (OAB 8892/AM) - Processo 0216992-81.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - VÍTIMAFATO: J.S.S.M. - AUTOR: M.P.E.A.P.G. - RÉU: PAULO SERGIO DOS SANTOS TAKAHIRA e outro - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Encaminho os autos ao Ministério Público, para que, no prazo legal, manifeste-se sobre a juntada da Devolução de Carta Precatória com Ato Negativo nas fls. 230-231.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0224066-94.2008.8.04.0001 (001.08.224066-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: J.K.M.D. - Forte nesses argumentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na Denúncia e por conseguinte CONDENO o réu , como incurso nas penas dos artigos 213 c/c 224, “a”, vigentes à época dos fatos, todos do Código Penal

ADV: RODRIGO SILVA RIBEIRO (OAB 5204/AM) - Processo 0266034-94.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: J.A.G. - HOMOLOGO a desistência tácita das testemunhas e vítima, formulada pelo Ministério Público à fl. 83. Considerando que a Defesa arrolou testemunhas (fl. 49), determino a intimação do Advogado constituído para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da insistência ou não nas inquirições, de modo que, em caso positivo, informe o respectivo endereço atualizado ou se comprometa em apresentá-las, sob pena de se considerar a desistência tácita. Em caso de inércia, desde já, HOMOLOGO a desistência tácita. Lado outro, verifico que o Réu juntou aos autos comprovante de residência, cujo endereço nunca foi diligenciado pela Secretaria, razão pela qual determino a designação, com maior brevidade possível, de audiência para interrogatório, expedindo-se mandado para o endereço de fl. 51. À Secretaria para as providências.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0364800-32.2007.8.04.0001 (001.07.364800-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: F.C.F. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou à audiência de Instrução e Julgamento para o dia 17/09/2019 às 12:00h.

ADV: IAGO DA SILVA RODRIGUES (OAB 13954/AM) - Processo 0500552-39.2008.8.04.0001 (001.08.500552-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: B.P. - Ante o exposto, INDEFIRO a promoção ministerial de fl. 277.

ADV: SUELY DE MELO COSTA (OAB 1499/AM) - Processo 0500918-78.2008.8.04.0001 (001.08.500918-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: R.N.F. - Forte nesses argumentos, em consonância com promoção ministerial à fl. 214, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do Réu Raimundo Nonato Ferraz em relação aos delitos previstos nos artigo 213 e 214 do CP, com fulcro nos artigos 107, IV, c/c 109, II, todos do Código Penal, em razão da prescrição da pretensão punitiva estatal.

ADV: JÚLIO CÉSAR ADAMI BERNEIRA (OAB 398/AM) - Processo 0550532-18.2009.8.04.0001 (001.09.550532-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: M.C.Q.S. - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, observada a pena máxima abstratamente cominada para o delito em tela, e em consonância com entendimento ministerial, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do Réu Márcio Cleuter Quintino de Souza, devidamente qualificado nos autos, com fulcro nos artigos 107, IV, 1ª figura, c/c 109, II, do Código Penal, em razão da prescrição da pretensão punitiva estatal.

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0602526-36.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: M.B.P. - Deste modo, a fim de resguardar a instrução criminal, DEFIRO o pedido de prorrogação, por no máximo 05 (cinco) dias, do prazo para que a Defesa apresente suas alegações finais.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM) - Processo 0613487-36.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente - RÉU: D.R.S. - Dessa forma, RECEBO A DENÚNCIA. Cite(m)-se o(a)(s) DENUNCIADO(A)(S) por Oficial de Justiça, ou caso esteja(m) preso(s) seja oficiado à respectiva Unidade Prisional, para responder(em) à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de advogado, nos termos do art. 396 do CPP, devendo desde logo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (CPP, art.396-A). Encaminhe-se anexo ao respectivo instrumento cópia da denúncia, bem como faça constar a advertência de que transcorrido o prazo assinalado, sem manifestação, fica desde já nomeado(a) o Defensor(a) Público(a) com atuação nesta Vara Especializada para representar o acusado, devendo neste caso os autos lhe serem encaminhados. Caso o(a)(s) DENUNCIADO(A)(S) não seja(m) localizado(a)(s) no endereço constante da denúncia nem tenha havido a citação com hora certa, proceda-se às diligências de pesquisa de endereço deste(s) através dos sistemas judiciários de busca disponíveis neste Juízo, para regular citação, renovando-se o ato citatório por Oficial de Justiça e pelos correios, autorizando-se, desde já, a expedição de carta precatória caso se trate de domicílio localizado fora desta jurisdição. Frustradas todas as diligências anteriores, cite-se na forma editalícia, consoante disciplina o art.361 e seguintes do Código de Processo Penal. Não havendo resposta ao chamado da justiça, determino, de imediato, a suspensão do curso do processo, bem como do prazo prescricional, nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal, com a devida ciência ao Ministério Público. Junte-se aos autos a(s) certidão(ões) de antecedentes criminais, caso ainda não tenham sido juntada(s). Evolua-se a classe processual para Ação Penal e proceda-se à atualização da qualificação das partes perante o cadastro. Intime-se o Ministério Público mediante vista dos autos.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0613487-36.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente - RÉU: D.R.S. - Cumpra-se a Decisão de fls. 348/349. À Secretaria para as providências.

ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM) - Processo 0639619-33.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso Criminal - Crime / Contravenção contra Criança / Adolescente - REPTANTE: B.S.A. - INVESTIGAD: A.S.G. e outro - Da análise dos autos, vislumbra-se a situação de impossibilidade de convivência do representado com a ofendida, devendo aquele cumprir as seguintes medidas, elencadas no art. 319, III, do CPP, uma vez que as circunstâncias relacionadas ao fato indicam que ele deve: - Manter distância da vítima e de seu genitor, bem como as testemunhas a um raio mínimo de 500 metros; - Não se comunicar com a vítima e seus familiares por qualquer meio de comunicação;

Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)
IAGO DA SILVA RODRIGUES (OAB 13954/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
Júlio César Adami Berneira (OAB 398/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Rafael Basílio de Souza (OAB 8892/AM)
Rodrigo Silva Ribeiro (OAB 5204/AM)
Sérgio de Almeida Pimenta (OAB 9288/AM)
Suely de Melo Costa (OAB 1499/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0213/2019

ADV: PAULO BARRETO DE ARAÚJO (OAB 3770/AM) - Processo 0201234-62.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: E.J.B. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, Eduardo de Jesus Bezerra - Ausente na Audiência do dia 13/03/2019, apesar de devidamente INTIMADO (fls.135), razão pela qual fica decretada a REVELIA, conforme se demonstra às fls. 152. CERTIFICO, QUANTO À VÍTIMA (MAIOR) Amanda dos Santos Cordovil, NÃO INTIMADA para comparecer à audiência designada para 22/10/2019 às 08:00h, esta Secretaria expediu mandado e carta, para o endereço da testemunha Rafaela Cordovil dos Santos, o qual a Certidão positiva do Oficial de Justiça foi positivo. CERTIFICO, QUANTO À TESTEMUNHA arrolada na DENÚNCIA Maria do Carmo Aguiar dos Santos - NÃO INTIMADA, para comparecer à audiência designada para 22/10/2019 às 08:00h consoante a Certidão Negativa do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 167, 168, 170, 171, 172, 173, esta Secretaria expediu novo mandado e carta, para o endereço da testemunha Rafaela Cordovil dos Santos, a qual a Certidão positiva do Oficial de Justiça foi positivo. CERTIFICO, QUANTO TESTEMUNHA arrolada na DENÚNCIA Rafaela Cordovil dos Santos, INTIMADA, consoante a Certidão positiva do Oficial de Justiça, respectivamente, no item 165.

ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0211967-09.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime / Contravenção contra Criança / Adolescente - REPTADO: L.F.I. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os memoriais escritos, nos termos do art. 403, § 3º do CPP.

ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM) - Processo 0217956-35.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: D.H.S.L. - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S),Daniel Higor da Silva Liberal - NÃO INTIMADO(S) para comparecer à audiência designada para 10/10/2019 às 11:15h, conforme se demonstra na Certidão Negativa do Oficial de Justiça e a carta de aviso de recebimento, respectivamente, às de fls. 323 e 316, esta Secretaria para tomar as providências, pois segundo Certidão do Oficial de Justiça o RÉU não reside mais no referido endereço, configurando se mudança de endereço sem aviso ao Cartório, tendo em vista que o Réu se comprometeu em informar a esta Secrataria qualquer mudança de sua localização, conforme termo de ciência assinado pelo mesmo, segundo fls.:292. Informo ainda que procedi pesquisa na lista de réu presos e não encontrei seu nome. CERTIFICO, QUANTO À(S) VÍTIMAS(S), G.C.O E REPRESENTANTE LEGAL GREICE HELLEN CARVALHO DE ALMEIDA - NÃO INTIMADA(S), visto que as intimações para comparecer(em) à audiência designada para 10/10/2019 às 11:15h, conforme se verifica na Certidão Negativa do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 321 e 322, foram infrutíferas, esta Secretaria realizará PESQUISA nos sistemas judiciais disponíveis. CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DENÚNCIA Liliana Gonzaga do Nascimento - NÃO INTIMADA(S), consoante a Certidão Negativa do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 320 e 324, razão pela qual procedo à remessa ao MINISTÉRIO PUBLICO para que manifeste o interesse na oitiva e apresente no prazo legal o(s) endereço(s) atualizado(s) dela(s). CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DEFESA, resposta à acusação, Gabriel Israel Campos - INTIMADO, segundo fls.: 314, André Ysven Liberal Nogueira e Vinicius Freire da Silva Júnior - NÃO INTIMADA(S), consoante a Certidão Negativa do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 313;319;315 e 318, razão pela qual procedo à remessa dos autos para DEFESA DO RÉU, a fim de que manifeste o interesse na(s) oitiva(s) e apresente no prazo legal o(s) endereço(s) atualizado(s) dela(s).

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM), ADV: ANGELICA MARIA MOURA BURGA (OAB 11304/AM) - Processo 0240570-10.2010.8.04.0001 (001.10.240570-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: J.B.S. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 05/11/2019 às 08:00h, a fim de ser realizado a qualificação e interrogatório do réu. Providencias pela Secretaria: 1) Intimação do réu.

ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0248120-17.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: D.N.O. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, Daniel Nogueira de Oliveira - INTIMADO para comparecer à audiência designada para 21/10/2019 às 10:30h, conforme se demonstra na Certidão positiva do Oficial de Justiça e a carta de aviso de recebimento, respectivamente, às de fls.150/151. CERTIFICO, QUANTO À VÍTIMA, Daiene Ramires de Oliveira, foi expedido mandando e carta, para o mesmo endereço da sua genitora e esta Secretaria aguarda retorno. CERTIFICO, QUANTO À TESTEMUNHA arrolada na DENÚNCIA Maria Angelita Ramires - Foi negativo o retorno a Certidão Negativa do Oficial de Justiça, fls.154, foi expedido mandado e carta para um novo endereço e esta Secretaria aguarda retorno. CERTIFICO, QUANTO À TESTEMUNHA arrolada na DENÚNCIA Dayanne Ramires de Oliveira, INTIMADA, consoante a carta de aviso de recebimento, respectivamente, no item 148(assinado por terceiro).

ADV: PAULA CAROLINE GALVÃO DOS SANTOS SILVA (OAB 10175/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0249241-75.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0217798-53.2010.8.04.0001) (processo principal 0217798-53.2010.8.04.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Contra a dignidade sexual - EXCEPTO: C.C.B.V.B. - Forte nos argumentos acima expostos, HOMOLOGO o laudo pericial fls. 27/30 dos autos, relativo ao Acusado Carlos Castro Balieiro - vulgo “BABÃO”, reconhecendo sua semi-imputabilidade, a fim de que produza os efeitos jurídicos e legais efeitos como meio de prova.

ADV: MARA LÚCIA REIS DE HOLANDA (OAB 10501/AM), ADV: LENILTON FORTUNATO DE OLIVEIRA (OAB 2025/AM), ADV: SANDRA JOELMA P. PAIVA VAZ (OAB 8831/AM) - Processo 0251010-31.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Dignidade Sexual - DENUNCIADO: K.N.S. -

CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 22/10/2019 às 08:30h. Providencias pela Secretaria: 1) Intimação/Requisição do(s) réu(s); 2) Intimação da(s) Testemunha(s) arrolada(s) na Denúncia.; 3) Intimação do advogado particular ou Defensor Público;

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0263164-76.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Pedofilia - RÉU: C.S.P. - 3. DISPOSITIVO Isto posto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do Réu Cláudio da Silva Pinto, nos termos do artigo 107, I, do Código Penal Brasileiro c/c artigo 62, do Código de Processo Penal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Publique-se. Intimem-se.

ADV: RODRIGO SILVA RIBEIRO (OAB 5204/AM) - Processo 0266034-94.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: J.A.G. - Tendo em vista que os autos abrangem os processos referentes à META 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), procedo o cancelamento da audiência Instrução e Julgamento designada para o dia 30/10/2019 às 09:45h. Certifico, ademais, que a audiência acima foi redesignada para o dia 30/10/2019 às 09:45h na sala de audiência desta Secretaria, devendo-se expedir as intimações necessárias.

ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM) - Processo 0501240-98.2008.8.04.0001 (001.08.501240-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: F.A.S.F. - CERTIFICO que em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018 do (a) MM. Juiz (a) de Direito, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procede ao cancelamento da audiência designada para o dia 21/11/2019 às 11:30h, em razão da sentença prolatada nos itens 369/370. Eu, Janderson Barreto de Souza, Assistente Judiciário, digitei-o e Eu, Janderson Barreto de Souza, Diretor de Secretaria, conferi-o e subscrevo-o. Manaus, 13 de setembro de 2019 DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006 Janderson Barreto de Souza Diretor de Secretaria

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: DIOGO JOSÉ VIEIRA DOS SANTOS (OAB 10810/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ADOLFO PRAIA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 10804/AM) - Processo 0607688-46.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: D.S.S. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER o Réu DANIEL SENA DE SOUZA das acusações contra si imputadas, ante a ausência de lastro probatório a fundamentar um decreto condenatório, à luz do artigo 386, VII, Código de Processo Penal.

Adolfo Praia Ferreira do Nascimento (OAB 10804/AM)
ANGELICA MARIA MOURA BURGA (OAB 11304/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Diogo José Vieira dos Santos (OAB 10810/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Lenilton Fortunato de Oliveira (OAB 2025/AM)
Mara Lúcia Reis de Holanda (OAB 10501/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Paula Caroline Galvão dos Santos Silva (OAB 10175/AM)
Paulo Barreto de Araújo (OAB 3770/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Silva Ribeiro (OAB 5204/AM)
Sandra Joelma P. PAiva Vaz (OAB 8831/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Wanessa Beltrão da Silva (OAB 12623/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0214/2019

ADV: ALESSANDRO ALVES MELO (OAB 6687/AM) - Processo 0214286-18.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: R.S.M. - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na denúncia e condeno o Réu Rui dos Santos Monte, pela prática do delito de estupro qualificado, tipificado no artigo 213, § 1º, do Código Penal, c/c artigos 234-A, inciso III e 226, inciso II, do mesmo Códex. Fixo o valor da reparação dos danos causados pela infração no montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a ser revertido à Vítima, com fulcro no artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal.

Alessandro Alves Melo (OAB 6687/AM)

VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE TRÂNSITO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DE CRIMES DE TRÂNSITO

JUIZ(A) DE DIREITO YURI CAMINHA JORGE

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DANIEL KLEBER SANTOS DE FREITAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0070/2019

ADV: FERNANDO CRUZ COELHO (OAB 13835/AM), ADV: JOSÉ SEBASTIÃO DE CARVALHO FILHO (OAB 12965/AM) - Processo 0200535-27.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - AUTORFATO: Caio César Negreiros de Souza - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 27/11/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

ADV: WILLIAM DA SILVA SIMONETTI (OAB 7441/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0211275-78.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Thiago Dinelly Lima - Diante do exposto e em harmonia com as alegações finais do Ministério Público, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido constante da denúncia para CONDENAR o denunciado THIAGO DINELLY LIMA, qualificado na denúncia, na sanções do artigo 302, “caput”, da Lei nº 9.503/97 - CTB

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO (OAB 8330/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: DAYLA BARBOSA PINTO (OAB 8179/AM), ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: MARCOS ALESSANDRO MACEDO FERNANDES DA SILVA (OAB 11680/AM) - Processo 0214471-95.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Fabiano Cabral Oliveira - ASSISTENTE SIMP: DEBORA MAIA DE SOUZA - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 18/11/2019 às 10:15h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM) - Processo 0224853-11.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Felipe Gerson da Silva Mamede - Nesta

data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 27/11/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM), ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM) - Processo 0226149-05.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Derdi Albuquerque Machado - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 11/11/2019 às 11:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM) - Processo 0230279-38.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Jose Medeiros Tupinambá - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 25/11/2019 às 11:45h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES DE ARAÚJO FILHO (OAB 9665/AM), ADV: PLÍNIO IVAN PESSOA DA SILVA (OAB 8770/AM), ADV: JOSÉ RAIMUNDO SILVA ANDION (OAB 9021/AM) - Processo 0232430-11.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Anderson da Silva de Moura - Isto posto, e em acolhimento às alegações finais do Ministério Público e da Defesa, JULGO IMPROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte ABSOLVO o denunciado ANDERSON DA SILVA DE MOURA, devidamente qualificado na denuncia, das sanções do Art. 302, caput, e 303, caput, c/c o inciso I, do § 1º, do art. 291, todos do CTB, e o faço com fulcro no artigo 386, inciso VII (não existir prova suficiente para a condenação) do Código de Processo Penal.

ADV: JAMES RODRIGUES MOREIRA (OAB 8227/AM) - Processo 0233222-96.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Jociney de Jesus Souza Azevedo - Diante do acima exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido constante da denúncia para ABSOLVER o acusado JOCINEY DE JESUS SOUZA AZEVEDO, qualificado na denúncia, da sanção do art. 306 da Lei nº 9.503/97 - CTB, com fulcro no art. 386, VII do CPP (não existir prova suficiente para a condenação) e CONDENAR, nas sanções do art. 302, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 9.503/97 - CTB

ADV: JOZELÚCIA LIMA MACIEL (OAB 7160/AM) - Processo 0235773-15.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Carlos Alberto Vieira de Souza - A Juíza acolhe o pleito Ministerial e redesigna esta Audiência de Instrução e Julgamento em continuação para o dia 14/11/2019, às 09h15, ficando desde já intimados os presentes, devendo a Secretaria expedir novo Ofício ao IC solicitando os dois laudos acima mencionados.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0259841-63.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Edson Gonçalves de Andrade - Diante das ausências, o Juiz redesigna esta Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 21/11/2019, às 10h45, ficando desde já intimados os presentes, devendo a Secretaria intimar o Acusado e o Advogado via DJE, bem expedir novo ofício para a Testemunha, uma vez que se trata de Policial Militar.

Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Dayla Barbosa Pinto (OAB 8179/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fernando Cruz Coelho (OAB 13835/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
James Rodrigues Moreira (OAB 8227/AM)
José Raimundo Silva Andion (OAB 9021/AM)
José Sebastião de Carvalho Filho (OAB 12965/AM)
Jozelúcia Lima Maciel (OAB 7160/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Marcos Alessandro Macedo Fernandes da Silva (OAB 11680/AM)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Paulo dos Anjos Feitoza Neto (OAB 8330/AM)
Plínio Ivan Pessoa da Silva (OAB 8770/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Sebastião Gonçalves de Araújo Filho (OAB 9665/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
William da Silva Simonetti (OAB 7441/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO CARLOS CONDE HOLANDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0065/2019

ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM) - Processo 0200148-22.2018.8.04.0030 (apensado ao processo 0637513-35.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Decorrente de Violência Doméstica - INDICIADO: R.O.S. - Diante do exposto, na dúvida, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público, em consequência, ABSOLVO ROBERTO OLIVEIRA DOS SANTOS, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM) - Processo 0201927-46.2017.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - AUTORFATO: C.S.A. - Ante o exposto, considerando as razões acima expendidas e o mais que dos autos consta, julgo, por sentença, improcedente a denúncia oferecida em desfavor do acusado e, em conseqüência, o ABSOLVO da imputação que lhe é feita na inicial, com base no art. 386, inc. II, do Código de Processo Penal. Sem custas. Transitando esta livremente em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.

ADV: MELK LEVI DA SILVA PEREIRA (OAB 12046/AM), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: CÉLIO FERNANDES DE SOUZA (OAB 12442/AM) - Processo 0203478-03.2013.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Decorrente de Violência Doméstica - REQUERENTE: F.M.L. - REQUERIDO: R.S.C. - Inviável a substituição da pena privativa de liberdade cominada, porquanto a infração penal, embora inferior a 4 (quatro) anos, foi perpetrada com violência à pessoa, o que atrai a aplicação da norma impeditiva da substituição prevista no art. 44, inciso I, do Estatuto Repressivo. Não faz jus o acusado à suspensão condicional da pena, haja vista as circunstâncias judiciais negativas. Registre-se no INFODIP. Concedo o direito de apelar em liberdade. Condeno o acusado, outrossim, ao pagamento das custas processuais, suspensas em virtude do art. 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado deste decisum, seja o nome do acusado inscrito no rol dos culpados e oficiada a Justiça Eleitoral para suspensão dos direitos políticos. Comunique-se à VEMEPA, quando do trânsito em julgado, acerca desta condenação. Registre-se e cumpra-se. Publicada em audiência de tudo saem os presentes cientes, intimados e advertidos. Manaus, 21 de agosto de 2019. Nayara de Lima Moreira Antunes Juíza Substituta

ADV: ÉRICO MARCUS VIEIRA RODRIGUES (OAB 12573/AM), ADV: OSWALDO MACHADO NETO (OAB 8756/AM) - Processo 0258766-23.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - INDICIADA: RODY DA SILVA PIZANGO - Diante de tal quadro probatório, com fundamento legal no art. 383 do CPP, DESCLASSIFICO o crime de estupro para lesão corporal, CONDENANDO o réu nas penas do art. 129, § 9º, do Código Penal Brasileiro. Passo a dosar a pena. Culpabilidade intensa em razão da conduta do réu em arrombar a casa da vítima, de madrugada, sem qualquer respeito aos filhos menores que lá se encontravam. Não há informações sobre sua personalidade e conduta social. Verifico que o acusado não é portador de maus antecedentes. O motivo do delito não restou claro, havendo dúvidas quanto a real intenção do réu quando agrediu a vítima. As circunstâncias e consequências do delito já foram descritas na denúncia. Na segunda fase, não há circunstâncias agravantes ou atenuantes. Na terceira fase, não há causas de aumento ou de diminuição da reprimenda, de maneira que torno definitiva a pena em 05 meses de detenção. O regime de cumprimento da pena deverá ser o aberto, considerando a primariedade do acusado, bem como a quantidade de pena, nos termos do artigo 33, § 2º, "c" do Código Penal. Inviável a substituição da pena privativa de liberdade cominada, porquanto a infração penal, embora inferior a 4 (quatro) anos, foi perpetrada com violência à pessoa, o que atrai a aplicação da norma impeditiva da substituição prevista no art. 44, inciso I, do Estatuto Repressivo. Faz jus, entretanto, o acusado à suspensão condicional da pena, haja vista que restam preenchidos os requisitos insertos nos incisos I a III do art. 77 da Lei Substantiva Penal. Suspendo, pois, a execução da pena pelo prazo de 02 (dois) anos, mediante o cumprimento cumulativo das seguintes condições: a) proibição de se ausentar da comarca por mais de 08 (oito) dias, sem prévia autorização judicial; b) comparecimento pessoal e obrigatório à VEMEPA, a cada dois meses, para informar e justificar suas atividades laborativas; c) Participar de palestra(s) promovida(s) pela VEMEPA e de Grupo de Terapia Comunitária pelo prazo que a equipe psicossocial daquela Vara fixar. Registre-se no INFODIP. Concedo o direito de apelar em liberdade. Condeno o acusado, outrossim, ao pagamento das custas processuais, suspensas em virtude do art. 98, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado deste decisum, seja o nome do acusado inscrito no rol dos culpados e oficiada a Justiça Eleitoral para suspensão dos direitos políticos. Registre-se e cumpra-se. Publicada em audiência de tudo saem os presentes cientes, intimados e advertidos. Manaus, 23 de agosto de 2019 Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto Juíza de Direito

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM) - Processo 0600610-98.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Decorrente de Violência Doméstica - VÍTIMAFATO: L.L.A.B. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 11/11/2019 às 09:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 16 de setembro de 2019. Janderson Fernandes Ribeiro

ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM), ADV: THIAGO TABAL MALHEIROS (OAB 9193/AM) - Processo 0601339-37.2018.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - AUTORFATO: R.F.G. - Ante o exposto, considerando as razões acima expendidas e o mais que dos autos consta, julgo, por sentença, improcedente a denúncia oferecida em desfavor do acusado e, em conseqüência, o ABSOLVO da imputação que lhe é feita na inicial, com base no art. 386, inc. II, do Código de Processo Penal. Sem custas. Transitando esta livremente em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.

ADV: KÁSSIA CAMILA GUERRA MONTEIRO (OAB 13373/AM) - Processo 0603670-45.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Decorrente de Violência Doméstica - AUTORFATO: Jose Maria Leite de França - Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva e o faço para condenar Jose Maria Leite de França, qualificado nos autos, à pena de 03 meses de detenção, em regime aberto, como incurso no artigo 129, § 9º do Código Penal, absolvendo-o pelo crime do art. 147 do Código Penal. Inviável a substituição da pena privativa de liberdade cominada, porquanto a infração penal, embora inferior a 4 (quatro) anos, foi perpetrada com violência à pessoa, o que atrai a aplicação da norma impeditiva da substituição prevista no art. 44, inciso I, do Estatuto Repressivo. Faz jus, entretanto, o acusado à suspensão condicional da pena, haja vista que restam preenchidos os requisitos insertos nos incisos I a III do art. 77 da Lei Substantiva Penal. Suspendo, pois, a execução da pena pelo prazo de 02 (dois) anos, mediante o cumprimento cumulativo das seguintes condições: a) proibição de se ausentar da comarca por mais de 08 (oito) dias, sem prévia autorização judicial; b) comparecimento pessoal e obrigatório à VEMEPA, a cada dois meses, para informar e justificar suas atividades laborativas; c) Participar de palestra(s) promovida(s) pela VEMEPA e de Grupo de Terapia Comunitária pelo prazo que a equipe psicossocial daquela Vara fixar. Registre-se no INFODIP. Concedo o direito de apelar em liberdade. Revogo a cautelar de uso da tornozeleira eletrônica, servindo a presente sentença como ofício à SEAP para retirada do aparelho. Mantenho as medidas protetivas decretadas na fl. 31 destes autos. Deixo de condenar o acusado ao pagamento das custas processuais. Após o trânsito em julgado deste decisum, seja o nome do acusado inscrito no rol dos culpados e oficiada a Justiça Eleitoral para suspensão dos direitos políticos. Registre-se e cumpra-se. Publicada em audiência de tudo saem os presentes cientes, intimados e advertidos. Manaus, 23 de agosto de 2019. Nayara de Lima Moreira Antunes Juíza Substituta

ADV: DANIEL HIGOR GOMES RAMOS (OAB 14215/AM), ADV: FLORENCE FLECK (OAB 13586/AM), ADV: JHENNIFER CRISTINE SOUZA PINTO (OAB 12655/AM) - Processo 0630627-83.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - VÍTIMAFATO: L.M.L.F. - AUTORFATO: A.P.F. - Isto posto, indefiro o pedido de revogação, mantendo as medidas pelo prazo fixado na decisão inicial. P.R.I. Mantenham-se os autos sobrestados, no aguardo do transcurso do prazo de vigência das medidas. Havendo manifestação de qualquer das partes, retornem conclusos. De outra sorte, arquive-se.

ADV: JADYLSON GUEISON OLIVEIRA CAVALCANTE (OAB 5567/AM), ADV: EDILSON MARTINS DE ALENCAR NETTO (OAB 9499/AM) - Processo 0631617-74.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: W.C.S. - Diante do exposto e do mais que dos autos consta, confirmo a decisão que decretou medidas protetivas em favor da ofendida. Permaneça o feito sobrestado no aguardo do transcurso do prazo de validade. Havendo manifestação de qualquer das partes, retornem conclusos. Transcorrido o prazo sem intercorrências, arquive-se. P.R.I.

ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM) - Processo 0633238-09.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: C.A.R.S. - Recebo o recurso de apelação em seu efeito suspensivo. Intime-se o apelado para apresentar suas contrarrazões no prazo de lei. Após, com ou sem apresentação, remeta-se o recurso para julgamento pelo E. TJAM.

ADV: THAYSE MOREIRA SANTIAGO DE SOUZA (OAB 9595/AM) - Processo 0636595-94.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Leve - AUTORFATO: C.A.M.C.J. - Assim, diante da manifestação da ofendida e não mais tendo ela interesse ou necessidade das medidas, houve perda do objeto da presente demanda, motivo pelo qual EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito, na forma do artigo na forma do artigo 485, VI do CPC.

ADV: RODRIGO DE ALENCAR MAIA (OAB 5816/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0658461-95.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - RÉU: A.C.S. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 07/11/2019 às 09:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 13 de setembro de 2019.Rodrigo de Alencar Maia e Eduardo de Souza Rodrigues

Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Célio Fernandes de Souza (OAB 12442/AM)
Daniel Higor Gomes Ramos (OAB 14215/AM)
Edilson Martins de Alencar Netto (OAB 9499/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Érico Marcus Vieira Rodrigues (OAB 12573/AM)
Florence Fleck (OAB 13586/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Jadylson Gueison Oliveira Cavalcante (OAB 5567/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jhennifer Cristine Souza Pinto (OAB 12655/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
Kássia Camila Guerra Monteiro (OAB 13373/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Melk Levi da Silva Pereira (OAB 12046/AM)
Oswaldo Machado Neto (OAB 8756/AM)
Rodrigo de Alencar Maia (OAB 5816/AM)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Thayse Moreira Santiago de Souza (OAB 9595/AM)
Thiago Tabal Malheiros (OAB 9193/AM)
Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB 13500/AM)

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0060/2019

ADV: JÉSSICA COSTA SILVA (OAB 10724/AM) - Processo 0628402-90.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: M.F.C.S. - Isso posto, mantenho o Indeferimento, razão pela qual julgo extinto o processo. Intime-se a requerente. Caso inexista recurso, certifique-se trânsito em julgado e arquive-se.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM) - Processo 0643624-98.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: A.S.C. - ATO ORDINATÓRIO: De ordem do MM. Juiz, procedo a intimação do causídico Defensor do réu para fins do disposto no art. 403, §3º, do CPP.

ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM), ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM) - Processo 0652675-70.2018.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Lesão Corporal - REQUERIDO: P.B.B.F. - Isso posto, não havendo contrariedade ao pedido autoral, julgo extinto o feito, confirmando medidas deferidas, pelo prazo nelas estipulado, sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida. Determino o arquivamento, ressaltando-se que, havendo comunicação da vítima de novo ato de violência, devem os autos serem desarquivados imediatamente para análise do Juízo.

ADV: VLADIMIR MARQUES PASSOS (OAB 11044/AM) - Processo 0653003-97.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - DENUNCIADO: W.R.B.B. - DESPACHO: Tendo em vista a petição de fl. 97, pugnando pelo arquivamento do feito, bem como recebimento da queixa-crime (fl. 77/78), determino a intimação do réu para, no prazo de 03 (três) dias, se manifestar a respeito do perdão oferecido pela vítima, nos termos do art. 58 do CPP.

Jéssica Costa Silva (OAB 10724/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)
VLADIMIR MARQUES PASSOS (OAB 11044/AM)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0405/2019

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0620286-32.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Maria José Vieira da Costa - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerente a fim de que tome ciência da sentença de folhas antecedentes.

ADV: DIOGO TRAVESSA SERRÃO (OAB 13534/AM) - Processo 0637844-80.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Kleber Noronha Marques - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Kleber Noronha Marques em face do Estado do Amazonas e Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Determinada a intimação para emendar à inicial (fls. 86), o Requerente manifestou-se pela exclusão do Estado do Amazonas do polo passivo do presente feito (fls. 88/89). Cabendo ao Autor o direito de escolha sobre quem demandar, defiro o pedido e excluo do polo passivo da presente demanda o Estado do Amazonas, extinguindo, para este, o feito sem resolução do mérito, nos moldes do artigo 485, VI do CPC. Prossegue-se o feito em desfavor da Fundação de Vigilância em Saúde - FVS. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM) - Processo 0639954-52.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Curso de Formação - REQUERENTE: Jonatan Henrique de Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jonatan Henrique de Oliveira em face do Estado do Amazonas e Comandante Geral da Polícia Militar do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo,

em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM) - Processo 0640329-53.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: Vítor Cassiano Louzada - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, reconhecida a incompetência deste Juizado EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95 e art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em obediência ao comando do art. 55, da Lei nº 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0642423-71.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Shirlene Torres Dantas - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Shirlene Torres Dantas em face do Fazenda Pública do Estado do Amazonas. Primeiramente, analisando os requisitos do juízo de admissibilidade da ação proposta, verifico que a parte demandada, é órgão despersonalizado, integrante da estrutura do ESTADO, não possuindo capacidade processual para atuar em juízo em nome próprio, sendo necessária retificação do polo passivo da demanda. Deste modo, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, indicando ente legítimo para figurar no polo passivo da demanda, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único, do art. 321, do CPC. Cumprida a diligência acima determinada, passo a decidir: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0643091-42.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Deroci Viana Filho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Deroci Viana Filho em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0643792-03.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Sebastião Monteiro Júnior - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Sebastião Monteiro Júnior em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações

contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0643795-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Nacila Rosas Pereira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Nacila Rosas Pereira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0643798-10.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Abono de Permanência - REQUERENTE: Thelma de Fatima Pereira Saavedra - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Thelma de Fatima Pereira Saavedra em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0643799-92.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Rafael Cunha Lopes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rafael Cunha Lopes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0643803-32.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Francisco Lino Patrocinio Filho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco Lino Patrocinio Filho em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações

contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0643810-24.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: José Caetano - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por José Caetano em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ERCLIUTON SOARES DO NASCIMENTO (OAB 7771/AM) - Processo 0643824-08.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão - REQUERENTE: Josileia Monteiro dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Josileia Monteiro dos Santos em face do Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (susam). e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0644007-76.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Irlene Coelho Eloi da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Irlene Coelho Eloi da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ERCLIUTON SOARES DO NASCIMENTO (OAB 7771/AM) - Processo 0644091-77.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão - REQUERENTE: Alberto Reis de Lima Cunha - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Alberto Reis de Lima Cunha em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ERCLIUTON SOARES DO NASCIMENTO (OAB 7771/AM) - Processo 0644095-17.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão - REQUERENTE: José Airton Nicolau - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por José Airton Nicolau em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ERCLIUTON SOARES DO NASCIMENTO (OAB 7771/AM) - Processo 0644101-24.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão - REQUERENTE: Antonio Carlos de Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Antonio Carlos de Oliveira em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0644184-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Mary Fatima Guimaraes Barros - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Mary Fatima Guimaraes Barros em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0644329-96.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcelino Soares Filgueiras - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcelino Soares Filgueiras em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RUBENS GONÇALVES BRITO (OAB 12484/AM) - Processo 0644360-19.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Adriana da Silva Carvalho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Adriana da Silva Carvalho em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0646010-04.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Joao Pereira de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Joao Pereira de Souza em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0646011-86.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Almeida Fernandes da Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Almeida Fernandes da Costa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0646019-63.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Heliton de Souza Moreira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Heliton de Souza Moreira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0646092-35.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Michele Amorim da Rocha - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Michele Amorim da Rocha em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0646163-37.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Maria de Nazaré do Carmo de Jesus - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria de Nazaré do Carmo de Jesus em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0646183-28.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - 1/3 de férias - REQUERENTE: Priscila Socorro Meireles de Almeida Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Priscila Socorro Meireles de Almeida Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM) - Processo 0646216-18.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Maria de Lourdes do Nascimento Meireles - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria de Lourdes do Nascimento Meireles em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CARLOS EDUARDO BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 14725/AM) - Processo 0646307-11.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rosivaldo Rage Cavalcante - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rosivaldo Rage Cavalcante em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ELIAS DE OLIVEIRA NILO (OAB 12630/AM) - Processo 0646598-11.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Janderson Pereira Viana - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Janderson Pereira Viana em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0647434-81.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Anderson Evangelista da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Anderson Evangelista da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

Carlos Eduardo Barbosa de Oliveira (OAB 14725/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Diogo Travessa Serrão (OAB 13534/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Elias de Oliveira Nilo (OAB 12630/AM)
Ercliuton Soares do Nascimento (OAB 7771/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
Rubens Gonçalves Brito (OAB 12484/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0406/2019

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0603358-69.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Rangel Marinho da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE a parte autora para, conforme determinação contida no despacho/sentença de folhas antecedentes, indicar número da agência e conta bancária. Caso a instituição financeira seja a Caixa Econômica Federal será necessário, além dos dados acima, informar o número da operação. Atenciosamente,

João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)

VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INFRACIONAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIEZER FERNANDES JÚNIOR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ELCIO SIMÕES DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0123/2019

ADV: ROBERTO SÁ DOS SANTOS (OAB 9530/AM) - Processo 0231788-96.2019.8.04.0001 - Relatório de Investigações - Contravenções Penais - INVESTIGAD: K4 LOUNG - PROCESSO: 0231788-96.2019.8.04.0001 AUTUADO: K4 LOUNG S E N T E N Ç A Vistos, etc. Trata-se de procedimento para imposição de penalidade administrativa ao autuado em epígrafe, por infringência às normas de proteção à criança e ao adolescente. Em conformidade com o que preceitua a Lei 8.096/1990, foi lavrado pelo Comissariado deste Juízo, o Auto de Infração nº 005/2019 (fls. 01), em observância ao art. 195, caput, e inciso I do mesmo diploma legal, que foi assinado por duas testemunhas, tendo o autuado assinado a autuação, conforme fls. 01. Defesa do autuado às fls. 10-18. Com vista ao órgão ministerial, a Douta Promotora de Justiça se manifestou pela aplicação de multa correspondente à natureza da infração, a ser recolhida ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (fls. 20-21), pugnando ainda pela remessa dos autos à Delegacia Geral de Polícia Civil para que se instaure inquérito policial para averiguação da responsabilidade criminal da representante da empresa autuada. É o relatório. Decido. O artigo 81 do Estatuto Infanto Juvenil preceitua em seu artigo 81 que "é proibida a venda à criança ou ao adolescente de bebidas alcoólicas e produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida". Ademais, os artigos 243 e 258 do mesmo diploma legal assim dispõem: Art. 243: Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica: Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave. Art. 258. Deixar o responsável pelo estabelecimento ou o empresário de observar o que dispõe esta Lei sobre o acesso de criança ou adolescente aos locais de diversão, ou sobre sua participação no espetáculo: Pena - multa de três a vinte salários de referência; em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias. No caso em análise, a inobservância aos dispositivos supra está devidamente comprovada pelo Auto de Infração lavrado às fls. 01 e pelo relatório de fiscalização acostado aos autos às fls. 03-04, que relata a presença de vários adolescente na empresa autuada, muitos sem documentos pessoais, além de estarem consumindo bebida alcoólica, cigarros, narguillé e substâncias entorpecentes. Não merecem prosperar as teses alegadas pela defesa, tendo em vista que a empresa é responsável pelo controle de entrada dos frequentadores do local. Portanto, ao deixar entrar menores no recinto sem identidade e, pior, possibilitando o consumo de substâncias entorpecentes por esses menores, a empresa autuada responde em razão de culpa in vigilando, ou seja, na ausência ou falha na fiscalização na entrada desses menores. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o procedimento legal em face de K4 LOUNG, tendo como representante legal a Sra. YANCA BEATRIZ CAVALCANTE RODRIGUES, por infringência às normas de proteção à criança e ao adolescente constantes nos arts. 81, 243, 252 e 258 do Estatuto da Criança e Adolescente, aplicando, conforme disposição do art. 258 do Estatuto, multa no valor de 10 (dez) salários mínimos, devendo o valor ser recolhido no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através do Banco Bradesco - Agência: 3715-0, C/C: 0004168-8. Intime-se a autuada para tomar ciência da presente decisão, recolhendo o valor arbitrado no prazo legal, devendo comprovar o recolhimento da multa no Setor do Comissariado deste juizado. Após comprovado o pagamento da multa pelo infrator, arquive-se e dê-se baixa ao presente procedimento. Caso não haja o pagamento da multa aplicada no prazo legal, expeça-se ofício ao Setor de Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Finanças - SEMEF, para que o referido setor proceda a inscrição do débito em dívida ativa. Concomitantemente a secretaria deve providenciar a remessa de cópia do processo a Procuradoria do Município para posterior propositura da ação de execução, perante uma das Varas da Fazenda Pública, em conformidade com o que dispõe a Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/80), devendo ser acompanhado de cópia assinada da sentença condenatória. O referido ofício ao Setor de Divida Ativada SEMEF deve ser encaminhado com certidão simples expedida por esta Secretaria, devendo conter os seguintes dados: a) nome do devedor e co-responsáveis, com qualificação (CPF, RG, filiação, data de nascimento, profissão, estado civil, etc), e endereço residencial ou comercial para fins de citação na execução fiscal; b) valor originário da dívida; c) origem da dívida (número do processo judicial, natureza, etc); d) fundamento legal da dívida. Cumpra-se como determinado integralmente e após o recebimento da referida cópia do processo pela Procuradoria, arquive-se estes autos de conhecimento. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Ao Comissariado para as providências necessárias. Manaus, 16 de setembro de 2019. Eliezer Fernandes Júnior Juiz

ROBERTO SÁ DOS SANTOS (OAB 9530/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INFRACIONAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIEZER FERNANDES JÚNIOR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ELCIO SIMÕES DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0124/2019

ADV: TATIANE DE PAULA SANTOS (OAB 6153/AM) - Processo 0632264-69.2019.8.04.0001 - Petição Infracional - Capacidade - REQUERENTE: Ana Cecilia Teixeira Araujo - Processo nº 0632264-69.2019.8.04.0001 Requerente: AMANDA TEIXEIRA ALVES D E C I S Ã O Vistos, etc... Trata-se de requerimento de suprimento judicial de consentimento paterno (fls. 01) formulado por AMANDA TEIXEIRA ALVES em favor de sua filha ANA CECÍLIA TEIXEIRA ARAÚJO (nascida em 18/12/2013), substancialmente qualificadas nos autos, para que a menor viaje no trecho MANAUS/LISBOA-PORTUGAL/MANAUS, no período de 22/09/2019 A 06/10/2019, acompanhada de sua mãe, ora requerente, conforme fls. 01-04. O pleito veio acompanhado dos documentos de fls. 06-13. Ofício endereçado à radio, de lavra do Comissariado, às fls. 27. Certidão de lavra do Comissariado deste Juízo, às fls. 28, informando o não comparecimento do requerido ou parente seu, em que pese o chamamento pela rádio. Manifestação da requerente, às fls. 37-42, juntando declarações de duas testemunhas atestando a ausência do genitor da menor. Instado a se manifestar, o Ministério Público, às fls. 44, foi de parecer favorável à concessão da autorização de viagem requerida em favor da menor. Vieram os autos conclusos. É o breve relatório. Decido. Preliminarmente, verifico a regularidade da documentação acostada aos autos, quais sejam os documentos pessoais da menor e sua genitora, comprovante de residência, bilhetes aéreos da viagem para o período solicitado, além da declaração de duas testemunhas atestando a ausência do genitor da menor e certidão de lavra do Comissariado informando que mesmo tendo sido expedido ofício à rádio de largo alcance notificando o requerido, não houve comparecimento ou qualquer manifestação. Diante da comprovação documental e em consonância com o parecer ministerial fls. 44, tenho que não há óbice quanto à concessão da autorização de viagem requerida, razão por que, AUTORIZO A VIAGEM INTERNACIONAL DE ANA CECÍLIA TEIXEIRA ARAÚJO, NO TRECHO MANAUS/LISBOA-PORTUGAL/MANAUS, no período de 22/09/2019 A 06/10/2019, ACOMPANHADO DE SUA GENITORA, ORA REQUERENTE, SRA. AMANDA TEIXEIRA ALVES. Expeça-se o competente Alvará. Intime-se a requerente via DJE. Após,arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Ao Comissariado para as providências necessárias. Manaus, 02 de setembro de 2019. Eliezer Fernandes Júnior Juiz

Tatiane de Paula Santos (OAB 6153/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INFRACIONAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIEZER FERNANDES JÚNIOR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ELCIO SIMÕES DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0125/2019

ADV: JOÃO PAULO RAMOS JACOB (OAB 9921/AM) - Processo 0648368-39.2019.8.04.0001 - Autorização judicial - Entrada e Permanência de Menores - REQUERENTE: L.N.B.E. - Ante o exposto, nos termos do art. 149, do ECA, DEFIRO o pedido formulado, devendo ainda, os menores só poderem frequentá-lo acompanhados por um responsável.

João Paulo Ramos Jacob (OAB 9921/AM)

SEÇÃO VIII

TURMA RECURSAL

1ª Turma Recursal
Presidente: Dra. Marcelo Manuel da Costa Vieira
Secretário: Jailton Andrade Martins

De ordem da Exma. Sra. Presidente da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, Dr. Marcelo Manuel da Costa Vieira, de acordo com o artigo 934 do Novo Código de Processo Civil, combinado com o artigo 45 da Lei 9.099/95, torno público que serão julgados os processos a seguir **27/09/2019 às 09:00,** de forma presencial, ou nas sessões seguintes, **observa-se que a reunião para julgamento dos processos no qual há pedido de sustentação oral acontecerá no Auditório Desembargadora Liana de Mendonça Belém, Localizado no Fórum Desembargador Mário Verçosa (Aparecida), no dia 27/09/2019 às 09:00.**

Data da sessão: 27/09/2019 às 09:00

Recurso Inominado Cível nº 0606960-57.2017.8.04.0092 .
Origem: 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Patrimonio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM)
Soc. Advogados : Dias dos Santos Advogados (311/AM)
Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Soc. Advogados : Andrade Gc Advogados (5797/AM)
Recorrente : Patri Urbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (patrimonio)
Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM)
Advogada : Angélica Ortiz Ribeiro (2847/AM)
Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Soc. Advogados : Andrade Gc Advogados (5797/AM)
Soc. Advogados : Dias dos Santos Advogados (311/AM)
Recorrido : Marcio Santos da Silva
Advogada : Eliana de Oliveira Rezende
Recorrida : VALERIA DUTRA DOS SANTOS
Advogada : Eliana de Oliveira Rezende
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0600387-66.2018.8.04.0092 .
Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrido : José Maria Coelho Damasceno
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0601920-39.2014.8.04.0015 .
Origem: 5ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Direcional Engenharia S/A
Soc. Advogados : Andrade Gc Advogados (5797/AM)
Recorrida : SUELLEN FALCÃO DA SILVA
Advogado : Marco Antonio Nobre Salum (8416/AM)
Advogado : Walter Ney Rodrigues Rezende (8700/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0621246-43.2018.8.04.0015 .
Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).
Recorrente : Edilson Batista de Menezes Junior
Advogada : Fabíola Maria Carvalho Vasques (4167/AM)
Advogado : Edilson Batista de Menezes Junior (26464/BA)
Recorrido : Green Valet Parking
Advogado : Mauro da Gama Monteiro (9734/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0608642-50.2018.8.04.0015 .
Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM)
Recorrido : Antônio Marcos Ferreira de Lima
Advogado : Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM)
Advogado : Ana Carolina Souza Cei (8348/AM)
Advogado : Emmanuel Sousa Viana (12409/AM)
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0608836-50.2018.8.04.0015 .
Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco do Brasil S/A
Advogado : Servio Túlio de Barcelos (44698/MG)
Recorrida : Arlete Tavares Azavedo
Advogado : Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM)
Advogado : Ana Carolina Souza Cei (8348/AM)
Advogado : Emmanuel Sousa Viana (12409/AM)
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0609526-16.2017.8.04.0015 .
Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Erilucia Souza da Silva
Advogada : Camila Leal de Souza (7498/AM)
Recorrida : Amanda Reis Souza
Advogado : José Militão Rodrigues da Silva (12721/AM)
Advogado : Mayara Carvalho Trindade Zurra (8614/AM)
Advogado : Vanessa Nunes Zogahib (10021/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0609002-19.2017.8.04.0015 .
Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Itaucard S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Recorrida : Maria das Neves Soutelo Costa
Advogado : Rigoney Saraiva Amorim
Advogado : Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (8487/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0605804-37.2018.8.04.0015 .
Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Santa Helena Vinte e Um Empreendimentos e Participações Ltda.
Advogado : Dyonisio Pinto Carielo (103723/MG)
Advogado : Carlos Eduardo Rocha Cruz (73238/MG)
Recorrida : Radige Araújo da Conceição
Advogada : Andréa Renata Virginio de Souza (9238/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0606117-95.2018.8.04.0015 .
Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Marcelo de Moraes Ribeiro
Advogado : Frederico Moraes Bracher
Recorrido : Azul Linhas Aereas Brasileiras S.a.
Advogado : Itallo Gustavo de Almeida Leite (7413/MT)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0600401-50.2018.8.04.0092 .
Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Apelante : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Apelado : Instituto Educacional Hilda Ferreira (C Meireles da Costa)
Advogado : Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0605983-65.2017.8.04.0092 .
Origem: 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Eliete Printes Alves
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0613791-46.2017.8.04.0020 .
Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S/A
Advogada : Claudia Kugelmas Mello (107102/SP)
Advogado : Simone de Sá Araújo Jardim (1650/AM)
Recorrido : Tam - Linhas Aéreas S/A
Recorrida : Bruna Ribeiro
Advogado : Ramon Lopes Correa (7962/AM)
Advogada : Juliette Lopes Corrêa (8346/AM)
Recorrido : Lincoln Reis Barbosa
Advogado : Ramon Lopes Correa (7962/AM)
Advogada : Juliette Lopes Corrêa (8346/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0609909-91.2017.8.04.0015 .
Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Celso Lobo Chaves
Advogado : Carolinne Silva Moreschi (13761/AM)
Advogado : Charles Gomes da Costa Junior (10715/AM)
Advogado : Bairon Antônio do Nascimento Júnior (3795/AM)
Recorrido : Jn Agente de Portaria e Segurança Eletronica Ltda
Advogado : Marcos André Palheta da Silva (3987/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0611739-58.2018.8.04.0015 .
Origem: 15º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Leopoldo de Oliveira Silva
Advogado : Malber Souza Tavares (6455/AM)
Recorrente : Ana Lúcia Lemos da Silva
Advogado : Malber Souza Tavares (6455/AM)
Recorrido : Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.
Advogado : Gustavo Antônio Feres Paixão (1324A/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0619931-77.2018.8.04.0015 .
Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Itaú S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Recorrente : Banco Itaucard S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Recorrido : Eniese Lopes Junior
Advogada : Zenize Ribeiro Tamer (5489/AM)
Advogada : Karina Tatiana da Câmara Elias (5420/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0603398-43.2018.8.04.0015 .
Origem: 5ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Alberto Fernandes Braga de Azevedo
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0603933-69.2018.8.04.0015 .
Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Francisco de Canide Barros Andrade
Soc. Advogados : Cris Rodrigues Florencio (5316/AM)
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : CASPEB - CENTRO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL CA
Advogado : Andrea Caldeira do Couto (3601/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0000969-54.2014.8.04.6301 .
Origem: Vara de Origem do Processo Não informado.
Recorrente : Vivo S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)
Recorrido : ROSIVANE PEREIRA DE OLIVEIRA
Advogada : Ana Cláudia Conde Vieiralves (6073/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0611976-92.2018.8.04.0015 .
Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - CENTRO LITERATUS
Advogado : Raimundo Hitotuzi de Lima (2024/AM)
Advogado : Tayana da Silva Assayag (8671/AM)
Recorrida : Crislei Ferreira Castro
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0618162-34.2018.8.04.0015 .
Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Ebanx Ltda
Advogado : Fernando Vergalha Guimarães (20738/PR)
Advogado : Thiago Mahfuz Vezzi (228213/SP)
Recorrido : RINALDE JOSÉ RAMOS DE SOUZA
Advogado : Flávio Queiroz de Souza Paula (10036/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0612530-27.2018.8.04.0015 .
Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Delias Tupinambá
Advogado : Delias Tupinambá (2268/AM)
Recorrido : Sky Brasil Serviços Ltda
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Advogado : Denner B. Mascarenhas Barbosa (1183A/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0607592-83.2017.8.04.0092 .
Origem: 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Sul América Companhia Nacional de Seguros
Advogado : Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (21678/PE)
Advogado : Andre de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrida : Leonilsa Silva Teixeira
Advogado : Cris Rodrigues Florencio (5316/AM)
Advogado : Anderson Correia Pereira (10048/AM)

Advogado : Bruno de Oliveira Rodrigues (9968/AM)
Advogado : Dayana Freitas de Albuquerque Bulcão (10001/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0602287-66.2018.8.04.0001 . Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : O Município de Manaus
Procurador : Walter Siqueira Brito (4186/AM)
Procurador : Daniel Octávio Silva Marinho (4301/AM)
Recorrida : Nereide Cordeiro de Carvalho
Advogado : Ewerton Carneiro da Silva (11062/AM)
Advogada : Ana Barbara Martins Bacelar (11404/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0601157-81.2018.8.04.0020 . Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Cleuter Nascimento Castro
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Gsp - Grêmio dos Servidores Públicos
Advogado : NERIVALDO LIRA ALVES (111386/RJ)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0603936-92.2016.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Carlos Ferreira Monteiro
Advogado : Maria Altamira de Souza (6959/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0602154-64.2018.8.04.0020 . Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Priscila Marques Pires de Carvalho
Advogado : Cristiane Mendes Furlin (6970/AM)
Advogado : Frederico Moraes Bracher
Recorrido : Vivo S.a.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0602750-31.2015.8.04.0092 . Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Direcional Engenharia S/A
Advogado : Humberto Rossetti Portela (91263/MG)
Advogada : Luma Vieira Marquez (10959/AM)
Advogado : Leonardo Braz de Carvalho (76653/MG)
Recorrida : Juliana Lima de Souza
Advogado : Reberth da Silva Costa (8817/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0628406-22.2018.8.04.0015 . Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Tayane Beatriz de Oliveira Cunha
Advogado : Waldisney Coelho Girão (12569/AM)
Recorrido : Santa Helena Nove Empreendimentos e Participações Ltda
Advogado : Dyonisio Pinto Carielo (103723/MG)
Advogado : Carlos Eduardo Rocha Cruz (73238/MG)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0606610-09.2017.8.04.0015 . Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Recorrida : Maria Correa Esmeraldo de Queiroz
Advogado : Flávio Queiroz de Souza Paula (10036/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0601697-47.2018.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Andre de Souza Oliveira (5219/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Recorrida : Gleicy Almeida dos Santos
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0622870-64.2017.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)
Recorrido : Luiz Gonzaga Lopes Santos
Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0616356-61.2018.8.04.0015 . Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Recorrida : Rogeria Araujo Alves
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0614782-03.2018.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : João Bosco Correa Omena
Advogado : João Bosco Correa Omena (9109/AM)
Recorrido : Drogaria Principal Razão Social: J.w.v. dos Santos
Advogado : Júlio da Costa Benarrós Neto (13245/AM)
Recorrido : Bruno - Motociclista da Drogaria Principal
Recorrido : Joselei Vieira da Silva - Proprietario da Motocicleta de Placa Oac: 6501 Cg Fan 150
Advogado : Júlio da Costa Benarrós Neto (13245/AM)
Recorrido : André Vieira dos Santos
Advogado : Júlio da Costa Benarrós Neto (13245/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0604225-39.2018.8.04.0020 . Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Severino Gonçalves da Silva
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Aspbras - Associação dos Servidores Publicos Brasileiros
Advogado : Carlos Eduardo Maciel Pereira (11677/CE)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0600302-20.2018.8.04.0015 . Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Antonia de Souza Araujo
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Aspbras - Associação dos Servidores Publicos Brasileiros
Advogado : Carlos Eduardo Maciel Pereira (11677/CE)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0604501-70.2018.8.04.0020 . Origem: 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jacó de Lira Almeida
Advogado : Manoel Pedro de Carvalho (4890/AM)

Recorrido : Banco Pan S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE)
Advogado : Anderson Ortiz Granja de Souza (5059/AM)
Advogado : Hugo Neves de Morães Andrade (23798/PE)
Advogado : Giacomo Dinelly Lima (9753/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0605057-72.2018.8.04.0020 .
Origem: 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Osmar Tenorio Pereira
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Aspbras - Associação dos Servidores Publicos Brasileiros
Advogado : Carlos Eduardo Maciel Pereira (11677/CE)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0605867-62.2018.8.04.0015 .
Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Solon Santos da Silva
Advogado : Ewerton Carneiro da Silva (11062/AM)
Advogada : Ana Barbara Martins Bacelar (11404/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM)
Recorrido : NW ADMINISTRADORA LTDA - EPP
Advogada : Bruna Talita de Souza Bassan (281753/SP)
Advogada : Hanna Tavares Cunha (10417/AM)
Advogado : Zilda Vicentina Bento Arantes (91353/MG)
Recorrido : Banco IBI S/A - Banco Multiplo
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0602512-41.2017.8.04.0092 .
Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrido : Miguel Angel Veratudela Curahua
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado Cível nº 0604082-62.2017.8.04.0092 .
Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrida : Maria Lucia da Silva Souza
Advogada : Daniele Miranda Souto (12414/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0605231-93.2017.8.04.0092 .
Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Maria Albertiza da Costa Fernandes
Advogado : Emerson Abineã da Silva (6393/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0001354-10.2018.8.04.4701 .
Origem: Vara de Origem do Processo Não informado.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Recorrido : OCILENA PEREIRA RODRIGUES
Advogado : Luiz Ricardo Alves da Silva (7048/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0605849-72.2016.8.04.0092 .
Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Nuremberg Osorio Nunes
Advogado : Risonaldo de Melo Lima Junior (6997/AM)
Advogado : Ricardo Nunes Lopes (13034/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : Nathacha Camara de Albuquerque (12164/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0609836-51.2019.8.04.0015 .
Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Recorrente : Mastercard Adminstradora de Cartoes de Credito
Advogado : Tarciso Santiago Junior (101313/MG)
Advogado : Décio Freire (56543/PE)
Recorrida : James Oliveira Santos
Advogado : Luciano da Silva Rocha (9788/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0605393-88.2017.8.04.0092 .
Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Thiago Rodrigo Dos Santos Resende
Advogado : Eliana de Oliveira Resende (12168/AM)
Recorrente : Eliana de Oliveira Resende
Advogado : Eliana de Oliveira Resende (12168/AM)
Recorrido : Patrimonio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda
Soc. Advogados : Ana Paula da Silva Bezerra (5797/AM)
Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Recorrido : Patri Urbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (patrimonio)
Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Soc. Advogados : Ana Paula da Silva Bezerra (5797/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0606128-27.2018.8.04.0015 .
Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Recorrida : SANDRA CARDOSO E SILVA FURTADO
Advogada : Louise Caroline Miquiles Guimarães (9251/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0603792-50.2018.8.04.0015 .
Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).
Recorrente : Jeorge Lima de Sousa
Advogado : Andressa Sodre Oliveira (9885/AM)
Recorrido : Banco Pan S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0602206-41.2019.8.04.0015 .
Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Net Seriços de Comunicação S.a
Recorrente : Diego Andrade de Oliveira
Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)
Recorrido : Net Serviços de Comunicação S/A
Advogado : Jose Henrique Cancado Goncalves (855A/SE)
Advogado : Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (8766/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Manaus, 16 de setembro de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0268/2019

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP), ADV: JOSÉ QUAGLIOTTI SALAMONE (OAB 103587/SP), ADV: LETÍCIA ALENCAR CAVALCANTE (OAB 6346/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0603539-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Rebecca Athan Castanho - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Aliança Incorporadora Ltda. - Pdg Realty S/A Empreendimentos e Participacoes - Pdg Vendas Corretora Imobiliária Ltda, Gonder Incorporadora Ltda. - De ordem da Exm.º Sr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito deste Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0604180-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Raimundo Paiva de Sousa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito deste Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença, mantida pelo acórdão, e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM) - Processo 0606467-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Brenda Pereira Vieira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito deste Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0606593-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Cássio André Borges dos Santos ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM), ADV: LEANDRO ANDRADE COELHO RODRIGUES (OAB 237733/SP), ADV: ARIANE BIANCA SANTOS TORRES (OAB 13065/AM), ADV: JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO (OAB 12363/SP) - Processo 0613899-75.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marcelo José Morais de Moura - REQUERIDO: Realiza Administradora de Consórcios Ltda. - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0616656-57.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Mauro James Silva de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito d este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM) - Processo 0621038-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - RECLAMANTE: Adelton Ferreira da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito titular deste Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ariane Bianca Santos Torres (OAB 13065/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Manoel de Arruda Alvim Netto (OAB 12363/SP)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Quagliotti Salamone (OAB 103587/SP)
Leandro Andrade Coelho Rodrigues (OAB 237733/SP)
Letícia Alencar Cavalcante (OAB 6346/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)

3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA M. FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0123/2019

ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1198A/AM), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0201176-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, a reforma do julgado por via inadequada. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0205132-02.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: RIACHUELO - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI (OAB 139482/SP) - Processo 0600075-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - EXEQUENTE: Cosmo Alves Ferreira - EXECUTADO: Yamaha Administradora de Consórcio Ltda - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0600384-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Condomínio Empresarial Adrianópolis - Assim, INDEFIRO aludida pretensão de fls. 118/126 (CPC, art. 790). Intime-se o credor/exequente para nomear bens do devedor suscetíveis de penhora, no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0601488-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Marcelo dos Santos Ferreira - REQUERIDO: Francisco Oliveira dos Santos - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0601570-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: João Victor de Alencar Brandão - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0601733-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luciano Pimentel de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0601772-23.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Lucy Clay Cordeiro Ribeiro - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM) - Processo 0602639-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raquel Pereira da Silva Barbosa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603024-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: F S de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603342-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Osvaldo Pereira Remígio - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0603375-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Davi da Silva Rebouças - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0603376-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Davi da Silva Rebouças - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603475-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Abel Vasconcelos Magalhães - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0603820-57.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Claro S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE) - Processo 0603867-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Junio Costa de Almeida - REQUERIDO: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Unip - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: ADRIANO DE ALMADA MESSIAS (OAB 234918/SP), ADV: ANDRELINO NOGUEIRA RABELO (OAB 13032/AM) - Processo 0604567-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Poliana

Januário Viana - REQUERIDO: D Cruz-me - LITSPASSIV: Park Star Estacionamento e Valet Service e outro - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0604710-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Oneide Duarte da Silva - REQUERIDO: Banco Agiplan S.a. - Intimo V.Sa., a manifestar-se nos autos, no prazo de 10(dez) dias, sobre o que entender de direito.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0604711-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Sidcley Soares Ramos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: VINÍCIUS EDUARDO LUCILIO (OAB 316962/SP), ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 1229/AM) - Processo 0604986-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria Luiza Castelo Barros - LITSATIVO: Frederico Martins Afonso Filho - REQUERIDO: Gamers Club Ltda - LITSPASSIV: BradesCard S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605065-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ismael Aguiar da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0605260-83.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍDICE MAYO LANGBECK (OAB 9475/AM) - Processo 0605662-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - RECLAMANTE: Marcelo Lyra Falcão - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM) - Processo 0605700-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Transportes de Cargas Romake Ltda. - Me - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0605723-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Calixto do Carmo Belém Moreira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0606175-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Regiana Medeiros Dantas de Goes Sousa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou

não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PAULA AUGUSTA CARVALHO DE LIMA (OAB 6313/AM), ADV: ROBERTO ALESSANDRO DE LIMA NASCIMENTO (OAB 12403/AM) - Processo 0606262-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Neire Jane Lima Freitas - REQUERIDO: Civilcorp Empreendimentos Imobiliários Tarumã Ltda - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: SANDOVAL FERNANDO CARDOSO DE FREITAS JÚNIOR (OAB 9321/AM) - Processo 0606450-73.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisca Aureni Marques - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO BRANDÃO SARAIVA JUNIOR (OAB 10205/AM) - Processo 0606650-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Janieide Correa dos Santos - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE AURÉLIA BARBOSA LIMA (OAB 4357/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606807-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Costa de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ANDRE DEZIDERIO CHAVES (OAB 11938/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0606823-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Maria do Carmo Marques Lima - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0606970-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Marcilene Santos Dourado - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante o exposto, determino à Secretaria que intime o devedor para complementar o valor devido à Requerente referente ao descumprimento da determinação judicial estipulada na decisão de fls. 78/81, conforme os termos da decisão de fls. 126. Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0607008-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Silvia Lima Ribeiro do Nascimento - Trata-se de

processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0607098-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - RECLAMANTE: Chirlei Mar da Silva Brandão - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0607118-52.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0607253-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: FABIANA COSTA MATTOS (OAB 12417/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0607492-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Raimundo da Silva Bastos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: ERIKA NAIANA D'AQUINO PIRES (OAB 590A/AM) - Processo 0607846-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Vivenda do Pontal - Intimo V.Sa. a juntar cálculo atualizado com juros e correção monetária do valor da condenação, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0607977-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: M.L.M. - Conciliação Data: 10/12/2019 Hora 11:30 Local: Sala 1 do 3º JECC (Conciliação Cível) Situacão: Pendente

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0607977-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito Autoral - REQUERIDA: M.C.F.P. e outros - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0608204-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Fernandes dos Santos - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: MATHEUS DOMINGOS DE ABREU (OAB 406941/SP), ADV: BRUNO BENEVIDES FERREIRA (OAB 8632/AM) - Processo 0608318-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gabriel de Menezes Ribeiro - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de

pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0608363-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marlene Pontes Cruz - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM), ADV: MARCELO DA SILVA VIEIRA (OAB 30454/GO) - Processo 0608415-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Givanildo Siqueira Matos - REQUERIDO: Claro S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0608469-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Geraldo Jose Guimaraes - Por não vislumbrar prova inequívoca hábil, vez que, embora a parte tenha carreado aos autos documentos, os mesmos, no momento, não são suficientes para me convencer da verossimilhança de suas alegações, ACAUTELO-ME, por ora, no que se refere ao provimento antecipatório requerido.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0608469-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Geraldo Jose Guimaraes - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0608487-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Erisson Cesar Carvalho Dantas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 7023/AM) - Processo 0608508-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Sandro Hortêncio Nogueira - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EVERTON GANDOLFI JARDIM (OAB 26943/SC) - Processo 0608689-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Foxtech Servicos Texnicos e Comercio de Produtos para Animais Eireli Epp - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor

até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0608769-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edvaldo Martins da Silva - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM) - Processo 0608925-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Elones Frota - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0608931-85.2015.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0608946-20.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: GABRIELA SAMARA DE OLIVEIRA TRAVASSOS (OAB 9504/AM) - Processo 0608970-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Junilza da Silva Oiliveira - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0609395-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Asterson Amazonas de Andrade - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0609498-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Manoela Pereira dos Reis - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outros - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0609798-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria das Graças Moreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: VALDEMIR DA SILVA (OAB 3018/AM) - Processo 0609923-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marilene Vinente Bruce - REQUERIDO: S.e. Factoring Administração e Participações Ltda e outro - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0610015-24.2015.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0610041-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Emerson Soares da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0610203-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Lucyana Muniz de Souza - REQUERIDO: BradesCard S/A e outro - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0611296-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Ana Cristina Borges Saint Clair - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0611342-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lisdiana Santos de Sousa - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0611344-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: J.C.S. - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM) - Processo 0611663-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Gilson Alves da Silva - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano,

nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0611969-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jair Cruz Gonçalvez Filho - REQUERIDO: Andrade Gutierrez Engenharia S A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0612251-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Terezinha Rocha dos Santos - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: THIAGO COLLARES PALMEIRA (OAB 11730/PA), ADV: EDILSON BATISTA DE MENEZES JUNIOR (OAB 26464/BA) - Processo 0612544-11.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Selma Maria de Souza e Silva - REQUERIDO: Condominio Residencial Islamorada - Itaú Seguro de Autos e Residência S/A - Itaú Seguros de Auto e Residência S.a - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0612614-91.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo Hermes de Almeida Neto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0612738-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: J.L.S.G. - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0612759-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: L.C.M. - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0612777-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: R.S.F. - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local

da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0613467-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - RECLAMANTE: Ana Fatima Sampaio Rebelo - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: EDER MACHADO ARAUJO (OAB 14085/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0613556-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Marcia Miranda Lima - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DAVID AZULAY BENAYON (OAB 8688/AM) - Processo 0615148-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lubélia Sá Freire da Silva - REQUERIDO: Marcelo Augusto da Eira Correa - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0615312-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Suelen Mendes Ferreira dos Santos - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0615330-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Deborah Torres Nery - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0615371-29.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: MÁRCIA SIMONE COELHO FERREIRA DA SILVA (OAB 9736/AM), ADV: MARIA ESTER COELHO DE OLIVEIRA (OAB 9677/AM) - Processo 0615417-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivonete Batista de Jesus - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte

Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0615479-92.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERIDO: Helen Mota Goncalves - Construtora Capital S/A - Intimo V.Sa. a manifestar-se nos autos, sobre o que entender de direito, no prazo de 05(cinco) dias.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0616119-90.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DIVANILZA AMAZONAS DE MENEZES SILVA CHAVES (OAB 8771/AM) - Processo 0616159-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: Thales Stein Schincariol - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM) - Processo 0616395-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Nirlete Soares Pinto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 04/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0616595-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Luciana Ferreira de Castro - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0616963-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Frank Henrique Barbosa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0617030-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joia de Melo Cruz - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM), ADV: JANAÍNA COELHO MOTA SANTIAGO (OAB 3936/AM), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0617335-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Vinicius Vieira Moraes - REQUERIDO: LOJAS RENNER S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM), ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0617659-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Keith Suamy Cruz Dias - REQUERIDO: Plural Gestao Em Planos de Saude Ltda - Hospital e Maternidade Unimed Manaus - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0617833-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Jose dos Santos Bezerra - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM) - Processo 0618053-54.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Alves de Santana - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0618193-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria do Rosario Gonçalves Menezes - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0618268-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: José Gomes de Lima - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0618394-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Arlison Gomes do Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: RAFAEL FURTADO AYRES (OAB 17380/DF) - Processo 0618570-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Josane da Costa Laranjeira - REQUERIDO: Ativos S.a Securizadora de Créditos Financeiros - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: RAFAEL FURTADO AYRES (OAB 17380/DF) - Processo 0618583-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Carlos Cesar Barbosa da Silva - REQUERIDO: Ativos S.a Securizadora de Créditos Financeiros - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: ROMULO LOBO DE ALMEIDA (OAB 14364/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0618586-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Noé da Silva Nunes - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência UNA (Conciliação/ Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUILHERME PEREIRA NASCIMENTO (OAB 269210/SP) - Processo 0618596-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Rafael de Souza Vieira - REQUERIDO: Consórcio Kawasaki Brasil Âncora Administradora de Consorcios Ltda - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0618695-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Claudio Borges dos Santos - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0618767-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo Roberto da Silva Astuto - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: RICARDO PINHEIRO DA COSTA (OAB 7952/AM) - Processo 0618808-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aldeir Bezerra Gomes - REQUERIDO: Condomínio Residencial Life Parque 10 - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0618841-68.2017.8.04.0015 -

Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Pedro da Silva Ribeiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa para manifestar-se, no prazo de 10(dez) dias, sobre o que entender de direito nos presentes autos.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0619013-10.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Plaza Del Rey (Angela Maria Dantas Alencar) - REQUERIDO: Cláudio José Aparecido da Silva - Intimo V.Sa.a impugnar a restrição no veículo de placa LNC4742, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de prosseguimento da execução.

ADV: EMERSON ABINEÃ DA SILVA (OAB 6393/AM) - Processo 0619097-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria do Socorro da Costa Oliveira - De ordem, fica designado o dia 04/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0619305-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aquiles Leite Braga - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0619324-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleopatra Maria Rodrigues - REQUERIDO: Claro S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0619397-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Helen Cristina Tenório Leão - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0619437-81.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra Village - Assim sendo, Decreto o abandono da causa e a consequente extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0619442-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Noé da Silva Nunes - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0619468-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Washington Rocha do Nascimento - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida

audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0619496-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Ricardo do Espírito Santo da Silva - Maria Aparecida Nunes da Silva - REQUERIDO: Santa Sofia Empreendimentos Imobiliários Ltda - Capital Rossi Empreendimentos S/A e outro - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0619565-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Leonara Ferreira Fonseca - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0619770-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rafael Silva de Lima - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0619836-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Edimara da Silva Moreira - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MYSIA OLIVEIRA DE PAULA (OAB 2199/AM) - Processo 0619928-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Monik de Kássia Caminha Bartholo - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO SAID HADDAD NETO (OAB 8736/AM) - Processo 0619956-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Yuri Andrade Czovny - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações:

Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0619993-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Lucélia Ferreira Lima Miranda - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ILNAH MONTEIRO DE CASTRO (OAB 2110/AM) - Processo 0620085-32.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mario Adolfo Aryce de Castro - REQUERIDO: Center Norte Comercio de Materiais de Construcoes Ltda - Me - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0620104-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Willame Teixeira Martins - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0620145-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Débora Lima de Queiroz - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDREZA PRISCILA LIMA DE LIMA (OAB 9192/AM) - Processo 0620183-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: J.L.R. - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0620299-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Luis Octavio Chagas Camara - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes,

dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0620383-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luiz Gonzaga Queiroz Menezes - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0620402-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cosmo Filho Farias Gama - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AGNES PELEGRIN DO NASCIMENTO AMORIM (OAB 10916/AM) - Processo 0620529-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriano Sombra de Paula - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0620600-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Wildson Silva do Monte - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI (OAB 139482/SP) - Processo 0620623-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Adimilson Lima Machado - REQUERIDO: Yamaha Administradora de Consórcio Ltda - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: DIOGO TRAVESSA SERRÃO (OAB 13534/AM) - Processo 0620794-96.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Karoliny Lisandra Teixeira Cruz - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações:

Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MIRTES RODRIGUES DA SILVA (OAB 13432/AM), ADV: DANILO ALBERTO GRACIANO DE ALBUQUERQUE (OAB 14661/AM) - Processo 0620899-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fátima Nascimento Rocha - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VICTOR ANDRE SAMPAIO DA SILVA (OAB 11214/AM) - Processo 0621211-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - RECLAMANTE: Hendry Alisson Carvalho Marques - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0621271-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jhon Wesley da Silva Freitas - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THIANNE SILVA SILVEIRA (OAB 8532/AM) - Processo 0621377-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jose Carlos da Costa Neto - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CHEINE ARAÚJO PEREIRA (OAB 10609/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0621546-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Manoel Francisco Oliveira da Silva - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de

direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HERBERTH PINHEIRO MAIA (OAB 8676/AM) - Processo 0621823-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Fernanda Coimbra Cavalcante - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0622055-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Oferta e Publicidade - REQUERENTE: Rubens Sanatana da Silva Filho - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROMULO LOBO DE ALMEIDA (OAB 14364/AM) - Processo 0622081-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Belkione Santos Ribeiro - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0622141-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Rosimeire Nunes da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: FERNANDO ROSENTHAL (OAB 146730/SP), ADV: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA (OAB 110501/RJ) - Processo 0622269-58.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Lg Eletronics do Brasil Ltda e outros - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0622355-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Philippe Nunes de Olivei - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RONALDO SPERRY (OAB 77222/RS) - Processo 0622401-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - EXEQUENTE: Evaneide Rodrigues Ribeiro - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação

até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0622591-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Glauciane Monteiro de Andrade - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0622635-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ismael Pereira Pacheco - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0622639-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Adenilton Teixeira de Jesus - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM) - Processo 0622649-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Thamyris Beatriz Gomes de Assis - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (OAB 6834/AM) - Processo 0622794-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Gabriela Medeiros da Costa - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à

aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO GILSON PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (OAB 7675/AM) - Processo 0622834-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: J.G.P.S.J. - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0622856-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alexandre Gomes Ribeiro - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: IRAN HUDSON MENEZES DE CARVALHO (OAB 7488/AM) - Processo 0623191-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Suelen Ferreira Rocha - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SELMA MAGALHAES SANTANA (OAB 7683/AM) - Processo 0623201-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Danniel Cruz Avelino Bomfim - Selma Magalhaes Santana - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM) - Processo 0623248-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Felicidade Nascimento Falcão - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME CARVALHO MELO (OAB 11086/AM) - Processo 0623358-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Alceu Tomaz Pereira - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623388-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Michel Farah Sadala Sena - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: FERNANDO DA SILVA LIMA (OAB 9218/AM) - Processo 0623483-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Oferta e Publicidade - REQUERENTE: Antônio Vital Barros da Silveira - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: IRAN HUDSON MENEZES DE CARVALHO (OAB 7488/AM) - Processo 0623540-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - REQUERENTE: Odaleia Souza Ferreira - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM) - Processo 0623566-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: M.G.L. - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0623722-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: J C Viana (Meta Construções) - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 211216/RJ) - Processo 0623953-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Pâmela Roberta Silva de Moraes Santos - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNA CARVALHO DOS SANTOS (OAB 11179/AM) - Processo 0624123-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Paulo Henrique da Silva Santos - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0624312-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Alia Silva Salina - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISAAC CAMPOS AGUIAR (OAB 14778/AM) - Processo 0624431-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ana Paula Souza de Oliveira - Junison Carlos Braga de Oliveira - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0624822-10.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jean Rafael Barros da Silva - Mickaela Antony Dantas - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LYGIANA GONÇALVES LEITE DE FREITAS (OAB 5356/AM) - Processo 0625208-40.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Carlos Alberto Viana de Andrade Junior - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo

audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM) - Processo 0625265-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Willys Diego Silva de Castro - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0625492-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniel Souza de Carvalho - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0625545-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Marize Nunes Moraes - REQUERIDO: Previplan Clube - Banco Bradesco S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: LUMA DE CARLOS SOUZA MULLER (OAB 11762/AM) - Processo 0625838-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Joselito Alves de Souza - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0626305-75.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Plaza Del Rey - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: 1 - Ata de convenção ou assembleia que aprovou/fixou os valores das cotas de condomínio exequendas, tanto as taxas ordinárias quanto as taxas extraordinárias; 2 - Certidão narrativa da Unidade Autônoma em nome do condômino/executado. 3- Procuração devidamente assinada pela outorgante.

ADV: BRUNO ROSAS HIDALGO (OAB 10732/AM) - Processo 0626474-62.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Delta Consultoria Tecnica Contabil Ltda - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: cópia do RG e CPF da representante legal; CNPJ; Atoconstitutivo da empresa.

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT) - Processo 0626476-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Geissiane Simões Berredo - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 10h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à

aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0627160-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Algenor Maria da Costa Teixeira Filho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM) - Processo 0627951-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mário Diego de Souza Parisotto - REQUERIDO: Enterprise Holdings Suporte de Vendas e outro - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: JORGE HENRIQUE GONZAGA DIAS JÚNIOR (OAB 9953/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0628178-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Isaac Neumann de Oliveira - REQUERIDO: Tim Celular S/A e outro - Trata-se de processo incluído na Pré-Semana de Conciliação, por meio do Projeto Justiça Eficaz, cujas audiências realizar-se-ão no Auditório da Fametro - Unidade 5, Av. Constantino Nery, 1937 - Chapada, Manaus/AM. Designo audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento) para o dia 30/09/2019 às 08h30, intimando-se e citando-se as partes, dando ciência do local da audiência e das seguintes observações: Trazer contestação até a referida audiência, tendo em vista que a audiência será UNA(Conciliação, Instrução e Julgamento); Nas causas de valor até 20 salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados; nas de valor superior a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória; Nas demandas que não tratem de matéria exclusivamente de direito, as partes poderão trazer, independentemente de intimação, até três testemunhas maiores; Não comparecendo V.Sa., à aludida audiência, acompanhada ou não de advogado, consoante explicado no item acima, ou não contestando o pedido, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros os fatos alegados pela parte Requerente, ensejando do MM. Juiz Dirigente, julgamento de plano, nos termos da Lei nº 9099, de 26/09/95; Tratando-se o citando de pessoa jurídica, este deverá apresentar até o dia da audiência a necessária carta de preposto para legal representação; Nos litígios que versarem sobre relação de consumo, em sendo malograda a conciliação, será aplicada a inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90; Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0628224-36.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Raimunda Sabino de Araújo - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0628316-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Leandro Pereira da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0629082-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jair Augusto Bezerra - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM) - Processo 0629186-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Roger Marques Mendes - REQUERIDO: Movida Locação de Veiculo Ltda - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0629390-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Julia Silva de Araujo - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0629521-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Bernadete Oliveira da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Adriano de Almada Messias (OAB 234918/SP)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Agnes Pelegrin do Nascimento Amorim (OAB 10916/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Oliveira Barbosa (OAB 211216/RJ)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andre Deziderio Chaves (OAB 11938/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andrelino Nogueira Rabelo (OAB 13032/AM)
Andreza Priscila Lima de Lima (OAB 9192/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Antônio José Batista Nogueira (OAB 6834/AM)
Bruna Carvalho dos Santos (OAB 11179/AM)
BRUNO BENEVIDES FERREIRA (OAB 8632/AM)
Bruno Rosas Hidalgo (OAB 10732/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 1198A/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Pedro Castelo Barros (OAB 1229/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Cheine Araújo Pereira (OAB 10609/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cristiane Aurélia Barbosa Lima (OAB 4357/AM)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Danilo Alberto Graciano de Albuquerque (OAB 14661/AM)
Danilo Andrade Maia (OAB A1111/AM)
David Azulay Benayon (OAB 8688/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Diogo Travessa Serrão (OAB 13534/AM)
Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (OAB 8771/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Eder Machado Araujo (OAB 14085/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Edilson Batista de Menezes Junior (OAB 26464/BA)

Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emerson Abineã da Silva (OAB 6393/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Erika Naiana D'Aquino Pires (OAB 590A/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Everton Gandolfi Jardim (OAB 26943/SC)
Fabiana Costa Mattos (OAB 12417/AM)
Fábio Brandão Saraiva Junior (OAB 10205/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando da Silva Lima (OAB 9218/AM)
FERNANDO ROSENTHAL (OAB 146730/SP)
FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Gabriela Samara de Oliveira Travassos (OAB 9504/AM)
Guilherme Carvalho Melo (OAB 11086/AM)
Guilherme Pereira Nascimento (OAB 269210/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Herberth Pinheiro Maia (OAB 8676/AM)
Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Ilnah Monteiro de Castro (OAB 2110/AM)
Iran Hudson Menezes de Carvalho (OAB 7488/AM)
Isaac Campos Aguiar (OAB 14778/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Janaína Coelho Mota Santiago (OAB 3936/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Gilson Pereira da Silva Júnior (OAB 7675/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Jorge Henrique Gonzaga Dias Júnior (OAB 9953/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Juliana Rita Gomes da Silva (OAB 14001/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Lídice Mayo Langbeck (OAB 9475/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
LUMA DE CARLOS SOUZA MULLER (OAB 11762/AM)
Lygiana Gonçalves Leite de Freitas (OAB 5356/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo da SIlva Vieira (OAB 30454/GO)
Marcelo Ferreira da Costa Filho (OAB 7023/AM)
Marcelo Neumann Moreiras Pessoa (OAB 110501/RJ)
Márcia Simone Coelho Ferreira da Silva (OAB 9736/AM)
Márcio Alexandre Malfatti (OAB 139482/SP)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Ester Coelho de Oliveira (OAB 9677/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Matheus Domingos de Abreu (OAB 406941/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mirtes Rodrigues da Silva (OAB 13432/AM)
Mysia Oliveira de Paula (OAB 2199/AM)
Nataniel Pereira Massulo (OAB 12038/AM)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paula Augusta Carvalho de Lima (OAB 6313/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo Said Haddad Neto (OAB 8736/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)
Rafael Furtado Ayres (OAB 17380/DF)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)
Ricardo Pinheiro da Costa (OAB 7952/AM)
Roberto Alessandro de Lima Nascimento (OAB 12403/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Romulo Lobo de Almeida (OAB 14364/AM)
Ronaldo Sperry (OAB 77222/RS)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Sandoval Fernando Cardoso de Freitas Júnior (OAB 9321/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Selma Magalhaes Santana (OAB 7683/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Thiago Collares Palmeira (OAB 11730/PA)
Thianne Silva Silveira (OAB 8532/AM)
Valdemir da Silva (OAB 3018/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
VICTOR ANDRE SAMPAIO DA SILVA (OAB 11214/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Vinícius Eduardo Lucilio (OAB 316962/SP)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Weslley Silva de Araujo (OAB 1375-A/RN)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0240/2019

ADV: IOLDY VÂNIO LIMA FONSECA (OAB 8069/AM) - Processo 0606263-58.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Adria Clissia dos Santos Rezende - Certifico, para os devidos fins, que decorreu prazo para o demandado apresentar embargos. De ordem, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre os bens penhorados, referente às fls. 131/134.

Ioldy Vânio Lima Fonseca (OAB 8069/AM)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0172/2019

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0206048-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: IMPORTADORA TV LAR LTDA - Ante ao exposto, conheço da preliminar ofertada em contestação às fls. 53, reconhecendo prescritos os débitos em nome da parte autora, assim como prescrito o pedido de restituição do valor pago na importância de R$ 30,00, tudo nos termos do art. 487, II do CPC. Julgo Improcedente os Danos Morais. Confirmo os efeitos da tutela de fls. 16, referente ao objeto da presente demanda. Por fim, defiro ao requerente os benefícios da gratuidade de justiça. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Por fim, não havendo interposição de recursos, após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos mediante as cautelas de praxe. P.R.I.C Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM) - Processo 0600745-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Emeliana Neves Aleixo - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE) - Processo 0600745-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 98/100, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 12.210,06(Doze mil e duzentos e dez reais e seis centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0602704-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, expeça-se alvará sobre o valor depositado pelo requerido. Após, intimem-se o requerido para efetuar o deposito do valor da multa do acordo, no valor de R$ 600,00 (Seiscentos reais), sob pena de penhora on line.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0603084-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sebastião Pereira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar o requerido Banco Bradesco S/A a restituir o valor de 1.365,04 (hum mil trezentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos), referente ao dobro do valor descontado indevidamente, incindindo juros e correção monetária a partir da citação. DECLARO inexigíveis os valores decorrentes do cartão de crédito VISA (final 6783) e como consequência DETERMINO seu cancelamento do prazo de 10 dias sob pena incidir em multa no valor de R$ 100,00 (cem reais) por dia pelo prazo máximo de 10 dias a contar da intimação. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de dano moral. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. DEFIRO o pedido de justiça gratuita Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0603575-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Anderson Rodrigues dos Santos - RECLAMADO: Banco Bradesco Cartões S/A - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC. Assim, DECLARO inexigível o débito de R$ 406,60 (quatrocentos e seis reais) decorrente do contrato n° 994797022000015. E CONDENO o requerido Banco Bradesco Cartões S/A a pagar ao requerente o valor de R$2.000,00 (dois mil reais) a título de dano moral, incidindo juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. RECONHEÇO a ilegitimidade do requerido Banco Bradesco S/A. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, §1° , do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0603641-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condominio do Edificio Metropolis Residence - Isto posto na forma do art. 487, I do CPC, julgo procedente o pedido da Requerente para condenar a Requerida ao pagamento da importância de R$12.450,02, à titulo de cobrança de cotas condominiais(fls. 03), com juros e correção monetária a contar da citação.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0604542-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim Itapoã - Isto posto na forma do art. 487, I do CPC, julgo procedente o pedido do Requerente para condenar o Requerido ao pagamento da importância de R$ 8.157,66 à titulo de cobrança, com juros e correção monetária a contar da citação.

ADV: RÔMULO RAFAEL SILVA CARVALHO (OAB 10504/AM) - Processo 0607106-72.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Elizabeth Regina Canavarro A. Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607106-72.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 401/403, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$11.872,74 (onze mil e oitocentos e setenta e dois reais e setenta e quatro centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal.

ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0609161-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria das Dores Claudia da Silva - REQUERIDO: Cdl Centro de Distribuição e Logística Ltda. Supermercado Atack - Isto posto, na forma do art. 487, I, do CPC JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da inicial e condeno a requerida a restituir à autora o montante de R$ 5.755,86 (cinco mil setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), a título de danos materiais, com juros e correção monetária a contar da citação. Julgo Improcedentes os danos morais, pelos motivos acima dispostos. Defiro o pedido de justiça gratuita à autora. O pagamento deve ser efetuado por

meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: EDVANIA BARBOSA OLIVEIRA RAGE (OAB 12244/AM) - Processo 0609801-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento em Consignação - RECLAMANTE: Mirtis Uchoa de Moura - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida a restituir na modalidade simples o valor de R$ 4.790,14 (quatro mil setecentos e noventa reais e quatorze centavos) a títulos de danos materiais, incidindo juros e correção monetária a partir da citação. DECLARO A QUITAÇÃO do empréstimo, objeto da lide, e como consequência, inexigíveis os débitos decorrentes do CARTÃO BMG 10. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de danos morais DEFIRO o pedido de Justiça gratuita O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MARCOS LARA TORTORELLO (OAB 249247/SP), ADV: JARSON ARIDAY DA SILVA COSTA (OAB 741A/AM) - Processo 0611902-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Abatimento proporcional do preço - REQUERENTE: Ademar Machado dos Santos - REQUERIDO: Fort Credit - Banco Bradesco S/A e outro - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Declaro a ilegitimidade dos requeridos Erica Aparecida Corado de Jesus e Fort Credit, excluindo-os do polo passivo da presente demanda. Defiro o pedido de justiça gratuita ao autor. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam os autos à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se P.R.I.C.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0612791-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria Rosicleia Gomes Ribeiro - RECLAMADO: Vivo S/A - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a requerida a pagar à requerente o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, acrescido de juros e correção monetária a contar da publicação da sentença. Defiro o pedido de justiça gratuita em favor da autora. Declaro a inexigibilidade do débito em nome da Requerente (R$ 74,45). Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FERNANDO DIEGO GÓES LIMA (OAB 5742/AM) - Processo 0613995-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: Nilzemar Goes Lima - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Isto Posto, na forma do art. 487, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da Requerente e determino que a requerida proceda com o cancelamento das cobranças realizadas sob a rubrica “TAR PACOTE”, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação, sob pena de multa no valor de R$ 200,00 em caso de inadimplemento, até o prazo máximo de 10 dias-multa. Determino que a conta da autora seja exclusiva para recebimento de salário, salvo manifestação formal da Requerente para conta corrente. Julgo Improcedente os Danos Morais pelos motivos acima dispostos. Defiro o pedido de justiça gratuita à autora. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P. R. I. C.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 20335/PE) - Processo 0615310-08.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Vivo S/A - De ordem, considerando ao valor depositado pelo(s) requerido(s), expeça-se alvará e, após, INTIME-SE os Requeridos, no prazo de 15 (quinze) dias, para efetuar o pagamento quanto ao saldo remanescente de R$ 2.499,79 (Dois mil quatrocentos e noventa e nove reais, e setenta e nove centavos), sob pena de penhora via Bacenjud.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0615989-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Leandro Cavalcante de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Considerando que a parte requerente não compareceu a audiência de Conciliação conforme Termo, Julgo Extinto o Processo Sem Apreciação do Mérito, em observância ao disposto no art. 51, inciso I, da Lei no 9099/95. Condeno o requerente no pagamento das custas processuais, na forma do art. 3º do Provimento no. 112/2005, de 29/04/2005 da Corregedoria Geral de Justiça. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e independente de intimação das partes, inteligência do §1º do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Transitado em julgado, dê-se baixa e arquivem-se.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0621711-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Bench Mark Comércio e Serviços Gráficos Ltda - Epp - De ordem, fica designado o dia 10/02/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SIMONE BATISTA DA SILVA (OAB 5778/AM) - Processo 0621864-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: Dulcian Alves Dal Porto - De ordem, fica designado o dia 11/02/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0621982-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Teiliane Monteiro da Rocha - De ordem, fica designado o dia 11/02/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MIQUEMES SANTOS BARBOSA (OAB 9191/AM) - Processo 0622568-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: A.P.B. - De ordem, fica designado o dia 11/02/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JÉSSICA DO NASCIMENTO CORREA (OAB 10254/AM) - Processo 0622920-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Barbara Lopes Nascimento - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que a requerida promova a baixa da restrição creditícia do SPC e SERASA, referente ao débito ora questionado, no prazo de 10 (dez)dias, contados da intimação, sob pena de incidir na multa diária de R$500,00, até o limite de dez dias multa. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 11/02/2020 às 11:30h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: MAYARA LOPES HORTA (OAB 14867/AM) - Processo 0625739-29.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Atraso de vôo - AGRAVANTE: Mariana Hagge Mourão - De ordem, fica designado o dia 11/02/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM) - Processo 0626059-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Cond. Residencial Parque dos Rios Iii - De ordem, fica designado o dia 11/02/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIZ ALBERTO DUTRA SCHMIDT (OAB A1160/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0627790-47.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Gabriel Figueiredo Lacerda - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, com efeito de extinguir o processo com resolução de mérito. INDEFIRO o pedido de justiça gratuita por não constatar nos autos eventual prejuízo a subsistência do autor. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: ANA VANDERLEA LIMA DA CRUZ (OAB 11241/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0627884-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gabrielly Santos da Silva - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A a indenizar a parte Requerente por danos morais no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com juros e correção monetária a contar da publicação da sentença. Determino que a requerida proceda com o cancelamento do contrato de nº 121/22070795-6, sem ônus à autora, e também proceda ao cancelamento de eventuais faturas em aberto em nome da autora, tudo no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação da sentença, sob pena de multa de R$ 500,00 por cada dia de descumprimento, no prazo máximo de 10 dias-multa. Defiro o pedido de justiça gratuita à autora. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Vanderlea Lima da Cruz (OAB 11241/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 20335/PE)
Edvania Barbosa Oliveira Rage (OAB 12244/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fernando Diego Góes Lima (OAB 5742/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Jarson Ariday da Silva Costa (OAB 741A/AM)
Jéssica do Nascimento Correa (OAB 10254/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Luiz Alberto Dutra Schmidt (OAB A1160/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Lara Tortorello (OAB 249247/SP)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Mayara Lopes Horta (OAB 14867/AM)
Miquemes Santos Barbosa (OAB 9191/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rômulo Rafael Silva Carvalho (OAB 10504/AM)
Simone Batista da Silva (OAB 5778/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0220/2019

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM) - Processo 0200286-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Luciana Maria Silva do Nascimento - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE(s) O(s) DÉBITO(s) DISCUTIDO(s) NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Oficie-se para cancelamento da negativação, caso persista. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, que a ilícita negativação se trata de cobrança indireta de supostos débitos sem que a parte se valha do devido processo legal, o dano suportado pela parte, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: HAYNE SANDRINE LIMA ASSEM IDE (OAB 14262/AM) - Processo 0205058-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Accioly de Souza Gonçalves - Expeça-se precatória ao juízo de Rio Branco/AC para tentativa de citação de Lucas Esmyth por intermédio de oficial de justiça no endereço constante no documento de fls. 50. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0601405-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Américo Valente Cavalcante Júnior - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A e outro - Além disso, inexiste comprovação de qualquer vício de manifestação de vontade autoral, incidindo o art. 110 do CC/02, que impede o acolhimento do pleito. Art. 110. A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento. Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Revoga-se eventual liminar concedida. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0602133-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Linco Soares Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 1.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como restituir R$ 1.804,00, o dobro desconto indevido, nos termos do art. 42, § u do CDC. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso ou ilícito (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0602374-14.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriana Pinheiro de Souza - Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0602571-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ana Virginia Almeida da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0602794-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Sandra de Souza Pantoja Gonçalves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, intimem-se as partes do retorno dos autos da Turma Recursal, com trânsito em julgado, para que requeiram o que de direito, em especial à parte ré/executada para que se manifeste em relação ao comprovante de pagamento de fl. 261/263. Prazo de 15 dias.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0602866-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Lindinalva Maria Santos Lucena - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0604002-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Marilcy do Perpétuo Cardoso Batista - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0604547-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antonia Patricia Medeiros Cunha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 1.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como restituir R$ 912,00, o dobro desconto indevido, nos termos do art. 42, § u do CDC. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso ou ilícito (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0604795-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonio Caio Magalhães de Miranda - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença. P. I.C.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0605362-08.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sandro Costa da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Fl. 380 - Transfira-se a integralidade dos valores voluntariamente depositados (fl. 377) para a conta bancária indicada. Após, aguarde-se a resposta do BACENJUD. P.I.C.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM) - Processo 0605400-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Américo da Silva - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 09 de março de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do Autor em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: HELEN MARA BARROSO GUEDES (OAB 8481/AM), ADV: THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 8576/AM), ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES - Processo 0606920-15.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: M do C Campos Marques - Me - REQUERIDO: Maria Aldenice de Freitas e outros - Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, a e c, do CPC, para condenar o réu ao pagamento de R$ 13.744,10, com juros de mora de 1% ao mês, e correção monetária, ambos a partir da data de cada vencimento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM) - Processo 0606998-72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Mariana Silva do Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Revoga-se eventual liminar concedida. Decisão já adaptada aos parâmetros estabelecidos no IRDR nº 0000199-73.2018.8.04.9000. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei,atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: FREDERICO OLIVEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9146/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0607675-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcelo Augusto dos Santos Barros - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 10/03/2020 às 08:30h a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0607904-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elianna Clayre Nascimento Mendes - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A RESTITUIR R$ 1.363,34, o dobro desconto indevido, nos termos do art. 42, § u do CDC. Julgo improcedente o pedido pelos danos morais. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso ou ilícito (danos materiais). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0607964-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Manuela Medeiros Aguiar - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0608098-28.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo Nonato Tavares da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE A INTEGRALIDADE DO PEDIDO AUTORA (art. 487, I e II, CPC). Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0608578-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gilcilene Araujo da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 750,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como restituir R$ 92,40, o dobro desconto indevido, nos termos do art. 42, § u do CDC. Condeno, ainda, o banco a se abster de efetuar descontos do valor cobrado a título de seguro “Superprotegido” nas faturas do autor (obrigação de fazer). Na conta de cumprimento da sentença, serão acrescidos o dobro dos descontos subsequentes ao ajuizamento até a cessação dos mesmos, desde que comprovados documentalmente, conforme art. 323 c/c 493 do CPC/2015. Obrigação(ões) de fazer a serem cumpridas em até 30 dias após a intimação da presente, sob pena de multa de R$ 1.000,00, eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo (art. 43 da L. 9.099/95), em relação à obrigação de fazer. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso ou ilícito (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: MANOEL DE SOUZA FILHO (OAB 6731/AM), ADV: CAMILA MEDEIROS DOS SANTOS (OAB 12025/AM) - Processo 0608869-40.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - REQUERENTE: E. N. da Silva Aragão Empresa Individual - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0608989-49.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609467-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Patronio da Cruz e Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: VITOR GODINHO DAS CHAGAS (OAB 14192/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0609677-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Soraya Vasconcelos Rodrigues - REQUERIDO: Instituto Metropolitano de Ensino Ltda. - Fametro - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0609707-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Lorene Camargo Silva - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 10/03/2020 às 09:00h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0612395-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Rosário O Garcia - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: DANIELLE MENEZES COELHO (OAB 11856/AM) - Processo 0613680-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rosalva Menezes Coelho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Conforme decisão exarada nos autos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0000511-49.2018.8.04.9000 (IRDR), originado no Recurso Inominado nº. 0605626-10.2017.8.04.0020, ordenou-se a suspensão dos processos de conhecimento que versem sobre (i) legalidade das cobranças da tarifa bancária denominada “cesta básica de serviços”, “cestá fácil” ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a existência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); (ii) a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos à pessoa do correntista e (iii) ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Assim, cumpra-se a decisão, baixando-se e suspendendo-se o feito até pronunciamento em sentido contrário. Suspensão que inclui processos pendentes de prazo recursal. Prejudicada eventual audiência designada. Cancele-se, caso pautada.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0614666-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Alaíde Barreto da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM) - Processo 0614824-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisco Lino Caires de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, condenando a parte ré a promover a restituição simples dos valores comprovadamente descontados do contracheque autoral, ou seja, R$ 195,35, até o ajuizamento. Na conta de cumprimento da sentença, deverão serem acrescidos os descontos subsequentes ao ajuizamento até a cessação dos mesmos, de forma simples, conforme arts. 323 e 493, ambos do CPC/2015. CONDENO, ainda, a parte ré a PAGAR R$ 5.000,00, A TITULO DE DANOS MORAIS, eis que cobranças indevidas repetidas, em verbas alimentares, são aptas a causá-lo, além do desvio produtivo suportado pelo devedor para se desvencilhar dos descontos em seu contracheque. Como consectário lógico, CONDENO a parte ré a cancelar o cartão de crédito e se abster de efetuar cobranças a partir da competência seguinte à publicação no DJE, sob pena de multa de R$ 1.000,00 por desconto em contracheque, eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo, em relação à obrigação de fazer, nos termos do art. 43 da L. 9.099/95. O cancelamento do cartão se trata de medida que visa encerrar a lide definitivamente e o que reputo mais adequada ao caso, nos termos do art. 6 da L. 9.099/95. Decisão já adaptada aos parâmetros estabelecidos no IRDR nº 0000199-73.2018.8.04.9000. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei,atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Baixar e arquivar oportunamente.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0615291-65.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Maria Izolina Monteiro da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 2.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como restituir R$ 859,88, o dobro desconto indevido, nos termos do art. 42, § u do CDC. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso ou ilícito (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0615440-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Helena da Silva e Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por isso, com base nos fundamentos acima expostos, EXTINGO O PROCESSO sem a apreciação do mérito, nos termos do art. 98, I, da CRFB/88 c/c art. 485, IV, do CPC e 51, II da L. 9.099/95, devendo a parte autora litigar perante uma das varas cíveis não especializadas, se assim for de seu interesse. Sem condenações em custas pretéritas ou honorários de advogado, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95.

Preparo e custas recursais de lei (art. 54, p. Ú e 55, L. 9.099/95 c/c Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Gratuidade deferida em prol, da parte autora. P.R.I. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se. Revogo eventual liminar concedida.

ADV: ANDRÉ FUNES CARNEIRO (OAB 12883/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0615529-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cristóvão dos Santos da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por isso, com base nos fundamentos acima expostos, EXTINGO O PROCESSO sem a apreciação do mérito, nos termos do art. 98, I, da CRFB/88 c/c art. 485, IV, do CPC e 51, II da L. 9.099/95, devendo a parte autora litigar perante uma das varas cíveis não especializadas, se assim for de seu interesse. Sem condenações em custas pretéritas ou honorários de advogado, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo e custas recursais de lei (art. 54, p. Ú e 55, L. 9.099/95 c/c Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Gratuidade deferida em prol, da parte autora. P.R.I. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se. Revogo eventual liminar concedida.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0615600-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Romualdo Gomes Pinto - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Assim, por triplo fundamento o feito será extinto sem julgamento do mérito: ilegitimidade passiva da parte ré, inexistência de interesse processual e existência de interesse de ente público, real contratante do seguro invocado na causa de pedir e que, necessariamente deve ser ouvido, porque o acolhimento do pedido alteraria sua esfera jurídica, além de ser o único com poderes de gerenciar a folha de pagamento autoral e executar eventual ordem de cessar o desconto. Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e VI do NCPC c/c art. 3, § 2, da L. 9.099/95, devendo a parte autora formular pedido administrativo de cancelamento do seguro junto a seu órgão de lotação, caso queira. Sem custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: ANA CAROLINA GOMES MONTEIRO SOUZA (OAB 13566/AM) - Processo 0615996-29.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Telefonia - REQUERENTE: Frank do Carmo Souza Filho - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: PAULO RENATO RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 9644/AM) - Processo 0616959-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Zenaide Feijão da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 09 de março de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da Autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: SÔNIA REGINA ABREU CABRAL (OAB 4930/AM), ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0617964-94.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sônia Regina Abreu Cabral - REQUERIDO: Doutor Consulta Manaus Clínica - Medica Eirelli - Ep - Trato de processo em fase de cumprimento de sentença (título executivo judicial) em que a parte devedora pretende parcelar o débito, nos termos do art. 916, do NCPC, única hipótese legal autorizativa de parcelamento de valor contido em título executivo. Entendo que a previsão do seu § 7º é inconstitucional, por violar o princípio da isonomia, já que há sua permissão para a execução de títulos executivos extrajudiciais, inexistindo qualquer motivo de discrímen justificado para afastar aquela possibilidade, ope legis, do cumprimento de sentença. Ainda mais porque o próprio CPC, em seu art. 3º, caput e § 3º, estimulam a prática da conciliação e o seu art. 6º determina a satisfação do crédito também de maneira célere. Assim, afasto a aplicação daquele dispositivo e concedo prazo de 5 dias para que a parte exequente sobre ele se manifeste. Em caso de recusa, esta deve sê-lo fundamentada, sob pena de afastamento pelo Juízo e homologação do pleito de parcelamento. P.C.I.

ADV: FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM), ADV: GISCARDE OVÍDIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6885/AM) - Processo 0618925-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleuter Frazão Carneiro - REQUERIDO: David Oliveira Fernandes e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM), ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM) - Processo 0619030-12.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Gilson Antonio da Silva Sobral - REQUERIDO: D. A. Comércio de Móveis Ltda Ms Casa - De ordem, do MM Juiz de Direito titular, Dr. Fábio César Olintho de Souza, tendo em vista os comprovantes de depósito de fls. 54/65, intimo a parte exequente para, no prazo de 15 dias, apresentar extrato bancário da conta corrente 73418-7, Agência 3286-7, Banco do Brasil a partir do dia30/05/2019 até a presente data.

ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM), ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM) - Processo 0619261-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condominio Fechado Jardim dos Eucaliptos - Oficia-se à Susam requisitando ao setor funcional daquela Secretaria que forneça ficha funcional de Nilson Hiroshi Kanehira Sato, CPF nº. 200.592.402-15, na qual conste informações sobre sua lotação e endereço. Decisão com base no art. 319, § 1º do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0619670-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Cleiton Fantin Rezende - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela

provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 09 de março de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do Autor em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0619848-95.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: David Brito da Silva - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A RESTITUIR R$ 205,54 em prol da parte autora pelo desconto indevido do Seguro de Proteção Financeira. CONDENO-A A PAGAR, TAMBÉM, R$ 1.000,00 A TÍTULO DE DANOS MORAIS. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso ou ilícito (danos materiais), e desde a presente data/arbitramento (danos morais). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0620302-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Delrinei Cruz Stone - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 10/03/2020 às 09:30h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM) - Processo 0621486-95.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - EXEQUENTE: Thiago Vinícius Mendonça Moreira - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 16 de dezembro de 2019, às 11 horas e 30 minutos, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: MARLUCE BRAGA DE MENEZES (OAB 8652/AM), ADV: RODRIGO GONÇALVES DA LUZ PEREIRA (OAB 8520/AM), ADV: CAMILA FROES BARROS (OAB 12056/AM) - Processo 0621530-17.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: José Rogerio da Silva Ramos - REQUERIDA: Kamila Ingrid dos Santos - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo extrajudicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 515, III do CPC, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0621716-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Robson Nunes de Albuquerque - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 09/03/2020 às 08:30h a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ALYSSON ANTÔNIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6310/AM) - Processo 0622127-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Perez Francisco Gomes Fidelis - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03 de março de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ADRIANA SILVA MARTINS (OAB 11158/AM) - Processo 0622171-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Adonis de Freitas Abeson - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 09/03/2020 às 11:30h a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do Autor em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0622255-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Life Flores - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04 de março de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0622311-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marinete Lima Quadros - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de efetuar o corte no fornecimento do serviço declinado na petição inicial, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do art. 77, do CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 13 de dezembro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: PALOMA MAQUINÉ DA SILVA (OAB 12769/AM) - Processo 0622399-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rafael Loureiro Tapajos - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03 de março de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0622601-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luciana Dias Correia - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 09/03/2020 às 11:00h a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do Autor em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM) - Processo 0622924-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro D'alcantara Bacellar - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré proceda suspensão das cobranças do valor colocado em litígio de R$ 84,00 (oitenta e quatro reais), até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 27 de fevereiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0623060-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisca Rebelo de Paula - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 09 de março de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da Autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: FRANCISCA CUMAPE GOMES (OAB 7238/AM) - Processo 0623075-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Dilvania Aguiar dos Anjos de Almeida - Fl. 23 - À Secretaria para que promova a atualização de endereço da parte autora no cadastro do SAJ. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04 de março de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM) - Processo 0623311-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Benedita Soares Maciel - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, III da Lei 9.099/95. Sem custas ou honorarios. Preparo de lei. Transitada em julgado, baixar e arquivar. Prejudicada, cancelo a audiência, revogando eventual liminar deferida. P.R.I.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0623694-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Frank de Abreu de Oliveira - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 09 de março de 2020, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do Autor em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0624110-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Eneida Socorro Barbosa Magalhães - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 27 de fevereiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0624114-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Ana Carolina Alves Rodrigues Ramos - RECEBO o inominado de fls. antecedentes, no efeito suspensivo. Concedo-lhe a gratuidade. Intime-se o recorrido para contrarrazões e, em seguida, à Turma Recursal, com nossas homenagens. Cumpra-se.

ADV: GABRIEL TORRES BECKMAN MOURA (OAB 14736/AM) - Processo 0624203-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - LITSATIVA: Maria Fatimilse França Pastana e outro - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03 de março de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: HIAGO DOS SANTOS BUÁS (OAB 11741/AM) - Processo 0624453-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Maria Batista de Oliveira - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 27 de fevereiro de 2020, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0624496-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Monte Castelo - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FRANK JÚNIOR MENEZES DO NASCIMENTO FILHO (OAB 13805/AM) - Processo 0624766-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Amanda Porto Baia - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora em fl. 25, para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07 de fevereiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0624820-40.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Christian Antony Filho - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 27 de fevereiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0625006-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Laíza Fialho Cabral da Silva - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença. P. I.C.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: GUILHERME FERNANDES DA COSTA (OAB 13699/AM), ADV: EMMYLE FALCÃO CARNEIRO (OAB 9971/AM) - Processo 0625095-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Heloísa Helena Verçosa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, condenando a parte ré a promover a restituição simples dos valores comprovadamente descontados do contracheque autoral que tenham excedido o

total do empréstimo de R$ 8.000,00 efetivamente contratado pelo autor. No requerimento do cumprimento da sentença deverá ser apresentado memorial de cálculos que apresente e discrimine os descontos efetuados. Na conta deverão, ainda, ser acrescidos o dobro dos descontos subsequentes ao ajuizamento até a cessação dos mesmos, conforme arts. 323 e 493, ambos do CPC/2015. Deverão ser deduzidas eventuais outras quantias depositadas em prol da parte autora, sob pena de enriquecimento ilícito Assim, autorizo compensação. CONDENO, ainda, a parte ré a PAGAR R$ 1.000,00, A TITULO DE DANOS MORAIS, eis que cobranças indevidas repetidas, em verbas alimentares, são aptas a causá-lo, além do desvio produtivo suportado pelo devedor para se desvencilhar dos descontos em seu contracheque. Como consectário lógico, CONDENO a parte ré a cancelar o cartão de crédito e se abster de efetuar cobranças a partir da competência seguinte à publicação no DJE, sob pena de multa de R$ 1.000,00 por desconto em contracheque, eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo, em relação à obrigação de fazer, nos termos do art. 43 da L. 9.099/95. O cancelamento do cartão se trata de medida que visa encerrar a lide definitivamente e o que reputo mais adequada ao caso, nos termos do art. 6 da L. 9.099/95. Decisão já adaptada aos parâmetros estabelecidos no IRDR nº 0000199-73.2018.8.04.9000. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei,atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Baixar e arquivar oportunamente.

ADV: JONATHAS DA SILVA SOARES (OAB 14335/AM) - Processo 0625419-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Irlandi Menezes dos Santos - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha tanto de efetuar o corte no fornecimento do serviço declinado na petição inicial como de inserir nome da Parte Autora no cadastro de inadimplentes dos Órgãos de Proteção de crédito, apenas e tão somente em virtude dos débitos discutidos nos autos, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07 de fevereiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: KÁTHYA REGINA BARBOSA DE SENA (OAB 1051A/AM) - Processo 0625763-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Alexandre da Silva Franco de Sá - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03 de março de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANNE CAROLINE FÉLIX MACIEL (OAB 12804/AM) - Processo 0625796-47.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Tarcísio Helder Pinto - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que os documentos de fls. 20/28 não comprovam que as cobranças atuais se referem aos valores colocados em litígio no processo nº 0603233-93.2018.8.04.0015. Portanto, inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03 de março de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0625828-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Michelle de Oliveira Cunha - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03 de março de 2020, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: KAMILA MARIELY DE SOUZA SILVA (OAB 14901/AM) - Processo 0625836-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Camila Caroline Pinheiro de Souza - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03 de março de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625891-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - RECLAMANTE: Ivânia Conceição Lima da Silva G. - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que o documento de fls. 27/32 comprovam a utilização de créditos fornecidos pelo banco para o autor, o que indicia a legitimidade das cobranças feitas. Inexistente, portanto lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07 de fevereiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar

o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0625940-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Haida Aragão de Carvalho - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que o documento de fls. 17/18 comprovam a utilização de créditos fornecidos pelo banco para o autor, o que indicia a legitimidade das cobranças feitas. Inexistente, portanto lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07 de fevereiro de 2020, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0625970-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Recanto Interativo - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 16 de dezembro de 2019, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0626023-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcyo Glay de Oliveira Aguiar - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados foram lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 13 de dezembro de 2019, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0626061-49.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 24 de janeiro de 2020, às 11 horas, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: ORLANDO GOMES VILAÇA FILHO (OAB 11839/AM) - Processo 0626103-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: ORLANDO GOMES VILAÇA FILHO - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 07/02/2020 às 09:30h.

ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM) - Processo 0626170-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a parte ré se abstenha de efetuar o corte no fornecimento do serviço declinado na petição inicial, apenas e tão somente em virtude dos débitos discutidos nos autos, no prazo de 5 dias, bem como para que suspenda as cobranças das faturas correspondentes aos meses 06/2019, 07/2019 e 08/2019, nos termos do art. 77, do CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06 de novembro de 2019, às 11h30min, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH (OAB 35463/PR), ADV: RUI FERRAZ PACIORNIK (OAB 34933/PR), ADV: LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES (OAB 6272ATO), ADV: BRUNO SILVA MATOS (OAB 99106/MG), ADV: ARNOLDO NOGUEIRA DE SOUZA (OAB 7497/AM) - Processo 0626879-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Livanira Barbosa Trindade - REQUERIDO: Itavida Clube de Seguros - Icatu Seguros S/A - INTIME-SE a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias, na forma preconizada pelo artigo 1.023, § 2º, do CPC.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0627777-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Emanuelle Carvalho Sousa - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 10/03/2020 às 10:30h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: ROSEMARY SOUZA DE QUEIROZ (OAB 11054/AM) - Processo 0628088-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Alessandra Batista dos Passoos - REQUERIDO: União Norte do Paraná de Ensino Ltda - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE(s) O(s) DÉBITO(s) DISCUTIDO(s) NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 6.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Oficie-se para cancelamento da negativação, caso persista. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, que a ilícita negativação se trata de cobrança indireta de supostos débitos sem que a parte se valha do devido processo legal, o dano suportado pela parte, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0628260-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Paulo Gomes de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 10/03/2020 às 10:00h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Adriana Silva Martins (OAB 11158/AM)
Alysson Antônio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6310/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Carolina Gomes Monteiro Souza (OAB 13566/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Funes Carneiro (OAB 12883/AM)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Andreia Farias de Barros (OAB 10773/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Anne Caroline Félix Maciel (OAB 12804/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arnoldo Nogueira de Souza (OAB 7497/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Silva Matos (OAB 99106/MG)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Froes Barros (OAB 12056/AM)
Camila Medeiros dos Santos (OAB 12025/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
DANIELLE MENEZES COELHO (OAB 11856/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Emmyle Falcão Carneiro (OAB 9971/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM)
Francisca Cumape Gomes (OAB 7238/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Frank Júnior Menezes do Nascimento Filho (OAB 13805/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Frederico Oliveira Albuquerque (OAB 9146/AM)
Gabriel Torres Beckman Moura (OAB 14736/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6885/AM)
Guilherme Fernandes da Costa (OAB 13699/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hayne Sandrine Lima Assem Ide (OAB 14262/AM)
Helen Mara Barroso Guedes (OAB 8481/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hiago dos Santos Buás (OAB 11741/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jonathas da Silva Soares (OAB 14335/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Julie Stephane Lima Bruce (OAB 8096/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Kamila Mariely de Souza Silva (OAB 14901/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Káthya Regina Barbosa de Sena (OAB 1051A/AM)
LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Eduardo Pereira Sanches (OAB 6272ATO)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel de Souza Filho (OAB 6731/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marluce Braga de Menezes (OAB 8652/AM)

Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
ORLANDO GOMES VILAÇA FILHO (OAB 11839/AM)
Paloma Maquiné da Silva (OAB 12769/AM)
Paulo Renato Ribeiro dos Santos (OAB 9644/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Gonçalves da Luz Pereira (OAB 8520/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rosemary Souza de Queiroz (OAB 11054/AM)
Rui Ferraz Paciornik (OAB 34933/PR)
Sônia Regina Abreu Cabral (OAB 4930/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Campos de Oliveira (OAB 8576/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (OAB 35463/PR)
Vitor Godinho das Chagas (OAB 14192/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0221/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0201608-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por isso, com base nos fundamentos acima expostos, EXTINGO O PROCESSO sem a apreciação do mérito, nos termos do art. 98, I, da CRFB/88 c/c art. 485, IV, do CPC e 51, II da L. 9.099/95, devendo a parte autora litigar perante uma das varas cíveis não especializadas, se assim for de seu interesse. Sem condenações em custas pretéritas ou honorários de advogado, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo e custas recursais de lei (art. 54, p. Ú e 55, L. 9.099/95 c/c Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Gratuidade deferida em prol, da parte autora. P.R.I. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se. Revogo eventual liminar concedida.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: KAREN REBECCA LOUZADA DADALTO HENRIQUES (OAB 140475/RJ) - Processo 0602324-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Waldeklin Sebastião Ferreira Souza - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Hospital Adventista de Manaus e outro - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0602651-93.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Cleidimar Barreto da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602876-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Daniel Oliveira da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por isso, declarando indevida a cobrança de recuperação de consumo, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, condenando a parte ré a pagar R$ 6.000,00, a título de danos morais causados. Rejeito o pedido de repetição de indébito, eis que o caso dos autos não se amolda a regra do art. 42, § único do CDC. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado, levando-se em conta: , o alto grau do vício e da culpa, a patente diferença de pujança econômica entre as partes e o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258) Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.C. I.

ADV: ARIEL PATRICIA DE LIMA DA SILVA (OAB 10347/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0603329-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - RECLAMANTE: Silvana Patricia Pantoja de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, condenando a parte ré a promover a restituição simples dos valores comprovadamente descontados do contracheque autoral, num total que até a inicial somava R$ 3.391,66 (já abatido o valor efetivamente recebido pela parte autora). Na conta de cumprimento da sentença, deverão serem acrescidos os descontos subsequentes ao ajuizamento até a cessação dos mesmos, de forma simples, conforme arts. 323 e 493, ambos do CPC/2015. CONDENO, ainda, a parte ré a PAGAR R$ 5.000,00, A TITULO DE DANOS MORAIS, eis que cobranças indevidas repetidas, em verbas alimentares, são aptas a causá-lo, além do desvio produtivo suportado pelo devedor para se desvencilhar dos descontos em seu contracheque. Como consectário lógico, CONDENO a parte ré a cancelar o cartão de crédito e se abster de efetuar cobranças a partir da competência seguinte à publicação no DJE, sob pena de multa de R$ 500,00 por desconto em contracheque, eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo, em relação à obrigação de fazer, nos termos do art. 43 da L. 9.099/95. Limito a multa a R$ 5.000,00. O cancelamento do cartão se trata de medida que visa encerrar a lide definitivamente e o que reputo mais adequada ao caso, nos termos do art. 6 da L. 9.099/95. Decisão já adaptada aos parâmetros estabelecidos no IRDR nº 0000199-73.2018.8.04.9000. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei,atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Baixar e arquivar oportunamente.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0603737-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisca das Chagas de Azevedo Miranda - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Além disso, inexiste comprovação de qualquer vício de manifestação de vontade autoral, incidindo o art. 110 do CC/02, que impede o acolhimento do pleito. Art. 110. A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento. Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Revoga-se eventual liminar concedida. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0605899-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Patrício Borges Guimarães - REQUERIDO: Telefonica Brasil S/A - Vivo S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM), ADV: ONETÍCIO BATISTA DOS SANTOS NETO (OAB 10986/AM), ADV: SIMONE BATISTA DA SILVA (OAB 5778/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6943/AM) - Processo 0606041-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Livia Levinthal de Oliveira Lima - REQUERIDA: Isabela Conceição Alves Persilva - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 450,00 em prol da parte autora, a serem devidamente atualizados a partir da data do pagamento (15/02/2018, cf. fl. 51) e com juros de 1% a.m desde a data do descumprimento contratual (data do parto). JULGO IMPROCEDENTES DEMAIS PEDIDOS, art. 487, I, CPC. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0606100-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marilei Mitchelson de Souza Pinho - REQUERIDO: Claro S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 2.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. DEFIRO ainda a tutela de urgência requerida, no sentido de determinar à parte ré que restabeleça os serviços declinados na petição inicial. Prazo de 10 dias a contar da publicação desta sentença, sob pena de multa de R$ 1.000,00, eis que eventual recurso será recebido apenas e tão somente em seu efeito devolutivo em relação a obrigação de fazer. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: VALDRIANE OLIVEIRA DE MELO (OAB 3858/AM) - Processo 0607522-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valdriane Oliveira de Melo - Por isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM) - Processo 0608894-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Silvane Nogueira de Aguiar - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Por isso, revendo anterior posição, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Revoga-se eventual liminar concedida. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei,atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM) - Processo 0610877-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Mirtes Bezerra Alves - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE DO PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 2.105,21 em prol da parte autora, a título de indenização por danos materiais. JULGO IMPROCEDENTES DEMAIS PEDIDOS. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0612426-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mirele Figueiredo Alves Barros - REQUERIDO: Claro S/A - Deste modo, estando presente nos autos prova da ciência das partes da decisão prolatada, bem como por verificar não versar a transação sobre direito irrenunciável, vejo por bem HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC. Sem custas. Em caso de descumprimento, ficam desde já, autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P. R. I.

ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0613168-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriano Lima Garcia - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Revoga-se eventual liminar concedida. Decisão já adaptada aos parâmetros estabelecidos no IRDR nº 0000199-73.2018.8.04.9000. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei,atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: KENNIO SOUZA AZEVEDO (OAB 10487/AM), ADV: DEBORA DE CAMPOS FROTA (OAB 10140/AM) - Processo 0613871-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Rio Negro Center - Retifique-se o polo passivo dos autos, de modo que faça constar apenas a parte ré subscritora do acordo apresentado. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM) - Processo 0615083-18.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Guildo Saturnino Uchoa Epp - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outros - O alegado excesso de execução mostra-se incorreto, uma vez que os cálculos que basearam a decisão de fl. 431 demonstraram claramente o valore que era devido, tendo o banco depositado a menor por livre e espontânea vontade, descumprindo assim o art. 523, § 1º, CPC. Incidente a multa de 10%. Por isso, JULGO IMPROCEDENTES OS PRESENTES EMBARGOS à EXECUÇÃO, determinando, por conseguinte, o prosseguimento da execução sobre o valor remanescente de R$ 9.089,22. Após o trânsito em julgado, expeça-se Alvará Judicial em prol da parte embargada, devendo a mesma fornecer dados bancários necessários para pagamento por meio do Alvará Eletrônico. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.C

ADV: ÁDERSON JULIANO SIMÕES VIEIRA (OAB 10497/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAUÉS MARQUES (OAB 4622/AM) - Processo 0615345-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Saltec Comercio Serviços e Consultoria Em Informatica Ltda - REQUERIDA: Patrícia Lopes Serudo - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 3.247,48 em prol da parte autora, a serem devidamente atualizados a partir da data do inadimplemento. Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: FELIPE ANTÔNIO DE CARVALHO FILHO (OAB 6454/AM) - Processo 0615692-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Super Expresso Tarumã Comércio de Produtos Alimentícios Me - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: LÚCIA VITÓRIA SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 12281/AM), ADV: ROBERTO DIAS VILLAS BÔAS FILHO (OAB 414982/SP) - Processo 0617593-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Áureo Lúcio Costa de Oliveira e outro - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: JONAS MOTA LOPES (OAB 10494/AM) - Processo 0618658-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ademir Ferreira Glória - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: LUANA ANDRADE MELO (OAB 12282/AM) - Processo 0618736-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hilderley Rego Barbosa - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0619626-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kelly Christiane Caporazzo - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: JARSON ARIDAY DA SILVA COSTA (OAB 741A/AM), ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0622678-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Michelle Vieira de Jesus Pesente - REQUERIDO: Cine Focus (Leandro Viana Santos 37352839852) - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 1.300,00 em prol da parte autora, a serem devidamente atualizados a partir da data do pagamento e com juros de 1% a.m desde essa data; bem como R$ 10.000,00 pelos danos morais, com correção monetária desde a presente data e juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0624988-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jaina Costa de Souza - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0624989-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jaina Costa de Souza - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM), ADV: CRISTIANO RIBEIRO VIANA (OAB 12740/AM) - Processo 0625169-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Mariliza Rebelo dos Santos Silva - REQUERIDO: Suely R. do Prado - Me - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A RESTITUIR R$ 205,54 em prol da parte autora pelo desconto indevido do Seguro de Proteção Financeira. CONDENO-A A PAGAR, TAMBÉM, R$ 1.000,00 A TÍTULO DE DANOS MORAIS. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso ou ilícito (danos materiais). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0625714-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jose do Espirito Santo de Sousa - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, III da Lei 9.099/95. Sem custas ou honorarios. Preparo de lei. Transitada em julgado, baixar e arquivar. Prejudicada, cancelo a audiência, revogando eventual liminar deferida. P.R.I.

ADV: MARIANA MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 12421/AM), ADV: MARCOS DANIEL SOUZA RODRIGUES (OAB 10987/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0625770-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gustavo Augusto Bastos Domingos - REQUERIDO: E. de L. e Lima & Cia Ltda Me - Esbam - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: RAIMUNDO MÁRIO BELCHIOR DE ANDRADE (OAB 1775/AM) - Processo 0626020-82.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Patricia do Nascimento Loureiro - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, III da Lei 9.099/95. Sem custas ou honorarios. Preparo de lei. Transitada em julgado, baixar e arquivar. Prejudicada, cancelo a audiência, revogando eventual liminar deferida. P.R.I.

Áderson Juliano Simões Vieira (OAB 10497/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Ariel Patricia de Lima da Silva (OAB 10347/AM)
Carlos Antônio Nogueira da Silva (OAB 6943/AM)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiano Ribeiro Viana (OAB 12740/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Debora de Campos Frota (OAB 10140/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Felipe Antônio de Carvalho Filho (OAB 6454/AM)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jarson Ariday da Silva Costa (OAB 741A/AM)
Jonas Mota Lopes (OAB 10494/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (OAB 140475/RJ)
Kennio Souza Azevedo (OAB 10487/AM)
Luana Andrade Melo (OAB 12282/AM)
Lúcia Vitória Santos de Oliveira (OAB 12281/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Luiz Fernando Maués Marques (OAB 4622/AM)
Marcos Daniel Souza Rodrigues (OAB 10987/AM)
Mariana Moraes Castello Branco (OAB 12421/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Onetício Batista dos Santos Neto (OAB 10986/AM)
Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB 1775/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Roberto Dias Villas Bôas Filho (OAB 414982/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Simone Batista da Silva (OAB 5778/AM)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
Valdriane Oliveira de Melo (OAB 3858/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0222/2019

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608670-81.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Gilda Texeira Samapaio - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0622503-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Vanessa Amorim de Oliveira - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0216/2019

ADV: LARISSA LADISLAU DA SILVA (OAB 8276/AM), ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM), ADV: FÁBIO LUÍS SANCHES DE PAULA (OAB 8879/AM) - Processo 0601458-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vanderlan Pessoa Moreira - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: SUELLEN BOTELHO MARQUES (OAB 12872/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0601823-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Augusto Cardoso Vieira - REQUERIDO: Banco Honda S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE(s) O(s) DÉBITO(s) DISCUTIDO(s) NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 12.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como a retirar seu nome de cadastro de maus pagadores e/ou protestos. DETERMINO QUE SE OFICIE ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.M (S. 54 STJ). Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0601885-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo Nilson de Lima - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - JULGO PROCEDENTES os pedidos da autora para DECLARAR inexistentes ou/e inexigíveis as cobranças objeto desta demanda atribuídas à requerente; bem como para CONDENAR a requerida na cifra de R$ 10.000,00 (dez mil reais) em danos morais. Oficie-se ao cadastro de restrição de crédito para cancelamento. Sem custas e honorários sucumbenciais, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação.

ADV: MARILEIDE MOTA DA SILVA FALCÃO (OAB 13472/AM), ADV: RICARDO MARFORI SAMPAIO (OAB 222988/SP) - Processo 0609705-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Neisimar Borges Mota - REQUERIDO: Unidas Locadora de Veículos Ltda - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE(s) O(s) DÉBITO(s) DISCUTIDO(s) NOS AUTOS, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 10.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como a retirar seu nome de cadastro de maus pagadores e/ou protestos. IMPROCEDENTES os pedidos de indenização por danos materiais e de aplicação da multa por descumprimento de decisão. Confirmo em definitivo os efeitos da Decisão de fl. 46. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m., desde a citação. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM) - Processo 0612198-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elessandra Ramos Pedrosa - REQUERIDO: Banco Losango - JULGO PROCEDENTES os pedidos da autora para DECLARAR inexistentes ou/e inexigíveis as cobranças objeto desta demanda atribuídas à requerente; bem como para CONDENAR a requerida na cifra de R$ 12.000,00 (doze mil reais) em danos morais. Oficie-se ao cadastro de restrição de crédito para cancelamento. Caso já efetuada a exclusão, confirmo a tutela concedida antecipadamente. Sem custas e honorários sucumbenciais, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0613916-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Manoel do Nascimento Amorim - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - PROCEDO com a REDESIGNAÇÃO da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 16/10/2019 às 11:15h.

ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM) - Processo 0614489-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Lúcia Maria Correa Viana - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/11/2019 às 11:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ESTHER MARIA ARAÚJO DE SOUSA (OAB 5639/AM) - Processo 0616205-32.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Martinha Carvalho Tenorio - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Isso posto, COM RELAÇÃO À OBRIGAÇÃO DE FAZER, JULGO a presente demanda SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, em razão da ausência de interesse de agir, com fulcro no art. 485, VI, e §3º, ambos do NCPC. COM RELAÇÃO À INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, JULGO IMPROCEDENTE a presente demanda COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, em razão da ausência de dano comprovado. Sem custas e honorários sucumbenciais, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.C.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0625829-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Raimunda Barbosa Dutra - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR

comprovante de residência que não seja impresso em PDF a fim de evitar fraude ou alteração de forma digital, seja sim digitalizado o comprovante de residência enviado pelos correios, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Esther Maria Araújo de Sousa (OAB 5639/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Fábio Luís Sanches de Paula (OAB 8879/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
Larissa Ladislau da Silva (OAB 8276/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Marileide Mota da Silva Falcão (OAB 13472/AM)
Ricardo Marfori Sampaio (OAB 222988/SP)
Suellen Botelho Marques (OAB 12872/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0237/2019

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM) - Processo 0201959-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 3.033,63 (Três mil, trinta e três reais e sessenta e três centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 3.336,99 (Três mil, trezentos e trinta e seis reais e noventa e nove centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0201987-95.2016.8.04.0016 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: COND. BOSQUE RESID. KOPENHAGEN - R. Hoje. Intime-se o exequente para, em dez dias, apresentar bens à penhora pertencentes ao executado ou solicitar o protesto extrajudicial do débito, sob pena de imediato arquivamento do feito. Cumpra-se.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0205031-62.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Intime-se o requerido para ciência da certidão de fls. 515. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0600076-46.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Condomínio - EXEQUENTE: Cond. Bosque Resid. Kopenhagen - R. Hoje. Intime-se o exequente para, em dez dias, apresentar bens à penhora pertencentes ao executado ou solicitar o protesto extrajudicial do débito, sob pena de imediato arquivamento do feito. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0600369-82.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Cond. Residencial Sand Lane - Intime-se o exequente para, em dez dias, indicar bens à penhora, sob pena de arquivamento da ação. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

ADV: LOURIVAL JOSÉ DOS SANTOS (OAB 33507/SP), ADV: ANDRE MARSIGLIA DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 331724/SP) - Processo 0600892-28.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERIDO: Eaglemoss do Brasil Publicações e Distribuição Ltda - Intime-se o executado, ora requerido, para no prazo de 10(dez) dias, a contar da intimação, depositar espontaneamente o valor remanescente de R$39,64(trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos) sob pena de bloqueio judicial, via BACENJUD. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600919-79.2015.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime-se a parte executada para se manifestar acerca dos documentos de fls. 441/442 Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0601186-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Jardim Paradiso Girassol - Considerando a certidão de fls. 106, que atesta que o bem penhorado não pertence mais aos executados, determino a exclusão do bem do leilão agendado para 27/09/2019 . Ante a nova certidão narrativa apresentada, intime-se o exequente, para no prazo de 10 dias, se manifestar. Cumpra-se. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: DAVID MATALON NETO (OAB 3934/AM) - Processo 0601721-75.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: David Matalon Neto - Dê ciência do exequente quanto a emissão do auto de adjudicação. Após, arquive-se os autos. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM), ADV: ZENIZE RIBEIRO TAMER (OAB 5489/AM) - Processo 0602419-20.2014.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Luciana Miranda Nina - Considerando a infrutífera busca feita no SIEL, intime-se o exequente para, em dez dias, indicar o endereço do veículo restrito, ou bens à penhora, sob pena de imediato arquivamento da execução. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603090-38.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Primeiramente, constato que o dano moral já se encontra bloqueado nos autos, podendo ser liberado. Faz jus o exequente a multa estabelecida na sentença de mérito, ante os descontos posteriores. Em contrapartida, não há previsão na referida decisão de devolução dos valores descontados, não podendo a fase executória inovar, mas tão somente cumprir com o que foi determinado. Assim, deve ser intimado o executado para efetuar o pagamento da multa contida na obrigação de fazer e dos honorários advocatícios arbitrados. Libere-se o alvará do valor bloqueado. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

ADV: GREG LEE SOARES DUARTE (OAB 10127/AM) - Processo 0604351-70.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Greg Lee Soares Duarte - DESPACHO Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: SUELEN PAES DOS SANTOS MENTA (OAB 4381/AM) - Processo 0605108-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Marilene Alves Muller - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0605637-83.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Vila do Saber - R. Hoje. Intime-se o exequente para, em dez dias, apresentar bens à penhora pertencentes ao executado ou solicitar o protesto extrajudicial do débito, sob pena de imediato arquivamento do feito. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AMUD EUFRÁSIO (OAB 7425/AM) - Processo 0605873-35.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amoud Centro Educacional - DESPACHO Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: RENATO ALVES PEREIRA (OAB 11313/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: SIMONE BATISTA DA SILVA (OAB 5778/AM) - Processo 0605885-80.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Williams de Oliveira Fernandes - REQUERIDO: D. A. Comércio de Móveis Ltda Rudinick Projetados e outro - Intime-se as partes envolvidas para dar impulso aos autos, requerendo o que lhe cabe, em 10 dias. Cumpra-se. Manaus, 12 de setembro de 2019.

ADV: RAFAEL CESAR DA SILVA (OAB 57096/RS) - Processo 0606379-11.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Turismo - EXEQUENTE: Valdeni Terezinha Soares da Silva - R. Hoje. Intime-se o exequente para, em dez dias, apresentar bens à penhora pertencentes ao executado ou solicitar o protesto extrajudicial do débito, sob pena de imediato arquivamento do feito. Cumpra-se.

ADV: MARCUS VINICIUS BERGO COELHO (OAB 138958/MG) - Processo 0606923-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Alteração de Coisa Comum - RECLAMANTE: Marcus Vinicius Bergo Coelho - DESPACHO

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0607267-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Paula Lima Teixeira Viana - DESPACHO Instado o recorrente para que juntasse documentos que comprovassem sua hipossuficiência, este quedou-se inerte, deixando transcorrer o prazo de fls. 132. Concedo o prazo de 48 horas para que providencie o pagamento do preparo e das custas judiciais, sob pena de deserção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0608053-24.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisco Jorge de Paula Tavares - Intime-se a parte autora para ciência das fls. 126. Cumpra-se. Manaus, 12 de setembro de 2019.

ADV: SÍLVIO KLEBER BATISTA LOBATO (OAB 8813/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0608837-11.2013.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Calúnia - REQUERENTE: Amazonina Raposo Passos Telles de Souza - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 dias, se manifestar quanto ao documento de fls. 931/941. Cumpra-se. Manaus, 13 de setembro de 2019.

ADV: VANDERLÉIA ALVES BRITO (OAB 4784/AM), ADV: ANTONIO PLACIDO PINHEIRO MARTINS (OAB 13035/AM) - Processo 0609652-32.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gleuson de Souza Martins - R. Hoje. Intime-se o exequente para, em dez dias, apresentar bens à penhora pertencentes ao executado ou solicitar a emissão de certidão de dívida, sob pena de imediato arquivamento do feito. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO RIGHI SEVERO (OAB 420076/SP) - Processo 0609772-41.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Boutique de Joias Me e outros - Considerando a infrutífera consulta via INFOJUD, intime-se o exequente para, em dez dias, apresentar bens à penhora, concernentes à continuidade da execução, consubstanciada na diferença indicada às fls. 75. Após, intime-se o embargado para manifestação acerca da penhora de fls. 64/66, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

ADV: REBECA RAMOS DE MESQUITA (OAB 9471/AM) - Processo 0614424-38.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rebeca Ramos de Mesquita - Intime-se a parte autora para ciência do documento de fls. 153. Cumpra-se. Manaus, 12 de setembro de 2019.

ADV: RODRIGO CAMPOS DO ROSÁRIO (OAB 13727/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM) - Processo 0615810-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josué Praia Guimaraes - REQUERIDO: Beny Materiais de Construção Ltda - Trata-se de embargos de declaração opostos por Josué Praia Guimarães em que alega erro material na sentença de mérito ao apontar o valo devido a titulo indenizatório. De fato, constato a existência de erro material e corrijo o evidente erro material constante da sentença, ratificando os seus termos e tão-somente retificando o dispositivo constante do erro, mesmo porque o quantum foi estabelecido em paragrafo anterior, no montante do decuplo do valor pago, fazendo constar o seguinte: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$1.599,00 (um mil e quinhentos e noventa e nove reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data;

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM) - Processo 0615852-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wagner de Oliveira Coelho - REQUERIDO: Residencial Modulados e outro - R. Hoje Intime-se o embargado para, querendo, apresentar contrarrazões aos embargos opostos no prazo de 5(cinco) dias, a contar da intimação. Cumpra-se.

ADV: LARISSA SANTOS REZENDE (OAB 12256/AM) - Processo 0616315-60.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Extravio de bagagem - EXEQUENTE: Larissa Santos Rezende - Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0616946-38.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Cond. Bosque Resid. Kopenhagen - R. Hoje. Intime-se o exequente para, em dez dias, apresentar bens à penhora pertencentes ao executado ou solicitar o protesto extrajudicial do débito, sob pena de imediato arquivamento do feito. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0618983-38.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - EXECUTADO: Tim Celular S/A e outro - Intime-se o requerido para, no prazo de 10 dias, se manifestar quanto a petição de fls. 127/129. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

ADV: ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM) - Processo 0619062-17.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Nara Souza Collyer - Intime-se a autora para acostar aos autos um extrato mais detalhado, incluindo mês de setembro/2019, em 05 dias, para fins de apreciação do seu pedido supra. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM) - Processo 0619145-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aline Costa Silva - REQUERIDO: Samel - Serviço de Assistência Médico Hospitalar - Isto posto, REJEITO OS EMBARGOS, mantendo integralmente a r. Sentença impugnada por seus próprios fundamentos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0620017-48.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - REQUERENTE: Celso Antônio da Silveira - R. Hoje. Intime-se a parte exequente para fornecer novo endereço do executado (a), no prazo de dez dias, sob pena de arquivamento. Cumpra-se.

ADV: CLARISSA VASCONCELOS FERNANDES (OAB 36597/PE) - Processo 0620062-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - REQUERIDO: Divina Distribuidora de Vitaminas Naturais Sundown Rexall do Brasil S.a. - R. Hoje Intime-se o embargado para, querendo, apresentar contrarrazões aos embargos opostos no prazo de 5(cinco) dias, a contar da intimação. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0620697-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Reinaldina Dorothéia Nascimento Vieira - DESPACHO

ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE) - Processo 0620778-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Silene Batista de Lima - REQUERIDO: Banco Itaú BMG Consignado S.A - BMG Cartão - Ante a justificativa apresentada, isento a autora das custas judiciais. Intime-se. Arquive-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM) - Processo 0621191-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - RECLAMANTE: Rosineide de Almeida Alves - Considerando que o prazo para cumprimento já transcorreu sem qualquer manifestação do banco réu, proceda-se com a penhora online. Ademais, tendo em vista que o prazo para cumprimento da obrigação de fazer encerrou-se em 04/09/2019, entendo não ser cabível a aplicação da multa, entretanto, uma vez que a sentença reconheceu que os descontos são indevidos, deve o réu ressarcir a autora pelos descontos realizados. Determino ao setor de cálculos, que certifique nos autos, o valor atualizado da condenação, bem como os valores dos descontos realizados nos meses de junho, julho, agosto e setembro para que se proceda com a execução. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM) - Processo 0622527-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ataur Cardeliquio Filho - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM) - Processo 0623805-36.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB 10625/AM) - Processo 0624028-57.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: M.B. 3000 Segurança Eletronica Ltda - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 dias, se manifestar quanto aos documentos de fls. 211/220. Cumpra-se. Manaus, 12 de setembro de 2019.

ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0624587-77.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Breno Barbosa Ferreira - Intime-se o requerente para, em dez dias, manifestar-se acerca do oficio de fls. 85. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

ADV: RAILTON COSTA VIANA (OAB 9820/AM) - Processo 0625913-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tutela de Urgência - REQUERENTE: Elenildo Oliveira da Silva - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0625959-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Leide Mara de Souza Oliveira - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625989-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Oferta e Publicidade - RECLAMANTE: Risomar Coelho Batista - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0626016-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Núbia Almeida da Silva - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0626054-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jane Kely Santos de Souza - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HENRIQUE FRANÇA SILVA (OAB 7307/AM) - Processo 0627559-20.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Flaviel Figueiredo Lopes - R. Hoje. Intime-se o exequente para, em dez dias, apresentar bens à penhora pertencentes ao executado ou solicitar o protesto extrajudicial do débito, sob pena de imediato arquivamento do feito. Cumpra-se.

ADV: SANDRA JOELMA P. PAIVA VAZ (OAB 8831/AM), ADV: SARAH CORREIA OLIVEIRA (OAB 8781/AM) - Processo 0628084-02.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMÍNIO 4 VILLA JARDIM TORQUATO CONDOMÍNIO LIRIO - DESPACHO Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM)
Andre Marsiglia de Oliveira Santos (OAB 331724/SP)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antonio Placido Pinheiro Martins (OAB 13035/AM)
Antonio Righi Severo (OAB 420076/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina dos Santos Viana (OAB 8361/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Clarissa Vasconcelos Fernandes (OAB 36597/PE)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
David Matalon Neto (OAB 3934/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Greg Lee Soares Duarte (OAB 10127/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Henrique França Silva (OAB 7307/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Amud Eufrásio (OAB 7425/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Júlio César Corrêa (OAB 7810/AM)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Larissa Santos Rezende (OAB 12256/AM)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
LOURIVAL JOSÉ DOS SANTOS (OAB 33507/SP)
Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB 10625/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)

Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcus Vinicius Bergo Coelho (OAB 138958/MG)
Rafael Cesar da Silva (OAB 57096/RS)
Railton Costa Viana (OAB 9820/AM)
Rebeca Ramos de Mesquita (OAB 9471/AM)
Renato Alves Pereira (OAB 11313/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Campos do Rosário (OAB 13727/AM)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Sandra Joelma P. PAiva Vaz (OAB 8831/AM)
Sarah Correia Oliveira (OAB 8781/AM)
Sílvio Kleber Batista Lobato (OAB 8813/AM)
Simone Batista da Silva (OAB 5778/AM)
Suelen Paes dos Santos Menta (OAB 4381/AM)
Vanderléia Alves Brito (OAB 4784/AM)
Zenize Ribeiro Tamer (OAB 5489/AM)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0272/2019

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0601986-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Batista Canaã - Vistos, etc... Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Proceda-se à baixa.

Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL VANESSA OLIVEIRA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0271/2019

ADV: ROBSON LOPES CARIOCA (OAB 9364/AM), ADV: ALEXSANDRA DE SOUZA CARVALHO (OAB 12237/AM), ADV: EBERTE DA CRUZ MENEZES (OAB 20199/BA), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0200601-13.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: FLAVIA SANTOS SILVA - LITSATIVA: FRANCISCA REIS CARVALHO - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP) - Processo 0200776-07.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Instrução e Julgamento Data: 11/11/2019 Hora 09:15 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0201177-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Conciliação Data: 11/10/2019 Hora 10:30 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0201178-88.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Conciliação Data: 11/10/2019 Hora 09:15 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: SIMONE ALVES DA SILVA (OAB 29016/PE), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM) - Processo 0201182-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Safra S/A - Conciliação Data: 11/10/2019 Hora 11:00 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0201195-27.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Conciliação Data: 12/11/2019 Hora 11:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 21664/AM), ADV: VLADIMIR MARQUES PASSOS (OAB 11044/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0203480-61.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: AMANDA PATRICIA BAIA ARAUJO - REQUERIDO: Cielo S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: GABRIEL YUNES DA ROCHA (OAB 9623/AM) - Processo 0600942-71.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Fábila Siqueira Pedrosa - REQUERIDO: Losango S/A - Indefiro o pedido de execução, tendo em vista que a parte executada demostrou boa fé em satisfeita a obrigação, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0601563-05.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Adriana Assunção Silva - De ordem, fica intimada a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os pagamentos realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 1304A/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603649-12.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Darcicleia do Nascimento da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604136-79.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jailson Silva Sobral - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da

inicial, para: 1 - declarar inexistente o débito discutido na presente demanda; 2 - condenar a demandada ao pagamento da importância de R$4.000,00 (quatro mil reais), a título de indenização pelos danos morais narrados na inicial, com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% a.m., ambos com marco inicial a partir da prolação deste decisum. Por força desta, determino que a parte ré proceda com as diligências necessárias para que exclua o nome do autor do rol de inadimplentes, no prazo de cinco dias, sob pena de multa diária no valor de R$400,00 (quatrocentos reais), até o limite de dez dias. Em caso de descumprimento, converta-se a referida multa em perdas e danos. Deixo de condenar os requeridos ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0604139-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco da Silva Monteiro - Maria Ruht Cleize Correa Telles - REQUERIDO: Portal das Rosas Empreendimentos Imobiliários Ltda - Direcional Engenharia S/A - Comunico-lhe que o(a) Sr.(a) Francisco da Silva Monteiro e Maria Ruht Cleize Correa Telles, acima qualificado(a), promoveu Ação Judicial de n.º 0604139-34.2019.8.04.0020 contra V.Sa.Portal das Rosas Empreendimentos Imobiliários Ltda e Direcional Engenharia S/A, cuja inicial pode ser consultada nos autos deste processo. Desta feita, fica V.Sa. citada a comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO da 10ª Vara do Juizado Especial Cível designada para 23/07/2019 às 09:15h, sito à Av. Autaz Mirim, 8812 - Jorge Teixeira, Manaus - AM, 69099-045, Tel: 2127-7567/7501, Manaus/Am. Na referida oportunidade, será tentada solução amigável que atenta a seus interesses e aos do Reclamante, sem quaisquer despesas. Atenciosamente,

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0604139-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Portal das Rosas Empreendimentos Imobiliários Ltda - Direcional Engenharia S/A - Considerando o pretenso efeito modificativo dos declaratórios, intime-se a parte embargada para apresentar, querendo, contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604256-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Walber Lima da Costa - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Instrução e Julgamento Data: 11/11/2019 Hora 08:30 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604605-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Diego de Lima Leandro - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0604720-49.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jonilson Lopes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0605182-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Neide da Silva Taveira - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0605195-05.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rosa Helena Melo das Neves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605605-63.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Kennedy Roberto Oliveira da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei n.º 9.099/95, julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, e determino o consequente arquivamento dos autos. Deixo de condenar, ainda, a parte autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital, por estarem presentes os requisitos autorizadores do deferimento da Justiça Gratuita no presente caso.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0605772-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Joyce Barreto de Castro - REQUERIDO: Vivo S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da inicial, para: 1 - declarar inexistente o débito discutido na presente demanda; 2 - condenar a demandada ao pagamento da importância de R$1.000,00 (mil reais), a título de indenização pelos danos morais narrados na inicial, com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% a.m., ambos com marco inicial a partir da prolação deste decisum. Por força desta, determino que a parte ré proceda com as diligências necessárias para que exclua o nome do autor do rol de inadimplentes, no prazo de cinco dias, sob pena de multa diária no valor de R$400,00 (quatrocentos reais), até o limite de dez dias. Em caso de descumprimento, converta-se a referida multa em perdas e danos. Deixo de condenar os requeridos ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0605781-42.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jones Rodrigues da Costa - REQUERIDO: Vivo S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 12 de setembro de 2019. (Assinado Eletronicamente) Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz de Direito

ADV: HERMES MAFRA OTTO (OAB 10542/AM) - Processo 0605879-27.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - LITSATIVO: Hélio Batista Brito - Miessilene da Silva Bessa - Conciliação Data: 11/10/2019 Hora 09:00 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489A/BA), ADV: MARIA MERISA BATISTA DE AZEVEDO DUARTE (OAB 9035/AM) - Processo 0605887-04.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Márcio Jesus de Almeida Sena - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Conciliação Data: 11/10/2019 Hora 10:45 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0605916-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Kerollainy Ferreira Porto - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Conciliação Data: 11/10/2019 Hora 09:30 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0605952-96.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosemiro Barbosa dos Santos - REQUERIDO: Claro S/A - Conciliação Data: 11/10/2019 Hora 11:15 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607363-77.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Astrogildo Carvalho da Silva - UNA - Conciliação, Instrução e Julgamento Data: 04/11/2019 Hora 10:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607364-62.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Astrogildo Carvalho da Silva - UNA - Conciliação, Instrução e Julgamento Data: 04/11/2019 Hora 10:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0607368-36.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Kelle Almeida Maciel - Conciliação Data: 11/10/2019 Hora 10:15 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0607398-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Helio Brasil Viana - Conciliação Data: 13/11/2019 Hora 10:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0607408-81.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Albino Ribeiro Portela - Conciliação Data: 13/11/2019 Hora 10:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM) - Processo 0607927-56.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Cheque - REQUERENTE: Andre Guimarâes da Cruz -me - REQUERIDO: Construtora S J M Ltda - Me - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para, no prazo de dez dias, apresentar, via peticionamento eletrônico, documento idôneo, comprobatório de seu domicílio, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0608025-41.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Leandro Silva Dantas - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas - Dessa forma, tendo em vista a incompetência territorial deste Juízo, bem como a de todos os existentes neste Fórum, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, c/c o art. 485, IV, do Código de Processo Civil Brasileiro e Enunciado FONAJE de n. 89.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0608102-50.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Costa e Souza Educação Infantil Ltda Me - REQUERIDA: Yanne Ribeiro da Silva - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para, no prazo de dez dias, apresentar, via peticionamento eletrônico, documento idôneo e atualizado, comprobatório de seu domicílio, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0608104-20.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Costa e Souza Educação Infantil Ltda Me - REQUERIDA: Maria Aparecida Amaral Nunes - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para, no prazo de dez dias, apresentar, via peticionamento eletrônico, documento idôneo e atualizado, comprobatório de seu domicílio, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.

ADV: CALIL QUEIROZ NAVARRO (OAB 14860/AM) - Processo 0608136-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Erro Médico - RECLAMANTE: Manoel Alamo Navarro Neto - Conciliação Data: 12/11/2019 Hora 11:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0608145-84.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Ruizinaldo de Souza Martins - Conciliação Data: 12/11/2019 Hora 11:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0608157-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Eliane Silva da Silva - RECLAMADO: Vivo S/A - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para, no prazo de dez dias, apresentar, via peticionamento eletrônico, documento idôneo e atualizado, comprobatório de seu domicílio, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0608160-53.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Valdemir Mafra Caldas - Conciliação Data: 13/11/2019 Hora 09:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0608161-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Valdemir Mafra Caldas - Conciliação Data: 13/11/2019 Hora 09:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0608163-08.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Abidias Mendonça da Silva - Conciliação Data: 13/11/2019 Hora 09:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0608164-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Abidias Mendonça da Silva - Conciliação Data: 13/11/2019 Hora 09:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0608165-75.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Abidias Mendonça da Silva - Conciliação Data: 13/11/2019 Hora 10:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM), ADV: GISELE CORREIA DOS SANTOS BATISTA (OAB 419A/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0608391-17.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Manoel Magalhães da Silva Neto - REQUERIDO: Shopping Cidade Leste - INTSSADO: Ricardo Teixeira Santos Me - Satisfeita a obrigação pela parte executada, tendo em vista que esta não apresentou impugnação ao bloqueio realizado através do BACENJUD de fls. 85-86, conforme certidão de fl. 111, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Após o transcurso do prazo, expeça-se alvará ao exequente e, mediante as cautelas de estilo, arquivem-se os autos. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0609333-49.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto de Educação Leão de Judá Ltda - Conciliação Data: 11/10/2019 Hora 10:00 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0609419-20.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Batista Canaã - Conciliação Data: 11/10/2019 Hora 09:45 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexsandra de Souza Carvalho (OAB 12237/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Calil Queiroz Navarro (OAB 14860/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489A/BA)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)

Eberte da Cruz Menezes (OAB 20199/BA)
Edgar Rogerio Gripp da Silveira (OAB 21129/MT)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 21664/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Gabriel Yunes da Rocha (OAB 9623/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Gisele Correia dos Santos Batista (OAB 419A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hermes Mafra Otto (OAB 10542/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Merisa Batista de Azevedo Duarte (OAB 9035/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 1304A/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Robson Lopes Carioca (OAB 9364/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Simone Alves da Silva (OAB 29016/PE)
VLADIMIR MARQUES PASSOS (OAB 11044/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ALESSANDRA C. R. C. GONDIM MARTINS DE MATOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CÍNTIA MARIA STONE DE MESQUITA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0091/2019

ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0200636-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - Tendo em vista a justificativa apresentada pela autora nos autos, a qual foi devidamente corroborada pelo documento de f. 69, defiro o pedido de reabertura do processo, com isenção de custas e designo audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento para o dia 20/09/2019 às 11:15 horas. Intimem-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0201010-64.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/10/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600052-81.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Yone da Silva Santarém - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0600147-43.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco do Brasil S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 10.113,16 (dez mil, cento e treze reais e dezesseis centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JORGE HENRIQUE ELIAS (OAB 21076/GO) - Processo 0600150-95.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Bio Instinto Industria e Comercio de Cosmeticos Ltda - Me - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 15.247,42 (Quinze mil, duzentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600153-21.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 11.442,17 (Onze mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e dezessete centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600210-39.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 15.124,68 (Quinze mil, cento e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0600358-79.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Novo Mundo Amazonia Ltda - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 3.434,23 (três mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte e três centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600752-86.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.460,65 (Quatro mil, quatrocentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0600846-34.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.516,69 (quatro mil, quinhentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600913-33.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 36.039,37 (trinta e seis mil e trinta e nove reais e trinta e sete centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0600944-53.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 27.013,10 (vinte e sete mil, treze reais e dez centavos) sob pena

de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0600945-38.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Industrial do Brasil S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.234,51 (quatro mil, duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta e um centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB 208322/SP) - Processo 0601198-89.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Isto posto, não conheço do recurso, em virtude de ausência de previsão legal. Assim o faço com amparo, ainda, no enunciado 15 do FONAJE. Por conseguinte, prossiga-se o feito. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601440-82.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.223,94 (quatro mil, duzentos e vinte e três reais e noventa e quatro reais), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601456-02.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 24.939,58 (vinte e quatro mil, novecentos e trinta e nove reais e cinquenta e oito centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: DANILO JOSÉ DE ANDRADE (OAB 6779/AM), ADV: KEMIO DA SILVA FERREIRA (OAB 7891/AM), ADV: SILAS AYRTON VINHOTE DE SOUZA (OAB 10035/AM) - Processo 0601786-04.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Dagmar Chaves dos Santos - João Pedro Nascimento da Silva - EXECUTADO: Samuel Oliveira Lima - Isto posto, DEFIRO o pedido de f. 215. Expeça-se mandado judicial para os órgãos de proteção ao crédito(SPC/SERASA) a fim de que efetuem a inscrição da certidão de dívida emitida por este juízo, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de eventual responsabilização penal de seus representantes por crime de desobediência, na forma do artigo 330 do Código Penal Brasileiro. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0602079-66.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 1.539,22 (Um mil, quinhentos e trinta e nove reais e vinte e dois centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0602138-88.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 12.033,83 (Doze mil, trinta e três reais e oitenta e três centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0602298-16.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 11.415,92 (onze mil quatrocentos e quinze reais e noventa e dois centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602661-37.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.264,68 (Quatro mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0602682-42.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.300,60 (quatro mil, trezentos reais e sessenta centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ALINE ROCHA MUNIZ (OAB 6108/AM) - Processo 0602687-64.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Tifim Credito e outro - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 7.847,45 (sete mil, oitocentos e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602706-70.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 3.048,49 (três mil, quarenta e oito reais e quarenta e nove centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0602784-64.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.634,58 (quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602862-29.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em)

o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 6.703,94 (seis mil, setecentos e três reais e noventa e quatro centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LUIS ONELSON GONÇALVES RAMOS JUNIOR (OAB 11176AM) - Processo 0602901-89.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADA: Sheila Paes Ramons - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 3.922,43 (três mil, novecentos e vinte e dois reais e quarenta e três centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0602936-15.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.515,20 (quatro mil, quinhentos e quinze reais e vinte centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0602968-25.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Telemar Norte Leste S/A - Acolho o cálculo do autor e defiro o pedido de astreintes e execução de sentença, às f. 241/242. Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 74.039,42 (setenta e quatro mil, trinta e nove reais e quarenta e dois centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM) - Processo 0602972-62.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Cema-Centro de Ensino Maria Angelim Ltda. - Isto posto, DEFIRO o pedido de f. 91. Expeça-se mandado judicial para os órgãos de proteção ao crédito(SPC/SERASA) a fim de que efetuem a inscrição da certidão de dívida emitida por este juízo, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de eventual responsabilização penal de seus representantes por crime de desobediência, na forma do artigo 330 do Código Penal Brasileiro. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603037-23.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Desconto em folha de pagamento - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 3.710,56 (Três mil, setecentos e dez reais e cinquenta e seis centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0603044-15.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 11.056,27 (onze mil, cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0603204-06.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Direcional Engenharia S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de

seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 11.982,73 (onze mil, novecentos e oitenta e dois reais e setenta e três centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0603208-77.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 13.135,56 (Treze mil, cento e trinta e cinco reais e cinquenta centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0604429-61.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 2.772,66 (Dois mil, setecentos e setenta e dois reais e sessenta e seis centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0604876-83.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Eletrobrás Amazonas Energia - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 2.450,34 (Dois mil, quatrocentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM) - Processo 0604879-04.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Instituto de Ensino Hilda Ferreira S/s Ltda. - DECISÃO Defiro o pedido formulado pelo(a) requerente à f. retro. Prossiga-se com a consulta do endereço da parte requerida no programa Infojud ou no Sistema de Informações Eleitorais - SIEL. À secretaria para providências. Cumpra-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0604919-49.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Charlyton Andre Lopes dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Portanto, com fulcro no artigo 55, §1º. do novel CPC, determino a reunião deste, por conexão, com o processo de nº 0604919-49.2019.8.04.0092, para que sejam decididos conjuntamente. [...] Nestes moldes, identificando presentes os pressupostos do art. 300 do CPC, concedo a tutela de urgência antecipada por que pugna a parte autora para ordenar à parte requerida que abstenha-se de interromper o fornecimento de energia elétrica da unidade de consumo de matrícula nº2119147-6, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Vislumbrando, pois, presentes os pressupostos do artigo 300, caput, do Código de Processo Civil, ordeno, ainda, à parte requerida que abstenha-se de promover a inscrição do nome da parte demandante nos cadastros do SPC/SERASA relativamente à fatura de vencimento julho e agosto de 2019 (f.19-20), sob pena de multa diária de R$300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do “onus probandi”, e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/09/2019 às 08:00h. À secretaria, para reunião de ações e demais providências.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0604953-58.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Felipe Alves Gomes - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 174/175, intimo a parte exequente para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0605439-14.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 13.008,50 (treze mil, oito reais e cinquenta centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem

como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0605773-43.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rosana Silva Costa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando que a parte autora deixou de comparecer à audiência, embora previamente intimada para fazê-lo, decreto a extinção do feito sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 51, inciso I da Lei 9.099/95. Intimem-se. Arquivem-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0605775-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rosana Silva Costa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando que a parte autora deixou de comparecer à audiência, embora previamente intimada para fazê-lo, decreto a extinção do feito sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 51, inciso I da Lei 9.099/95. Intimem-se. Arquivem-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0605786-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marilene Almeida Carvalho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando que a parte autora deixou de comparecer à audiência, embora previamente intimada para fazê-lo, decreto a extinção do feito sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 51, inciso I da Lei 9.099/95. Intimem-se. Arquivem-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0605990-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Juraci de Matos Nogueira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando que a parte autora deixou de comparecer à audiência, embora previamente intimada para fazê-lo, decreto a extinção do feito sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 51, inciso I da Lei 9.099/95. Intimem-se. Arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606161-14.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Defiro parcialmente o pedido de f. 303/305, quanto ao pedido de pagamento dos honorários de sucumbência. Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário dos honorários advocatícios no valor de R$ 4.715,15 (quatro mil, setecentos e quinze reais e quinze centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Expeça-se alvará em favor da autora. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0606167-21.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Trata-se do pedido do executado, de devolução de valor remanescente, às f. 267. O autor apresentou manifestação, às f. 264/266, tendo em vista ausência da multa de 9% de por ser o réu litigante de má-fé. Conforme o cálculo retro, verifico que os valores atualizados perfazem um valor diferente do cálculo de f. 256, sendo que não havia sido incluso os 9% determinados no acórdão de f. 245/247. Desta forma, torno sem efeito o cálculo de f. 256, e retifico o valor da decisão de f. 257, para que o réu seja intimado, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário do remanescente no valor de R$ 2.627,69 (dois mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e nove centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Expeça-se alvará eletrônico em favor da parte autora, dos valores pagos às f. 268. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0606240-56.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Humberto de Campos da Silva Lacerda - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A e outro - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 28.691,83 (vinte e oito mil, seiscentos e noventa e um reais e oitenta e três centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0606463-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Centro Educacional Frances Burnett - De ordem, considerando que a parte autora complementou o endereço da requerida, contudo, não havendo tempo hábil para o devido cumprimento do ato citatório até o dia 17/09/2019, fica redesignada a audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento para o dia 21/11/2019 às 11:30h. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0606469-79.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Centro Educacional Frances Burnett - De ordem, considerando que a parte autora complementou o endereço do requerido, contudo, não havendo tempo hábil para o devido cumprimento do ato citatório até o dia 16/09/2019, fica redesignada a audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento para o dia 08/11/2019 às 09:00h. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0606486-23.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias,

promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 12.961,01 (Doze mil, novecentos e sessenta e um reais e um centavo), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607193-83.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rozimar Correia de Souza - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 05/11/2019 às 14:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: GISELE CORREIA DOS SANTOS BATISTA (OAB 419A/AM) - Processo 0607423-62.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Asya Fashion (R. M. Comércio e Importação de Vestuário e Acessórios Eirelli) e outro - Acolho o cálculo apresentado pela exequente. Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0607457-37.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 1.539,19 (Um mil, quinhentos e trinta e nove reais e dezenove centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0607541-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gabriel Peixoto Nobrega - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do “onus probandi”. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/11/2019 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0607754-44.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Itaú Unibanco S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.724,20 (quatro mil, setecentos e vinte e quatro reais e vinte centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0607880-60.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rosana Barbosa Vieira - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do “onus probandi”. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 05/11/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0607891-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sandra Gomes da Silva - Sendo assim, resta clara a conexão entre esta e aquela ação , em observação ao art. 55 do NCPC, . “Art. 55 do NCPC - Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.” Por conseguinte, tenho por necessária a reunião destes processos, para proceder com um único julgamento. Faço tal referência, sobre a necessária reunião dos autos para julgamento concomitante, com fundamento no §1º e §3º, do sobredito artigo 55 do NCPC. Transcrevo: Art. 55 do NCPC () “§ 1ºOs processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado. § 3ºSerão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.” Posto isto, determino que se proceda a reunião destes autos, aos processos 0607895-29.2019.8.04.0092 e 0607980-15.2019.8.04.0092 para que sejam doravante processados e julgados conjuntamente, evitando-se, assim, decisões conflitantes. Por conseguinte, observo ser a data de audiência a mesma para todos e a defesa, obviamente, deve enfrentar as prefaciais dos dois processos, pelo que, designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 21/10/2019 às 09:00h. . Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0607895-29.2019.8.04.0092 (apensado ao processo 0607891-89.2019.8.04.0092) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sandra Gomes da Silva - Sendo assim, resta clara a conexão entre esta e aquela ação , em observação ao art. 55 do NCPC, . “Art. 55 do NCPC - Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.” Por conseguinte, tenho por

necessária a reunião destes processos, para proceder com um único julgamento. Faço tal referência, sobre a necessária reunião dos autos para julgamento concomitante, com fundamento no §1º e §3º, do sobredito artigo 55 do NCPC. Transcrevo: Art. 55 do NCPC () "§ 1ºOs processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado. § 3ºSerão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles." Posto isto, determino que se proceda a reunião destes autos, aos processos 0607891-89.2019.8.04.0092 e 0607980-15.2019.8.04.0092 para que sejam doravante processados e julgados conjuntamente, evitando-se, assim, decisões antagônicas. Por conseguinte, observo ser a data de audiência a mesma para todos e a defesa, obviamente, deve enfrentar as prefaciais dos dois processos, pelo que, designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 21/10/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0607967-16.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria da Conceição dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0607980-15.2019.8.04.0092 (apensado ao processo 0607891-89.2019.8.04.0092) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sandra Gomes da Silva - Sendo assim, resta clara a conexão entre esta e aquela ação , em observação ao art. 55 do NCPC, . "Art. 55 do NCPC - Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir." Por conseguinte, tenho por necessária a reunião destes processos, para proceder com um único julgamento. Faço tal referência, sobre a necessária reunião dos autos para julgamento concomitante, com fundamento no §1º e §3º, do sobredito artigo 55 do NCPC. Transcrevo: Art. 55 do NCPC () "§ 1ºOs processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado. § 3ºSerão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles." Posto isto, determino que se proceda a reunião destes autos, aos processos 0607895-29.2019.8.04.0092 e 0607980-15.2019.8.04.0092 para que sejam doravante processados e julgados conjuntamente, evitando-se, assim, decisões conflitantes. Por conseguinte, observo ser a data de audiência a mesma para todos e a defesa, obviamente, deve enfrentar as prefaciais dos dois processos, pelo que, designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 21/10/2019 às 09:00h. . Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: EDILSON MARTINS DE ALENCAR NETTO (OAB 9499/AM) - Processo 0608038-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Pedro Daniel da Silva Neto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0608068-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lúcia Carvalho Cruz - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Ordeno, ainda, que a parte requerida se abstenha de efetuar cobranças concernentes a dívida no valor de R$336,20, sob pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais) por cobrança indevida. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 12:45h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ETHEL ROBERTA FARIAS SOARES (OAB 14319/AM) - Processo 0608085-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Arnouso Garcia Soares - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que restabeleça o fornecimento de água tratada da unidade de consumo de matrícula nº 3393631-5, em 24 horas, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais), até o limite de 10 dias multa. Ordeno, ainda, que proceda a exclusão do nome da parte autora do cadastro do SPC/SERASA, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais) até o limite de 10 dias multa. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/11/2019 às 13:30h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0608101-43.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Madalena de Jesus Monteiro - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 13/11/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0608121-34.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Antônio Darley Farias dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 13/11/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM) - Processo 0608221-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Frank Jonhy de Almeida Soares - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: IRLÂNDIA BELO LIMA (OAB 12496/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0608259-98.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco das Chagas Silva Pereira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/11/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM) - Processo 0608304-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Wanderley Fabá da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0608306-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo Nonato Farias Pompeu - Limitou-se o autor a apresentar, quando do ajuizamento da ação, procuração constando os dados do outorgado e assinatura do autor, entretanto, datada do ano de 2017. Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, o requerente apresente procuração com a data de outorga, correspondente ao ajuizamento da ação, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0608310-12.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Zuleide Turi Cintra - Limitou-se o autor a apresentar, quando do ajuizamento da ação, procuração constando os dados do outorgado e assinatura do autor, entretanto, datada do ano de julho de 2017. Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, o requerente apresente procuração com a data de outorga, correspondente ao ajuizamento da ação, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0608311-94.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: William Izaias da Silva - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, o requerente apresente procuração com a data de outorga, correspondente ao ajuizamento da ação, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se

ADV: LORENA BEATRIZ ANDRADE DE ARAÚJO (OAB 9424/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0608318-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Norma Suely Lima de Melo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 04/11/2019 às 16:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0608325-78.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Quitação - REQUERENTE: Audacy Martins Santiago - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 01/10/2019 às 10:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: DIEGO JOSÉ ALBINO SOUZA (OAB 11438/AM) - Processo 0608329-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Pedro Cassio Mendes de Albuquerque - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos do contracheque do postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 13/11/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608356-98.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisco Alberto Correia Viana - Limitou-se o autor a apresentar, quando do ajuizamento da ação, procuração constando os dados do outorgado, entretanto, sem a devida assinatura. Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, o requerente apresente procuração devidamente assinada, conforme RG (f.12), sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0608363-90.2019.8.04.0092 (apensado ao processo 0604919-49.2019.8.04.0092) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Charlyton Andre Lopes dos Santos - Portanto, com fulcro no artigo 55, §1º. do novel CPC, determino a reunião deste, por conexão, com o processo de nº 0604919-49.2019.8.04.0092, para que sejam decididos conjuntamente. [...] Nestes moldes, identificando presentes os pressupostos do art. 300 do CPC, concedo a tutela de urgência antecipada por que pugna a parte autora para ordenar à parte requerida que abstenha-se de interromper o fornecimento de energia elétrica da unidade de consumo de matrícula nº2119147-6, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Vislumbrando, pois, presentes os pressupostos do artigo 300, caput, do Código de Processo Civil, ordeno, ainda, à parte requerida que abstenha-se de promover a inscrição do nome da parte demandante nos cadastros do SPC/SERASA relativamente à fatura de vencimento julho e agosto de 2019 (f.19-20), sob pena de multa diária de R$300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 17/09/2019 às 09:30h. À secretaria, para reunião de ações e demais providências.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0608363-90.2019.8.04.0092 (apensado ao processo 0604919-49.2019.8.04.0092) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Charlyton Andre Lopes dos Santos - De ordem, considerando não haver tempo hábil para o devido cumprimento do ato citatório até o dia 17/09/2019, fica redesignada a audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento para o dia 27/09/2019 às 08:00ho. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0608373-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Arildo Freitas Ramos - Limitou-se o autor a apresentar, quando do ajuizamento da ação, procuração constando os dados do outorgado e assinatura do autor, entretanto, datada do ano de 2017. Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, o requerente apresente procuração, com a data de outorga correspondente ao ajuizamento da ação, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB 10583/AM) - Processo 0608379-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rit Eligia de Oliveira Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/10/2019 às 10:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ROSINALVA GOMES BARROS (OAB 8183/AM) - Processo 0608381-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - REQUERENTE: Karla Karoline Nascimento Alencar - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 13/11/2019 às 13:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608390-73.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Michel de Souza Oliveira - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/11/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608395-95.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Michel de Souza Oliveira - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na

condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608401-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marilda Mendes da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608401-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marilda Mendes da Silva - Sendo assim, resta clara a conexão entre esta e aquela ação , em observação ao art. 55 do NCPC, . "Art. 55 do NCPC - Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir." Por conseguinte, tenho por necessária a reunião destes processos, para proceder com um único julgamento. Faço tal referência, sobre a necessária reunião dos autos para julgamento concomitante, com fundamento no §1º e §3º, do sobredito artigo 55 do NCPC. Transcrevo: Art. 55 do NCPC () "§ 1ºOs processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado. § 3ºSerão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles." Posto isto, determino que se proceda a reunião destes autos, ao processo 0608401-05.2019.8.04.0092 para que sejam doravante processados e julgados conjuntamente. Evitando-se, assim, decisões antagônicas. Por conseguinte, observo ser a data de audiência a mesma para todos e a defesa, obviamente, deve enfrentar as prefaciais dos dois processos, pelo que, designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 08:00h . Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608403-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimundo Taveira Filho - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/09/2019 às 10:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608408-94.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sergiomar Castro da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MIRTES RODRIGUES DA SILVA (OAB 13432/AM) - Processo 0608412-34.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Jorge Henrique Martins Vasques - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 12:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608416-71.2019.8.04.0092 (apensado ao processo 0608401-05.2019.8.04.0092) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marilda Mendes da Silva - Sendo assim, resta clara a conexão entre esta e aquela ação , em observação ao art. 55 do NCPC, . "Art. 55 do NCPC - Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir." Por conseguinte, tenho por necessária a reunião destes processos, para proceder com um único julgamento. Faço tal referência, sobre a necessária reunião dos autos para julgamento concomitante, com fundamento no §1º e §3º, do sobredito artigo 55 do NCPC. Transcrevo: Art. 55 do NCPC () "§ 1ºOs processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado. § 3ºSerão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles." Posto isto, determino que se proceda a reunião destes autos, ao processo 0608401-05.2019.8.04.0092 para que sejam doravante processados e julgados conjuntamente. Evitando-se, assim, decisões antagônicas. Por conseguinte, observo ser a data de audiência a mesma para todos e a defesa, obviamente, deve enfrentar as prefaciais dos dois processos, pelo que, designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 08:00h . Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0608417-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Virgilia Braga Ambrosio Soares - Inexiste nos autos documento que indique ser a requerente moradora da área sujeita à Jurisdição deste Juizado Especial. Limitou-se a parte autora a apresentar, quando do ajuizamento da ação, comprovante de residência com endereço distinto do informado na exordial. Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a requerente apresente cópia do comprovante de residência do endereço mencionado na inicial, sob pena de remessa dos autos ao setor de distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0608421-93.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Maria da Conceição Valente Coelho - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 18/11/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0608428-85.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Ecivaldo Brito de Freitas Junior - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/11/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608437-47.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jonildo Vieira Ramos - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/11/2019 às 12:45h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: VALERIA SABRINA DE SOUZA DINIZ (OAB 13807/AM) - Processo 0608441-84.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Vera Lucia Alves de Souza - RECLAMADO: Banco BMG S/A - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 18/11/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608451-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francinete dos Santos de Oliveira - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos

que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/11/2019 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM) - Processo 0608458-23.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: João Oscar Gonzaga Silva do Nascimento - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos do benefício do postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/11/2019 às 10:15h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608471-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ney Santana Repolho Batista - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/11/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0608474-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Quintino Dias Nunes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0608500-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Saulo Marcio da Rocha Moreira - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos sob a rubrica "BMG CARTÃO 10" CÓDIGO:6306 do contracheque do postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 18/11/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608523-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Shirley Silva de Lima - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608526-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria das Dores da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0608532-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alexsandra Silva Pessoa - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0608534-47.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Iranilde Ribeiro dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/11/2019 às 13:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0608544-91.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Jucinelma Sampaio Ferreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos do contracheque da postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 19/11/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608550-98.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Tania Soares Lopes - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608551-83.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rita de Souza Lima - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 05/11/2019 às 15:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608555-23.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Laudemir Antonio da Silva Gomes Junior - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA (OAB 10985/AM) - Processo 0608557-90.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ilma Silva da Cruz - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 13:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608562-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Micaela Miranda Chunia - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 02/10/2019 às 10:15h. Ademais, determino que a requerente junte aos autos cópias das faturas correspondentes aos 6 (seis) meses anteriores a Fevereiro de 2019. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608564-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Eliandra Miranda da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608568-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Domingas Souza Nery - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0608588-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Elielson Oliveira Barbosa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos contracheque do postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 18/11/2019 às 12:45h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0608623-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rosimeire Venancio da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 18/11/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0608629-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Samuel dos Santos Alves - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 18/11/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0608637-54.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Carlos Almeida da Silva - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos do benefício do postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 21/11/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608660-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Franciene Duarte Maximinu - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 18/11/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608691-20.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisco Carlos Ramos Freire - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 18/11/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608709-41.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Gloria Paiva da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 03/10/2019 às 10:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608714-63.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Obadia Santos Tavares - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 05/11/2019 às 16:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: KAIO BRUNO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 8613/AM) - Processo 0608777-88.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Sandira Viana Neves - Nestes moldes, identificando presentes os pressupostos do art. 300 do CPC, concedo a tutela de urgência antecipada por que pugna a parte autora para ordenar à parte requerida que abstenha-se de interromper o fornecimento de energia elétrica da unidade de consumo de matrícula nº 0984263-2, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), até o limite de 20 dias multa. Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, relativamente à fatura de vencimento 04/07/2019 (f.11), sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), até o limite de 20 dias multa. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 18/11/2019 às 13:15h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM) - Processo 0608781-28.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Michelle Tinoco Rodrigues - Nestes moldes, identificando presentes os pressupostos do art. 300 do CPC, concedo a tutela de urgência antecipada por que pugna a parte autora para ordenar à parte requerida que abstenha-se de interromper o fornecimento de energia elétrica da unidade de consumo de matrícula nº 0024869-0,

sob pena de multa diária de R$100,00 (cem reais), até o limite de 20 dias multa. Vislumbrando, pois, presentes os pressupostos do artigo 300, caput, do Código de Processo Civil, ordeno à parte requerida que abstenha-se de promover a inscrição do nome da parte demandante nos cadastros do SPC/SERASA relativamente à fatura de vencimento 21/06/2019 (f.14), sob pena de multa diária de R$100,00 (cem reais), até o limite de 20 dias multa. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 22/11/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608813-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Vera Lucia Silva Borges - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608872-21.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Amanda Santana Marinho - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/11/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAÚJO (OAB 23215O/MT) - Processo 0608889-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Joseane Afonso dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 18/11/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1321A/AM) - Processo 0608914-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jose dos Anjos Ferreira - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0609070-58.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Regina Brasil Batista - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/11/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0609133-83.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Rosilene Souza dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1321A/AM) - Processo 0609157-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ivo Batista Pereira - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0609161-51.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francinete Gonçalves Ferreira - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 05/11/2019 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0609169-28.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ana Raquel Sena Almeida Medeiros - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/11/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 1325A/AM) - Processo 0609177-05.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcelo da Silva Maia - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/11/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM) - Processo 0609199-63.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Raquel Braga de Freitas - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0609201-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Robson Ferreira de Araujo - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/11/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0609215-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Adriano Fernandes Vales - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das

alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0609222-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Kethleen Kamilla Silva de Souza - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 18/11/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 1325A/AM) - Processo 0609244-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jeane Siqueira das Chagas - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 1325A/AM) - Processo 0609248-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ebivaldo Silva de Macedo - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1321A/AM) - Processo 0609251-59.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ana Shirly Braga dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 12:45h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 1325A/AM) - Processo 0609255-96.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raul Fernandes de Lima - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 10:45h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0609264-58.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sandy Rodrigues Castro - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/11/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ALESSANDRO GADELHA FONTOURA (OAB 14787/AM) - Processo 0609266-28.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: Nazaré Cavalcante de Souza - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/11/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 1325A/AM) - Processo 0609286-19.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elini Silva Lima - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 13/11/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 1325A/AM) - Processo 0609287-04.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Edna Cristina Cantuario da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/11/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1321A/AM) - Processo 0609290-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rosemeire Moraes de Souza - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 13/11/2019 às 12:45h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0609318-24.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Carla Lima Bezerra - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 13/11/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 1325A/AM) - Processo 0609368-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: João Vitorino da Silva Neto - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1321A/AM) - Processo 0609378-94.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Elizangela Castilho de Santana - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 13/11/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 1292A/AM) - Processo 0609411-84.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Douglas Oliveira de Almeida - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 13/11/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0609415-24.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rosimeire Moura de Melo - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 13/11/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0609426-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Karoline Xavier da Silva - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda

a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 13/11/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0609429-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Emerson Cunha dos Santos - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0609465-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Simao Araujo de Brito - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 13/11/2019 às 13:30h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0609468-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Alan Kardec da Silva Mendes - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos sob a rubrica "OLÉ BONSUC. CARTÃO 10" do contracheque do postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/11/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0609469-87.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Alan Kardec da Silva Mendes - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos sob a rubrica "BIB CARTÃO 10" do contracheque da postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/11/2019 às 13:30h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0609502-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Stephan Paiva Lopes - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 18/11/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0609505-32.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rita Juliana Mota Gois - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0609510-54.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Espedito Leandro Cavalcante - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 13:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0609516-61.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Iza Karoliny Braga da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 14/11/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO CARDOSO (OAB 9537/AM) - Processo 0609659-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Leticia Albuquerque Maciel - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Ordeno, ainda, que a parte requerida abstenha-se de efetuar cobranças concernentes ao débito no valor de R$ 143,43 referente ao contrato nº1001219377020000 , sob pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais) por cobrança indevida. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 05/11/2019 às 15:00h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 1208A/AM) - Processo 0609855-20.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Samuel Nascimento Moreno - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), até o limite de 20 dias multa. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/11/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ELINE DE OLIVEIRA SOUZA (OAB 7543/AM) - Processo 0616849-38.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Gerson dos Santos Correia - Jessica Cristina Silva de Aguiar Correia - EXECUTADO: Nova Vida Empreendimentos Imobiliários Ltda - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 28.251,88 (Vinte e oito mil, duzentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora

on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

Alan de Oliveira Silva (OAB 208322/SP)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alessandro Gadelha Fontoura (OAB 14787/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Aline Rocha Muniz (OAB 6108/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 1208A/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Danilo José de Andrade (OAB 6779/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Diego José Albino Souza (OAB 11438/AM)
Edilson Martins de Alencar Netto (OAB 9499/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Vitória da Silva Guedes (OAB 10583/AM)
Eline de Oliveira Souza (OAB 7543/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 1325A/AM)
Ethel Roberta Farias Soares (OAB 14319/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 1292A/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gisele Correia dos Santos Batista (OAB 419A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Irlândia Belo Lima (OAB 12496/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Jorge Henrique Elias (OAB 21076/GO)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Júlio César do Nascimento Cardoso (OAB 9537/AM)
Kaio Bruno de Souza Oliveira (OAB 8613/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kemio da Silva Ferreira (OAB 7891/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lorena Beatriz Andrade de Araújo (OAB 9424/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Onelson Gonçalves Ramos Junior (OAB 11176AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mirtes Rodrigues da Silva (OAB 13432/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1321A/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (OAB 10985/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Ronan Botelho (OAB 1327A/AM)
Rosinalva Gomes Barros (OAB 8183/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Silas Ayrton Vinhote de Souza (OAB 10035/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Valeria Sabrina de Souza Diniz (OAB 13807/AM)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Weslley Silva de Araújo (OAB 23215O/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0242/2019

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0610962-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jairo Bomfim de Menezes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - DECISÃO Cuidam-se de embargos de declaração opostos contra a decisão de fls. 344-345. De início, observo a ausência de pressuposto de admissibilidade recursal, uma vez que, em sede de Juizado, não cabe embargos de declaração de despacho ou decisão, consoante expressamente enunciado no art. 48 da Lei 9.099/95. Assim, a rigor, os aclaratórios seriam sequer para conhecimento. Contudo, recebo-os como pedido de reconsideração e, nessa seara, informo que a Secretaria do Juízo, cumprindo determinação para averiguação do relatado pelo banco, contatou a Divisão de Informática do Tribunal, o qual confirmou pela possibilidade de, nos juizados especiais, serem expedidas guias para pagamento de custas de forma avulsa, ou seja, sem os dados justamente indicados como ausentes nas fls. 324/325 e 344/345. Tal informe não era de conhecimento do julgador e de nenhum dos servidores do Juízo (possibilidade de emissão de guias avulsas para vinculação processual posterior). Diante dessa confirmação, verificou-se, ainda, que, como alertado pelo BMG desde o início, a guia tida por apócrifa e juntada na fl. 282 foi revertida para o TJ e, após a informação da Informática, vinculou-se ao presente processo por ato da Secretaria do 12º JEC. Dessa maneira, provada a regularidade do pagamento e inexistência de má-fé da parte, revogo todas as determinações constantes na decisão de fls. 344/345 e RECEBO o inominado de fls. 246/277, em ambos os efeitos. Intime-se a outra parte para contrarrazões e, em seguida, à Turma Recursal, com nossas homenagens. À Secretaria, para as devidas providências.

Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0172/2019

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0205975-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Multa - REQUERIDO: Condominio Reserva das Praias - Parque Ponta Negra - Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar cancelada a multa aplicada no valor de R$ 696,91 (seiscentos e noventa e seis reais e noventa e um centavos), consoante documento de fl. 12. Julgo improcedente o pedido de danos morais. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM), ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM) - Processo 0604536-79.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Priscila Albuquerque de Alencar - De ordem, INTIMO a parte autora/exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré/executada. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: CRISTIANE BARBOSA RODRIGUES (OAB 7806/AM), ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: ANA LUIZA GARCIA AVELINO (OAB 8119/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: WAGNER LIBERAL MICHETTI (OAB 5193/AM) - Processo 0604689-83.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Subcondominio Residencial Acácias 2 - REQUERIDO: Construtora Capital e outros - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: SUELI SILVA LUZ (OAB 9154/AM) - Processo 0606179-72.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Waleska Emanuele Pires Aikawa - REQUERIDA: Leocineide Ramos Couto - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: MARCOS ALESSANDRO MACEDO FERNANDES DA SILVA (OAB 11680/AM) - Processo 0608341-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Severino Barbosa da Silva - REQUERIDO: Jose Raimundo Rodrigues dos Santos - Isso posto, julgo procedente o pedido de dano material para condenar a parte ré a pagar o valor de R$ 3.060,50 (Três mil e sessenta reais e cinquenta centavos), referente aos valores indicados às fls. 14 e 13, incidindo juros e correção monetária a partir do evento danoso, dia 19.06.2018, fl. 10, nos termos das Súmulas 43 e 54 do STJ. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: RICARDO SOUZA GUIMARÃES (OAB 8675/AM) - Processo 0609739-56.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA TAVEIRA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUÍS ROBERTO PAIVA FILHO (OAB 8628/AM) - Processo 0610535-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Lázaro Rufino de Oliveira - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$3.000,00 (Três mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: LEONARDO DE OLIVEIRA GUEDES (OAB 7731/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0611555-05.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Diego de Moura Rabelo - REQUERIDO: Erick Alves Teixeira de Oliveira e outro - Isto posto, julgo extinta a presente execução nos termos do art.53, §4º, da Lei n. 9.099/95 c/c Enunciado n. 75 do FONAJE. Havendo requerimento, expeça-se certidão de dívida. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM) - Processo 0612852-81.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Michelle Ramos Guimarães - REQUERIDO: Anhanguera Educacional Ltda - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: ANA CAROLINE MOTA CASTILHO (OAB 10820/AM), ADV: MARIANA VALENTE MAIA (OAB 7749/AM), ADV: CRISTIANO VALENTE MAIA (OAB 10138/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0615562-11.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Madson Sales da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: VANILDE MEDEIROS DA SILVA (OAB 12100/AM) - Processo 0617859-20.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: R.S.A. - Isto posto, julgo extinta a presente execução nos termos do art.53, §4º, da Lei n. 9.099/95 c/c Enunciado n. 75 do FONAJE. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: LEON CÉZANE DA SILVA DE JESUS (OAB 10332/AM) - Processo 0618187-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Matheus Pombo Pedroso - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 98/99, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Exclua-se de pauta a audiência de conciliação, ora aprazada. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: JULIANA DA SILVA SEREJO (OAB 3922/AM), ADV: CARMEM SILVIA DELGADO VILLAÇA (OAB 99761/SP) - Processo 0618811-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: João Henrique Marinho de Albuquerque - REQUERIDO: Positivo Tecnologia S/A e outro - Homologo por sentença o acordo celebrado entre as partes interessadas, João Henrique Marinho de Albuquerque e Positivo Tecnologia S/A, indicado às fls. 47/48, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Outrossim, tendo em vista a solidariedade entre as partes rés na presente demanda e ante a homologação do mencionado, declaro extinta a obrigação em relação as demais, nos termos do artigo 844, §3°, do Código Civil. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Exclua-se de pauta a audiência designada. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: ABRAHIM JEZINI (OAB 4584/AM) - Processo 0622065-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Abrahim Jezini Júnior - REQUERIDO: Claro S/A - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0622887-03.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Raimunda Araujo Barbosa - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A e outros - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0625938-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: .Murilo Vasconcelos - Posto isso, JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 487, inciso II, do CPC. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0625970-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Eliana dos Anjos Barboza - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0626212-15.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel e outro - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, nos termos do art. 64, §1º c/c art. 485, IV, ambos do CPC e art. 51, inciso IV, da Lei n.9.099/95. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM) - Processo 0626245-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gabriela Gomes Soares - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

Abrahim Jezini (OAB 4584/AM)
Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Ana Carolina Remígio de Oliveira (OAB 86844/MG)
ANA CAROLINE MOTA CASTILHO (OAB 10820/AM)
Ana Luiza Garcia Avelino (OAB 8119/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carmem Silvia Delgado Villaça (OAB 99761/SP)
Cristiane Barbosa Rodrigues (OAB 7806/AM)
Cristiano Valente Maia (OAB 10138/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)

Juliana da Silva Serejo (OAB 3922/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leon Cézane da Silva de Jesus (OAB 10332/AM)
LEONARDO DE OLIVEIRA GUEDES (OAB 7731/AM)
Lilian da Silva Alves (OAB 8921/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luís Roberto Paiva Filho (OAB 8628/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marcos Alessandro Macedo Fernandes da Silva (OAB 11680/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Mariana Valente Maia (OAB 7749/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Ricardo Souza Guimarães (OAB 8675/AM)
Sueli Silva Luz (OAB 9154/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Vanilde Medeiros da Silva (OAB 12100/AM)
Wagner Liberal Michetti (OAB 5193/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0198/2019

ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0612859-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: A.S.B. - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0613615-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Carlos Firmino da Silva - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IRLÂNDIA MENDES QUEIROZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0209/2019

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0200454-21.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Defiro parcialmente os pedidos de fls. 195/196. Intime-se a recalcitrante requerida para que, no prazo de 5 (cinco) dias, cancele os registros negativos, sob pena de multa diária astreinte que majoro para o patamar de R$ 3.000,00 (três mil reais), até o limite de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Noutro giro, intime-se a requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar voluntariamente o pagamento da multa de R$ 20.000,00, referente ao descumprimento da decisão de fls. 158, sob pena de execução. À secretaria para providências.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0201430-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: GABRIELA FONSECA SILVA - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0201697-34.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Edinaldo Melo de Araújo - REQUERIDO: ADRIANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E ALIMENTOS LTDA - ME - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre o pagamento realizado às fls. 126/128, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará judicial. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0202889-36.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: ANTONIO HOZANE VIEIRA DA SILVA - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos (fl. 57). Manaus, 12 de setembro de 2019.

ADV: ERICK DA SILVA NOBRE (OAB 10430/AM) - Processo 0206138-58.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Ricardo de Aragão Lima - De ordem, intimo a parte exequente para tomar ciência da expedição da certidão de dívida (fls. 130/131) e, na oportunidade, de ordem, remeto os autos à fila de processos encerrados.

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0600550-68.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rosangela Marques de Sena - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, fica o requerente intimado, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias informae os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF, CNPJ), necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0601458-62.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jose Teixeira Aguiar Filho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 18/10/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0601460-32.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Joelma Lira da Costa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 18/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: FRANK EMERSON NEVES ABRAHÃO (OAB 2352/AM) - Processo 0601473-31.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Aldenice Batista Lemos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 18/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação- instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0601491-52.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Simplicio Bento de Moraes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De

ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 18/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0602070-97.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisca Rosangela da Silva Barreto - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia no Fórum, fica redesignado o dia 18/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0602085-66.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Eduardo Rodrigues Vilhena - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica redesignado o dia 18/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0602098-65.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria do Rosario Alves de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia no Fórum, fica redesignado o dia 18/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0602100-35.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria de Fatima Moraes Cunha - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica redesignado o dia 18/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0602120-26.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Miracelia de Albuquerque Dias - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica redesignado o dia 18/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0602123-78.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Mirian Francinete da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fóru, fica redesignado o dia 18/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0602127-18.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimundo Carvalho Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica redesignado o dia 18/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0602215-56.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raquel Simão Pereira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica redesignado o dia 18/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0602217-26.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sinezio Ribeiro Batista - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica redesignado o dia 18/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação- instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0602332-47.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Antonia Francinete Souza da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 23/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0602338-54.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Belissima de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 23/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0602355-90.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ozias Pereira de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 23/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0602547-23.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Josivan Silva de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 18/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0602548-08.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Alice Rodrigues de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 18/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0602549-90.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Valdeisa Alfaia Soares - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 18/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANK EMERSON NEVES ABRAHÃO (OAB 2352/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0602555-97.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda Barbosa Lopes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 18/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0602560-22.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisca Chaves do Nascimento - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A -

De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 18/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0602564-59.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Liberanice Alcantara dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 18/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0602615-70.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Aldenira Pinto da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 18/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0602621-77.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Letice Gomes Marinho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 23/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação- instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0602638-16.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Romilda Fernandes Vieira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 18/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0602709-18.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Eliane da Fonseca Lemos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 18/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0602713-55.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Fatima Galvao de Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 18/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0602716-10.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Gabriela Trindade da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, diante da falta de energia neste Fórum, fica designado o dia 18/10/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0603218-75.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Imperial - Re Carneiro Epp - Me - Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito a decisão equivocadamente lançada à fl. 40. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação pautada para o dia 23/09/2019. Intime-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0605518-44.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Eli Lucas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$ 4.044,04 nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607612-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Otavio Alves dos Santos - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607910-20.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jurandir dos Santos S - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607913-72.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jurandir dos Santos S - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607914-57.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jurandir dos Santos S - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0607929-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rosalina Brandao da Costa - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607931-93.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gumercina da Silva Saturnino - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIO JORGE CARDOSO MELO (OAB 10894/AM) - Processo 0607932-78.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Juliane da Luz Martins - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JONES DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 9616/AM) - Processo 0607939-70.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jones de Oliveira Santos - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607941-40.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Eder Junior Cardoso de Melo - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 11:00h para a realização de

audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607942-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Eder Junior Cardoso de Melo - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607957-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Vilma Nascimento Rolim - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0607959-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Evanildo Gonzaga Soares - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607961-31.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Carmelita Rodrigues Cardoso - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NAZARENO PIMENTA DE SOUZA JUNIOR (OAB 13616/AM) - Processo 0607962-16.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Diego Sobreira de Araújo - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) cópia legível de Registro Geral (R.G.) e Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.) (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0607967-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Valdenice Teixeira de Sousa - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM) - Processo 0607970-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Maria Carvalho Lemos - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM) - Processo 0607973-45.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gilmar Gomes da Silva - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM) - Processo 0607982-07.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Charles Amoedo dos Santos - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607984-74.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jamily Assuncao Fereira - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607987-29.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Aldemiria Almeida do Nascimento - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607988-14.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Aldemiria Almeida do Nascimento - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607989-96.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Aldemiria Almeida do Nascimento - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607990-81.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Aldemiria Almeida do Nascimento - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607992-51.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Aldemiria Almeida do Nascimento - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608004-65.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Sebastiana Ramos da Silva - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608006-35.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Sebastiana Ramos da Silva - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608009-87.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Sebastiana Ramos da Silva - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608012-42.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Sebastiana Ramos da Silva - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0608048-84.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Carlos Santos de Souza - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608049-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Fernando Alves de Lima - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0608055-76.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Lucia Arcos de Carvalho - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0608058-31.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Manoel Silva Neves - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ AUGUSTO ALMEIDA DE PAULA (OAB 7717/AM) - Processo 0608065-23.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - RECLAMANTE: Antônio Soares Pereira - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0608069-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Alessandro Bandeira dos Santos - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0608070-45.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - EXEQUENTE: João Norberto dos Santos Neto - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0608077-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Janaina Moraes Medeiros do Santos - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: ADRESSE NUANCE OLIVEIRA DE ARAÚJO (OAB 9158/AM) - Processo 0608097-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Lucio Pessoa Guimarães - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608105-05.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda dos Santos Nogueira - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0608109-42.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Antônio Freire Nogueira - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0608113-79.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Roiany de Castro Farias - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0608118-04.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ana Paula Malaquias da Paz - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM) - Processo 0608123-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jose Edson Silva de Paiva - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0608128-48.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Oferta e Publicidade - RECLAMANTE: Stefferson Carneiro de M. - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 15410A/PA) - Processo 0611914-71.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Ribamar Correa - De ordem, fica designado o dia 23/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

Adresse Nuance Oliveira de Araújo (OAB 9158/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 15410A/PA)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Erick da Silva Nobre (OAB 10430/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Frank Emerson Neves Abrahão (OAB 2352/AM)
GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Ítalo Nascimento Nishiyama (OAB 8996/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
Jones de Oliveira Santos (OAB 9616/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)

José Augusto Almeida de Paula (OAB 7717/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Mario Jorge Cardoso Melo (OAB 10894/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nathalia Cristina Santos Gabriel (OAB 13524/AM)
Nazareno Pimenta de Souza Junior (OAB 13616/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Weslley Silva de Araujo (OAB 1375-A/RN)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0211/2019

ADV: MANOEL VICENTE DA SILVA NETO (OAB 13488/AM) - Processo 0207963-47.2011.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Evandro Moreira de Almeida - De ordem, em razão da ausência de manifestação da parte interessada, encaminho os presentes autos para a baixa.
ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0604024-52.2015.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: José Paulo Claudino da Silva - De ordem, em razão da ausência de manifestação da parte interessada, encaminho os presentes autos para a baixa.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Manoel Vicente da Silva Neto (OAB 13488/AM)

19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANK AUGUSTO LEMOS DO NASCIMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BRENO FERREIRA MORAIZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0078/2019

ADV: PEDRO LÚCIO MACHADO CRUZ (OAB 13813/AM), ADV: LÍGIEN LILIAM MENEZES LEAL CRUZ (OAB 13375/AM) - Processo 0607630-49.2019.8.04.0020 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Injúria - REQUERENTE: Deborah Patricia da Cunha Rodrigues - Atenda-se à promoção ministerial. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se. Promoção ministerial: "..., pugna o Ministério Público seja a querelante intimada para corrigir a procuração ofertada, adequando-a aos ditames do mencionado art. 44 do CPP, bem como faça ingressar nos autos as provas documentais da imputação, sob pena de arquivamento dos autos."

Lígien Liliam Menezes Leal Cruz (OAB 13375/AM)
Pedro Lúcio Machado Cruz (OAB 13813/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS 1
Decisões 1
Intimações 1
SEÇÃO II 3
TRIBUNAL PLENO 3
Conclusões de Acórdãos 3
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA 5
Intimações 5
SEÇÃO III 5
CÂMARAS REUNIDAS 5
Intimações 5
SEÇÃO IV 5
CÂMARAS ISOLADAS 5
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 5
Conclusões de Acórdãos 8
Intimações 43
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 44
Intimações 44
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 49
Conclusões de Acórdãos 49
Despachos 54
Decisões 55
Pauta de Julgamento Designado 56
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 56
Despachos 56
Intimações 56
Decisões 57
Pauta de Julgamento Designado 58
Julgamento Virtual 58
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 62
Despachos 62
Decisões 62
SEÇÃO VI 62
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 62
ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 62
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 71
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 75
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 77
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 78
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 93
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 99
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 103
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 104
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 115
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 118
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 122
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 126
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 134
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 141
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 144
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 150
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 156
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 159
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 166
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 179
3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 179
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 186
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 190
1ª VARA CRIMINAL 190
2ª VARA CRIMINAL 190
5ª VARA CRIMINAL 194
6ª VARA CRIMINAL 196
8ª VARA CRIMINAL 197
10ª VARA CRIMINAL 199
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 201
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 213
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 217
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 229
AUDITORIA MILITAR 231
2ª VARA DE FAMÍLIA 231
5ª VARA DE FAMÍLIA 234
7ª VARA DE FAMÍLIA 234
8ª VARA DE FAMÍLIA 260
VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL 276
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 276
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 279
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 280
VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE TRÂNSITO 282
SEÇÃO VII 283
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 283
2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 283
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 285
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 285
VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 293
SEÇÃO VIII 294
TURMA RECURSAL 294
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 298
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 298
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 299
4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 322
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 323
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 325
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 339
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 341
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 344
11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 347
12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 363
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 364
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 366
16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 366
19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 371